VI SEMANA NACIONAL DE HISTÓRIA DO CFP/UFCG

Fontes e historiografia na produção do conhecimento histórico

PROGRAMAÇÃO E CADERNO DE TRABALHOS COMPLETOS

Centro Acadêmico de História – CAH
Unidade Acadêmica de Ciências Sociais - UACS
Centro de Formação de Professores - CFP
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

Novembro de 2014
Cajazeiras – PB

PROGRAMAÇÃO

E

TRABALHOS COMPLETOS

VI SEMANA NACIONAL DE HISTÓRIA DO CFP/UFCG

Fontes e historiografia na produção do conhecimento histórico

CFP/UACS/CAH

Apoio:

COMISSÃO ORGANIZADORA

Comissão Central
Gliverton Almeida Alves (CAH)
Maria Thaíze dos Ramos Lira (Discente)
Paulo Sérgio dos Santos Campelo (CAH)
Yan Bezerra de Morais (Discente)

Comissão de Finanças e Orçamentos
Maria Thaíze dos Ramos Lira
Ana Vitória Alexandre Dias
(Discente)

Comissão de Infraestrutura
Yan Bezerra de Morais
Julio Cornélio da Silva Neto (Discente)

Comissão Científica
Profª Ms. Viviane Gomes de Ceballos
Profª Drª Ana Rita Uhle
Professores Convidados de Outras IES

Comissão de Sessões Coordenadas
Prof. Dr. Francisco Firmino Sales Neto
Prof.ª Drª Rosemere Olímpio de Santana
Suzianne Valeska (Discente)
Professores Convidados de Outras Unidades
Acadêmicas e IES

Comissão de Monitores
Paulo Sérgio dos Santos Campelo (CAH)
Katiane da Silva Fernandes (Discente)

Comissão de Atividades Culturais
Walther Nunes de Sousa (Discente)
Pedro Filipe Ribeiro Silva (Discente)

Comissão de Divulgação
Gliverton Almeida Alves (CAH)
Risoneide Silva de Araújo (Discente)
Andressa Martins (Discente)

Alunos voluntários – monitores

Amanda Vitoria da Silva Cruz
Ana Vitória Alexandre Dias
Andressa Martins Santana
Bruna Leite Bezerra
Cláudia Cardoso de Oliveira
Danilo Nobre Gomes
Ewerton Wirlley Silva Barros
Fernanda Batista da Silva
Francisco Adoniran da Costa Filho
Francisco Iarlyson Santana de Andrade
Guerhansberger Tayllow Augusto Sarmento
Israel Pereira Barros
Izabel Alves Fernandes
Jocilene da Silva Souza
Jucicleide da Silva Marcelino
Juciene Barbosa da Costa
Julio Cornélio da Silva Neto
Katiana Alencar Bernardo
Katiane da Silva Fernandes
Larissa Daniele Monteiro Lacerda
Leonardo Araújo Pereira
Ligielle Adriano Nogueira
Lucas Mangueira Lopes
Maiza Ribeiro de Sousa
Maria Silvano da Silva
Mirian Jossette de Sousa Oliveira
Natália Melo Ferreira
Paloma Pereira de Sousa
Paloma Silvia Costa
Paulo Sérgio da Silva Santos
Pedro Felipe Ribeiro
Raimundo Aquino de Moura Filho
Ranielton Dantas de Araújo
Risoneide Silva de Araújo
Rodolfo Alves Henrique
Rodrigo Alves da Silva
Sarah Joama Costa Fragoso
Solange Carvalho de Sousa
Suzyanne Valeska Maciel de Sousa
Tamires Pereira Clementino
Walter Nunes de Souza

PROGRAMAÇÃO
E
CADERNO DE TRABALHOS COMPLETOS

VI SEMANA NACIONAL DE HISTÓRIA DO CFP/UFCG

Fontes e historiografia na produção do conhecimento histórico

CFP/UACS/CAH

Cajazeiras – PB
18 a 21 de novembro de 2014

2014 © Copyright Mundial
UACS – Unidade Acadêmica de Ciências Sociais – UFCG – Universidade Federal de Campina Grande

Impresso no Brasil
Printed in Brazil
Capa: Gilberto Silva
Arte : Francisco Adoniran
Formatação e organização do Caderno de Trabalhos Completos: Yan Bezerra de Morais

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS
É proibida a reprodução total ou parcial.
De qualquer forma ou por qualquer meio.
É proibida a reprodução total ou parcial,
De qualquer forma ou por qualquer meio,
A violação dos direitos autorais
(Lei nº 9.610/1998)
É crime estabelecido no Artigo 184 do Código Penal.

Solicitamos permuta
Rogamos scambio
Nous solicitons l'enchange de numéro
Exchange requested
Wir bitten um Austausch

ISSN: 2237-0668

VI Semana Nacional de História – Fontes e historiografia na produção do conhecimento histórico. CAH/UACS/CFP/UFCG. Programação e Caderno de Trabalhos Completos: VI Semana Nacional de História – Fontes e historiografia na produção do conhecimento histórico. Cajazeiras, Universidade Federal de Campina Grande, 2014.

1. História – Congressos. 2. Historiografia – Congressos. 3. Fontes – Congressos. I. Universidade Federal de Campina Grande. II. Título.

SUMÁRIO

Apresentação..... 07

Programação Geral..... 09

Conferências e Mesas Redondas..... 10

MINI CURSOS:
MC01. A biografia como escrita da história..... 12
MC02. História e literatura do trauma: caminhos e (des)encontros possíveis com a historiografia..... 12
MC03. História e literatura: diálogos possíveis..... 12
MC04. História Oral: caminhos para a construção da fonte oral..... 12
MC05. História Pública: os novos lugares da história no tempo presente 13
MC06. Literatura afro-brasileira e a produção de material didático..... 13
MC07. Na metamorfose de uma vereda historiográfica: "surgem inovações tecnológicas para o ensino de história"..... 13
MC08. O "ontem mais próximo": pesquisa e ensino de história do tempo presente..... 14
MC09. Por uma história conectada: possibilidades de estudo para o período moderno..... 14
MC10. Sobre discurso e memória: as representações da cultura popular em cine holliúdy..... 15
MC11. Tem orixá no samba: Clara Nunes, Leci Brandão e a cultura afro-brasileira na MPB.. 15

SESSÕES COORDENADAS:
SC01. História Oral e Identidades..... 16
SC02. História Oral e Memória..... 63
SC03. Fontes cartoriais e judiciais..... 98
SC04. Formação de Professores..... 157
SC05. Ensino de História..... 188
SC06: Discursos e práticas educacionais..... 211
SC07. Espacialidades: cidade, região e nação..... 265
SC08. Representações na Imprensa..... 309
SC09. Historiografia e Identidades..... 332
SC10. Teoria e Historiografia..... 392
SC11. Literatura e Gênero Regionalista..... 422

Apresentação

Em 2009, sob a iniciativa do Centro Acadêmico de História, foi realizada a I Semana de História do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande (CFP/UFCG). Com a temática "A formação do profissional de história e a formação continuada", professores e alunos de diferentes instituições cajazeirenses e paraibanas debateram acerca de relevantes questões que estão diretamente ligadas à atuação profissional em nossa área: a formação docente, as práticas educacionais e o professor como pesquisador. Tal iniciativa tinha por objetivo ampliar as discussões promovidas na graduação, estabelecendo diálogos com pesquisadores de outras instituições situadas em Cajazeiras e regiões circunvizinhas, de modo a possibilitar perspectivas outras aos formandos do Curso de Licenciatura Plena em História do CFP/UFCG. Para além desse objetivo, que foi plenamente alcançado, a iniciativa desses discentes acabou por dar um importante passo no sentido de se criar um espaço no CFP para que, regularmente, os alunos do Curso de História deste Centro pudessem estabelecer diálogos com estudantes e pesquisadores de outras regiões do estado da Paraíba e, por conseguinte, do país, divulgando os resultados de suas pesquisas e refletindo sobre sua formação e atuação profissionais.

Com efeito, em 2010, foi realizada a II Semana de História do CFP/UFCG, dando continuidade aos diálogos iniciados no ano anterior. Desta vez, sob a iniciativa dos professores do Curso de História, os debates giraram em torno da temática "Temporalidades e escrituras do sertão nordestino". Nessa perspectiva, deu-se lugar para que os variados lugares de produção de saber em Cajazeiras – e na Paraíba de uma maneira mais ampla – pudessem novamente se reunir para divulgar pesquisas em andamento ou concluídas. O encontro encetou o mapeamento das demandas da produção histórica e permitiu traçar, coletivamente, novos rumos para os profissionais da pesquisa e do ensino na sociedade contemporânea.

Nos anos seguintes, em razão de sua regularidade, do aumento do número de participantes e do alcance que obteve em outros estados brasileiros, a Semana de História cresceu e se consolidou como um dos principais eventos do Centro de Formação de Professores, sendo transformada em Semana Regional de História. Nesse sentido, as edições de 2011 e 2012, respectivamente intituladas de "Nordestes e nordestinidades: histórias, representações e religiosidades" e "Pesquisas e saberes: diálogos possíveis na contemporaneidade", ocorreram em paralelo com outros eventos de caráter estadual e nacional.[1] Essa articulação representou um positivo aumento do intercâmbio de ideias entre as instituições de ensino e pesquisa sertanejas e instituições universitárias de todo o Brasil, estimulando e dando maior visibilidade para as nossas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Em 2013, visando fortalecer ainda mais o evento e fixá-lo no calendário dos encontros acadêmicos da área de história realizados na Paraíba, a Semana Regional de História do

[1] A edição de 2011 ocorreu em conjunto com o II Congresso Nacional do Cangaço (promovido pela Sociedade Brasileira de Estudos do Cangaço – SBEC); e a edição de 2012 ocorreu paralelamente ao XV Encontro Estadual de História (promovido pela seção paraibana da Associação Nacional de História – ANPUH).

CFP/UFCG deixou de ocorrer paralelamente a outros eventos e voltou a ter sua centralidade organizacional. Com esse fim, o salutar trabalho conjunto, que veio sendo realizado desde 2009, entre professores e alunos do Curso de História teve continuidade para que pudéssemos manter a qualidade da Semana ao mesmo tempo em que buscamos ampliar sua importância e elevar a participação de alunos do CFP e de instituições superiores situadas em outros estados. Além disso, na tentativa de estender a atuação da UFCG para a sociedade local, procuramos incentivar a participação de professores das redes pública e privada de ensino.

Pensando assim, a temática escolhida para o último evento foi: "Reflexões sobre a pesquisa e o ensino de história: aproximações e distanciamentos". Com esta temática, a V Semana Regional de História do CFP/UFCG se propôs a congregar pesquisadores, professores e estudantes – em seus diversos níveis e campos de atuação – para promoverem reflexões em torno dos eixos que fundamentam as Ciências Humanas de um modo geral e a História em particular: a pesquisa e o ensino.

Como instrumentos do conhecimento histórico, as reflexões sobre fontes e historiografia irão permitir mais um encontro de partilha de experiências, estabelecendo diálogos para que se lancem possibilidades diversas de pensar a pesquisa histórica, deste modo, as atividades a serem realizadas durante o evento serão: conferências, mesas-redondas, minicursos, sessões coordenadas e atividades culturais. Apesar da ênfase na História, enquanto disciplina e campo de saber, a interdisciplinaridade será muito bem-vinda, uma vez que, há muito, a literatura especializada tem mostrado a importância e a qualidade do diálogo travado entre historiadores, geógrafos, pedagogos, literatos, linguistas, antropólogos, filósofos, cientistas sociais etc.

Dessa forma, entre os dias 18 a 21 de novembro de 2014, as portas do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande, em Cajazeiras, se abrem mais uma vez para receber os interessados em participar deste evento que, em sua sexta edição e intitulado "Fontes e historiografia na construção do conhecimento histórico", sob a responsabilidade dos discentes, com auxílio dos docentes, realizar-se-á agora a nível nacional, possibilitando debates constantes acerca da formação e da atuação profissional de estudantes, professores e pesquisadores vinculados às instituições de pesquisa e ensino não apenas mais de nossa região, mas de todo o país.

Programação Geral

GRADE DE PROGRAMAÇÃO DA VI SEMANA NACIONAL DE HISTÓRIA
FONTES E HISTORIOGRAFIA NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO

Horário	Terça (18/11)	Quarta (19/11)	Quinta (20/11)	Sexta (21/11)
08 às 10	Credenciamento	Mesa-redonda 1	Mesa-redonda 2	Mesa-redonda 3
10 às 12	Credenciamento	Sessões Coordenadas	Sessões Coordenadas	Mesa-redonda 4
14 às 16	Credenciamento	Cine Documentário Debate	Assembleia	Sessões Coordenadas
16 às 18	Credenciamento			Sessões Coordenadas
18 às 19	Recesso	Recesso	Recesso	Recesso
19 às 22:30	Cerimônia de Abertura Conferência	Minicurso (18:30 as 22:30)	Minicurso (18:30 as 22:30)	Cerimônia de Encerramento Conferência

Conferências

CONFERÊNCIA DE ABERTURA:
Terça-feira, dia 18 de novembro de 2014, às 19:00h
Conferencista: PROF^A. DR^A TANIA REGINA DE LUCA (UNESP)

CONFERÊNCIA:
Sexta-feira, dia 21 de novembro de 2014, às 19:00h
Conferencista: PROF. DR. JOSÉ D'ASSUNÇÃO BARROS (UFRRJ)

Mesas redondas

19 de novembro de 2014 – 4ª feira 8:00h

- ✓ **MESA-REDONDA 1 – Tema: A fotografia, a história oral, as fontes digitais: nos caminhos da pesquisa documental**
  - Rosilene Dias Montenegro (UFCG/CG) (confirmado)
  - Ana Rita Uhle (UFCG/CFP/UACS)
  - Rodrigo Ceballos (UFCG/CFP/UACS)

Rosilene Alves de Melo (UFCG/CFP/UACS) – Coordenação da Mesa

20 de novembro de 2014 – 5ª feira 8:00h

- ✓ **MESA-REDONDA 2 – Tema: Jornais, periódicos e documentos judiciais: um estudo das relações de gênero**
  - Edianne dos Santos Nobre (URCA) (confirmado)
  - Kyara Maria de Almeida Vieira (UFCG – CG) (confirmada)
  - Rosemere Olímpio de Santana (UFCG/CFP/UACS)
  - Mariana Moreira Neto (UFCG/CFP/UACS) – Coordenação da Mesa

21 de novembro de 2014 – 6ª feira 8:00h

- ✓ **MESA-REDONDA 3 – Tema: A escrita da história – desafios do historiador**
  - Baíza Faustino Soares
  - Gerlandia Gouveia Garcia
  - Jailson Coutinho (confirmado)
  - Viviane Gomes de Ceballos (UFCG/CFP) – Coordenação da Mesa

21 de novembro de 2014 – 6ª feira 10:00h

- ✓ **MESA-REDONDA 4 – Tema: A importância do conhecimento teórico na escrita da história**
  - Antônio Clarindo de Sousa (UFCG-CG) (confirmado)
  - Maria Lucinete Fortunato (UFCG/CFP/UACS) (confirmado)
  - Sônia Maria de Menezes Silva (URCA) (confirmado)

  Viviane Gomes de Ceballos (UFCG/CFP/UACS) – Coordenação da Mesa

Minicursos

19 e 20 de novembro – 18:30 às 22:30 hs

MC01. A biografia como escrita da história

Kaliana Calixto Fernandes

RESUMO: Tornar visível o invisível, partilhável aquilo que só pode ser experimentado. "O que torna a vida, esse misterioso espaço de tempo entre o nascer e o morrer, narrável por meio de uma escrita a ser partilhada por todos?". Estimulados pela descrença nos modelos totalizadores de explicação histórica e pela retomada das reflexões sobre a ação individual na história, nas últimas décadas, os estudos biográficos recuperaram um lugar de destaque na produção dos historiadores. Este minicurso se propõe a realizar uma breve introdução aos usos do biográfico na disciplina histórica, destacando os diferentes usos da biografia ao longo do tempo; as razões da emergência do gênero biográfico entre os historiadores e as principais questões teórico-metodológicas que norteiam o trabalho do historiador na produção de uma biografia histórica.

MC02. História e literatura do trauma: caminhos e (des)encontros com a historiografia

Thiago Rafael Oliveira e Carlos André Bezerra Soares

RESUMO: o objetivo deste minicurso é proporcionar aos interessados uma aproximação com a literatura do trauma e do testemunho, objeto pouco abordado na historiografia dita "convencional", tentando realizar os flertes com a história e buscando mostrar a mímese historiográfica presente nesse tipo de literatura. Buscaremos trazer à tona o fazer historiográfico dos que se propuseram a praticar a escrita de si principalmente em eventos catastróficos, como o holocausto, e como essas sensibilidades trouxeram para a história uma nova forma de abordar e observar fatos traumatizantes.

MC03. História e Literatura: diálogos possíveis

Isamarc Gonçalves Lôbo

RESUMO: A relação que se estabelece entre os saberes científicos e os a-científicos constitui-se uma das mais polêmicas querelas científicas sistematizadas no século XIX. Protagonistas deste debate, a história e a literatura ora são evocadas como parte de um ou do outro lado. Nosso objetivo é justamente encontrar os pontos conectivos destes dois saberes a partir de um estudo de caso envolvendo um dos textos de Machado de Assis. Partimos da premissa de que - como texto - estes dois campos estão presos a historicidade e, portanto, produzem saber histórico - direto como é o caso do texto historiográfico, ou indireto, como é o caso do romance/conto.

MC04. História Oral: caminhos para a construção da fonte oral

Diego Firmino Chacon e Rafael Oliveira da Silva

RESUMO: Iniciado seu uso nas pesquisas na área das ciências humanas com o advento do gravador portátil na década de 1940, pós-guerra, a história oral ganha maior *status* a partir de 1980 no brasil e no mundo. Este processo se observa coincidentemente no momento em que

as pesquisas sobre o resgate de memórias recentes e a construção de lugares de memória tomam destaque, em decorrência da aparente celeridade dos acontecimentos, segundo Pierre Nora. A história oral vem como mais um recurso na construção e utilização de fontes diferenciadas, ao passo que possibilita ir além ao preenchimento das lacunas da documentação escrita da história recente, mas permitem que o pesquisador analise seus silêncios, risos, lágrimas, entre outros elementos ausentes nas páginas do documento escrito. Nesse sentido, o minicurso se propõe entender o uso da história oral metodologia, assim como os passos para a construção da fonte oral, que auxilia na elaboração de trabalhos de pesquisa que necessitam de instrumentos qualitativos para seu desenvolvimento.

MC05. História Pública: os novos lugares da história no tempo presente

Sônia Maria de Meneses

RESUMO: Na contemporaneidade emerge uma ampla diversidade de discursos e práticas nas quais os usos do passado se torna **um fenômeno** bastante significativo. Filmes, novelas, minisséries, imprensa, livros, biografias, etc... são alguns dos lugares e produtos que nos apresentam as novas dimensões da história escrita fora do campo dos historiadores. Tais elementos têm colocado novas questões ao próprio campo da história enquanto ciência que se depara com os desafios de pensar, dentre outras coisas, a profusão de acontecimentos históricos atrelados tanto à espetacular divulgação como à construção de sentidos realizada pelos meios de comunicação. Outro aspecto significativo nesse cenário é a problemática da explosão de registros e rastros produzidos nesse presente. A partir dessas questões, esse minicurso pretende pontuar de forma introdutória alguns elementos sobre as dimensões públicas do passado e o lugar da história no tempo presente.

MC06. Literatura Afro-Brasileira e produção de material didático

Geranilde Costa e Silva

RESUMO: Quando falamos em racismo as pessoas comumente se reportam ao Apartheid na África do Sul ou aos conflitos raciais nos Estados Unidos, sobretudo nas décadas de 60 e 80. No entanto, o racismo também está presente no Brasil, mas com características próprias. Frente a essa situação é que em 2003, o Governo Federal, por meio da lei nº 10.639/03 determinou o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira, e assim, alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96. Daí é que buscando contribuir com a implementação da referida lei pretendo desenvolver minicurso tratando da literatura afro-brasileira e produção de material didático. O mesmo tem por objetivo geral – capacitar professores/as para trabalharem com a literatura afro-brasileira enquanto recurso pedagógico, voltado para a valorização da presença negra em nossa sociedade. Por sua vez, tem os seguintes objetivos específicos: identificar a presença do negro na literatura brasileira; discutir o papel do/a professor/a no cerne das relações étnico-raciais; identificar livros didáticos e para-didáticos que trazem os princípios da literatura afro-brasileira; conhecer e produzir jogos que contribuam a processo de construção de uma educação não racista.

MC07. Na metamorfose de uma vereda historiográfica: "surgem inovações tecnológicas para o ensino de história"

Petronila Beatriz Lopes Guedes e Maria José Pessoa de Andrade Araújo

RESUMO: Este minicurso propõe uma reflexão quanto ao uso das tecnologias de informação e comunicação diante a transformação de uma prática inovadora a qual venha integrar os conteúdos curriculares e propor um ambiente de aprendência para o ensino de história, já que

em pleno século XXI nem profissionais da educação nem tampouco instituições de ensino devem estarem obsoletas as revoluções tecnológicas as quais transpassam os muros das escolas e se fazem presentes neste processo de ensino aprendizagem. Tecendo uma teia entre o que se tem na grade curricular e o que é vivido pelo alunado em seu dia a dia, partimos da premissa que devemos formar o professor numa perspectiva a qual o mesmo consiga incorporar a tecnologia ao seu favor em sala de aula, criando uma teia dinâmica de troca de informações e experiências para trazer a escola para a rede e a rede para a escola, vale salientar sibilia (2012): "sob essa perspectiva, torna-se evidente que a escola é uma tecnologia de época". Assim sendo, abre-se uma gama de caminhos para o ensino de história moldado nos recursos e nas ferramentas tecnológicas, as quais serão vistas como elementos importantes para o fazer histórico. Para o ensino de história o uso das tecnologias nas práticas em sala de aula, é um processo inovador, o qual permite estreitar o cânone temporal entre alunos e professores de diversas regiões, por meio de projetos conjuntos e através de temas relevantes acerca da história. A internet oferece um link gigantesco de serviços/ferramentas tipos: listas de discussões, wikis, e-mail, conversação on line, facebook, home-page, jogos, filmes, vídeo-aulas, blogs, os quais bem direcionados pelo professor contribuem para que o ensino de história passe a ser visto como uma disciplina prazerosa e atrativa, gerando novas possibilidades de ensino e aprendizagem.

MC08. O "ontem mais próximo": pesquisa e ensino de história do tempo presente

Almair Morais de Sá

RESUMO: O presente também é o tempo das vivências humanas e, por isso, território de pesquisa do historiador e referência para o que ele ensina. Constituir o presente ou o passado mais recente e seus acontecimentos políticos, econômicos, sociais e culturais como objetos de estudo para o historiador requer um trabalho específico de construção da história, porém não menos complexo, não menos rigoroso, não menos comprometido e interessado do que aquele "tecelão" das experiências de um passado longínquo ou aquele que pergunta pelas relações que homens e mulheres estabelecem com um tempo futuro. Nesse sentido, o minicurso propõe uma reflexão sobre a possibilidade e a atualidade da história do tempo presente para a pesquisa e o ensino de história; pergunta pelas temáticas e metodologias que podem ser usadas em sua produção; problematiza aspectos das noções de temporalidade, fato histórico e pensamento histórico que estão relacionados à história do presente.

MC09. Por uma história conectada: possibilidades de estudo para o Período Moderno

Rodrigo Ceballos

RESUMO: Este minicurso pretende apresentar algumas perspectivas teórico-metodológicas desenvolvidas nos últimos anos por historiadores interessados em analisar as relações administrativas/econômicas/culturais entre o "centro" (metrópole) e as "periferias" (colônias/feitorias) ao longo do período moderno. Como num jogo de escalas, faz-se necessário vislumbrar tanto nos níveis do micro como do macro o estudo de dinâmicas locais específicas que, por mais que estejam submetidas às ordens régias, mostraram-se maleáveis quando necessárias. Ao notar-se movimentos na penumbra defendemos que a constituição histórica das margens, tal como afirma Subrahmanyan, também está inserida nas relações entre vizinhos mais próximos que a Europa, constituindo-se uma cultura e política originais e paralelas/autônomas ao centro. A partir da apresentação desta concepção e de sua viabilidade prática, este minicurso se baseará, num primeiro momento, no estudo de casos da conquista do alto sertão paraibano no século XVIII e, logo em seguida, na apresentação da formação de

uma sociedade singular na América espanhola no seiscentos. O minicurso será ministrado por meio de slides exibidos em datashow e análise de documentação manuscrita da época.

MC10. Sobre discurso e memória: as representações da cultura popular em cine holliúdy

José Wanderley Alves de Sousa

RESUMO: A forma mais palpável que o sujeito encontra para construir sua memória individual e percebê-la como parte constitutiva de uma memória coletiva é pelo somatório de suas práticas culturais. Ao associar uma imagem a outras, este percebe grupos de referências. Essa percepção de contratos coletivos atualiza as marcas sociais e históricas da pessoa e dá a ela a possibilidade de (re) elaborar múltiplas formas de constituir-se sujeito. Por esses postulados, a cultura popular se configura como uma das mais significativas formas de difusão da memória e, por conseguinte, da história. Sob esta ótica, a constituição do sujeito discursivo, pelas manifestações comunicacionais, exige novos suportes de representação e o texto fílmico emerge como possibilidade de torná-la muito mais viva. Nessa direção, a presente proposta de interlocução assinala, sob a ótica teórica da análise de discurso de orientação francesa, como os sujeitos materializam, pelos usos de linguagens diversas, a exemplo da música, do vestuário, da língua, dentre outras, as suas marcas experienciais. Objetivamos, então, neste encontro, analisar a inter-relação entre discurso, cultura e memória, a partir da leitura, análise e interpretação do filme *cinema holiúdi*.

MC11. Tem orixá no samba: Clara Nunes, Leci Brandão e a cultura afro-brasileira na MPB

Kyara Maria de Almeida Vieira e Uelba Alexandre do Nascimento

RESUMO: Muitas vezes é possível entrar em contato com valores de uma determinada religião sem que, necessariamente, a pessoa seja adepta ou tenha vivido alguma experiência nesse universo religioso específico. Isso ocorre, principalmente, quando símbolos, experiências, valores e elementos do ritual ultrapassam os limites dos locais de culto tais quais terreiros, igrejas, templos etc., e aparecem como contexto em reportagens de jornal ou revistas, em obras de arte, nas peças teatrais, ou em livros e músicas. Nessa perspectiva, a Música Popular Brasileira (MPB) é um importante veículo divulgador do universo religioso afro-brasileiro, mais especificamente a umbanda e o candomblé, contribuindo para a conformação de um imaginário sobre o mesmo que se encontra diluído na cultura nacional. considerando a música popular um importante meio difusor dos valores religiosos afro-brasileiros para além dos muros dos terreiros, procuraremos, nesse minicurso, entender a trajetória artística de clara nunes – importante intérprete que marcou época no mercado fonográfico brasileiro como a primeira mulher a vender mais de cem mil cópias de disco com um repertório reconhecidamente rico em referências ao candomblé e à umbanda – e da cantora e compositora Leci Brandão - sendo uma das primeiras mulheres a tratar das relações identitárias, étnicas e de gênero nas suas composições - mostrando algumas relações significativas entre a MPB e as religiões afro-brasileiras, ressaltando-se as influências dessas religiões na construção da carreira dessas cantoras, bem como para a divulgação e elaboração de um imaginário positivo dessas religiões no universo geral da cultura nacional, contribuindo, desta forma, para a discussão do ensino da cultura afro-brasileira na sala de aula através da música.

Sessões Coordenadas
19, 20 e 21 de novembro

SC01. História Oral e Identidades
Rosilene Dias Montenegro

OS *CHAPEADOS* EM CAMPINA GRANDE: TRABALHO, TENSÃO E RESISTÊNCIA

Alan Franca Paiva Silva[2]

RESUMO

Este artigo é parte de uma dissertação de mestrado do PPGH da UFCG. A pesquisa que se encontra em andamento falará sobre uma categoria de trabalhadores de Campina Grande – PB. Os *chapeados*[3]. O recorte está situado entre os anos de 1980 a 2000, a oralidade será tomada como fonte-documento privilegiada na construção deste texto. Partindo dos relatos destes trabalhadores pretendemos compreender as transformações no cotidiano do trabalho ocasionada pelo processo de mudanças nas atividades comerciais vivenciadas por eles. Tendo em vista que parece ser unanime a visão de muitos estudiosos que se debruçaram a pesquisar sobre Campina Grande em dizer que esta cidade, desde os primórdios, desenvolveu-se graças ao forte comércio, e que, em tempos áureos do algodão a cidade ganhava epíteto de "cidade do trabalho", "cidade moderna" e "Liverpool brasileira". Este cenário nos faz pensar numa Campina sempre forte, moderna e propensa ao desenvolvimento. Mesmo com a crise do algodão as memórias constituídas sobre Campina Grande falam de muitos sucessos no setor comercial, empresarial e atacadista. Diante desse movimento da cidade é que partimos para as seguintes problematizações: por qual eventualidade ainda persiste essa categoria de trabalhador nos espaços urbanos desta cidade? Quais as impressões destes trabalhadores sobre a cidade "moderna"? Qual o seu lugar social? Como vivem ou sobrevivem em contextos cada vez mais exigentes e dependentes de tecnologia um oficio que pressupõe apenas força física?
Palavras-chave: Trabalho; chapeado; oralidade; Campina Grande.

EMERGÊNCIAS DOS TRABALHADORES POPULARES NA CIDADE

Antes de adentrarmos na pesquisa que propõe falar do mundo dos chapeados em Campina Grande-PB, é valido registrarmos a importância dos estudos daqueles autores[4] que

[2] Especialista em história do Brasil e Mestrando do programa de pós-graduação da Universidade Federal de Campina Grande, <alanufcg@gmail.com>.

[3] Há várias denominações para chapeados, como: "ganhadores", "cabeceiro" "carregadores", "chapa", "estivadores" etc. as variações mudam de acordo com as localidades. Chapeado na Paraíba são homens que trabalham carregando e descarregando mercadorias, prestando serviços gerais. Em Campina Grande, são nas feiras, Ceasa, Conab, entrada da cidade, postos de gasolina e nas proximidades das casas comerciais em geral que poderíamos definir como seu ambiente de trabalho.

[4] E.P. Thompson, Michele Perrot, Sidey Chalhoub, Mª Auxiliadora Decca etc.

deram evidência aos populares nas narrativas históricas. Abrindo alternativas e abordagens das mais variadas sobre o estudo das cidades e do mundo do trabalho.

Quando os populares começaram a figurarem nas narrativas históricas, parece haver uma reação às deficiências de perspectivas anteriores em que as pessoas comuns são deixadas de fora nos textos de história. Publicações de várias obras[5] inspirariam pessoas escreverem história a partir de uma perspectiva onde os populares ganhassem evidências nas narrativas. (BURKE, 2008, p.29,30).

Leituras de E.P. Thompson, como em "A força dos Trabalhadores" (1989), "A Miséria da Teoria" (1981), "As Peculiaridades do Inglês e Outros Artigos" (2001) etc. podem pinçar as características marcantes do seu trabalho de fazer os esquecidos apresentar-se como sujeitos ativos na construção da história e visualizar como os seus conceitos vão tornando-se claros em sua narrativa, a rigor, o conceito de experiência. *"Do ponto de vista empírico é através das experiências que é possível elaborar teoricamente uma explicação racional das mudanças históricas."*

A "valorização" das experiências vividas e da subjetividade expressa nos estudos do historiador Britânico, ao tratar de homens e mulheres simples, influenciariam pesquisadores no Brasil, como (CHALHOUB, 1986), e (DECCA, 1987). [6] Ambos os textos manifestam-se como narrativas que procuraram dar visibilidade a personagens anônimos, permitindo-os a capacidade de falar sobre si mesmos, revelando valores, formas de sociabilidades ou conflitos. São discussões emblemáticas, especialmente pela dimensão crítica diante de um processo que abre novas alternativas de vida para aqueles habitantes marginalizados.

Em "A vida fora das fábricas,**"** a classe operária é vista como sujeito de cultura inferior. *A população operária da capital, vista geralmente como gente de cultura inferior, estaria potencial e efetivamente predisposta à criminalidade e à revolta.* (DECCA, 1987, p. 64). A autora pontua questões sobre como era vista a classe operária de São Paulo nos anos 20 e 30 do século XX; Chalhoub discute o cotidiano dos trabalhadores no período da Belle

[5] Obras como: A história social do jazz de 1959, de Eric Hobsbawm e A formação da classe operária inglesa de 1963, de E.P. Thompson. Neste texto, o autor não se limita a fazer uma analise econômica. Inclui descrições de rituais, apresenta o lugar das feiras na vida "cultural dos pobres". Analisa como fonte de pesquisa até poesia para se chegar entender estruturas de sentimento dos trabalhadores. Percebemos um dialogo muito tênue com a historia cultural.

[6] Ao citar Decca e Chalhoub, não pretendemos demarca-los como os principais propagadores dessas novas abordagem teóricas-metodológicas no Brasil. Nem tão pouco desconhecer que diferentes estudos no Brasil fariam uso de outros pressupostos teóricos, que não fosse do historiador E.P.Thompson, para assim também, falar das pessoas comuns.

Époque[7] no Rio de Janeiro, onde os enredos permeiam interpretações mais profundas e teóricas sobre trabalho, lazer, conflitos sociais e repressão Estatal.

Estudos como estes trouxeram novos olhares sobre as pessoas simples, como imprimiriam possibilidades distintas de ver e sentir os espaços urbanos, assim como o cotidiano do trabalhador comum. Estes estudos trouxeram também outras representações sobre mundo dos trabalhadores comuns, estes que são partes indissociáveis da própria dinâmica cidade. É neste sentido que pretendemos desenvolver nosso estudo para apresentarmos o mundo dos carregadores na cidade de Campina Grande.

1.1 UMA POSSIBILIDADE DE ESTUDO

Por que estudar pessoas anônimas, desprovida de qualquer atenção no cenário urbano, como os trabalhadores chapeados em Campina Grande? Ao levarmos em consideração a construção das cidades, como uma produção histórica tecida por relações sociais, compreende-se que o primeiro motivo ou explicação para tal questionamento é perceber que estes trabalhadores apresentam outro olhar sobre Campina Grande a partir do mundo do trabalho.

Como então traçar técnicas de pesquisa com fontes escritas quando estas são escassas ou, neste caso, inexistem? Como poderia um pesquisador, dedicado a pesquisar sobre essa categoria de trabalhador senão recorrer às fontes orais?

Os questionamentos não tem intenção de fazer apologia à metodologia oral colocando-a em grau de importância maior do que outras fontes, mas aparecem, sobretudo, para demonstrarmos que o uso da oralidade, para algumas especificidades, torna-se a alternativa mais crível quando se busca narrar uma historia de sujeitos que não figuraram em paginas de jornais, revistas, livros etc.

A experiência destes carregadores passa a ser valorizada como objeto de estudo, mas não com o objetivo de resgatar um passado, mas por acreditar que essas pessoas podem, ao narrar seus relatos, contar uma versão de sua história e da cidade, a partir de suas inquietações, tramas e conflitos do presente.

[7] Período de supremacia burguesa nas grandes cidades europeias do século XX.

1.2 CAMPINA GRANDE: CIDADE E COMÉRCIO INDISSOCIÁVEL

Ao longo da nossa pesquisa fica evidente que talvez nem existisse o trabalhador chapeado naquelas cidades e/ou locais onde o comercio não fosse pulsante, forte, rentável etc. Portanto, o recorte espacial que selecionamos para analisar essa categoria de trabalhador não foi uma escolha aleatória, mas sim porque notamos que a cidade Campina Grande caracteriza-se como um local propício a analise de trabalhadores como estes.

A cidade de Campina Grande, desde os primórdios, apresentou forte vínculo com atividades comerciais.[8] A vida local da cidade dependia do comércio de cereais. Desde a fundação do povoado que os negócios avolumaram-se ano a ano em progressão idêntica ao crescimento da localidade e ao aumento demográfico da capitania. Esta cidade, afirma Câmara, "nasce juntamente com as feiras, que por consequência traz consigo as primeiras atividades comerciais". (CÂMARA, 1999, p. 42).

Nas palavras de Giovanna de Aquino Fonseca Araújo, a origem da feira deve-se ao forte cultivo de mandioca, comercializada na *Rua das Barrocas*,[9] que a partir daí, graças ao forte desenvolvimento da agricultura, apareceriam às primeiras casas de farinhas, caracterizando assim, numa primeira fase do nascimento da *feira de Campina Grande*[10].

Na segunda fase "Campina Grande" passa da condição de povoado para vila[11], nessa época o comércio de cereais já se apresentava com muita força. Na terceira fase, a partir de 1864, devido ao seu desenvolvimento, seria elevada à categoria de cidade. Até os anos 50 do século XX, a importância comercial da cidade recai sobre o algodão, produto este que consolida ainda mais esta cidade como centro mercantil do Nordeste.[12]

Mesmo atento às abordagens enfáticas e abrangentes das referências acima, ao evidenciarem o desenvolvimento do comércio na cidade, é inegável que a forma pela qual Campina Grande se desenvolveu, desde os "primórdios" (embalada pelo comércio), nos dá subsídio para pesquisar uma categoria de trabalhadores, os chapeados. "Oficio" este, que subsiste, especificamente, pela presença de um forte comércio.

---

[8] Conferir CÂMARA Epaminondas: Datas Campinenses, p. 21; RG Editora e Gráfica, 1998. Ver também CÂMARA, Epaminondas. Os alicerces de Campina Grande: Esboço histórico-social do povoado e da vila (1697 a 1864), 1999, p.78-97.

[9] Barrocas faz referência ao nome da rua mais antiga de Campina Grande. Hoje, Vila Nova da Rainha.

[10] Nas palavras de José Pereira Junior, a feira confunde-se com a própria história da cidade. "ambas até certo ponto a mesma coisa" (PEREIRA JUNIOR, 1977, p. 19)

[11] O nome da fundação da Vila, que posteriormente viera se chamar Campina Grande foi Vila Nova da Rainha.

[12] ARAÚJO, Giovanna de Aquino Fonseca. Feira Livre: Memória "viva" da cultura do povo campinense, ao final do século *XX*. 2004, p. 29.

As ruas centrais, entrada da cidade, feiras livres e proximidades, configuram-se os locais por onde transitam estes carregadores em busca de "pegar" algum trabalho[13]. Tendo em vista que o comércio em abundância, em qualquer extensão urbana, pressupõe tendência de muitos serviços para aqueles trabalhadores que tiram seus sustentos usando os espaços das ruas da cidade. Por outro lado, fica a tensão, o forte comércio pressupõe inovações mecânicas, técnicas e melhorias nos serviços, rivalizando e disputando os espaços com o trabalhador braçal.

Pensando nos movimentos da cidade de Campina Grande em tempos áureos do algodão (1900-1930) - um contexto na qual a cidade ganhava epíteto de "cidade do trabalho", "cidade moderna" e "Liverpool Brasileira[14]"; ou atentando para o forte comércio que se constituiu após a crise do algodão: *As memórias construídas sobre a cidade de Campina Grande entre as décadas de 1960-1980 falam de muitos sucessos no setor comercial, empresarial e atacadista*[15] (SOUZA, 2011, p.91); constatamos uma propensão desta cidade para o comércio, inovações, desenvolvimento e modernidade.

Nesse sentido, questionamos: por qual eventualidade ainda persiste essa categoria de trabalhador nos espaços urbanos desta cidade? Quais as impressões destes trabalhadores sobre a cidade "moderna"? Qual o seu lugar social? Como vivem ou sobrevivem em contextos cada vez mais exigentes e dependentes de tecnologias?

Quando pensamos a ótica de sociólogos e historiadores[16] que dizem estarmos vivendo num contexto excessivo tecnologicamente, que nos deixa perplexos a cada instante devido à velocidade das mudanças sociais, torna-se inevitável não querer problematizar esse âmbito para compreender a grande permanência deste trabalho braçal (nas ruas da cidade) que pressupõe apenas força física para tirar seu sustento.

[13] Até meados dos anos vinte, a rua "João Pessoa", localizado no centro da cidade de Campina Grande, era o local onde mais frequentavam carregadores. Ver SOUSA, Fabio G.R.B. de. Na obra, Territórios de confrontos: Campina Grande 1920-1945. Edufcg, 2006. Nosso estudo pontua a Rua João Pessoa, ainda, como um dos principais locais onde frequentam chapeados.

[14] Os epítetos que foram denominados para a cidade de Campina Grande, os quais mencionamos, são citados em obras como: Trem, modernidade e imaginário na Paraíba e região: tramas político-ecômicas e práticas culturais (1880-1925);

[15] Ver sobre esta questão, SOUZA, A. Clarindo B. "Por uma vida menos infame". In: Populares na cidade: vivencias de trabalho e lazer. João Pessoa: Ideia, 2011.

[16] Ver, SENNETT Richard. A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. 14º ed. Rio de Janeiro. Record, 2009. SEVCENKO, Nicolau. A corrida para o século XXI - No loop da montanha russa. São Paulo, Cia da letras, 2001.

1.3 TRABALHO, TENSÃO E RESISTÊNCIA

No trabalho de chapeado, os serviços são praticamente iguais, mas há uma diferença entre a posição em que se encontram alguns desses carregadores. Existem aqueles que trabalham *fixos*[17], enquanto outros vivem nas ruas esperando, na maioria das vezes, algum dono de armazém convidar para descarregar ou carregar alguma carga, ou iniciarem em qualquer outro tipo de atividades. Consequentemente a forma de pagamento também sofre mudanças.

Aqueles chapeados que trabalham numa loja fixa dedicam seu trabalho apenas àquela loja, recebendo um salário mínimo, independente de aparecer serviço ou não. Além de receberem pelo carrego ou descarrego, sempre que chega ao armazém. *"O carrego ou descarrego de mercadoria é por fora, ganhamos esse dinheiro fora a parte do salário".* (Francisco Barbosa da Silva). Enquanto que outros, como eles mesmos dizem: "ficam soltos" nas ruas, calçadas ou, mais precisamente nos arredores da Feira Central ou ruas centrais da cidade a espera do convite. Estes *chapas* recebem neste caso, de acordo com o peso da carga, ou, acertado pela quantidade de sacos. Vejamos o que diz um chapa da Rua Quebra Quilos que trabalha fixo:

> A gente recebe um salário mínimo, aí você recebe por semana, entendeu? Ele divide pra ver como vai ficar por semana. Pronto! Hoje mesmo a gente tá recebendo cento e cinco reais por semana, aí ele tá dando o almoço que é por fora, ele paga o almoço e paga o descarrego. A gente tira uns cinqüenta saco pra descarregar e já recebe já. Fora o salário. Se brincar, tem semana que a gente tira quase o dobro do salário. (*João Francisco da Silva*[18]).

Este relato apenas demonstra como são remunerados os chapeados que trabalham fixo. No que se refere à forma de pagamento daqueles chapeados que não tem um emprego fixo, outro chapa nos diz:

> A forma de pagamento é assim, ele pega o descarrego aí tem cinco cara na turma, né? Quatro de fora e um da casa, vamos dizer. Aí ele paga o descarrego, dá cinquenta reais o descarrego, a gente divide os cinquenta, aí tem cinco pessoas, aí é dez pra cada. O *chapa* da casa também recebe, entendeu? Aí pronto, ele terminou,

[17] Trabalham com carteira assinada, mas basicamente a função é a mesma. Carregar e descarregar mercadoria.
[18] Entrevistas concedidas nas seguintes datas: 07/10/2008, 23/10/2008, 16/04/2009 e 19/05/2009. O entrevistado, na época do primeiro relato tinha 33 anos de idade e mais de 15 como trabalhador chapeado.

> ali ele não tem mais obrigação de fazer mais nada, que ele já descarregou, já fez a parte dele. Toma banho e vai pra outro canto. (*Francisco Barbosa Silva*[19], (Negão)).

Estes que não trabalham num ambiente fixo, que vivem a perambular pelas ruas, configuram-se na maioria dos *chapas* desta cidade. Não há exclusividade para a realização de algum trabalho, o que se nota é que estes homens estão prontos e dispostos a realizar qualquer atividade, porque é um trabalho inconstante, incerto. *"Tem dia que aparece, tem dia que não aparece. Tem dia que dá, tem dia que não dá"* (Francisco Barbosa Silva). Então, agarram as oportunidades sem exigir, ou até mesmo, sem combinar quase nada. Mesmo assim não deixam o serviço passar, pois no dia seguinte a possibilidade de não conseguirem trabalho é grande.

Ainda sobre a forma de trabalhar destes *chapeados*, verificamos que há uma vaidade entre eles quando o assunto é salário, local de trabalho, e ainda, quem ganha mais, se aqueles que trabalham fixos ou os que estão soltos nas ruas de um lugar para outro. Alguns depoimentos, de uns poucos *chapeados* que não trabalham fixos afirmam que trabalhando "solto" é a maneira ideal para se juntar mais dinheiro. É o que afirma Geraldo, chapa há mais de 15 anos;

> Trabalhar solto ganho mais, porque você não pára, é de um lugar para outro. Eu já trabalhei fixo, em mais de quatro armazém desses aí, mas hoje trabalho solto. É melhor! (Geraldo Melo, *chapa* a mais de 13 anos).

A pesquisa tem nos revelado que aqueles *carregador*es que realizam suas atividades num local exclusivo, neste caso, num ambiente fixo, vivem em condições melhores, não só no local de trabalho, como também fora deste. Vejamos o que diz João Francisco da Silva, *chapeado* há mais de 16 anos, sobre aqueles que trabalham fixos e os que vivem à espera de algum serviço para ganharem o seu dia.

> É porque o que trabalha fixo, tá certo de final de semana ter seu dinheirinho pra fazer sua feira, né? Aí aquele que trabalha solto fica tentando arrumar num lugar, no outro, às vezes tem semana que é muito parado, tem semana que não dá quase nada pra quem trabalha assim. Já quem é empregado fixo, toda semana pode fazer, pode não fazer, tem o seu né? Certo da feira já! (João Francisco da Silva).

[19] Entrevistas concedidas nas seguintes datas: 18/10/2008 e 03/03/2009. O entrevistado, na época do primeiro relato tinha 42 anos de idade e mais de 20 anos como trabalhador chapeado.

Independente do sistema de assalariamento, as condições dos *chapeados* são as mais adversas; o esforço para carregar os pesados fardos não é o maior problema para eles. É suportável trabalhar como *chapeado*, ser chamado de *chapa*, sustentar 100 kg sobre a cabeça. A pesquisa nos revelou e com muita clareza, que executar este trabalho exige um esforço muito além da força física. Não há duvidas do cansaço físico, mas os corpos se adequam ao ritmo do trabalho, mesmo aparecendo algumas dores físicas. O movimento nestas imediações de Campina Grande parece não parar, é um fluxo constante de caminhões. Ao passarmos pelos arredores, entre a manhã e noite, as imagens parecem ter congelado, são sempre as mesmas – lá vai um homem com o saco sobre a cabeça, de pés no chão e sem camisa.

Mas não há dúvida alguma sobre o que mais atinge e incomoda os *carregadores*, deixando-os sem assunto e cabisbaixos por alguns momentos. São os olhares estranhos de quem vai passando e vendo-os todo sujos e de pés descalços.

> Eu não sei o que muita gente pensa quando vê a gente assim todo sujo bem no meio da rua, parece até que estamos fazendo uma coisa errada, sabe? Já me peguei pensando nisso muitas vezes. (*Geraldo Melo*[20]).

Os risos, piadas e brincadeiras entre os *chapas* camuflam a desqualificação deste trabalho, de modo que parecem amenizar a dor muscular. A maioria dos entrevistados, mesmo com muito acanhamento, aos poucos desabafam, expressando seus sentimentos, na ânsia de enquadrar o trabalho de *chapeado* no rol, ao menos, de qualquer trabalho comum. O não reconhecimento do seu trabalho e o fato de não serem notados socialmente parece ser o fardo de maior peso que os *chapeados* carregam.

1.4 RELATOS E IMPRESSÕES DA CIDADE

A ausência de fontes escritas, para "historicizarmos" essa categoria de trabalhador comum em Campina Grande, conduz-nos a optar pela história oral enquanto fonte primeira para este estudo. Para esse breve estudo, procuramos utilizar relatos, tanto dos carregadores ainda em atividades, como daqueles, que por idade avançada ou outros motivos, deixaram de figurar nas ruas como trabalhadores chapeados.

[20] Entrevistas concedidas nas seguintes datas: 30/03/2009 e 11/02/2009. O entrevistado tem mais de 40 anos de idade e firma ter mais de 18 como trabalhador chapeado.

Tendo em vista que um dos objetivos é perceber a cidade a partir dos olhares dos carregadores, destacamos alguns relatos que trazem impressões e contribuições para pensarmos sobre as transformações que estavam ocorrendo no setor comercial e na dinâmica do cotidiano do trabalho a partir dos anos de 1980 a 2000.

O depoimento a seguir apresenta-nos dois momentos sobre a movimentação do comércio em Campina Grande, um passado de comércio aquecido por boas lembranças; e um presente, ora esperançoso, ora de tristeza e lamentações;

> A gente já ganhou muito dinheiro aqui nessa feira, tinha dia aqui de a gente ganhar muito dinheiro, apurava o dinheiro de trabalho de uma semana inteira só num dia, tudo de gorjeta que o pessoal dava e do descarrego que a gente ganhava. Hoje em dia a gente passa a semana todinha e não consegue ganhar o que ganhávamos antigamente. É muito difícil porque já caiu muito o movimento. Mais antigamente era um carro atrás do outro, pra carregar e descarregar agente nem hora de almoçar direito tinha. Hoje em dia não, você ver que já ta mais parado, você tem tempo até de dormir às vezes, que antigamente não existia isso, só tinha tempo de chegar mesmo pra começar o serviço. Isso daí fica na lembrança da gente porque a gente ganhava muito dinheiro. Teve gente mesmo aqui que construiu casa só com o descarrego, fora o salário fixo. Ai isso daí fica na lembrança da gente. E a coisa de ruim é que caiu o movimento, né? E a gente sempre fica pensando que não vai voltar o que era antes. Ai é difícil pra gente ver isso dai: como era o movimento de antes e como é hoje. Quem chegou agora a pouco não viu o movimento, mas quem já é antigo nesse trabalho e sabe do movimento todinho fica triste um pouco por causo disso daí. Só na vontade que tudo volte como era antes (João Francisco da Silva).

A rememoração traz lembranças do comércio forte, da movimentação que traziam vantagens ao trabalho de carregar e descarregar mercadorias, possibilitando, assim, percebermos tensões e conflitos no cotidiano desta categoria de trabalhadores. O exemplo do relato revela um dos caminhos que pretendemos trilhar ao narrar uma história dos chapeados, que é contar uma versão de suas histórias a partir de suas inquietações, tramas e conflitos do presente.

As modificações que ocorreram neste espaço tão importante para estes trabalhadores haveria sim de interferir em suas vidas. E as palavras de João Francisco da Silva revelam-nos com algum detalhe as razões destas mudanças.

> Na nossa *área*[21] caiu muito o movimento. Outra coisa também teve os supermercados que começaram a abrir nos bairros. Muita gente que vinha fazer compra dentro da feira, hoje em dia não compra mais, compra no supermercado que

[21] O chapeado faz referência às ruas próximas a Feira Central da cidade; como por exemplo: a Rua Quebra Quilos e a Rua Cristóvão Colombo.

> manda entregar na sua casa, aí já tira o pessoal da feira, entendeu? Os que vinham comprar na feira era porque não tinha um supermercado próximo, e hoje em dia tendo o supermercado perto, você não vai comprar na feira. É melhor você comprar perto da sua casa. Eles mandam entregar de moto, carro pequeno. Você antigamente vinha pra feira carregava peso e até carroceiro você tinha que pagar. Facilitou muito e mudou nisso aí, hoje você diz o endereço, paga e eles vão deixar na sua casa. (João Francisco da Silva).

Nesse movimento que apresenta mudanças sentidas pelos trabalhadores chapeado, seguem as impressões de *"Zé Abelha*[22]";

> Quando eu cheguei aqui nessa área da feira, por aqui também pela Rua Quebra Quilos, o trabalho de *chapeado* era uma loucura. Não faltava serviço não, faltava era *chapa*, porque vendia demais por aqui, tudo que você imaginar vendia por aqui. Só pra você ter uma idéia, só ali em *Jailson*[23] era seis trabalhando fixo e quatro na entrega, só ai era dez funcionários, será que vendia? 4h da manhã já tinha duas carretas paradas ali na porta para os caras descarregar, e era só descarregar para em poucos minutos o armazém começar a esvaziar de tanta vendagem, não parava um minuto, toda hora chegava caminhão, no final da tarde o armazém tava quase vazio, vendia demais, hoje em dia é parado em relação a época que cheguei aqui. E esse movimento existia até uns 15 anos atrás. Ali em *Adalto*[24] também era um movimento grande, aqui nessa região toda da feira o movimento não parava, essas ruas mesmo por dentro da feira, nem moto passava.

A emergência do capital, da concorrência e da busca pelo lucro é uma dinâmica característica dos setores comerciais presente nas cidades modernas. Após a década de 1960, encontramos um forte declínio do comercio atacadistas em Campina Grande, abrindo espaço para novos empreendimentos comerciais. Sobretudo a proliferação das atividades varejistas.[25] O aparecimento dos supermercados, e a facilidade propiciada por esses novos estabelecimentos em melhorarem os serviços aos clientes utilizando carros e motos para os serviços de entrega, por exemplo; acertam em cheio o cotidiano destes trabalhadores, fazendo-nos refletir como ainda subsiste esse oficio, essa categoria de trabalhadores

[22] Entrevista concedida em: 10/06/2009. O chapeado não autorizou revelar o nome, afirmando que todos o conhecem por esse apelido. "Zé Abelha" foi um dos mais antigos que entrevistamos e que ainda permanece na atividade de carregar e descarregar mercadoria. A Rua Quebra-Quilos é seu local de trabalho. "Zé Abelha" tem mais de 60 anos. É um dos chapeados mais conhecido nas proximidades da Feira Central da cidade.

[23] Jailson é o proprietário de um antigo armazém localizado na Rua Quebra Quilos que ainda estar em funcionamento. Este armazém é uma referência nesta rua por ter uma grande variedade de produto.

[24] Proprietário do "Armazém Contrigo", localizado na Rua Quebra Quilos, que ainda encontra-se em funcionamento. Dentre os vários produtos que vendia neste armazém, o principal produto era a farinha de mandioca e o trigo para se fazer pão, estes produtos continuam sendo a exclusividade nas vendagens.

[25] Costa (2003,p.120) analisa de forma interessante as mudanças pelas quais o comercio de Campina Grande estava passando nos finais dos anos sessenta. Sendo preciso em datar o primeiro mercadinho a funcionar na cidade. Eis que o mercadinho "Dom Dom", localizado na Feira Central parecia iniciar a nova modalidade do comercio varejista que expandiria pela cidade.

desprovida de associação, vinculo formal, classe ou sindicato; em tese, um trabalho que pressupõe força bruta desqualificada.

Os relatos desta categoria de trabalhadores, ao trazerem impressões sobre a cidade e ao mundo trabalho, contemplam-nos ao propiciar novas dimensões e abordagens alternativas sobre estudos das cidades e dos populares. Para uma pesquisa de *maior envergadura*[26], nota-se que as experiências dos chapeados são importantes para compreensão dos processos que envolvem trabalhadores comuns, os modos de vida destes dentro do contexto mais amplo das relações entre capital, trabalho e emprego na cidade de Campina Grande nos últimos anos.

A força dos novos mercados com ampliações dos serviços (entrega em domicilio, cartão de compra/credito etc.) oferecendo conforto ao consumidor são dinâmicas que modificam o comércio das cidades e consequentemente modificam também o cotidiano desta categoria de trabalhadores, os chapeados. Acreditamos que as transformações pelas quais passam uma cidade (sejam elas quais forem), modificam os sujeitos históricos, e estes, por sua vez, interferem e sentem as mudanças nos espaços urbanos. As cidades se constituem igualmente a partir dos populares que a todo tempo imprimem sua própria dinâmica no cotidiano ao apreciar e visualizar os espaços de forma particular.

Estes trabalhadores resistem e persistem na procura dos seus sustentos diários, buscando acompanhar os deslocamentos dos espaços comerciais que estão se configurando e transformando a todo instante.[27]

Como vimos até aqui, estes trabalhadores testemunham que as mudanças no setor comercial da cidade interferem de forma direta na dinâmica do seu oficio e, sobretudo, nos seus "salários". Consequentemente na sua alimentação, habitação, vestimenta, diversão etc. A rememoração traz lembranças de um comércio dinâmico, forte e promissor que hoje não existe mais.

Os "tempos de fausto" relatados pelos chapeados, ao dizerem: "antigamente a gente ganhava dinheiro demais" é o que marca seus relatos quando estão contando suas historias. Mesmo quando o assunto distanciava do mundo do trabalho, ainda assim é para esse quesito;

[26] A nossa pesquisa no PPGH da UFCG, que será concretizada com a defesa da dissertação já nos mostra a importância das vivências desses trabalhadores. Ao dizerem e lerem a cidade e o mundo do trabalho a partir das suas próprias experiências.

[27] Os chapeados a todo instante procuram táticas para conseguirem trabalho. Estão sempre atentos com os lugares que podem oferecer um trabalho. Embora estes trabalhadores não tenham horários fixos para "chegarem" ao trabalho, ainda assim permanecem alertas com os horários e os locais comuns dos armazéns, lojas de eletrodomésticos etc. para estarem prontos para um possível carrego ou descarrego de mercadorias. Estão acompanhado a dinâmica do comércio para conseguir um trabalho. Os horários e os locais de descarrego de determinadas lojas ou armazéns podem alterarem conforme ocorre na Rua João Pessoa com as lojas de eletrodomésticos.

trabalho, que suas falas direcionavam. Nos momentos das entrevistas, independente do assunto em pauta, quase não há relatos que eximem ou ofuscam a palavra trabalho.

São relatos tensos, preocupados e cheios de incertezas sobre seu oficio. Eles parece entenderem que a dinâmica do comercio estão cada vez menos necessitando dos seus serviços. Não sabem, é de se imaginar, que o desemprego, a individualidade, as inovações dos serviços cada vez mais recorrente nos setores comerciais é fruto de uma dinâmica, sócio econômico, perceptível que parece estimular a competição exigindo qualificação que resultem em produtividade no trabalho.

No seu *A cultura do novo capitalismo*, assim como no seu *A corrosão do caráter*, o sociólogo Richard Sennett, pinça considerações a respeito da cultura capitalista contemporânea e nos trazem um cenário de traumas sociais e emocionais. Na ótica do sociólogo, as flexibilidades proporcionadas pela globalização nas instituições públicas e privadas afetam o trabalhador de tal modo que estes incorporam um medo de se tornarem supérfluos ou ficar para trás na "sociedade de capacitação".

É de se notar que Sennett esteja a tratar de trabalhadores que divergem e muito da categoria do trabalhador (chapeado) que estamos aqui analisando. Não obstante, fica evidente que estes trabalhadores comuns também são atingidos por esta flexibilidade global da qual o sociólogo discute em suas obras. Aja vista que a dinâmica do capitalismo não seleciona tão pouco escolhe em qual cotidiano ou perfil de trabalhador devem interferir. A dinâmica muda não só os lucros e as práticas do trabalho, mas também a sensibilidade dos homens.[28] Seja qual seu oficio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Elpídio. **História de Campina Grande**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 1978.

ARANHA, Gervácio Batista. *Trem, Modernidade e Imaginario na Paraíba e Região: tramas politico-economicas e praticas culturais (1880-1925).* Doutorado em História. Campinas, UNICAMP, 2001.

[28] Eis que estamos a falar da velocidade com que as coisas modificam-se com dinâmicas tecnológicas e capitalistas. Transformações que afetam as praticas de trabalho, assim também como as sensibilidades dos homens. Para o caso dos chapeados, estes precisam se adaptarem, deslocarem e cada dia estarem sujeitos a mudarem de local de trabalho, pois precisam seguir as mudanças do comercio e as inovações que estão surgindo. A maioria desses trabalhadores, o que tem a oferecer ao mundo da informação e da tecnologia é apenas força física. O sociólogo Sennett diria que essas exigências e mudanças tecnológicas afetariam até o caráter do homem.

ARAÚJO, Giovanna de Aquino Fonseca. **Feira Livre: Memoria "viva" da cultura do povo campinense, ao final do século XX.** Ed. Campina Grande-PB: Gráfica e Editora Agenda, 2004. V. 01.

CABRAL, FILHO, Severino. **A cidade através de suas imagens: uma experiência modernizante em Campina Grande (1930-1950)**. 2007.

CÂMARA, Epaminondas: **Datas Campinenses.** RG Editora e Gráfica, 1998.

_____. **Os alicerces de Campina Grande**: Esboço histórico-social do povoado e da vila (1697 a 1864), 1999.

CHALHOUB, Sidey. **Trabalho, lar e botequim**. São Paulo, Brasiliense, 1986.

COSTA, Antônio Alburqueque. ***Sucessões* e Coexistências do Espaço Campinense na sua Inserção ao Meio Técnico-Científico-Informacional : a feira de Campina Grande na interface desse processo.** 2003, 230f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFPE, Recife.

DECCA, M. A. Guzzo. **A Vida Fora das Fábricas**. Rio de Janeiro, paz e terra, 1978.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **Desafios e dilemas da história oral nos anos 90**: o caso do Brasil.História Oral, São Paulo, nº 1, p.19-30, jun. 1998.

GUEDES PINTO, Ana Lúcia; GOMES, Geisa Genaro; SILVA, Leila Cristina Borgesda.**Memórias de Leitura e Formação de Professores.** Campinas, São Paulo: Mercado das Letras, 2008.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: Unicamp, 1994.

DINIZ, Lincoln Silva. As Bodegas da Cidade de Campina Grande: Dinâmica sócio-espaciais do pequeno comércio – Campina Grande, EDUFCG, 2011.

MELO JÚNIOR, João Alfredo Costa de Campos. **O conceito de experiência historica em Edward Thompson.** Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

PEREIRA JUNIOR, Francisco. **Feira de Campina Grande, um museu vivo da cultura popular e do folclore nordestino**. MUDES – 1977.

PERROT, Michele. **Os excluidos da história: operários, mulheres e prisioneiros**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PESAVENTO, Sandra, Jatahy. *Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginarias.* In: Revista Brasileira de História. Vol 27, n. 53, 2007.

SENNETT Richard. *A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo.* 14º ed. Rio de Janeiro. Record, 2009.

SEVCENKO, Nicolau. *A corrida para o século XXI - No loop da montanha russa*. São Paulo, Cia da letras, 2001.

SOUSA, Fabio Gutemberg R.B. de. **Territórios de Confrontos: Campina Grande 1920-1945**. Edufcg, 2006.

SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa de. "Por uma vida menos infame" In: *Populares na Cidade:* vivências de trabalho e de lazer. João Pessoa: ideia, 2011

SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa de. **Lares Permitidos, Prazeres Proibidos: sociedade, cultura e lazer em Campina Grande** (1945-1965) Tese de Doutorado. PPGH/UFPE, 2002.

THOMPSON, Edward Palmer. **História Oral**. Revista da Associação Brasileira de História Oral, número 5, junho de 2002. Editor responsável: Maria de Lourdes Monaco Janotti.

THOMPSON, Edward Palmer. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos.** Organizado por Antonio Luigi Negro e Sérgio Silva. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

_____. A história vista de baixo. In: *A peculiaridade dos ingleses e outros artigos*. São Paulo: Editara da UNICAMP, 2001.

THOMPSON, Edwart Palmer. **A voz do passado historia oral**. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1992.
THOMPSON, Edwart Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, V.1, 1987. V.2, 2002. V.3, 2002.
THOMPSON, Edwart Palmer. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

"ABRINDO VELAS, PESCANDO CULTURAS[1]": O MAR E O TERRITÓRIO TRADICIONAL DE CAETANOS DE CIMA, EM AMONTADA, CE

Lígia Rodrigues Holanda[2]

RESUMO
Na tessitura de um mapeamento do patrimônio cultural da comunidade de Caetanos de Cima, localizada no litoral Oeste do estado do Ceará, há que se considerar o lugar central do mar na vida dos Caetanenses, pois estamos falando de uma comunidade na beira da praia, cuja principal atividade econômica, foi, durante várias gerações, a pesca e a mariscagem. Hoje é comum escutar os velhos pescadores e marisqueiras falarem do desaparecimento dessas atividades, fato comumente atribuído ao desinteresse dos mais novos, a escassez do estoque de pescado em função da degradação ambiental e aos riscos do mar. Ainda assim, observamos que o universo da pesca e da mariscagem extrapolam a dimensão de uma atividade econômica, constituindo uma cultura pesqueira que se manifesta em um rico repertório de contações de histórias, músicas, hábitos alimentares, práticas religiosas, dança, artesanato; em uma relação peculiar com o espaço que desemboca na vivência de uma territorialidade específica, compreendida como formas singulares de se relacionar com o espaço, de construir significações, de gerir coletivamente a vida comunitária e o usufruto dos recursos naturais. Esse território estende-se tanto a terra, quanto a água (Little, 2004), pois o mar de Caetanos funciona como uma extensão da terra. Assim, cabe-nos aqui refletir sobre as relações entre as várias manifestações culturais de Caetanos de Cima e a defesa do seu território tradicional.
Palavras-chave: Patrimônio Cultural, Território Tradicional; Territorialidade.

Nas últimas décadas testemunhamos um crescimento de reivindicações acerca do reconhecimento de formas diversas de ocupação dos espaços, de relacionamento entre comunidades, natureza e de produção econômica e cultural peculiares, enfim há uma insurgência de comunidades ou povos tradicionais que, sentido seus modos de vida ameaçados tem se organizado e dado visibilidade as suas demandas. Almeida reflete que o conceito de "terras tradicionalmente ocupadas expressam uma diversidade de formas de existência coletiva de diferentes povos e grupos sociais em suas relações com os recursos da natureza" (2006, p. 22) abarcando povos indígenas, quilombolas, comunidades pesqueiras - que é o foco deste estudo, dentre outras. Esse processo desemboca no desenvolvimento de uma territorialidade que, segundo o mesmo autor, "funciona como fator de identificação, defesa e força […] Laços solidários e de ajuda mútua informam um conjunto de regras firmadas sobre uma base física considerada comum, essencial e inalienável [...]" (2006, p. 24), enfim, o território transcende a ideia restrita de espaço e é um produto histórico de

1 O título faz referência ao nome do projeto do Ponto de Cultura da comunidade, aprovado pelo Ministério da Cultura- MinC em parceria com a Secretaria Estadual de Cultura- Secult em 2005.

2 É licenciada em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú; Especialista em História do Brasil com ênfase em História do Ceará pela Faculdade Darcy Ribeiro e, atualmente está cursando a Especialização em Arte e educação e Cultura Popular no campo pela Universidade Federal do Cariri- UFCA

processos sociais e políticos, sendo necessário compreender ainda que, ao falar em território tradicional há um deslocamento do termo "tradicional" que deve dialogar com as demandas atuais dessas comunidades a partir de suas formas peculiares de uso da terra, e não restrita ao viés da imemorialidade (LITTLE, 2004).

"Esse pedacinho de chão é meu mundo[3]" disse-nos em entrevista dona Alvina Ferreira, uma das moradoras mais antigas da comunidade de Caetanos de Cima. Afirmativas semelhantes são recorrentes entre outros moradores e apontam para um sentimento de pertencimento a uma lugar, a um território que como dito anteriormente, não deve ser compreendido apenas sob a ótica da propriedade da terra, mas como lugar (ou lugares) de produção cultural (HOLANDA; QUEIRÓS, 2013), pois é sob uma pequena faixa de terra litorânea que a comunidade de Caetanos de Cima vive há várias gerações, tendo como meio de sustentação atividades extrativistas como a pesca artesanal, a mariscagem e a coleta de frutos da região. Somam-se a estas a agricultura de subsistência e o artesanato. Desta forma há todo um sistema de regras para o usufruto do espaço e dos bens naturais, de produção comunitária como é o caso das casas de farinha; de transmissão de conhecimentos tradicionais e de construção de sentidos acerca do território e da vida comunitária.

Os caetanenses conseguem listar pelo menos quatro gerações que vivem no mesmo espaço, o que daria uma ocupação de pelo menos 200 anos. Existem duas versões para o surgimento da comunidade, uma de que eles seriam descendentes de um negro alforriado chamado Caetano, que passou alguns anos lá e depois partiu para Itapipoca, município vizinho, onde fundou a comunidade de Conceição dos Caetanos, hoje titulada como comunidade remanescente de quilombo; a outra versão seria de que eles descendem de índios Tremebé, mais especificamente de uma índia chamada Tereza Barbosa. Ao elencar estas duas versões sobre a "origem" da comunidade nos interessa chamar a atenção para as representações construídas por eles na construção de sua territorialidade e não reforçar a necessidade de uma ocupação imemorial que justifique a regularização fundiária.

Mesmo ocupando o território há tantos anos, eles não possuíam a propriedade das terras e, a partir da década de 1980, quando o turismo começa a ser intensificado no estado, os atrativos da paisagem de Caetanos propiciaram uma série de disputas pelo território. A especulação imobiliária começa a crescer na região. Esse cenário de disputas impôs aos

3 Trecho de depoimento de dona Alvina Ferreira em entrevista realizada no dia 09 de maio de 2014. Dona Alvina é dramista, poeta e, por ocasião da implementação do memorial comunitário da comunidade, foi reconhecida como guardiã da memória, em reconhecimento aos seus conhecimentos.

caetanenses a necessidade de se organizarem para defender o seu território tradicional e, na mesma década, junto a outras comunidades[4] buscaram a regularização da situação fundiária que culminou na criação do assentamento Sabiaguaba. Entretanto, embora a criação do assentamento tenha representado uma grande vitória, ela não sanou os conflitos pelo território e pela garantia de seus modos de vida. Existem áreas que, mesmo estando demarcada dentro do perímetro de assentamento federal, são ocupadas por posseiros que alegam nunca terem sido indenizados. Recentemente, além dos projetos relacionados ao turismo, a comunidade tem sido ameaçada pela instalação de complexos eólicos na região.

Outro fator que permeia a discussão fundiária em Caetanos é que seu território não está restrito apenas a terra, mas ao mar e outros ambientes aquáticos, o que torna ainda mais difícil uma regularização fundiária dado que não há uma legislação específica (LITTLE, 2002). Desta forma, os pescadores vivem temerosos de que em sua área, seguindo o modelo econômico observado em outras faixas litorâneas do estado, sejam implementados projetos de carcinicultura e aquicultura, conhecidos por eles como "cercas do mar".

Frente às disputas territoriais, uma das estratégias de fortalecimento da comunidade foi o esforço de sistematização de suas memórias e de seu patrimônio cultural, contando com apoio de organizações não governamentais, pesquisadores e universidades, sobretudo a partir da assessoria do Instituto Terramar e da inserção dos Caetanos na Rede de Turismo comunitário – Rede Tucum. Nesse aspecto foram organizadas algumas publicações, a comunidade se abriu para o acolhimento de pesquisadores e também foi construído um memorial comunitário cujo acervo é composto por fotografias, objetos de trabalho ligado à pesca artesanal e a agricultura, objetos de uso doméstico como pilões e etc e, outros objetos ligados as manifestações culturais locais.

MAPEANDO O PATRIMÔNIO CULTURAL DE CAETANOS DE CIMA

Este é o coco da praia (ô baianê o baianá)
Todos na roda a dançar(ô baianê o baianá
Na batida do caixão(ô baianê o baianá

4 O assentamento inclui ainda as comunidades da Matilha, Pixaim e a sede de Sabiaguaba.

E na pancada do mar(ô baianê o baianá
Todos alegres brincando para tristeza espantar (composição coletiva do Raízes doCoco)

Como parte da pesquisa empreendida através do curso de especialização em Arte e Educação e Cultura Popular- Residência Agrária da Universidade Federal do Cariri- UFCA, estamos realizando o mapeamento do patrimônio Cultural de Caetanos de Cima. Para tanto, tomamos como referência a metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional- IPHAN, sobretudo no que tange a definição de categorias para o patrimônio, elencadas da seguinte forma: Edificações; Celebrações; Formas de Expressão; Ofícios e Modos de Fazer e; Lugares.

Aproximamos-nos da metodologia da História Oral por compreender que ela "nos permite o estudo das formas como as pessoas ou grupos efetuaram e elaboraram suas experiências incluindo situações de aprendizado e decisões estratégicas" (ALBERTI, 2006, p.165). Isto posto, reiteramos que aqui nos interessa mais compreender como a comunidade de Caetanos tem se relacionado com seu patrimônio; que representações eles constroem sobre esses bens e como isso tem se relacionado na vivencia de uma territorialidade específica[5] e na defesa deste território, enfim buscamos saber mais sobre a construção de significados que sobre eventos (PORTELLI, 1997, p. 07). Assim, em nosso trabalho de campo, realizamos entrevistas semi-estruturadas, rodas de conversas que eram menos rígidas e que nos permitiam construir uma maior intimidade cm as pessoas e, oficinas temáticas envolvendo diversos sujeitos. Realizamos ainda pesquisa bibliográficas relacionada às questões propostas e, faz-se importante destacar que, além de já existirem outras pesquisas acadêmicas sobre os Caetanos, a própria comunidade tem efetuado algumas experiências de sistematização e escrita de suas memórias.

Ao tratar de Patrimônio Cultural, concordamos com Kersten que ao analisá-lo dentro dos processos sociais, defini-o como construto das dinâmicas da experiência coletiva, sobre o qual cada grupo social manifesta o que deseja como perene e eterno (2000, apud TOMAZ, 2010, p.3), desta forma, a discussão acerca do patrimônio cultural de uma dada sociedade se relaciona diretamente com a sua memória, com a forma que significa e simboliza o seu passado. Compreendemos que a memória

5 Sobre as territorialidades específicas cf. Little

> emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem, que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada (…) A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto (NORA, 1993, p. 09).

Isto posto, a memória se dá a partir do concreto, do vivido e propicia um sentimento de pertencimento a um determinado grupo, ou seja é elemento constitutivo da identidade. As diversas manifestações da cultura popular vivenciadas nos Caetanos de Cima são espaços concretos de enraizamento dessas memórias, pois é através dos cordéis, do coco de praia, do reisado, do preparo de alimentação tradicional e dos lambedores, dentre outras práticas, que se transmitem os saberes sobre a terra e o mar, e é essa relação diferenciada com a natureza "que vai caracterizar uma espiritualidade própria, que será traduzida numa estética de expressão variada" (Tardin, 2012, p.181).

Percebemos que as múltiplas manifestações culturais de Caetanos mantêm uma relação estrita com o território, em especial com o mar. Assim retomamos a ideia defendida anteriormente de que o mar deve ser compreendido como parte do território e que ele figura como um lugar antropológico "isto é um lugar dotado de sentido e marcas identitárias de determinado grupo" (AUGÊ, 1994 apud OLIVEIRA JR. 2006, p. 46-47). Existe uma tênue divisão entre terra e mar, na medida em que, além de compor o imaginário dos Caetanenses, elementos do mar são trazidos para terra através dos alimentos, de artefatos de uso doméstico, de práticas religiosas e de objetos decorativos, por exemplo.

A música foi apontada pelos Caetanenses como uma das linguagens artísticas mais fortes da comunidade, pois desde "muito tempo se toca e se canta nos Caetanos", eles estão inclusive organizando um livro sobre a história da música na comunidade. Além de cantar e tocar, desde a década de 1970 organizam eventos como festivais de músicas que mobilizam pessoas e grupos de toda a região.

A partir da análise do vasto repertório musical de Caetanos de Cima percebemos a sua identificação com o mar, pois este é um dos temas mais recorrentes:

> Na batida do pé
> Na batida da mão
> No ritmo e barulho do mar
> No coco a quebrar
> Batida no chão
> Esperando chegar
> O peixe do mar
> Na embarcação

O trecho acima é parte de uma composição de Valneide Ferreira, no ritmo do coco de praia. Nela percebes-se a presença do mar e do ofício de pescador. Numa outra canção, desta vez uma ciranda composta por Maria das Mercês, uma adolescente, novamente a praia e o mar são cantados

A ciranda que te dei ôiá
Todo mundo vai é rebolar
No ventinho da nossa praia
No balancinho das saias
Todo mundo vai se rebolar [repete]

As histórias do nosso lugar
Todo povo vai saber cantar
Celebrando nossa história
Na leveza dessas praias
E curtindo a beleza do mar
(Maria das Mercês)

O mesmo pode ser percebido na poesia, que também é bastante presente na comunidade, utilizando-se principalmente do cordel:

A vida em Caetano
Se resume em pescaria
Porque pescamos histórias
Memórias e alegrias
Um belo terral fresquinho
Para alegrar o dia.

Memória de muitos anos
Crianças sabem contar
História e muitos sonhos
Vivência desse lugar
Um belo peixe fresquinho
Baião de dois pra acompanhar.

A cultura que trazemos
Referência do lugar
Grupo raízes do coco
Para as noites alegrar
Na beira da bela praia
Vamos tomar banho de mar

O cheiro de maresia
Brisa na beira do mar
Uma viola afiadinha
Nos ponhamos a cantar
Serenatas e modinhas para

As damas conquistar

No trecho da poesia elaborado pela adolescente Edineide Ferreira, o mar se faz presente na "beleza" da paisagem, nos cheiros, na pesca, na alimentação, no lazer; além disso também é trazido um pouco da história da música em Caetanos, nos versos que fazem referência as serenatas e modinhas, que, segundo os moradores mais velhos, eram tocadas em meados da década de 1950, fala-se também do grupo "Raízes do Coco", elemento central na compreensão da relação entre Patrimônio Cultural e o território tradicional de Caetanos de Cima.

O grupo de coco "Raízes do coco" surgiu no ano de 2005 incitados pelo encontro dos povos do mar[6]. Segundo Valneide Ferreira, uma das organizadoras do grupo, sempre se ouviu falar do tempo em que os pescadores se reuniam ao fim de suas jornadas de trabalho para dançar o coco na beira da praia, mas que essa era uma atividade apenas de homens, que a anos havia sido abandonada. Ela e alguns jovens da comunidade sempre insistiam com os mais velhos para que a brincadeira fosse ensinada, havendo sempre uma recusa, tanto, por acreditarem que já não existiam bons emboladores, quanto pela resistência em ensinar uma dança que tradicionalmente era apenas de homens à mulheres.

Numa tentativa de impulsionar o retorno da tradição do coco, Valneide Ferreira, a partir do projeto do Ponto de Cultura, proporcionou o encontro entre os jovens da comunidade e o grupo de coco do Balbino[7], e tendo estes como referência organizou uma primeira roda de coco, que de pronto gerou insatisfação em uma das moradoras que conhecia a brincadeira original, dona Tereza Ribeiro da Silva, conhecida como tia Tereza.

> Ai foi assim, a gente tinha visto o grupo de coco do Balbino e quando chegou a gente se organizou e começou a dançar, assim, que a gente não sabia mesmo, né. Tinha aprendido um puco, mas ninguém dançava direito mesmo... Ai a tia Tereza quando viu aquela arrumação, ficou olhando assim... assim, estranhando e deu um tempo e ela disse: - Isso mesmo num é coco coisa nenhuma. E a gente dizia: é sim! Que foi o povo do Balbino que ensinou. Era pra provocar mesmo, que a gente queria que ela ensinasse e fazia tempo que a gente pedia e nada... ai ela olhou, olhou e a gente naquela danação, dançando o coco de lá. Até que ela se levantou, assim meio zangada e disse que isso não era coco não, que o coco era isso, e ai ela dançou […] Ai foi muito rápido, todo mundo esqueceu o outro, que não tinha aprendido mesmo, e começou a dançar o coco dos Caetanos […] Foi uma febre, todo mundo aprendeu rápido demais (Valneide Ferreira, entrevista realizada em maio de 2014).

6 Encontro que a princípio foi articulado pelo instituto Terramar e depois pelo Sesc Ce e que agrega diversas comunidades pesqueiras.

7 Grupo tradicional da comunidade pesqueira do Balbino, no município cearense de Aquiraz.

Dona Tereza conhecia a brincadeira mas, nunca tinha participado de nenhuma roda de coco, pois, como dito anteriormente, elas eram restritas aos homens. A partir deste episódio o grupo se organizou, montou um repertório, convidou o mestre Francisco Holanda – Mestre Ratinho, de uma comunidade vizinha para ajudar nas emboladas e o mestre Francisco Quirino que era tocador e, rapidamente passaram a fazer apresentações, no Encontro dos Povos do Mar, no Teatro José de Alencar, no Centro Dragão do Mar e em outros espaços culturais do estado, como aponta dona Tereza:

> Foi muito rápido o coco. Assim, a gente retomou o coco que fazia... fazia duns quarenta anos pra lá que tava parado e num instante a gente ganhou o mundo e se apresentemo naquele bicho... o Dragão do Mar, no teatro, viajamo... Ai todo mundo passou a respeitar o povo de Caetanos. Que é um povo que tem história! (Tereza Ribeiro da Silva, em entrevista realizada em março de 2014).

Este relato nos remete a importância do coco na conquista de uma visibilidade externa, afirmação que é endossada por outros moradores, e que contribuiu no reconhecimento de Caetanos de Cima enquanto comunidade tradicional. Acreditamos que, por um lado esta visibilidade incide na construção/afirmação identitária, dado que "a construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade e que se faz por meio da negociação direta com os outros" (POLLAK, 1992, p. 204) e por outro lado implicou num maior poder de negociação com entes do estado a fim de facilitar o acesso a algumas políticas públicas.

Vale destacar ainda que, a intensa vida cultural de Caetanos, permite um diálogo constante entre gerações o que assume um papel preponderante para que se mantenha viva as memórias do povo de Caetanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. Fontes orais: Histórias dentro da História. In. PINSKY, Carla Bassaneze. **Fontes Históricas**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2006.

ALMEIDA, Alfredo W. B. **"Terras tradicionalmente ocupadas:** processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum". Terras de Quilombos, terras indígenas, babaçuais livres, castanhais do povo, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: PPGSA-Ufam, 2006. p.21-99.

HOLANDA, Lígia Rodrigues; QUEIRÓS, Agnelo Fernandes de. Os pescadores da Emboaca: memória e oralidade na luta pelo território pesqueiro tradicional. In: **I Seminário de História e Contemporaneidades**, 2013, Crato, Ce. I Seminário de História e contemporaneidades: As dimensões políticas da História e o futuro do passado, 2013. v. I. p. 1351-1365.

LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade. In. **Anuário Antopológico**/2002-2003. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004, pp. 251-290

NORA, Pierre. **Entre memória e história** – a problemática dos lugares. In: **Projeto História.** São Paulo: PUC, n. 10,1993, p.7-28

OLIVEIRA JÚNIOR, Gerson Augusto. **O encanto das águas:** a relação dos Tremembé com a natureza. Fortaleza: Museu do Ceará/ Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, Vol 5, nº 10, 1992, p. 200-2012

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. In. **Revista eletrônica da PUC**. Disponível em:
<http://revistas.pucsp.br/idex.php/revph/article/viewFile/11233/8240>

TARDIN, José Maria. Cultura camponesa. In. Caldart, Roseli Salete; et al (Org.). **Dicionário de educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular 2013.

TOMAZ, Paulo Cesar. A preservação do patrimônio cultural e sua trajetória no Brasil. **Revista de História e estudos culturais**. Vol. 07, ano VII, Nº 02, 2010.

"RASGA LETRA": MEMÓRIAS DOS TRABALHADORES DO ALGODÃO EM CATURTÉ (1960-1983)

Hallisson Bento Olympio Francisco da Silva[1]

RESUMO
O presente trabalho trata-se de uma analise das memórias dos trabalhadores do algodão na cidade de Caturité, cariri paraibano entre os anos 1960 a 1983, analisando o auge e a crise da cultura algodoeira nesta comunidade que teve sua importância no crescimento econômico da Paraíba no século XX como tantas outas. Neste sentido, abordaremos aqui algumas memórias de trabalhadores que experenciaram o período em tela e destacaremos o "rasga letra", algo como um dinheiro extra, fruto da colheita do algodão no período final de um ano, que possibilitava aquisição de objetos, roupas, bens ou até mesmo uma alimentação melhor no final do ano; Estas singularidades presentes na memória dos trabalhadores foram captadas através da metodologia da história oral, fornecendo possibilidades de estudarmos a comunidade, os trabalhadores e suas relações de trabalho entre si e com a terra, como diria E. P. Thompson, apresentaremos uma história do ponto de vista dos de baixo, possibilitando apresentar memórias e experiências que podem contribuir de forma impar na reconstrução da história.
Palavras-chave: Trabalhadores; Memória; Algodão.

INTRODUÇÃO

Todas as tardes dezenas de trabalhadores e trabalhadoras chegavam um após o outro com sacos cheios de algodão sobre suas cabeças, acompanhados de jumentos que traziam em seus lombos cargas ainda maiores da fibra colhida naquele dia. O longo percurso entre os roçados e o local de venda e entrega na comunidade de Caturité era necessário para que o algodão chegasse ao local de descaroçamento. Ali, acontecia a pesagem em arrobas e no final de semana os trabalhadores recebiam pela venda ou colheita da matéria prima que após passar pelos procedimentos minimamente industriais eram prensados em fardos e preparados para a entrega as indústrias compradoras de Campina Grande.

A passagem acima narrada remete ao cotidiano dos trabalhadores da cotonicultura na região de Caturité na segunda metade do século XX. Estes, e milhares de outros trabalhadores em todo estado tiveram uma importante contribuição para a economia paraibana desde o inicio do século XIX, durante quase todo esse século a produção de algodão na Paraíba simbolizou uma época de pujança que transformou a economia do estado.

Conforme titulo deste trabalho, a partir da memória dos trabalhadores discorremos sobre a força econômica que o algodão trouxe para toda a comunidade. Analisaremos a

[1] Mestrando PPGH - UFCG. <hallissoncatu@hotmail.com>.

importância financeira que a fibra possibilitava aos trabalhadores comuns, gerando pagamento de diárias maiores e renda extra para compra de comida e aquisição de vestuário e bens a partir da colheita do final do ano que entre os agricultores se convencionou chamar de "rasga letra".

Na década de 1950 o algodão chegou a empregar mais de 250 mil pessoas estendendo seu plantio por cerca de 6,646 hectares em todo estado[2]. A titulo de exemplo à cidade de João Pessoa, capital do estado, teve seu processo de modernização iniciado nas primeiras décadas do século XX a partir da aplicação do capital advindo dos grandes produtores de algodão do interior que ajudaram o poder público na realização das primeiras reformas urbanas na Capital[3].

Na região da Borborema, especificamente na cidade de Campina Grande a força da fibra acarretou o "boom" algodoeiro, que conforme historiografia bastante conhecida chegou a ser o 2º maior polo exportador de algodão do mundo, perdendo apenas para a cidade inglesa de Liverpool. Neste cenário a cidade recebe a linha férrea bem como algumas reformas urbanas como ruas alargadas, casas em art decó, praças, instalação de empresas, bancos hospitais, e colégios, ganhando ares de progresso.

Como dito acima, a cultura algodoeira estava presente em diversas localidades da Paraíba que constituíram base sólida que convergia a produção aos polos de beneficiamento e exportação. Neste trabalho destacaremos a comunidade de Caturité[4] que entre tantas, teve também sua participação neste processo histórico da Paraíba, onde buscaremos apresentar e analisar a importância da cotonicultura no que tange a economia, a formação da comunidade e a memória dos trabalhadores.

Este trabalho dialoga com história social, a partir de uma abordagem da história oral, lançando mão de sua metodologia analisando os depoimentos de três trabalhadores do período algodoeiro em Caturité. De acordo com Meihy (2013),

> Valendo-se de diálogos gravados, as percepções da vida social são registrados de maneira a se constituir em fontes ou documentos que contudo, devem ser considerados desde sua origem, [...] absolutamente tudo que é gravado e preservado

[2] Informações disponíveis no site do Jornal A união, em artigo especial publicado em 11 de julho de 2009 denominado Algodão da Paraíba.

[3] A esse respeito ver tese de doutorado de Waldeci Ferreira Chagas, intitulada As singularidades da modernização da Parahyba nas décadas de 1930 a 1930, Recife – UFPE, 2004.

[4] Município localizado no cariri paraibano, distante 160 Km da Capital João Pessoa, elevado à categoria de município com a denominação de Caturité pela lei estadual nº 5900, de 29-04-1994, desmembrado de Boqueirão e instalado em 01-01-1997. Informações disponíveis em: http://www1.ibge.gov.br/cidadesat/histórico.

> se constitui em documento oral. Entrevista, porém, é história oral em sentido restrito.

Assim, buscaremos apresentar os relatos colhidos de maneira a mostrar o cotidiano dos trabalhadores na lida do algodão.

Recortar o tempo para se estudar determinada época é sempre um risco para com o passado, mas conforme Thompson (1987) toda narrativa tem que começar de algum lugar, embora seja real e necessário rupturas e descontinuidades. Neste sentido nosso estudo parte década de 60, pois é nestes idos que as informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE apontam o distrito em estudo como um povoado importante do município de Boqueirão, destacando-se na produção de algodão, tendo na base da economia a agricultura de subsistência, com destaque para o milho e o feijão e a criação de gado, sendo considerada posteriormente uma das maiores bacias leiteiras da região do cariri.

Ao longo deste período buscaremos entender a relação destes com a terra, a cultura algodoeira e o crescimento da comunidade em termos populacionais e econômicos até chegarmos em 1983, data que marca oficialmente[5] o fim do período algodoeiro marcado pela foça destruidora do *Bicudo*[6].

DE BAIXO PRA CIMA, A HISTÓRIA É OUTRA...

Ao voltar o olhar para os trabalhadores do algodão na pequena comunidade de Caturité é como se tivéssemos de posse de uma câmera fotográfica e com um grande "zoom" pudéssemos alcançar algo que faria parte da imagem maior, mas que até então passava despercebido no que toca a sua importância na construção da imagem no plano macro.

A idealização da figura acima, nos faz pensar no método da redução de escala utilizado pela micro história trazida à baila das discussões pela historiografia italiana através do historiador Carlo Ginzburg que em uma de suas obras marcantes *"o queijo e os vermes"* (2006), ele apresenta a história de um homem comum a partir de processos da inquisição no

[5] Quando citamos a palavra 'oficialmente' é nos sentido de tomarmos por base os estudos realizados pela EMBRAPA.

[6] O besouro bicudo-do-algodoeiro (*Anthonomus grandis*) pertence à família *Curculionidae*, que possui a característica de apresentar o rosto bem desenvolvido, alvo da origem do nome "bicudo". Esta praga é específica do algodoeiro, espécie de planta que proporciona condições para que este inseto complete todo o seu ciclo de vida. Sua história como praga-chave da cotonicultura mundial começou com sua ocorrência no Texas, EUA, em 1892. Em 1949 foi encontrado na Venezuela e, em 1950, na Colômbia. No Brasil, foi registrado pela primeira vez em fevereiro de 1983, nas regiões produtoras de algodoeiro em Sorocaba e Campinas, no Estado de São Paulo. Em julho do mesmo ano, já atingia a região Nordeste, mais precisamente o município de Ingá, no Estado da Paraíba dizimando todo algodoeiro do estado e destroçando a economia.

Norte da Itália no século XVI. Utilizando-se do método do paradigma indiciário, isto é, a partir dos indícios e vestígios deixados nos processos Ginzburg reconstrói a trajetória do moleiro Menóchio e aponta a possibilidade de ser fazer uma nova historiografia olhando para os homens comuns.

A esse respeito a historiografia social convencionou chamar "*história dos de baixo", "história vista de baixo"* entre outras. Aqui não nos apegaremos, ou nos apropriaremos da denominação do termo ao pé da letra visto que a construção dos conceitos citados faz parte de outro contexto, no entanto, se faz necessário dizer que a aplicabilidade do mesmo permanece atual e nosso interesse é mostrar que sob a história elitizada e oficial existem sujeitos que também tem experiências e fazem parte da história.

Entendemos então que o olhar para as práticas dos trabalhadores a partir de suas memórias possibilita ao historiador reconstruir uma história que muitos não conheceram e sequer sabem que da existência de determinados acontecimentos. O olhar sobre o trabalhador e o mundo do trabalho foi tema massivo nas pesquisas de Edward Thompson e Eric Hobsbawm quando estudaram a formação da classe operaria inglesa e da revolução francesa respetivamente.

A partir daí, vários outros pesquisadores passaram a estudar com mais afinco os mundos do trabalho, uns com o olhar mais voltado a militância operaria, outros nem tanto, no entanto o que se destaca nestas pesquisas e estudos é a valorização do homem comum perante uma história notadamente marcada pela força da elite.

A abordagem a partir da experiência e do cotidiano dos trabalhadores comuns possibilita uma compreensão sobre a história muito rica em detalhes, poderíamos aqui discorrer sobre diversas obras e autores que foram bem sucedidos ao estudar os de baixo, tais como, Thompson, Ginzburg, Hobsbawn, Emanoel Le Roy Ladurie que inclusive produziu a excelente obra conhecida como *Montaillou: Um povoado occitânico*[7]·. (Sharpe, 2011).

Para apresentar os trabalhadores e suas experiências presentes em suas memórias utilizaremos dos depoimentos colhidos com alguns agricultores que vivenciaram a época, prática que Heródoto, considerado como o pai da história, reconhecia importantíssima para elaborar a historiografia. Contudo, o uso do método da história oral gerou muitos debates sobre objetividade e subjetividade das fontes desqualificando a oralidade como documento.

[7] A obra trata de uma pequena aldeia do sudoeste da França, na região montanhosa dos Pireneus. Em 1320, ela foi varrida pela Inquisição, que, na busca de hereges cátaros, desentranhou longas e detalhadas confissões de seus habitantes. Ladurie consegue a través dos processos da inquisição reconstruir a história daquele pequeno povoado.

Obviamente que esses questionamentos só foram vencido graças aos debates sobre a utilização de novas fontes advindas da Escola dos Annales[8], possibilitando novos estudos e a produção de valiosas e importantes obras.

Neste percurso de inovação no estudo da história, é possível perceber as marcas da historiografia de Thompson, no seu artigo *"The History from Below"* publicado em 1966 em *The Times Literary Supplement.* Na sua concepção, a história deve ser contada, não somente levando em consideração os "grandes fatos" da história oficial e seus heróis.

Sobre a importância de se estudar a história por outro ângulo, o historiador britânico Jim Sharpe (2011, p. 60) afirma o seguinte,

> Mas a importância da história vista de baixo é mais profunda do que apenas propiciar aos historiadores uma oportunidade para mostrar que eles podem ser imaginativos e inovadores. Ela proporciona também um meio de reintegrar sua história aos grupos sociais que podem ter pensado tê-la perdido, ou que nem tinham conhecimento da existência de sua história.

Assim, contaremos uma história dos sujeitos ocultos, cujas histórias fazem parte de grande rede que interligadas contam uma parte da história de Caturité, da Paraíba e do Brasil, como disse Eric Hobsbawn, uma verdadeira história de baixo pra cima[9].

HOMENS DE FIBRA, FIBRAS DE VALOR E O 'RASGA LETRA' E A CRISE

Nas terras de pouca umidade e alta temperatura da vila de Caturité, cariri paraibano, trabalhadores acordavam cedo em busca do sustento familiar. Não existia muita tecnologia a disposição para acorda-los. O galo aliado ao nascimento do sol tomava conta desta atribuição. Roupas longas e chapéus de palha eram necessários para diminuir a ação causticante do sol, a água e a rapadura não podiam faltar no bisaco para o longo dia de trabalho que viria pela frente.

[8] A Escola dos Annales deixou sua marca bem notável da historiografia desde então e continua existindo até hoje. Desde seu surgimento, passou por quatro fases e teve grandes nomes como representantes de cada uma. A primeira delas, a fase de fundação, é identificada por seus criadores Marc Bloch e Lucien Febvre. A segunda fase, já em torno de 1950, é caracterizada pela direção e marcante produção de Fernand Braudel. A partir da terceira geração a Escola dos Annales passou a receber uma identificação mais plural, na qual destacaram-se vários pesquisadores como Jacques Le Goff e Pierre Nora. A quarta geração da Escola dos Annales é referente a um período que se inicia em 1989, neste momento há um desenvolvimento notório da História Cultural e os grandes nomes que a representam são, por exemplo, Georges Duby e Jacques Revel.

[9] Consideração desenvolvida a partir da leitura de da tese "Entre o capa reta e a redenção" de Mariângela de Vasconcelos Nunes, 2006 . Onde a mesma cita a obra de Hobsbawm, Sobre a história, 1998, p. 2016.

Falaremos agora sobre as experiências dos trabalhadores que experenciaram diretamente o período, bem como a importância que o algodão representou para todos aqueles que dependeram da fibra na Paraíba e especificamente na comunidade de Caturité ao longo da segunda metade do século XX. Certamente nunca saberemos tudo, mas o que sabemos é que a época foi marcada por muito trabalho, suor e muita riqueza principalmente para os produtores. E para os trabalhadores?

É valido lembrar que a cotonicultura também possibilitou momentos diferenciados para os agricultores mais humildes, todavia não podemos realizar a analise grotesca partindo de extremos "trabalhadores enricaram" ou "trabalhadores só sofriam", buscaremos um meio termo, ou melhor, um ponto de equilíbrio, pois o que se deduz é que de fato e sem exageros, na perspectiva dos depoimentos colhidos, o período do algodão representou sim uma época diferenciada e de pujança financeira também para os agricultores.

Pois bem, historicamente a concentração de terras no Brasil ficou na mão de poucos, isso ainda é muito presente e significa que os trabalhadores da agricultura tinham muita dificuldade de ter seu próprio roçado e sua própria produção, para tanto era preciso se submeter aos proprietários de terras e produtores de melhor condição econômica e fazer acordos de divisão de produção a exemplo do sistema de meeiros e também através de trabalhadores temporários, isto é, trabalhava alguns dias por semana na plantação do proprietário da terra em troca do uso da terra do seu roçado.

O algodão era plantado em pequenas e grandes propriedades junto com agricultura de subsistência, milho e feijão, esse sistema produtivo era obsoleto, considerando que os agricultores não tinham condições de comprar equipamentos para modernizar sua produção.

No sua Tese sobre os trabalhadores do agave no cariri paraibano, a historiadora Mariângela Vasconcelos afirma que a agricultura de subsistência na região já era praticada pelos índios Cornóios. Legado presente na agricultura heterogênea dos trabalhadores em um passado bem recente, aliando a plantação de milho, feijão, fava, jerimum, melancia, pepino, maxixe, quiabo à plantação de Algodão[10].

O algodão aos poucos começou a ganhar importância econômica e a ganhar espaço nas grandes propriedades e também nos roçados devido facilidade e adaptação da planta na região, não precisando de muita chuva nem empreendimento de muita força de trabalho.

[10] Mariangela de Vasconcelos Nunes, Entre o capa verde e a redenção: a cultura do trabalho com o agave nos cariris velhos (1937 – 1966), 2006.

Na vila de Caturité, como também era chamada, "[...] agente plantava o milho e o feijão no inverno e lucrava e plantava o algodão mocó e esse algodão ficava quatro, cinco anos sem morrer" (Severino Gervasio da Cruz, 2011) [11].

Para o senhor Antonio Ribeiro[12], "A planta do algodão era logo, dava uma limpa, três limpa, pra poder lucrar, e chegava bem a terra na lavoura. Plantava logo com as primeiras chuvas e colhia no verão".

Através da fala dos depoentes é possível entender que a cultura do algodão ensejava menor participação de mão de obra, não necessitante frequência diária do trabalhador na plantação, exceto para plantar, limpar e colher, assim o agricultor poderia trabalhar alugado em outro lugar e nas horas livres dar conta de sua plantação.

Nos anos 60 o algodão cresceu muito na região caririzeira. Na comunidade de Caturité o senhor João Queiroga, pioneiro na comunidade e também nos negócios, era homem muito influente e politicamente uma liderança respeitada. Empreendedor de nascimento, João Queiroga adquiriu muitas terras na região e plantava longos de roçados de algodão, "Cacimba de Baixo era uma safra de algodão danada, Serraria ficava verde, alvinho, alvinho, você espia assim no roçado alvejava, encandeava o cabra a meio dia de tanto algodão, aquele algodão bem branquinho, é, mim lembro de tudo!" (Antonio Ribeiro, 2001).

A memória do agricultor ao lembrar-se dos detalhes, do campo alvo de algodão, nos ajuda a reconstruir um passado coletivo. De acordo com o sociólogo Maurice Halbwachs (2006) o recurso da memória permite perpassar/ ultrapassar fronteiras do individual para o coletivo, facilitando assim a reconstrução de um passado a partir memórias isoladas, mas que fazem parte de um espaço coletivo[13].

Ainda nesse contexto, a memória se insere como ponto de partida para chegarmos à vida em sociedade, onde estão presentes as experiências individuais[14], nessa direção, "toda consciência do passado está fundada na memória, através das lembranças recuperamos consciência dos acontecimentos anteriores, distinguimos ontem de hoje, e confirmamos que já vivemos um passado" (LOWENTAL, 1998, p, 75, *apud* DELGADO, 2010).

[11] Palavras do senhor Severino Gervasio da Cruz, 94 anos, entrevistado em Caturité, em Março de 2011.
[12] Palavras do senhor Antonio Ribeiro Galdino Borges, 77 anos, entrevistado em Caturité, em Março de 2011.
[13] Maurice Halwachs. A memória coletiva. São Paulo: Centauro,2006
[14] Ver obra História Oral: memória, tempo, identidades da historiadora Lucila de Almeida Delgado, 2010.

Para Walter Benjamin[15], a memória deve estar acompanhada da experiência dos sujeitos, pois a legitimidade do testemunho do narrador está na densidade da experiência, essa experiência por sua vez se concretiza a partir de suas relações em determinada comunidade em determinado período de tempo, assim essa experiência adquirida, nos remete ao entendimento de Halbwachs, para ele a memória individual existe sempre a partir de uma memória coletiva, as ideias, reflexões, sentimentos, paixões que atribuímos a nós são, na verdade, inspiradas pelo grupo a qual os sujeitos estão inseridos.

Nas plantações de algodão de João Queiroga, trabalhavam dezenas de famílias, que contribuíam para aumentar a população da comunidade, inclusive, segundo os relatos colhidos, famílias inteiras chegavam àquela comunidade em busca de trabalho e geralmente conseguiam, além de moradia nas propriedades do mesmo.

> O trabalho familiar predominava nos algodoais, [...] Mulheres e crianças, além do cuidado com a casa, a horta, os animais e alimentação dos camaradas, iam para a roça e compartilhavam das tarefas no cultivo do algodão" (ALEGRO; GONÇALVES; GASPAR; SANTOS, 2007, p.31 *Apud* SANTOS, 2008, p. 5).

Assim, o algodão virou uma cultura obrigatória também para os pequenos trabalhadores, pois além de representar o "ganha pão" para uns, representava também a possibilidade de realização de pequenos desejos de consumo para outros. A colheita de algodão acontecia nos últimos meses do ano, e os ganhos gerados com a venda da fibra, ou com a apanha do algodão serviam para adquirir um vestido, uma chinela, um tecido, uma feira melhor, carnes para mistura, além de bebidas para aproveitar às festas religiosas, de padroeira, natal e ano novo, coisa que antes da cultura do algodão não era possível.

> [...] o dinheiro era pouco, mas não faltava e tinha algodão todo dia pra o cabra apanhar, pra limpar, pra plantar, agora não faltava dinheiro. [...] e naquele tempo era todo mundo, a família toda ia, mãe não, mãe ficava em casa (Antonio Ribeiro, 2011).

A fala do nosso depoente mostra um pouco da fartura proporcionada pelo algodão. Logicamente que a possibilidade de se ganhar algo mais, um extra, era concreta, mas com muito trabalho e a presença massiva da família no dia a dia no roçado. As mulheres donas do lar, embora nem sempre estivessem presentes no campo,

[15] Pensamento presente nos textos "o narrador" e "experiência e pobreza" do livro: Magia e técnica, arte e política de Walter Benjamin, 1994.

> [...] sempre trabalharam. Seu trabalho era da ordem do doméstico, da reprodução não valorizado, não remunerado. As sociedades jamais poderiam ter, ter-se reproduzido e desenvolvido sem o trabalho doméstico das mulheres que é invisível (PERROT, 2007, p. 109).

Ainda é necessário considerar a dificuldade enfrentada pela mulher enquanto dona de casa, pois na maioria dos dias tinha que acordar de madrugada, fazer o fogo de lenha ou carvão, preparar o café da família e muitas das vezes já preparar o almoço para o marido e filhos almoçarem no roçado.

Eram verdadeiros homens e mulheres de fibra que diariamente estavam labutando em busca de colocar a comida na mesa da família e em busca de dias melhores, se submetendo a grandes esforços, caminhando intermináveis quilômetros com vinte pesados quilos que mais pareciam centenas de quilos sobre sua cabeça. Além do cansaço do dia de trabalho exaustivo na colheita por produção que consumia mais energia do trabalhador, o retorno pra casa era igualmente cansativo, mas era preciso travar essa luta todos os dias em busca de obter melhores ou mínimas condições de vida para sua família.

> Esse algodão sabe onde eu apanhava? Nas Campinas, perto de Zeca Amaro, olhe de tarde pra trazer esse algodão, João Preto tinha três jumentos para carregar algodão das Campinas, mas eles não venciam o algodão não, era muita gente apanhando sabe? Era dois roçados de João Queiroga, cinquenta quadros cada um, a pessoa trazia o resto na cabeça, levei muito algodão na cabeça! Chegava aqui mortinho, era uns vinte quilos, a estrada era longe (Severino Gervasio, 2011).

A utilização da força animal para deslocar a colheita até o motor foi característica histórica da economia brasileira, a esse respeito Celso Furtado (1999) já tratou muito bem na sua obra *formação econômica do Brasil.* Segundo o economista, desde o Brasil colonial a utilização de tração animal como burros, jumentos, bois eram tão importante como a carne e a lenha, assim como as mulas foram importante para o transporte de carne de charque do Rio Grande do Sul para toda região sul ganhando destaque no mercado alimentício interno. A utilização dos animais também é bastante conhecida na produção do açúcar e café.

O cotidiano dos trabalhadores se dava da seguinte forma, para plantar e limpar era pago por dia em uma jornada de trabalha que ia das sete da manhã as onze pra almoçar e das doze até às quatro horas da tarde. Na colheita o pagamento era por produção, isto é por peso, logo a jornada era mais longa, chegando a doze horas de trabalho ininterrupto, com exceção rápida para a ‘bóia’, comida que era levada de casa para almoçar no local de trabalho e não perder tempo na colheita, afinal tempo era dinheiro!

> A colheita era até de noite, pegava cinco horas da manhã e ia até às cinco horas da tarde, pegava direto, quanto mais apanhasse, mais era melhor, dava mais produção, apanhava quarenta, cinquenta quilos de algodão, apanhava com as duas mãos e colocava no seio[16] no instantezinho fazia um paiol de algodão danado (Argemiro Sabino Cabral, 2011)[17].

O algodão era apanhado por quilo, vintes quilos representava uma arroba, e segundo conversas informais e com os próprios depoentes, um arroba de algodão coletada valia cerca de cinco mil réis, logo se compararmos grosseiramente com a informação que o senhor Argemiro que "dez mil réis dava uma feira", por baixo uma diária da colheita dava a feira da semana, isso significa, a grosso modo, sobrava dinheiro. Essa sobra era justamente o 'Rasga letra' que servia para comprar um animal para criar ou para comer junto com a família nas festas e servia também para pagar, se fosse o caso alguma divida contraída ao longo do ano, tanto pelo o trabalhador, como para o pequeno produtor.

O algodão nas palavras dos depoentes era um investimento certo, não precisava ter medo, pois o lucro era certo "Eu pegava o dinheiro emprestado na mão de Vieira, Vieira era o administrador de Tio João, [...] aí pedia dinheiro a ele, e muita gente pedia antes, e depois [da colheita] pagava tudo" (Severino Gervasio, 2011).

> Podia plantar que tinha o dinheiro na certa, só tava certo de outubro para novembro, podia comprar fiado, mas a safra tinha, podia comprar o que quisesse aí quando chegava ao fim do ano [dizia] esse aqui é pra comprar roupa das festas (Argemiro Sabino, 2011).

No auge da cultura algodoeira no Nordeste, especificamente no ano de 1953, o Rei do Baião Luiz Gonzaga e Zé Dantas[18] compuseram a musica "*Algodão*"[19].

Bate a enxada no chão
Limpa o pé de algodão
Pois pra vencer a batalha,
É preciso ser forte, robusto, valente ou nascer no Sertão.

[16] Seio era um instrumento confeccionado pelo próprio agricultor para facilitar sua colheita de algodão, era simples, geralmente uma pedaço de corda amarrada em dois pontos de um saco, uma espécie de sacola grande colocada transpassada em pescoço e braço, deixando as mão do trabalhador livre para colher a fibra e coloca-la no seio.

[17] Palavras do senhor Argemiro Sabino Cabral, 76 anos, entrevistado em Caturité, em Março de 2011.

[18] José de Sousa Dantas Filho, natural de Carnaíba de Flores, PE, foi médico, e era mais conhecido como Zé Dantas, foi compositor, poeta, folclorista brasileiro e parceiro de Luiz Gonzaga em vários sucessos. Informações disponível na pagina virtual http://cliquemusic.uol.com.br/artistas/ver/ze-dantas.

[19] Composição encomendada pelo então Ministro da Agricultura no governo Getulio Vargas, o pernambucano João Cleofas, A musica esteve presente no disco intitulado de "Luis Gonzaga canta seus sucessos com Zé Dantas", lançado em 1959 pela gravadora *RCA Victor.*

Tem que suar muito pra ganhar o pão
E a coisa lá "né" brinquedo não

Mas quando chega o tempo rico da colheita
Trabalhador vendo a fortuna se deleita

Chama a família e sai, pelo roçado vai
Cantando alegre ai, ai, ai, ai, ai, ai, ai

Sertanejo do norte
Vamos plantar algodão
Ouro branco que faz nosso povo feliz
Que tanto enriquece o país
Um produto do nosso sertão.

A música relata a labuta árdua do trabalhador do algodão, e em seguida relata a fartura do algodão na época da colheita e finaliza aconselhando a plantar o ouro branco que é capaz de fazer o povo feliz e enriquecer o país. É possível inferir que o algodão proporcionava segurança econômica a todos, aos pequenos e aos grandes, fazendo o trabalhador se deleitar na fortuna após muito esforço.

No contexto local, João Queiroga, além de ser o maior produtor da região, também comprava o algodão de quase todos os pequenos produtores e vendia diretamente a Cesar Ribeiro que desde os anos 1930 já era um dos maiores compradores e vendedores de algodão da região polarizada por Campina Grande[20].

Anos depois João Queiroga adquiriu um motor para descaroçar o algodão, desta feita os trabalhadores e produtores traziam o algodão para o velho 'raposão', como era chamado o motor descaroçador, certamente pelo seu tamanho e barulho quando do seu funcionamento, logo, o algodão era descaroçado e colocado em fardos e levado pra Campina Grande em melhores condições de venda e lucros, sendo que a semente/caroço descaroçado servia de alimentação animal, ou seja, Queiroga lucrava com o algodão e com o caroço.

Ainda no roçado, antes de chegar até o motor, o algodão era ensacado em sacos de estopa e transportado em lombos de animais e na cabeça dos trabalhadores. Em frente a casa do, duas balanças aguardavam os trabalhadores e a carga de algodão, após a pesagem, a colheita de cada trabalhador era anotada pelo administrador, que se chamava Vieira que era filho único de João Queiroga. "[...] quando era no domingo de manhã o povo ia receber o dinheiro [...] ali era a loja, era cheio na hora de receber de manhã, o pagamento era no domingo bem cedinho, tinha um feirão visse, feirão!" (Antonio Ribeiro, 2011).

[20] Informação disponível no anexo 2 da dissertação de mestrado de Josefa Gomes de Almeida Silva, intitulada, Latifúndio e algodão em Campina Grande: modernização e miséria. UFPE, 1985.

A presença da feira semanal representava a circulação de dinheiro com a compra, venda e a troca de mercadorias, entre estes destacavam a venda fumo, tecido (fazendas), além de bancas de alimentação e produtos de primeira necessidade como cereais e frutas.

Conforme depoimentos colhidos, fica evidente a força da economia local a partir da pujança da cultura algodoeira, pois no domingo os trabalhadores recebiam seus salários e após fazerem as compras da semana, buscavam bancos, bodegas e outros lugares de 'diversão', entretenimento possível com a renda extra da colheita e venda do algodão.

No entanto, com a chegada do bicudo (*ver a 6ª nota de rodapé na pagina 3*) e a dificuldade de controlar a praga, a cotonicultura perdeu força rapidamente, pois a aquisição de inseticida não era fácil e o governo não tinha um programa de controle com a amplitude de impedir o crescimento rápido e a devastação da fibra. Conforme Severino Gervasio (2011) "Quem acabou com o algodão foi o bicudo, acabou de um jeito que agente não podia mais nem plantar ele, o comprador não queria comprar mais nada, aí acabou o algodão!".

Para além do colapso do algodão por conta do bicudo, e o crescimento da cotonicultura na região paulista, outro fator é imprescindível e certamente ainda pior, a seca. A estiagem de 1979 a 1985 foi considerada por estudiosos a mais longa e avassaladora do século XX, marcada por uma onda de saques que chegou ao auge em 1981 ao ponto do presidente João Figueiredo declarar que só restava rezar para chover.

A crise do algodão quebra toda a rede econômica existente em função da fibra, essa rede ia desde o produtor até o comprador do algodão, que fretava caminhões para transporte da produção até Campina Grande, sem contar nas dezenas de trabalhadores desempregados e a queda na economia local, assim, as pessoas que sobreviviam com a cotonicultura ficaram sem perspectivas.

Os agricultores sem condições financeiras de combater a praga e conviver com a seca abandonam a plantação e em meio a dificuldade imposta muitos se deslocaram para o sudeste do país nos famosos "paus de arara". Eram dias longos, desconfortáveis e cansativos como muita fome e sede, dinheiro pouco e na mala a esperança de uma vida melhor.

Migrar não era fácil, pois implicava cortar laços e começar do zero, enfrentar o desconhecido e deixar familiares para trás. Assim o bicudo e a seca, além de devastar a cultura algodoeira, desorganiza a vida de muitos trabalhadores que não enxergam outra possibilidade a não ser "correr" para outra região em busca de trabalho e melhores condições de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vida no algodão nunca foi tarefa fácil, as marcas do trabalho pesado estão marcadas nas memórias dos sujeitos, no entanto como propomos no inicio deste texto, a nossa analise mostrou que para além das adversidades e dificuldades a algodão proporcionou uma melhora econômica significante que até então nenhuma cultura havia conseguido, não me refiro a números ou valores, mas sim a qualidade de vida que os próprios trabalhadores afirmam, pois podia faltar tudo, menos trabalho e dinheiro no bolso. Em meio a um período de estiagem que se arrastou por muitos anos, ter trabalho, significava ter dinheiro, que logo significava ter condições de sustentar a família e tendo um extra no bolso, era bem melhor permanecer na terra do que se aventurar em terras desconhecidas do sul do país, mesmo que esse caminho fosse o futuro de muitos deles.

Este trabalho produzido a partir das memórias dos trabalhadores, materializados em entrevistas e constituídos enquanto fontes possibilitou trazer a tona uma história local ainda desconhecida por muitos. Trata-se de um estudo de caso localizado, no entanto esclarecemos ao leitor, que o caso analisado é apenas um dos diversos temas que afloram do baú das memórias dos nossos depoentes e que devem ser analisados em um estudo maior.

No entanto todo o conjunto de falas e analises reproduzida neste trabalho enriquece a história e a historiografia da cidade, possibilitando que o passado possa ser visto de um ângulo diferente, capaz de mostrar a riqueza de detalhes que existem nas experiências dos trabalhadores, seja dor, alegria ou felicidade, mas que guarda o brilho de um período marcado por muito trabalho, suor e lagrimas de homens e mulheres que em suas memórias o carregam um passado presenciado, silenciado e omitido, que a historiografia tenta aos poucos reconstruir.

DEPOIMENTOS

Argemiro Sabino Cabral, 76 anos, aposentado, entrevistado em Caturité, em Março de 2011.
Severino Gervasio da Cruz, 94 anos, aposentado, entrevistado em Caturité, em Março de 2011.
Antonio Ribeiro Galdino Borges, 77 anos, aposentado, entrevistado em Caturité, em Março de 2011.

.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEGRO. Regina C.; GONÇALVES, Cátia R.; GASPAR, Edna de S.; SANTOS, Janete de. **Os Trabalhadores do Ouro Branco no Norte do Paraná**. Conselho de Editoração da Secretaria de Estado da Cultura do Paraná. Curitiba: Imprensa Oficial, 2007.

BARRROS, José D'Assunção. **A expansão da história**. Petropolis, Rio de janeiro: Vozes, 2013.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**: magia e técnica, arte e política. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CHAGAS, Waldeci Ferreira. **As singularidades da modernização da Parahyba nas décadas de 1910 a 1930**. Tese de Doutorado. UFPE, Recife – PE, 2004.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História Oral**: Memória, tempo, identidades. 2 ed. Belo Horizonte: Autentica, 2010, 136 pg.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 28 Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1999.

HALBAWACHS, Maurice. **A memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. HOLANDA, Fabiola. **História oral**: como fazer, como pensar. 2. Ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

NUNES, Mariângela de Vasconcelos**. Entre o capa verde e a redenção**: A cultura do trabalho com o agave nos cariris Velhos (1937-1996, Paraíba), 291 p. Tese apresentada ao PPGHis UNB, Brasília, 2006.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. (trad. Ângela M. S. Côrrea). São Paulo: Contexto, 2007.

SANTOS, Janete de Oliveira. **O trabalho feminino nos algodoais de Assai na década de 1950**: exploração do tema no ensino de história. Monografia de especialização. UEL, 2008. http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/md_janete_oliveira_santos.pdf

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: **A escrita da história**: novas perspectivas. Peter Burke (org.); tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 2011. 368p.

SILVA, Josefa Gomes de Almeida. **Latifúndio e algodão em Campina Grande**: modernização e miséria. Dissertação de mestrado do Curso de História - UFPE, 1985.

SILVA. Joaquim Neto Sousa. **A crise do algodão e o êxodo rural no município de Juazeirinho**, 2011. Disponível no blog Discutindo Geografia no endereço http://joaquimqfdireito2011.blogspot.com.br/2011/04/crise-do-algodao-e-o-exodo-rural-no.html

THOMPSON, E.P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 6 Ed, 2011, v.1.

UOL. Clique music, pagina virtual. <http://cliquemusic.uol.com.br/artistas/ver/ze-dantas>.

"NO VIDRO É REMÉDIO, MAS NO CORPO É SAÚDE": IMAGENS DO CORPO FEMININO NOS RECLAMES MEDICAMENTOSOS N'O *LIDADOR (1933-1943)*

Keila Nascimento Alves[1]

RESUMO
No presente artigo analisamos alguns dos reclames (disseminados no periódico *O Lidador* que circulou em Jacobina - BA entre 1933-1943) de medicamentos indicados especificamente ao público feminino, interrogando que composição corporal feminina é sugerida por esses anúncios. Discutimos que o corpo é uma emergência histórica, ainda abordamos a relação entre os avanços técnicos na produção e circulação de publicidades e sua ligação com o corpo feminino. Entendemos que as práticas corporais não são apenas pessoais, mas são sociais e políticas. Acontecem numa tensa relação de forças, pensamos que para o período da pesquisa os discursos e práticas médicos, farmacêuticos e publicitários ganham relevância e formam um dispositivo nas assimétricas relações de forças, que delineiam corpos, enquanto corpos femininos circunscritos na heteronormatividade e na maternidade que demandam o consumo medicamentoso. Ao marcar-lo socialmente com a função da maternidade, o corpo feminino (no período contemplado pela pesquisa) é concebido como peça fundamental num projeto de nação pautado no desenvolvimento industrial e de urbanização. A mãe geraria e educaria homens capazes de contribuir com o progresso da nação.
Palavras-chave: Corpo; Publicidade; Medicamento; Consumo.

INTRODUÇÃO

O corpus documental composto pelas publicidades que circularam no *O Lidador* é bem diversificado, constituído por publicidades do comércio local e anúncios de produtos que circulavam nacionalmente. No presente artigo analisamos os anúncios de circulação nacional que nomeamos de medicamentosos, optando pelos direcionados especificamente ao público feminino: Vigor Uterino, Fluxo Sedatina e Regulador Gesteira, todos com nomes sugestivos, pois remetem a centralidade do útero, ao fluxo menstrual e a gestação. Interrogando que composição corporal é sugerida como feminina pelos mesmos.

Compreendemos que o corpo não se restringe ao biológico, não é algo dado e natural, no sentido de uma natureza essencial e imutável ao longo dos múltiplos tempos e espaços. Pelo contrário, o corpo é uma superfície sob a qual se inscrevem normas culturais, sendo também o lugar direto de controle social. Porém, se por lado o corpo é alvo de controle social, por outro lado ele também é a ponta de partida das lutas, sobretudo em nossa sociedade de culto ao corpo. Segundo Michel Foucault

[1] Mestranda em História- PPGH- Universidade Federal Campina Grande

> ... Pensamos, em todo caso, que o corpo não tem outras leis a não ser de sua fisiologia, e que ele escapa a história. Novo erro: ele é dominado por uma série de regimes que os constroem; é destroçado por regimes de trabalho, de repouso e de festas; é intoxicado por venenos – simultaneamente alimentos ou valores, hábitos alimentares e leis morais; ele cria resistências... (FOUCAULT, 2008, p.272).

O corpo ele próprio é produzido, corrigem-se suas posturas, calculam-se seus gestos e movimentos, controlam-se os alimentos a serem ingeridos, dizem quando se deve vesti-los e despi-los. Nesse sentido, o corpo é configurado historicamente. Conforme Michel de Certeau (2012) o corpo é produzido socialmente, é inscrito, o texto o marca, é cultivado, instrumentos o conforma, normas e códigos tornam carnes em corpos reconhecidos socialmente. A escritura inscreve-se sobre as carnes mediante instrumentos que configuram corpos, a exemplo, da maquinaria jurídica e médico - cirúrgica. Em relação ao poder operador da escrita, no que se refere à maquinaria médico - cirúrgica afirma de De Certeau:

> O corpo se repara. Educa-se. Até mesmo se fabrica. A panóplia dos instrumentos ortopédicos e dos instrumentos para intervenção prolifera, portanto à medida que, daqui em diante, o homem se torna capaz de decompor e reparar, cortar, substituir, tirar, acrescentar, corrigir ou endireitar. [...] [Há uma] multiplicação das intervenções possíveis, mas sempre definida pela escritura de um texto sobre os corpos pela encarnação de um saber... (CERTEAU, 2012, p.213).

As modulações dos corpos estão no campo das relações de poder e são atravessadas por tensões. Trata-se de um poder difuso, que não é possuído por um sujeito social, mas disputado por sujeitos situados socialmente de forma assimétrica. (FOUCAULT, 1979) E são nessas relações entre diferentes agentes, práticas sociais e representações culturais historicamente datadas que são produzidas as subjetividades, aparências e os gostos. Pensamos que na incipiente sociedade de consumo, no início do século XX, com desenvolvimento de um espaço de consumo para o público feminino, a circulação de mercadorias e a publicidade impressa constituem dispositivos que configuram corpos, num campo de forças diversas e assimétricas como o discurso médico, religioso e político-administrativo.

TÉCNICA, RECLAMES E CORPO FEMININO

Entendemos que os textos publicitários buscam influenciar e aumentar o consumo, mas também incide nos hábitos, informa e educa, e mediante o seu caráter repetitivo possibilita maior facilidade de arquivar a mensagem. De modo sedutor e sutil os mesmos marcam e

modulam corpos, desenha o que seria corpos femininos e masculinos e demarca-lhes desejos e funções dentro de certa margem de autonomia dos receptores.

Com o avanço técnico da produção de imagens, o desenvolvimento da indústria de bens de consumo e da sociedade de consumo a publicidade assume um lugar central no cotidiano, principalmente nos centros urbanos, tanto como componente da paisagem urbana (cartazes, panfletos, anúncios em muros e outdoors) quanto como anúncios de mercadorias em suportes impressos ou virtuais. Os meios publicitários estão em diálogo com os avanços técnicos, exploram - os inventando novos artifícios publicitários, potencializando sua capacidade de gerar desejos por meio de apelos sensoriais, de modo que todos os sentidos corporais são envolvidos numa esfera onírica.

Observamos que em nosso cotidiano a linguagem publicitária sugere os desejos de bem estar e saúde, beleza e juventude eterna. E, o repertório das imagens publicitárias insinua o desejo pela felicidade. Por toda parte as imagens com sua grafia própria fabricam desejos de felicidades próximas e nessa ambiência urbana de técnica, imagens e circulação de mercadorias exprime se implicitamente o consumo incessante como possibilidade de alcançar o bem estar, saúde, beleza, êxito profissional, em suma a felicidade (CERTEAU, 1995).

Nesse sentido, pensamos que imagens atreladas a uma lógica do consumo ligado a uma estética da mídia e do mercado, são linhas fundamentais que contornam nossos corpos na contemporaneidade, agenciam os desejos, desejo pelo liso, pelo esguio, e provocam ansiedades frente a tudo o que na aparência pareça relaxado, franzido, machucado, enrugado ou amolecido, de modo que se combatem incessantemente as marcas do envelhecimento do organismo. As relações entre técnica, imagens, agenciamento de desejos e configuração corporal com suas singularidades, podem ser notadas noutros contextos sócio históricos.

PUBLICIDADE E DISCURSO MÉDICO

No período do recorte temporal da pesquisa, é notável a execução de uma política nacionalista, que buscava por meio de um controle do corpo individual e social formar uma nação civilizada e progressista. Convém ressaltarmos que as mulheres na condição de esposas e mães, consideradas elementos relevantes na constituição do projeto de nação civilizada, foram alvos de intervenções políticas, como o controle do corpo mediante prescrições e sugestões de um dever ser, nos quais estão os cuidados de si como as técnicas de embelezamento e medicalização.

Segundo o historiador Iranilson Buriti de Oliveira (2003), nas primeiras décadas do século XX, amplia-se no Brasil a discussão sobre a higienização e saúde pública. E desenvolve-se também a crença que os médicos são aptos conhecedores das ações humanas, nas palavras do autor "... Os sinais da emergente medicina tornam-se visíveis por toda parte e o médico adquiria o perfil de um 'herói' no discurso moderno..." (OLIVEIRA, 2003, p.16)

Foram eleitos como principais alvos da prática e saber médico- sanitarista o corpo (visando um sujeito higiênico e sadio) e o espaço urbano normatizado e asséptico. Como nos indica o autor, o saber médico associa-se com o saber político administrativo, havendo uma institucionalização das intervenções normalizadoras no cotidiano. Segundo o autor:

> A República deu margens a esse pensamento com campanhas sanitaristas iniciadas, em 1904, na capital do Brasil, tendo Oswaldo Cruz à frente dessa "batalha" da saúde contra os miasmas e vírus que atacavam a jovem pátria. O corpo, o sexo e as relações afetivas foram alvo de cuidados médicos através de normas que regulavam o comportamento dos homens, das mulheres e das crianças (idem, p. 19).

Essa preocupação higienista de autoridades governistas e de médicos- sanitaristas esteve ligada ao anseio de se alcançar a ordem e o progresso. As práticas e discursos político - administrativos e da medicina constitui-se em dispositivos de normatização de corpos e práticas cotidianas. Desse modo, propunham a modificação de hábitos tidos como inadequados para uma nação que se pretendia civilizada.

Identificamos que no *O Lidador* os serviços e produtos relacionados à saúde, aparecem nas publicidades como um item de consumo. Então, deduzimos que ocorrera uma ligação entre a propaganda e o saber médico, anunciando e sugerindo a ida ao médico e o consumo de tais produtos medicamentosos como necessidade e possibilidade de ser saudável. Pensamos que essa associação forma um complexo de práticas e discursos médicos publicitários, que constituem um dispositivo de saber e poder agenciador dos corpos. Toda a narrativa (composição textual, imagética e de recursos técnicos) dos anúncios funciona como um dispositivo de agenciamento de desejos e comportamentos, no sentido de sugerir ao leitor que para ter boas relações afetivas, sucesso profissional e ser feliz é preciso cuidar do corpo medicalizando - o, embelezando-o e higienizando-o.

“A VIDA ASSIM É UM INFERNO!”: o útero e os ovários, e as mulheres tem medo de enlouquecer?

Segundo a historiadora Mireille Dottin Orsini no século XIX, o médico, assume a figura do grande médico, personagem central nos discursos sobre o feminino. Sob a autoridade da ciência ele ocupava um lugar de honra, assim afirma Dottin Orsini “... Temos a impressão de que somente o médico podia, além de explicar a fisiologia feminina, falar do corpo da mulher- como se fosse o único mortal a lhe ter acesso...” (DOTTIN, 1996, p. 221).

Iniciemos pelo reclame Vigor Uterino, o mesmo está na página 02 da edição 287 de 02 de julho de 1939, eis o anúncio:

Não temos informações se o mesmo era produzido por algum laboratório ou se era patenteado por algum farmacêutico. O reclame constitui-se de poucas frases que conseguem passar uma mensagem impactante, qual seja a necessidade de cuidados com o útero e ovários e a eficácia do medicamento *“... para todas as moléstias do utero e dos ovarios...”.* Esses são órgãos do aparelho reprodutor feminino, o que indica a preocupação e a afirmação da maternidade como ao natural e função das mulheres. Noutras palavras, afirma se uma normatividade para o corpo feminino definido pelo útero e ovários, se possuísse útero e ovário, esses deveriam ser medicados, afim de garantir-lhes o vigor. Assim, o discurso veiculado pela publicidade no *O Lidador* impõe ao corpo cuidados e disciplinas.

É o que observamos nessa outra publicidade estampada na edição 78 de 1935, na página 02, o anúncio do *Fluxo Sedatina*

A maior descoberta para mulher
Do Dr. Sylvino Araujo
Fluxo Sedatina
A mulher não sofrerá mais dores
Cura cólicas uterinas em 2 duas horas
Regularisa as suspensões. Corta as grandes hemorrhagias. Combate as Flores Brancas. Evita o rheumatismo e os tumores na idade critica. É poderoso calmante e Regulador nos Partos, evita Dôres, Hemorrhagias e quase nullifica os accidentes de morte que são de um por cento. Meninas de 13 à 15 annos todas devem usar a FLUXO SEDATINA que se vende em todo o Brasil. Receitada por mais de 10.000 médicos.

Iniciemos pelo nome do medicamento: *Fluxo Sedatina*, esse sugere o ciclo (fluxo) menstrual e uma ação calmante do medicamento, e que o fluxo causaria irritações e dores, portanto seria necessária a medicalização. Observamos como estratégias para instituir credibilidade ao produto, sua associação ao nome Dr. Sylvino Araujo e a declaração que o medicamento já havia sido receitada por mais de 10 mil médicos. Portanto, nota-se como estratagema para atrair os consumidores à atribuição de credibilidade ao produto associando-o ao saber médico. Assim, o discurso médico é apropriado pela indústria farmacêutica para legitimar o discurso publicitário e atrair os consumidores.

O reclame expõe que o medicamento seria a maior descoberta para mulher, enfatizando uma composição corporal feminina marcada pela procriação, então o *Fluxo Sedatina* "a *maior descoberta para mulher"* garantiria o bom funcionamento do corpo feminino e o livraria da dor, tal composição corporal é marcada pelo ciclo menstrual, ou noutras palavras, um corpo apto à reprodução, porém que necessita de cuidados, conforme as expressões *"Regulariza as suspensões", "É poderoso calmante e regulador de partos".*

Há uma preocupação com a maternidade e o bom funcionamento do órgão que é sempre relacionado à verdadeira feminilidade, mulheres que não procriassem seriam como incompletas. É um corpo que poderia ser minuciosamente agenciado e que deveria ser minuciosamente cuidado dos ossos à perda de sangue.

Conforme o anúncio meninas de 13 aos 15 anos devem usá-lo, notemos também a sugestão que o medicamento *"Evita o rheumatismo e os tumores na idade critica",* indicando que a observação e o "cuidado" com o corpo feminino deve ser o mais minucioso, precoce e contínuo. Destaquemos também a proposta de uso como "*poderoso calmante"* que alude ao caráter "nervoso" da mulher como característica do feminino.

Nos reclames do Regulador Gesteira (encontramos o primeiro anúncio no *O lidador* na edição 220 de 1938 e o último em 1939) assim como nos demais já analisados o corpo feminino estaria definido pelo biológico como um dado natural e teria como principal função a reprodução. Esse corpo seria marcado por demandas biológicas, como os cuidados com o útero, não só como órgão do sistema reprodutor, mas também por que todo o corpo sentiria as conseqüências de um útero doente. De modo que determinadas pelas do útero e ovários as mulheres são desenhadas enquanto seres que necessitam de reparos.

Selecionamos um anúncio do Regulador Gesteira, este atrai-nos a atenção pelo seu chamativo textual *Os nervos pegando fogo*, bem como pela sua composição texto-imagem. O reclame localiza-se na página 02 da edição 260 do ano de 1938. Eis a reprodução do mesmo:

Os
Nervos
Pegando Fogo

Em muitos dias as mulheres amanhecem tristes, tão nervosas e desanimadas, tão aborrecidas, inquietas e irritadas que parece que todos os nervos estão pegando fogo!

Estes sofrimentos intoleraveis dos nervos, e outras alterações mais graves da saúde, são causados por desarranjos e perturbações de certos importantes orgãos internos.

Para evitar e tratar tudo isto, use *Regulador* **Gesteira** sem demora.

Regulador **Gesteira** evita e trata os padecimentos nervosos produzidos pelas moléstias do utero, a asma nervosa, peso, dores e colicas no ventre, as perturbações e doenças da menstruação, anemia, palidez, amarelidão e hemorragias provocadas pelos sofrimentos do utero, fraqueza geral e desanimo, a fraqueza do utero, tristezas subitas, palpitações, opressão no peito ou no coração, sufocação, falta de ar, tonturas, peso, calor e dores de cabeça, dormencia nas pernas, enjoos, certas coceiras, certas tosses, pontadas e dores no peito, dores nas costas e nas cadeiras, falta de animo para fazer qualquer trabalho, cançaços e todas as perigosas alterações da saude causadas pelas congestões e inflamações do utero.

Regulador **Gesteira** evita e trata estas congestões e inflamações desde o começo.

Regulador **Gesteira** evita e trata tambem as complicações internas, que são ainda mais perigosas do que as inflamações.

Comece hoje mesmo
a usar *Regulador* **Gesteira**

Os nervos pegando fogo

Em muitos dias as mulheres amanhecem tristes, tão nervosas e desanimadas, tão aborrecidas, inquietas e irritadas que parece que todos os nervos estão pegando fogo!

Estes sofrimentos intoleráveis dos nervos, e outras alterações mais graves da saúde, são causados por desarranjos e perturbações de certos importantes órgãos internos.

Para evitar e tratar tudo isso, use Regulador Gesteira sem demora.

Regulador Gesteira evita e trata os padecimentos nervosos produzidos pelas moléstias do útero, a asma nervosa, peso, dores e cólicas no ventre, as perturbações e doenças da menstruação, anemia, palidez, amarelidão e hemorragias provocados pelos sofrimentos do útero, fraqueza geral e desanimo, a fraqueza do útero, tristezas súbitas, palpitações, opressão no peito ou no coração, sufocação, falta de ar, tonturas, peso, calor e dores de cabeça, dormências nas pernas, enjoos, certas coceiras, certas tosses, pontadas e dores no peito, dores nas costas e nas cadeiras, falta de animo para fazer qualquer trabalho, cançaços e todas as perigosas alterações da saúde causadas pelas congestões e inflamações do útero.

Regulador Gesteira evita e trata estas congestões e inflamações desde o começo.

Regulador Gesteira evita e trata também as complicações internas, que são ainda mais perigosas do que as inflamações.

Comece hoje mesmo a usar regulador Gesteira.

O chamativo textual *Os nervos pegando fogo,* trás a idéia de um incêndio, dos nervos se consumindo em chamas, ao ponto da figura da mulher estar com as mãos na cabeça e apresentar uma expressão facial de aflição. E assim como no reclame anterior a causa dos desatinos do corpo e comportamento feminino é o útero, ou melhor, as doenças que afetam este órgão, novamente apresentado como importante órgão feminino, prejudicam todo o corpo feminino e seu comportamento.

O anúncio coloca em evidência alterações de comportamentos, colocados como sofrimentos intoleráveis dos nervos. Observemos os citados no reclame: tristeza, desânimo, aborrecimento, inquietação e irritação. Seriam esses estados desarranjos corporais que demandariam regulações, para tal é indicado no reclame o uso Regulador Gesteira. Pela composição textual e imagética dos anúncios nos parece que a preocupação com o útero vai além de uma preocupação com a fertilidade, e incide-se sobre os comportamentos e na delimitação de uma normalidade de sanidade mental.

Prossigamos ainda com a análise dos reclames do *Regulador Gesteira,* selecionamos um reclame de 1939 veiculado na edição 274, na página 02, eis a reprodução do reclame:

Os
Medicos Parteiros
e
as Mulheres

Os bons Medicos Parteiros sabem que os mais perigosos sofrimentos das mulheres são sempre causados pelas congestões e inflamações de importantes orgãos internos.

Os sofrimentos, ás vezes, são tão graves que muitas mulheres têm medo de enlouquecer ! "

A vida assim é um inferno !

Para evitar e tratar as congestões e as inflamações internas, e todos estes terriveis sofrimentos, use *Regulador* **Gesteira** sem demora.

Regulador **Gesteira** evita e trata os padecimentos nervosos produzidos pelas molestias do utero, a asma nervosa, peso, dores e soluços no ventre, as perturbações e doenças da menstruação, anemia, palidez, amarellidão e hemorragias provocadas pelos sofrimentos do utero, fraqueza geral e desanimo, a fraqueza do utero, tristezas subitas, palpitações, opressão no peito ou no coração, sufocação, falta de ar, tonteiras, peso, calor e dôres de cabeça, dormencia nas pernas, enjôos, cortes cocieiras, cortes tesos, pontadas e dôres no peito, dôres nas costas e nas ourelras, falta de animo para fazer qualquer trabalho, cansaços e todas as perigosas alterações da saude causadas pelas congestões e inflamações do utero.

Regulador **Gesteira** evita e trata estas congestões e inflamações desde o começo.

Regulador **Gesteira** evita e trata tambem as complicações internas, que são ainda mais perigosas do que as inflamações.

Comece hoje mesmo
a usar *Regulador* **Gesteira**

Os médicos parteiros e as mulheres

Os bons Medicos Parteiros sabem que os mais perigosos sofrimentos das mulheres são sempre causadas pelas congestões e inflamações de importantes órgãos internos.

Os sofrimentos, às vezes, são tão graves que muitas mulheres têm medo de enlouquecer!

A vida assim é um inferno!

Para evitar e tratar as congestões e as inflamações internas, e todos estes terríveis sofrimentos, use Regulador **Gesteira** sem demora.

[...] [mesmo texto do anúncio selecionado anteriormente]

Nesse anúncio os bons médicos parteiros, nesse caso especialistas que possuiriam o conhecimento sobre o corpo feminino, seu funcionamento interno e seus sofrimentos.

Saberiam que os mais perigosos sofrimentos das mulheres são sempre causados por problemas em seus órgãos internos. Pensamos que o útero seja entendido como o centro do corpo feminino e definiria a mulher como propensa à histeria. Ademais, certos comportamentos seriam tratados como doenças perturbadoras de corpos que deveriam estar regulados. Estes sofrimentos são apresentados como extremamente drásticos ao ponto que se afirma *"Os sofrimentos, às vezes, são tão graves que muitas mulheres tem medo de enlouquecer! A vida assim é um inferno"*

O anúncio institui que a mulher deveria ser alegre, bem disposta, calma, sem inquietações, e caso assim não se portasse a causa seria complicações no útero, ou seja, seria sua composição biológica. Nesse sentido, os desvios são considerados doenças e a causa é natural, não se considera no anúncio as relações sociais, assim a saída seria a medicalização.

Em ambos os discursos médico e publicitário nota-se a preocupação com o útero como órgão primordial da mulher e a naturalização da maternidade. Nos anúncios e textos publicitários a maioria das doenças concentrava-se no aparelho reprodutor. Nesse sentido, percebe-se uma normatização do corpo feminino e uma inscrição social que o marca com a função da maternidade, como peça fundamental num projeto de nação pautado no desenvolvimento industrial e de urbanização. A mãe geraria e educaria homens capazes de contribuir com o progresso da nação.

Em relação às práticas sexuais, entendemos que são constituídas historicamente, são marcadas pela singularidade. E não algo dado, inerente ao ser humano, ou noutras palavras, a sexualidade não é uma essência própria do humano, algo que possuímos naturalmente. Na perspectiva da historiadora Tânia Navarro Swain (2000), não é o sexo biológico que define o ser feminino e o masculino, mas que assim foi socialmente construído.

Aliás, a autora problematiza que o próprio sexo biológico foi construído historicamente como o natural e normal. De modo que se estabelece uma relação linear de corpos sexuados a identidades e atribui-lhes papeis sociais. Ainda conforme a autora a sexualidade poderia ser apenas mais uma das múltiplas manifestações do humano, porém nas articulações sociais é uma marca que se sobrepõe nas circunscrições dos corpos e papeis sociais. Marca essa concebida como natural e indiscutível.

As funções corporais como a reprodução só começam a desenhar os corpos, ao encontrarem – se imbricadas nas relações sociais, assim são as práticas, os dispositivos políticos disciplinares, saberes e representações que inscrevem os corpos tornando- os socialmente reconhecidos. Nesse sentido valoriza-se a maternidade como elemento por

excelência do feminino. Conforme Swain "... Assim, a representação social do ser humano investe os corpos e os define por um sexo biológico, dando-lhes um lugar e funções – esposa e mãe para as mulheres – segundo valores determinados pelas significações sociais." (SWAIN, 2000, p.47)

Nesse sentido, com a análise dos reclames de medicamentos ponderamos que houvera uma normatização dos desejos e práticas dos corpos femininos, dentre elas as sexuais numa heteronormatividade, o casamento como momento de celebração e realização feminina e a maternidade como expressão de uma verdadeira feminilidade. Esses controles marcam o corpo feminino, prescrevendo-lhes certos comportamentos como corretos e condenando outros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CERTEAU, Michel de. O imaginário da cidade. In: **A cultura no plural**. Tradução. Enid Abreu Dobránzky. Campinas, São Paulo: Papirus, 1995, p. 41-54.

_____. Economia Escriturística. *In:* **A Invenção do Cotidiano**. Tradução: de Ephraim Ferreira Alves. - Petrópolis RJ: Vozes, 2012. (p.209-224).

DONTTI, Orsoni Mereille. IX- A amiga dos médicos. In: **A mulher que eles chamavam** *fatal:* textos e imagens da misoginia fin-de-siécle; trad. Ana Maria Scherer- Rio de Janeiro: Rocco, 1996. (p. 220-247)

FOUCAULT, Michel. IX Poder-Corpo In: **Microfísica do Poder**. Org. e trad. Roberto Machado.- Rio de Janeiro: Edições: Graal, 1979. (p.145-153)

_____. Nietzsche, a genealogia e a história. In: **Ditos e escritos**: Vol. II. Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. Manoel. B. da Motta (Org.). Elisa Monteiro (Trad.) (2ª ed.). Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2008. (p. 260-281)

OLIVEIRA, Iranilson Buriti. "Fora da higiene não há salvação": a disciplinarização do corpo pelo discurso médico no Brasil Republicano. IN: Mneme Revista de Humanidades. Publicação do Departamento de História e Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte v.4 - n.7 - fev./mar. de 2003– Semestral. ISSN -1518-3394. P. 14-29. Disponível em: http://periodicos.ufrn.br/index.php/mneme/article/view/161

SWAIN, Tânia Navarro. A invenção do corpo feminino ou "a hora e a vez do nomadismo identitário?" IN: SWAIN, Tânia Navarro. **Feminismos:** Teorias e Perspectivas. Textos de História: Revista do Programa de Pós – Graduação em História da Unb, 2000, vol. 8. N. 1/ 2. (p.47-84).

SC02. História Oral e Memória
Diego Firmino Chacon e Rafael Oliveira

HISTÓRIA ORAL: METODOLOGIA E APLICAÇÕES

Talita Najla Martins Nunes[1]
Rafael Porto Ribeiro[2]

RESUMO
Durante a antiguidade, antes do aparecimento da escrita, os fatos e saberes passavam de geração a geração sem a necessidade de documentos escritos. Após o surgimento da escrita, a tradição oral perdeu sua força, mas ainda se faz presente em todas as sociedades do mundo moderno, de uma maneira ou de outra. A metodologia da História Oral, que é baseada em entrevistas devidamente gravadas, diz respeito à técnica de fazer-se perguntas sobre determinado assunto, deixando os entrevistados livres para expor suas opiniões, sensações e memórias. Tendo em vista essa característica da história oral, nota-se que tal metodologia será mais utilizada em favor da preservação da memória de sociedades ágrafas ou onde a escrita é menos prestigiada se em comparação a outras formas de transmissão de conhecimento. Assim, o trabalho pretende, através de uma revisão bibliográfica de autores que tratam do tema, como Jacques Le Goff (1988), Paul Thompson(1978) e Verena Alberti (2004), trazer a forma como é feita a construção de trabalhos acadêmicos através desta metodologia. A História Oral é, evidentemente, um método riquíssimo que abre as mais diversas possibilidades de interpretação no que diz respeito aos fatores culturais, sociais, políticos e religiosos.
Palavras-chave: História Oral; Metodologia; Memória.

INTRODUÇÃO

Diversos livros da área de conhecimento da história utilizam da metodologia da história oral, ou até mesmo do conceito análogo, a problematização da memória. Por outro lado, essas mesmas obras se preocupam muito pouco em explorar o método aplicado, seja por partirem do pressuposto que o leitor já possui uma carga teórica sobre o assunto, seja por não acharem pertinente o bastante. Dessa maneira, é necessário apresentar para o leitor interessado em trabalhos mais aprofundados um breve ensaio sobre os principais pontos da história oral enquanto ferramenta para se transmitir o conhecimento.

[1] Aluna do curso de História – UAHIS/CH/UFCG;
[2] Aluno do curso de História – UAHIS/CH/UFCG;

DESENVOLVIMENTO

Jacques Le Goff (1924) afirma que o nosso conhecimento histórico está firmado nos documentos que encontramos sobre os fatos passados e que os mesmos são frutos de uma escolha do historiador não contando, portanto, cada detalhe ocorrido. Neste contexto da discussão acerca da história encontramos caminhos a percorrer no que diz respeito a (re)interpretação de fatos.

A História Oral é uma metodologia que surgiu e popularizou-se na Primeira e Terceira geração dos Analles que ganha espaço a partir de 1994 com a criação da Associação Brasileira de História Oral. Em meados 1950 a 1970 com o surgimento das tecnologias há a maior possibilidade de utilização deste método. A metodologia oral é usada na construção de trabalhos acadêmicos feitos através de entrevistas devidamente gravadas, essa forma de exploração de fontes de estudos é usada desde a época de historiadores como Heródoto (Séc. V a.C),cuja obra tem como título "Histórias", que trata das mais diversas civilizações antigas (Egito, Grécia, entre outros) é toda feita através de testemunhos que encontrou em diversos lugares do contexto histórico ao qual estudava.

Jules Michelet, historiador francês do século XIX nos diz que a "tradição oral (...) [é] aquela que permaneceu espalhada de modo geral na boca do povo" (1835) e desta forma podemos afirmar que seria a maneira pela qual os acontecimentos vão passando de geração a geração, de classe em classe, gênero a gênero possibilitando diversas maneiras de interpretações tanto do locutor quanto do ouvinte.

A respeito da história oral, Paul Thompson (1992) afirma:

> Na maioria das sociedades, existe normalmente um leque muito amplo de evidência oral. A importância social de algumas dessas tradições orais resultou também em sistemas confiáveis para sua transmissão de uma geração a outra, com um mínimo de distorção.

A fala, em uma sociedade desprovida de fontes escritas, como o caso dos povos, antigos, é uma forma confiável de se conhecer os fatos e absorver os acontecimentos da sociedade, tanto recentes como já passados. Era então uma forma até mesmo cultural de se fazer história: "Ao localizar as coisas no tempo, não o fazia com datas do calendário, mas datava as coisas com acontecimentos físicos, como... uma inundação" (idem).

Percebemos assim que os acontecimentos estão intimamente ligados aos seres humanos, é regrado sempre pela ação de alguém que levou a algo especifico de importância

para determinada sociedade. A influência que aquele fato teve para os habitantes daquele contexto.

Thompson (1992) afirma que a tradição da antiguidade baseada na oralidade é sem sombra de dúvidas uma riqueza sem medidas para aqueles historiadores, que poderiam ter diversas maneiras de interpretações diferentemente do documento escrito já feito, acabado. Porém, seria a metodologia oral aceita pelos mais diversos historiadores? Evidentemente não, pois historiadores desde Tucídides na antiguidade (GAGNEBIN, 1997) acreditavam que esta metodologia não era de todo confiável tendo em vista vir das lembranças e intepretações de cada entrevistado.

A metodologia oral é utilizada em diversos campos da história, até mesmo por aqueles profissionais que não são historiadores, como é o caso de antropólogos e jornalistas. A mesma funciona também em conjunto com evidencias de outras fontes que venham a tratar do mesmo assunto: "É uma técnica que, presumivelmente, pode ser utilizada em qualquer ramo da disciplina." (ibidem).

As histórias passadas de geração a geração nos traz a possibilidade de afirmação e conhecimento do que antes foi feito. O que seria da história antes da escrita, antes da documentação em escrita? Certamente de difícil acesso e atendimento, impossível de se explicar os fatos se não fosse a fala:

"A evidência oral pode expor, com mais clareza do que documentos, os métodos de trabalho de um grande inovador", trazendo uma história daqueles que compõem, em geral, determinados ambientes. Possibilita, pois não só aquela história positivista, mas também o conhecimento da existência daqueles que não são principais protagonistas dos "grandes acontecimentos": "Para garantir alguma indicação confiável dos padrões normais de trabalho ou das variações em nível tecnológico num determinado distrito, a evidência oral é essencial." (Thompson, 1992).

A oralidade nos possibilita ir além da macro história e adentrar na participação de todos os elementos da mesma. Esta metodologia é importante em todos os campos da história, nas questões econômicas, sociais, politicas e religiosas por permitir as mais variadas opiniões daqueles que são destas categorias históricas participantes.

Praticar História Oral é "descolar as camadas de memória, cavar fundo em suas sombras, na expectativa de atingir a verdade oculta" (Thompson 1992) assim é usar de diversas interpretações e subjetividade pra entender a verdade do fato explorando a memória da fonte:

> Poderíamos perguntar pelos sonhos de nossos informantes, por seus pesadelos, ou por suas fantasias enquanto sonham acordados na linha de montagem; e para aprender o máximo com essas expressões de seus desejos e angustias interiores, evidentemente precisaríamos identificar os ardis características do "trabalho do sonho", sua condensação de mensagens, inversões, substituições, metáforas, jogos de palavra e imagens visuais, por meio das quais os sonhos transmitem suas mensagens simbólicas (Thompson 1992).

Até meados do século XX, a história praticada "oficialmente" se reduzia simplesmente a interpretações dos documentos escritos, e favorecia consequentemente as civilizações onde a memória era imortalizada em sua maioria pela literatura. Essa leitura da história, hoje sabemos, é incapaz de abranger todas as possibilidades do estudo da memória, já que ela possui uma maior peculiaridade justamente onde a escrita é ausente. Só a partir do movimento dos *Analles*, por volta das décadas de 20 e de 30, é que teremos um favorecimento maior de outras fontes, essas então favorecendo a memória mais flexível, e rica de conteúdo. Não é coincidência justamente o movimento dos *Analles* ser reconhecido pela sua interdisciplinaridade entre História, Psicologia, Psicanálise, Sociologia (BURKE, 1991).

Uma das vertentes de estudo dessa nova escola historiográfica é justamente o imaginário das sociedades humanas, que vai contribuir com a compreensão das sociedades estudadas a partir de suas histórias sobre um tempo ou uma época, melhor que o (a) atual (estando esse espaço de tempo no passado ou no futuro), evidenciando, ainda que indiretamente, os desejos coletivos e individuais dos que passam essas narrativas adiante. O conceito de idades míticas é o exemplo mais forte nesse estudo. As idades míticas "são épocas excepcionalmente felizes, (...) sem proibições ou impedimento de tipo algum; (...) quando a idade mítica é tomada como ponto de partida, segue-se-lhe um período de decadência" (LE GOFF, 1988).

Uma narrativa desse modelo trará então um discurso de um passado distante, onde a vida no geral era melhor em todos os aspectos, e (na maioria das vezes) os seres humanos estavam mais próximos da natureza, do divino; essas épocas eram marcadas pelo respeito e pelo pudor. Podemos encontrar esses relatos ricos em significados tanto em civilizações com escrita quanto nas civilizações que não usam dela, como nos casos das narrativas gregas de Hesíodo, Ovídio e até Platão, ou nas histórias perpassadas dentro do grupo étnico indígena dos Guarani. O ponto comum nessas histórias será como já foi dito, a crença de que o passado era ideal, definitivamente melhor que o momento presente.

Aplicações práticas da História Oral no cotidiano acadêmico não faltam. Uma metodologia bastante popular nos estudos sobre a América Latina e a África, a História Oral se difundiu rapidamente no Brasil.

Com a criação da Associação Brasileira de História Oral (ABHO) [3] em abril de 1994 – antecedendo em dois anos a Associação Internacional de História Oral (IOHA, em inglês), a História Oral se consolida como prática, se fazendo presente em teses de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso e projetos de iniciação científica Brasil afora.

Como exemplo de utilização da História Oral na academia, pode-se citar a famosa coletânea de História Geral da África, de imensa importância para a historiografia mundial, originada de um projeto patrocinado e organizado pela UNESCO desde 1964. Com a participação de mais de 350 intelectuais, sob a edição de Joseph Ki-Zerbo, a coletânea em oito volumes tornou-se um clássico, além de leitura essencial para os interessados em história africana.

Essa coletânea teve como objetivo trazer à tona uma história africana sem o eurocentrismo presente em todas as anteriores narrativas sobre o continente. Para tal, o trabalho de campo (realizado também por antropólogos, filósofos e sociólogos) objetivou coletar o conhecimento popular e tradicional sobre as variadas sociedades africanas, mais antigas ou recentes. Esse conhecimento, muitas vezes sem um relato escrito, foi sistematizado e organizado como fonte histórica através de certas metodologias específicas, dentre elas, a história oral.

Sobre a produção da coletânea, Joseph Ki-Zerbo apresenta (1999):

> Durante muito tempo, mitos e preconceitos de toda espécie ocultaram ao mundo a verdadeira história da África. As sociedades africanas eram vistas como sociedades que não podiam ter história. Apesar dos importantes trabalhos realizados desde as primeiras décadas do século XX por pioneiros como Leo Frobenius, Maurice Delafosse e Arturo Labriola, um grande número de estudiosos não africanos, presos a certos postulados, afirmava que essas sociedades não podiam ser objeto de um estudo cientifico. Devido, sobretudo, à ausência de fontes e de documentos escritos.
> De fato, havia uma recusa a considerar o povo africano como criador de culturas originais que floresceram e se perpetuaram ao longo dos séculos por caminhos próprios, as quais os historiadores, a menos que abandonem certos preconceitos e removam seus métodos de abordagem, não podem aprender. (...)
> Os especialistas de vários países que trabalharam nesta obra tiveram o cuidado de questionar as simplificações excessivas provenientes de uma concepção linear e restritiva da história universal e de restabelecer a verdade dos fatos sempre que necessário e possível. Esforçaram-se por resgatar os dados históricos que melhor

[3] Site da Associação Brasileira de História Oral: <http://www.historiaoral.org.br/site/capa>.

> permitissem acompanhar a evolução dos diferentes povos africanos em seus contextos socioculturais específicos.
> Esta coleção traz à luz tanto à unidade histórica da África quanto suas relações com outros continentes, sobretudo, as Américas e Caribe. Durante muito tempo, as manifestações de criatividade dos descendentes de africanos nas Américas foram isolados por certos historiadores num agregado heteróclito de africanismos. Desnecessário dizer que tal não é a atitude dos autores desta obra. Aqui a resistência dos escravos deportados para as Américas, a "clandestinidade" politica e cultural, a participação constante e maciça dos descendentes de africanos nas primeiras lutas pela independência, assim como nos movimentos de libertação nacional, são entendidas em sua real significação: foram vigorosas afirmações de identidades que contribuíram para forjar o conceito universal de Humanidade. Outro aspecto ressaltado nesta obra são as relações da África com o sul da Ásia através do oceano índico, assim como as contribuições africanas a outras civilizações por um processo de trocas mútuas. (...)

Nesse exemplo, vemos como a história oral (literalmente) dá voz às sociedades ágrafas, como já foi mencionado neste trabalho. Entrando em conflito direto com a historiografia alemã oitocentista, a história oral retira dos documentos "oficiais" escritos o cargo de único detentor da verdade, quando torna fonte histórica a fala e o silêncio, o relato e a comoção, tudo devidamente transcrito.

Para o caso da historiografia africana, a História Oral se mostra também uma metodologia de resistência ao típico "preconceito eurocêntrico", por dar essa liberdade aos documentos não escritos. Apesar dessa característica, a História Oral também é popular na Europa, e, juntamente com os Estados Unidos, ajudou a popularizá-la.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo levantamento bibliográfico, sobre qualquer o assunto que seja, traz conhecimento teórico valioso não só ao leitor do levantamento quanto ao próprio autor do texto, tendo em vista que as reflexões aqui exibidas são fruto de uma pesquisa histórica, que procurou simplificar leituras posteriores sobre o mesmo assunto, fazendo assim papel de leitura introdutória. Ademais, a prática da escrita também é reforçada, bem como a capacidade de transmitir o conhecimento de maneira mais direta, sucinta e clara, a fim de facilitar o entendimento do assunto em questão – A teoria da história oral e suas várias aplicabilidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3 ed, Rio de janeiro: FGV Editora, 2005.
BURKE, Peter. **A escola dos Annales – 1929 – 1989**: A revolução Francesa da Historiografia. Tradução de Nilo Odália, São Paulo: Editora Unesp, 1991.
KI-ZERBO, Joseph (editor). **História Geral da África**. Vol I. 2 ed. rev. Brasília; UNESCO, 2010.
LE GOFF, Jaques. **História e Memória**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2003.

MEMÓRIAS, RELIGIOSIDADE E DESENVOLVIMENTO URBANO: A PRESENÇA DO CONVENTO IPUARANA NA FORMAÇÃO DA CIDADE DE LAGOA SECA-PB (1942-1972)

Kelyana da Silva Lustosa[1]

RESUMO
Este artigo tem por objetivo analisar o papel religioso/cultural desempenhado pela presença do Colégio Seráfico de Santo Antonio (Ipuarana) na localidade de Lagoa Seca-PB, no sentido de compreender as influências da presença dessa instituição no espaço e na sociedade local. Para a realização do presente trabalho me sirvo, primordialmente, de fontes orais através entrevistas realizadas, tanto com ex-alunos do Colégio, como de antigos moradores de Lagoa Seca. Com relação à bibliografia, procuro dialogar com o livro *Tarimba*, de Elizângela Gerônimo dos Santos, além das fundamentais considerações do historiador José D'Assunção Barros em seu livro *Cidade e História*. Num primeiro momento do artigo, se discute o processo de constituição urbana de Lagoa Seca; num segundo momento, a constituição do Colégio Seráfico de Santo Antônio (Ipuarana) nessa localidade e, por fim, os pontos de contato entre a comunidade estabelecida no Seminário de Ipuarana e a população de Lagoa Seca.
Palavras-chave: Lagoa Seca; Ipuarana; Memória.

INTRODUÇÃO

As motivações para a escolha do tema e realização do presente estudo fundamentam-se no fato ser natural da cidade Lagoa Seca e verificar a ausência de historiografia relativa a essa cidade. Entendemos que o funcionamento de uma instituição religiosa, como qualquer outra, deve ser analisado a partir de sua profunda imersão no contexto e na vida da sociedade onde se encontra inserida – na interação cultural, na troca de saberes, nas relações humanas, de poder e de serviço entre esta instituição e a sociedade à qual pertence. Daí o interesse em buscar entender os reflexos da atuação do Colégio Seráfico de Santo Antonio (hoje Convento Ipuarana) na localidade de Lagoa Seca, à época, um pequeno povoado, que se desenvolveu a ponto de separar-se de Campina Grande, sendo emancipado como cidade em 1964. Assim, entendo a relevância de escrever sobre o Seminário de Ipuarana pela necessidade de registrar sua história e na intenção de contribuir com a produção historiográfica sobre a cidade de Lagoa Seca

A história oral é entendida, aqui, como um método de pesquisa que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram ou testemunharam acontecimentos,

[1] Graduada no curso de Licenciatura em História pela Universidade Federal de Campina Grande-UFCG. Email: <kelyanalustosa@gmail.com>.

conjunturas, visões de mundo[2]. Acredito que a história oral é conveniente na medida em que abre novas perspectivas para o entendimento do passado recente ao possibilitar diferentes "versões" sobre determinada questão .

Neste sentido, são realizadas entrevistas com quatro ex-alunos e um ex-professor do Colégio Seráfico de Santo Antonio; três antigos moradores da cidade de lagoa Seca, dois dos quais prestaram serviços no convento e um, que morou no convento por um ano como candidato à irmão leigo; e também, um frade que à 63 anos reside no Convento Ipuarana.

As entrevistas de história oral têm sentido na medida em que fazem parte de todo um conjunto de documentos que permitem compreender como indivíduos experimentam e interpretam acontecimentos, situações e modos de vida de um grupo ou da sociedade em geral. De modo que documentos escritos, imagens e outros tipos de registros são indispensáveis nessa reconstituição da memória pela oralidade. Neste sentido, além das fontes orais, utilizo a *Revista Santo Antonio,* Estatutos e regras internas da instituição, além de livros de memórias escritos por ex-alunos.

Se privilegia neste estudo, uma apreciação do fator cultural desempenhado por uma instituição religiosa (Convento e Colégio Seráfico de Santo Antônio) na vida de uma cidade em formação (Lagoa Seca), entendendo o funcionamento do Colégio Seráfico para além da religiosidade, logo, considerando o fator religioso como um espaço de produção cultural e de representações sociais. Uma vez que a religião é algo social e corresponde a determinadas condições históricas das sociedades, importa, neste caso, não tanto fazer uma abordagem das expressões religiosas dos habitantes de Lagoa Seca, mas sim, refletir como o desenvolvimento da cidade esteve atrelado ao desenvolvimento do Convento franciscano e o papel dos franciscanos na vida dessa sociedade. Assim, considerando que as crenças e práticas religiosas serviriam como meios culturalmente determinados de manter e regular relações humanas e analisar as relações estabelecidas entre o Convento e a Cidade.

[2] A respeito desse método-fonte-técnica Verena Alberti diz que "trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, conjunturas etc. a luz de depoimentos de pessoas que deles participaram ou os testemunharam."[2] E destaca que o emprego da história oral como método deve levar em conta algumas especificidades como o fato de que só pode ser empregada em pesquisas sobre temas recentes, que a memória dos entrevistados alcance, bem como o fato de que o trabalho com a história oral constitui, desde o início, uma produção intencional de documentos históricos.

1.1 A CIDADE

As terras onde hoje está localizado o município de Lagoa Seca estão inseridas em uma região denominada de Brejo Paraibano, apresentando um clima ameno e solo agricultável, favorecido por várias fontes de água doce, fatores que contribuíram para ocupação do lugar[3]. De acordo com a historiadora Elizângela Jerônimo dos Santos, as terras onde viria a se desenvolver o município de Lagoa Seca pertenciam ao aldeamento dos índios Bultrins, da nação Cariri, que tinham sido trazidos para a Serra da Borborema pelos jesuítas da missão colonizadora do Pilar.

Após a expulsão dos jesuítas do Brasil, em 1759, os Bultrins retornaram para a missão Nossa Senhora do Pilar em Taipú, e as referidas terras, propriedade da Coroa portuguesa, passaram a ser ocupadas por algumas famílias. Alguns terrenos foram comprados por particulares, outros doados. Essas primeiras famílias começaram a desenvolver aí atividades econômicas, geralmente ligadas à agropecuária por se tratar, como já mencionado, de uma região propícia à agricultura.

Embora seja a presença de ocupação não agrícola uma das especificidades do fenômeno urbano, é possível considerar a formação da cidade de Lagoa Seca fundamentalmente ligada a sua atividade agrícola. Como ressalta José D'Assunção Barros (2012) em seu livro *Cidade e História*, a cidade também é um "produto da terra",[4] uma vez que toda cidade existe por obra de um excedente agrícola sem o qual seria inconcebível na sua formação mais remota. Tal imagem da cidade se aplica à realidade de Lagoa Seca.

Ainda segundo Santos (2007), o povoamento da localidade foi iniciado por Cícero Faustino da Silva, morador do Sítio Mineiro, que, vendo o movimento no caminho entre as cidades do Brejo e a cidade de Campina Grande, resolveu comprar quatro hectares de terra às margens desta estrada.[5] Em 1929, Cícero Faustino da Silva construiu, no terreno comprado, uma Tarimba, como era chamado o local para vender carne.[6] A carne da Tarimba era vendida aos tropeiros que viajavam para Campina Grande e sempre paravam neste local, e aos

[3] A presença de grande número de lagoas na região também influenciou na denominação do nome da cidade: Lagoa Seca.segundo uma versão popular, a origem desse nome se deu por um fato ocorrido na Rua João Lourenço Porto, onde existia uma lagoa, que se encontrava sempre seca . Certo dia uma mulher bem vestida escorregou na lagoa e exclamou: "Como pude escorregar em uma lagoa seca!". Os comentários se propagaram na região, batizando o município Antes de atender por este nome, também foi chamada de Lama da Gata, Tarimba e Ipauarana(devido ao um erro de grafia no nome Ipuarana, foi registrado dessa forma).

[4] BARROS, José D'Assunção**. Cidade e História**. 2º. ed. Petrópolis, RJ : VOZES, 2012.

[5] O terreno comprado por Cícero Faustíno é tido como embrião de desenvolvimento da cidade, estava localizado onde hoje é o Posto de Gasolina, na saída para Campina Grande e o Hospital Municipal.

[6] Devido a isso, a localidade ficou conhecida como Tarimba durante um tempo.

moradores dos sítios vizinhos. O negócio prosperou e outras famílias foram começando a povoar o local que logo foi considerado distrito de Campina Grande, e, posteriormente, elevado à categoria de vila.

> Cinco anos após a construção da Tarimba, em 31 de julho de 1934 pelo interventor Gratuliano de Brito, Lagoa Seca recebeu o título de Distrito de Paz pelo decreto nº 531 [...] Em 15 de Novembro pelo também interventor Argemiro de Figueirêdo, segundo o histórico da prefeitura de Lagoa Seca, esta foi elevada à categoria de vila, tendo seu nome alterado para Vila de Ipuarana[7].

O decreto que tornou a localidade vila também alterava o nome para Ipuarana, de origem indígena que significa IPU=lagoa e ARANA=ruim, seca. Mas tal denominação não foi bem aceita pela população que continuou chamando de Lagoa Seca.

Desde o início da povoação em 1929, a religiosidade era um fator marcante da população local, predominantemente católica à época. Tal era a preocupação com as práticas religiosas, que em Dezembro do mesmo ano da construção da Tarimba, Cícero Faustino da Silva ergueu também uma pequena igreja, ao lado de seu comércio. Mas com o crescimento da população, a igrejinha foi se tornando insuficiente para a quantidade de fiéis. E foi atendendo aos pedidos dos próprios fiéis que em 1935 foi construída, na rua conhecida como Morro, uma capela que tinha como Padroeira, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro[8].

Santos (2007) nos informa que o terreno para a edificação da igreja também foi doado por Cícero Faustino, e a construção se deu sob a supervisão do padre Delgado, vigário de Campina Grande. Como Lagoa Seca pertencia à Paróquia de Campina, Padre Delgado era quem realizava as missas no distrito, até a chegada dos frades franciscanos que assumiram o trabalho pastoral na localidade.

Na condição de distrito, não só na religiosidade, mas também econômica e politicamente, Lagoa Seca dependia de Campina Grande. A economia girava em torno da agricultura e comercialização dos produtos era feita, principalmente, nas feiras de Campina Grande. A cidade foi emancipada em 04 de Janeiro de 1964, pela Lei nº 3.133, instituída pelo governador Pedro Moreno Gondim.[9] O projeto foi do deputado estadual, Manuel Barbosa, mas uma parcela da população não queria a emancipação, como expressa a fala do senhor

[7] SANTOS, Elizângela Jerônimo. **TARIMBA:** Aspectos Históricos e Culturais de Lagoa Seca (1929-1969) – Bauru, SP: Cana6, 2007. P 36.
[8] Mais tarde, também essa igreja se mostraria pequena, e foi transferida para outra construção que até hoje abriga a Matriz da cidade.
[9] Citado por SANTOS(2007) página 131.

João Anacleto, antigo morador de Lagoa Seca: "Manoel Barbosa foi que emancipou [a cidade], mas o povo não queria, João Jerônimo era um"[10].

O Sr. João Jerônimo, citado na entrevista, tratava-se do presidente da Câmara de vereadores de Campina Grande à época, que foi morador de Lagoa Seca e se opôs ao projeto de Manuel Barbosa para emancipação de Lagoa Seca, junto com parcela da população.

Dessa forma, o novo município enfrentou dificuldades financeiras e administrativas, durante o período de transição política, pois Lagoa Seca não apresentava uma economia independente que pudesse manter a cidade, sem a ajuda de Campina Grande, e as querelas políticas se intensificavam na região:

> Por Lagoa Seca não ter verbas para pagar a folha de pagamento das professoras, foi colocado um projeto de lei em Campina Grande para que a prefeitura quitasse a dívida de pagamento das professoras. João Jerônimo que era o presidente da Câmara de vereadores, votou contra o pagamento da dívida, salientando que tinha avisado à população de Lagoa Seca dos problemas econômicos que a cidade teria com a emancipação.[11]

Podemos dizer que, mesmo após a emancipação política, em 04 de janeiro de 1964, Lagoa Seca continuou, em grande parte, condicionada à cidade de Campina Grande, principalmente do ponto de vista econômico.

O conceito de "retículo urbano" ou "armadura urbana" é abordado por Barros (2012) para dar conta de um conjunto de determinadas cidades pertencentes a uma mesma área geográfica, uma vez que a cidade estabelece relações com o campo circundante, mas também com outras cidades. Assim é que a cidade de Lagoa Seca se enquadra neste conceito por estar incluída na área geográfica da Cidade de Campina Grande e ter grande boa parte de seu movimento comercial condicionado pela rodovia que a corta.

1.2 O CONVENTO

Foi ainda na condição de Vila que Lagoa Seca recebeu os primeiros franciscanos interessados em construir um Seminário nessa localidade. A Província Franciscana tinha urgência em construir o novo Colégio para formar os frades, principalmente após o fechamento do Colégio de Bardel, na Alemanha, pelos Nazistas já que era de lá que

[10] João da Rocha Anacleto. Depoimento concedido à autora em 10/06/2014.
[11] SANTOS, Elizângela Jerônimo. **TARIMBA:** Aspectos Históricos e Culturais de Lagoa Seca (1929-1969) – Bauru, SP: Canal6, 2007. p.132

provinham os religiosos para o Brasil desde 1893. Diante da urgência em conseguir outra fonte de frades, foi idealizada a construção de outro Colégio Seráfico que atendesse às necessidades da Província, que além de acomodar os frades alemães fugidos da repressão nazista, proporcionasse condições para se realizarem as atividades docentes, tal qual no colégio fechado da Alemanha. As atenções voltaram-se para o Nordeste brasileiro e o sítio de Lagoa Seca, à época pertencente à Campina Grande, mas distante do centro urbano foi escolhido como local ideal para abrigar o futuro Colégio.

A bênção da primeira pedra ocorreu em 28 de janeiro de 1940, e logo se iniciou a construção do Convento encabeçada por Frei Pedro, Frei Lamberto e Frei Manfredo, tidos como os três padres fundadores da comunidade franciscana em Lagoa Seca. A obra corria em rimo acelerado e em janeiro de 1941 já estavam prontos os dois pavilhões e mais a dispensa e a enfermaria. A parte já concluída foi inaugurada oficialmente em 22 de Março de 1941, com missa solene, e recebeu os primeiros alunos. Eram 19 meninos provindos de João Pessoa, Campina Grande, Ipuarana (Lagoa Seca) e do Estado de Sergipe. Mas, ainda não eram do curso secundário, para o qual o Colégio se destinava. Esse curso só começaria a funcionar em 23 de fevereiro do ano seguinte, 1942, quando foi celebrada a solenidade de abertura do curso ginasial e secundário do Colégio Seráfico de Santo Antônio, com a transferência do restante dos alunos de João Pessoa para Ipuarana.

Em dezembro de 1940, Frei Noberto foi escolhido para fiscalizar a construção e ao mesmo tempo para ser o Padre Superior da Comunidade de Lagoa Seca. Assim, os frades franciscanos assumiam o trabalho pastoral na região, que antes era realizado pelo vigário de Campina Grande.

Com o Colégio já funcionando, as obras continuavam, cisterna, claustro do convento, com o primeiro andar e a fachada, a comprida ala do convento em direção ao norte, os dois anexos na parte de trás, com salões para dormitório na parte de cima, e na parte de baixo, oficinas de alfaiataria, sapataria... Na verdade, seria difícil precisar quando as obras do Convento terminaram, pois sempre havia novas alas, novos anexos a construir.

Mas a implantação de um projeto de tamanho porte, além de mobilizar a comunidade franciscana, também iria movimentar o pequeno distrito de Lagoa Seca. Na fala do senhor Pedro Anacleto, antigo morador da cidade, podemos perceber como o crescimento do Colégio Seráfico é associado ao crescimento de Lagoa Seca.

> Lagoa Seca era pequena, ali era sítio, ali onde é o convento era tudo sítio, o padre que veio de fora comprou aquele sítio e começou a construir, parece que tinha apenas três casinhas naquele tempo. Ele pegou a construir e começou fazendo o colégio, a igreja, e foi aumentando aí depois começou a receber aluno[12].

A população de Lagoa Seca, à época em sua grande maioria católica, acolheu fervorosamente a chegada dos frades franciscanos. E nas entrevistas é perceptível que a população percebia a chegada do Convento como a oportunidade de abundância de padres para intensificar as práticas religiosas católicas, assim como as pessoas ligadas ao convento, como Frei Anésio, que também ressalta em sua fala que a região era carente de padres e com a chegada dos franciscanos passa a ter uma abundância de religiosos para atender, não só à população de Campina Grande e Lagoa Seca, como também as cidades circunvizinhas.

> Ainda era uma região muito carente que não tinha padres pra celebrar aqui e de repente chegou logo 15, 16 padres, tinha padre à vontade pra celebrar nessas capelas, paróquias de Esperança, Alagoa Nova, Campina Grande, Puxinanã, São José da Mata, Montadas ... [13].

Com o projeto de construção do Colégio vieram os frades que assumiram os trabalhos religiosos da capela e dos povoados, mas também veio uma fonte de trabalho para a região, pois o Convento precisava ser grande para abrigar as salas de aula, os dormitórios, a igreja e as oficinas, ou seja, era um grande projeto que também tinha pressa de ser concluído. Nesse sentido, era preciso muita gente trabalhando, e a mão de obra foi constituída entre a população local, como informa o senhor Noel Alves Monteiro, que trabalhou desde a sua infância no Convento:

> Aquele convento ali foi construído por gente daqui, os pedreiros eram daqui, eu conheci muito um bucado (sic) deles...Os pedreiros eu conheci muitos deles. E os serventes, eram tudo gente daqui. Eu trabalhava lá muito menino, com nove anos como eu já disse[14].

Desta forma, vemos que esse projeto empregava muita gente da própria região, pois era preciso de muitos trabalhadores, mas além dos empregados, tinham os voluntários, de modo que boa parte da construção do convento foi feita com a ajuda comunitária dos moradores da localidade, que se uniam em mutirões, geralmente aos finais de semana, para carregarem pedras e tijolos para a construção.

[12] Pedro Anacleto. Entrevista concedida à autora em 24/01/2014.
[13] Frei Anésio. Entrevista concedida à autora em 28/10/2013.
[14] Noel Alves Monteiro. Entrevista concedia à autora em 14/01/2014.

> Agora era muito rápido o serviço, num sabe? Que era muita gente trabalhando, era muito pedreiro. O mestre de obras era um velhinho pequenininho, mas muito talentoso, ele não deixava ninguém brincar de jeito nenhum era muito sério, chamava Manoel Salviano[15].

Quanto aos recursos para o custeio da obra, o dinheiro era arrecadado das missões realizadas no Nordeste brasileiro, onde os padres missionários percorriam vários lugares, pregando e recolhendo esmolas para as vocações. Como todos os esforços da Província, no momento estavam voltados à construção do Colégio Seráfico de Ipuarana, todas as outras Casas existentes deviam contribuir para o sucesso deste empreendimento, mandando verbas. Também dos Estados Unidos vinham esmolas coletadas, Frei Sebastião Evers que lá residia, enviava para as vocações brasileiras.

Pelo fato de terem sido padres alemães os fundadores do Colégio, muitos dos habitantes crêem que a construção teria sido financiada por dinheiro vindo do exterior, como podemos ver na fala do senhor Noel:

> Eles construíram aquele convento todinho com dinheiro da Alemanha. Eles não tiveram esse negócio de pedir esmola a ninguém de pedir ajuda pra construir não...Veio todo de fora o dinheiro[16].

Este pensamento se reflete na fala da maioria dos moradores entrevistados, mas os depoimentos dos ex-professores e ex-alunos fazem questão de enfatizar que o custeio da obra foi proveniente do Brasil, das missões no Nordeste e doações, tendo em vista que, neste momento, a Alemanha não estava em condições de contribuir financeiramente em virtude da Guerra europeia.

> Estava em guerra e justamente, não veio nenhum tostão da Alemanha. Todo esse dinheiro veio daqui, arrecadado aqui da Bahia ao Maranhão tinha umas cinco equipes de missionários, e todo aquele dinheiro que os missionários ganhavam nas missões ia tudo pra Recife que era a sede da província. E aí com esse dinheiro foi construído isso aqui[17].

Enquanto a comunidade franciscana se estabelecia em Lagoa Seca, a situação na Europa se agravava com o desenrolar dos conflitos da segunda Guerra Mundial, mas o Brasil ainda se mostrava indefinido no conflito, até que em agosto de 1942, depois do afundamento

[15]Noel Alves Monteiro - idem, ib.idem
[16] Noel Alves Monteiro. Entrevista concedia à autora em 14/01/2014.
[17] Frei Anésio. Entrevista concedida à autora em 28/10/2013.

de navegações brasileiras por submarinos alemães, o presidente Getúlio Vargas declara guerra contra os italianos e alemães. Em agosto daquele ano, seis meses após ter sido inaugurado o curso ginasial e secundário, no Convento ainda em construção, essa comunidade seria alvo de hostilidades.

A inesperada presença de alemães na região gerou desconfiança por parte da população que não conhecia as razões desses estrangeiros terem vindo parar ali, e em meio à eclosão de uma guerra na qual o Estado brasileiro e o alemão lutavam em lados opostos, os alemães ali presentes foram vistos por parte da população como inimigos.

Na cidade de Campina Grande, ocorreram depredações a propriedades pertencentes a pessoas de nacionalidade alemã, e também alguns se puseram em marcha para o distrito de Lagoa Seca a fim de atacar o convento fundado pelos franciscanos alemães, mas segundo depoimento do professor Cícero Agostinho Vieira, a população de Lagoa Seca teria se unido para impedir tal ato, e proteger o convento.

> Uma coisa muito interessante que eu lembro daquele Convento alí era os padres na carreira tudo piriri priri piriri se escondendo do Exército na época da Alemanha, da guerra em 1944, isso eu me lembro como que eu tô vendo hoje[...] aí quando eles viam qualquer um, se eles visse um amontado(sic) a cavalo ele não tinha nem conversa, o convento já tava meio grande, ele saía que saía medonho se escondendo dentro do mato com medo, mas eles não andavam nem pra perseguir, andava pra ver se tinha algum estrangeiro aqui disfarçado de padre ou seja lá de que for pra prender né, eles tinham medo era disso[18].

O relato do senhor Noel expressa como um fato inusitado os frades alemães se esconderem do exército por medo de serem confundidos com nazistas disfarçados. Pois, para a população local, a guerra era algo externo que não atingia de forma direta o curso de suas vidas, a não ser que fossem convocados pelo Exército, como ocorreu com alguns moradores: José Moises da Silva, José Vicente, Antonio Cabral da Silva, Francisco Arruda, José Polucas de Araújo e Luiz Manuel de Araújo. Mas o medo de ser confundido com um nazista não significava para um agricultor de Lagoa Seca o mesmo que significava para um padre alemão em terras brasileiras.

Segundo a Crônica do Convento Ipuarana, no dia 21 de agosto de 1942, sexta-feira, houve rigorosa busca realizada em todas as dependências do Convento e Seminário, à procura de material comprometedor, em particular de uma estação clandestina de Rádio-Difusora, mas nada foi encontrado.

[18] Noel Alves Monteiro. Entrevista concedia à autora em 14/01/2014.

Após a entrada do Brasil na Guerra, em 22 de agosto, nova busca seria feita pelo delegado de polícia acompanhado de policiais e civis, no Convento, onde os padres e irmãos de nacionalidade alemã ficaram detidos por três semanas, sendo vigiados por soldados.

> No dia 16 de setembro os soldados de polícia que aqui estavam receberam ordem de se recolher ao quartel e no dia seguinte, festa De S. FRco Chagas, recebemos licença para deixar o convento[19].

Mas, os desdobramentos da guerra e a presença dos alemães nessa região mexeram com o imaginário da população local, muitos acreditavam que os alemães estavam construindo o convento ali, numa localidade do interior paraibano, para se esconder da guerra, pois estariam sendo perseguidos. Daí, também provém os mitos sobre a existência de porões e túneis embaixo do prédio do convento que serviriam de abrigo, caso eles fossem encontrados.

1.3 O CONVENTO E A CIDADE

Analisar a cidade como um elemento da história cultural, é percebê-la não só nas suas funções, mas no papel social de seus grupos, seus aspectos culturais, ritos e seu universo simbólico. O prédio do Convento Ipuarana constitui para a cidade de Lagoa Seca o que Barros (2012) chama de "marcos visuais", tratam-se de chaves de identidade e referência simbólica do lugar, seja para os que vivem nela como para os passam ou visitam.

Podemos afirmar que o convento, durante o período de atuação do Colégio, funcionava como uma espécie de cidade à parte da cidade. Não se tratava de uma instituição criada pela sociedade lagosequense, e sim um elemento estrangeiro que se estabeleceu aqui. É claro que uma instituição, seja ela qual for, não pode existir isolada da sociedade. Mas, quando se trata de uma instituição religiosa e uma casa de formação para padres, é preciso se considerar o pressuposto de certo distanciamento, principalmente de uma vida citadina, considerada cheia de vícios e libertinagens. De acordo com o senhor Cícero Agostinho, ex-aluno e professor de Ipuarana, nos anos iniciais, os alunos seminaristas não tinham muito contato com a população local.

> Eram mais restritos ao Colégio, depois, foram se abrindo para ajudar no catecismo e aquela coisa toda; os alunos também ajudavam os frades, aqueles alunos mais

[19] Crônica do Convento Ipuarana 1940-1975.

> velhos, mais adiantados. Mas basicamente, vinham para estudo mesmo, pesado, para o trabalho, para a oração: oração, trabalho e estudo... [20].

Digo que o convento era como uma cidade à parte da cidade porque, para a comunidade ipuaranense, havia sempre a preocupação de manter-se auto-suficiente, por isso a existência das mais diversas oficinas dentro do Convento, que garantiam o seu funcionamento e manutenção. Havia oficina mecânica que lidava com os trabalhos de encanações, motores e instalações elétricas; havia oficina de marcenaria ou carpintaria, responsável por fazer os móveis da Casa, de modo que nenhum móvel do convento foi comprado de fora, e sim fabricado internamente; havia oficina de alfaiataria que dava conta da feitura e reparos nas roupas dos padres e alunos, assim como a oficina de sapataria; havia também padaria própria; e todas essas oficinas funcionavam a serviço do convento. Também para suprir a questão da alimentação da grande quantidade de alunos e padres que ali viveram por muitos anos, havia dentro do sítio pertencente aos franciscanos, plantações de gêneros alimentícios, principalmente, frutas e verduras, e criações de animais como galinhas, porcos e gado também. Era necessária toda essa estrutura para sustentar um Colégio que abrigava, na época do auge (décadas 1950-1960) cerca de 200 alunos, morando em suas dependências, já que funcionava em regime de internato. Tudo isso impressionava as pessoas da região que estavam acostumadas a uma agricultura, geralmente, de subsistência e pequenas criações de animais em seus sítios.

> Galinha? Quando eles iam matar galinha, eram vinte, trinta galinhas que matavam, era só pro pessoal de casa, fora porco, fora pato... Porco era tão grande que tinha que matar de fuzil, vinham pegar o sargento aqui de Lagoa Seca, sargento Nerso(sic), era o delegado daqui, os padres vinham buscar ele aqui pra matar os porco do Convento que era tão grande que machado não matava[21].

Nos depoimentos de Frei Anésio, uma frade que reside em Ipuarana à 63 anos, se destacam a consagração dos tempos áureos de Ipuarana, bem como a ideia de que a cidade de Lagoa Seca teria crescido "à sombra do Convento", noção que também é perceptível em alguns moradores, como vemos na seguinte fala: "E o desenvolvimento de Lagoa Seca foi justamente com a chegada aqui do convento. Aliás, Lagoa Seca cresceu à sombra daqui."[22]

Dado o relativo isolamento, o contato da comunidade estabelecida no convento com a sociedade se dava mais precisamente nas questões religiosas, já que eram os frades do

[20] Cícero Agostinho. Entrevista concedida à autora em 19/03/2014.
[21] Noel Alves Monteiro. Entrevista concedida à autora em 14/01/2014.
[22] Idem.ib. ibidem.

convento que assistiam a população de Lagoa Seca nesse sentido. Mas, uma vez que o Colégio que ali funcionava visava a formar frades, o contato dos alunos com a cidade não era tão benquisto. Eram os padres do Convento que, além de professores, tinham sua função sacerdotal junto à população. Entre as atividades desempenhadas, revezavam-se para celebrar várias missas durante o dia na igreja do Convento, também celebravam nas capelas vizinhas e nas comunidades rurais.

> Eles ficavam no convento, mas tinha deles um que tomava conta lá da igrejinha do Amaragi, outro tomava conta da do Genipapo e cada padre tomava conta de uma igreja. Eles saiam pra celebrar e cada uma já tinha um cavalo, que naquela época pra ir as viagem deles, todo padre tinha o cavalo dele pra poder ir celebrar missa, fazer a reunião, fazer a confissão onde o povo chamava, eles montava no cavalo e ia confessar[23].

Um dos principais pilares desse contato entre a comunidade franciscana de Ipuarana e o povo de Lagoa Seca era através da catequese ministrada pelos frades. Frei Manfredo, um dos três padres fundadores de Ipuarana, era quem comandava as atividades pastorais de catequese. Ele foi o frade franciscano que estabeleceu um contato bastante próximo com a população, organizando centros de catecismo e pregando em retiros populares em diversos lugares. A atividade de catequese era destinada em geral às crianças, mas também atendia a jovens e adultos.

De início, como relatado por alguns ex-alunos, apenas os padres saíam do Convento para os trabalhos espirituais junto ao povo, mas após uma maior abertura da Igreja iniciada com o Concílio Vaticano II, os alunos seminaristas passaram a sair mais do Convento, de modo que aqueles alunos mais adiantados passaram a ser responsáveis também por catequizar as crianças da região, auxiliando os padres.

Também o ensino teve uma maior abertura após a realização desse Concílio, de modo que os alunos dos últimos anos, apesar de morarem no Convento, iam estudar em colégios de Campina Grande, a exemplo do Colégio Pio XI.

Contudo, o Convento em Lagoa Seca não representava apenas a presença dos franciscanos atuando nas práticas e rituais religiosos da região. A presença do convento em Lagoa Seca, também era símbolo de modernidade, pois através dessa instituição, a população tinha contato com elementos, como a luz elétrica, que só iria ser instalada no distrito em 1958,

[23] Pedro da Rocha Anacleto. Entrevista concedida à autora em 25/01/2014.

e que já existia no convento desde 1941. E isto impressionava a população local, como nos revela a fala do senhor Noel Alves Monteiro:

> [...]tinha motor muito grande, que nesse tempo não tinha luz aqui em Lagoa Seca não, era tudo no escuro, e lá no convento só tinha luz no convento, a gente ficava embelezado com a luz do convento, aquilo clareava tudo, era muito bonito...[24]

Segundo Santos (2007)[25], a rede elétrica foi instalada em Lagoa Seca em 24 de agosto de 1958, e era gerada por um motor a diesel que funcionava na Rua José Caetano de Andrade, que ficou, por esse motivo, conhecida como Rua do Beco do Motor. O fornecimento de energia elétrica tinha hora para começar a funcionar e para terminar: de 5 horas da tarde até as 10 horas da noite. Mas vez por outra, os moradores davam um "jeitinho" para ter a luz elétrica por mais tempo, como por exemplo, pagar uma "gorjeta" ao funcionário responsável pelo motor para que ficasse ligado até o fim de uma festa.

A iluminação pública foi instalada em Lagoa Seca em 29 de maio de 1966, quando esta já havia sido elevada à condição de cidade. Ainda segundo Santos (2007)[26], a instalação da energia elétrica foi trazida pelo então prefeito Francisco Camilo, através de um convênio do Departamento Autônomo dos Serviços elétricos de Campina Grande.

A fundação da primeira escola pública de Lagoa Seca também esteve intimamente relacionada com a ação dos frades franciscanos junto à comunidade. A falta de escolas públicas na região era uma grande preocupação para os pais que, em geral, não tinham como pagar a educação dos seus filhos, tendo em vista que a única forma de estudar era pagando professores particulares.

No período de formação do município de Lagoa Seca, houve algumas iniciativas para criação de escolas públicas, nessa localidade que ainda pertencia a Campina Grande, mas sem sucesso.

> Daí o vigário que nessa época era frei Manfredo o padre começou a abrir o colégio, que Lagoa Seca não tinha uma escola, apesar de ser de Campina Grande, mas não tinha UMA escola sequer, não tinha. Aí frei Manfredo fez daquilo ali um colégio[27].

[24] Entrevista concedia em 14/01/2014.
[25] SANTOS, Elizângela Jerônimo. **TARIMBA:** Aspectos Históricos e Culturais de Lagoa Seca (1929-1969) – Bauru, SP: Cana6, 2007. P.127
[26] Idem. Ibid
[27]Noel Alves Monteiro. Entrevista concedia à autora em 14/01/2014.

A primeira escola pública em prédio fixo foi organizada pelos frades num prédio onde funcionava a casa de farinha de mandioca. O prédio fica na Rua José Jerônimo da Costa. Foi em 1949 que Frei Manfredo, frade franciscano que então desempenhava as funções de pároco de Lagoa Seca, era o chamado capelão, ele solicitou o prédio ao então governador da Paraíba Rui Carneiro e lhe foi cedido para fins educacionais. Segundo Santos (2007), alguns dias depois, Frei Manfredo conseguiu com o governo da Paraíba uma verba de Cr$ 70.000,00 para a construção da escola, com a qual o prédio foi reformado, sob a direção de Frei Amadeu. A escola passou a funcionar com o nome de Escola Paroquial São José.

Nos primeiros anos de funcionamento da escola, os frades atuavam diretamente na educação das crianças e o catecismo era ministrado nas salas de aula. Mas além do ensino religioso da parte dos frades, havia as professoras contratadas pela prefeitura Municipal de Campina Grande, pelo Estado e pela Paróquia. A escola atendia de 1ª à 4ª séries.

> "Frei Constantino, pároco da cidade, além de suas atividades como orientador espiritual, fazia o papel de orientador pedagógico. O próprio Frei Constantino dava as aulas e preparava as professoras para ensinar religião e as outras disciplinas"[28].

Após receber uma reforma em seu prédio, a escola passou a atender pelo nome de "Grupo Escolar Frei Manfredo" em homenagem ao franciscano que teve importante participação na fundação dessa instituição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vemos, portanto, que os pilares de desenvolvimento de Lagoa Seca, como cidades, dentre eles, a aquisição de luz elétrica e escola pública se verificaram decorrente de vários acordos entre as elites locais e iniciativas pessoais, e que igreja e política tinham relação bem próxima, como bem demonstra a fala do senhor Noel:

> Porque ficava combinado assim, os padres que vinha para aqui trabalhavam de acordo com o prefeito e o prefeito de acordo com o delegado, era as três autoridade maior na cidade: prefeito, delegado e vigário[29].

[28] SANTOS, Elizângela Jerônimo. **TARIMBA:** Aspectos Históricos e Culturais de Lagoa Seca (1929-1969) – Bauru, SP: Cana6, 2007. P.127

[29] Noel Alves Monteiro. Entrevista concedia à autora em 14/01/2014.

Contudo, devido ao período em que o Convento franciscano de Ipuarana se estabelece e desenvolve suas atividades coincide com o período em que a localidade de Lagoa Seca está crescendo, a ponto de se constituir uma cidade, é que muitos dos depoentes se referem a um crescimento, não somente paralelo, mas condicionado, de modo que também é recorrente a ideia de que a cidade "cresceu à sombra do Convento". E de fato foi, de um modo literal, já que o embrião de desenvolvimento do núcleo urbano surge numa "baixa" onde havia uma lagoa, e o Convento vai ser instalado num ponto mais elevado do terreno. Mas, não é possível se atribuir o desenvolvimento de Lagoa Seca, como fenômeno urbano, somente à presença dos franciscanos, através do Convento nesta localidade. Uma breve observação da formação urbana de Lagoa Seca revela que esta tem seu núcleo de concentração populacional nas margens da rodovia Br 104, onde se desenvolveu uma atividade comercial, em virtude do movimento na dita rodovia. Porém, como afirmei no início deste capítulo, uma cidade é formada, não somente por uma concentração de população, nem também somente pela existência de uma atividade econômica, o fator cultural exerce grande importância na constituição e manutenção de determinada comunidade. E, do ponto de vista cultural, é inegável a influência dos franciscanos na formação dessa sociedade.

A presença dos franciscanos repercutiu de várias formas na vida da sociedade lagoasequense, tanto com a intensificação das práticas religiosas com a atuação dos frades na assistência espiritual, como com o incentivo à educação pública com o esforço dos frades para a fundação da primeira escola, mas também pela própria presença da instituição do Colégio Seráfico nesta localidade que iria atrair outros grupos religiosos, como os Maristas que também fundaram uma Casa bem próxima à dos franciscanos. A vinda desses religiosos trouxe novidade e atividade para o pequeno distrito, que enquanto a comunidade franciscana desenvolve sua atividade interna na formação de religiosos para a Província, ascende à condição de cidade, através da emancipação política que a separa de Campina Grande.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. ***Manual de História Oral***, 3 ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
ALBUQUERQUE, João Batista de. **Minhas Memórias de Ipuarana**- Garanhuns: Tyoflan, 2000.
ALBUQUERQUE, João Batista de; MORAES, José Clotário Dantas (coordenadores) **IPUARANA:70 ANOS**, Recife: Editora Nossa Livraria , 2009.
BARROS, José D'Assunção. **Cidade e história**. 2. Ed. Petrópolis- RJ: Vozes, 2012.

BECKER, Jean-Jacques *O handicap do a posteriori*. In: **Usos e abusos da história oral.** Organizadoras: Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado. Editora Fundação Getúlio Vargas. 8ª edição,2006. P.28.

BURKE, Peter. **Variedades de História Cultural**. Tradução de Alda Porto. 3ª edição; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CARNEIRO, Júlio César Alves. **Trajetória e cotidiano dos franciscanos na história do Brasil:** em seus capítulos na capitania da Paraíba e rainha da Borborema. Monografia (licenciatura em História) – UEPB. Campina Grande, 2011.

CARVALHAL, Juliana Pinto. **Maurice Halbwachs e a questão da Memória.** Revista Espaço Acadêmico, nº56, janeiro/2006. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/056/56carvalhal.htm >acesso em 10/05/2014.

CRÔNICA DO CONVENTO DE IPUARANA 1940-1975.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Tradução Cristina Antunes. 2ª edição-Belo Horizonte: Autêntica editora, 2010.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão...[et al.] 3º edição. Campinas – SP: Editora UNICAMP, 1994.

PEREIRA, Carlos Almeida. **IPUARANA 2000**: Refazendo uma caminhada. Belém –Pa: 1999.

SANTOS, Elizângela Jerônimo dos. **De Vila a Cidade**: memória histórica de Lagoa Seca- PB (de 1929 a 1064). Monografia (especialização em História do Brasil) – UEPB. Campina Grande, 2005.

SANTOS, Elizângela Jerônimo dos. **TARIMBA**: Aspectos Históricos e Culturais de Lagoa Seca (1929-969)-Bauru, SP:Canal6, 2007.

ESPAÇO DE REDEMOCRATIZAÇÃO E TENSÕES: OAB/RN E A MEMÓRIA DA REABERTURA POLÍTICA (1979)

Rafael Oliveira da Silva[1]

RESUMO
A Ditadura Militar (1964-1985) foi um momento da história brasileira caracterizado pelo controle do poder do Estado pelas Forças Armadas em conjunto. Este recorte se configurou em um período de incertezas no âmbito dos direitos políticos e garantias individuais. A Ordem dos Advogados do Brasil, instituição de representação de classe profissional, assim como outras entidades, assume um discurso de defensora da ordem democrática. No entanto, o mesmo discurso esteve presente no apoio da OAB ao Golpe Civil-Militar de abril de 1964, como também na sua participação efetiva no processo de reabertura política nos anos final da década de 1970. No Rio Grande do Norte a Ordem espelhou as falas divergentes do Conselho Federal, transformando a seccional potiguar em um espaço de redemocratização e tensões entre seus membros. O trabalho tem como objetivo analisar a participação da OAB/RN no âmbito do período das lutas pela anistia política de 1979, observando-o não apenas como espaço de apoio incondicional ao discurso de reabertura, mas espaço de divergências e tensões. Para tanto se faz uso de recortes de periódicos e entrevistas construídas com base na História Oral.
Palavras-chave: OAB/RN; Redemocratização; Memória.

INTRODUÇÃO

Ao acessar o *clipping*[2] disponível no *site* da seccional do Rio Grande do Norte da Ordem dos Advogados do Brasil, observamos chamadas tais quais: "OAB lança edital para preencher vaga no TJ", "OAB/RN debate saúde pública", "OAB sugere afastamento de desembargadores", "OAB/RN monta base para auxiliar manifestantes", "OAB defende protesto sem vandalismo", entre outras. Nestas, notamos a importância que a instituição tem dentro da sociedade brasileira. É bem verdade que, ao fazer uso das informações disponíveis no sítio eletrônico da instituição, nos deparamos com a possibilidade da divulgação de matérias que a favoreçam e reforcem a imagem. Mesmo assim, não invalida o fato de que a Ordem dos Advogados do Brasil e suas seccionais são conhecidas pela manutenção de um Estado Democrático de Direito, elemento este cristalizado no seu próprio estatuto[3] em vigor

[1] Licenciado e Bacharel em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Mestre em História, área de concentração História e Espaço, pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFRN.
[2] Estas informações estão disponíveis nos sites: OAB/RN. Disponível em: <www.oab-rn.org.br/clipping/>. Acessado em: 10 jul. 2013. e Tribuna do Norte. Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/search.php?page=5&ipp=25&text=OAB%2FRN>. Acessado em: 10 jul. 2013.
[3] ORDEM dos advogados do Brasil**.** *Conselho Federal. Estatuto da advocacia e da OAB e legislação complementar*. 2. ed. Brasília: OAB, Conselho Federal, 2003.

desde 1994. Elemento resultante de uma construção histórica tendo como principal referência o período dos governos autoritários.

Este artigo tem como objetivo discutir a seccional potiguar da Ordem dos Advogados do Brasil como espaço de redemocratização e tensões, observando o recorte da luta pela anistia política de 1979. A preocupação com o estudo se deve ao fato do surgimento de questionamentos sobre a OAB/RN, instituição e membros, e sua atuação frente aos governos autoritários, que levam a pensar as motivações destes em participar dos debates e lutas em favor da democracia. No decorrer do período em questão, analisamos que este espaço de redemocratização ao qual a OAB/RN se apresentava como ator e lugar foi sendo construído gradativamente por vias distintas, a exemplo, do discurso, por vezes hegemônico, do Conselho Federal e do aprofundamento da participação da seccional potiguar de forma direta ao processo de reabertura política. Pensando, dessa forma, na não homogeneidade do espaço, pensando-o também como espaço de tensões e conflitos.

ANISTIA POLÍTICA DE 1979: OAB/RN E O APOIO A DISTÂNCIA.

No Rio Grande do Norte foi possível observar a adesão de alguns grupos aos anseios da luta pela redemocratização do Brasil. Em 18 de abril de 1979 foi criado o Comitê, inaugurado na Câmara Municipal do Natal, com a presença de Terezinha Zerbini. Tal representou o auge de uma série de atos do CNA denominada de Semana da Anistia, composta por palestras, amostras de arte, pedágio, panfletagem, visita aos presos políticos, dentre outros. O comitê do Rio Grande do Norte contou com Roberto Furtado, no cargo de presidente, o vereador Sérgio Dieb e a socióloga Rizolete Fernandes, vice e secretária respectivamente. Tinha como função, assim como o CBA, despertar a sociedade para as torturas que aconteciam no governo militar e também pressionar este para que fosse concebida a Anistia.

No dia 19 de abril de 1979, o jornal Diário de Natal anuncia em pequena nota que o vereador Sérgio Dieb havia promovido um discurso na Câmara Municipal em favor da anistia.

No jornal Tribuna do Norte chama-nos a atenção o destaque feito a Semana de Anistia organizada pelo Comitê Norte-rio-grandense pela Anistia e diversas outras entidades. Em nota do dia 15 de abril, o periódico anuncia o inicio do evento citado acima que se prolongaria até o dia 18. A Semana contava com uma programação na qual visava alertar a

população contra as atitudes repressivas do governo militar e juntar forças em defesa de uma anistia ampla, geral e irrestrita.

O evento previa uma visita ao único preso político que se encontrava no Estado, o potiguar Maurício Anísio Araújo, palestras proferidas em diversos bairros de Natal, exposição de manifestações culturais e o encerramento, no dia 18, com um Ato Público que aconteceria no plenário da Câmara Municipal da cidade.

No livro "Anistia 20 anos 1979-1999"[4] organizado pelo Sindicato dos Bancários e posteriormente reafirmado em depoimento proferido em uma palestra em 2006 na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, a ex-secretária do Comitê Norte-rio-grandense pela Anistia, a socióloga Maria Rizolete Fernandes[5] afirmou que tal evento contou com a presença da advogada e presidente do MFA Terezinha Zerbini. No entanto, esta participação não é confirmada pelo jornal. Outro é fato de que Maria Rizolete Fernandes traz ao conhecimento, que o Comitê do Estado foi instituído no dia 18 de abril na Câmara Municipal. Todavia, esta informação não é colocada em nota. Após o fim da referida Semana, no dia 19 de abril, ainda na Tribuna do Norte, é publicado um balanço da mesma.

> Com um ato público na Câmara Municipal, ontem à noite, Rio Grande do Norte disse, mais uma vez, presente à grande campanha nacional pela anistia geral e ampla, principal símbolo da luta dos brasileiros pela democracia hoje em nosso país. Dessa maneira, através de manifestações simples e constantes, o nosso Estado vai honrando as suas tradições de civismo. [...]
> Somamos, portanto, a nossa voz a de todos os que lutam pela anistia, conscientes de que essa luta pertence a todos os brasileiros, sem qualquer discriminação política ou ideológica. Não é uma luta do MDB ou da ARENA, de civis ou de militares, de esquerda ou de direita. É uma campanha de todos em favor do bem comum de todos os brasileiros[6].

Como vemos, podemos perceber que o dia 18, por mais da existência do Comitê, representou a oficialização deste. Porém, o fato do nome de Terezinha Zerbini não ser citado, deve-se ao momento dos governos autoritários e ainda repressivos, apesar dos ares de abertura política.

Ainda sobre os fatos que se sucederam durante a chamada Semana de Anistia, podemos dar maior destaque as discussões travadas no interior da Câmara Municipal do Natal contidas nas Atas das Sessões da Câmara, entre os dias 18 e 19 de abril.

---

[4] *ANISTIA 20 anos 1979-1999:* um resgate da luta no Rio Grande do Norte. Natal: Sindicato dos Bancários, 2000.
[5] FERNANDES, Maria Rizolete. Depoimento concedido à Prof. Dra. Maria da Conceição Fraga em evento do Departamento de História da UFRN. Natal, 2006.
[6] TRIBUNA DO NORTE, 19 abr. 1979.

No dia 18, dia da criação do CNA, o vereador Sérgio Dieb vai à tribuna e faz o seguinte discurso:

> [O Vereador Sérgio Dieb][grifo nosso] Vai à Tribuna para registrar a passagem, nesta data, do Dia Nacional da Anistia, fazendo a leitura de um manifesto do Congresso Nacional de Anistia, o qual diz: "O Brasil é uma Nação dividida. Há quatorze anos tenta-se silenciar seu povo. O regime imposto contra os interesses da maioria da população, outorgam-se o direito de Legislar sobre tudo e todos. A tudo e a todo, por todos os meios tentam impor sua vontade. Aqueles que contra ele se colocaram foram marcados pela perseguição política, sem defesa e sem direitos, como toda a Nação. Há quatorze anos aprofunda-se a distância entre o regime e o povo. E o povo esta saturado de arbítrio. Hoje a Nação reinvidica (sic) seus direitos. Operários vão à greve a fim de recuperar seu poder aquisitivo arruinado. Advogados, falando em nome da Nação indignada, repudiam firmemente a Lei de Segurança Nacional, instrumento de perpetuação da violência e do arbítrio. Estudantes exigem o papel constutivo que lhes cabe na condução dos destinos da Nação através de suas Entidades livres e representativos. Os trabalhadores afirmam seu elementar direito de sindicatos livres e independentes. A igreja solidariza-se com os marginalizados. O povo reaje (sic) e é no próprio povo que crescem as forças capazes de construir uma Nação renovada e justa. [...] O preço pago pela Nação foi parcialmente documentado no Congresso: censuras, demitidos, reformados, exilados, banidos, presos, torturados, perseguidos mortos e desaparecidos: este é o saldo de quatorze anos de arbítrio e violência. O povo exige Anistia: liberdade para todos os presos e perseguidos políticos; volta de todos os exilados e banidos; recuperação dos direitos políticos de quem os teve cassados ou suspensos; readmissão nos quadros civis e militares. Fim das torturas, fim da Legislação de exceção." [...] Em a parte o Vereador Armando Viana diz que este manifesto tem conotação subversiva, pois ninguém assinou a nota nem aparece os nomes dos participantes[7].

Percebemos que nos dizeres desta Ata, o vereador e também vice-presidente do Comitê Norte-rio-grandense de Anistia expõe o discurso proferido pelo comitê nacional e suas reivindicações. Dieb, apesar de dizer que o material lido era resultado das discussões feitas no Congresso Nacional de Anistia, este não faz menção a criação do Comitê. O mais interessante neste mesmo documento é a manifestação do vereador Armando Viana que considera o ato de Dieb como subversivo, o que desdobraria no pronunciamento de Viana no dia seguinte.

> Em seu pronunciamento [o Vereador Armando Viana][grifo nosso] presta também homenagem a Tiradentes, dizendo que o mesmo ofereceu seu sangue para que fosse implantada a liberdade brasileira. Contrastando com o espírito patriota de Tiradentes, maus brasileiros, antes de 1964 comandavam um movimento, tentando implantar o regime comunista, jogando o País no caos. Aconteceu a Revolução de 31 de março de 1964 e o desenvolvimento se verificou no País. Atualmente quando o Governo pretende fazer uma abertura política, maus Brasileiros ou seja comunistas tentam novamente vilipendiar a Nação Brasileira. Deixa seu total protesto contra o manifesto lido na Sessão anterior, pelo vereador Sérgio Dieb, por considerá-lo um

[7] ATA DA 22ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 2º PERÍODO DA NONA LEGISLATURA, 18 abr. 1979..

> atentatório ao regime democrático e que envergonha o País. Analisando um dos tópicos do citado manifesto que afirma que o Brasil está dividido, o Orador diz trata-se de uma calúnia, vez que os três Poderes tramitam coesos, tendo um Governo preocupado com os problemas do povo, [...]. Diz ainda que o manifesto pede Anistia ampla e irrestrita e abolição da Lei de Segurança Nacional, o que considera um absurdo e um ato subversivo, pois, diz o Orador, pedir o fim da Lei de Segurança Nacional é o mesmo que destruir no cristão, a fé em Deus e exterminar toda a estrutura democrática brasileira. E os que pedem tal insensatez são os comunistas de antigamente. Acha que os brasileiros patriotas opinam por uma Anistia gradual e individual. Finalizando diz que ontem nesta Casa, mesmo contrariando a opinião de alguns Vereadores, reuniu-se o Comitê para Anistia, tendo-se constituído uma noite nefasta para o Poder Legislativo pois somente fazer voltar a anarquia que reinava anteriormente no País [...][8].

Vemos que a fala do vereador Armando Viana tem como objetivo a defesa total do regime vigente e desqualificação do movimento de Anistia e seus membros, fazendo menção ao comunismo e o risco à moral da religião cristã. Neste período, observamos opiniões diversas a respeito dos acontecimentos políticos do Brasil que ultrapassam a dicotomia visualizada nas falas de Sérgio Dieb e Armando Viana.

Mesmo oficializada em maio de 1979, em decorrência da culminância dos trabalhos da Semana de Anistia de 15 a 18 de maio, o Comitê Norte-rio-grandense de Anistia já apresentava uma atividade anterior a sua fundação oficial, que data de 1978, cujas reuniões aconteciam de forma clandestina. Aliny Dayany Pereira de Medeiros na análise de depoimentos junto aos participes do referido Comitê observa que a figura do advogado e da própria OAB/RN só se fez presente próxima à legalização do movimento, sendo que apenas neste momento as reuniões do Comitê foram levadas ao interior da sede da Ordem.

> Antes da legalização do Comitê, já havia um grupo que realizava as reuniões para discutir a anistia. De acordo com Florizel de Medeiros Júnior, membro do Comitê, apenas poucas pessoas participavam dele no momento da clandestinidade e mesmo os advogados não se envolveram de imediato, nem em sua maioria [...][9]

> Qualquer movimento de contestação à ditadura, logicamente, era ilegal. Além de ilegal até a data da publicação no Diário Oficial do RN, em 1978, o Comitê chegou a se reunir de forma "clandestina", até mesmo em calçadas escuras da Cidade Alta, perto do Colégio Churchill. Só com a ação do Dr.Varela Barca que conseguimos a sede da OAB para reunir. Convém salientar que a oposição à ditadura contava com o engajamento de pouquíssimos advogados no Rio Grande do Norte[10].

[8] *ATA DA 23a SESSÃO ORDINÁRIA DO 2º PERÍODO DA NONA LEGISLATURA*, 19 abr. 1979.
[9] MEDEIROS, AlinyDayany Pereira de. *Espaços de luta e de resistência no Rio Grande do Norte:* entre história, memória e política. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012. p. 43. – esta dissertação foi publicada em livro com a seguinte referência: PRANTO, AlinyDayany Pereira de Medeiros. *Anistia no Rio Grande do Norte:* o comitê pela anistia política como espaços de história, memória e política (1979-2001). Berlin: Novas Edições Acadêmicas, 2014.
[10] Florizel de Medeiros Júnior *Apud* Ibid.

Com a contribuição de Medeiros analisamos que apesar da importância e visibilidade dada ao movimento com a inserção dos advogados e da presidência da OAB/RN ao movimento de anistia no Estado, estes indivíduos e instituição só aderiram ao processo, pelo menos oficialmente, quando se percebia uma sinalização mais efetiva do próprio governo para uma possível e próxima reabertura. A anistia no Rio Grande do Norte era defendida por poucos e cujos espaços se espaçavam pela cidade do Natal, em decorrência da clandestinidade e obscuridade conferida aos dispositivos legais que vigoravam na época.

Independente do momento em que a Ordem dos Advogados potiguar adere à campanha de anistia na figura do Comitê, o espaço físico da instituição e seu capital político junto a estrutura de tomada de poder do país se congrega aos lugares da memória do processo no estado. Todavia, observamos na analise de Medeiros e seu depoente Florizel de Medeiros Júnior, apesar de poucos advogados terem mergulhado no projeto de anistia, mesmo que tardiamente, este limitado número leva para a instituição os anseios sociais na busca por liberdades democráticas.

Apesar destes anseios o trabalho empreendido pelos membros junto a OAB/RN se deu de maneira a estabelecer as dissonâncias no âmbito da instituição. O que não é observado na narrativa de Carlos Gomes que confere para Varella Barca e Roberto Furtado a responsabilidade em trazer a pauta para a seccional potiguar, mas ao mesmo tempo criando sempre uma áurea de sintonia e concordância entre os integrantes da Ordem.

> [...] desde que começou a aparecer as possibilidades da abertura democrática, Varella Barca e Roberto Furtado logo eles encamparam a ideia de ir montar um comitê pró-anistia lá na OAB, então a OAB nunca esteve ausente nestes movimentos. Quando já algum tempo depois, eu criei o Comitê em Defesa da Vida já havia a anistia, então eu reuni na OAB todos os presos políticos que foram perseguidos numa sessão histórica, que foi gravada e filmada por uma entidade da arquidiocese de Natal de memória popular [...][11].

Mesmo tendo como barreira o governo militar que limitava, em certa medida, as ações da OAB na luta pela redemocratização, podemos pensar que os próprios membros da entidade também configuravam um limite desta atuação.

> [...] Moderada até mesmo quando, por exemplo, em 77 ou 78, quando começou o movimento de anistia aqui. Eu só consegui, e eu era conselheiro da OAB, [...] o prédio para nós fazermos as reuniões, porque Varella Barca era o presidente, pois

[11] GOMES, Carlos Roberto de Miranda. Ibid. 2013.

> muitos diretores [diziam] – homem, não dá certo, não vamos nos meter nisso. Depois não, a Ordem tomou uma posição mais radical, a favor dos presos [...][12].

Roberto Furtado, a partir de sua fala, mostra que os advogados militantes da OAB também não tinham confiança no processo de reabertura política e, nesta medida, também cerceavam a entidade. Talvez de forma inconsciente ou consciente.

O advogado Gileno Guanabara de Sousa, integrante do Conselho Estadual a partir da segunda metade da década de 1970 e participe do Comitê de Anistia no Estado, em seu depoimento também confere as dificuldades enfrentadas pelos advogados defensores da anistia política no interior da OAB/RN, sobretudo na tentativa de levar as reuniões do Comitê Norte-rio-grandense de Anistia para a sede da instituição.

> Aí veio a questão da Anistia. Foi o primeiro teste, assim, importante. Um grupo à direita dizia que a Ordem não podia sediar o movimento de anistia no prédio da Ordem. Por que aquilo implicava numa servidão e aquilo gerava direitos. Amanhã ninguém podia tirar mais de dentro da Ordem. O prédio da Ordem já era o Tribunal de Justiça, onde é hoje na Praça das Mães. Aí eu contra retruquei, que embaixo, no subsolo da Ordem, estavam os arquivos do Tribunal de Justiça. E isso não tinha gerado nenhum direito. Nem servidão, nem coisa nenhuma. Na hora que se concluísse tirar era só notificar e tirar. Aí houve uma divisão do plenário da Ordem. Um grupo votou com a minha tese. Outro grupo votou com a tese do outro lado. E outro grupo votou dizendo que era possível ficar e na hora que a anistia fosse dada se encerrava e saia. Aí eu fiquei pensando que tinha perdido. Aí de repente um dos conselheiros disse assim: somados os votos favoráveis derrota o outro lado, então tem que ficar. Então, eu ganhei a discussão. Foi a primeira vitória importante[13].

Na narrativa de Gileno Guanabara percebemos que alguns elementos do conselho da OAB/RN se contrapunham totalmente ou até mesmo se silenciavam, muito provavelmente para garantir uma pretensa harmonia colocada por Carlos Gomes anteriormente. Mesmo tendo um caráter independente à OAB/RN, o Comitê gerava desconforto em muitos membros da instituição. No entanto, em decorrência do estado de vivência de uma relativa abertura, cujos elementos já foram expostos neste texto como a anulação do AI5, tenha obrigado a instituição e seus membros contrários à participação política da OAB/RN no debate da anistia política no ano de 1979. Como analisado por Roberto Furtado:

> [...] Havia um aspecto nesta altura quando foi criado o Comitê já havia uma abertura razoável para que se pudesse pronunciar [a anistia][grifo nosso]. Então a maioria do conselho se anunciava favoravelmente e outra silenciosa como acontece em todo colegiado, sem condições de se contrapor a esta posição [...][14].

[12] FURTADO, Roberto Brandão. Entrevista concedida à AlinyDaynay Pereira de Medeiros. 2011.
[13] SOUSA, Gileno Guanabara. Entrevista concedida ao autor. 20 ago. 2013.
[14] FURTADO, Roberto Brandão. Entrevista concedida ao autor. 15 mar. 2013.

É relevante chamarmos a atenção que a atuação da Ordem dos Advogados do Brasil, que já era efetiva em 1978 em nível de Conselho Federal, era recorrente solicitada pela sociedade civil e seus pares. Ações que não se limitassem a discussão teórica da concessão do benefício da anistia, mas que abarcavam questões várias, como o destino e a participação que a OAB teria juntamente com a Lei de Segurança Nacional e tantos outros códigos que surgem naquele momento de caráter cível e criminal.

Um suporte que mostra muitas das preocupações da instituição e seus pares é o jornal informativo da classe "Notícias OAB/RN". Criado em 1977, sob direção de Carlos Gomes, o órgão da seccional potiguar só teve seu primeiro número publicado em 1978, sendo neste ano editados um total de quatro volumes. Os anos seguintes de 1979 e 1980 se observam enquanto lacunas de sua produção só sendo retomado em 1981, este sob a presidência de Roberto Furtado na seccional da OAB no Estado.

Observa-se no periódico, sobretudo, a construção de uma unicidade dos membros da entidade, que a colocavam acima de qualquer disputa que se fizesse em seu interior. Outrossim, é a pouca voz que a seccional potiguar tinha no próprio veículo de informação, a revelia do grande número de informações que a instituição em caráter nacional tinha.

Como coloca Aliny Medeiros, a anistia política compunha uma das palavras de ordem que garantiriam ao país seu ingresso a um Estado Democrático de Direito, desejo este compartilhado com a Ordem dos Advogados do Brasil, apesar da seccional do Rio Grande do Norte ter entrado oficialmente nesta luta em 1979, ainda com grande resistência como vimos. Não obstante, as discussões ao menos eram trazidas a tona em seu veículo de comunicação, sob a forma de carta aberta resultante da VII Conferência Nacional da Ordem dos Advogados, em maio de 1978, em Curitiba, o qual debatia a necessidade de um Estado de Direito. No número dois do "Notícias OAB/RN", coloca-se em página principal:

> O Estado democrático é a única ordem que se pode proporcionar as condições indispensáveis à existência do verdadeiro Estado de Direito, onde a liberdade-autonomia cede lugar à liberdade-participação que pressupõe princípios pertinentes ao núcleo das decisões políticas e à sua legitimidade institucional. Para isso não basta o voto consentido, pois só ele não constitui a essência da democracia; ao contrário: é a própria democracia que dá conteúdo de participação ao direito de voto. Expressão de ato político e democrático, a vontade que representa, exige processo normativo integrado, desde a organização pluripartidária representativa das várias correntes de opinião pública – às garantias da livre manifestação do pensamento, incluindo o direito de crítica às instituições. As restrições à liberdade somente se

> tornam legítimas na medida em que visem à preservação do interesse coletivo – respeitado o limite infraqueável(sic) da dignidade da pessoa[15].

E continua no número seguinte:

> [...] Não haverá Estado de Direito nem segurança nacional democraticamente entendidos, sem a plenitude do *habeas-corpus* que assegure a primeira das liberdades e base de todas as outras – a liberdade física – em regime que consagre a inviolabilidade e a independência dos juízes. [...] No Estado de Direito as garantias institucionais decorrem da partilha das funções do Estado entre vários poderes, de modo que um não amesquinhe nem anule os outros, mas todos se limitem mutuamente, em sistemas de fiscalização e controle recíprocos. A vigência do AI-5 faz reinar no Brasil uma situação de excepcionalidade, a mais longa da história brasileira, tradicionalmente ferida de temporários colapsos da liberdade. Declaramos, todavia, que a simples revogação do AI-5 não restauraria, por si só, o Estado de Direito, diante da realidade que a vigente Constituição não forma estrutura política democrática[16].

Nas citações acima se analisa o papel da Ordem dos Advogados no cenário da política do Brasil. Neste período a instituição ainda era presidida pelo advogado Raymundo Faoro, que mesmo diante das críticas as formas escolhidas para interferir junto ao governo autoritário de Ernesto Geisel, oficializa a função da entidade em relação a sociedade civil. Ressalta-se do discurso, entre outros elementos, a crítica não velada ao governo, mas em seu caráter legalista. Ou seja, a instituição analisa que apenas com as mudanças das leis em vigor se poderia pensar no estabelecimento de um Estado liberto das correntes das perseguições, prisões arbitrárias, exílios, etc. Mudanças não apenas em dispositivos "menores" como a alteração da Lei de Segurança Nacional – a propósito era de entendimento da OAB que esta mudança deveria ser uma parceria entre Ministério da Justiça/OAB/Sociedade Civil – ou anulação dos Atos Institucionais ou de Banimento, mas sim na Constituição.

Para a Ordem dos Advogados uma mudança efetiva se daria com a reformulação da Constituição de 1967, que foi modificada pela Emenda Constitucional nº 1 de 1969.

Embora estas críticas elaboradas pela instituição as ações legais dos governos militares, o próprio governo chamava a OAB para o eixo de decisões sobre a anistia política que se traçava já em 1978. Como observado pelo coronel Rubens Ludwig, assessor de imprensa do Palácio do Planalto:

> *As sugestões da Ordem dos Advogados do Brasil são uma contribuição do aperfeiçoamento do regime* disse o assessor de imprensa do Palácio do Planalto,

[15] DECLARAÇÂO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS. *OAB/RN Notícias*,Natal, maio de 1978.p.1.
[16] *OAB/RN Notícias*, Natal, jun./jul. 1978.p. 2.

> Coronel Rubens Carlos Ludwig, sobre a proposta encaminhada ao plenário da VII CONFERÊNCIA NACIONAL DOS ADVOGADOS para que a anistia seja declarada condição prévia de qualquer reforma política. Durante a VII Conferência, o presidente da OAB, Raymundo Faoro, pediu a participação de todos, para que as votações refletissem de fato o pensamento da maioria e não de grupos organizados[17].

E a seccional potiguar da OAB se torna signatária do discurso do Conselho Federal, mostrando que a publicação destas ideias em seu informativo interno lhe credita ao menos a preocupação em junto com a OAB nacional buscar mudanças no que se refere às leis e na luta em favor de uma reforma política mais abrangente.

De acordo com o analisado a OAB do Rio Grande do Norte se insere no debate das liberdades democráticas e, consequentemente, da anistia política desde 1978 em seu caráter teórico. As ações mais enérgicas são mais observadas com a permissão do funcionamento das reuniões do Comitê Norte-rio-grandense de Anistia já em 1979, apesar do referido movimento ter caráter independente a instituição. Independente disso, a OAB/RN e seus membros, principalmente os que estavam envolvidos com o Comitê, a exemplo de Roberto Furtado, passam a auxiliar na defesa e monitoramento dos presos políticos e manifestações em praça pública. São exemplos destes dois últimos elementos destacamos o acompanhamento da greve de fome do preso político Maurício Anísio e o comício da Praça João Maria, ambos em agosto de 1979, para a aprovação de uma lei de anistia ampla, geral e irrestrita.

O advogado Roberto Furtado analisa que mesmo com esta participação minimizada da instituição em nível de Rio Grande do Norte em comparação a outras entidades, o maior rastro deixado pela luta pela anistia no corpo da seccional potiguar é a criação da Comissão de Direitos Humanos já sob a presidência de Roberto Furtado.

> Em 1982, como presidente da OAB, eu criei a Comissão de Direitos Humanos. Esta comissão de direitos humanos primeiramente foi presidida pelo conselheiro Gileno Guanabara, que eu designei pra tal. E então aumentou a atuação da OAB junto aos perseguidos políticos. Por que a perseguição política ou não-política diz respeito aos direitos humanos. E então esta comissão foi o braço da anistia dentro da OAB[18].

Por conseguinte, os debates no interior da seccional do Rio Grande do Norte da Ordem dos Advogados do Brasil se deram de forma calorosa e afastam o sentimento de harmonia na instituição. Obviamente que as decisões publicadas pela mesma são resultados de uma conquista da maioria. Maioria esta que estava desejosa de mudanças no seio das leis e,

[17] LUDWIG: OAB CONTRIBUI PARA O APERFEIÇOAMENTO DO REGIME. *OAB/RN Notícias*, Natal, maio de 1978.p. 5.
[18] FURTADO, Roberto Brandão. Ibid. 2013.

consequentemente, no estabelecimento de um Estado Democrático de Direito, cuja anistia, como vimos representava a primeira vitória e necessidade para reforma política.

O cenário da anistia política no Rio Grande do Norte se coloca de forma combativa, a revelia da instituição OAB/RN até 1979, uma vez que neste momento os advogados que lutavam pela anistia política o faziam de forma individual. Não obstante, a entidade se torna espaço da memória desse resgate das liberdades individuais e políticas que a Lei de Anistia de 1979 concebeu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente artigo podemos visualizar que a seccional potiguar da Ordem dos Advogados do Brasil, apesar de em muitos momentos espelhar as decisões tomadas em nível do Conselho Federal, no que se refere a sua participação nos discursos pela anistia este se fez de maneira mais intimidada. O discurso não coeso de seus membros em relação a efetiva participação da seccional nos debates sobre a anistia, este que foi considerado o primeiro passo no período de reabertura política, nos possibilita enxergar o quanto fragmentado eram os posicionamentos políticos dos membros. Conferindo a OAB/RN, neste momento, *status* de espaço de memória desse evento, uma vez que seu espaço físico é cedido ao Comitê Norte-rio-grandense de Anistia para suas reuniões. Espaço de redemocratização, por servir como plataforma dos discursos pensados pela CNA, e espaço de tensões, por serem observados inúmeros discursos contrários e favoráveis a participação oficial no discurso de anistia. A OAB/RN aparece nesse cenário como espaço e ator indeciso e inconstante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANISTIA 20 anos 1979-1999: um resgate da luta no Rio Grande do Norte. Natal: Sindicato dos Bancários, 2000.

ATA DA 22ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 2º PERÍODO DA NONA LEGISLATURA, 18 abr. 1979..

ATA DA 23a SESSÃO ORDINÁRIA DO 2º PERÍODO DA NONA LEGISLATURA, 19 abr. 1979.

DECLARAÇÂO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS. *OAB/RN Notícias*,Natal, maio de 1978.p.1.

FERNANDES, Maria Rizolete. Depoimento concedido à Prof. Dra. Maria da Conceição Fraga em evento do Departamento de História da UFRN. Natal, 2006.

FURTADO, Roberto Brandão. Entrevista concedida à AlinyDaynay Pereira de Medeiros. 2011.

FURTADO, Roberto Brandão. Entrevista concedida ao autor. 15 mar. 2013.

GOMES, Carlos Roberto de Miranda. Entrevista concedida ao autor. 2013.
LUDWIG: OAB CONTRIBUI PARA O APERFEIÇOAMENTO DO REGIME. *OAB/RN Notícias*, Natal, maio de 1978.p. 5.
MEDEIROS, AlinyDayany Pereira de. *Espaços de luta e de resistência no Rio Grande do Norte:* entre história, memória e política. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012
OAB/RN Notícias, Natal, jun./jul. 1978.p. 2.
OAB/RN. Disponível em: <www.oab-rn.org.br/clipping/>. Acessado em: 10 jul. 2013. e Tribuna do Norte. Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/search.php?page=5&ipp=25&text=OAB%2FRN>. Acessado em: 10 jul. 2013.
ORDEM dos advogados do Brasil**.** *Conselho Federal. Estatuto da advocacia e da OAB e legislação complementar*. 2. ed. Brasília: OAB, Conselho Federal, 2003.
SOUSA, Gileno Guanabara. Entrevista concedida ao autor. 20 ago. 2013.
TRIBUNA DO NORTE, 19 abr. 1979.

SC03. Fontes Cartoriais e Judiciais
Rodrigo Ceballos

SENHORES E ESCRAVIZADOS: ARRANJOS E RESISTÊNCIAS NA BUSCA PELA LIBERDADE

Mauricélia Francisca de Sousa[1]

RESUMO
O presente trabalho pretende discutir a escravidão no sertão da Paraíba do Norte, precisamente na Vila de Cajazeiras. A escravidão ganhou, no Brasil, novos contornos historiográficos a partir da década de 1980. Os escravizados passaram a ser entendidos como sujeitos históricos, capazes de criar mecanismos para defender seus interesses e, assim, encontrar formas de resistência, mesmo que muitas vezes tímidas, à sua sujeição no sistema escravista. Pretendemos analisar os lugares sociais dos escravizados na Cajazeiras de fins do século XIX, e os tipos de relações sociais que os mesmos estabeleceram com seus senhores. A intenção é entender os meios e os arranjos elaborados para a obtenção de formas de liberdade. O estudo foi realizado através de fontes cartoriais. Existiram escravizados que souberam elaborar meios de convivência aparentemente pacífica com seus senhores para a obtenção da alforria. As fontes cartoriais analisadas nos mostraram escravizados resistindo ao domínio da escravidão, criando relações de interesse com seus senhores.
Palavras-chave: Paraíba do Norte, Escravidão, Vila de Cajazeiras, Resistência, Liberdade.

Durante o século XX, o tema escravidão ganhou linhas historiográficas divergentes, dentre elas, as que consideravam os escravizados como "coisas"; outra que os viam como seres passivos; e ainda outras que os consideravam rebeldes[2]. Depois da década de 1980, uma nova corrente historiográfica trouxe à tona os escravizados como sujeitos históricos. Muitos historiadores adotaram e passaram a trilhar por este caminho, vendo os escravizados como sujeitos de suas vidas, não mais como seres passivos ou somente "coisas".

Conforme Vainfas, a História das Mentalidades estava sendo criticada e seu "refúgio" foi a Nova História Cultural. Essa nova história trouxe a "história das margens", o estudo das pessoas simples, no seu cotidiano. Sujeitos históricos que foram esquecidos ou relegados a segundo plano por uma "Macro história". Segundo Vainfas (2002, pp. 56-57),

[1] Graduada em História pela Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Formação de Professore CFP, Cajazeiras. (mauricelia.30@gmail.com)
[2] Para uma melhor compreensão da corrente historiográfica que considerava o escravizado um ser passivo, que aceitava de forma branda a escravidão, ler FREYRE (2006). Para um maior entendimento da corrente historiográfica que considerava os escravizados como coisas, como parte integrante de uma economia e da cultural local voltada somente para o trabalho, negando-lhes dessa forma o lugar de sujeitos históricos, ler SODRÉ (2002), TOLEDO (1997). Para uma maior percepção da corrente historiográfica que considerava os escravizados rebeldes e esta autora os aborda em sua tese, ler ROCHA (2007).

> A chamada *nova história cultural* não recusa de modo algum as expressões culturais das elites "letradas", mas revela especial apreço, tal como a história das mentalidades, pelas manifestações das massas anônimas: as festas, as resistências, as crenças heterodoxas. Em resumo, a nova história cultural revela uma especial afeição pelo informal, sobretudo pelo *popular*.

Vemos pela fala de Vainfas que essa nova linha historiográfica não recusa a história das elites, mas também se interessa pela história dos anônimos, com suas crenças e o seu cotidiano.

A História Social surgiu como possibilidade de estudo para a História Cultural, e trouxe uma nova visão para os historiadores que resolveram adotá-la. Segundo Vainfas (2002, p. 66), o maior representante da História Social foi Edward P. Thompson, que elaborou uma nova história social britânica, voltada para o estudo da cultura das classes populares.

> [...] Thompson se lançou ao estudo das *resistências* das classes subalternas procurando valorizar atitudes e comportamentos que, aparentemente insignificantes, eram no fundo reveladores de uma identidade social em construção.

A contribuição de Edward P. Thompson para a historiografia foi considerar as "classes subalternas" como construtoras e partícipes da sociedade em que estão inseridas, independentes das classes dominantes, para constituir uma identidade social repleta de valores próprios.

Por sua vez, a micro- história, conforme Vainfas, surgida na década de 1970 e 1980, faz uma união com os preceitos da História Cultural e Social, permitindo ao historiador obter uma visão maior da cultura das pessoas anônimas. Dessa forma há um aprofundamento do estudo das relações cotidianas dos mais esquecidos. O seu maior representante é Carlo Ginzburg[3].

*** * ***

A década de 1980 no Brasil se constituiu num marco historiográfico. A partir daquele momento iria-se encontrar um caminho novo, repleto de novos temas, abordagens e objetos permitindo ao historiador encontrar paradigmas para se contar a história dos mais simples.

[3] Carlo Ginzburg no seu Livro "O queijo e os vermes" (1987) traz à tona os desníveis culturais que existiam nas sociedades que, segundo ele, eram consideradas civilizadas; ele faz um aprofundamento na cultura e costumes das pessoas anônimas da sociedade, que possuíam seus próprios pensamentos e maneiras de agir.

Nesse momento, os homens e mulheres escravizados nos períodos colonial e imperial do Brasil, que por um longo período foram vistos pela historiografia como seres passivos ou somente coisas, passaram a ganhar vida através da História Social. Esse tipo de História passou a apresenta-los como pessoas capazes de pensar, de criar meios em busca de não aceitar a dominação daqueles que detinham o poder na sociedade da época. Os escravizados foram postos na categoria de pessoas que trabalharam e que construíram suas histórias.

É importante, entretanto, compreender que correntes historiográficas não davam ao escravizado seu lugar de agente histórico. Gilberto Freyre foi um dos primeiros autores a escrever sobre a escravidão em terras brasileiras. Sua obra mais conhecida "Casa-Grande e Senzala" (2006) trouxe na sua visão um cotidiano onde negros e brancos conviveram em harmonia, colocando a figura do escravizado como um ser passivo que não confrontava seu senhor.

> Na ternura, na mímica excessiva, no catolicismo em que se deliciam nossos sentidos, na música, no andar, na fala, no canto de ninar menino pequeno, em tudo que é expressão sincera de vida, trazemos quase todos a marca da influência negra. Da escrava ou sinhama que nos embalou. Que nos deu de mamar. Que nos deu de comer, ela própria amolengando na mão o bolão de comida. Da negra velha que nos contou as primeiras histórias de bicho e de mal-assombrado. Da mulata que nos tirou o primeiro bicho-de-pé de uma coceira tão boa. Da que nos início no amor físico e nos transmitiu, ao ranger da cama- de- vento, a primeira sensação completa de homem. Do moleque que foi nosso primeiro companheiro de brinquedo (FREYRE, 2006, p. 367).

Esse escravizado, descrito por Freyre, dá a entender sua aceitação passiva ao sistema que circulava em seu redor, vivendo de forma branda e aceitando a dominação dos senhores brancos. Outra corrente historiográfica que veio a ser derrubada em suas conclusões foi a do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, o ISEB[4].

O ISEB era composto de muitos intelectuais brasileiros que viam o escravizado somente como uma força econômica que tinha um único fim: fazer o Brasil crescer.

> "Colonizador" [...] é sujeito, ao passo que o colonialismo é objeto; o primeiro é titular de direitos e privilégios, o segundo só tem obrigação e deveres e, quanto aos direitos, apenas aqueles que o Senhor lhe concede. O escravo não é sujeito e não tem direito porque, como diria Hegel, não é "reconhecido" pelo Senhor. Não é visto por ele como se fosse também sujeito (CORBISIER, *apud* TOLEDO, 1997, p. 84-85).

[4] Para uma maior compreensão do pensamento elaborado pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros o ISEB para o Brasil e como eles viam a figura do escravizado na sociedade brasileira, ler TOLEDO (1997).

Podemos perceber pela fala de Corbisier que esse escravizado não tinha um lugar social, era visto como mero objeto para o enriquecimento do país através de seu trabalho. Dessa forma tanto essa corrente historiográfica que considerava o escravizado uma "coisa" como a de Freyre (do escravizado passivo) foi refutada pela História Social, que trouxe essas pessoas como sujeitos históricos.

Os historiadores adotaram a História Social para os escravizados, vendo-os também como agentes de suas vidas, pessoas que resistiram e lutaram para conseguir viver uma vida digna, onde pudessem ser livres. Encontraremos mais adiante alguns destes escravizados, viventes nos sertões paraibanos no período imperial brasileiro.

Percebemos que a nova vertente historiográfica que se instalou no Brasil na década de 1980 foi de fundamental importância para que a história de homens e mulheres simples, escravizados, pudesse vir à tona, demonstrando dessa forma que não seriam mais vistos como seres passivos ou somente coisas, mas construtores de suas próprias histórias.

PARAÍBA DO NORTE, SERTÃO, UM LUGAR DIFERENCIADO

A escravidão no Brasil se estendeu por um longo período. E não foi diferente com o sertão da Paraíba. Em terras cajazeirenses, os escravizados se fizeram presentes. Nós os encontramos ainda no final do século XIX lutando, resistindo ao sistema que os queria escravizar.

Muitos são os trabalhos sobre os escravizados no Brasil. Os historiadores estão a cada dia descobrindo histórias de homens e mulheres que foram escravizados, mas que não se entregaram ao cativeiro, muito pelo contrário, lutaram e resistiram. Com relação aos trabalhos sobre escravidão na Paraíba existem muitos, porém relacionados principalmente ao litoral[5]. Com relação aos trabalhos específicos sobre o sertão paraibano ainda são poucos, mas de grande ajuda para desvendar um pouco do sertão no período imperial e final do século XIX. Dentre estes podemos citar dois autores: Ana Paula da Cruz Pereira de Morais[6] e Wlisses

[5] Os trabalhos de historiadores paraibanos são voltados principalmente para o litoral, embora abordem também o sertão, mas não de forma detalhada. São eles: Solange Pereira da Rocha **Gente Negra na Paraíba oitocentista**: População, família e parentesco espiritual (2007); Eleonora Felix da Silva **Escravidão e resistência escrava na cidade d' Area oitocentista** (2010); Maria Vitória Barbosa Lima **Liberdade interditada, liberdade reavida**: escravos e libertos na Paraíba escravista (século XIX) (2010); Luciano Mendonça de Lima, **Cativos da "Rainha da Borborema"**: uma história social da escravidão em Campina Grande-século XIX (2008) e etc.

[6] Ana Paula da Cruz Pereira de Moraes é Mestre em História pela Universidade Federal de Campina Grande e Doutoranda pela Universidade Federal do Ceará. Sua dissertação é intitulada **Em busca da liberdade**: os escravos no sertão do Rio Piranhas, 1700-1750. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.

Estrela de Albuquerque Abreu[7]. São trabalhos mais recentes que nos dão uma ideia de como foi ser escravizado em terras sertanejas.

Na Paraíba do Norte, os escravizados como em todos os lugares do Brasil, não se aceitaram como aqueles sujeitos que não detinham poder sobre sua própria vida e foram em busca de conquistar sua liberdade. " Muitos se rebelaram sabotando a produção, se suicidando, assassinando feitores, capitães-do-mato ou seus donos, ou, ainda, fugindo e organizando quilombos". (LIMA *et. al.*, 2008, p. 41).

Esses escravizados que não aceitaram esse sistema foram por tempos esquecidos da historiografia dessas terras paraibanas.Conforme Rocha, muitos historiadores não os mencionaram nos seus trabalhos ou lhes deram um lugar secundário. Somente depois da própria Rocha e outros historiadores mais recentes é que esses negros, homens e mulheres, foram vistos como construtores contribuintes para a história da Paraiba. Rocha (2007, p. 53) nos diz que:

> Porém, se os negros não estavam em grande número, eles se fizeram presentes desde as primeiras expedições até o fim da escravidão no país, desenvolvendo as atividades que concorreram para construção material e cultural da sociedade paraibana.

Podemos compreender então que esses homens e mulheres estavam aqui, trabalhando, contribuindo, sendo sujeitos históricos de suas vidas, lutando também por liberdade, tanto no litoral como no sertão.

O sertão paraibano se constituiu num lugar diferenciado, pois segundo Abreu (2011, p. 71)

> Os escravos estavam a trabalhar em todos os setores produtivos da região. Eles figuravam como importante parcela entre a riqueza dos senhores, estando presentes nos trabalhos domésticos, nos relacionados à construção e conservação de benfeitorias (currais, cercas, açudes, cacimbas, entre outros), na condução das boiadas, na criação de uma variedade de animais (carneiros, ovelhas, bodes, galinhas, etc.), no trato com a lavoura, na edificação de moradias, na vigilância das propriedades e de outros escravos, entre as mais variadas tarefas.

[7] Wlisses Estrela de Albuquerque Abreu é Mestre em História pela Universidade Federal de Campina Grande. Sua dissertação é intitulada **Senhores e escravos do sertão**: espacialidades de poder, violência e resistência (1850-1888). Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2011.

Compreendemos que esses escravizados do sertão foram uma força motora de grande importância nas terras paraibanas, pois estavam a trabalhar nos vários setores da vivencia do povo sertanejo, dos trabalhos domésticos como nos diz o autor, até conduzir o gado e também na construção das casas desses senhores do sertão. Esses escravizados estavam em todas as tarefas que envolviam mão de obra. Os escravizados que habitavam a ribeira do Rio do Peixe, ainda segundo o mesmo autor, podiam ter certa "liberdade", já que os mesmos trabalhavam em vários setores e também na lida com o gado. Esse autor nos diz ainda que isso pode ter contribuído para que senhores e escravos pudessem ter uma relação mais próxima, visto que os escravizados vaqueiros ganhavam a confiança do senhor, pois tinham direito de andar livremente pelas terras.

Os escravizados do sertão, dessa forma, podiam muito bem usar essa confiança que os senhores depositavam neles para elaborarem meios de convivência mais íntima e de certa obediência para atingirem futuramente seu objetivo: a liberdade. Moraes (2011, p. 80), ao falar sobre o Sertão de Piranhas no século XVIII, nos informa que:

> Essa proximidade entre o senhor e escravo, tanto física como, possivelmente, na lida com o gado, somada às características do sertão, de ter ambiente ermo e distante de certas amarras da cultura dita [sic] "civilizada", talvez tenham contribuído para que houvesse arranjos peculiares entre senhores e escravos.

Percebemos que a autora concorda quanto ao papel que o escravizado teve nessas terras; ele era aquele que conduzia o gado, que tinha uma confiança depositada em si. Mesmo possuindo essa confiança, esse escravizado segundo essa mesma autora, era visto da mesma maneira que em todos os outros lugares do Brasil: como "inferior", aquele que não possuía nada, que nem dono de sua própria vida era.

Esse sertão paraibano do final do século XIX foi marcado pela figura do escravizado que aqui viveu e que construiu uma rede de relações com seus senhores. Senhores esses possuidores de riquezas e de muitos escravizados. Escravizados esses que como agentes de suas vidas souberam criar meios para atingir seus objetivos.

VILA DE CAJAZEIRAS E SEUS ESCRAVIZADOS

A Vila de Cajazeiras conforme site do IBGE está localizada entre a sub-bacia hidrográfica do Rio do Peixe, e a bacia do Rio Piranhas.

> A cidade originara-se de uma data de sesmaria de 1765 concedida ao pernambucano Luiz Gomes de Albuquerque, um dos colonizadores do Vale do Rio do Peixe e pai de Ana Francisca de Albuquerque (a "Mãe Aninha) que veio a casar-se com Vital Rolim. Do enlace matrimonial de Ana com Vital Rolim, nasce Inácio Rolim, um dos filhos do casal, que depois de se tornaria padre e, ao retornar do Seminário de Olinda, funda um Colégio em 1843. A construção de uma Capela, de um Colégio e de um Açude dentro da Fazenda, o Açude Grande, dá origem ao povoamento e a área urbana. Em 1863 foi criado o município de Cajazeiras, cuja sede foi elevada a Vila, desmembrando-se de Sousa. Em 1876 a Vila é transformada em Cidade e ganha o seu desenvolvimento a partir das feiras e do comércio do algodão. (SILVA FILHO, 1999, p. 301).

Conforme a fala de Osmar Filho, compreendemos que através de uma doação de terras foi se constituindo aos poucos a Vila de Cajazeiras, e que em 1863 a mesma se tornara uma Vila. Nessas terras cajazeirenses encontramos nossos escravizados lutando por liberdade. Esse fato fica evidenciado nas cartas que encontramos no cartório Antonio Holanda, localizado no mesmo município.

A documentação encontrada na Vila de Cajazeiras se constitui de documentos oficiais. Em nenhum deles encontramos escravizados enfrentando seus senhores de forma violenta. Encontramos numa das cartas a **afetividade**, documento esse do ano de 1865:

> No primeiro dia do mês de abril do ano de mil oitocentos sessenta e cinco neta [sic] Vila de Cajazeiras comarca de Sousa; da província da Paraíba do Norte em meu cartório havia (ilegível) quim Pereira de Albuquerque [...] por ele me foi entregue uma carta de alforria para ser lançada em notas [...] e disse assim uma escrava mulata de nome Luise filha de uma minha escrava que, a [...] confesso que dela fiz, tendo eleita minha escrava idade de treze dia de nascida a qual de minha muito livre e espontânea vontade a foro na pia Batismal gratuitamente, [...] ponho liberdade por este papel[...]. Sitio Catolé de Cima vinte e nove de Fevereiro de mil oitocentos quarenta e oito [...] Serafim Gomes de Albuquerque. [8]

Percebemos na carta que o senhor Serafim Gomes de Albuquerque diz ser a escravizada sua eleita. Esse fato nos leva a pensar que a mesma poderia ter na verdade algum laço de parentesco com seu senhor, visto que o mesmo a deixa forra na pia batismal de forma gratuita, e isso está evidenciado no documento. O senhor demonstra ter um carinho especial pela mesma. Não sabemos mais nada a respeito desse senhor, qual era sua situação civil; o que podemos notar é que no sertão esses laços podiam se estreitar. Senhores e escravizados podiam ter uma relação mais próxima, [...] "até porque a distância da vigília dos grandes centros abria brechas para a construção desses laços sem tanto pudor [...]" (MORAES, 2011, pp. 81-82).

[8] Cf. Livro de Nota 1864: Ficha 02, página 02. Carta de alforria que faço lançar em notas como abaixo declaro.

Serafim Gomes de Albuquerque poderia ser pai da menina, e não querendo que a mesma enfrentasse as atribulações da escravidão lhe dá a liberdade. Mas isso não nos leva a crer que na Vila de Cajazeiras só houvesse esse tipo de relação, pois em todo o período da escravidão senhores alforriavam seus escravos ou mesmo os poderiam maltratar. Essa atitude de Serafim não implica dizer que ele foi um bom senhor por ter esse gesto de carinho por Luise; mas e por seus outros escravizados, será que teria o mesmo ato? Acreditamos que não. Moraes ao falar da liberdade que o escravizado vaqueiro possuía, nos diz que mesmo ele possuindo alguma liberdade [...] "não significa dizer que, no sertão, a escravidão era melhor ou pior, porque isso implicaria dizer que existiria uma escravidão boa e outra ruim, e não cremos nisso" (MOARES, 2011, p. 80). Dessa forma essa compreensão também pode ser aplicada as relações domésticas entre senhores e seus escravizados.

No sertão as relações entre senhores e escravizados se deram de diferentes maneiras. "O que havia eram relações entre senhor e escravo e que se baseavam em trocas de favores". (MORAES, 2011, p. 88). Isso fica evidente na carta do escravo José.

> Aos dez dias do mês de Março de ano de Nascimento do Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e sessenta e cinco nesta Vila de Cajazeiras [...] em meu cartório aparece Antonio Pinheiro de Araujo morador nesta Vila [...]; e por ele me foi apresentando a carta de liberdade de teor seguinte: Digo eu abaixo assinado que entre os mais bens que possuo mansa e pacífica posse livre e desembargado bem assim meu escravo mulato cria de casa de nome José de idade de quatorze [...] anos, que em minha terça o faço e liberto [...] e desde já mi desfaço de todo domínio que em dito escravo tinha; tão somente assistir-me enquanto a minha existência, e por ser verdade por não saber ler nem escrever peço ao Senhor [...] David de Sousa Rolim este por mim passasse assinasse. Caiçara de Pedra [...]. A pedido de Senhora Bonifacia Martins Pereira. [9]

Encontramos a senhora Bonifácia Martins alforriando seu escravizado de 14 anos e o mantendo sob uma condição. Devemos pensar que José, nessa idade, não conseguiria ter o pecúlio suficiente para comprar sua alforria, mas que alguém o poderia ter feito. Talvez uma possível mãe, ou que a senhora tinha afeto pelo mesmo, pois ele foi considerado na carta "cria da casa".

Mas nesse documento também percebemos o jogo de interesse que foi representado tanto do lado da senhora Bonifácia como de seu escravizado José. Ela o liberta, mas o condiciona a ficar ao lado dela até sua morte. Não há nenhum valor citado pela compra da liberdade do mesmo, demonstrando dessa forma que José poderia ter se mostrado uma pessoa

[9] Cf. Livro de Nota 1864: Documento n° 34, página 56: Escritura de Liberdade lançada em Nota do Escravo José que foi de Bonifácia Martins Pereira que adiante se segue.

gentil nos afazeres da casa, demonstrando a sua senhora que era digno de receber ou comprar sua alforria. Podemos pensar o mesmo dentro da casa grande, conhecendo os costumes e a intimidade daquele lugar. Todo esse conhecimento poderia ter proporcionado a José conquistar o carinho de sua senhora, e ela querendo-o livrar da escravidão, dá a sua liberdade. São hipóteses a serem pensadas, pois dessa forma teremos uma noção para compreender um pouco do sistema escravista e como os escravizados agiam para conquistar a liberdade.

No cartório Antonio Holanda, em Cajazeiras, foram encontrados três tipos de cartas de alforria: seis cartas de alforria sob condições; seis cartas de alforria por doação; e quatro cartas de alforrias compradas.[10] Uma dessas nos chamou a atenção: a carta de alforria sob condições. Mattoso (1990, p. 208) nos informa que:

> No Brasil, o *statuliber*, o alforriado sob condição, foi sempre considerado livre perante a lei. O direito dá-lhe personalidade jurídica. Contudo, o pleno gozo e exercício da liberdade são retardados até caírem todas as clausuras enumeradas na carta de alforria. O escravo *statuliber* brasileiro é equiparado ao menos não-emancipado. Pode, assim, adquirir bens, está livre dos castigos corporais e de todas as punições impostas aos escravos. Ante os tribunais, não é julgado como escravo. O liberto sob condições não pode ser vendido, alienado, hipotecado. Não pode, por isso, voltar à condição anterior de escravo, é uma pessoa inteiramente à parte; veremos, porém, como os senhores conseguirão contornar este aspecto da lei. Em caso de prática de delito, o *statuliber* responde direta e pessoalmente às acusações. Seus filhos nascem livres. Seu trabalho deixa de ser considerado escravo.

Percebemos que esse escravizado garantiria para si uma vida melhor, mesmo estando ainda sob o jugo de seu antigo senhor; ele já não sofreria a grande maioria dos horrores destinados aos outros escravizados.

Podemos pensar que as relações entre senhores e escravizados se deu pela violência, afetividade e interesse; todos esses sentimentos permearam a vida destes, pois percebemos nitidamente na carta de Luise um jogo de afetividade e na carta envolvendo o escravizado José, o interesse.

Gilberto Freyre no seu livro "Casa Grande e Senzala" (2006) abordou a violência em seus textos, mas deixou evidenciada uma benevolência muito grande por parte de senhores escravistas.

[10] Encontramos em nossa documentação outros tipos de cartas tais como: de permuta, de destrato, testamento lançado em notas, cartas de hipoteca e cartas de doação, todas contendo escravizados. Diferenciamos as cartas acima para mostrar que na Vila de Cajazeiras, a liberdade podia acontecer de diferentes maneiras. As cartas sob condições deixavam evidente que continham uma exigência, a de que o escravizado deveria servir ao senhor até a sua morte. As cartas de doação de alforria, nós a intitulamos dessa forma porque não contém nenhum valor apresentado pelo escravizado, ou seja, aparentemente parecem ser doadas aos cativos por seus senhores. As cartas de alforria compradas contém um valor, mostrando que o cativo, homem ou mulher comprou a sua liberdade por determinada quantia.

> A casa-grande fazia subir da senzala para o serviço mais íntimo e delicado dos senhores uma série de indivíduos – amas de criar, mucamas, irmãos de criação dos meninos brancos. Indivíduos cujo lugar na família ficava sendo não o de escravos mas o de pessoas de casa. Espécie de parentes pobres nas famílias europeias. À mesa patriarcal das casas-grandes sentavam-se como se fossem da família numerosos mulatinhos. Crias. Malungos. Moleques de estimação. Alguns saíam de carro com os senhores, acompanhando-os aos passeios como se fossem filhos. (FREYRE, 2006, p. 435).

Freyre abrandou de forma exagerada essa relação entres senhores e seus escravizados, pois sabemos que a escravidão foi um sistema cruel e violento onde o escravizado não tinha nenhum valor social e foi tratado como mero objeto. Mas essa constatação de ter havido muita violência, não pode negar que houve certamente convivência de afetividades entre senhores e seus escravizados.

No ano de 1866, o Padre Serafim Gomes de Albuquerque vai à fazenda Capoeira e troca a sua escravizada Joanna pela escravizada Samianna que pertencia a Dona Anna Josepha de Jesus. Podemos perceber nesse documento uma relação de afetividade e interesse. A senhora Anna passou a ter uma convivência afetiva, de amizade com a escravizada do Padre Serafim, e isso levou ambos a uma negociação para a troca das mesmas. Pensamos que esse processo não se deu de forma rápida, mas através de muita negociação. Analisando bem essa carta, podemos perceber que a escravizada Joanna ganharia muito com essa troca, pois sendo ela amiga de sua senhora, certamente a liberdade poderia vir em breve.

Percebemos escravizados elaborando meios de convivência aparentemente pacífica para conseguir a alforria. Como agentes de suas vidas, souberam criar mecanismos para atingir o maior de todos os sonhos: o domínio, mesmo que muitas vezes frágil, sobre sua própria vida. Tanto o escravizado José como a escravizada Joanna, elaboraram meios de convivência dócil no interesse de conseguir sua alforria no momento oportuno.

LIBERDADE EM CAJAZEIRAS: UMA CONQUISTA DO ESCRAVIZADO

Em todas as cartas de alforria encontradas na Vila de Cajazeiras que continham escravizados, pudemos observar a intervenção dos mesmos para alcançar esse objetivo, pois em momento algum eles aceitaram esse sistema e lutaram contra o mesmo de todas as formas possíveis, até se tornarem livres.

Segundo Thompson (1998), no século XVIII as pessoas simples estavam criando estratégias de oposição às normas impostas pela sociedade elitista que detinha o poder, contrapondo-se e mostrando-se possuidores de uma cultura, de uma vida social que era repleta de valores próprios e que deveria ser respeitada. Pensando dessa forma, podemos perceber escravizados que não se aceitaram como cativos e foram em busca de seus direitos, de sua liberdade, de uma vida digna, demonstrando dessa forma que não aceitavam o sistema que os queria escravizar. A elite senhorial não conseguiu fazer com que o escravizado acreditasse que não tinha uma vida própria onde ele mesmo pudesse controlá-la.

Na Vila de Cajazeiras foram encontradas cartas de alforria datadas do ano de 1864 a 1867, e nelas percebemos homens e mulheres que resistiram à escravidão criando seus próprios meios para atingir a liberdade.

> A liberdade pela alforria é um dispositivo legal. Pode ser concedida solenemente ou não, direta ou indiretamente, expressamente, tacitamente ou de maneira presumida, por ato entre vivos ou como última vontade, em ato particular ou na presença de um notário, com ou sem documento escrito. Mas se não há uma ata, faz-se necessário que haja testemunhas comprovantes da alforria. Em geral, esta é concedida em documento escrito, assinado pelo senhor ou por um terceiro, a seu pedido, se ele é analfabeto. Para evitar contestações, tornou-se hábito que o documento seja registrado no cartório em presença de testemunhas. Com muita frequência ocorre, porém, que se passem anos entre a concessão da alforria e seu registro em cartório. Muitas delas são outorgadas por manumissão em testamentos ou nas pias batismais (MATTOSO, 1990, pp. 177-178).

Vemos pela fala de Mattoso, que a carta de alforria era um meio legal onde o escravizado poderia sonhar com a liberdade tão almejada. Sabemos bem que essa liberdade não o seria de fato uma liberdade completa, devido à sociedade oitocentista ser bastante preconceituosa com negros africanos, mesmo que livres. O escravizado teria que enfrentar ainda muita luta para se ver livre do preconceito imposto pela sociedade.

O escravizado cajazeirense se mostrou dócil na convivência diária, resistindo de forma aparentemente pacífica para alcançar seu desejo maior. Numa das cartas, analisamos que o escravizado Raimundo, no ano de 1866, com então 58 anos de idade, sonhava com sua liberdade e buscava meios de consegui-la. Era escravizado de Dona Mariana Francisca por muito tempo. Nessa convivência, o mesmo foi se mostrando obediente e, dessa forma, resistindo ao sistema escravista, negociando com sua senhora até conseguir da mesma a compra de sua liberdade. Certamente conseguira o pecúlio quando possuía algum tempo livre, obtendo uma renda para comprar a sua liberdade. Rocha (2007, p. 294) contribui com sua fala para que compreendamos melhor esse processo. “Em se tratando de mulher ou homem

escravizado, os esforços seriam redobrados para adquirir uma renda extra e acumular recursos pecuniários para a compra de sua própria liberdade ou de pessoa da sua família".

Dona Mariana Francisca pediu que o senhor Bernardo José de Lima Suassuna escrevesse a carta de alforria de Raimundo. O escravizado Raimundo se tornou livre, comprou sua liberdade pela quantia de 400 mil réis, e foi o mesmo que foi à Vila de Cajazeiras para passar em notas sua alforria[11].

> [...] a alforria era fruto de negociação, não necessariamente pacífica, entre senhores e seus escravos. Ela possuía toda uma simbologia e significado que permeava uma liberdade legalizada e o poder de ir e vir, tendo sua condição de liberto comprovada àqueles que a contestavam pelo caminho (MORAES, 2011, p. 98).

Vemos na fala de Moraes que essa alforria foi fruto de negociação. Essa liberdade negociada foi fruto de muita resistência ao sistema, pois um escravizado que não se mostrasse dócil e obediente teria menos chances de conseguir a liberdade, pois seu senhor tinha poderes legais sobre ele. Como nos diz Moraes, essa carta tinha um significado importante, o escravizado poderia apresenta-la sempre que quisesse e mostrar que era livre.

> No Brasil, as mulheres e os homens escravos [...], tinham que se mostrar submissos aos ditames e desejos de seus possuidores, para convencê-los que mereciam ser "premiados" por seus "bons serviços" e pela "obediência" ao longo da vida, [...] além de terem que executar trabalhos, precisavam ser considerados exemplares. Liberdade via alforria não era para todos. Mesmo esses que tinham chances, necessitavam "vestir" máscaras, para convencerem seus donos (ROCHA, 2007, p. 300).

No trecho descrito por Rocha, conseguimos ver a importância do manter-se obediente, trabalhar sem reclamar, para dessa forma ser beneficiado pelos senhores. O escravizado praticava esse papel de docilidade mostrando sua capacidade de ser pensante capaz de criar meios para conquistar a confiança de seu senhor ou senhora e assim mais adiante, conseguir realizar seu maior objetivo: o tornar-se livre das amarras do cativeiro.

Os senhores Damião Ribeiro Campos e sua mulher Maria Isabel de Jesus possuíam uma escrava por nome Maria. No ano de 1865, Maria foi ao cartório da Vila de Cajazeiras passar em notas sua alforria. Essa escravizada certamente se mostrou gentil nos afazeres da casa, vestindo "máscaras" para a conquista de seu bem mais precioso: o domínio sobre si mesma, sua liberdade. Na carta, podemos perceber como Maria agiu, pois seus senhores

[11] Cf. Livro de Nota 1864: Documento n° 23, página 01: Carta de liberdade que vai lançada em nota a requerimento do liberto Raimundo como tudo abaixo assinado.

diziam que por virtude da mesma e pela morte deles a deixavam livre. Percebemos que Maria adquiriu a confiança e porque não dizer certo carinho por partes de seus donos, pois eles diziam na carta de liberdade que a mesma merecia ser livre. Essa escravizada passou por cima de todos os sofrimentos possíveis para conquistar seus donos de forma a negociar sua carta de alforria e atingir a liberdade[12].

Essa foi a forma de resistência ao sistema escravista que encontramos em terras cajazeirenses nos anos de 1864 a 1867, a negociação em busca da liberdade. Escravizados que como Raimundo, Maria, José e tantos outros, não se aceitando como cativos, e como pessoas pensantes que eram, agiram de forma silenciosa, mantendo relações de interesse com seus donos, de aparente docilidade e obediência. Não pensemos, porém que não houve outras formas de resistir ao sistema na Vila de Cajazeiras. Mas não encontramos fontes que nos forneceram novos dados. O sertão paraibano também não possuiu somente esse tipo de resistência, certamente ocorreram outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escravidão no Brasil foi longa. Vemos em fins do século XIX senhores possuindo escravizados no interior da Paraíba do Norte, precisamente na Vila de Cajazeiras. Descobrimos escravizados que trabalharam, que lutaram e resistiram a escravidão de forma negociada, mantendo relações de interesses com seus senhores para conseguirem dessa maneira a liberdade.

A partir do momento que o pensamento elaborando por Edward P. Thompson foi adotado por historiadores brasileiros na década de 1980 no Brasil, a história da escravidão passou a ganhar novos contornos. Os escravizados passaram a ser vistos como pessoas possuidoras de uma cultura própria e que eram agentes de suas histórias. Dessa maneira foram sendo descobertas histórias de homens e mulheres que não se aceitando cativos foram em busca de sua liberdade.

Na Paraíba do Norte esses escravizados foram por muito tempo deixados à margem da história da província, até que estudos mais recentes vieram restituir seu lugar na construção desse lugar. O sertão foi o lugar onde esses escravizados trabalharam, elaboraram meios através da convivência para terem uma vida digna, repleta de liberdade.

[12] Cf. Livro de Nota 1864: Documento n° 42, página 68: Escritura de Liberdade lançada em Notas da Escrava Maria que foi de Damião Ribeiro Campos e de sua mulher Maria Isabel de Jesus, tudo como abaixo se segue.

A liberdade em Cajazeiras foi uma conquista do escravizado, pois nas várias cartas de alforria e na carta de troca que analisamos, encontramos homens e mulheres lutando, mostrando-se dóceis, obedientes, mantendo uma boa convivência para dessa forma negociar com seus senhores a sua liberdade. Escravizados que mantiveram relações de interesse, que aceitaram em silêncio seus sofrimentos para conseguirem aquilo de maior importância para eles: o domínio sobre seu próprio corpo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Wlisses Estrela de Albuquerque. **Senhores e escravos do sertão**: espacialidades de poder, violência e resistência (1850-1888). Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande2011.

FREYRE, Gilberto, 1900-1987**. Casa-Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51ª ed. São Paulo: Global, 2006. (Introdução à História da Sociedade Patriarcal no Brasil; Vol. 1).

FILHO, Osmar Luiz da Silva. **Na Cidade da Parahyba,** O Percurso e as tramas do Moderno (1892-1928). Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1999.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

LIMA, Luciano M.; ROCHA, S. P; LIMA. M. da. V. B. A. Escravidão na Paraíba. Trabalho Cultura e Resistência. A Escravidão e o processo de Conquista e Ocupação do Interior da Paraíba. In. Souza A. C. B.;Sousa. F. G R. B. (Orgs.). **História da Paraíba** - ensino médio. Campina Grande; EDUFCG; 2008. pp. 37-60.

MATTOSO, Kátia Queirós. **Ser escravo no Brasil.** 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MORAES, Ana Paula da Cruz Pereira de. **Em busca da liberdade**: os escravos no sertão do Rio Piranhas, 1700-1750. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.

ROCHA, Solange Pereira da. **Gente Negra na Paraíba oitocentista**: População, família e parentesco espiritual. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

THOMPSON. E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOLEDO, Caio Navarro de. **ISEB**: Fábrica de ideologias. 2ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997

VAINFAS, Ronaldo. **Os protagonistas anônimos da história**: micro-história. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

Sites:

http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=250370&search=paraiba%7Ccajazeiras%7Cinfograficos:-historico. Acesso em: 20/01/2014.

Documentos oficiais encontrados no II Cartório de notas, imóveis, títulos e protestos, Antonio Holanda em Cajazeiras- PB.

Ano 1864

Cartas de Alforria ou Escrituras de liberdade

Cartório Antonio Holanda (Cajazeiras- PB). Livro de Notas ano de 1864, ficha 02. Pág.: 02.
Escravizada: Luise.
Senhor: Serafim Gomes de Albuquerque.
Data da alforria: 29/02/1848.
Data da alforria passada em notas: 01/04/1865.

Ano 1865
Cartas de alforria ou Escrituras de liberdade

Cartório Antonio Holanda (Cajazeiras- PB). Livro de Notas ano de 1864, fls. 56.
Escravizado: José
Senhora: Bonifacia Martins Pereira.
Data da alforria: 08/02/1865.
Data da alforria passada em notas: 10/03/1865.

Cartório Antonio Holanda (Cajazeiras- PB). Livro de Notas ano de 1864, fls. 68-69.
Escravizada: Maria
Senhores: Damião Ribeiro Campos.
Maria Isabel de Jesus.
Data da alforria: 17/01/1865.
Data da alforria passada em notas: 24/11/1865.

Ano 1866
Cartas de alforria ou Escrituras de liberdade

Cartório Antonio Holanda (Cajazeiras- PB). Livro de Notas ano de 1864. Documento n° 23. Pág.: 01.
Escravizado: Raimundo.
Senhora: Mariana Francisca.
Data da alforria**:** 14/04/1866.
Data da alforria passada em notas no cartório: 29/12/1866.

Ano 1866
Carta ou Escritura de Permuta

Cartório Antonio Holanda (Cajazeiras- PB). Livro de Notas ano de 1864, fls. 82.
Escravizadas: Joanna e Samianna.
Trocadores: Padre serafim Gomes de Albuquerque e Dona Anna Josepha de Jesus.
Data da troca: 26/03/1866.

TRABALHADORES RURAIS DO BREJO PARAIBANO NA JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE GUARABIRA: DA LUTA POR DIREITOS TRABALHISTAS À LUTA POR TERRAS (1987-1992)

Raquel Rocha da Silva[1]
Orientador: Prof. Dr. Tiago Bernardon de Oliveira

RESUMO
O presente trabalho tem como objetivo apresentar uma pesquisa em andamento que se propõe a analisar a trajetória de luta jurídica e social dos trabalhadores rurais da Usina Santa Maria, localizada no município de Pilões, estado da Paraíba. Trata-se da passagem da luta por direitos trabalhistas na Junta de Conciliação e Julgamento da cidade de Guarabira/PB para a luta pela desapropriação e conquista de terras entre 1987 e 1992. Utilizamos como fonte para esta pesquisa os autos findos movidos junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 13º região (TRT-13) e que se encontram sob guarda do Núcleo de Documentação Histórica do Centro de Humanidades na Universidade Estadual da Paraíba (NDH-CH/UEPB). O período de estudo é compreendido ainda no contexto da redemocratização brasileira, quando a presença da Justiça do Trabalho passa a representar, não apenas nas regiões interioranas, mas no conjunto do país, expectativas dos trabalhadores quanto ao surgimento de novas oportunidades e novos instrumentos na luta por direitos trabalhistas. Deste modo, a pesquisa buscará compreender o processo de lutas sociais dos trabalhadores rurais no Brejo paraibano em meio a conflitos relacionados com a redemocratização do país.
Palavras-chave: Trabalhadores rurais; Justiça do Trabalho; Lutas sociais.

INTRODUÇÃO

O seguinte trabalho tem por finalidade apresentar uma pesquisa em andamento de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)[2], que visa analisar a relação e a trajetória de luta jurídica e social dos trabalhadores rurais da Usina Santa Maria, localizada no município de Pilões, estado da Paraíba. O estudo proposto só é possível por conta de um convênio firmado entre o Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região (TRT-13) com a Universidade estadual da Paraíba (UEPB), que resultou no nascimento do Núcleo de Documentação Histórica do Centro de Humanidades da UEPB (NDH-CH/UEPB) e que, desde então, está responsável pela guarda, conservação e disponibilização de mais de 20.000 processos trabalhistas da Junta de Conciliação e Julgamento (JCJ) das varas dos municípios de Guarabira e Sousa.

A massa documental possibilita uma amplitude de pesquisas, especialmente, sobre os trabalhadores locais da região do Brejo paraibano. No momento, as fontes primárias estão

[1] Graduanda em História – CH/UEPB
[2] O texto apresentado aqui baseia-se no projeto de pesquisa desenvolvido como parte do relatório final de Iniciação Científica da UEPB (PIBIC), cota 2013-2014, que resultará, em 2015, no Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em História.

sendo tratadas pela equipe do NDH-CH/UEPB, e que tem por objetivo maior disponibilizar a todo e qualquer pesquisador que queira ter acesso aos documentos para fins de pesquisas.

Objetiva-se, aqui, compreender as relações existentes entre patrões e empregados longe dos grandes centros urbanos do país, e observando, nesse sentido, as mudanças no contexto da redemocratização brasileira, em que a presença da Justiça do Trabalho passa a representar, não apenas nas regiões interioranas, mas no conjunto do país, expectativas dos trabalhadores quanto ao surgimento de novas oportunidades e novos instrumentos na luta por direitos trabalhistas.

Deste modo, observaremos como se dava a movimentação dos trabalhadores no Brejo paraibano que se valeram do campo jurídico, através das ações movidas na Justiça do Trabalho, para lutar por garantia de direitos trabalhistas, e ainda, o processo vivido pelos trabalhadores rurais que empreenderam uma luta social pelas terras da Usina Santa Maria, da cidade de Pilões, em fins da década de 1980 com a crise do Proálcool e que anos mais tarde culminou com a falência da mesma, possibilitando assim, aos ex- moradores e ex-assalariados da empresa, juntamente com entidades locais, como por exemplo, a Igreja Católica e o sindicato, lutarem pela conquista das terras para fins de assentamentos para os trabalhadores locais.

1. A IMPORTÂNCIA DO ESTABELECIMENTO DO CONVÊNIO ENTRE O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA TERCEIRA REGIÃO (TRT-13) E A UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA NO CAMPUS III

A iniciativa de pesquisar em arquivos da justiça do trabalho na região interiorana do Brejo paraibano tem sido possível graças ao convênio firmado do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª região – (TRT-13) com a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) em 2011, no Campus III de Guarabira.

Esta iniciativa tem contribuído na preservação dos processos trabalhistas do TRT-13, cujo objetivo maior é reverter o atual quadro de descarte de tal documentação, possibilitada pela Lei nº. 7.627/87, na qual o primeiro artigo diz que *"Fica facilitado aos tribunais do trabalho determinar a eliminação, por incineração, destruição mecânica ou por outro meio adequado, de autos findos há mais de 5 (cinco) anos, contando do prazo da data do arquivamento do processo".* A luta pela conservação destes processos nos últimos anos é intensa em todo o Brasil, mas um paliativo tem sido os convênios firmados com as

universidades para a preservação e guarda destes documentos como fonte de pesquisa, como é o caso, aqui na região interiorana do Brejo paraibano na cidade de Guarabira.

Assim também em outras regiões de Norte a Sul do Brasil tem-se possibilitado aos pesquisadores em geral alargar o debate da temática entre 'História, Justiça e Trabalho'. Alguns exemplos de convênios firmados com as Universidades e TRT's são os da Universidade Federal de Pelotas (UFPel)[3], da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e em Juiz de Fora na UFJF. Outro exemplo bem sucedido são as pesquisas desenvolvidas na UFPE[4], pioneira em convênios deste tipo, em 2003, onde se ampliam estudos referentes aos trabalhadores canavieiros de Pernambuco por meio dos processos trabalhista do TRT-6. A importância desta ação traz aos olhos do pesquisador uma nova abordagem da relação entre trabalhadores e patrões, como bem defende Larissa Rosa Corrêa[5]:

> O universo dos processos trabalhistas permite aos historiadores analisarem diversas temáticas referentes ao mundo do trabalho, como os conflitos e negociações entre empregadores e trabalhadores intermediados pela Justiça do trabalho, as relações de trabalho no chão de fábrica, os aspectos do processo de industrialização, as relações entre assalariados, leis e direitos".

Deste modo, o pesquisador/historiador tem amplas possibilidades de análise a partir de fontes judiciais que podem e devem ser estudas, sobretudo, em regiões interioranas. As experiências e relações dos trabalhadores que adentraram na luta jurídica por direitos quando bem questionadas e estudadas dizem muito de determinadas localidades.

Para o desenvolvimento da pesquisa em questão definimos o recorte temporal de 1987 a 1992. O ano de 1987 é importante pelo fato da implantação da Junta de Conciliação e Julgamento na cidade de Guarabira, e, por isso, utilizaremos como ponto de partida a análise dos processos dos trabalhadores rurais do Brejo paraibano que adentraram na luta jurídica por seus direitos trabalhistas. Já 1992, quatro anos após a promulgação da nova Constituição Federal, é marcado pelo ano do impeachment de Fernando Collor de Mello da presidência da República. Entende-se que este ano pode ser compreendido, para fins desta pesquisa, como

[3] Ver LONER, Beatriz Ana. O acervo sobre trabalho do Núcleo de Documentação Histórica da UFPel. In: SCHMIDT, Benito Bisso (org.). **Trabalho, justiça e direitos no Brasil: pesquisa histórica e preservação das fontes**. São Leopoldo: Oikos, 2010.

[4] DABAT, Christine Rufino. **Os arquivos do TRT da 6ª Região enquanto fonte para a História Social de Pernambuco**. III Encontro Nacional da Memória da Justiça do Trabalho. Recife: Nova Livraria, 2008, p. 139 - 162; DABAT, Christine Rufino, LIMA, Socorro de Abreu e. **Trabalhadores em sociedades açucareiras.** Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

[5] CORRÊA, Larissa Rosa. **A Tessitura dos Direitos: patões e empregados na Justiça do Trabalho, 1953-1964.** FAPESP: São Paulo, p. 15- 36.

um marco no processo de redemocratização do Brasil, pois, assim como a própria eleição de Collor, trata-se de um momento em que demonstra alguns limites das expectativas acerca da construção de um país mais justo e igualitário idealizado na década de 1980. O ano de 1992 também é estratégico para esta pesquisa, uma vez que, com a crise do Proálcool, ocorreu a falência da Usina Santa Maria em Pilões, na Paraíba, um dos maiores empreendimentos agrícolas da região, em que acarretou no desemprego em massa de trabalhadores locais que, a seguir, vão empreender uma luta pela desapropriação das terras desta usina.

Portanto, a pesquisa tratará de contribuir para com a historiografia regional e nacional alargando novos estudos que até o momento não foram discutidos, e que merecem ser pesquisados, na região interiorana da Paraíba. Isto possibilitará novas perspectivas historiográficas versando compreender as áreas periféricas longe dos grandes centros urbanos em que as relações e dinâmicas entre patrão e empregado se diferem de determinadas regiões tidas como definidoras do país[6]. O estudo procurará corroborar para futuras análises a respeito da classe trabalhadora do Brasil. Será importante para o desenvolvimento da pesquisa partir do específico, ou seja, compreender aspectos locais de particularidades de uma região para entender conjunturas mais amplas abrangendo contextos nacionais e globais[7].

2. A PRESENÇA DA JUSTIÇA DO TRABALHO NO BREJO PARAIBANO

No contexto da redemocratização brasileira, a presença da Justiça do Trabalho passa a representar, não apenas nas regiões interioranas, mas a nível nacional, expectativas aos trabalhadores quanto ao surgimento de novas oportunidades e novos instrumentos na luta por direitos.

O advento da Justiça do Trabalho no Brejo paraibano não deve ser visto como um acontecimento despercebido, mas resultado da uma correlação de forças sociais e de conflitos estimulados em diferentes momentos na região, a exemplo, as tentativas de organização das Ligas Camponesas anteriores à ditadura militar de 1964. No período da chamada redemocratização, temos o crescimento do sindicalismo rural, com forte apoio de setores da

[6] PETERSEN, Silvia. Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira. In: ARAÚJO, Ângela (org.). **Trabalho, cultura e cidadania**. São Paulo: Scritta, 1997.
[7] LINDEN, Marcel van der. História do trabalho: o velho, o novo e o global. **Revista Mundos do Trabalho**, v.1, n.1, p. 13-26, jan.-jun. 2009.

Igreja Católica. Das lutas travadas neste período, temos Margarida Maria Alves[8], mulher, militante e sindicalista nascida e criada na cidade de Alagoinha/PB. Ela foi a primeira mulher presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais daquela cidade, assassinada na porta de sua casa em 1983, a mando de usineiros. Ela lutava em defesa dos direitos dos trabalhadores rurais, principalmente pela garantia e registro da Carteira de Trabalho, jornada de oito horas de trabalho e 13º salário, entre outros.

Ou seja, este é apenas um dos muitos exemplos dramáticos da existência dos conflitos sociais ligados ao mundo do trabalho na região antes mesmo da implantação da JCJ, em 1987. É um dos muitos traços da intensa movimentação e articulações da classe trabalhadora rural da região em resistência às práticas de dominação do patronato rural.

A historiografia brasileira tem tratado ao longo dos anos de abordar as narrativas dos grandes centros, a exemplo do eixo Rio-São Paulo[9] das greves nacionais, organizações e movimentos sindicais e deixam à margem a história das periferias. Fazer um estudo a respeito das classes (ditas) subalternas é importante para compreender contextos mais gerais da história brasileira. Assim como nos grandes centros urbanos, as periferias têm suas próprias dinâmicas sociais, culturais e econômicas e daí a importância de estudá-las, de direcionar um olhar criterioso e pensar como são constituídas as relações e interações entre o capital e trabalho, em contextos sociais e políticos mais amplos.

Direcionar o olhar para a região do Brejo paraibano em fins da década de 1980, no contexto da redemocratização, trará questões específicas, e, que diferem de outros lugares do Brasil, a exemplo de como os trabalhadores estão recorrendo à arena jurídica, como reconhecem seus direitos trabalhistas e como fazem uso da legislação. Desse modo, a pesquisa buscará resgatar aspectos da trajetória de lutas dos trabalhadores rurais da Usina Santa Maria localizada no município de Pilões (PB) que adentraram na Justiça do Trabalho a fim de garantias trabalhistas, e, ampliação de direitos, a exemplo, da luta pela reforma agrária depois da falência da usina.

Portanto, buscaremos compreender o processo da história paraibana através dos processos trabalhistas da Junta de Conciliação e Julgamento da cidade de Guarabira, e, que ainda está muito latente na memória de muitos trabalhadores rurais da região. Tentar

[8] CARNEIRO, Ana, CIOCCARI, Marta. **Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos**. – Brasília: MDA, 2010, p. 101-105.

[9] PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. Levantamento da produção bibliográfica e de outros resultados de investigação sobre a história operária e o trabalho urbano fora do eixo Rio-São Paulo. **Cadernos AEL**, vol.14, n.26, p. 257-344, 2009.

compreender as agitações e os conflitos sociais deste período (1987-1992), que, por sua vez, permitirão perceber relações sociais mais amplas, de pessoas 'anônimas' e dos "de baixo" na História[10].

A Justiça do Trabalho foi criada durante o governo de Getúlio Vargas, em 1° de maio de 1941, para tentar estabelecer a conciliação entre patrões e trabalhadores, e atenuar os conflitos na relação capital/trabalho através da execução da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT.

A CLT foi criada, em 1943, contemplando a garantia de uma série de direitos para os trabalhadores urbanos. As leis trabalhistas não surgem do dia para à noite, as leis foram fruto de intensos conflitos, principalmente, durante o período da Primeira República. Como afirma Claudio Batalha:

> Os primeiros anos do século XX reuniram algumas condições favoráveis à eclosão de movimentos reivindicativos dos trabalhadores: por um lado, uma conjuntura econômica propícia à obtenção de ganhos, com uma fase de expansão da economia iniciada em 1903; por outro, a proliferação de organizações operárias voltadas para a resistência, isto é, para a luta sindical. Em alguns casos essas organizações surgiram em decorrência de movimentos grevistas, em outros precederam as greves; em todo caso, nasceram em momentos de mobilização das categorias que as criaram. Desse modo, categorias inteiras que não haviam passado por experiências prévias de organização formaram sociedades. Em São Paulo, por exemplo, houve aumento significativo do número de greves nos primeiros anos do século com relação ao período precedente; em contrapartida verificou-se um incremento na organização dos trabalhadores em sociedades de resistência[11].

Durante todo o período da história da República houve intensos conflitos sociais de trabalhadores que lutaram pela 'garantia' de direitos trabalhistas. A busca por melhores condições de trabalho, regulamentação do trabalho e da jornada de oito horas, são apenas algumas das reivindicações dos conflitos durante a Primeira República. Podemos citar uma das grandes greves que ocorreu entre 1917 a 1921 da paralisação geral de industriários e comerciários de São Paulo. Este período é marcado por constantes movimentos de greves, além da efervescência política, nesta ocasião surge o PCB, Partido Comunista brasileiro em 1922, após anos de ação anarquista no país. Ou seja, é um momento de agitação social e política em que emergem novos conflitos e novas necessidades.

[10] SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: Novas perspectivas.** São Paulo: UNESP, 1998, p. 39-62

[11] BATALHA, Claudio H. M. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p. 39.

O cenário estava se modificando e os trabalhadores não foram passivos na luta por direitos. Ao contrário os trabalhadores apesar das perseguições e repressões políticas contra as reivindicações da classe operária e dos sindicalistas não impossibilitou a adesão e ampliação para outras categorias de se organizarem.

Apropriando-nos dos escritos do historiador inglês E. P. Thompson, tomemos como base a ideia de que a movimentação e efervescência dos trabalhadores urbanos durante a Primeira República é reflexo da "tomada" de consciência da classe operária afinal, "a consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma[12]". É através dos conflitos existentes que os sujeitos sociais tomam consciência de luta, e, é por meio das experiências adquiridas com outros personagens que identificam interesses comuns em diferentes momentos. Neste sentido, os trabalhadores rurais do Brejo paraibano ao adentrarem na arena do campo jurídico por direitos trabalhistas estão agindo com consciência de classe. Reconhecendo que devem lutar por seus direitos trabalhistas e, mais, lutar pela ampliação de tais direitos, no caso específico que tratará esta pesquisa, os trabalhadores rurais assalariados da Usina Santa Maria não se limitaram apenas em lutar por alguns direitos trabalhistas como 13º salário, férias, salário mínimo, salário família, aviso prévio, entre outros, mas, lutam também pela garantia de terras.

No livro "*A formação da classe operária inglesa*", Edward Palmer Thompson, articula a definição de classe em duas dimensões, a primeira no campo mais objetivo, que são os meios de produção, em segundo é o campo subjetivo, que é a consciência de classe. "A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdados ou compartilhados), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõe) dos seus[13]".

Portanto, Thompson argumenta que, *por um lado,* a classe é fruto das relações de produção dos indivíduos, ou melhor, a classe é explicada a partir de determinada relação social em que o sujeito está inserido, por exemplo, um indivíduo não escolhe nascer operário porque quer, o fator econômico é determinante nesta relação (possuir ou não os meios de produção e ver-se compelido a vender sua força de trabalho em troca de salários). Deste modo, entendemos que a formação de classe é um processo histórico e real. Em que os

[12] THOMPSON, E. P. Prefácio. In: **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 10.
[13] THOMPSON, E.P., *op. cit.*

personagens estão inseridos num determinado contexto social, e vivem 'certas' experiências segundo as condições econômicas. Como reafirma Thompson:

> ... ademais, a noção de classe traz consigo a noção de relação histórica. Como qualquer outra relação, é algo fluído que escapa à análise ao tentarmos imobilizá-la num dado momento e dissecar sua estrutura. A mais fina rede sociológica não consegue nos oferecer um exemplar puro de classe, como tampouco um do amor ou da submissão. A relação precisa estar sempre em pessoas e contextos reais[14].

Deste modo, a formação da classe operária não é um processo homogêneo, não existe um modelo de classe totalmente puro. E sim, existe um elemento dinâmico neste processo em que diferentes sujeitos se articulam, se movimentam de diferentes maneiras a partir da realidade como, por exemplo, a relação heterogênea entre capital e trabalho dentro de um determinado contexto. *Por outro lado,* para Thompson, o conceito de classe possui também uma relação subjetiva: "A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas e valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe[15]".

Assim, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1943, é, portanto, o resultado de intensos conflitos da classe trabalhadora que se articularam, se movimentaram a fim de conquistar garantias trabalhistas. Desse modo, a Justiça do Trabalho foi criada pelo Estado brasileiro, para a mediação da relação conflituosa entre o patrão e empregado para garantir a 'harmonia' entre as partes. Um instrumento que poderia ser facilmente acessível aos trabalhadores. Como mostra Fernando Teixeira da Silva, "as leis e a Justiça eram um campo de força em que diferentes atores se movimentavam e, de diferentes maneiras, se apropriavam de recursos institucionais disponíveis, mas que eram continuamente recriados pelos sujeitos sociais envolvidos"[16]. Deste modo, é possível perceber que existe uma relação dinâmica e dialética entre os atores sociais, que lutam por direitos trabalhistas e vão mais além, lutam pela ampliação das leis, na medida em que surgem novas necessidades.

Outro ponto importante referente à CLT é que as leis trabalhistas abrangeram, apenas, os trabalhadores urbanos deixando à margem os trabalhadores rurais. A questão da reforma

[14] Ibidem, idem.
[15] THOMPSON, E.P., *op. cit.*
[16] SILVA, Fernando Teixeira da. Nem crematório de fontes, nem museus de curiosidades; por que preservar os documentos da justiça do trabalho? In: HEINZ, Flávio M. e HARRES, Marluza Marques. **Livro de conferências do XXIV Simpósio Nacional de História da ANPUH – A história e seus territórios.** São Leopoldo: Oikos. 2008, p. 165.

agrária começou a ser discutida durante o período de desenvolvimento do país. Entre os anos, 1950 e 1960 os debates se ampliavam a respeito da reforma agrária, mais nenhum projeto de lei foi aprovado.

No governo de João Goulart (1961 a 1964), foi criado um plano trienal (projeto designado para seus anos de administração), as chamadas reformas de base, que consistia como prioridade nas áreas da agricultura, educação, administrativa, fiscal e bancária. Dentre elas, destacamos uma das prioridades para o Brasil, a reforma agrária, que tinha como objetivo eliminar os conflitos pela posse da terra e garantir o acesso à propriedade para milhões de trabalhadores rurais e amenizar o êxodo rural. Este cenário da reforma agrária é um debate muito mais amplo e abrangente, mas que no momento não cabe discuti-lo com mais intensidade, apenas, evidenciar que esta questão contribuiu para polarizar e sensibilizar as atenções a respeito da classe trabalhadora rural.

Vinte anos depois da criação da CLT, em março de 1963, foi aprovado o Estatuto do Trabalhador Rural[17], para regulamentar a situação do trabalhador rural, que até então estivara à margem da legislação trabalhista. Contudo, no ano seguinte, em 31 de março de 1964, um golpe deu início ao período da ditadura militar, que durou vinte um anos e que interrompeu uma série de lutas populares em todo o Brasil. Temos evidências de que mesmo com advento da ditadura militar, já existia acirramentos de conflitos trabalhistas de abrangência mais amplas, como também de conflitos locais, a exemplo, no interior do Brejo paraibano, das tentativas de luta pela organização das Ligas Camponesas através de trabalhadores rurais e líderes sindicais, que já era uma prática de destaque nesta região. Um dos nomes mais conhecido foi o de João Pedro Teixeira[18], o principal líder das ligas camponesas da cidade de Sapé. Sua morte teve repercussão nacional ao ser assassinado a mando de um proprietário rural local. Portanto, os trabalhadores paraibanos não foram sujeitos apáticos nas lutas contra o capital, estiveram sempre na luta na em busca da justiça social.

[17] LEI Nº 4.214 - DE 2 DE MARÇO DE 1963 - DOU DE 22/3/63 – Dispõe sobre o "Estatuto do Trabalhador Rural: <http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1963/4214.htm>. Acessado em 09/08/2014.

[18] CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. **Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos** /Ana Carneiro; Marta Cioccari; – Brasília, p. 101-105, 2011. Ver também no site do Memorial das Ligas Camponesas, disponível em: <http://www.ligascamponesas.org.br/?page_id=99>. Acessado em 12/08/14.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Para o desenvolvimento da pesquisa de TCC pretende-se seguir três passos. Em primeiro lugar, a revisão bibliográfica do tema abordado, com as bibliografias citadas ao longo do artigo, entre outras a serem indicadas no decorrer da pesquisa. Em segundo lugar, pretendemos utilizar, como ponto de partida, a consulta de uma base de dados[19], disponibilizada *on-line* pelo NDH-CH/UEPB, na qual, servirá para identificar e já selecionar os processos trabalhistas dos quais farão parte da pesquisa, no caso, os processos referentes aos trabalhadores rurais da Usina Santa Maria de Pilões, especificamente do ano de 1987. Em um terceiro momento, realizar a pesquisa de campo na tentativa de encontrar os respectivos colaboradores para a pesquisa, cujo objetivo será realizar entrevistas junto aos trabalhadores, especialmente, com aqueles que estavam envolvidos na luta jurídica por direitos trabalhistas ou que tiveram participação na luta pela desapropriação das terras da usina.

A base de dados referente aos processos trabalhistas da JCJ de Guarabira tem por objetivo fornecer elementos de facilitação à consulta pública a qualquer pesquisador que tenha interesse em fontes da Justiça do Trabalho da massa documental do TRT-13 sob guarda do NDH-CH/UEPB. Neste caso, a utilização da base de dados será importante, pois facilitará no momento do levantamento de dados a respeito dos trabalhadores, como também a selecionar os processos com mais rapidez, promovendo, assim, facilidade na hora de localizá-los para consulta.

Dentre os processos trabalhistas do acervo documental da Junta de Conciliação e Julgamento da cidade de Guarabira, foram identificados, até o momento, cerca de trinta e seis (36) processos trabalhistas[20] movidos contra a Usina Santa Maria de Pilões no ano de 1987.

A pesquisa de campo e a realização das entrevistas serão num terceiro momento. A abordagem feita será o uso das entrevistas semiestruturada que possibilita perguntas abertas e fechadas, ou seja, mais flexível para ambas às partes. As entrevistas semiestruturadas serão esquematizadas por um questionário básico previamente elaborado, porém, será preferível também dar espaço para a espontaneidade da conversa aberta na qual o entrevistado possa

[19] Parte da base de dados já foi publicada, mas ainda em contínuo processo de alimentação e revisão. http://ndhch.com/base/trt13/?pg=1

[20] Os processos mencionados são: 238/1987; 251/1987; 252/1987; 253/1987; 254/1987; 255/1987; 256/1987; 257/1987; 260/1987; 261/1987; 262/1987; 263/1987; 264/1987; 265/1987; 266/1987; 267/1987; 268/1987; 269/1987; 271/1987; 272/1987; 273/1987; 274/1987; 275/1987; 276/1987; 277/1987; 278/1987; 281/1987; 282/1987; 283/1987; 284/1987; 285/1987; 286/1987; 289/1987; 302/1987; 305/1987; 336/1987; 314/1987.

sentir-se à vontade para se expressar. Assim, teremos um maior controle dos objetivos a serem alcançados para a pesquisa e evitar que a entrevista torne-se monótona com perguntas e respostas automáticas, que podem também deixar de revelar uma série de elementos importantes por causa da esquematização de um questionário muito rígido. Afinal, como apresenta Valdete Boni e Silva Quaresma:

> As técnicas de entrevista aberta e semiestruturada também têm como vantagem a sua elasticidade quanto à duração, permitindo uma cobertura mais profunda sobre determinados assuntos. Além disso, a interação entre o entrevistador e o entrevistado favorece as respostas espontâneas. Elas também são possibilitadoras de uma abertura e proximidade maior entre entrevistador e entrevistado, o que permite ao entrevistador tocar em assuntos mais complexos e delicados, ou seja, quanto menos estruturada a entrevista maior será o favorecimento de uma troca mais afetiva entre as duas partes. Desse modo, estes tipos de entrevista colaboram muito na investigação dos aspectos afetivos e valorativos dos informantes que determinam significados pessoais de suas atitudes e comportamentos. As respostas espontâneas dos entrevistados e a maior liberdade que estes têm podem fazer surgir questões inesperadas ao entrevistador que poderão ser de grande utilidade em sua pesquisa. [21]

Não cabe no momento fazer um retrospecto da história oral, nem tão pouco apontar seus limites, mas evidenciar a importância que está ferramenta favorece ao pesquisador. O uso da história oral permite esclarecer trajetórias individuais, de analfabetos, rebeldes, mulheres, crianças, loucos, enfim, sujeitos sociais tidos como excluídos[22] e que, muitas vezes, estão à margem da história e deixam poucos vestígios escritos para a consulta de cientistas sociais.

O objetivo pretendido na utilização da História Oral é localizar alguns trabalhadores que tiveram ligados à Usina Santa Maria, de Pilões, e que moveram processos trabalhistas contra a empresa no ano de 1987, ou que tiveram participação direta durante as mobilizações pela desapropriação das terras da usina para fins da constituição de assentamentos para os ex-assalariados.

Este período em análise pode ser estratégico, pois, em fins da década de oitenta, a Usina em questão vivenciou o início de uma crise financeira em decorrência da crise do Proálcool, e, que anos mais tarde culminou com o fechamento da mesma provocando

[21] BONI, Valdete e QUARESMA, Sílvia Jurema. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais**. Revista Eletrônica de Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. Vol. 2 nº 1(3), janeiro-julho/ 2005, p.68-80. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/viewFile/18027/16976>, acesso em 15 de Abril de 2014

[22] AMADO, Janaina e FERREIRA MARIETA de Morais. **Usos e abusos da história oral.** 8ª. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.p.

desemprego em massa dos trabalhadores rurais locais[23]. É importante salientar também que com a falência da Usina seus trabalhadores, agora desempregados, uniram forças para lutar pelas terras da Usina Santa Maria localizadas entre as áreas de Areia (sede), Pilões e Serraria no Brejo paraibano, tendo como base a reforma agrária, constituído assentamentos que locaram várias famílias na região. Dentre elas, pretende-se destacar o assentamento São Francisco no município de Pilões, com vistas para a realização da pesquisa de campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa aqui apresentada é de caráter inicial, tendo assim poucas conclusões por se tratar, ainda, de uma pesquisa inacabada, mas que se mostra de extrema necessidade apontar estas observações a cerca dos trabalhadores rurais que adentraram no campo jurídico, afim de direitos tanto trabalhistas como sociais no período da redemocratização brasileira.

Salientamos que o acervo documental do NDH-CH/UEPB, possibilita uma série de pesquisas a serem desenvolvidas a partir da análise dos autos-findos. Até o momento, além do trabalho que estamos desenvolvendo com a documentação, no caso, higienização, catalogação e base de dados para a disponibilização ao público, contamos ainda, com pesquisas individuais que estão sendo desenvolvidas pelos estudantes do Campus III. Por isso, visualizamos que a constituição do acervo documental no Brejo paraibano, tem possibilitado, especialmente, aos estudantes novas oportunidades, oportunidades estas, que trazem um retorno gratificante para a população paraibana, principalmente para os trabalhadores locais.

Deste modo, a relevância de realizar estudos voltados para as questões levantadas, além de discutir uma temática inovadora para região do Brejo paraibano, no caso de estudos sobre os arquivos da Justiça do Trabalho do município de Guarabira, trataremos de resgatar a memória e a história desses agentes sociais que estavam tradicionalmente à margem da história e da historiografia paraibana. O desenvolvimento da pesquisa, portanto, possibilitará uma 'nova' compreensão historiográfica, especialmente para a região, que dará visibilidade maior aos trabalhadores e trabalhadoras que vivenciaram um processo de lutas e de conquistas num determinado contexto social e político, em que centenas de homens e mulheres estavam 'esquecidos na história desde então'[24].

[23] Ver o artigo: MOREIRA, EMÍLIA et.al. A visão dos atores sociais sobre a crise do emprego rural na zona canavieira da Paraíba. **Revista da ABET**, V.I, Nº 1/2 – 2001, 40-65, 2001. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/abet/article/view/15425>. Acesso em: 25 de maio de 2014.
[24] SHARPE, Jim, *op. cit.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

AMADO, Janaina e FERREIRA MARIETA de Morais. **Usos e abusos da história oral.** 8ª. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BATALHA, Claudio H. B. A Historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências. In: FREITAS, Marcos Cesar (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva.** São Paulo: Contexto. 2003.

BATALHA, Claudio H. M. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p. 39.

BONI, Valdete e QUARESMA, Sílvia Jurema. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais**. Revista Eletrônica de Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. Vol. 2 nº 1(3), janeiro-julho/ 2005, p.68-80. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/viewFile/18027/16976, acesso em 15 de Abril de 2014

CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. **Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos** /Ana Carneiro; Marta Cioccari; – Brasília, 2011.

CORRÊA, Larissa Rosa. **A Tessitura dos Direitos: patrões e empregados na Justiça do Trabalho, 1953- 1964.** FAPESP: São Paulo, p. 15- 36.

DABAT, Christine Rufino. **Os arquivos do TRT da 6ª Região enquanto fonte para a História Social de Pernambuco**. III Encontro Nacional da Memória da Justiça do Trabalho. Recife: Nova Livraria, 2008.

DABAT, Christine Rufino, LIMA, Socorro de Abreu e. **Trabalhadores em sociedades açucareiras.** Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

LINDEN, Marcel van der. História do trabalho: o velho, o novo e o global. **Revista Mundos do Trabalho**, v.1, n.1, p. 13-26, jan.-jun. 2009.

LONER, Beatriz Ana. O acervo sobre trabalho do Núcleo de Documentação Histórica da UFPel. In: SCHMIDT, Benito Bisso (org.). **Trabalho, justiça e direitos no Brasil: pesquisa histórica e preservação das fontes**. São Leopoldo: Oikos, 2010.

MOREIRA, EMÍLIA et.al. A visão dos atores sociais sobre a crise do emprego rural na zona canavieira da Paraíba. **Revista da ABET**, V.I, Nº 1/2 – 2001, 40-65, 2001. Disponível em: http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/abet/article/view/15425 acesso em: 25 de maio de 2014.

PETERSEN, Silvia. Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira. In: ARAÚJO, Ângela (org.). **Trabalho, cultura e cidadania.** São Paulo: Scritta, 1997.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. Levantamento da produção bibliográfica e de outros resultados de investigação sobre a história operária e o trabalho urbano fora do eixo Rio-São Paulo. **Cadernos AEL**, vol.14, n.26, p. 257-344, 2009.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1998.

SILVA, Fernando Teixeira da. Nem crematório de fontes, nem museus de curiosidades; por que preservar os documentos da justiça do trabalho? In: HEINZ, Flávio M. e HARRES, Marluza Marques. **Livro de conferências do XXIV Simpósio Nacional de História da ANPUH – A história e seus territórios.** São Leopoldo: Oikos. 2008.

THOMPSON, E. P. Prefácio. In: **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

SÍTIOS ELETRÔNICOS

Revista da ABET, V.I, Nº 1/2 – 2001. Disponível no sitio eletrônico http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/abet/article/view/15425 (Acesso em: 25 de maio de 2014).

Base de dados do NDH-CH/UEPB: http://ndhch.com/base/trt13/?pg=1

Lei Nº 4.214 - Estatuto do Trabalhador Rural: http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1963/4214.htm acessado em 09/08/2014.

Site do Memorial das Ligas Camponesas: http://www.ligascamponesas.org.br/?page_id=99 (acessado em 12/08/14).

A ESCRITA NOS AUTOS DE QUERELA: O COTIDIANO SERTANEJO NOS RELATOS CRIMINAIS (POMBAL-PB, SÉCULO XVIII)

José Claudivan Rocha Mendes
Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Ceballos

RESUMO
A partir da análise documental de 23 autos de querela e denúncia existentes no Livro de Notas de "1770" [1], localizado no cartório de I Ofício Cel. João Queiroga (Pombal-PB), pretendo apresentar não apenas o registro de crimes de época, mas as experiências cotidianas, seus personagens e valores sociais – como a religiosidade, a honra feminina, os jogos de azar, o rapto de filhas e os atos dos chamados "vagabundos" – presentes no alto sertão paraibano da segunda metade do século XVIII. Através da pena do escrivão podemos perceber algumas práticas cotidianas na localidade, recém-elevada a categoria de Vila – a Nova Vila de Pombal de Nossa Senhora do Bom Sucesso, como as estratégias utilizadas pelos senhores para arranjos matrimoniais ou formas sutis de fuga como meio de resistência da mulher aos valores sociais ou, ainda, relatos sobre os tratos e desaparecimento de escravos. Discutirei algumas formas de consumo no cotidiano daquela extensa localidade afastada de um centro político reinol e, assim, apresentar um panorama das experiências sociais de seus agentes históricos no Alto Sertão paraibano do Setecentos.
Palavras-chave: História da Paraíba Colonial; História Cultural; Autos de Querela e Denúncia; Livro de Notas.

INTRODUÇÃO

Com a pena do escrivão o cotidiano da sociedade colonial paraibana foi descrito em relatos criminais, os autos de querela e denúncia. A escrita desses manuscritos pertencentes ao livro de notas de 1770, nos mostra mais do que registros burocráticos de conflitos. Trazem também à tona respostas de uma época, como as relações socioculturais econômicas da sociedade setecentista.

O auto de querela e denúncia consiste no registro de uma queixa-crime, na qual a parte ofendida denominado de querelante expõe a sua queixa contra a outra parte (o querelado), o denunciando para comprovar a justiça de sua querela. Através da análise desse tipo específico de documento, algumas características dessa sociedade nos são reveladas:

Um panorama geral é descrito, como a soberania da Igreja católica, sempre referenciada nos escritos, passando a ideia de que por temer a Deus as leis deveriam ser cumpridas. Como também a economia da época baseada na estreita relação gado e lavoura. A defesa da honra feminina pelo patriarca da família que se utilizava da justiça para conservação

[1] O que na verdade se refere ao período de 1775 a 1780

não só da honra de sua filha, mas também de seu próprio respeito perante a sociedade, pois os "vagabundos" quando não estava "desonrando" as moças eram acusados de cometerem furtos. Os motivos "banais" como brigas antigas ocasionando crimes e tentativas de assassinatos. E os escravos fugidos cansados de seus senhores buscando sua "liberdade", Além da importância das patentes militares como referência de poder sempre acompanhado pelos licenciados que por uma rede de amizade conquistavam postos cada vez mais altos no juizado local.

2. A ESCRITA DOS AUTOS DE QUERELA E DENÚNCIA

2.1 O escrivão e sua escrita informal

A maneira que se registrava o auto de querela era a seguinte: o queixoso, aparecendo na casa de morada do Juiz Ordinário[2], que como autoridade maior era quem assinava em rubrica e fazia a mercê, ou seja, "o favor" perante a justiça, das querelas. O suplicante declarava, *"A vossa Majestade Fidelíssima quer querelar e denunciar de".* E o escrivão, um licenciado, como funcionário subordinado que além de registrar a queixa, também era quem fazia as vistorias e exames de corpo de delito em ferimentos e pancadas. Expressões como *"Rota Sangrenta e ferimento com carne couro cortado"* era comumente utilizado, o que revela outra característica, a escrita.

A escrita, como prática da fala informal, como se fala, repleto de erros na grafia para nós, mas para eles a perfeição da mesma não era prioridade, o que demostra que o simples fato de saber ler e escrever, ser um "letrado" para o alto sertão Paraibano era um privilégio, às vezes tão grande que poderia lhe render um título o de licenciado, como os escrivães.

2.2 O que os manuscritos dizem

A começar com o cabeçalho, "auto de querela e denúncia que faz o querelante do querelado", em ambos:

Quando era um homem a referência era seu estado cível, ou seja, se é casado ou solteiro, a sua localidade, qual a ribeira ou então o nome do sítio/povoação que morava, a profissão que exercia ou do que vivia e a sua cor de pele. Quando mulher, o que diferenciava do homem era a referência à sua honra de "moça solteira" ou de mulher casada que merecia

[2] Em geral pertencente a ordem militar, como o Capitão, mas curiosamente o juiz que mais assinou os autos de querela no livro de notas de 1770 foi um licenciado o Antônio Luis da Paz

ser respeitada, e por serem submissas ao patriarca da família e como tal era ele quem provia a casa, o que se relatava como trabalho para a mulher era a função de dona de casa dedicada à família.

Com base nessas informações é possível dizer que a população era comprometida pela sua honra e respeito perante a sociedade, a economia local era predominantemente rural, pois era baseada nas lavouras de subsistência pela maior da população, a "pobre", e a criação de gados era praticada pelos grandes proprietários de terras, em geral pertencentes às ordens militares.

A relação de poder econômico social era referenciada pelas patentes militares, o próprio controle do juizado local em geral era um militar. Os principais proprietários de terra eram militares, e a influência de alguns era enorme a tal ponto em que o escrivão era quem se deslocava para registrar a "justa" querela desses importantes suplicantes.

Em um período ainda de escravidão, embora todos pudessem recorrer *"as justissas"*, quando o querelante era um preto forro especialmente escravo era tratado de maneira indiferente quando comparado a um branco, isso é relatado em dois autos de querela, em que pretos escravos foram agredidos por pessoas brancas que se sentiram ofendidas por sua cor de pele, pois o enxergavam não como pessoas e sim como mercadorias.[3]

A religiosidade como uma forma de manter o poder da Igreja católica, que também era referenciada no inicio dos documentos pelo marco histórico cristão *"no Anno do Nascimento do Nosso Senhor Jesus Christo de mil Sette centos e..."* ou nos juramentos pelos Santos Evangelhos, em que o suplicante colocava a mão direita sobre um livro deles – provavelmente a Bíblia – como sinal de respeito ao compromisso de honrar o juramento aceito perante o Juiz Ordinário e que faria cumprir por temer um castigo divino.

3. AS RAZÕES DAS QUERELAS

As razões das querelas são diversas e seus personagens nos fazem refletir sobre uma época, a colonial Paraibana.

3. 1 Os Jogos de azar

[3] Este termo foi utilizado pelo fato dos escravos serem comercializados e os próprios podiam comprar a sua carta de alforria

Em um caso de querela motivado pelo jogo de cartas, no qual o suplicante se recusou a pagar a aposta da partida que perdeu e o mesmo querendo sair foi impedido com uma pancada na cabeça, além de ser ameaçado com uma faca, um auto de corpo de delito foi iniciado e agressão comprovada.

O documento não se refere ao local do acontecido, contudo é provável que seja uma praça central, local onde os homens *"honrados"* e de *"mansa"* e *"pacífica"* ação se divertiam jogando cartas e conversa fora, consequentemente discordando das opiniões contrárias e os ânimos se alterando cada vez mais, com a não aceitação da derrota no jogo, por achar ter sido roubado, os conflitos são certos.

Essa situação imaginada amparada em uma reflexão sobre o auto de querela descrito nos revela mais que um vício compartilhado por outros apostadores, que gastavam boa parte do que tinha, se não tudo nos jogos de azar. O mais importante, a honra masculina, o ego ferido, a não aceitação da derrota e a insistência no vicio para "recuperar" seu prestígio perante a sua roda de amigos.

3. 2 As brigas das moças solteiras

Duas mulheres jovens, moças solteiras e honradas e por ambas serem pobres, lavavam roupa no mesmo rio e por terem desavenças antigas, não relatadas no auto de querela, quando se depararam uma com a outra uma briga se iniciou por a suplicante zombar da querelada e quando foram separadas e a querelante dando por fim a briga se descuidou, e a querelada estando com uma pedra na mão lançou a mesma contra a cabeça da suplicante, por que ela fez isso, segue a resposta descrita no manuscrito.

"...por ser a querelada mal enclinada sem doutrina alguma...".

Partindo do princípio de que as duas eram moças solteiras, qual seria a motivação para essa inimizade quase fatal? Não é possível afirmar, mas supõem-se ser por causa de um namorado, ou fofocas, ou por simplesmente não se suportarem, isso revela a juventude feminina da época, as suas obrigações nos afazeres da casa como a exemplo lavar roupa, podemos ir mais além, porque como no documento estar escrito "pobres" nos revela que se fossem da elite, uma escrava era quem lavaria a roupa, enquanto a "moça" estaria em casa provavelmente se preparando para um casamento arranjado.

3. 3 Os furtos desafiando a autoridade

Como uma economia rural, a criação de gado era feita por grandes proprietários de terras e em geral detentores de patentes militares, o que demostrava poder, a exemplo de Capitão. Acontece que esta autoridade foi desafiada, em um manuscrito. Um furto é relatado, a vítima foi o genro de um capitão comandante que teve uma vaca roubada e logo em seguida outra e foi se queixar ao seu sogro, que fez a petição do auto de querela contra um homem.

" [...] lhe furtara o querelado huma vaca do Genro do Querelante [...]"

Provavelmente por ter a autoridade desafiada, abriu se espaço para precedentes, o mesmo Capitão comandante registra uma nova queixa, só que dessa vez furtaram ele próprio, outro homem entrou em sua casa e raptaram a sua escrava de idade de doze anos. Contudo os sujeitos foram identificados e punidos, e a escrava recuperada.

3. 4 As querelas escravas

A escravidão também é descrita nos autos de querela e denúncia, e cada caso de maneira diferente. Seja como o querelante, ou como o motivador da querela, mas em todos os 23 autos de querela e denúncia transcrito e analisados em nenhum o escravo é o querelado, é o acusado, por quê? Como escravos, são submissos aos seus senhores e devem obedecem fielmente às ordens deles, de certa são acostumados ao desprezo da sociedade, sem reclamarem. Nos autos mostram relatos de escravos que foram quase mortos por obedecer as ordens de seu amo.

Com este exemplo do auto de querela, é possível supor que muitos escravos eram maltratados e cansados fugiam, mas em um caso especificamente descreve uma ação e um crime. A ação foi à fuga da escrava de seu senhor, e o crime foi que o seu amo impossibilitado de ir atrás da escrava aceitou a ajuda de um homem que logo encontrou a escrava, mas em vez de devolver ao dono e provavelmente receber uma recompensa decide ficar com a escrava e fugir com ela, o senhor da escrava revoltado faz uma querela contra este homem, que logo é encontrado e a escrava devolvida ao seu dono, um ano se passou e o querelado que raptou a escrava ficou livre, e sua a ação seguinte curiosa.

"[...] devendo ir para sua casa livre da prizam e do castigo de seo delito muito pelo contrario o fes pois no dia seguinte tonava a furtar a mesma [...]"

Este trecho é do novo auto de querela feito contra o ladrão de sua escrava, a motivação para que o querelado tenha novamente a furtado, pode ser por interesse sentimental na criola ou por querer traficá-la, somente suposições alimentadas pela natureza intrigante da ação.

3. 5 A honra feminina - principal causa dos autos de querela e denúncia

A honra feminina como motivo frequente de querela, em que mulheres moças solteiras, eram cortejadas por "vagabundos" e que pela promessa de casamento e a não aceitação do pai, a levava a fugir com o amado e se entregar a ele.

Em um mesmo documento a descrição de uma "moça" e um "vagabundo":

> "[...] mossa solteyra asestente na casa de sua May e Viuva Albina Ferreyra [...]".
> "[...] homem intitulado solteyro vagabundo sem morada certa nem agencia nem officio meramente [perualvio] fossador de molheres ainda as donsellas que vivem recolhidaz [...]".

Com a informação acima, os casos de querela envolvendo honra feminina, podem ser divididas em três tipos:

O primeiro tipo: O rapto consentido, pela provável não aceitação do pai do relacionamento por não querer este pretendente para sua filha, que como mulher e submissa deveria concordar com a decisão do patriarca da casa, ou pela falta de um contrato matrimonial. Esta afirmação é possível pela análise dos documentos, nos quais os *"raptadores"* são próximos às moças o que demostra um convívio entre eles e, portanto, um possível romance, os levando a fugir para viverem juntos, pois a moça não aparece mais na região que morava.

O segundo tipo: as *"estupradas"* e *"levadas"* de sua virgindade. Em geral começa como um rapto consentido, mas depois da moça se entregar ao "vagabundo", o mesmo não deseja assumir compromisso de casamento, Ela retornar a casa dos pais e para conservação do seu estado de honra na maioria dos casos, o pai se desloca para o juizado local e faz uma petição para ser feito um auto de querela e denúncia contra o homem que com "arte diabólica" tirou a inocência de sua filha, por estrupo. Toda uma historia é contada, na qual o pai por não estar em casa ou dormindo, e o "vagabundo" com "aleivosia" raptou sua filha, liberando a "legoas de distancia desonrada", e por o sujeito ser conhecido é exigido que o mesmo se casasse a sua filha do suplicante para manutenção de seu estado de honra. O que evidência um

rapto consentido, porque o pai quer que o homem que estuprou sua filha case - se com ela, sem generalizar se fosse realmente um estrupo o pai somente requereria a prisão do querelado.

E o terceiro tipo: é o estrupo que pode realmente ter acontecido. Em um caso descrito com detalhes, mostram evidências que comprovaria o estrupo da moça, o uso de uma faca a ameaçando e o estrupo de outra mulher.

> [...] saira do mato [...] [...] arma do de faca a pegou da querelante ameasando a com a morte se gritace o que logo nao fez a querelante no primeyro inpeto [coidando] ser algum seo irmam que vinha do curral e quando deo ocordo e desconheceo nao pode mais gritar por temor de que a matasse nesta forma na [forssa] levara a querelante de sua onrra e virgindade e sendo costumado a semelhantes absurdoz como he publico stupara a huma filha de mateos [...]

4. OS AUTOS ANEXADOS A QUERELA

O auto de querela desde que não tenham ocorrido agressões, ferimentos ou desonra feminina, caso contrário se faz necessário um auto de corpo de delito ou de vistoria, e depois procedido a verificação, a denúncia é aceita e assinada pelo Juiz Ordinário e também pelo querelante, sendo a mesma lançada em notas.

O auto de corpo de delito/vistoria é realizado pelo escrivão do juízo local, que verifica as pancadas, ferimentos e também faz a vistoria na arma do crime quando esta é encontrada.

O auto de vistoria da honra feminina, para comprovar o "estupro" é realizado por duas mulheres com "experiências de parteiras" que recebem o juramento e prometerem serem justas na avaliação, em todas as querelas analisadas. A "moça" estava corrompida, o que pode ser explicado pelo fato de quando a desonra não ser comprovada, o escrivão cancelaria o procedimento do auto de querela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal foi alcançado, o cotidiano sertanejo do setecentos foi apresentado por relatos criminais, que mais que as denúncias revelaram seus personagens, e um panorama geral da sociedade, como aspectos da religiosidade, economia, as relações de poder e as patentes militares, porém uma questão foi levantada a relação herança cultural do passado com o presente, com olhar paciente nos autos de querela e denuncia é fácil constatar semelhanças com os conflitos contemporâneos, a exemplo, a briga de mulheres, hoje é

publico que a maioria é motivada por homens o que nos leva a pergunta se o mesmo acontecia no passado e os jogos de azar, como motivo de brigas e tentativas de assassinatos, hoje também presentes.

A honra feminina como defesa da moral familiar perante a sociedade, a moça solteira um vez desonrada, era considerada estuprada, pois para o pai a imagem de sua filha realmente foi corrompidas, Podemos supor hipoteticamente um pai aconselhando a sua filha pelo desejo de que ela tenha um casamento promissor, de repente a imaginação com algum militar ou comerciante, a verdade é que na maioria dos casos contra a honra feminina forram rapto consentidos, moças entre 16 e 20 anos em idade de casamento e pelo impasse do pai que não a permitia o namoro sem um contrato moral de matrimonio feito com o patriarca da casa, nesse meio tempo surgiu um "vagabundo" que com juras de amores, a levava embora de casa em busca do sonho de um casamento feliz.

A escravidão, os negros que cansados de seus donos e por não conseguirem comprar a sua alforria, fugiam em busca da sua liberdade, contudo escravos foram aconselhados a fugirem sem saber que na verdade seriam furtados de seus ingratos senhores e novamente jogados em um futuros incertos, pela ação de mercadores de escravos, além dos casos em que tentaram contra as suas vidas por obediência as ordens de seus donos. Mesmo acreditando que os sofrimentos deles, não o permitiriam tanta inocência, talvez sonhasse com seu amo que por esmola e pelos bons serviços prestados lhe dessem a carta de alforria.

Os autos de querelas são objeto de estudo histórico singular, cada relato é como se um portal na nossa mente se abrisse e viajássemos no tempo, e nos redescobríssemos como sertanejos de origem com os sofrimentos da descoberta, a valorização do poder pela posse de terra, as redes de amizades fortalecendo a honra do homem setecentista que preserva a imagem familiar perante a sociedade, repletos de preconceitos, retratos de uma época que não voltam mais e nem precisa. Basta somente imaginar e acredita que mesmo em tempos difíceis a sociedade sertaneja da paraibana colonial viveu em harmonia.

Escrito pela pena do escrivão e revelado por uma arte, a transcrição o cotidiano sertanejo do setecentos.

Segue abaixo o anexo 01 com o nome dos Juízes ordinários que assinaram os autos de querela e denúncia, e o anexo 02 contendo o nome dos escrivães e do Juiz Ordinário que escreveram os autos de querela do livro de notas de 1770.

ANEXO 01

Os Juízes Ordinários dos autos de querela identificados no livro de notas de 1770 são:	
Juiz Ordinário	Data de atuação
O Capitão Nicolau de Faria Franco	1775
O Capitão Antônio Ferreira da Nobrega	1776
O Capitão Joao de Freitas da Costa e Sa	1777
O Sargento mor Bento de Barros de Albuquerque	1777
O Capitão Pedro Simons da Moutta	1779
O Alferes Jose dias da Crus	1779
O Capitam comandante Bartolomeu Soares de Brito	1780
O Licenciado Antonio Luiz da Paz	1780

ANEXO 02

O livro de notas de 1770 consta cinco padrões de escrita nos autos de querela	
O escrivão/ Juiz ordinário	Data de atuação
Escrivão Jorge de Macedo de Albuquerque Gondim	1780
Juiz Ordinário Nicolau de Faria Franco data de 1775	1775
Escrivão Antônio da Silva Tavares Coutinho	Em dois períodos o de 1775 e o de 1777
Escrivão Joaquim Izidoro Freyre de Mendonca	1776
Escrivão Antônio Gonsalves de Mello	Em dois períodos o de 1779 e 1780

FONTE

LIVRO DE NOTAS DE 1770. Cartório de 1º oficio João Queiroga. Pombal - PB.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fatima. (Orgs.). **O Antigo Regime nos Trópicos**. A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

SEIXAS, Wilson. **O velho arraial de Piranhas (Pombal).** 2ª ed. João Pessoa; Grafset, 2004.

SOUZA, Laura de Mello e. **O sol e Sombra:** politica e administração na América portuguesa do século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

REDES CLIENTELARES NO ALTO SERTÃO DA PARAÍBA: A RIBEIRA DAS PIRANHAS E PIANCÓ NA DÉCADA DE 1730

Yan Bezerra de Morais[1]
Orientador: Rodrigo Ceballos[2]

RESUMO
Este trabalho apresenta os primeiros resultados obtidos na pesquisa em curso de projeto de Iniciação Científica (PIBIC/UFCG/CNPq) em que trata sobre as redes de privilégio no Alto Sertão da Paraíba circunscritas no século XVIII. A região dos sertões das Piranhas e Piancó no período abordado viveu em intenso processo de mudanças políticas e econômicas, uma vez que em menos de um século ela passou de um simples arraial, ponto estratégico militar para colonização portuguesa com poucos habitantes e sem corpo administrativo, e chegou ao posto de Vila de Pombal, quando passou a ter uma Câmara e um aumento de população e fluxos comerciais. Todo este processo é permeado pelas relações de privilégios existentes tanto entre os seus habitantes, quanto destes com oficiais régios do governo lusitano. A partir dessas conexões, o objetivo da pesquisa é evidenciar a dinâmica dessas redes de clientela e, assim, mostrar que mesmo com uma política mais centralizadora sendo implantada pela Coroa durante o século XVIII, existia uma lógica interna própria, que conectava juízes, coronéis, capitães, clérigos, comerciantes, e outros agentes colonizadores da época que buscavam privilégios econômicos e/ou políticos, como foi encontrado na década de 1730 com o decorrer da pesquisa.
Palavras-chave: Brasil Colônia (século XVIII); Alto Sertão da Paraíba; Redes de Privilégio;

ABSTRACT
This study presents the first results obtained in ongoing research of the Scientific Initiation Project (PIBIC / UFCG / CNPq) that deals with the privilege networks in the Paraíba's *Alto Sertão* circumscribed in the eighteenth century. The region of the backlands of *Piranhas* and *Piancó* in the addressed period lived in intense process of political and economic changes, since in less than a century it has gone from a simple *Arraial* (camp), military strategic point for Portuguese colonization with few inhabitants and no administrative body, and came to the station of Pombal's Village, when it started having a Chamber and an increase in population and trade. This whole process is permeated by the existing of privilege relations among its inhabitants, as these with royal officials of the Portuguese government. From these connections, the objective of the research is to show the dynamics of these networks, and thus, show that even with a more centralized policy being implemented by the Crown during the eighteenth century, there was its own internal logic, which connected judges, colonels, captains, clergymen, merchants, and other colonizers agents who sought for economic and/or political privileges, as was found in the 1730s in the course of this research.
Key-words: Colonial Brazil (XVIII century); Paraíba's *Alto Sertão*; Privilege Networks.

Qual a dinâmica administrativa, política e econômica da primeira região a ser habitada e explorada quando falamos do interior da Paraíba no período colonial brasileiro? É

[1] Estudante, bolsista PIBIC do CNPq, Licenciatura Plena em História, Unidade Acadêmica de Ciências Sociais, Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande. <yanbmorais@hotmail.com>.
[2] Professor, Doutor, Licenciatura Plena em História, Unidade Acadêmica de Ciências Sociais, Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande. <rcovruski@yahoo.com.br>.

praticamente esta pergunta, e outras consequentes, que procuramos responder através da pesquisa intitulada "Redes de Privilégios do Alto Sertão: sociedade e administração nas Ribeiras do Piancó e Piranhas (c. 1750 - c. 1800)", que faz parte de Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/UFCG/CNPq), sob orientação do Professor Doutor Rodrigo Ceballos. Este artigo busca apresentar os a estudos realizados nos três primeiros meses de pesquisa.

A PESQUISA

Ultimamente, uma grande gama de discussões entre historiadores gira em torno da centralização do poder que buscou a Coroa portuguesa no século XVIII e até que ponto essa centralização de fato obteve resultados na colônia mais importante do seu Império Ultramarino na época: o Brasil. Partimos do pressuposto que as autonomias políticas e econômicas podem não ter sofrido grandes impactos em certas regiões, principalmente no Alto Sertão da capitania da Paraíba, nas Ribeiras dos rios Piancó e Piranhas, onde hoje está localizada a cidade de Pombal, uma vez que, embora inserida em um contexto geral de consolidação colonial através do fortalecimento do poder da Metrópole, fugia das fiscalizações por não ser uma localização de grande importância para o Rei, como será discutido mais à frente.

Para pensarmos sobre esta hipótese, trabalhamos com documentações existentes no Cartório João Queiroga, localizado em Pombal, que foram digitalizadas em projetos anteriores financiados também pelo CNPq. Estes documentos vêm sendo transcritos pelos projetos PIBIC e PIVIC coordenados pelo Prof. Rodrigo Ceballos.

Também pretendemos inserir em nossas análises a documentação fornecida pelo Projeto Resgate, que disponibilizou grande corpo documental existente na Torre do Tombo, Arquivo Histórico Ultramarino, localizado em Lisboa, para termos uma visão mais ampla da relação entre os agentes históricos do Alto Sertão da Paraíba colonial e a Coroa portuguesa.

Portanto, nosso objetivo é analisar as redes de favorecimento, ou a política do bem comum e suas formas sociais em prática existentes no Julgado do Piancó no século XVIII, em momento de mudança na forma de governar do Real governo português.

CONJUNTURA DO IMPÉRIO PORTUGUÊS EM FINS DO SÉCULO XVII E SÉCULO XVIII

O período entre a última metade do século XVII e primeira metade do século XVIII é para Portugal um momento de recuperação da crise que passa após a chamada União Ibérica que durou sessenta anos (1580-1640) e trouxe um saldo negativo para Portugal. É neste momento de reerguimento que a Coroa decide pela expulsão dos holandeses que invadiram a Bahia de 1624 até 1625, assim como Pernambuco em 1630 e mantiveram-se até 1654. A população está de novo aumentando e as taxas de mortalidade baixando, assim como novos sistemas financeiros mais eficientes estão surgindo, através de um contexto intelectual em ascensão (Iluminismo). Portugal se volta novamente às suas colônias, que seriam seu ponto de apoio para o reerguimento do grande Império Ultramarino português (WEHLING A.; WEHLING, M. J. C. M, 1994).

O Brasil seria, na Restauração, a peça chave, pois os novos achados de minerais como prata e principalmente ouro no fim do século XVII, garantiam rendimentos ao Estado, movimentação portuária e permitia uma estabilização monetária em Portugal. Todo esse processo é acompanhado pela racionalização dos recursos, aperfeiçoamento da máquina burocrática e centralização do poder que tem início com Dom João V, mas chegará ao seu auge com Dom José I e seu ministro Marquês de Pombal, na segunda metade do século XVIII (WEHLING A.; WEHLING, M. J. C. M, 1994).

Devido à utilidade do ouro naquele momento, o investimento no Brasil tornou-se maior e buscou-se uma consolidação colonial para evitar novas perdas, fossem para invasores estrangeiros, fossem para as populações autóctones. Com o aumento da população, e o direcionamento desta ao centro geográfico do Brasil (região das Minas), iniciou-se um processo de criação de novos caminhos entre as áreas de abastecimento e esse novo centro (geográfico), que podiam ser via terra (caminhos) ou via rios (monções). Com essa crescente interiorização, houve também a criação de arraiais e vilas, urbanizando mais a vida colonial brasileira (WEHLING A.; WEHLING, M. J. C. M, 1994).

A mineração mudou o panorama colonial do século XVIII ao integrar uma nova região que se tornou central em relação às outras regiões da colônia. Salienta-se também uma perda de importância da região Nordeste neste momento em que ocorre um equilíbrio entre as regiões, já que a maior produção de açúcar que era feita nas Capitanias do Norte, como a Bahia e Pernambuco, agora são feitas também em outras regiões. Além disso, a produção de

couro no Rio de Janeiro e na Colônia do Sacramento, e a própria escassez da madeira da Mata Atlântica contribuíram para as mudanças e também reforçaram a necessidade de criação de caminhos para interligação dessas novas fontes de abastecimento da colônia com a região das Minas (WEHLING A.; WEHLING, M. J. C. M, 1994).

É nesse contexto de criação de novos caminhos rumo ao interior que teremos na Paraíba, em fins do século XVII, as primeiras expedições em busca da conquista e ocupação dessa região. Em meados do século, os holandeses já haviam sido expulsos do litoral e a região interiorana já havia sido desbravada pelos membros da Casa da Torre, - o maior morgado da região Nordeste, localizado na Bahia - mas nunca se tinha fixado população na região, sendo um dos motivos o grande número de populações indígenas.

Com apoio do Governador Geral do Brasil, João de Lencastre, e do Governador da Capitania da Paraíba, Manuel Soares de Albergaria, a família Oliveira Ledo, aliada à família D'Ávila da Casa da Torre da Bahia, foi a primeira a realmente conquistar os sertões, mantendo a posse da região para a Casa da Torre, e tornando-se a principal família dos sertões da Paraíba. Formaram, em 1697, o Arraial de Piranhas ou Arraial do Piancó, e mais tarde, Arraial de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó (SEIXAS, 2004), recorte espacial desta pesquisa.

A principal função do Arraial do Piancó naquele momento era de ser uma base militar e um local onde pudessem ser criados os currais de gado vacum e cavalar. Este arraial passa a ser chamado de Povoação de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó ao contar com o crescimento populacional na virada para o século XVIII, e abrangia uma extensa região que hoje abrange parte dos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e a própria Paraíba (SEIXAS, 2004). Assim como o próprio ato de povoar, a pecuária também era um dos objetivos da época pelo fato de ser ela a responsável pelo avanço da conquista rumo ao interior, alargando a zona de criação, que devia manter distância do litoral, zona de produção açucareira (SARMENTO, 2007).

Frente a isso, a terra era um bem valioso à época, e o sistema de distribuição era através das sesmarias, grandes extensões de terras arrendadas a seu dono. Na Povoação de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó, a maior detentora e arrendadora de sesmarias era a Casa da Torre da Bahia, com a família dos D'Ávila. Nos pedidos de sesmarias era comum usar a justificativa do merecimento pelos feitos pessoais e/ou familiares. A família Oliveira Ledo, por exemplo, ao realizar as petições, se definia como os "conquistadores das terras" e

assim conseguiam terras, prestígio local e inclusive o cargo de capitão-mor[3] das Piranhas e Piancó. Além disso, por serem originais da Bahia, os Oliveira Ledo tinham uma estreita relação com o poder central da Colônia, logo, os membros da família Oliveira Ledo eram o "elo" entre os sertões da Paraíba e o Governo Geral do Brasil (COSTA, 2010).

Assim começa-se a ter uma delineação da dinâmica político-econômica existente no Império Ultramarino também no sertão da Paraíba: um sistema de privilégios.

A partir da análise da historiografia local e das fontes documentais levantadas para esta pesquisa, localizamos diversas referências aos Oliveira Ledo. O tronco principal contava com três irmãos: Pascácio, Antonio e Custódio, e a partir deles, os Oliveira Ledo se tornam grandes nomes de influência no sertão paraibano setecentista, sendo Antonio de Oliveira Ledo, o capitão-mor responsável pela conquista da região. Mas, como o objetivo deste trabalho não é trabalhar unicamente com esta família, nosso foco recai sobre como essa família, assim como outras e outros personagens coloniais, estabelecem suas conexões a partir da documentação levantada e analisada até o momento.

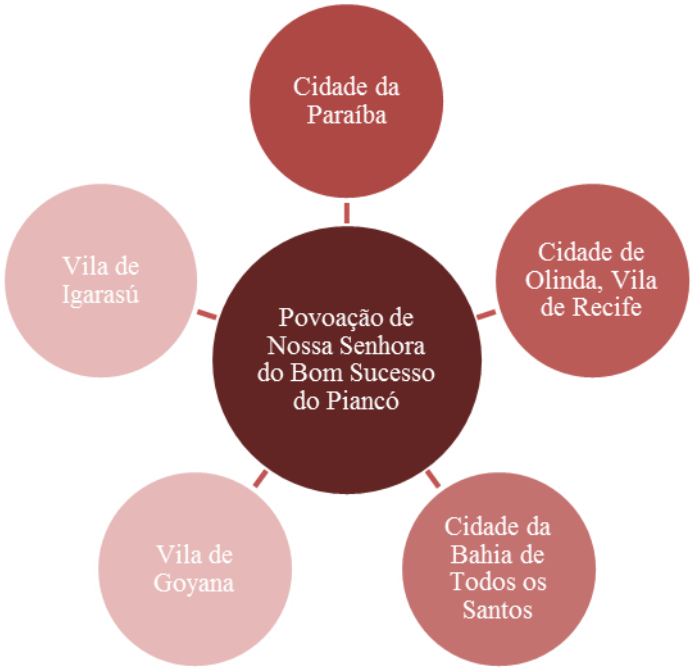
OS FLUXOS E AS REDES CLIENTELARES

Durante a análise das fontes, que em sua maioria são procurações, notamos, além das próprias redes entre colonos, redes entre a Povoação de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó e outras regiões das Capitanias do Norte. Mas, mesmo sendo muito trabalhada pela historiografia como a principal família da região, não encontramos documentos que ligam os Oliveira Ledo, por meio de representação em procurações, a outras regiões além da própria Povoação na década de 1730.

O lugar com maior fluxo de destinação das procurações analisadas entre os anos de 1733 e 1735 é a Cidade da Paraíba. Lá, teremos nomes que se mostraram frequentes, denotando uma estreita relação econômica entre a Povoação do Piancó e a principal cidade da capitania, já que as procurações davam principalmente, entre outras permissões, poderes para o comércio em nome do mandante da procuração. Logo, havia pessoas de confiança dos colonos do Alto Sertão nas grandes cidades do norte, como a Cidade da Paraíba, a Cidade de

[3] O Capitão-Mor era a principal autoridade militar da região, abaixo dele havia, respectivamente, o Sargento-mor, o Capitão, o Alferes, o Sargento e o Ajudante. Assim eram constituídas as Ordenanças, tropas de civis que não recebiam salário por seus cargos. Cf.: PEREIRA FILHO, Jorge da Cunha. Tropas militares luso-brasileiras nos séculos XVIII e XIX. Disponível em: <http://buratto.org/gens/gn_tropas.html>. Acesso em: 14/11/2014.

Olinda junto à Vila de Recife, a Cidade da Bahia de Todos os Santos, assim como a localidades com menos expressão, como a Vila de Igarasú, que demarcava a divisa entre a Capitania do Pernambuco e a Capitania de Itamaracá, assim como também a sede desta, a Vila de Goyana, como se pode notar no fluxograma abaixo:



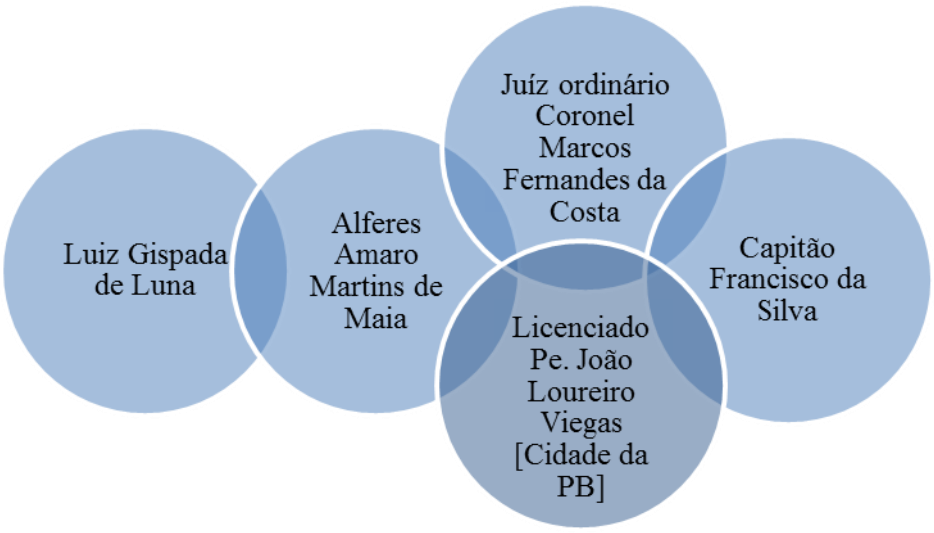
Fluxograma 1: Fluxos entre a Povoação de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó a partir das procurações da década de 1730. Maior fluxo: Cidade da Paraíba; Menor fluxo: Vila de Goyana e Vila de Igarasú. Fonte: Livro de Notas de 1730.

A partir desses fluxos entre diferentes localidades, ou o fluxo dentro da própria povoação, podemos estabelecer as conexões existentes entre os colonos, e, assim, também compreender como se dava a ascensão social nessa região através dessa troca de favores, os quais são apresentados nas procurações principalmente no âmbito comercial. Essas trocas de favores eram o que cimentavam as redes de privilégios entre os agentes envolvidos, já que era essa troca que os fazia aumentar sua poupança social[4].

[4] Este termo é utilizado por João Fragoso para explicar as redes de favorecimento existentes no Rio de Janeiro Seiscentista. Essa poupança social era um sistema que hoje chamamos de "troca de favores" que permitiam o crescimento (de status e econômico) colonial dos indivíduos envolvidos. Cf.: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). **O antigo Regime nos Trópicos**: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Cf.: FRAGOSO, João. A nobreza da república: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII). **Topoi,** Rio de Janeiro, nº1, pp. 45-122.

Alguns nomes se destacam nas documentações como o de João de Miranda, um dos capitães-mores do Julgado do Piancó[5], José Gomes de Sá, que também foi capitão-mor, Manoel Martins Viana, Licenciado que na década de 1760 se tornou juiz ordinário, Juízes ordinários como o Coronel Marcos Fernandes da Costa e o Sargento-Mor Geraldo Correia de Lima. Estas personagens se entrelaçam constantemente em redes comerciais e, por não raras vezes, redes parentais, como revelam alguns sobrenomes, além das redes administrativas, quando as autoridades da região, como juízes e capitães-mores, por exemplo, mantinham estreitas relações entre si.

Os fluxogramas abaixo representam algumas das redes encontradas na década de 1730, que envolvem os nomes citados acima.



Fluxograma 2: Redes clientelares no ano de 1735. Fonte: Livro de Notas de 1730.

[5] Julgado: uma povoação se torna julgado quando um poder jurídico passa a atuar, no caso do período colonial, um juiz ordinário ou um juiz de fora, e, assim, essa região passa a ter delimitada e a ter justiça própria, mesmo que ainda não seja uma vila com pelourinho (SARMENTO, 2007). O Julgado do Piancó foi estabelecido em 1711, e abrangia desde os Cariris-velhos, na Paraíba, à Vila de Icó, Ribeira do Jaguaribe, Ceará. Ao norte se estendia até onde hoje é Caicó, Rio Grande do Norte, até Vale do Jucurutu, Pernambuco (SEIXAS, 2004).

Fluxograma 3: Redes clientelares no ano de 1733. Fonte: Livro de Notas de 1730.

No fluxograma 2, podemos perceber que as relações comerciais se davam entre diferentes autoridades da época: a autoridade jurídica, representada no Juiz Ordinário Coronel Marcos Fernandes da Costa; na autoridade militar, com o Capitão Francisco da Silva e o Alferes Amaro Martins de Maia; e na autoridade religiosa, com o Licenciado Padre João Loureiro de Viegas[6]. Este último é procurador do Juiz e dos dois militares na Cidade da Paraíba (hoje João Pessoa), ao tempo que o Juiz foi testemunha de ambos os militares quando estes foram dar direitos de procuração para o dito Padre. Já Luiz Gispada de Luna, além de ser procurador do Alferes Amaro Martins de Maia, é testemunhado em uma de suas aparições por Manoel Martins Viana, muito influente dois anos antes, em 1733, como é mostrado no fluxograma 3.

Manoel Martins Viana tornou-se um dos focos de nossa pesquisa, uma vez que, no ano de 1733 ele está envolvido em uma rede de favorecimento que conta com as mais altas autoridades militares da região, além do fato de algumas destas autoridades serem os próprios conquistadores dos sertões da Paraíba, como os Oliveira Ledo. Outro conquistador de grande

[6] O Padre Viegas também aparece como procurador de diversos colonos no ano de 1735.

prestígio local que tem ligações com Manoel Martins Viana é João de Miranda[7], que em 1725 se torna Capitão-mor devido sua indicação ter sido feita pelo Governador da Capitania, João de Abreu Castelo Branco. Ao contrário do que afirma Wilson Seixas (2004), cremos que ao ser dividida a jurisdição em duas em 1725 pelo Governador, o outro Capitão-mor foi, de fato, Francisco de Oliveira Ledo, filho de Teodósio de Oliveira Ledo, que ocupou o cargo em torno de 30 anos. Sendo assim, Manoel Martins Viana tem privilégios junto a estes conquistadores, que ora são suas testemunhas ora são procuradores ou mandantes em suas procurações. Portanto, Manoel Martins Viana consegue criar uma "poupança social" que o permite galgar até o cargo de juiz ordinário da década de 1760.

Estas procurações não eram documentos simples, mas representavam justamente a lógica das relações sociais permeadas pelo jogo de interesses: conceder favores aos mais amigos, e assim entrar em uma constante troca de benefícios. Uma procuração bastante permitia ao procurador, em nome do mandante, ter poder geral e especial para cobrar, receber, arrematar e arrecadar bens móveis, réis, escravos, mercadorias, sentenças de testamentos, inventários, partilhas de bens, cartas de crédito, assim como pagar e quitar dívidas de qualquer espécie. Permitia também os procuradores responderem na justiça, seja secular ou eclesiástica, "[...] mandar sitar e demandar e levar a juízo perante coais quer justiça e julgadores dos tais cazos [...][8]", assim como realizar doações às instituições religiosas em nome do mandante.

Alguns problemas aparecem ao analisarmos estes documentos e confrontarmo-los à historiografia tradicional local. Como dito acima, Wilson Seixas (2004) diz ser um erro historiográfico considerar Francisco de Oliveira Ledo um dos Capitães-mores da região, mas em nossos levantamentos ele aparece diversas vezes com este título na documentação. Outro ponto que confrontamos é o fato de Wilson Seixas colocar Manoel Martins Viana como um Capitão-mor na década de 1720, junto com Francisco de Oliveira Ledo, o qual já havia sido negado pelo autor como ocupante de tal cargo (2004, p.209). E, ainda neste período, aparece outro Capitão-mor: José Gomes de Sá, o qual estamos tentando delimitar sua jurisdição através das documentações das décadas sequentes à de 1730.

[7] João de Miranda é um influente colono, já que além de suas relações dentro da própria Povoação, ele tem estreita relação com os Dias D'Ávila da Casa da Torre da Bahia (procurador de Francisco Dias D'Ávila em uma venda de terras na Povoação em 1742), e também com pessoas de Lisboa e com a Irmandade dos Cantos Almas em Santiago de Romarigão, Portugal.

[8] Procuração bastante que faz o Capitão-mor João de Miranda em 2 de outubro de 1733. Fonte: Livro de Notas de 1730, digitalizado, IMG_0909 a IMG_0914.

Deste modo, procuramos em nossa pesquisa analisar as redes de privilégios do sertão da Capitania da Paraíba no século XVIII, buscando compreender os mecanismos sociais que regularam essa espacialidade e são próprios do período e da região, na qual diferentes autoridades estão envolvidas em extensas trocas de favores, formando assim, bandos, ou grupos com interesses comuns. Trocas de favores estas que permitiam a criação de uma poupança social que permitisse alcançar os interesses voltados ao crescimento pessoal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS DE UMA PESQUISA INICIAL

A existência do Governo Real e de um conjunto de ações centralizadoras não necessariamente quer dizer que o Rei estava a par de todas as formas de relação existentes entre seus súditos. No Arraial das Piranhas e Piancó, as autonomias se mostram fortes, uma vez que o próprio juiz ordinário e os capitães-mores, que são as autoridades máximas jurídica e militar, estão envolvidos com os outros habitantes da região, das Capitanias vizinhas e até mesmo com o Governo Geral e com pessoas da Metrópole em tramas comerciais que visam o enriquecimento e a ascensão social (como é o caso de João de Miranda).

As autonomias, contudo, não reduzem por completo o poder régio. Embora se tivesse uma lógica própria de funcionamento, os colonos se sentiam fiéis ao Rei, e o fato de estarem adentrando os sertões e combatendo os indígenas era uma forma de troca de favores com o Soberano, que por seu lado, permitia que se mantivessem tais lógicas, pois era assim que o Império se mantinha em funcionamento. Russel-Wood afirma que os quadros econômicos, sociais e mentais dos colonos eram estreitamente ligados a Portugal, sendo assim, impossível considerar que estas personagens coloniais não pensassem sequer na sua relação com o Rei e não agissem de forma a colaborar com o Império. Laura de Mello e Souza (2006) corrobora com essa posição de Russel-Wood (1998) e nos chama a atenção para o cuidado de se desconsiderar demais o poder régio e acreditar na completa autonomia dos súditos, o que pode gerar erros interpretativos sobre a relação Portugal-Brasil.

Assim, o Arraial de Piranhas, embora inserido em um contexto de conquista do interior e consolidação colonial através da centralização do poder régio, é permeado pelas redes clientelares, que se baseavam na autonomia de seus habitantes para agirem da forma que lhes dessem maior prestígio, mas que engrandecessem também o Império Ultramarino Português, uma vez que o Rei, mesmo que em última instância, estava acima de tudo. Afinal, o Rei era o Sol.

FONTES

Livro de Notas de 1730. Localização: Cartório Coronel João Queiroga, Pombal/Paraíba. Digitalizado pelo projeto "Procurações, Libelos e Escrivães: fontes manuscritas setecentistas do sertão paraibano", logo serão disponibilizadas em sítio eletrônico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COSTA, Renata Assunção. **Uma nova conquista:** a família Oliveira Ledo e o processo de ocupação espacial do Sertão do Piancó (1663-1730). [monografia]. UFRN, 2010, 72p.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). **O antigo Regime nos Trópicos**: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MELLO E SOUZA, Laura de. **O Sol e a Sombra:** política e administração na América Portuguesa do Século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. Centros e Periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808. **Revista brasileira de História.** vol. 18, n. 36, São Paulo, 1998.

SARMENTO, *Christiane Finizola*. **POVOAÇÕES, FREGUESIAS E VILAS NA PARAÍBA COLONIAL**: POMBAL E SOUSA, 1697-1800. [Dissertação]. Programa de Pós-Graduação da UFRN, 2007. 163p.

SEIXAS, Wilson. **O velho Arraial de Piranhas (Pombal).** 2.ed. João Pessoa: Grafset, 2004.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José C. M. **Formação do Brasil Colonial.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

PROCESSOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO COMO FONTE PARA A HISTÓRIA

Diognnys Cardoso Estevam

RESUMO
Esse trabalho pretende discutir a utilização de documentos produzidos pela justiça do trabalho como fontes históricas. Com a disponibilização de documentos da Junta de Conciliação de Guarabira, pelo TRT-13 (Paraíba) no Núcleo de Documentação Histórica do Centro de Humanidades, as possibilidades dessa documentação vir a ser utilizada como fonte histórica é considerável, pois, a diversidade temática nela inscrita, pode possibilitar a compreensão de algumas lacunas acerca da história do trabalho e/ou sobre a história do Brejo Paraibano, com diversos enfoques, temas históricos e políticos.
Palavra-chave: Fontes históricas; Arquivo; Documentos.

INTRODUÇÃO

Ao considerarmos que a história trabalha com documentos e, mais ainda com os registros do homem no tempo, as fontes históricas podem, portanto, estar nos mais variados espaços, formatos e acervos. Na perspectiva de discutir algumas ideias sobre as fontes históricas, procuramos trazer para esse texto algumas considerações iniciais sobre as fontes documentais do TRT-13, cujo acervo está sob a guarda da Universidade Estadual da Paraíba e de modo mais específico, tem nos dado elementos diversos para entender a história social da classe trabalhadora na Paraíba, sobretudo, a história dos trabalhadores na região do Brejo paraibano.

Para tanto, é importante entender que a utilização de processos judiciais na historiografia vem despertando cada vez mais interesse daqueles que querem produzir as histórias da classe menos favorecida da sociedade – a classe trabalhadora, principalmente quando atentamos para o caráter do reconhecimento de que essa população foi largamente expropriada de direitos e dos meios de produção ao longo da nossa história. Não se trata de coloca-la em um lugar de destaque, mas, de percebê-la como classe que, ao longo de um processo histórico alicerçado pela história das elites ou dos patrões, as demandas e as reivindicações por direitos, bem como suas especificidades foram colocadas a margem da produção historiográfica.

E isso nos leva, inevitavelmente, a questão do documento escrito como fonte para a história dos trabalhadores, haja vista que a pesquisa histórica é basicamente, uma pesquisa documental. No século XIX o documento foi a verdade sobre o passado e se apresentava como inquestionável, de modo que: "para a Escola Metódica, a busca, seleção, crítica e

classificação documental constituem-se no eixo em torno do qual gira a atividade do historiador" (KARNAL; TASCH, 2013, p. 14), a Escola Metódica reduziu a pesquisa histórica a uma verdade documental, ou seja, as ideias e as teses históricas não teriam nenhuma credibilidade sem que a não houvesse uma base documental que pudesse "atestar" a verdade sobre o passado e sobre as afirmações que remetessem ao que já havia ocorrido. Entretanto, com as mudanças historiográficas no século XX as possibilidades de ampliação das fontes históricas e documentais, e principalmente da criticidade aos documentos, fizeram emergir novas questões e novas possibilidades para a produção historiográfica:

> A ascensão da História Quantitativa, da História do Cotidiano, da História da Sexualidade, da História de Gênero e de tantos outros novos campos ao longo do século XX trouxe inexoravelmente, um esgarçamento quase absoluto do limite do termo "documento histórico" (KARNAL; TASCH, 2013, p. 14).

Esse esgarçamento modificou ainda mais a forma como os historiadores selecionam e constroem seu *corpus* documental de pesquisa, uma vez que as possibilidades de críticas e de inter-relacionar seu objeto de estudo com os mais amplos registros históricos, promoveram possibilidades qualitativas e consistentes para o estudo do passado. As fontes deixaram de ser exclusivamente documentais e passam a se somar a uma quase que uma totalidade de registros e indícios que, largamente contribuem para descortinar um determinado objeto de pesquisa histórica.

Mas, não é de se negar que a utilização de documentos escritos para a produção historiográfica ainda esteja em primeiro plano, mas a possibilidades de que essa massa documental possa ser ampliada, seja com a utilização de outros suportes documentais escritos (jornais, revistas, pareceres, discursos, processos judiciais, etc.), seja com a articulação relacional entre essas fontes, enriqueceu qualitativamente a pesquisa histórica. No caso das fontes documentais das classes trabalhadoras, a perspectiva de se trabalhar com os processos judiciais, abriu o leque de possibilidade para que o historiador possa perceber as nuances e as especificidades dessa classe e suas reivindicações, cujas bases nos remete ao cotidiano, ao enfrentamento com o patrão, as necessidades trabalhistas, a exploração e a caracterização social e espacial dos trabalhadores – rurais e urbanos.

Os processos trabalhistas da Justiça do Trabalho, enquanto fonte para a produção histórica descortina questões que antes foram apresentadas de forma genérica pela historiografia, e ampliam os entendimentos das relações trabalhistas construídas no universo da formalização dessas relações ou na informalização.

OS ARQUIVOS DOS TRABALHADORES E A PRESERVAÇÃO DA HISTÓRIA

O surgimento da Justiça do Trabalho no governo de Getúlio Vargas, em 1941 foi um grande marco para a justiça social no Brasil e consequentemente, para a classe trabalhadora, pois a entrada do campo jurídico nas relações de trabalho entre patrões e empregados facilitou a conciliação direta entre os conflitos de classes, sendo esses conflitos uma problemática emergente no período da segunda república.

> A Justiça do Trabalho era uma justiça administrativa, isto é, estava subordinada ao Poder Executivo, tendo como última instância o Ministério do Trabalho, Industria e Comércio, não integrando o Poder Judiciário. Marca de origem que evidencia sua subordinação e que fundamenta um "afastamento" do Judiciário, difícil de apagar. Pela Constituição de 1946, evidenciando esforços da própria magistratura do trabalho, a Justiça do Trabalho se integra ao Poder Judiciário (GOMES, 2007. p. 20).

O que destacamos é que, com a criação e integração da Justiça do Trabalho no campo jurídico, as questões trabalhistas puderam ser arbitradas de modo mais sistemático, ao passo que, a perspectiva administrativa da Justiça do Trabalho perdeu gradativamente sua função burocrática e passou a ser mais incisiva quanto a perspectiva integrativa junto ao Poder Judiciário, o resultado foi a posterior legitimidade quanto ao seu objetivo principal: a intermediação dos conflitos trabalhistas. Para tanto, a caracterização judiciária da Justiça do Trabalho foi um processo longo, pois, em seus anos iniciais de instalação, a Justiça do Trabalho foi caracterizada como uma "justicinha" pelas outras esferas jurídicas, pois assim como afirma Ângela de Castro Gomes (2007), existia certa "cultura do desprestígio" quanto a sua importância nos anos inicias de sua criação. Isso afetou diretamente a percepção dos autos trabalhista, uma vez que, esses documentos eram considerados sem valor histórico, por serem nascidos de demandas da população comum, de situações prosaicas e das lutas miúdas do cotidiano dos trabalhadores[1].

Por muito tempo os processos trabalhistas foram desprezados como fonte para a história, a própria Justiça do Trabalho e não criou condições para preservação de seus arquivos. E isso ocorreu porque no artigo 1º, da Lei N.º 7.627, de 10 de Novembro de 1987,

[1] Ver essa discussão em: SILVIA, Fernando Teixeira da. Nem crematório de fontes, nem museus de curiosidades; por que preservar os documentos da justiça do trabalho? In: BIAVASCHI, Magda Barros; LÜBBE, Anita; MIRANDA, Maria Guilhermina (orgs.). *Memória e preservação de documentos: direitos do cidadão.* São Paulo: LTr, 2007, p. 31-52.

lê-se: "Fica facilitado aos Tribunais do Trabalho determinar a eliminação, por incineração, destruição mecânica ou por outros meios adequados, de autos findos há mais de 5 (cinco) anos, contando o prazo da data do arquivamento do processo". Portanto, a guarda dos autos findos da Justiça do trabalho ficou a critério de cada unidade local sua preservação ou seu descarte, fazendo com que a incineração sistemática tenha se constituído como uma prática frequente na destinação dos processos da Justiça do Trabalho em boa parte das Juntas de Conciliação.

Essa determinação, para os fins de uma produção histórica, tende a apagar os registros de uma parte da história da classe trabalhadora; a eliminação dos autos-findo de modo sistemático e facultado aos interesses dos tribunais favorece e consolida o cerceamento da história, pois, deve-se salientar que: "Cada documento carrega, mesmo que não saibamos, a história de sua própria sobrevivência. Pode ser a história de juízes abnegados, com iniciativas individuais improvisadas, assim como a história de políticas públicas de preservação do patrimônio histórico" (SILVA, 2008, p. 32). E mais que isso, a preservação dos documentos trabalhistas da Justiça do Trabalho constrói a possibilidade de que a história das relações trabalhistas seja sistematicamente reescrita e reelaborada, ao passo que também a história do judiciário também.

Por esse motivo que a prática sistemática de eliminação dos autos-findo tem encontrado reações e gerado propostas alternativas para a gestão desses documentos a fim de que o direito à memória da justiça do trabalho, patrimônio coletivo dos cidadãos, seja preservado e disponibilizado como parte essencial da construção de uma sociedade democrática. Mas esses documentos/processos não só tem um caráter histórico, eles têm também a importância de provas documentais como afirma Schimidt e Speranza:

> "No que tange ao valor de prova desses processos, é preciso destacar que os autos findos e/ou os documentos a ele anexados podem servir às necessidades de prova do tempo de serviço para fins de aposentadoria, dos recolhimentos ao FGTS, do trabalho, do tempo de serviço dos advogados e peritos que atuaram nos processos, do salário de contribuição para fins de cálculos da média do benefício a ser pago, entre outros direitos." (SCHIMIDT; SPERANZA, 2012, p. 37).

Tanto no sentido de prova documental, como de fonte histórica, a preservação desses documentos/processos revela, por exemplo, como magistrados aplicam o Direito do Trabalho em situações concretas; ou como empregados e empregadores reagem as essas ações, daí podemos perceber como essas relações são vivenciadas na prática. É nessa perspectiva que o potencial de uso dos documentos/processos da Junta de Conciliação de Guarabira pode

revelar as especificidades do local, não implicando na relação direta com os acontecimentos mais amplos, pois tanto no sentido local, como no global podem estar ligados diretamente.

Com isso, atentamos para o fato de como nos últimos anos a questão da preservação e utilização de documentos/processos da Justiça do trabalho vem ganhando espaço como fontes para a pesquisa histórica e como fonte para a preservação da memória social e, mais especificamente, no que diz respeito ao nosso recorte, como tais possibilidades podem ser percebidas e discutidas na região do Brejo paraibano, onde se encontra a Junta de Conciliação da cidade de Guarabira.

Para tanto, com a preocupação de preservar os autos-findos da Justiça do Trabalho, magistrados, servidores do Judiciário, historiadores e arquivistas têm discutido e criado novos meios de salvar esses documentos/processos, com isso, algumas iniciativas podem ser citadas, tais como: o convênio firmado em 2003 entre o Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT-6) e a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), que resultou na criação do núcleo de documentação, cujo trabalho foi organizar e tratar os autos findos da Justiça do Trabalho arquivados. Um dos objetivos da construção desse núcleo de documentação é a disponibilização desses documentos/processos para consulta de quem tiver interesses em pesquisar e também conservar a história social relatada pelos trabalhadores do Estado de Pernambuco. A consulta dessa documentação tem relevado uma produção analítica sobre a sociedade pernambucana, especialmente em questões referentes ao mundo da produção canavieira[2].

Seguindo a mesma seara, outras iniciativas surgiram com objetivos similares. No rio Grande do Sul, a Universidade Federal de Pelotas (UFPel) firmou, em 2005, um convênio semelhante à da UFPE, o TRT-4 em Porto Alegre consolidou convênios com a Universidade de Passo Fundo (UPF) em 2007, e com a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) em 2009. Mas além de Pernambuco e do Rio Grande do Sul, a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia também criou um Laboratório de história Social do Trabalho (LHIST/UESB) com convênio firmado em 2002[3], na perspectiva de preservar os documentos/processos da Justiça do Trabalho.

Na Paraíba, no ano de 2010, tão logo sabendo da notícia da eliminação dos autos findos do TRT-13, a Universidade Estadual da Paraíba, inspirada nos projetos de preservação

[2] Para acessar à base de dados do acervo da UFPE, ver o sítio eletrônico: memoriaehistoria.trt6.gov.br/

[3] Em 2006, a iniciativa do LHIST/UESB recebeu o prêmio Memória dos Trabalhadores no Brasil, promovido pela Fundação Getúlio Vargas com recursos da Petrobras e apoio institucional do Ministério do Trabalho e Emprego. Ver seu sítio eletrônico em: lhist.blogspot.com.br/ .

de documentos/processos das Universidades acima citadas, iniciou a formação de seu Núcleo de Documentação Histórica, graças ao convênio firmado entre a instituição e o Tribunal de Justiça do Trabalho. Em um prazo de 10 anos, o TRT-13 doará a UEPB parte de seus autos-findos, em contrapartida, a Universidade Estadual da Paraíba, garantirá a guarda adequada e o fornecimento de meios para disponibilizar esses documentos a todos que tiverem interesse em pesquisar[4]. Com esse propósito, a inciativa do Professor Tiago Bernardon de Oliveira[5] foi a de organizar o Núcleo de Documentação Histórica do Centro de Humanidades (NDH-CH/UEPB) que ganhou suas primeiras estruturações, no texto: *A Estruturação de um Arquivo da Justiça do Trabalho no Brejo Paraibano na Perspectiva de uma História Global do Trabalho*[6], onde o professor Tiago Bernardon relata todo o processo que deu origem ao convênio estabelecido entre a UEPB e o TRT-13, bem como a luta pela preservação dos documentos/processos da Junta de Conciliação de Guarabira e de outras comarcas da Justiça do Trabalho da Paraíba.

Só estruturar e preservar os autos-findo da Justiça do Trabalho não é exatamente o principal objetivo desses trabalhos feitos em parceria com as Universidades. Outra meta que se segue sobre esses convênios é a análise desses documentos/processos e suas disponibilidades para pesquisa.

Sendo assim, no campus III da UEPB, na cidade de Guarabira onde está localizado o Núcleo de Documentação Histórica NDH-CH/UEPB, existe uma equipe de alunos bolsistas e voluntários que trabalham para dar conta do processo de higienização e arquivamento adequados desses documentos/processos. O Núcleo de Documentação Histórica encontrando-se ainda em estado de estruturação, uma pequena parte da massa documental esta higienizada e cadastrada em uma base de dados eletrônica; a proposta da base de dados é disponibilizar o acessos a esses documentos/processos a todos as pessoas do Brasil ou do mundo que tiverem interesses em desenvolver pesquisas, uma vez que a base de dados está on-line.

No que diz respeito a análise desses documentos/processos, alguns alunos integrantes do Núcleo de Documentação Histórica, desenvolvem estudos relacionando diversos temas.

[4] Mais detalhes a respeito do convênio do TRT-13 N.º 03/2011 pode ser acessado através do síte: www.trt13.jus.br/validardocumento e com identificador de autenticação 1018219.2011.000.37057. O extrato do convênio encontra-se publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, n. 167, de 30 de Agosto de 2011, p. 127.

[5] Professor do Departamento de História do Centro de Ciências humanas Letras e Artes (CCHLA) da Universidade Estadual da Paraíba (UFPB), em João Pessoa, onde ingressou em Julho de 2014. Antes o professor era funcionário efetivo da UEPB onde iniciou o projeto do Núcleo de Documentação História.

[6] Texto publicado no livro: DABAT, Chistine Rufino. LIMA, Maria do Socorro de Abreu e (Orgs.). **O mundo dos trabalhadores e seus arquivos – Nordeste.** Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.

Entre os temas pesquisados, estão estudos sobre: As mulheres e a busca por direitos; os desdobramentos sobre o trabalho infantil na região do Brejo paraibano; a luta de agricultores expropriados por direito à terra e as transformações nas relações políticas com chegada da Junta de Conciliação e Julgamento na cidade de Guarabira. As possibilidades de pesquisa nos documentos/processos são enormes quanto ao leque de temas possíveis.

OS PROCESSOS

A massa documental disposta no Núcleo de Documentação Histórica (NDH-CH/UEPB) ainda encontra-se em processo de higienização e organização, mas já dispomos de mais de 400 processos limpos e cadastrados na base de dados[7], e com eles já podemos observar características que esses processos carregam em si.

Inicialmente, pode-se retirar vários perfis desses documento/processos. Contudo, citaremos um exemplo, dentre outros dos vários acontecimentos que foram registrados pelos trabalhadores que procuraram a junta de conciliação para reclamar seus direitos, de modo a ilustrar as possibilidades de se construir e analisar o documento/processo trabalhista como fonte de pesquisa histórica.

Em determinadas sequências dos processos encontramos repetidas denúncia de trabalhadores rurais contra a usina Santa Maria localizada no interior da cidade de Areia. Até agora existem trinta e seis processos[8] mapeados que foram movidos pelos trabalhadores contra essa usina só no ano de 1987. São inúmeras as questões que emergem desses processos, assim como são inúmeras as possiblidades de que essas fontes possam alicerçar uma pesquisa consistente sobre as relações trabalhistas entre empregadores e empregados na fábrica Santa Maria. E mesmo na caracterização dos processos – todos de demissões – as analises podem partir do contexto em que foram aplicadas, ou seja, as motivações demissionárias associadas ao contexto em foram executadas.

Ao consideramos a década de 1980, interregno em que boa parte dos processos foi acionada, teremos que considerar a produção de álcool no Brasil no final dos anos 80, período de transição política no País.

[7] Para acessar a base de dados do NDH-CH/UEPB digite: http://ndhch.com/blogger/. Lembrando que o site encontrasse ainda em fases de teste.

[8] Os processos mencionados são: 238/1987; 251/1987; 252/1987; 253/1987; 254/1987; 255/1987; 256/1987; 257/1987; 260/1987; 261/1987; 262/1987; 263/1987; 264/1987; 265/1987; 266/1987; 267/1987; 268/1987; 269/1987; 271/1987; 272/1987; 273/1987; 274/1987; 275/1987; 276/1987; 277/1987; 278/1987; 281/1987; 282/1987; 283/1987; 284/1987; 285/1987; 286/1987; 289/1987; 302/1987; 305/1987; 336/1987; 314/1987.

Sabendo que durante o regime militar, o Nordeste ganha um grande incentivo na produção de etanol pelo programa do Próalcool, em 1975, e com isso são feitos grandes investimentos nas usinas para a produção do álcool, a Paraíba foi um dos estados que ganham esses investimentos, no total foram nove usinas que concentravam a maior produção do álcool, e quatro usinas anexas que ajudavam na produção das usinas maiores, nos anos de 1980 essa produção sucro-alcooleira começou a sofrer gradativamente sua desestruturação, chegando ao seu fim em 1985, principalmente por conta da dívida externa que assolou a economia brasileira na década de 1980, com isso os investimentos são cortados[9].

É nesse contexto histórico que devemos observar o quanto de consequências existem para que, de alguma forma, as relações econômicas e políticas do estado tenham refletido diretamente na demissão coletiva desses trabalhadores rurais na região do Brejo paraibano, pois sem os investimentos as usinas que produziam o álcool não conseguiram manter sua produção. Essa preliminar contextualização nos remete a percepção dos dados dos documentos/processos sem o exclusivismo do que se tem escrito, ou seja, nos permite construir relações que auxiliam o pesquisador a trabalhar os documentos/processos trabalhistas de modo relacional e contextual.

As fontes documentais da justiça do trabalho nos fala de um todo e, ao mesmo tempo de um específico interrelacional, na medida em que o olhar do pesquisador busca auferir conclusões e inconclusões sobre um determinado assunto. Os documentos/processos nos dizem sobre os trabalhadores da Usina Santa Maria, nos apresentam uma demanda que, não necessariamente, está internalizada às conformações locais; esses processos nos revelam as nuances das questões levadas aos autos e nos permite perceber como o cotidiano dos trabalhadores pode ser revelado. São partes de um processo trabalhista e ao mesmo tempo fonte documental que revela os detalhes práticos da vivência de trabalhadores e patrões.

(IN) CONCLUSÕES

Segundo Karnal e Tatsch, "o papel aguenta qualquer ideia, sofre calado qualquer discussão e jamais se rebela contra a pena do autor, contra os dedos do digitador ou contra a tinta rápida da impressora" (KARNAL; TATSCH, 2013, p. 18). Sobre documentos judiciais,

[9] MOREIRA, Emilia et.al. **A visão dos atores sociais sobre a crise do emprego rural na zona canavieira da Paraíba.** Artigo consultado da revista ABET Associação Brasileira de Estudos do Trabalho. Volume 01 – nº 1-2, Jan/Dez 2001.

cada linha escrita pelo escrivão traz uma carga para o processo e o que ele deixa de escrever pode comprometer a analise final do processo, talvez por achar algo "menos importante" e considerar arbitrariamente as outras ocasiões.

Portanto, o resgate e a preservação desses documentos/processos nos permite redesenhar o cotidiano e a problemática dos trabalhadores, seja pelo mais importante – escrito pelo escrivão, seja pelo menos importante – omitido, mas, percebido pela interlocução contextual do documento com outras fontes.

As os documentos/processos nos revelam as múltiplas possibilidades de se perceber como foram construídas as relações entre trabalhadores e patrões, como a partir de um processo judicial, as querelas foram colocadas e escalonadas em decisões, mandados, indenizações, perdas, cumprimentos das Leis trabalhistas e até perseguições. As fonte documentos/processos da justiça do Trabalho cujo acervo encontra-se no Núcleo de documentação Histórica do Centro de Humanidades da Universidade Estadual da paraíba (NDH-CH/UEPB), podem multiplicar as possibilidades de se entender a história das relações trabalhistas no interior da Paraíba.

Os documentos/processos nos revelam uma relação de direitos e deverem em disputa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACELLAR, Carlos. Fontes Documentais: Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas.** 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

KARNAL, Leandro; TATSCH Flavia Galli. A memória Evanescente. In: PINSKY, Carla Bassaneze; LUCA Tannia Regina de. (orgs). **A história e suas fontes**. 1. ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto. 2013

MOMESSO, Luiz Anastácio. Os Arquivos de Trabalhadores e a Universidade. In: DABAT, Chistine Rufino. LIMA, Maria do Socorro de Abreu e (Orgs.). **O mundo dos trabalhadores e seus arquivos – Nordeste.** Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013. 61-78.

MOREIRA, Emilia et.al. **A visão dos atores sociais sobre a crise do emprego rural a zona canavieira da Paraíba**. Revista da ABET, V.I, Nº 1/2 – 2001, 40,65, 2001. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/abet/article/view/15425. Acesso em: 8 Abr. 2014.

OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. A Estrutura de um Arquivo da Justiça do Trabalho no Brejo Paraibano na Perspectiva de uma História Global do Trabalho. In: DABAT, Chistine Rufino. LIMA, Maria do Socorro de Abreu e (Orgs.). **O mundo dos trabalhadores e seus arquivos – Nordeste.** Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013. 105-135.

SCHMIDT, Benito Bisso; SPERANZA, Clarice Gontarski. Acervo do Judiciário Trabalhista: luta pela preservação e possibilidades de pesquisa. In: MARQUES, Antonio José; STAMPA, Inez Terezinha (Org.). **Arquivo do Mundo dos Trabalhadores:** coletânea do 2º Seminário Internacional o Mundo do Trabalho e seus Arquivos: memória e resistência. Rio de janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2012.

SILVIA, Fernando Teixeira da. Nem crematório de fontes, nem museus de curiosidades; por que preservar os documentos da justiça do trabalho? In: BIAVASCHI, Magda Barros; LÜBBE, Anita; MIRANDA, Maria Guilhermina (orgs.). **Memória e preservação de documentos: direitos do cidadão**. São Paulo: LTr, 2007, p. 31-52.

SC04. Formação de Professores
Almair Morais de Sá

ELITIZAÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Damaris Nobre Almeida[1]
Dorgival Golçalves Fernandes[2]

RESUMO
O presente artigo traz algumas considerações em torno da evolução da educação Brasileira entre o período colonial até o período da educação popular, também conhecido como Quarta República. Abordam-se ideias acerca da elitização e democratização da Educação Brasileira. O referido tem como objetivo geral elencar discussões acerca dos marcos históricas ocorridos na educação brasileira entre o período colonial até o período quarta república e tem como objetivo específico compreender os processos evolutivos da educação brasileira entre o período colonial até o período da educação popular. Para isso a metodologia utilizada foi um estudo bibliográfico, onde foram apresentadas discussões a respeito da educação brasileira nesse período de tempo, já citados acima, a partir da visão de alguns teóricos. Após o estudo realizado concluiu-se que durante o período Colonial, Imperial, Primeira República, Segunda República, Estado Novo e Quarta República, ocorreram muitas mudanças na educação Brasileira. Durante o período colonial e imperial a educação Brasileira era reservada apenas para a elite, com o surgimento de ideias sobre a democratização da educação, que começou na primeira República, a educação passou a ser gratuita obrigatória e para todos.
Palavras-Chave: Educação; História; Ensino.

INTRODUÇÃO

O presente artigo traz algumas considerações em torno da evolução da educação Brasileira entre o período colonial até o período da educação popular, também conhecido como Quarta República. Abordam-se ideias acerca da elitização e democratização da Educação Brasileira. Assim compreende-se que a educação elitista é um processo que exclui a maioria e forma a minoria. O acesso à escola era dificultado ao pobre, assim restava apenas uma pequena elite que tinha acesso à educação. Vale ressaltar que não era toda a elite que tinha acesso a educação porque a mesma era exemplo de poder e sabedoria por isso as mulheres e os primogênitos, durante muito tempo da história educação, não podiam estudar, com isso surgiu no campo educacional desigualdades educacionais provocadas por desigualdades socioeconômicas. A educação era um privilegio onde poucos desfrutavam.

[1] ALMEIDA, Damaris Nobre. Graduanda em Pedagogia. damarisnobre@gmail.com
[2] FERNANDES, Dorgival Golçalves. Doutor em educação.

O estudo tem como objetivo elencar discussões acerca dos marcos históricas ocorridos na educação brasileira entre o período colonial até o período quarta república. A metodologia utilizada foi um estudo bibliográfico, onde foram apresentadas discussões a respeito da educação brasileira nesse período de tempo, já citados acima, a partir da visão de alguns teóricos. Os autores que deram aporte teórico a este estudo foram: Pilleti (1991), Aranha (2006), Rodrigues (1986) e Paiva (1973).

1. ELITIZAÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A educação brasileira teve início no período colonial que vai de 1549 a 1822, sendo administrada pelos jesuítas. A educação no período colônia era voltada para a formação da elite. Em 1549 começa o processo de colonização no Brasil e para este chega ao Brasil o primeiro governador Tomé de Sousa. A coroa portuguesa e a igreja começam a colonizar e catequizar os índios, proporcionando a expansão da fé.

Os jesuítas faziam o trabalho de ensinar a ler e a escrever aos índios, colonos, pobres e colonizadores, com o objetivo de encontrar nos índios alguma vocação sacerdotal. Os jesuítas perceberam a dificuldade para converter os índios à fé católica, eles tinham que ensiná-los a ler e a escrever ao mesmo tempo. No ensino das primeiras letras, os jesuítas mostravam capacidade e eram responsáveis pela educação dos filhos dos senhores de engenho, dos colonos e dos índios, com isso eles iam aprendendo toda uma cultura dominada pelos jesuítas, uma cultura voltada para atender seus interesses. Os jesuítas impuseram sua cultura sem respeitar a cultura local, o papel desenvolvido por eles possibilitou que culturas inteiras fossem esmagadas sendo substituída por sua cultura.

Os jesuítas espalharam-se por todas as regiões do Brasil e em 1759 foram expulsos porque o seu ensino tradicional já não servia, precisava-se outra formação para o povo.

A educação elitista é um processo que exclui a maioria e forma a minoria, ou seja, é para formar a elite, o sujeito negro é excluído do processo de ensino, é proibido de receber qualquer tipo de educação, os índios ficaram apenas com a catequização. O acesso a escola era dificultado ao pobre, assim restava apenas uma pequena elite, não era toda que tinha acesso a educação porque a mesma era poder de sabedoria, por isso as mulheres e os primogênitos eram proibidos de estudar, com isso surgiu no campo educacional desigualdades educacionais, provocadas por desigualdades socioeconômicas. A educação nesse sentido era um privilégio onde poucos desfrutavam.

Com a expulsão dos jesuítas foram criadas pelo Marquês de Pombal as aulas régias e avulsas para substituir a escola dos jesuítas, essas aulas eram ministradas em função do rei, agora era do interesse do rei formar cidadãos obedientes a ele e não a igreja. Essas aulas eram autônomas e isoladas, tinham, um único professor e esses eram leigos, ou seja, professores que não tinham uma formação.

A educação no período colonial foi voltada exclusivamente para a elite, formando assim uma verdadeira elitização no campo educacional, não existia democratização nesse período porque a educação não era uma necessidade do povo.

> A educação pouco podia contribuir para a ascensão dos membros daquela formação social; não existiam tão pouco grandes possiblidades de participação política para qual a educação pudesse ser importante, além da religião, poucos eram os motivos que ativavam em favor de desenvolvimento do ensino (PAIVA, 1973, P.38).

A educação no período imperial teve início em 1822 e foi até 1889, estava voltada para a formação das elites dirigentes. Com a vinda da família Real para o Brasil o governo preocupou-se com o ensino secundário e superior. O Brasil passou por muitas modificações no campo da educação e foram criadas muitas instituições de ensino.

D. João VI instalou no Brasil uma biblioteca contendo milhares de exemplares, isso possibilitou uma melhoria no sistema educacional, a biblioteca ficava aberta para todo o público, notificou também o ambiente cultural no Brasil, abrindo os portos brasileiros permitindo o tráfego de navios de todas as nações, atraindo para o Brasil um grande número de intelectuais estrangeiros que possibilitou a criação de cursos superiores.

Todas as instituições implantadas por D. João VI serviram apenas para a elite que tinha como objetivo formar uma elite dirigente brasileira. a educação além de ser restrita as elites não permitiam que negros e mulheres tivessem acesso a educação escolar.

A expulsão dos jesuítas se deu com a reforma pombalina, que significa o sistema publico de ensino em Portugal e a aulas avulsas, aulas régias no Brasil. A reforma pombalina tinha como objetivo transformar a educação de Portugal, tirando do comando da igreja e colocando nas mãos do governo. Portugal não deixava o Brasil comercializar com outros países, Portugal comprava produtos a preços baixos no Brasil e vendia para outros países por preço muito altos.

Com a vinda da família Real para o Brasil, ela vai tentar construir algo muito parecido com Portugal, para que sua elite possa usufruir de todo conforto e status que tinha em

Portugal. A família Real vai investir na formação de seus membros e para isso vai criar cursos superiores e médios para organizar a educação da elite.

A educação no império mostrou o descaso para com a formação do povo, o ensino primário era organizado pelas províncias que não tinham interesse na formação dos pobres, esse ensino não era importante para a corte, pois não havia necessidade do ensino primário para cursar o secundário. Também houve um grande descaso em relação ao ensino profissional, não existiam incentivos por parte do governo para investir na qualificação dos professores, por isso eles eram escolhidos para exercer o cargo a partir de alguns princípios: eles tinham que ser maiores de idade; ter capacidade; ter uma boa conduta moral e geralmente eles tinham que prestar algum tipo de favor ao Estado.

O ensino secundário tinha como objetivo preparar os estudantes para ingressarem nos cursos superiores, sendo que estes eram compostos por aulas soltas sem organização de conteúdos.

A educação no tempo imperial não investia na classe trabalhadora porque o Brasil tinha que pagar juros a divida externa com a Inglaterra e também porque ela priorizava a educação para a formação dos intelectuais, com o objetivo de futuramente ter uma representação política, discriminando o trabalho manual, acreditava-se que o enriquecimento do país só seria possível mediante o uso do trabalho intelectual.

O método Lancaster, caracteriza-se pela escolha de um aluno, o mais desenvolvido da sala, para ensinar um grupo de dez alunos, era uma espécie de monitor, um auxílio para o único professor existente na sala de aula. isto para suprir a falta de professores, havia um único docente para ensinar os alunos a ler, escrever e fazer cálculos.

Embora o Imperador desejasse tornar a educação acessível a todos, não foi possível, nem mesmo com o decreto das leis, pois, elas ficavam só no papel, não eram colocadas em prática, devido não haver recursos suficientes para os professores trabalharem em sala de aula. as escolas eram separadas uma para meninas e outra para meninos, só em 1880 que se transformou em escolas normais.

A preocupação, nesse período imperial, era que os estudantes passassem para o ensino superior mesmo com o primário e secundário sem muito aproveito. Para ingressar no ensino superior, o aluno comprovava a idade e fazia um exame de aptidão exigido e se aprovado já poderia ingressar no ensino superior.

O período Primeira República teve início em 1889 até 1930, também chamada Republica do Café, Republica Velha, é iniciada com a promulgação da constituição Republicana.

Na primeira República o poder passa a ser exercido pelo povo através dos seus representantes, agora o povo vai poder participar da estrutura de poder do país. Com isso surge no Brasil a necessidade do povo ser escolarizado, primeiramente por causa da democratização, porque o povo vai ter participação na política, assim eles precisam ter um mínimo de conhecimento para escolher seus represente. Segundo porque o modo de economia passa a ser a industrialização e o operador precisa ter conhecimento para manusear as máquinas. Em terceiro porque com a urbanização do país o povo precisa ter um mínimo de conhecimento da leitura para poder desloca-se dentro da cidade. Por isso a republica foi marcada pelo período da democratização, urbanização e industrialização.

A primeira República foi comandada pelos republicanos, jovens de classe média, estudados e pelas oligarquias, pessoas que tinham o poder, um governo de poucos. Os ideais republicanos tinham muitos projetos para o Brasil como a federação democrática e a independência cultural que foram frustadas as vésperas da Revolução de 1930, o preço do café ficou muito baixo e surgiu a crise econômica no Brasil.

> Vários fatos contribuíram para a frustação do ideal democrático: só podiam votar os maiores de 21 anos do sexo masculino; as eleições eram fraudadas, para manter sempre o mesmo grupo no poder, atas eleitorais eram falsificadas, a mesma pessoa votava diversas vezes (PILETTI, 1991, P. 189).

A revolução de 30 foi um grande marco na primeira República porque ela buscou construir um Estado que pensasse, organizasse e trabalhasse para instalar o país industrial, urbano e democrático, a partir dessa revolução o Brasil entra na modernidade. Com a revolução de 30 separa-se religião e política. Getúlio Vargas foi o principal comandante dessa revolução, ele foi o presidente provisório de 1930 a 1934, o povo conquistou o direito do voto para ambos os sexos.

Em 1934 quando Getúlio Vargas passa a ser um governo eleito pela assembleia constituinte, ele elabora a constituição de 1934, a partir dessa constituição a educação passa a ser um direito de todos estabelecendo assim a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino do primeiro grau. “Gratuidade e obrigatoriedade aparecem juntas pela primeira vez na constituição de 1934, que em seu artigo 150 institui o ensino primário integral gratuito e a frequência obrigatória, extensiva aos adultos” (PILETTI, 1991, P.190).

Apesar de ser um direito do cidadão o acesso a educação, não havia vaga para todos estudarem na educação infantil, porque a demanda era muito grande e a educação infantil ficava a cargo dos municípios e não do Estado. A liberdade do ensino permitia que a educação funcionasse tanto a cargo do estado quanto a cargo do setor privado, permitindo o direito para que cada escola desenvolvesse uma dinâmica própria, onde cada professor poderia se expressar de forma que não prejudicasse a posição do outro, era preciso respeitar as diferenças dentro da sala de aula.

A partir da constituição de 1934 o Estado passou a investir na educação, o referido era obrigado a destinar recursos para manter os sistemas educacionais. No entanto, era preciso que as famílias também contribuíssem com a educação dos filhos, com estímulos para que eles vinhessem a ter um mínimo de interesse pelos estudos. Com a constituição de 1934 houve uma mudança quanto ao ensino religioso, este passou a não ser mais obrigatório.

Durante toda a Republica manteve a dualidade de sistemas educacionais, o governo federal se responsabilizava pelo ensino secundário e superior e o governo estadual se encarregava de manter o ensino primário e profissional que funcionava em péssimas condições. As universidades federais não tinham vagas suficientes para atender a demanda, isso dificultava que muitos tivessem acesso ao ensino superior.

> De um lado, o sistema federal, cuja preocupação era a formação das elites, através dos cursos secundário e superior; do outro lado, os sistemas estaduais, limitavam-se a organizar e manter a educação das camadas populares o ensino primário e profissional de forma bastante precária (PILETTI, 1991, P.192).

Nesse período ocorreram grandes mudanças no Brasil: a crise da política defendida pelas oligarquias, o crescimento da burguesia, o incremento da industrialização e da democratização. O ensino secundário não tinha identidade própria, ele funcionava apenas para preparar o aluno para ingressar no ensino superior, prepara-lo para vida social e profissional. Quanto ao ensino normal, este não permitia o acesso dos professores ao nível superior, eles teriam que limitar seus estudos apenas com o médio normal. O curso técnico profissional era destinado às camadas pobres. O ensino superior permaneceu com algumas escolas isoladas, que ficava a cargo do governo federal.

A partir de 1920 aparecia pela primeira vez a ideia de educação no Brasil como um sistema nacional, onde as instituições de ensino deveriam funcionar como um ensino todo organizado, sequenciado, um espaço que contemplasse a educação primária até o ensino superior. Três fatores contribuíram, nessa época, para desenvolver os debates acerca da

educação, foram os seguintes: A Fundação de Associação Brasileira de Educação (ABE), era um espaço onde os educadores se reuniam para debater os problemas da educação, o Jornal do Estado de São Paulo, que denunciava a situação caótica da educação no Brasil e as reformas educacionais da década de 20 que deu início a um novo modelo de educação.

As reformas estaduais da educação popular influenciadas pelas ideias da década de 20 procurou reformar o sistema de ensino, pretendia ampliar o número de escolas para atender a todas as pessoas que tivessem idade para frequentá-la as escolas deveriam se organizar de acordo com as características sociais da população que ela atendia, ela deveria ser organizada de acordo com o meio onde os discentes estavam inseridos.

Surgiram também as ideias modernas de educação destacando três tipos de escola: a escola única, que seria uma única escola estadual obrigatória e gratuita para toda a população; a escola do trabalho, que seria uma escola voltada para a formação do indivíduo na sua condição de trabalhador; e a escola da comunidade, que seria uma escola onde haveria a participação da comunidade, onde os alunos aprenderiam as regras, comportamentos e valores sociais.

Segundo PAIVA (1973) "os índices de atendimento escolar na primeira República mantiveram-se mais o menos no mesmo nível do império apresentando-se como um forte motivo para a mobilização observada a partir da primeira guerra na área da educação".

2. EFETIVIDADES DA DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

A segunda República estendeu-se de 1930 até 1937. A revolução de 30 foi um momento histórico para a entrada do Brasil no processo de industrialização da economia, passando a exigir mais mão-de-obra especializada. Esse movimento de 30 também foi muito importante para o processo de democratização da educação, que deixa de ser um privilégio da elite e passa a ser um direito de todos. Em 1930 pela primeira vez a democracia passa a ser exercitada, a educação como direito de todos, começa a ser, realmente, praticada.

A democratização surge com os Republicanos. Dois pontos importantes aconteceram no processo de democratização: a criação do Ministério da Educação, a partir de então começa a pensar a educação como sistema, agora tem-se um órgão que vai cuidar e beneficiar, em termos de educação, o povo. Outro ponto foi o caráter democrático que assume a constituição de 1934, um capítulo dedicado à educação, onde integra a educação em todos os Estados.

> A constituição de 1934 foi a primeira a incluir um capítulo especial sobre a educação, estabelecendo alguns pontos importantes: a educação como direito de todos; a obrigatoriedade da escola primária integral, a gratuidade do ensino primário; a assistência aos estudantes necessidades (PILETTI, 1991, P. 207).

Em 1931 surge pela primeira vez órgão federal central dedicado a promover a educação, a partir daí começa a pensar a educação brasileira enquanto um sistema que permite a continuidade dos estudos, juntamente com a constituição de 1934.

Em 1932 surge o manifesto dos pioneiros, é o primeiro importante documento feito a educação do Brasil, este foi liderado por homens que marcaram a educação no Brasil, sendo eles: Anízio Teixeira, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho. No documento eles relatam a precarização da educação no Brasil, apontam sugestões para melhorar a educação, argumentam que a educação tem primazia no Brasil, relatam que primeiro é preciso educar o povo para depois pensar na economia do país. Eles defendem uma escola gratuita para todos, deve ser mantida pelo Estado, deve ser de boa qualidade e defendem um único tipo de escola para todos. Para os pioneiros da educação não há democratização sem educação, no entanto, não há progresso do país sem democratização.

Um dos objetivos do manifesto dos pioneiros era a superação do caráter discriminatório e antidemocrático do ensino brasileiro, que destinava a escola profissional para os pobres e o ensino superior para a elite. Em relação ao ensino primário, secundário e superior o governo federal fica sendo responsável pela organização desse sistema de ensino.

O ensino secundário ganhou um caráter bem maior, além de preparar o aluno para o ensino superior, os alunos, agora, construíam conhecimentos que lhes eram úteis, aprendiam regras e comportamentos para viver em uma sociedade mais justa. Esse nível de ensino passou a ter dois pontos: um fundamental de cinco anos e outo complementar de dois anos.

O ensino superior passou a ser composto por diversos campos de saberes humanos, não haviam mais escolas isoladas de ensino superior.

> O ensino superior passou por importantes modificações a partir de 1930. Com a criação das primeiras universidades, superou-se a fase das escolas isoladas, de caráter marcadamente profissional. A criação da Universidade de São Paulo, em 1934, tornou-se possível graças aos Estatutos das Universidades Brasileiras (Decreto n° 19 851, de 14 de abril de 1931), atendia-se dessa forma, as reivindicações dos educadores que, principalmente a partir da década anterior, vinham insistindo na necessidade de se instituir o ensino universitário (PILETTI, 199, P.211).

O período do Estado Novo teve início no ano de 1937 até 1946. O grande marco nesse período foi o surgimento de uma nova constituição brasileira, a constituição de 10 de novembro de 1937. A orientação político-educacional para o mundo capitalista fica bem explícita em seu texto sugerindo a preparação de um maior contingente de mão-de-obra para as novas atividades abertas pelo mercado. Nesse sentido a nova constituição enfatiza o ensino pré-vocacional e profissional, marcando uma distinção entre o trabalho intelectual, para as classes mais favorecidas, e o trabalho manual, enfatizando o ensino profissional para as classes mais desfavorecidas. Assim, a constituição preconiza no artigo 129 que,

> O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever de Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais (BRASIL, 1937).

Por outro lado propõe que a arte, a ciência e o ensino sejam livres a iniciativa privada e a associação e pessoas coletivas públicas, tirando do Estado o dever da educação. Mantém ainda a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino primário, também dispõe como obrigatório o ensino de trabalhos manuais em todas as escolas normais, primárias e secundário, assim, a nova constituição determina no Artigo 130 que,

> O ensino primário é obrigatório e gratuito. A gratuidade, porém, não exclui o dever de solidariedade dos menos para com os mais necessitados; assim, por ocasião da matrícula, será exigida aos que não alegarem, ou notoriamente não puderem alegar escassez de recursos, uma contribuição módica e mensal para a caixa escolar (BRASIL, 1937).

Em 1942, por iniciativa do Ministro Gustavo Capanema, são reformulados alguns ramos de ensino. Estas reformas recebem o nome de leis orgânicas do Ensino, e são compostas pelos seguintes decretos-lei, durante o Estado Novo: o Decreto-lei 4.084, de 22 de janeiro, cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial- SENAI. O Decreto-lei 4.073, de 30 de janeiro, regulamenta o ensino industrial. O Decreto-lei 4.244, de 9 de abril, regulamenta o ensino secundário. O Decreto-lei 4.481, de 16 de julho, dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos industriais empregarem um total de 8% correspondente ao número de operários e matriculá-los nas escolas SENAI. O Decreto-lei 4.436, de 7 de novembro, amplia o âmbito Senai, atingindo também o setor de transportes, das comunicações e da pesca. O Decreto-lei 4.984, de 21 de novembro, compele que as empresas oficiais com mais de cem

empregados a manter por conta própria, uma escola de aprendizagem destinada a formação profissional de seus aprendizes. O ensino ficou composto nesse período por cinco anos de curso primário, quatro de curso ginasial e três de colegial, podendo ser na modalidade clássica ou científica. O ensino colegial perdeu o seu caráter propedêutico, de preparatório para o ensino superior, e passou a preocupar-se mais com a formação geral.

Outro Decreto foi o Decreto-lei 6.141 de 28 de dezembro de 1943, regulamentando o ensino comercial.

O período quarta República, ou República Nova estendeu-se de 145 a 1964, ficou conhecido também como período da redemocratização, porque a partir de então o país desenvolveu-se bastante. Houve um grande avanço da participação popular nas decisões do país, o nível de industrialização estava bastante acelerado, muitas pessoas saíram da zona rural para trabalhar na zona urbana, estas empregavam-se nas fábricas. As pessoas começaram a reivindicar seus direitos, por isso ocorre o movimento popular, as classes populares começavam a perceber que sua socialização dependia do nível de escolaridade.

Nesse período o Brasil teve eleições diretas para todos os níveis, desde vereador a presidente da República, apenas os analfabetos não podiam votar,

> Tratou-se de uma democracia limitada, com muitas restrições: o partido comunista foi posto em ilegalidade em 1947, apenas dois anos depois de sua legalização; os analfabetos não puderam votar; as desigualdades na distribuição de renda e da propriedade de terra tornavam quase impossível a participação dos mais pobres (PILETTI, 19911, P.217).

No campo educativo existiam poucas escolas e um número limitado de pessoas conseguiam estudar, apenas os alunos da elite, porque tinham acesso ao ensino secundário.

> No campo educacional, a participação popular também avançou: o ensino técnico profissional, ao menos legalmente, sua equivalência com o secundário; a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional promulgada em 1961 foi discutida durante treze anos no Congresso Nacional; desenvolveu-se intensa luta no sentido de ampliar o acesso a escola pública e gratuita; difundiram-se campanhas e movimentos de educação popular, especialmente de alfabetização de adultos, entre os quais destacam-se o Método Paulo Freire (PILETTI, 1991, P.218).

O grande avanço do sistema escolar brasileiro e da legislação educacional foi à obrigatoriedade e gratuidade do ensino fundamental e médio oferecido pelos Estados e Municípios, o ensino técnico profissional consegui sua equivalência com o secundário.

Muitos níveis de educação ainda não estavam articulados entre si, como a passagem do segundo grau para o curso superior, que ocorre através de exames de conhecimento, e a passagem do primário para o secundário, também requer exames de conhecimentos, com uma boa possibilita a aprovação dos discentes. Quanto ao ensino técnico profissional os alunos que concluíssem este, deveriam frequentar o ensino secundário, que tinha todos os privilégios, caso almejasse ingressar no ensino superior. A verdadeira equivalência só aconteceria com o surgimento da lei que ocorreu em 1961, que permitiu o ingresso no ensino superior para os alunos que concluíssem em qualquer nível de ensino.

A constituição de 1946 refletiu o processo de redemocratização do país, após a queda da ditadura Vargas. Em 1948 o Ministro Clemente Mariani apresenta a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, abrangendo todos os níveis, do primário ao superior, baseado em um trabalho confiado a educadores, o percurso desse projeto foi tumultuado e estendeu-se até 1961.

> Mais o assunto que mais empolgou o congresso e que mais agitou a opinião dos educadores foi à liberdade de ensino. Duas correntes radicalizaram suas posições: a dos defensores da escola pública, representada principalmente pelos educadores filiados ao movimento da educação nova, e a dos defensores da escola privada, ligados aos meios católicos (PILETTI, 1991, P.220).

A lei 4024/61, foi à primeira lei estabelecida pela LDB, que garantiu o processo educacional em todos os níveis, começando do primário até o ensino superior, garantindo assim, a igualdade de tratamento por parte do poder público tanto para os estabelecimentos públicos quanto para os privados. Caberia ao poder público instituir escolas de todos os graus, garantir a gratuidade do ensino primário, garantiu à família a escolha sobre o tipo de educação que deveria ser dada aos filhos. A lei estabeleceu que o ensino fosse obrigação do poder público em oferecê-lo a sociedade, estabeleceu que os recursos públicos deveriam ser aplicados no desenvolvimento dos sistemas públicos de ensino.

A organização do ensino fixado na LDB na Lei 4.2024/01 manteve da seguinte forma: em relação a estrutura ficou estabelecido que o pré-primário era destinado ao publico com idade de até sete anos, o primário teria duração de quatro anos, o médio teria duração de sete anos, sendo dividido em dois ciclos: o ginasial de quatro anos e o colegial de três anos. O ensino médio corresponderia ao ensino secundário, o técnico e o de formação de professores, estes apenas para exercer a função no ensino pré- primário e primário. Após concluir o ensino

médio o aluno teria direito de cursar o ensino superior, desde que fosse aprovado pelo exame. Quanto aos conteúdos curriculares, ficou estabelecido algumas disciplinas obrigatórias: português, História, Geografia, Matemática, Ciências e Educação Física.

A luta pela escola pública desenvolveu-se também nesse período, houve uma movimentação intensa dos sindicatos para que a educação fosse, realmente, um direito de todos, assim seria necessário aumentar o número de escolas públicas e gratuitas, porque as particulares eram exclusivamente restritas a determinadas classes sociais.

No período de 1965 a 1964 surgiram também movimentos da educação popular destinados a alfabetização de adultos, entre estes podemos destacar a campanha de alfabetização de adultos, onde estava sendo reivindicado orientações nos trabalhos de alfabetização e a participação do poder público em favor da campanha. Outro movimento liderado pela educação popular foi o movimento de Educação de Base, este foi liderado pela conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), onde eles reivindicavam a instalação de escolas radiofônicas. Também teve o movimento do Programa Nacional de Educação, este contava com a cooperação de diversos serviços em áreas diversas como as associações esportivas, entidades religiosas, empresas privadas, órgãos civis e militares, dentre outros.

A alfabetização de adultos foi baseado na utilização do sistema de Paulo Freire, onde o referido era coordenador do Programa Nacional de Educação (PNE). Paulo Freire, em seu método, mostra como os educadores devem lidar com as diferenças de gênero, de etnias, dentre outros. Trabalha a importância do fazer educação, baseado nas características do meio, trabalhava com as experiências vividas por cada sujeito dentro do seu meio, buscava uma educação comprometida com os problemas da comunidade, o local onde o povo vivencia experiências.

Paulo Freire observava o modo como as pessoas utilizavam as palavras, com isso ela estabelecia uma relação com estas utilizadas dentro da localidade de cada indivíduo e destas eram possível extrair as palavras geradoras, aquelas mais utilizadas no cotidiano dos sujeitos, essas palavras eram divididas me sílabas que formavam novas palavras. “A discussão das situações sugeridas pelas palavras geradoras permitia que o indivíduo se conscientizasse da realidade em que vivia e de sua participação na transformação dessa realidade, o que tornava mais significativo e eficiente o processo de alfabetização”. (PILETTI, 1991, P.226)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo bibliográfico realizado permitiu concluir que durante o período Colonial, Imperial, Primeira República, Segunda República, Estado Novo e Quarta República, ocorreram muitas mudanças na educação Brasileira. Durante o período colonial e imperial a educação Brasileira era reservada apenas para a elite, com o surgimento de ideias sobre a democratização da educação, que começou na primeira República, a educação passou a ser gratuita obrigatória e para todos. Mas, muitos avanços ficaram apenas no papel, a educação, apesar da constituição estabelecer como direito de todos, é pertinente destacar que pouco foi feito para que a educação, de fato, se tornasse um direito de todos. Outrossim, vale ressaltar que a educação é um direito de todos porém nem todos tem acesso aos mesmo conhecimentos e privilégios que determinados grupos sociais usufruem. Ainda existem na sociedade contemporânea desigualdades quanto um ensino de qualidade para todos os cidadãos brasileiros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, Maria Lúcia de. **História da Educação e da Pedagogia**: Geral e Brasil. 3ª edição, São Paulo: Moderna, 2006.

BRASIL, Constituição Brasileira, de 10 de Novembro de 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao37.htm. Acesso em 03/11/2012.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação Popular e Educação de Adultos**. 6ª edição, São Paulo, Loyola, 1973.

PILETTI, Claudino Nelson. **Filosofia e História da Educação.** 9ª edição. São Paulo: Ática, 1991.

RODRIGUES, Neidson. **Por Uma Escola Nova:** O Transitório e o Permanente na Educação. 5ª edição, São Paulo, Moderna, 2006.

A LEI 5692/71 E OS IMPACTOS SOBRE A EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA

Aliny Dayany Pereira de Medeiros Pranto[1]

RESUMO
O objetivo principal deste trabalho é refletir sobre os impactos da Lei 5692/71, também conhecida como reforma de 1º e 2º graus, sobre a educação básica brasileira. Além disso, buscamos perceber quais os principais prejuízos desse "projeto" educacional empreendido pelo regime militar brasileiro. As discussões aqui apresentadas são parte de uma pesquisa maior, ainda em desenvolvimento, que visa perceber a influência de anos de autoritarismo sobre as práticas pedagógicas daquele período e como elas ainda refletem nas salas de aula na contemporaneidade. Nesse momento, foi feito um levantamento bibliográfico e a análise da legislação em questão. Para nos subsidiar nas discussões sobre o fazer historiográfico optamos por utilizar as contribuições de Jacques Le Goff. E para pensarmos sobre a atuação no campo da História da Educação fizemos uso das concepções de Maria Helena C. Bastos.
Palavras-chave: História da Educação; Regime Militar; Lei 5692/71.

INTRODUÇÃO

Diante das inúmeras reflexões que vêm sendo feitas nesse ano, que marca os cinquenta anos do golpe militar no Brasil, aproveitamos para pensar os efeitos desse acontecimento político e, sobretudo da lei 5692/71, para a educação brasileira. O objetivo desse trabalho é refletir sobre os impactos dessa legislação sobre a educação brasileira e quais os principais prejuízos desse "projeto" educacional.

É importante destacar que não buscamos resgatar ou trazer os fatos do passado tal qual aconteceram. Isso porque, entendemos que a História trabalha com fragmentos do passado e os utiliza, de forma crítica, numa tentativa de compreender, de dar sentido a uma determinada realidade, numa época específica, partindo de inquietudes e anseios do presente, como percebemos na fala de Jacques Le Goff:

> A história recolhe sistematicamente, classificando e agrupando os fatos passados, em função das suas necessidades atuais. É em função da vida que ela interroga a morte. Organizar o passado em função do presente: assim se poderia definir a função social da história' (LE GOFF, 1999, p.438).

No caso deste trabalho especificamente, o que motiva pensar as mudanças ocorridas na educação a partir da reforma educacional de 1971 é a busca por um questionamento mais amplo: o que faz com que nossos alunos tenham, até hoje, grandes dificuldades para criticar, questionar, quebrar com as formas tradicionais? Nesse sentido, este artigo é parte de um

[1] SEMEC/Parnamirim - Faculdade Maurício de Nassau

projeto maior que visa perceber uma relação entre os anos de autoritarismo no Brasil e a construção de uma escola acrítica, que mesmo na contemporaneidade ainda não consegue, muitas vezes, romper com o tradicional e formar para a cidadania.

Estando a pesquisa em fase inicial de desenvolvimento, optamos por trabalhar aqui com um levantamento bibliográfico, que nos aponta, nos dá pistas sobre os impactos sofridos na educação brasileira a partir da lei 5692/71. Por tratar da educação e estar focada num determinado período histórico, situamos esta produção no campo da História da Educação, considerando todos os desafios de se produzir nessa área, conforme nos mostra Bastos:

> A escrita da História da Educação e seus usos representa um desafio que permite avançar a ação educativa e a enfrentar questões do presente, da memória e dos "lugares" de produção socioculturais. (BASTOS, 2011, p. 427).

Para que possamos compreender melhor os impactos da lei 5692/71, também conhecida como reforma do ensino de 1º e 2º graus, é importante contextualizar o cenário que permitiu a criação de tal legislação. Em 1964, em meio à crescente "ameaça comunista", com o exemplo de Cuba e da guerra fria entre Estados Unidos e União Soviética, setores conservadores da sociedade brasileira, como alas da Igreja Católica, parte da classe média e das Forças Armadas, com apoio norte-americano impuseram um golpe de Estado em nosso país. Esse momento já vinha sendo adiado desde os anos 1950 e agora, com as reformas de base do então presidente João Goulart, era posto o cenário perfeito para uma intervenção militar, sob a justificativa de combate ao comunismo e manutenção da ordem.

Com o golpe militar de 1964, todos os setores da sociedade brasileira foram diretamente afetados e a educação não tardaria a sê-lo também. Desde o início, havia a expectativa de criação, aliás, retorno, de disciplinas voltadas ao civismo. Digo retorno, visto que estas já haviam existido num passado não muito distante, durante a década de 1930 e 1940 com o Estado Novo e extintas com o seu fim como nos mostra Luiz Antônio Cunha: "A derrubada do Estado Novo, em 1945, e a nova Constituição, promulgada em 1946, aboliram a educação moral e cívica..." (CUNHA, L. A; GÓES, M., 1999, p.73).

Diante desse anseio, já em 1966 o então general Castelo Branco estabeleceu um decreto lei orientando o Ministério da Educação a motivar o ensino de tal disciplina e ainda estabeleceu seu objetivo principal, como vemos a seguir:

> Em março de 1966, apesar da resistência, um decreto de Castelo Branco determinou que o Ministério da Educação estimulasse, em todo o país, a educação cívica.(...) O papel da nova disciplina seria preencher o "vácuo ideológico" deixado na mente dos

> jovens, para que não fosse preenchido pelas "insinuações materialistas e esquerdistas (CUNHA, L. A; GÓES, M., 1999, p.73 - 74)

Mas, conforme veremos adiante, não foi suficiente apenas motivar o desenvolvimento da disciplina, visto que sua implementação ficava a cargo de professores e diretores, que, na maioria das vezes, não fizeram questão de pô-la em prática. Diante disso, novo decreto foi lançado, o nº 869, e dessa vez não sugeria, do contrário, impunha a criação da disciplina educação moral e cívica.

> (...) baixado o AI-5 em dezembro de 1968 e deposto o vice-presidente Pedro Aleixo, em setembro do ano seguinte a Junta Militar que ocupou a Presidência da República deixou um decreto-lei (nº 869) resultante de um grupo de trabalho da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, determinando que a disciplina educação moral e cívica deveria, obrigatoriamente, integrar os currículos escolares de todos os graus e modalidade do sistema de ensino do país. (...) Seria ministrada do curso primário ao superior, inclusive na pós-graduação. No ensino superior, ela seria mascarada de Estudos de Problemas Brasileiros. (CUNHA, L. A; GÓES, M., 1999, p. 75)

Como é possível perceber, desde o início do Regime Militar houve uma preocupação com a educação (ou doutrinação) brasileira, tanto em nível de educação básica, como superior. Porém, no que se refere à educação básica, os maiores comprometimentos ainda estavam por vir.

Em 1971, no auge do recrudescimento do regime, sob o governo do general Emílio Garrastazu Médici e acessoria do seu ministro da educação Jarbas Passarinho, fora criada a lei 5692/71. Anteriormente, tivemos a reforma universitária em 1968 e uma série de decretos voltados para a educação básica.

Desde o início, ficava clara a parceria firmada entre o governo brasileiro e a proposta educacional norte-americana, aliás, segundo Marilena Chauí, a lei 5692/71 foi fruto dessa aliança, que surgiu anos atrás a partir dos acordos Mec-Usaid, como vemos a seguir:

> A reforma do ensino no Brasil liga-se a um projeto: o do esquecido Mec-Usaid. A proposta de reforma educacional não nasceu autodeterminada pelo país, veio sugerida do exterior. E o projeto Mec-Usaid assentava-se em três pilares: educação e desenvolvimento, educação e segurança e educação e comunidade. (CHAUÍ, apud, PILETTI, N.; PILETTI, C., 2008, p. 213).

Em contraste à LDB de 1961, que passou treze anos para ser aprovada, a lei 5692/71 foi rapidamente votada e aprovada pelo Congresso, sem qualquer discussão com a sociedade, com os educadores ou com os estudantes, conforme aponta Piletti:

> A sessão conjunta do Congresso Nacional que aprovou a reforma durou apenas duas horas e meia e discursaram somente quatro deputados. Que diferença em relação à Lei nº 4024/61, que por treze anos foi discutida pelo Congresso e pela sociedade! (PILETTI)

1. A PROFISSIONALIZAÇÃO COMPULSÓRIA.

A partir da reforma educacional de 1971, o ensino primário, que tinha duração de quatro a seis anos, e o ginásio foram unificados, passando a se chamar 1º grau. Nessa etapa o foco era a formação geral, não havia orientação obrigatória para a formação profissional. Esta ficaria voltada para o ensino de 2º grau, que agora tinha duração de três a quatro anos e passara a ser obrigatoriamente profissionalizante. Tais medidas estavam coerentes com o projeto desenvolvimentista do governo naquele período. Pensando nas necessidades do mercado o governo constrói equipes que deveriam colocar em prática esse projeto educacional, como vemos a seguir na fala de Ramos:

> No período que se inicia com o golpe civil-militar de 1964, observamos predominar a preocupação com o atendimento, pelo ensino, das demandas criadas pelas transformações do sistema econômico. Motivado pela perspectiva do "milagre econômico" e pelo projeto "Brasil como potência emergente", num quadro de concentração de capital, internacionalização da economia e contenção de salários, especialmente a formação técnica assumiu um importante papel no campo das mediações da prática educativa. Em 1965 é criada a Equipe de Planejamento do Ensino Médio (Epem) no âmbito do Ministério da Educação. Sua existência é paralela ao Programa Intensivo de Formação de Mão de Obra (PIPMO), desenvolvido pelo Ministério do Trabalho. (RAMOS, 2011, p. 232)

O caráter obrigatório da profissionalização do 2º grau estava em plena consonância com o perfil e com os objetivos do regime militar. A começar por ser imposto a todos. Ao estudante já não cabia escolher, optar pela formação geral ou pela profissionalização. Mesmo os que desejassem fazer vestibular deveriam passar pelo ensino técnico, podendo somente escolher entre cursar em três anos e ser auxiliar técnico, ou em quatro e ser técnico.

Além disso, a profissionalização compulsória demonstrava a visão do governo em relação à educação, concebendo-a de forma diretamente vinculada à produção capitalista:

> A Lei n. 5.692, de 11/08/1971, colocou como compulsória a profissionalização em todo o ensino de 2º grau. Essas medidas foram significativas da prática economicista no plano político que, concebendo um vínculo linear entre educação e produção capitalista, buscou adequá-la ao tipo de opção feita por um capitalismo associado ao grande capital. (RAMOS, 2011, p. 233)

Como toda imposição, esta também instigaria a imaginação dos insatisfeitos em buscar formas de burlar a lei. E não tardou para que isso ocorresse. Não somente por não concordar, mas também por não disporem de recursos materiais e humanos necessários para o desenvolvimento de um curso técnico, várias escolas passaram a "maquiar" seus supostos cursos profissionalizantes.

> (...) o sistema educacional brasileiro não seria capaz de implantar, mesmo gradualmente, uma transformação desse tipo, por absoluta falta de recursos humanos e materiais. Ademais, veriam não ser possível para as escolas oferecerem habilitações profissionais conforme as mudanças da economia na região onde se localizavam. (...) As escolas particulares, ciosas dos interesses imediatos de sua clientela, inventaram a profissionalização do faz-de-conta; já que seus alunos estavam interessados mesmo era no curso superior, fantasiavam de "curso técnico de análises clínicas" o currículo das turmas orientadas para o vestibular de medicina; "tradutor-intérprete", para os de letras; "mecânica", para os de engenharia, e outras "soluções" dessa ordem. (CUNHA, L. A; GÓES, M., 1999, p. 67)

Muitos foram os absurdos surgidos nesse período para dar conta do ensino profissionalizante, conforme nos aponta Marilena Chauí:

> É corriqueiro que dentistas ou advogados ministrem curso para formar 'office-boys' em regiões onde a oferta de trabalho se concentra em tarefas agrícolas ou em pequenas indústrias do tipo olaria. Ou que o radioamador local dê aulas de eletrônica e, na falta de instrumentos, limite-se a mostrar gravuras aos alunos. (CHAUÍ, apud, PILETTI, N.; PILETTI, C., 2008, p. 213)

Com aquele modelo de educação profissional os generais militares buscavam a formação de mão-de-obra executora (não criadora) para o mercado de trabalho, fazendo com que o país avançasse do ponto de vista tecnológico, e resolvesse o problema do desemprego. No entanto, o resultado foi justamente o contrário.

No que se refere ao balanço feito acerca da educação profissionalizante a partir da lei 5692/71, Luiz A. Cunha afirmou que "Voltamos ao ponto de partida piores do que estávamos. As escolas públicas de 2º grau foram desorganizadas, seus currículos transformaram-se num amontoado de disciplinas (...)" (CUNHA, L. A; GÓES, M., 1999, p.71).

2. AS LICENCIATURAS CURTAS E A (DE) FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Além de todos os problemas surgidos a partir do ensino profissional compulsório, outro ponto bastante criticado da reforma educacional de 1971 refere-se às licenciaturas curtas. Essas licenciaturas seriam cursos de nível superior de curta duração, que formariam

professores de núcleos de ensino, como Estudos Sociais, para atuarem em regiões com ausência de profissionais qualificados, conforme vemos no artigo a seguir:

> Art. 30 Exigir-se-á como formação mínima para o exercício do magistério: (...) b) no ensino de 1º grau, da 1ª a 8ª séries, habilitação específica de grau superior, ao nível de graduação, representada por licenciatura de 1º grau, obtida em curso de curta duração. ((BRASIL, **Lei 5692/71**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm>. Acesso em: 23 de abril 2014.)

No entanto, o que deveria ser uma solução provisória, pontual e para regiões distantes, teve efeito contrário, conforme nos aponta Chauí:

> 1) A licenciatura curta tende a tornar-se definitiva e a substituir a licenciatura longa; 2) o maior êxito numérico e financeiro dos cursos de formação de professores em Estudos Sociais (licenciatura curta) foi nos grandes centros urbanos do centro-sul, sobretudo São Paulo. (CHAUÍ, apud, PILETTI, N.; PILETTI, C., 2008, p. 214)

Assim, a lei 5692/71 garantiu a ampliação da formação de nível superior de baixa qualidade, habilitando para o magistério, profissionais com visões gerais sobre diversos temas e sem a bagagem necessária para a consolidação de uma educação de qualidade, crítica e ativa. Se pararmos para pensar, veremos que isso está em harmonia com o projeto de um governo que visava a implementação de disciplinas como Educação moral e cívica e que almejava a construção, ou manutenção, de uma população dócil, disciplinada e defensora do civismo e do patriotismo cegos. Como já apontava Marilena Chauí, um professor curto é: "curto em todos os sentidos: formado em tempo curto, a curto preço para a escola (mas alto para o estudante), intelectualmente curto." (CHAUÍ, apud, PILETTI, N.; PILETTI, C., 2008, p. 214).

Mas para aquelas regiões que não tivessem se quer esses professores "encurtados", havia ainda outras alternativas legais. Uma delas permitia que profissionais de outras áreas atuassem enquanto professores:

> Art. 78 Quando a oferta de professores licenciados não bastar para atender às necessidades do ensino, os profissionais diplomados em outros cursos de nível superior poderão ser registrados no Ministério da Educação e Cultura, mediante complementação de seus estudos, na mesma área ou em áreas afins onde se inclua a formação pedagógica, observados os critérios estabelecidos pelo Conselho Federal de Educação. ((BRASIL, **Lei 5692/71**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm>. Acesso em: 23 abril 2014.)

Outra alternativa legal era permitir que pessoas leigas, até mesmo com formação a nível de 1º grau, recebessem cursos intensivos e ensinassem em turmas de 1º grau[2], o que demonstra o caráter de total desqualificação dos professores e o consequente fracasso educacional.

3. A CRIAÇÃO DOS ESTUDOS SOCIAIS COMO ESTRATÉGIA PARA A PROMOÇÃO DO ENSINO NÃO CRÍTICO

Com a reforma do ensino de 1º e 2º graus, o governo militar explicitava sua visão de educação, de professor, de aluno: "A reforma de 1971 vem inovar as formas de controle e centralização do ensino." (FONSECA, p. 54, 2006). Seguindo essa lógica, cabia ao professor executar os planejamentos, orientações e diretrizes pré-estabelecidas e ao aluno cabia aprender, sem refletir, sem questionar. Seria isso possível?

E, diante dessas concepções de escola, professor e aluno, que é criada a área de ensino, ou disciplina a depender da particularidade do nível de ensino, intitulada Estudos Sociais.

Os Estudos Sociais absorveu a História, a Geografia elementos "de outras ciências humanas e disciplinas normativas, como OSPB e EMC". (FONSECA, 2006, p. 56).

A forma como essa área foi estabelecida e posta em prática foi diferente a depender da concepção de cada estado. Se observarmos no caso de Minas Gerais, conforme aponta Fonseca, ela se constituiu enquanto disciplina (Integração Social), que envolvia conceitos de História, Geografia e Orientação Moral e Cívica, de 1ª a 4ª série. De 5ª a 8ª série, era uma área do conhecimento que envolvia as disciplinas de História, Geografia, Organização Social e Política do Brasil e Orientação Moral e Cívica. Já no caso de São Paulo, por exemplo, a fusão de conteúdos das diversas disciplinas ocorre em todas as séries.

O que podemos perceber é que a criação de Estudos Sociais, seja como área ou como disciplina, tinha como objetivos centrais: anular as especificidades de cada área do conhecimento, promover a falta de reflexão por parte de alunos e professores e ainda propiciar o desenvolvimento de análises superficiais acerca dos problemas sociais, políticos e econômicos do Brasil, formando para o patriotismo e o civismo cegos.

A partir dessa proposta de ensino:

[2] Tal informação está presente no art. 77, parágrafo único, alíneas a e b, da lei 5692/71.

> (...) o governo (...) detém a função planejadora e os professores vão paulatinamente sendo desapropriados de sua função criadora." O Estado "retira daquele profissional a função de pensar. (...) O ato pedagógico de conhecer se resume, desta forma, a reproduzir, copiar, verbalizar, memorizar mecanicamente e acumular informações. (FONSECA, 2006, p. 63).

A escola de 1º grau era vista como mera reprodutora de conhecimentos. Na divisão dos conteúdos há a fragmentação destes, perdendo a noção de totalidade, que é a lógica da nossa sociedade do consumo. O aluno não estabelece relações e isso não favorece o senso crítico, nem a percepção do homem enquanto agente de transformação.

> Os homens – aspectos humanos – são tratados ora em termos de "população", "elemento" da paisagem cuja variação traz conseqüências para o ambiente, para como membros da "comunidade".(FONSECA, p. 67, 2006).

Os professores, conforme vimos anteriormente, pouco qualificados em virtude de suas formações "encurtadas", na maioria das vezes, reproduziam o programa encaminhado pelas Secretarias de Educação que no âmbito do ensino de História promoviam:

> O culto aos sujeitos históricos e a glorificação de suas ações constituem parte relevante do conteúdo de história nos programas de ensino (...) Muitas escolas, nesse período, exigiam um caderno especial de datas cívicas, onde os alunos prestavam sua homenagem aos heróis (FONSECA, 2006, p. 69).

Esse culto não é uma inovação da ditadura, já vinha sendo prestado desde o século XIX, embora tenha tomado novo fôlego e importância. Era uma tentativa de uniformizar o passado através de uma história oficial.

No que se refere à manipulação dos conteúdos, o maior problema ocorria nas séries iniciais do Ensino Fundamental, pois a formação desses professores (polivalentes) também era rápida, a nível de 2º grau e pouco reflexiva, fazendo com que eles aceitassem mais facilmente roteiros e programas pré-estabelecidos.

A História e a Geografia passam a ser vistas como disciplinas secundárias e dispensáveis. E o trabalho do professor era mecanicista, repetitivo, fragmentado e simplificador, o que impedia a construção de importantes conceitos históricos.

Nessa perspectiva de ensino, sobretudo ensino de História, de acordo com Selva Guimarães Fonseca, os portugueses, por exemplo, eram vistos como os civilizados, aqueles que coordenaram o processo civilizatório do país. A indústria era vista como o progresso e associada ao europeu. Os principais conceitos abordados, sem qualquer criticidade, eram os seguintes: constituição, nação, pátria, patriotismo e povo.

O objetivo era a uniformização do nosso passado e a conseqüente uniformização da população, cada um na sua devida classe social, em perfeita harmonia, numa organização quase de castas. Com isso, nós tínhamos: a civilização, o progresso, a República, a indústria, a unidade nacional e o conseqüente equilíbrio mundial, tão almejado por nações como os Estados Unidos, tendo este enquanto líder de toda essa ordem.

É possível notar, à luz das reflexões de Fonseca, que o regime militar buscava construir uma História homogênea, unificadora e acrítica:

> Dessa forma, através dos programas de ensino, dos livros didáticos, uma única imagem de história impõe-se ao silêncio da criança frágil e pobre do terceiro mundo. Não apenas sua voz é silenciada como sua história é excluída, o seu tempo presente e o seu passado separados; é uma construção "homogênea" evolutiva, logo o seu ritmo não lhe pertence. (FONSECA, p. 83, 2006).

O sujeito não agia, apenas recebia a influência de um passado, de um presente e provavelmente de um futuro que já lhes estavam postos, portanto, não adianta, nem era necessária, a contestação da ordem vigente.

4. O INCENTIVO À REDE PRIVADA DE EDUCAÇÃO E A TRANSFERÊNCIA DA RESPONSABILIDADE DA EDUCAÇÃO PARA AS EMPRESAS

Durante o regime militar, e com mais ênfase a partir de 1971, houve um crescente incentivo à rede de educação privada. Isso é evidenciado ao observarmos várias passagens da referida legislação. No artigo 56, por exemplo, a União torna-se responsável por garantir recursos para o programa de bolsas de estudo e os estados e municípios deveriam complementar tais recursos. Ou seja, ao invés de criar e ampliar o acesso à rede pública de educação, o governo optava por repassar recursos para a iniciativa privada.

Além disso, o artigo 63 possibilitava que ao longo do tempo as bolsas gratuitas de 2º grau fossem substituídas por bolsas sujeitas à restituição, em espécie ou através de trabalho, o que restringiria o acesso ao invés de ampliá-lo:

> Art. 63 A gratuidade da escola oficial e as bolsas de estudo oferecidas pelo Poder Público serão progressivamente substituídas, no ensino de 2º grau, pela concessão de bolsas sujeitas à restituição.
> Parágrafo único. A restituição de que trata este artigo poderá fazer-se em espécie ou em serviços profissionais, na forma de que a lei determinar. (BRASIL, **Lei 5692/71**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm>. Acesso em: 23 abril 2014.)

Além do incentivo à iniciativa privada de ensino, a legislação também previa a transferência da responsabilidade da educação de 1º grau para as empresas, visto que de acordo com a redação do artigo 47, elas eram obrigadas a manter ensino de 1º grau para seus empregados e para os filhos destes, podendo isso ser feito através de salário-educação.

> Art. 47 As empresas comerciais, industriais e agrícolas são obrigadas a manter o ensino de 1º grau gratuito para seus empregados e o ensino dos filhos destes entre os sete e os quatorze anos ou a concorrer para esse fim mediante a contribuição do salário-educação, na forma estabelecida por lei. (BRASIL, **Lei 5692/71**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm>. Acesso em: 23 abril 2014.)

A todo tempo a legislação foi deixando espaços abertos que permitiam a falta de compromisso com a ampliação da rede pública de educação e o incentivo ao desenvolvimento da iniciativa privada, o que não era nenhuma surpresa, pois como vimos desde o início, esse governo era parceiro dos Estados Unidos e compartilhava suas ideias desenvolvimentistas, sem uma preocupação maior com a distribuição de renda, com uma educação crítica ou com um pensamento libertador daqueles que eram oprimidos pela sociedade do capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer das discussões aqui traçadas nossa intenção não era esgotar o tema ou estabelecer conclusões definitivas. Do contrário, a proposta deste trabalho é iniciar um movimento de reflexão e possibilitar uma discussão acerca dos impactos sofridos pela educação brasileira a partir do golpe civil-militar e, sobretudo, a partir da Lei 5692/71.

O debate aqui proposto é apenas parte de um campo de pesquisa maior que busca compreender o porquê da nossa dificuldade em construir um ensino mais crítico, mais questionador e menos conteudista. Será que já superamos as marcas deixadas por mais de vinte anos de autoritarismo? Não cabe a nós responder a essa questão. Mas certamente nos cabe sentir certo incômodo com tal possibilidade.

Este ensaio, mesmo diante das limitações de uma pesquisa em andamento, buscou contribuir para a reflexão da nossa prática, nos percebendo enquanto sujeitos históricos e considerando as influências do nosso passado político e educacional recente para a nossa práxis na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, **Lei 5692/71**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm>. Acesso em: 23 de abril 2014.
CHAUÍ, Marilena. **Lei 5692, Ciências Humanas e ensino profissionalizante.** In: PILETTI, Nelson; PILETTI, Claudino. História da Educação. São Paulo: editora Ática, 2008.
FONSECA, S.G**. Caminhos da história ensinada.** Campinas: Papirus, 2006.
GÓES, M. ; CUNHA, L. A. **O golpe na educação.** Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1999.
LE GOFF, J. **História e memória.** Campinas: Unicamp, 1990.
PILETTI, Nelson; PILETTI, Claudino. **História da Educação.** São Paulo: editora Ática, 2008
RAMOS, Marise Nogueira. **O ensino médio ao longo do século XX:** um projeto inacabado. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena (orgs.) Histórias e Memórias da Educação no Brasil. Vol. III. Petrópolis: Vozes, 2011.
STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena (orgs.) **Histórias e Memórias da Educação no Brasil.** Vol. III. Petrópolis: Vozes, 2011.

O ENSINO NA PÓS-MODERNIDADE: LIMITES E POSSIBILIDADES

Maria de Lourdes Abrantes Sarmento
Rosemere Olímpio de Santana

RESUMO
O artigo em questão discute como o ensino é pensado no contexto pós-moderno, no entanto, aponta como ainda vivenciamos a prática escolar a partir de uma experiência moderna. Nesse sentido, se faz de suma importância analisar esse debate, uma vez que, inúmeros trabalhos já apontam o distanciamento do conhecimento escolar do cotidiano e vida dos alunos. Analisar como a mídia, a tecnologia e os discursos em torno das diferenças sócio-culturais são importantes para se pensar esse novo contexto é de fundamental importância para entendermos o contexto pós-moderno e o ensino.
Palavras-chave: Pós-modernidade. Modernidade. Ensino

ABSTRACT
The article in question discusses how teaching is thought in postmodern context, however, points to still experience the school practice from a modern experience. In this sense, it is of paramount importance to analyze this debate, since numerous studies already point the distance of school knowledge and everyday life of students. Analyze how media, technology and speeches around the socio-cultural differences are important to think about this new context is crucial to understanding the postmodern context and teaching.
Key-words: Postmodernism. Modernity. Education.

INTRODUÇÃO

O objetivo do presente texto é discutir acerca do ensino no contexto da pós-modernidade. Para tal intenta-se delimitar o conceito de pós-modernidade e pensar a representação do professor, do aluno e do ensino nesse contexto.

O pós-modernismo não é um conceito aceito por muitos estudiosos da sociedade. Para os que defendem o conceito entendem que a modernidade, colocou em suspeição os principais pilares que a sustentava. Entretanto, "O pós-modernismo não se limita a atacar os fundamentos do pensamento moderno" (Silva, 1999, p.114). Caracteriza-se, entre outras coisas pelo reconhecimento da impossibilidade de pretensão de verdades e pela exaltação da diferença e das descontinuidades.

Para essa nova discussão nada é imutável ou fixo consequentemente nenhuma percepção é única. "O pós-modernismo assinala uma mudança em direção a um conjunto de condições sociais que estão reconstituindo os mapas social, cultural e geográfico do mundo (...)" (Giroux, 1993 Apud Moreira, 1997, p.15). Os pós-modernos invalidam as metanarrativas e reconhecem que todo discurso é perpassado por relações de poder.

Se na modernidade optava-se pelas generalidades, no espaço pós-moderno prima-se pelas subjetividades. O pós-modernismo imprime uma verdadeira reconfiguração nas práticas e representações da sociedade. Não só o mundo mudou, mas os sujeitos também mudaram as necessidades e as buscas de cada indivíduo também.

Pretende-se, aqui, contemplar a influência dessa condição histórica no ensino, consequentemente refletir acerca do ensino no contexto da pós-modernidade. Essa nova realidade traz consigo um leque de possibilidades para a educação. Ao passo que exige uma série de mutações, para que esta se adéqüe as necessidades desta nova realidade.

1. ENSINAR E APRENDER NA PÓS-MODERNIDADE

Se com o advento da pós-modernidade houve transformações no contexto sócio-histórico, nas concepções de verdade, concomitamente o contexto epistemológico, o ensino precisa ser repensado em consonância com as novas subjetividades e necessidades dos sujeitos e do mundo. Caso contrário permanecerá obsoleto, visto que o ensino parece estar organizado nos moldes da sociedade moderna. Segundo Alburquerque (2010, p.03):

> A escola moderna foi ideada como uma instituição que deveria formar o cidadão burguês (...). A escola prometia preparar cidadãos, pessoas que amassem a pátria, que amassem a espécie, que estivessem dispostas a se sacrificar em nome do bem público, em nome de sua pátria, em nome da humanidade.

Nessa perspectiva os objetivos da escola moderna não coincidem com as nossas atuais demandas. Quem está em nossas salas de aulas não são burgueses ávidos por princípios cívicos, mas indivíduos diversos, com necessidades e especificidades próprias e somente a apreensão de ideais humanistas torna-se inútil para eles. A escola moderna desconsidera e ignora o Aprender a conhecer (pressupõe os processos cognitivos básicos para a construção de um saber crítico), o Aprender a fazer (abrange a mobilização dos saberes), Aprender a conviver(compreende a aquisição de atitudes indispensáveis para a convivência nas diferenças) e o Aprender a ser(referente a construção de capacidades como autonomia, interação e cooperação).

A muito para se repensar, inclusive a própria concepção de ensino, tendo em vista que "O modo como os professores entendem o que é ensinar afeta grandemente o que efetivamente fazem na sala de aula" (Hirst, 2001, p.65-66). É inviável repensar o ensino, sem antes repensar as próprias concepções que regem e norteiam a atividade de ensinar. Nossas

práticas partem de lugares de elaboração e de entendimento a respeito do que é ensino e aprendizagem.

Não há mais espaço para um ensino que transmite verdades e saberes prontos e acabados, visto que a pós-modernidade solapou o ideal de verdade e de certeza . Um ensino não questionador escraviza intelectualmente os alunos, porque o condiciona a aceitar dogmas e a não criar suas próprias representações.

Esse desajuste do ensinar deve-se principalmente ao fato de que "Nossas noções de educação, pedagogia e currículo estão solidamente fincados na Modernidade e nas idéias modernas" (Silva, 1999, P.111). Como conseqüência desses desajustes a instituição escolar padece de uma série de dificuldades, entre elas a perda de importância e significado para a sua clientela. Para Canário (2006):

> A construção de uma "outra" educação que represente uma saída positiva para as dificuldades atuais supõe a nossa capacidade de agir em dois sentidos que, já na aparência, são contraditórios. Por um lado, agir no sentido de superar a forma escolar, e, por outro, agir no sentido de reinventar a organização escolar, o que implica um terceiro eixo de ação, o de construir uma nova legitimidade para a educação escolar.

Nesse sentido, para o autor a grande questão que se coloca é a construção de uma nova educação, o que pressupõe a emergência de novas bases, objetivos e propostas. Essa reconfiguração deve se dar a partir da reinvenção da organização escolar, que pressupõe a busca de uma reforma nos pilares, na organização e nas articulações da instituição escolar. Para isso é preciso investir a educação de um novo sentido, que a legitime perante as nossas necessidades de nossa realidade. "Para recriar este novo sentido para o trabalho escolar, três orientações me parecem fundamentais: estimular o gosto pelo ato intelectual de aprender, aprender pelo trabalho e exercer o direito à palavra". (Canário, 2006, p.20).

A própria concepção do aluno de perceber a ser escola precisa sofrer mutações. Parte dos alunos vê na escola um espaço de um lugar de controle e de pesada responsabilidade e a atividade de estudar como algo extremamente penoso. No interior das salas de aulas parecem perder a curiosidade que lhes são peculiares.

Em uma sociedade fundamentada na diferença e nas múltiplas identidades é inviável um ensino articulado na homogeneidade, desconsiderando assim as alteridades, as diversidades e as diferenças. A escola tem se mostrado resistente a "Abrir-se para o outro, para o diferente, para o estranho, para o estrangeiro, para o não-sabido, o não-pensado, o não-

valorado" (Albuquerque, 2010, p.09). Tal instituição reluta em colocar em perspectiva o diferente, o singular.

Se a sala de aula é uma janela aberta para o mundo e para a sociedade e ambos são multifacetados, não faz sentido o currículo ainda silenciar as diferenças e as diversidades. Nesses termos, não faz sentido não falar sobre gênero, sexualidade, mulheres e índios e negros. "A espacialidade da modernidade e o espaço escolar insistem em ser como irmãs de sangue (...) que só buscam restringir o outro para longe de se território, de sua língua, de sua sexualidade, de seu gênero" (Skliar, 2003, p.45).

Um dos indicativos de necessidade de mudança de mudança da escola e do ensinar é o fato de que a pós-modernidade produziu novas identidades , novos sujeitos e novas demandas, consequentemente temos um novo tipo de aluno, com novos anseios, novas inquietudes e novas necessidades. A gênese desse novo aluno dá-se num mundo globalizado e tecnológico, consequentemente ele está muito mais próximo das mídias. De acordo com Green e Bigum (2009, p.214):

> Um novo tipo de subjetividade humana está se formando; que, a partir do nexo entre a cultura juvenil e o complexo recentemente global da mídia, está emergindo uma formação de identidade inteiramente nova. Descrevemos esse fenômeno, por enquanto, e com toda a dúvida devida, utilizando o termo 'subjetividade pós-moderna', compreendendo por isso uma efetivação particular da identidade social e da agência social, corporificadas em novas formas de ser e tornar-se humano.

A partir dessa assertiva, percebe-se que na pós-modernidade surge um novo tipo de subjetividade humana, consequentemente temos novas formas de "ser aluno" e isso requer novas formas de ensinar e aprender. Partindo do pressuposto de que essa nova subjetividade mescla cultura juvenil e mídia, o ensino que não contemplar esses fatores tornará insignificante para os alunos. Assim sendo, um currículo que não envolva a cultura juvenil e as mídias dificilmente será significativo para os jovens.

Percebe-se assim a emergência de um novo tipo de estudante, o estudante pós-moderno, com novas capacidades e necessidades. Essa conjuntura evidencia ainda mais a inadequação de um ensino pautado na mesmice, que não inova e nem descortina novos horizontes. A aquisição de novas características e novas particularidades, por parte do aluno, cria novas exigências para o ensino e consequentemente para o mestre.

Nesse contexto de mudanças, se faz necessário um professor com novas posturas e novas práticas. Um professor transmissor, que apenas reforça verdades, discursos e dogmas,

não saberá lidar com as novas capacidades e necessidades do estudante pós-moderno, nem tão pouco saberá lidar com as possibilidades que a atual realidade oferece. Não há espaço para um professor que não questiona nem elabora novos saberes.

O professor moderno disciplina, o professor pós-moderno provoca. O docente pós-moderno é atualizado e está sensível as mudanças que ocorrem no seu campo de atuação, visto que "O professor que não se atualiza, que não está a par com o que ocorre nesses contextos midiáticos, rapidamente se torna um professor obsoleto (...)"(Albuquerque 2010, P.11). Se o mundo está em constante transformação, a sala de aula não está abstraída de tais mudanças e o professor não pode ignorá-las.

Se na modernidade o professor era o centro no processo de ensino-aprendizagem e o aluno apenas um mero receptor, agora tudo isso se modifica. Agora, ambos são corresponsáveis nesse processo e o aluno não é mais considerado uma folha em branco que precisa ser preenchida. O professor não é mais o detentor de todos os saberes, o passo que aprende junto com o aluno. O educando possui conhecimentos e é capaz de criar suas próprias representações. "Revela-se crucial a capacidade de escutar e estabelecer formas de metacomunicação com os alunos (comunicação sobre os processos de aprendizagem) (Canário, 2006, p.69).

No atual contexto o docente tende a lidar com o desafio da incerteza e da complexidade em sala de aula, visto que surgem novas necessidades e novas urgências, calcadas na vivência pós-moderna. A figura do professor tende a se afastar daquele sujeito que tudo resolve e que detém todos os conhecimentos, pelo fato de que a cada instante, no seu espaço de atuação surgem novas experiências e consequentemente novos problemas que exigem novas atitudes do professor. "Mais do que um reprodutor de práticas, o professor tem de ser um reinventor de práticas, reconfigurando-as de acordo com as especificidades dos contextos e dos públicos". (Canário, 2006, p.68)

É preciso pensar outras formas de ser professor, condizentes com as demandas postas pela nova realidade. "Os professores e as professoras não podem ser vistos como técnicos ou burocratas, mas como pessoas ativamente envolvidas nas atividades da crítica e do questionamento, a serviço do processo de emancipação e libertação" (Silva, 1999, p.55). Assim, não cabe mais pensar o professor com um burocrata que aplica velhas técnicas em uma realidade recorrentes. Faz-se necessário um professor com intervenções criativas e inovadoras.

Fica clara a necessidade de ruptura, de transição e de mudança nas formas de ensinar. Se os sujeitos mudaram e a realidade também, a educação não pode ficar reféns dos velhos princípios e das antigas práticas. Não faz sentido o ensino permanecer articulado aos princípios de uma realidade obsoleta. O ensino precisa estar articulado a nossa condição pós-moderna, para atender as exigências sociais. "É a educação, por acaso, o império da mesmice e a desolação da alteridade" (Skliar, 2003, p.45).

2. A GUISA DE CONCLUSÕES PROVISÓRIAS

A partir do exposto fica claro que se faz urgente estabelecer novas formas de ensinar e de ser professor. É preciso primar por um ensino inovador e significativo; um ensino problematizador, contestador de certezas e de imposições. É necessário que o ensino que concede verdades e certezas seja substituído por um ensino que forneça dúvidas acerca do que é considerado natural, certo e bom.

A educação na pós- modernidade precisa privilegiar as alteridades, o estranho, o não-dito e o não- pensado. Dessa forma devem-se extirpar as homogeneidades e considerar as diferenças e descontinuidades.

Senão haver uma reconceptualização do ensino, no sentido de modificar as formas de ensinar, para que estas atendam as necessidades dos estudantes pós-modernos, a escola permanecerá obsoleta e estranha ao contexto da sociedade atual e ao universo dos alunos.

É inconcebível um currículo voltado para alunos que estão inseridos em uma sociedade diversificada e multifacetada ainda silenciar as diferenças, bem como um currículo direcionado a estudantes imersos na cultura digital ainda não inserir a informatização e a tecnologia no seu bojo.

No contexto educacional de nossa atual condição histórica se faz necessário que os professores assumam a postura de intelectual transformador, que questiona e confronta diversas abordagens.Essa novo contexto oportuniza novas possibilidades e dessa forma não deve ser visto como um aprisionamento e sim como m leque de possibilidades para a práxis pedagógica do professor.

Nessa nova realidade o ensino deve se voltar e abrir-se para o novo, para o improvável e descontínuo, pois é preciso sair dessa zona de mesmice que só leva a antigas práticas para trilhar novos caminhos e novas formas de aprender e ensinar, que garantam uma aprendizagem múltipla e dinâmica.

É imprescindível estar sensível para as novas configurações sociais tragas pela pós-modernidade, visto que estas reconfigurações atingem o ensino e as formas de ser professor e aluno.No entanto, só saber não basta, é preciso agir e transformar;Transformar o ensino no sentido de aproximá-lo com as demandas do contexto e dos alunos pós-modernos.

Se faz necessário criar novas possibilidades de ensino, ao passo que é urgente a emergência de novas propostas pedagógicas capazes de conceber novos princípios educativos capazes de entre outras coisas extirpar as raízes da pedagogia moderna, que insiste em habitar em uma educação de um mundo pós-moderno.

Ao passo que surgiu e surge novas demandas e dificuldades educacionais e pedagógicas, frente ao contexto pós-moderno, as práticas pedagógicas modernas não dão conta. Assim sendo, é importante que todos os professores invistam em novas possibilidades para no sentido de adequar o ensino as especificidades do nosso momento.

Ainda há muito a ser dito e pensado. Os debates sobre isso estão longe de terminar, se é que terminarão. Mas o importante é ter em mente que o ensino precisa passar por uma metamorfose, bem como praticar ações para concretizar esse ensejo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. Por um ensino que deforme: o docente na pós-modernidade. In: Áurea da Paz Pinheiro e Sandra C. A. Pelegrini. (Org.). **Tempo, Memória e Patrimônio Cultural**. 1 ed. Teresina: EDUFPI, 2010, v. 1, p. 55-72**..**

CANÁRIO, Rui. **A Escola tem futuro? Das promessas às incertezas.** Porto Alegre: Artmed, 2006

GREEN, Bill; CHRIS, Bigun.**Alienígenas na sala de aula**.In.: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). Petrópolis, RJ:Vozes, 2009.

HIRST, Paul. **O que é ensinar**. In.:Cadernos de História e Filosofia da Educação. Lisboa:v.6,2001.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa. **Currículo, Utopia e Pós-Modernidade.**In.:MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa. Currículo: Questões Atuais: Campinas, SP:Papirus,1997.

SILVA, Tadeu Tomaz Da. Documentos de Identidade: Uma Introdução às Teorias do Currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SKLIAR, Carlos. **A Educação e a Pergunta pelos Outros: Diferença, Alteridade, Diversidade e os Outros "Outros".**In.:Revista Ponto de Vista.n.05,Florianópolis:2003.

VASCONCELOS, José Antonio. **Quem Tem Medo de Teoria? A Ameaça Pós-Modernismo na Historiografia Americana.** São Paulo: Anablume, Fapesp, 2005.

SC05. Ensino de História
Maria Lucinete Fortunato

A FOTOGRAFIA COMO MÉTODO AUXILIAR NO ENSINO DE HISTÓRIA, UMA EXPERIÊNCIA PIBIDIANA

Suzane Leite de Morais[1]
Flávia Thais Morais Silva[2]
Rúbia Micheline M. Calvalcati[3]

RESUMO
O presente artigo visa mostrar o uso da fotografia como método auxiliar e inovador no Ensino de História, tendo como base a experiência adquirida a partir da oficina de fotografia que o PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência) proporcionou aos bolsistas, no qual ocorreram três módulos, tal oficina tinha como objetivo despertar a criatividade, fazendo assim, com que surgissem ideias construtivas para que os alunos integrantes do projeto PIBID possam dinamizar e diferenciar suas aulas quando estiverem atuando em sala de aula, já que este projeto visa desenvolver habilidades e qualificação profissional aos bolsistas. Desse modo, a fotografia poderá ser utilizada como ferramenta de auxilio para o professor de História no momento de transmitir o conteúdo para os alunos, pois essa é uma forma de chamar a atenção do educando por ser algo diferenciado, ou seja, a fotografia pode ser considerada como outro recurso didático além do livro.
Palavras-chave: Ensino de História; Fotografia; PIBID; Conhecimento Histórico.

INTRODUÇÃO

Este texto se propõe a refletir sobre as propostas que o PIBID, (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência) tem proporcionado aos bolsistas do programa em levar inovações à sala de aula para transmitir o conhecimento histórico, de forma a contribuir na sua futura capacitação profissional.

Entre essas oportunidades que tivemos por meio do PIBID foi justamente a oficina de fotografia, na qual podemos aprender técnicas de como fotografar e inserir a fotografia como um instrumento a ser utilizado em sala de aula. Ao considerar a eficácia da imagem no sentido de capturar o ambiente fotografado, notamos a possibilidade de essas imagens serem

[1] Autora, graduanda em licenciatura plena em História pela Universidade Regional do Cariri (URCA), bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência (PIBID). Financiado pela CAPES. Email: suzaneleitemorais@hotmail.com
[2] Coautora, graduanda em licenciatura plena em História pela Universidade Regional do Cariri (URCA), bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência (PIBID). Financiado pela CAPES. Email: flaviathaismorais@hotmail.com
[3] Orientadora, Professora Adjunta do Departamento de História da Universidade Regional do Cariri –URCA. E-mail:rubiamicheline@hotmail.com

trabalhadas em sala. Como maneira de dinamizar a aula e atribuir melhores possibilidades de memorização ao unir as ideias explicitadas pelo professor a algo concreto, no caso a imagem de uma paisagem por exemplo.

Assim, a fotografia poderá despertar o interesse dos alunos, já que é algo atrativo e pode provocar certa curiosidade no aprendiz a respeito do conteúdo. Portanto, contribui para que o educando assimile melhor os conteúdos trabalhados no ambiente escolar. Pois segundo Valesca Giordano Litz: "trazer novas abordagens e recursos para a sala de aula é uma alternativa para motivar os alunos a se interessarem pelo ensino de forma geral" (2009, p.14).

Vale ressaltar que para a construção desse trabalho foram analisadas fotografias inseridas nos livros didáticos, nas revistas e nos álbuns de família e a forma como esta ferramenta influencia na construção e compreensão de um conhecimento por parte dos alunos.

DESENVOLVIMENTO

O projeto PIBID (Programa Institucional de Bolsa de iniciação à Docência) do Curso de História tem proporcionado aos bolsistas oportunidades para desenvolvermos nossas habilidades e qualificação profissional. Pois tal projeto busca fazer com que os graduandos adquiram desde já, experiências em sala de aula. Isto porque, uma das atribuições do PIBID se volta para preparar acadêmicos licenciandos para o exercício da docência, sendo esta, portanto, a principal preocupação na execução do projeto em História e Meio Ambiente.

Como futuros professores de História iremos nos deparar com problemas ao trabalharmos o conteúdo. Sendo assim, é importante ter em mente que somente a formação acadêmica não é suficiente. Assim, ter-se buscado através de encontros semanais, discutirmos textos, além de oficinas e aulas de campo, tendo como tema central a questão ambiental, isso para que possamos adquirir uma sustentação tanto teórica quanto prática, para que possamos repassar estas informações para os alunos de algumas escolas da cidade do Crato- CE. Oito dos vinte e quatro bolsistas atuavam no projeto em parceria com o Colégio Estadual Wilson Gonçalves, localizado no Bairro Pimenta, na referida cidade.

Vale destacar que ensinar implica trocar conhecimentos, portanto, dar e receber. Digamos que ambas são metades da mesma moeda, uma vez que, segundo Paulo Freire: "não existe ensinar sem aprender", o saber dos professores não é somente aquele construído na docência, adquirido através de inúmeras leituras, anos de graduação e debates teóricos; mas sim um misto do que se aprende na Universidade com a experiência.

Dentre as oficinas oferecidas pelo projeto, uma delas foi à de fotografia, que consistia em três módulos. Tal oficina despertou o nosso interesse como bolsistas em utilizarmos esse recurso quando estivermos atuando no ambiente escolar. Acreditamos que esse recurso poderá chamar a atenção do aluno de forma positiva e, portanto, contribuir para o sucesso das aulas.

Sendo assim este trabalho pretende analisar a fotografia como instrumento pedagógico para o ensino de história e a importância desta para que haja um interesse e uma maior dinamização das aulas de História, tendo como base as experiências pibidiana, especialmente durante a oficina de fotografia.

Desse modo, a fotografia é uma ferramenta que se apresenta como possibilidade de auxílio para o professor nas aulas de História. A partir da utilização desse instrumento é possível que haja estímulos por partes dos alunos e, portanto, maior compreensão dos conteúdos.

> Em métodos que integram as questões pedagógicas e historiográficas, o uso de imagens possibilita a interpretação da história, em determinados períodos ou épocas, com uma riqueza de informações e detalhes sendo portanto, uma excelente fonte de pesquisa para o ensino história na atualidade (LITZ, 2009, p. 06).

Dessa forma, ao considerar que o professor deve utilizar de metodologias para que sua aula torne-se mais prazerosa e os alunos obtenham um maior rendimento escolar é necessário que ele use bons recursos didáticos. Um dos recursos possíveis que o educador pode recorrer é a fotografia, pois através desta, o educador conseguirá apresentar uma aula diferenciada e agradável. Assim, isto proporcionará uma maior atenção dos alunos, surgindo dessa forma um maior desenvolvimento intelectual.

Segundo BITTENCOURT (2004, pág. 75), "A importância das imagens como recurso pedagógico tem sido destacada há mais de um século por editores e autores de livros escolares de História". Ou seja, o professor de História tem cada vez mais procurado valorizar e utilizar o trabalho com a imagem.

Desse modo, é importante ressaltar que o educador em História, deve entender que ensinar não se trata de apenas transmitir conhecimento e sim criar possibilidades para que o aluno venha produzir e construir seu próprio conhecimento. Para que isso aconteça o educador deve estimular a curiosidade do aluno, ter sensibilidade em relação à realidade de seus alunos, respeitando os conhecimentos e experiências que eles trazem para a sala de aula.

Como forma de despertar o interesse dos alunos, os professores podem utilizar as fotografias de outros tempos, mas que os próprios educandos possuam em casa, seja em álbuns de famílias, em livros ou revistas e fazer com que eles tragam essas imagens para serem trabalhadas em sala de aula, pois como é algo de sua própria realidade isso proporcionará maior interesse e atenção à aula, já que eles irão interagir com os professores e colegas ao explicar a imagem que pesquisaram e ao se colocarem como personagens daquela história.

A partir das análises que podem ser feitas nas fotografias da família, o aluno poderá perceber as semelhanças e diferenças existentes entre o tempo passado e presente, como, por exemplo, observar os penteados e cortes dos cabelos, como também o modo como as pessoas costumavam se vestir fazendo um paralelo com os costumes de hoje.

Ainda em relação ao álbum de família, o aluno poderá perceber que ocorrem mudanças com o passar dos tempos, ao analisar, por exemplo, suas próprias fotografias retiradas em anos anteriores. Com isso ele poderá fazer um estudo sobre sua própria vida, bem como as transformações do seu próprio corpo e ainda perceber as mudanças em suas atitudes, ao compará-las com os de outrora.

O aluno poderá levar fotos antigas de seus parentes para a sala de aula. A análise dessas imagens poderá contribuir para desenvolver no educando um sentimento de identidade e pertencimento a um grupo ou comunidade. Bem como oferecer-lhe a oportunidade de conhecer a história da sua própria família. Dessa forma, o docente proporcionará uma aula agradável, pois os alunos irão expor suas próprias ideias ou até mesmo descobertas da sua história familiar e ouvir a história dos parentes de seus colegas.

Ao rever o álbum de família, o aluno terá possibilidade de relembrar o momento registrado na fotografia, do qual ele poderá ter lembranças prazerosas ou tristes. Já no caso de fotos antigas, ou seja, que não correspondem à época do aluno, ele terá como olhar e perceber coisas que não são da sua realidade, isto é, de um passado desconhecido.

Sendo assim, por meio de estudos realizados a partir de fotografias que remetam a realidade do aluno, faz com que estes alunos percebam que eles também fazem parte de um contexto histórico, pois os mesmos estão envolvidos em um convívio social, realizam práticas culturais, estão inseridos num sistema econômico e possuem crenças de cunho religioso. Dessa forma, a partir daí os alunos passam a compor relações e a refletir sobre os aspectos sociais, culturais, religiosos e econômicos pelo qual eles estão inseridos e isso de certa forma faz com que estes educandos passem a contemplar seus valores e de seu grupo.

Outra forma do professor trabalhar em sala de aula com a fotografia é apresentar fotos da própria localidade em diferentes épocas, para que eles possam fazer uma comparação das imagens do passado com as da atualidade e assim, perceber que com o passar dos tempos o próprio ambiente em que as pessoas vivem se modifica, como também há aspectos que permanecem na paisagem. Desse fato, isso ajuda o aluno compreender a história da sua comunidade.

> [...] O uso da fotografia pode favorecer o entendimento das mudanças e permanências, por intermédio de um estudo comparativo. Uma proposta frequente, ao estudar-se a historia local, é apresentar fotos do mesmo lugar em momentos diferentes (BITTERCOURT, 2004, p. 369).

Em relação às imagens retiradas de livros ou revistas o aluno poderá perceber o que permaneceu ou modificou em uma mesma paisagem, até mesmo os fatores econômicos, sociais ou culturais existentes. Por exemplo, é possível identificar por meio de uma imagem a transformação de uma economia agrícola para uma industrial. E isso fortalecerá a aprendizagem dos conteúdos de História, já que esta busca justamente perceber as transformações existentes nas sociedades humanas ao longo do tempo.

As imagens presentes nos livros didáticos são importantes para transmitir o conteúdo para os alunos, pois através delas é possível que eles imaginem os eventos que estão estudando. Dessa forma, a figura serve como um suporte para que haja uma melhor compreensão do conteúdo escrito.

Ernest Lavisse (2004) apud Circe Bittencourt as imagens dos livros podem ajudar o entendimento e memorização dos conteúdos transmitidos pelo professor, desde que haja um texto abaixo da imagem que reforce as explicações que o autor quer repassar e indique o que o aluno deve focar.

> [...] as gravuras dos livros serviriam ainda para facilitar a memorização dos conteúdos, sendo que o autor tinha cuidados especiais em apresentar, no corpo da página, o texto escrito mesclado a cenas que reforçavam as explicações escritas do autor. (BITTENCOURT, 2004, p. 75)

A Fotografia é um instrumento que representa algo ou alguma coisa, que por sua vez pode ser memorizado. Isto facilita na maneira do professor repassar o conteúdo e os alunos captarem as explicações, porque além de estar escutando o professor falar os aprendizes estarão vendo cenas que retratam o conteúdo recortadas nas fotos. Desse modo, a fotografia

servirá como suporte para o professor no momento de transmitir suas ideias, o que facilitará a absorção e memorização dos conteúdos por parte dos alunos. Uma imagem captada é uma forma de congelar e perpetuar aquele dado momento registrado, por isso a fotografia ajuda na memorização dos acontecimentos.

A fotografia é de fundamental importância no Ensino de História, pois muitas vezes o professor de História se depara em ensinar conteúdos que remetem a uma realidade ou tempo em que o aluno não faz parte. Então a fotografia é uma ferramenta que faz com que os alunos possam conhecer um dado acontecimento ou época diferente da sua realidade.

> O uso de imagens no ensino de história é uma necessidade constante do professor, que fala de um tempo e, senão também de um espaço, que não é do aluno. A visualização colabora com a percepção da representação sobre o tempo histórico (KOEHLER, p.8).

Um aspecto interessante a ser esclarecido refere-se ao fato de que uma fotografia deve ser analisada de forma crítica, pois ela é carregada de significados ideológicos e intenções que variam de acordo com o interesse pessoal ou social daquele dado momento registrado.

> O educador precisa usar as imagens para lê-las criticamente, como parte das representações da sociedade, carregadas de intenções ideológicas, produzidas com finalidades diversas para atender a demandas econômicas e politicas (Idem).

Desse modo, a fotografia é carregada de intenções no momento que ela é registrada, pois o fotógrafo pode escolher qual parte daquele momento ele pretende registrar, já que a fotografia é um recorte intencional. Como bem explica Litz:

> [...] Assim como qualquer objeto elaborado historicamente pelo homem, em sociedade, o documento icnográfico não pode ser concebido como a história em si ou uma expressão absoluta da verdade ou de uma época ou sociedade, muito menos o retrato fiel da realidade. Tal qual o documento escrito, ele foi feito e/ou concebido por alguém, em determinado contexto, com determinada ideologia, em determinado tempo e espaço (2009, p. 16).

É importante destacar que mesmo analisando a imagem com um senso crítico em relação a sua veracidade, pode-se perceber por meio da fotografia os valores, costumes, crenças, religião, economia e vários outros aspectos de uma determinada sociedade. Pois as fotografias:

> são carregadas de signos que revelam a cultura e os valores dos grupos sociais. Ao ler as fontes históricas imagéticas pode-se compreender as representações sociais de cada época, bem como desvendar o seu processo de produção e recepção (KOEHLER, p. 8).

Vale ressaltar que para o professor estimular a capacidade crítica do aluno através da imagem é necessário que realize questionamentos a respeito da fotografia, como por exemplo, pedir para que os alunos descrevam a imagem; falem qual tema a fotografia representa; qual tipo de imagem, se é de revista, de jornais ou cartão postal. "O trabalho com imagens deve possibilitar discussões sobre as condições de produção daquela imagem, ou seja, o contexto social, temporal e espacial em que foi produzida" (Idem).

É a partir daí que percebemos o quanto é importante o papel do professor no sentido de instigar a participação dos alunos, pois ensinar história é tentar fazer com que os alunos consigam ter seu próprio de vista; fazer com que construam conceitos e consigam aplicá-los no seu dia-a-dia; fazer com que os alunos levantem questionamentos e tentem solucioná-los; fazer com estes entendam fatos históricos, sistemas sociais, políticos e culturais do passado para que consigam compreender o mundo que vivem. Como bem diz Paulo Freire (1996, p.21): "ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua produção ou a sua construção".

Sendo assim, ser professor de História é dar condições para que os alunos possam se sentir como agentes produtores de História e que estão inseridos num contexto histórico. É mostrar que os alunos também são cidadãos que possuem direitos e deveres dentro da sociedade.

RESULTADOS

Diante disso, fica claro que a fotografia pode ser um método auxiliar para o professor de História ao considerar que o docente tem papel fundamental para a educação do aluno, pois este tem função de estimular a curiosidade, o prazer de compreender, descobrir e construir conhecimentos, de forma que o aluno venha adquirir autonomia sobre o conteúdo. Com isso a fotografia é uma possibilidade instrumental que poderá corresponder a certos aspectos esperados durante a transmissão de conhecimento em sala.

A tarefa de educar, no entanto é delicada, porque supõe em principio, dedicação, dinamismo, desprendimento, paciência, decisão e principalmente o domínio do docente em relação aos conteúdos para que o aluno sinta-se seguro e motivado em estar atento a aula.

Assim, é necessário estímulos do professor e certa criatividade na maneira de transmitir conhecimento.

A fotografia como auxílio para o professor poderá trazer segurança diante do aluno, pois o conteúdo que estará sendo trabalhado se apresenta de certo modo registrado através da fotografia; no que diz respeito aos estímulos e criatividade do docente a utilização da fotografia é um meio de atingir esse grau de envolvimento do aluno em relação ao conteúdo.

Em linhas gerais o professor tem a função em termos profissionais de contribuir para uma boa aprendizagem, por isso ele deve procurar inovações para suas aulas e precisa está apto para transmitir o conteúdo de forma adequada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BITTENCOURT, Circe. **O Saber Histórico na sala e aula**. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

BITTENCOURT, "Circe Maria Fernandes. **"**Documentos não escritos em sala de aula. In: **Ensino de História**: fundamentos e métodos". Cortez Editora, 2004.

FREIRE, Paulo (1996). **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 25. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

PAIVA, Eduardo França. **História e imagem**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LITZ, Valesca Giordano. **O uso da imagem no Ensino de História.** Universidade Federal do Paraná: Curitiba, 2009.

KOEHLER, Ana Luiza. **O ensino de História e a fotografia como representação:** uma experiência através de fontes de arquivos locais.

FONSECA: Selva Guimarães. O uso de diferentes linguagens no ensino de História e Geografia. **Ensino em Re-vista**, 4 (1): 5357. 1995.

ENSINO DE HISTÓRIA E CINEMA: INTERDISCIPLINARIDADE EM SALA DE AULA A PARTIR DA ANÁLISE DO DOCUMENTÁRIO "QUINZE FILHOS" (1996)

Amannda Dativa de Melo Silva[1]
Orientadora: Sônia Meneses[2]

RESUMO
Vivenciamos um período de intenso desenvolvimento de mídias no âmbito geral. Com isso, tornou-se cada vez mais complexa a comunicação do professor para com seus alunos em sala de aula mediante a linguagem sob a qual os discentes estão em contato desde cedo. Contudo, os professores tem a árdua missão de se adaptarem a esses requisitos que refletem consideravelmente em sua prática docente. É seu papel despertar nos alunos habilidades para que ocorra um bom êxito no processo educacional. Consideremos o ensino de história e as possibilidades de se trabalhar em sala de aula com distintos recursos didáticos, priorizando a interdisciplinaridade como o uso de imagens, vídeos que proporcionam aos discentes um aprendizado dinâmico e atraente. Frente a essas questões, é necessário pensar na contribuição do cinema em sala de aula, considerando que o diálogo entre história e cinema remontam já a bastante tempo. Contudo, foi a partir da proposta da Nova História que a historiografia voltou seu olhar para as contribuições de vídeos e filmes no processo educativo dos alunos. Este artigo versa compreender como a proposta de história e cinema pode ser produtivas em sala de aula considerando a análise do documentário "Quinze filhos" (1996). Nossa intenção é discutir o papel das testemunhas na narrativa da história recente do país e compreender como esses depoimentos podem servir como importantes ferramentas ao ensino de história.
Palavras-chave: Ensino de História; História e Cinema; Mídia; Memória.

INTRODUÇÃO

A contemporaneidade vivencia uma fase que remete a um processo de relativização do sujeito, a mídia no âmbito geral, a filmografia, a música, se integram em novas linguagens sobre as quais alcançam facilmente o universo dos alunos. Novas possibilidades para se trabalhar o ensino de história surgiram sob a influência dos estudos históricos franceses a partir da chamada Nova História cultural[3], não restringindo o aprendizado apenas ao livro didático.

[1] Graduação em andamento pela Universidade Regional do Cariri-URCA. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência PIBID- História.
Email: amanndadativa@hotmail.com
[2] Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), docente da Universidade Regional do Cariri (URCA) e Coordenadora do sub projeto PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à docência do curso de História. Estuda as relações entre história e mídia, teoria da história e tempo presente, memória, política e Brasil contemporâneo.
Email: sonia.meneses@gmail.com

[3] É corrente historiográfica surgida nos anos 1970 e correspondente à terceira geração da chamada Escola dos Annales, como referencial teórico podemos mencionar: Jacques Le Goff ; Emmanuel Le Roy Ladurie ; Marc Ferro ; Pierre Nora ;Philippe Ariès;

Os estudos históricos remetem a uma ideia de disciplina formadora de cidadãos críticos e atuantes na sociedade, todavia, para que isso ocorra da maneira correta faz se necessário refletir qual o lugar do ensino de história em nossos dias, e as formas que as problemáticas históricas estão postas em discussão pelos professores.

A prática docente passou por intensas transformações no decorrer do tempo, podemos ainda encontrar dificuldades nessa área, entretanto, o profissional da educação para obter êxito na mediação dos conhecimentos para com seus alunos deve buscar se aperfeiçoar e trabalhar na perspectiva de perceber o público alvo no qual deseja atingir, salientando que o professor é responsável por mediar o conhecimento levando os seus alunos a refletirem os acontecimentos históricos.

Nesse sentido, pensar elementos do tempo presente a partir de fontes audiovisuais como o cinema desconstrói a ideia da disciplina de história fazer referência a um conteúdo chato e cansativo, e passa a adquirir um caráter interdisciplinar tornando o aprendizado prazeroso e dinâmico.

Vale salientar que o professor deve estar atento de que a teoria sem a prática não adianta muito, o docente deve buscar ir além dos conteúdos, pensar a educação sob o prisma da ação, para que seus alunos problematizem a vida e o mundo com caráter crítico e se reconheçam enquanto sujeitos históricos compreendendo que os mesmos também fazem parte da história e que esta não se restringe apenas ao livro didático. Segundo Keith Jenkins é função da história:

> (...) é a maneira pela qual as pessoas criam, em parte suas identidades. Ela é muito mais do que um modulo no currículo escolar ou acadêmico, embora possamos ver o que ocorre nesses espaços educacionais tem importância crucial para todas aquelas partes diversamente interessadas. (JENKINS: 2001: p:42)

A partir da premissa acima apresentada podemos compreender os estudos históricos são fundamentais para refletir questões pertinentes do cotidiano, desde a memória, identidades, todavia, o educador levar os seus alunos a refletirem constantemente o diálogo entre o vivido no cotidiano com as abordagem das narrativas históricas, para assim pensar a memória individual e coletiva a partir de permanências, continuidades e rupturas na sociedade levando em consideração a sua pluralidade e seus desdobramentos.

Como enfatiza Antonio Mitre: "(...) através da lembrança, atamo-nos a um passado que se dobra e se desdobra à maneira dos retábulos, descortinando imagens de nossa infância, (...)" (MITRE: 2003: p.13).

Frente a essas conjunturas intrínsecas ao ensino de história, o programa Institucional de Bolsas de Iniciação à docência (PIBID)[4] busca aperfeiçoar a prática docente dos alunos dos cursos de licenciatura.

Nesse sentido, o programa pode ser compreendido como um lugar de pesquisa, uma vez que, semanalmente os bolsistas do PIBID História/URCA tem adquirido, através de oficinas de formação, discussões sobre temáticas que conferem o ensino de história, aulas expositivas, atividades realizadas nas escolas participantes do projeto o que tem propiciado aos mesmos um diálogo positivo com alunos da rede básica de ensino.

Contudo, o projeto tem mediado um relevante aprendizado para os bolsistas no que se seguirá sua futura profissão. Este artigo tem como objetivo refletir acerca da utilização de recursos audiovisuais como ferramentas para o ensino de história a partir de uma experiência pibidiana, buscando analisar o documentário "Quinze filhos" (1996) e compreender ainda como esses depoimentos podem ser utilizados como recurso pedagógico no ensino de história.

O DOCUMENTÁRIO "QUINZE FILHOS" (1996) COMO RECURSO PEDAGÓGICO NO ENSINO DE HISTÓRIA

O documentário por muito tempo foi referência de comprometimento com o real, tendo em vista que a sua construção narrativa era elaborada a partir de história reais, todavia, devemos compreender que esse gênero fílmico é uma ficção, pois, o mesmo é elaborado a partir do olhar de quem o produz. Regina Maria Rodrigues nos alerta para algumas questões:

> O fato de os documentários não serem uma reprodução da realidade dá a eles uma voz própria. Eles são a representação do mundo, e essa representação significa uma visão singular do mundo. A voz do documentário é, portanto, o meio pelo qual esse ponto de vista ou essa perspectiva singular se dá a conhecer (BEHAR, 2006, p.2 apud NICHOLS, 2005).

Discutir esse tipo de recurso didático no ensino de história nos permite refletir algumas questões. É fundamental que o educador tenha um conhecimento prévio sobre o filme no qual deseja trabalhar em sala de aula, perceber as entrelinhas das narrativas, considerando que estas possuem um lugar social, ideológico com objetivos e direcionamentos

[4] O PIBID é uma iniciativa para o aperfeiçoamento e a valorização da formação de professores para a educação básica. O programa concede bolsas a alunos de licenciatura participantes de projetos de iniciação à docência desenvolvidos por Instituições de Educação Superior (IES) em parceria com escolas de educação básica da rede pública de ensino, conta com financiamento da CAPES.

definidos, e ainda carregam conceitos e referências socioculturais dos produtores do mesmo como também dos depoentes.

A construção narrativa de um documentário mobiliza elementos cruciais para a produção do mesmo. Questões que conferem desde todo o processo de produção, os conceitos que foram trabalhados para a realização do roteiro do mesmo e acima de tudo a mensagem que o produtor quer passar.

Segundo Marcos Napolitano: "(...) é sempre encenação com escolhas predeterminadas e ligadas a tradições de expressão e linguagem cinematográfica que limitam a subjetividade do diretor, do roteirista, (...)" (NAPOLITANO, 2006, p. 276).

A partir do pressuposto acima mencionado podemos ressaltar que um documentário busca nos passar uma mensagem, devemos estar atentos as entrelinhas das narrativas propostas pelo mesmo, considerando que as formas como as pessoas leem os acontecimentos é a forma como as mesmas o percebem. No âmbito do ensino devemos estar atentos as formas de apropriação do discentes frente aos recursos didáticos utilizados.

O documentário "Quinze filhos" (1996), dirigido por Marta Nehring e Maria de Oliveira, possui 20 minutos de duração, foi incialmente produzido para ser trabalhado em um seminário da UNICAMP[5] intitulado "A revolução possível", com a finalidade de propor uma reflexão acerca da repressão política intrínseca ao Golpe de 1964, o esquecimento e as possibilidades de reparação do passado.

No referido documentário estão reunidos depoimentos de quinze filhos de guerrilheiros da Ditadura Militar, entre eles, Ivan seixas, Telma Lucena e Denise Lucena, João Carlos, Gregório Gomes e Vladmir Gomes, André Herzog, entre outros, no qual os mesmos relatam suas infâncias, torturas, angústias, e evidenciam um forte desejo de justiça, de reparar um passado ainda não superado, cujo o vivido é narrado sob o prisma de um curso inconstante que ainda não possui um desfecho.

Um dos depoimentos presentes no curta metragem e que configura essa ideia de reparação do passado emerge na fala de Janaina Telles:

> Eu achava que a sociedade me devia alguma coisa, por que se não tivessem deixado o golpe acontecer eu não tinha sofrido isso (...). Quero... quero vingar, quero punir e quero reparar... a dor que me impuseram. (Janaina Telles, Quinze filhos, 1996).

[5] Universidade Estadual de Campinas. São Paulo-SP

A partir desse depoimento trilhamos o percurso da memória, a memória daqueles que estão vivos e que podem contribuir para que um acontecimento não seja esquecido, compreendendo que a memória coletiva e a individual dialogam para que o acontecimento seja significado no presente.

Como enfatiza Jacques Le Goff, "A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas" (Le Goff: 1990: p.366).

Por conseguinte, compreendemos que a memória e o esquecimento caminham juntos e direcionam a dois lados da mesma moeda que se conectam e adquirem significado no presente, sendo necessário o indivíduo abstrair os fatos e selecionar o que o mesmo considera importante ser lembrado no presente.

O documentário "Quinze filhos", evidencia como problemática central a uma perspectiva de reparação do passado, o cenário do mesmo é bem simples, o único recurso de câmera utilizado são apenas zooms para ressaltar momentos de ansiedade, nervosismo. Como trilha sonora temos os sucessos dos anos 60 e 70 que configuram o período do Golpe de 1964, como a música "Aos nossos filhos" de Ivan Lins, e as imagens são em preto e branco que ressaltam memórias não tão boas de serem lembradas.

A perspectiva temporal do mesmo ocorre do passado para o presente, todavia Sônia Meneses nos chama atenção para algumas questões:

> À reivindicação da memória como um dever ético-político se agregam duas outras: a de reparação do passado e a de responsabilização pelos crimes cometidos. A compreensão de que a dor infligida foi produto de uma política de Estado projeta o encargo dos sofrimentos não apenas nos realizadores diretos daquelas ações, mas em toda a sociedade, que foi conivente com o Estado (MENESES: 2014:p. 153).

Podemos salientar que as produtoras do documentário priorizam a perspectiva subjetiva, evidenciando as memórias infantis dos filhos dos militantes mortos e desaparecidos. Memórias feridas que buscam vingar, punir algo ou alguém, e que estes acontecimentos são responsáveis por sua própria construção da identidade no presente.

O Estado é observado pelos 15 filhos dos militantes como culpado pelo que ocorreu com os mesmos. Os familiares que foram mortos ou desaparecidos são vistos como heróis, pessoas que tiveram suas vidas interrompidas por conta do Golpe de 1964 e são lembrados pelos seus parentes como guerreiros.

Ao lançar o olhar para o campo do ensino e propor a abordagem de um acontecimento de forte cunho ideológico e político que configura o Golpe de 1964 devemos estar atentos as formas de apropriação dos alunos mediante aos recursos pedagógicos que serão utilizados em sala de aula.

Devemos alertar aos alunos das vertentes distintas que podem surgir mediante a um mesmo tema. O educador deve primeiramente trabalhar a temática com os alunos, propondo reflexões e assim fundamentar os conceitos e as formas como os operar no ensino de história para que o recurso audiovisual não possua apenas caráter ilustrativo e sim proporcione uma reflexão das problemáticas que estão postas em discussão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As formas como o conhecimentos históricos são produzidos, a construção narrativa dos documentários também emergem direcionamentos, verdades irrefutáveis e plurais. Nesse sentido, podemos considerar no ensino de história um recurso audiovisual com caráter de documento cultural, desde que o professor saiba utilizar tal recurso e refleti-lo de forma satisfatória em sala de aula.

Devemos considerar ainda que o recurso fílmico além de emergir a conjuntura dos meios de comunicação e da cultura de massa, também está intrínseca ao campo industrial de lazer, uma vez que é algo que se integra a uma obra de arte coletiva. Contudo podemos refletir a criticidade dessas produções e utilizar como ferramentas no ensino de história.

O profissional da educação deve estar atentos as formas de apropriação dos discentes em relação aos recursos didáticos utilizados em sala de aula, considerando a análise do documentário Quinze Filhos, os depoentes buscam vender uma verdade irrefutável a partir do seu lugar social e que o mesmo pode apresentar distintas versões acerca de um mesmo acontecimento e o educador deve estar atento as formas de como os expectadores irão ler os acontecimentos.

Ao utilizar recursos audiovisuais no ensino de história, o professor deve elaborar um roteiro prévio, ter conhecimento do filme a ser trabalhado, a pessoa que o produziu, e saber articular a problemática posta em discussão no filme com o ensino de história, para que esse recurso didático não adquira apenas o caráter ilustrativo, mas instigue uma reflexão e pesquisas em sala de aula.

É importante alertar os alunos as questões cinematográficas presentes no filme, desde ao cenário, imagens em preto e branco, trilha sonora, ou seja, perceber as entrelinhas da narrativa fílmica para que assim os alunos percebam que a construção do enredo busca passar uma mensagem.

Outro fato importante a ser mencionado acerca do documentário "Quinze filhos" é que este difere dos estilo de documentário clássico que prioriza datas, nomes de pessoas importantes, o curta metragem analisado redimensiona o caráter subjetivo, as produtoras evidenciam os testemunhos dos 15 filhos de guerrilheiros da ditadura militar, a opção por trabalhar as temáticas em blocos direciona o expectador a refletir e dialogar a história e a memória e como estas são refletidas ao longo do tempo.

O curta metragem pode ser trabalhado em sala de aula para pensar questões que conferem desde a construção da memória, identidades, considerando as entrelinhas do discurso e as formas que os depoentes relatam os acontecimentos.

Para que este recurso seja utilizado no ensino de história de maneira satisfatória é necessário o educador se qualificar para sobrepor um espaço inovador no âmbito do ensino, para que assim propicie aos seus alunos um conhecimento diversificado e atual levando em consideração que professor é um mediador no processo de conhecimento e que o aprendizado não é algo que está concluído e sim um construir-se que a cada dia está em processo de renovação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEHAR, Regina Maria Rodrigues. **15 filhos:** um documentário no rastro da ditadura e suas possibilidades de uso didático. IN: III Simpósio Nacional de História Cultural. Florianópolis. 2006.

JENKINS, Keith. **A história repensada**; tradução: Mário Vilela. São Paulo: Contexto. 2001.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**; tradução Bernardo Leitão ... [et al.] -- Campinas, SP. UNICAMP, 1990.

MENESES, Sônia. Luto, identidade e reparação: videobiografias de desaparecidos na ditadura militar brasileira e o testemunho no tempo presente. IN:Revista História Oral, volume 17, 2014 disponível em: http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path%5B0%5D=334&path%5B1%5D=pdf

MITRE, Antônio. **O dilema do Centauro**: ensaios de teoria da história e pensamentos latino americanos. Belo Horizonte. Editora: UFMG,2003.

NAPOLITANO, Marcos. Fontes audiovisuais: A História depois do papel. In. Carla Bassanezi Pinsky (Org). **Fontes Históricas.** São Paulo. Contexto: 2006.

FILME

15 FILHOS. Direção: Maria de Oliveira e Marta Nehring. Brasil, 1996.

ENSINO DE HISTÓRIA E O USO DA TECNOLOGIA EDUCACIONAL

Cleberson Vieira de Araújo[1]

RESUMO
A tecnologia hoje apresenta uma série de ferramentas que podem ser úteis no contexto educacional tendo em vista que podem proporcionar ao aluno uma forma diferente e atrativa do ato de estudar e ao professor uma alternativa válida para ampliar o conhecimento do aluno ao passo que atrai sua atenção. Logo, o propósito desse trabalho é refletir acerca do uso de meios tecnológicos como forma de potencializar o ensino de história. Essa pesquisa se apresenta como reflexão de pesquisa bibliográfica dialogando com autores que buscam discutir a temática em questão. Com isso, discutem-se a entrada da tecnologia na sala de aulas, sua relação com a disciplina de história e demais desdobramentos apresentados como eixo capaz de incrementar o ensino e a aprendizagem. Essa breve reflexão busca respostas aos anseios educacionais no campo do ensino aprendizagem de história ao passo que estuda a entrada da tecnologia como importante meio a ser entendido por professores e alunos como forma de dinamizar e potencializar a educação contemporânea.
Palavras-chave: Ensino de história; Tecnologia; Professores e alunos.

INTRODUÇÃO

No mundo contemporâneo a educação tende a acompanhar as mudanças implementadas e entre elas se encontra a tecnologia educacional como meio capaz de dinamizar as aulas ao passo que as tornam mais atrativas.

Para a disciplina de história, existem meios capazes de atingir esse fim tendo em vista que a mesma possui várias metodologias que podem ser implementadas como forma de obter um maior rendimento por parte dos alunos no âmbito da reflexão e aprendizagem.

Com a velocidade da informação e das pesquisas na disciplina de história a tecnologia passa a ser fundamental para com ela disseminar o conhecimento desenvolvido na academia mediante redes sociais ou mídia oficial.

Contamos ainda com uma grande quantidade de sites específicos de historia e revistas virtuais que oferecem o seu conteúdo de forma gratuita para todo aquele que tenha interesse pelas temáticas em questão.

Existe ainda uma grande quantidade de filmes, fotos históricas, história em quadrinhos e músicas que podem ser exploradas para que juntamente com a devida atenção do professor possam ser utilizados em sala de aulas com grande êxito.

[1] Mestrando em Educação – UTIC. E-mail: cleberson_cva@hotmail.com

Sendo assim, o presente trabalho objetiva discutir, mesmo que brevemente, o impacto da tecnologia educacional no ensino de história e demais desdobramentos.

1. A HISTÓRIA E A TECNOLOGIA EDUCACIONAL: DO CONCEITO A PRÁTICA

Ao iniciar uma reflexão sobre história, devemos ter bem claro o seu significado e sua necessidade para as sociedades atuais tendo em vista que essa é a guardiã dos fatos históricos ao longo do tempo que requerem interpretação e ciência para o seu bom entendimento.

Com isso,

> [...] todas as vezes que pronunciamos a palavra história, fazemos referência a um termo com muitos significados. Utilizamos a mesma palavra para designar coisas diferentes. Por outro lado, se fizermos um levantamento dos seus vários sentidos ao longo do tempo, perceberemos rapidamente que a história tem também, por assim dizer uma história. Ora então o significado da palavra história muda conforme o tempo e a sua utilização (FERREIRA e FRANCO, 2009, p. 11).

E, quando queremos discutir acerca do ensinar e do aprender história, perpassaremos por uma série de aspectos, e muitos deles revelam teorias que por vezes não podem ser aplicadas a um determinado público.

O fazer histórico não é simples e perpassa teorias e praticas que vão além de reflexões chegando ate a utilização cotidiana de conhecimentos que não são de posse de pesquisadores e professores e sim de todo aquele que tenha algum interesse sobre o tema, logo:

> [...] compreender as lógicas da elaboração da escrita da história pode contribuir para a autonomia da história ensinada tendo por base a diversidade. A compreensão das questões e dos métodos utilizados pelos historiadores, sem pretender fazer com que professores e alunos reproduzam práticas tal qual os historiadores profissionais, ajuda na dinâmica da aprendizagem e aproximam conhecimentos que são, na verdade, complementares (FERREIRA e FRANCO, 2009, p.103).

Assim, entender o que se lê passa a ser uma das maiores dificuldades para aprender história e assim sentir-se atraído pela disciplina, essa é uma das maiores barreiras para aqueles que mesmo gostando de história não se sentem suficientemente preparados para se aprofundar nas temáticas que exigem leitura e reflexão. Por isso, torna-se necessário criar meios para driblar essa barreira que não se faz presente somente na disciplina de história, já que "à medida que lemos articularmos as informações, de modo a estabelecer nexos explicativos que levem a construção de um sentido para o que se lê". (SILVA, 2004, p. 72).

A produção de respostas deficitárias torna-se uma realidade, tendo em vista que todo aquele que não entendeu devidamente aquilo que se prestou a ler encontra fortes dificuldades no desenvolvimento de respostas coerentes e de possível interpretação:

> [...] em que os alunos estabeleçam relações cada vez mais complexas com as ideias históricas e possam se ver como produtores do conhecimento, no qual seja possível da recriação das relações entre a história do presente e do passado. (SCHMIDT e CAINELLI, 2009, p. 68).

Com isso, a leitura que não apresenta uma boa interpretação pode influenciar diretamente em respostas não condizentes com as perguntas e ao mesmo tempo com as fontes consultadas.

Pesquisadores como Mangano e Francisco (2009, p.451) apontam que o aluno só passa a entender verdadeiramente a disciplina de história quando passa a "compreender sua realidade historicamente".

Para Moreira (2001, p.34):

> [...] a constatação de uma concepção metodológica do ensino de história que enfatiza o papel do aluno na estrutura da aprendizagem e não descura a aquisição da informação como suporte necessário à aplicação do saber e ao desenvolvimento de competências fundamentais.

A velocidade da informação nem sempre favorece ao ensino aprendizagem tendo em vista que nem sempre temos plena condição de a acompanhar aja visto que tudo muda a uma velocidade acelerada e não podemos nos afastar do contato com essas mudanças. (SUÁREZ, 2010, p.7).

Portanto, saber interpretar ou entender os textos ora lidos é de fundamental importância para o desenvolvimento tanto do gosto pela disciplina de história quanto para o desenvolvimento de textos e respostas condizentes com as diversas necessidades, isso sem esquecer que: "[...] as sociedades são formadas por indivíduos e grupos muito diferentes e, até mesmo, com interesses conflitantes. Dessa forma, cada grupo entende os acontecimentos segundo uma determinada perspectiva". (BERUTTI e MARQUES, 2009, p. 73).

2. ENSINO DE HISTÓRIA E O USO DA TECNOLOGIA EDUCACIONAL

Em virtude das muitas dificuldades encontradas por professores para tornar o ensino de história mais atrativo e a consequente aprendizagem e interesse por parte do alunado, cada

vez mais os educadores vêm lançando mão de meios e formas de fazer com que os conteúdos históricos sejam entendidos/ discutidos com maior profundidade e aproveitamento.

Entendendo essa necessidade é que surgem novas ideias e metodologias capazes de chamar a atenção do alunado, sem, contudo, se desviar das discussões da aula de história.

Como exemplo dessas iniciativas encontramos "[...] as histórias em quadrinhos com temas históricos que podem ser fontes que se tornam evidências históricas quando confrontadas com hipóteses plausíveis em relação a determinado conteúdo escolar." (SOBANSKI et al. 2009, p.58).

Surge a iniciativa de implantar a história em quadrinhos como forma de atrair o alunado onde ao mesmo tempo

> [...] serão articuladas com os conceitos advindos das teorias dos quadrinhos e as ideias históricas. No que diz respeito às ideias históricas de segunda ordem, por motivos de apresentação didática, só serão utilizados os conceitos de temporalidade, significância histórica, inferência e evidencia históricas. Todos estes conceitos estão implicitamente articulados pela narrativa histórica (SOBANSKI et al. 2009, p.58).

Assim como os quadrinhos, também podem ser utilizadas canções como forma de dinamizar o ensino de história.

> Dentro desse contexto, o estudo das canções servirá como um elemento de analise e compreensão da realidade vivida. Dentre os temas cantados [...], muitos deles críticas a governos, apreciações sobre problemas do cotidiano ou referencias sociais importantes para se conhecer o contexto de uma determinada época ou período (SOBANSKI et al. 2009, p.96).

Quando os temas abordados são a "Era Vargas" ou a "Ditadura Militar no Brasil", as músicas mais utilizadas em sala de aula segundo Sobanski et al (2009, p.89) são apresentados na Tabela 1:

ANO	CANÇÃO	COMPOSITOR/ INTÉRPRETE
1916/1917	Pelo telefone	Ernesto dos Santos (Dunga)
1941	O bonde de São Januário	Ataulfo Alves/ Wilson batista
1950	Retrato do velho	Haroldo Lobo/ Marino Pinto
1967	Alegria, alegria	Caetano Veloso
1968	Caminhando	Geraldo Vandré
1970	Apesar de você	Chico Buarque
1974	Mestre-sala dos mares	João Bosco/ Aldir Blanc
1976	Mulheres de Atenas	Chico Buarque
1979	O bêbado e o equilibrista	João Bosco/ Aldir Blanc
1987	Que país é este?	Renato Russo

1987	Comida	Arnaldo Antunes/ Marcelo Fromer/ Sérgio Brito

Tabela 1- Canções catalogadas nos livros de história para uso didático. (CHAVES, 2006 apud Sobanski et al. 2009, p.89).

Ao estudar um determinado conteúdo, como os mencionados nesse texto, uma canção pode ser de muita valia, mas devemos levar em conta que segundo Sobanski et al. (2009, p.91) "grandes mudanças passam a ocorrer na composição das letras. As temáticas, que antes tratavam os ritos religiosos, canções de trabalho, ciclos da lavoura, passam agora a tratar o amor, da nostalgia." Onde, nem sempre o conteúdo tratado é de cunho social, mas mesmo assim reflete o momento vivenciado por um determinado povo ou cultura.

Na internet existe ainda grande quantidade de sites que oferecem revistas eletrônicas de história ou mesmo que oferece parte do material disponível em revistas, vendidas em bancas, em formato digital e gratuito na internet, democratizando assim o direito a informação e trazendo uma grande possibilidade de uso dentro das aulas de história por parte de professores de todo o mundo.

Outra ferramenta que pode ser utilizada no cotidiano do professor de história são os filmes que se utilizam de fatos históricos em sua composição, logo,

> [...] o filme, compreendido como um objeto de análise, traz consigo aspectos que ultrapassam os objetivos de quem o criou, porque sua produção esta sempre inserida numa realidade histórica. Sua utilização como recursos didáticos pressupõe um exer4cício crítico, no qual professores e alunos deverão tornar-se aptos a ler. Considerado esses elementos, o filme pode ser um poderoso aliado para discussão de comportamentos, visões de mundo, valores e identidades de uma sociedade em um dado momento histórico. (PEREIRA e SILVA, 2014, p. 319).

O uso de filmes no ensino de história pode trazer a tona um momento de descontração sem perder o tema histórico em destaque trazendo o aluno para mais perto daquilo que o professor quer demonstrar, desde que contando com a máxima atenção do professor para evitar os desvios. Tendo em vista que

> Com o cinema é possível aprender História, e esse processo de cognição serve para interpretar a ação humana em tempos e lugares diferentes. Essas experiências impregnadas de tensões, rupturas e permanências modificam o modo como os sujeitos pensam de si mesmos, dos outros e do mundo em que vivem. (PEREIRA e SILVA, 2014, p. 319).

Assim sendo, temos com o uso do cinema na sala de aulas (filmes ou documentários) uma grande possibilidade de fazer o aluno de aproximar de tudo aquilo que o professor ensina e ao mesmo tempo analisa, cabendo ainda a ambos:

> Saber analisar criticamente o filme visto em sala de aula contribui para que os discentes treinem seu olhar para os que vierem a assistir em casa ou no cinema. Essa preparação para decodificar as intenções, os objetivos e as entrelinhas existentes em cada filme acaba por potencializar o repertório de conhecimentos, conquistados pelos alunos, dentro e fora dos muros da escola. Para tanto, o olhar do docente (muitas vezes impregnado pelas indicações oriundas dos manuais didáticos) funciona como mediador dessas experiências, provocando a reflexão crítica ao conhecimento adquirido por meio do cinema (PEREIRA e SILVA, 2014, p. 333).

Sendo assim, na educação contemporânea, novas formas de ensinar devem ser adotadas com o intuito de trazer à tona discussões frutuosas no âmbito da história para com isso desenvolver nos alunos uma consciência crítica da realidade vivenciada cotidianamente e despertando, nos mesmos, múltiplas formas de interpretação que vão desde o livro até um filme ou mesmo uma composição musical transformando conteúdo histórico em vivência cotidiana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutir história e ao mesmo tempo metodologias que auxiliem o ensino e aprendizagem na contemporaneidade perpassa pela necessidade do aprender cada vez mais em um mundo da informação rápida e dinâmica.

Logo, muitas são as formas para chegarmos ao patamar de aprendizagem que desejamos e, na disciplina de história temos grandes opções que, se bem exploradas, podem potencializar a aprendizagem ao mesmo tempo em que transforma a disciplina ao deixa-la mais atrativa.

Portanto, no contexto dos estudos históricos temos metodologias capazes de trazer o aluno para mais próximos dos fatos e feitos históricos apresentando a ele de forma diferenciada o fazer histórico para além do livro didático, mediante aparatos que são disponibilizados junto com a tecnologia educacional disponível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERUTTI, F. C.; MARQUES, A. M.. **Ensinar e Aprender História.** RHJ. Belo Horizonte. 2009.

FERREIRA, M. M.; FRANCO, R.**. Aprendendo História: Reflexão e ensino**. São Paulo: Editora do Brasil, 2009.

MANGANO, M., FRANCISCO, J. **Contradicciones y discontinuidades. La Historia y su enseñanza**. Revista de Teoría y Didáctica de las Ciencias Sociales. Mérida-Venezuela. ISSN 1316-9505. Julio-Diciembre. Nº 15 ,447-460 .2009. Disponível em: http://www.saber.ula.ve/bitstream/123456789/31194/3/articulo8.pdf. Acesso em: 15 de maio de 2013.

MOREIRA, Joaquim Mendes, **Ensinar história, hoje.** Revista da Faculdade de Letras. Porto III série. vol. 2. 2001.

PEREIRA, Lara Rodrigues. SILVA, Cristiani Bereta da. **Como utilizar o cinema em sala de aula? Notas a respeito das prescrições para o ensino de História**. Revista espaço pedagógico v. 21, n. 2, passo fundo, p. 318-335, jul./dez. 2014. Disponível em www.upf.br/seer/index.php/rep. Acesso em: 25 de agosto de 2014.

SILVA, Vitória Rodrigues e. **Estratégias de leitura e competência leitora: contribuições para a prática de ensino em História**. História, 2004, vol.23, no.1-2, p.69-83.

SILVA-BARBOSA, Maria do Rosário. **Leitura e Interpretação de Textos.** UPE. 2011.

SOBANSKI, A. Q.; CHAVES, E. A.; BERTOLINI, J. L. S.; FRONZA, Marcelo. **Ensinar e aprender História: histórias e quadrinhos e canções.** 1. Ed. Base Editorial. Curitiba. 2009.

SUÁREZ, M. A.. **Enseñanza de la Historia: viejos problemas y necesidad de un cambio. Reflexión de un alumno del Máster de Profesorado de Secundaria,** Proyecto CLIO, 36. ISSN: 1139-6237. 2010. Disponível em: http://clio.rediris.es. Acesso em: 25 de agosto de 2013.

SC06. Discursos e Práticas Educacionais
Ednaura Almeida de Araújo

RELATOS DE UMA EXPERIÊNCIA: ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM HISTÓRIA NO CENTRO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS SENADOR GUERRA (CAICÓ-RN)

Aline da Silva Linhares[1]
Kyara Maria de Almeida Vieira[2]

RESUMO
O presente trabalho se propõe a discutir a experiência no Estágio Supervisionado de História, realizado no Centro de Ensino de Jovens e Adultos Senador Guerra (Caicó-RN). A pesquisa foi realizada em diferentes frentes: pesquisa de campo participante na escola, questionários respondidos pelos/as alunos/as, professora tutora e diretor da escola, além da produção/ realização de uma oficina sobre a História dos Hebreus. Diante disto, pretendemos analisar os desafios para o Ensino de História na Educação de Jovens e Adultos (1º ano do Ensino Médio), pautando-nos nas seguintes problematizações: quais representações foram construídas sobre a Educação de Jovens e Adultos na referida escola? Quais as possíveis relações entre o conhecimento acadêmico e sua operacionalização na escola básica? Quais as demandas e provocações inspiradas por essa experiência no Estágio em História? Assim, ao compartilhar nossa trajetória, pretendemos contribuir com as discussões sobre a formação e a prática docente, os desafios para a Educação de Jovens e Adultos, tentando ir além dos discursos generalizantes de pessimismo e acomodação, ou ainda, no outro polo, dos discursos idealizadores de uma educação perfeita. Portanto, nosso trabalho pretende analisar as limitações, mas também destacar as conquistas observadas em nossa experiência do Estágio de História.
Palavras-chave: História; Ensino; EJA.

A sociedade passa por grandes transformações e a educação continua sendo creditada como o meio para que os sujeitos alcancem melhores condições de vida, como também, sejam capazes de conhecer a realidade e transformá-la. Apesar de a Constituição Federal de 1988, garantir em seu Artigo 205, que a educação é um direito de todos/as, esta não ocorre de fato, pois assim como a exclusão ocorre no meio social, acontece também no meio educacional, como é o caso de jovens e adultos, que por vários motivos não frequentaram a escola em tempo considerado regular.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996), estabelece que é dever dos pais matricular seus filhos em escolas básicas a partir do

[1] Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN-CERES)
[2] Universidade Federal de Campina Grande (PNPD/UFCG)/Grupo Flor e Flor-Estudos de Gênero (UEPB/CNPq)

6 (seis) anos de idade, onde a duração da formação é de 9 (nove) anos. Entretanto, ao longo das visitas realizadas na escola e das conversas com a professora tutora, a direção e 20 (vinte) alunos/as, percebemos que muitos são os motivos que contribuem para que os alunos da educação de Jovens e Adultos (EJA) não ingressem no período regular de alfabetização, dentre eles, porque desde cedo tem que trabalhar para suprir necessidades básicas, como a alimentação, por exemplo, o que leva ao abandono escolar por parte daqueles que haviam dado início aos estudos. Esse elemento compõe as experiências da maioria desses/as alunos/as, fazendo com que, muitas vezes, sejam desmotivados/as e/ou sintam-se incapazes de adquirir conhecimento.

Por outro lado, ao acompanharmos a gestão da escola e os educadores, percebemos em suas falas que ambos são desmotivados ao ensinar alunos da EJA, o que provoca ressonâncias na sua maneira de operacionalizar as aulas e na sua relação com os temas a serem trabalhados. Certamente essa desmotivação não passa despercebida pelos/as educandos/as. O texto de Sandra Mara Corazza ("*Por que somos tão tristes?*") nos possibilita pensar sobre tais experiências, quando a mesma questiona por que os educadores são tristes ao ensinar, e afirma que "se trata de uma tristeza imensa, tão duradoura, que nos leva à exaustão, desejar que chova muito para irem poucos alunos à aula, que haja greve, que cheguem logo o término do turno, ou, melhor ainda, as *Abençoadas Férias*." (CORAZZA, 2008, p.1)

Ao estagiar no Centro de Ensino de Jovens e Adultos Senador Guerra (Caicó-RN), no mês de Outubro de 2014, vários foram os desafios encontrados durante o trajeto da prática de ensino. Tais desafios nos levaram a pensar em algumas questões: Quais os desafios da experiência de ser estagiária? Quais narrativas foram construídas sobre a Educação de Jovens e Adultos na referida escola? Quais as possíveis relações entre o conhecimento acadêmico e sua operacionalização na escola básica? Quais as demandas e provocações inspiradas por essa experiência no Estágio em História?

O estágio na escola Senador Guerra foi desenvolvido por 4 (quatro) estagiários, onde teríamos que observar o discurso pedagógico da escola, como se dava o processo de ensino-aprendizagem entre alunos/as e professores/as; por fim, elaboramos uma oficina para ser desenvolvida com a turma. Mas, antes de enveredarmos na discussão sobre a experiência do estágio, é preciso compartilhar alguns aspectos do funcionamento do Centro de Ensino de Jovens e Adultos Senador Guerra, que está situado na Praça Dr. José Augusto, conhecida também como Praça da Alimentação, no centro de Caicó/RN, s/n. O contato com a escola aconteceu desde 2013, tendo em vista que foi nessa instituição que ocorreram o primeiro e

segundo estágios. A escola Senador Guerra, como é mais conhecida, atua nas modalidades de ensino Fundamental e Médio, destinando-se à Educação de Jovens e Adultos (EJA), funcionando os 3 (três) horários (manhã, tarde e noite); possui um quadro de 22 (vinte e dois) professores e 4 (quatro) dependências administrativas. A atual diretora é a senhora Marta Geruza da Costa Oliveira, que assumiu a direção em 2013.

A escola Senador Guerra oferece educação básica para a formação de cidadãos, e entre suas práticas está a organização de uma semana pedagógica no início do ano letivo, que ocorre antes de começarem as aulas, para integrar e discutir entre professores/as o desenvolvimento das atividades pedagógicas da escola. Nessa semana ocorre a participação do quadro docente de toda a escola, incluindo a direção e a coordenação. Além disso, a escola realiza também o planejamento bimestral, contando com a participação dos coordenadores, professores, direção e inspeção escolar. Percebe-se ainda que há, por parte da equipe técnico-administrativa, o estímulo ao trabalho coletivo na escola a partir de reuniões e projetos, bem como, há um acompanhamento das ações docentes por parte do apoio pedagógico e da coordenadora pedagógica. Pedagogicamente, a escola trabalha temas transversais que são inseridos de forma individual em cada disciplina.

Entretanto, a mesma tem algumas dificuldades, como por exemplo, a motivação de seus alunos perante os estudos, pois muitos deles escolhem estudar na instituição não tendo como objetivo adquirir conhecimento, mas para terminar os estudos mais cedo, por ser uma instituição que trabalha com o supletivo, onde são ministradas 2 (duas) séries em um ano. Além disso, ainda não possui uma sala de informática, pois sabemos que o acesso à internet, atualmente, é um dos meios que auxiliam os/as professores/as no processo de ensino-aprendizagem. Por outro lado, em nossas observações na escola, diagnosticamos nos relatos não só da professora da disciplina de História, mas de professores/as de outras disciplinas, que estes se mostram desanimados com Educação de Jovens e Adultos. Para esses/as professores/as a grande maioria dos/as alunos/as não se interessa pela aquisição de conhecimento.

Após conhecer o funcionamento da escola, marcamos uma conversa com a professora-tutora, a senhora Eneide Araújo de Barros, que foi a responsável pelo acompanhamento durante o estágio na escola. Conhecer a professora foi importante, pois, a partir desse contato verificamos sua postura didática, o que ela pensa sobre o ensino da EJA, bem como a relação da mesma com seus/suas alunos/as. A professora nos falou sobre o desinteresse da turma em relação às aulas de História, e não nos tolheu em relação à forma que deveríamos trabalhar.

Em nossa aula de observação, notamos que a professora Eneide tinha uma boa relação com os alunos, o que é imprescindível para haver um ambiente agradável e amigável para a produção de conhecimentos. Além disso, a professora se mostrou muito capacitada, dominando os conteúdos que expôs, ao mesmo tempo em que foi solícita para com alunos/as. Essa boa relação entre alunos/as e professores/as é importante, pois como sabemos esses jovens e adultos "buscam a liberdade de sua realidade de discriminação que vivenciam constantemente através de um contato amigável com o docente." (PEDROSO, S/D, p.4)

Em um dos encontros com a professora-tutora, que ocorreu na escola Senador Guerra, no dia 03 de abril de 2014, a mesma relatou que a maioria dos alunos da modalidade EJA, está em sala apenas para concluir o ensino para que possam entrar no mercado de trabalho. Essa ideia é corroborada por Pedroso (S/D, p.3), quando diz que

> (...) contextualizando a realidade social do jovem e adulto, percebe-se que ele procura condições de vida melhor, através da educação, para isso busca numa idade mais avançada a alfabetização que não teve anteriormente. Assim, vê nessa alfabetização a solução para a maior parte das dificuldades de sua vida.

De acordo com a professora, os/as alunos/as têm muitas dificuldades, sendo a principal delas a fragilidade na leitura e na escrita. Constatamos essas dificuldades mencionadas pela professora, através de observações realizadas na turma, dos questionários respondidos pelos/as alunos/as em abril de 2014. Além disso, nós estagiários estávamos presentes quando a professora-tutora passou uma atividade para os/as educandos/as, momento em que os/as mesmos/as responderiam questões sobre o Egito. Nesse momento, verificamos que alunos/as demonstram dificuldades em expressar suas ideias, pois apenas transcreveram para o papel o conteúdo do livro didático, ou chegaram a transcrever a atividade do colega. Percebemos também que, a maioria dos/as alunos/as não lê o conteúdo do livro, e querem uma resposta pronta, chegando ao ponto de perguntarem a professora, onde está a resposta para as questões.

As dificuldades mencionadas acima podem ser verificadas através das respostas dadas pelos educandos/as, pois, questionados/as sobre o que achavam que poderia ser melhorado na comunidade, um aluno respondeu: "eu gostaria que poderíamos da mais educação para aqueles meninos que vivem nas ruas" (sic). Outro aluno disse: "tudo e um pouco mais". Diante desses relatos, nota-se, portanto, que aluno/as não têm uma capacidade de escrita adequada para a série que estão cursando, tendo em vista que são aluno/as de 1º ano do Ensino Médio. Como também, mostra que aluno/as demonstram dificuldades em expressar

suas ideias, e essas dificuldades consequentemente se refletirão no modo desses alunos expressarem suas vontades e opiniões perante a própria sociedade.

A falta de leitura dos/as alunos/as fez com que a professora Eneide deixasse a metodologia avaliativa a partir de seminários em sala de aula, pois não poderia contrariar os interesses da turma, já que os alunos não compareciam às apresentações dos seminários. Em nossas conversas com a professora Eneide, na escola Senador Guerra, em abril de 2013, questionamos sobre quais assuntos mais interessavam aos aluno/as, e a mesma chegou a conclusão que não poderia responder tal questionamento, tendo em vista que os/as alunos/as não têm hábito de leitura e que os mesmos não participam das aulas.

Podemos perceber diante disso, que o processo de ensino-aprendizagem é uma educação bancária, em que os/as alunos/as só recebem o conhecimento e não intervém no processo de produção de conhecimento, estes/as não fazem questionamentos e estão ali como meros receptores do que a professora fala, não havendo, portanto, uma interação entre alunos e professora, distanciando-se da possibilidade de "reconceitualizar a aula como espaço de compartilhamento de experiências individuais e coletivas, de relação dos sujeitos com os diferentes saberes envolvidos na produção do saber escolar." (SCHMDT; GARCIA, 2005. p. 299).

As observações na escola Senador Guerra foram de suma importância para ampliar nossas percepções sobre as experiências na Educação de Jovens e Adultos, já que analisamos os métodos do processo de ensino-aprendizagem da professora e da turma, o que nos deu possibilidade para percebermos as dificuldades e inquietações que ambos enfrentam nesse processo, e assim, procurar mecanismos para fazer com que as aulas sejam dinâmicas e que os mesmos interajam tanto com o professor como também uns com os outros. Além disso, a observação nos mostrou que há entre alunos/as, gestores e educadores da escola, uma situação de desânimo, de descrédito.

É importante destacarmos que o Ensino de Jovens e Adultos apresenta vários desafios, e um deles se refere ao contexto social dos alunos. Como mencionado anteriormente, muitos estão ali para terminar os estudos de maneira mais rápida com o objetivo de encontrar melhores colocações no mercado de trabalho. Nesse sentido, Moacir Gadotti, afirma:

> Os jovens e adultos trabalhadores lutam para superar suas condições precárias de vida (moradia, saúde, alimentação, transporte, emprego, etc.) que estão na raiz do problema do analfabetismo. Para definir a especificidade de EJA, a escola não pode esquecer que o jovem e adulto analfabeto é fundamentalmente um trabalhador - às

> vezes em condição de subemprego ou mesmo desemprego (...) (GADOTTI, 2008, p. 31 apud PEDROSO, S/D, p.2).

Assim, nós enquanto educadores, poderíamos procurar meios para que os alunos/as não sentissem nosso desestímulo frente ao desinteresse ou desmotivação deles/as. Desse modo, ao ir para a escola esses alunos encontrarão "meios para permanecerem e se sentirem integrados, ou seja, sentindo-se entre amigos e com prazer de estarem ali" (NEY, 2008, p.102).

Ainda na observação da turma do 1º ano do Ensino Médio, alunos/as se mostraram calmos/as, todavia, ficou evidente que os mesmos não gostam das aulas de História. Mas, pensamos que o ensino de História é de fundamental importância para a formação do indivíduo, mesmo em tempo tão fluidos e de intensa circulação depessoas, informações, produtos. Desse modo "o professor de história [...], faz com que o aluno não apenas compreenda, mas que assimile, incorpore e reflita sobre os ensinamentos de variadas formas." (FONSECA, 2003, p.70). Com base nessa afirmativa, pode-se pensar que o ensino de História pode vir a ser um espaço para que o indivíduo adquira meios para problematizar a forma de ver e entender o mundo, como também tem impacto nas suas concepções, atitudes e valores, portanto, "Ensinar História passa a ser dar condições para que o aluno possa participar do processo do fazer, do construir a História" (SCHMIDT, 1996 Apud AGOSTINI; PAIM, 2006, p.189).

Portanto, sabedores do lugar que a História pode vir a ocupar na formação do indivíduo, montamos/ organizamos uma oficina sobre o Povo Hebreu, pois é imprescindível que alunos/as estejam ciente da História destes, tendo em vista que o conhecimento mais aprofundado acerca desse povo faz com que o aluno compreenda a importância destes para a formação da etnia judaica e israelita, assim como percebam as contribuições dos mesmos na construção do cristianismo, do judaísmo e do islamismo. Nesse sentido, é imprescindível que os alunos saibam da importância cultural e o legado dos hebreus para a sociedade contemporânea, como por exemplo, a formação do monoteísmo moral e ético, como também instigar os alunos a refletir sobre as origens dos Hebreus, tendo como fonte de referência os textos bíblicos e as produções de mídia referentes a esse povo.

Cientes dos desafios encontrados na Educação de Jovens e Adultos, enquanto educadores, buscamos alternativas para despertar o interesse dos/as alunos/as no processo de ensino-aprendizagem, trazendo esses/essas alunos/as para a construção da aula, pois acreditamos que essa seria uma das possibilidades para motivá-los. Assim, ao invés de

fazermos uma aula em que apenas nós exporíamos o assunto, pensamos que as novas tecnologias nos auxiliariam na oficina.

Assim, refletimos de que forma nós futuros/as professores/as de História poderíamos ensiná-la: "quais os temas, as fontes, os materiais, os problemas que escolhemos para fazermos as mediações entre o passado e o presente vivido por nós?" (SILVA; FONSECA, 2010.p.16). Desse modo, seria interessante levar para a sala de aula, diferentes meios que façam com que os/as alunos/as se interessem pelo assunto e vejam na disciplina de História a experiência de homens e mulheres no tempo, como também "entender que a história estuda a vida de todos os homens e mulheres, com a preocupação de recuperar o sentido de experiências individuais e coletivas." (SCHMIDT; GARCIA, 2005, p. 299)

Nesse sentido na oficina realizada na turma do 1º ano do Ensino Médio, na escola Senador Guerra, foi utilizado como forma de motivar o interesse dos alunos, um vídeo-aula animado que através de desenhos de personagens bíblicos, contava a história dos Hebreus. Essa escolha metodológica levou em consideração que "nossa memória visual é muito mais duradoura que a memória textual" (JOHNSON, 2001, p.15 Apud SILVA, p.8). O recurso utilizado em sala está em consonância com as novas formas de se trabalhar o ensino de História, de modo que:

> Desde as primeiras décadas do século XX, educadores preconizam a utilização do cinema como importante recurso didático no ensino de História, alguns ancorados na ideia de reprodução fiel do acontecimento passado. Mas, além disso, o cinema cria possibilidades de construção do conhecimento histórico escolar, pois o filme em sala de aula mobiliza operações mentais que conduzem o aluno a elaborar a consciência histórica, forma de consciência humana relacionada imediatamente com a vida humana prática, e que se constitui, em última instância, no objetivo maior do ensino de História (ABUD, 2003, p. 183).

Como forma de fazer com que os alunos ficassem mais próximos do tema abordado, pois devemos estabelecer "relações com o cotidiano dos alunos e dos professores, bem como com o cotidiano de outras pessoas, em outros tempos e lugares" (SCHMIDT; GARCIA, 2005.p.303-04), eles foram incentivados a analisar e expor suas ideias em relação aos códigos e valores éticos criados pelo Povo Hebreu e que permanecem até hoje (como por exemplo, o fato de roubar e ser punido por isso). Nossos desafios começaram no início da aula, pois muitos alunos estavam em conversas paralelas e mais a frente quando passamos o vídeo, um dos alunos retirou-se da sala, porque não gostou da metodologia, o que nos deixou tristes e com receio de que outros/as alunos/as o acompanhasse. Todavia, não foi o que ocorrera, pois

a oficina foi bem sucedida em relação aos alunos/as que permaneceram em sala. Esses/as participaram das discussões, fizeram questionamentos, ficaram curiosos a respeito do tema abordado.

Se por um lado, provamos o sabor amargo de passar dias estudando para ministrar uma oficina, procurando meios de fazer com que a mesma fosse produtiva, mas de forma leve e alegre, e víamos alunos/as sem interesse, dormindo nas carteiras, sem prestar atenção aos que estava sendo exposto, problematizado; por outro lado, provamos o doce sabor de ter alunos/as envolvidos e gostando da aula. Alunos/as que não queriam que saíssemos da sala, que nos perguntavam se não poderíamos ficar ministrando aula para eles/as. Saímos da sala percebendo como era desafiante para educares/as não desanimar frente ao desinteresse de alguns alunos/as, mas também sentimos o quanto é gratificante sentir o envolvimento, a participação nem que seja de apenas um/a aluno/a.

Além de utilizarmos o livro didático do Ensino Médio "História: das cavernas ao Terceiro Milênio" (2010) de autoria de Patrícia Ramos Braick e Myriam Becho Mota, para a elaboração da oficina sobre os Hebreus, houve a preocupação de não colocar de lado os autores e as discussões realizadas no âmbito acadêmico, pois devemos aliar a teoria à prática. Nesse sentido, tomamos como referência a obra "As Primeiras Civilizações" (2006), escrita pelo autor Jaime Pinsky, em que o mesmo destina um capítulo do livro para discutir e analisar a história do povo Hebreu. Como também as discussões de Mário Curtis Giordani, que pesquisa a "História da Antiguidade Oriental", onde o mesmo discute a respeito da "origem" dos Hebreus, nos colocando a pensar sobre seus costumes, a estrutura social e sua organização política.

Levar as discussões do ambiente acadêmico para a sala de aula, mostrou que foi possível aliar a teoria estudada na Universidade para a prática na sala de aula, já que este é um dos grandes problemas enfrentados pelos estagiários, pois "há uma grande contradição entre teoria e prática nos cursos de licenciatura." (REGO, 1993 Apud AGOSTINI; PAIM, 2006, p.188)

Um dos desafios enfrentados por professores/as é fazer com que alunos/as percebam que o conhecimento histórico nos dá possibilidade de compreendermos não só os processos e os sujeitos históricos, mas também, as relações humanas em momentos distintos. É importante sugerir caminhos para que os alunos se tentem se reconhecer como sujeitos históricos, analisando a complexidade das relações sociais presente no seu cotidiano e na sociedade. Nesse sentido, cabe a História "um papel educativo, formativo, cultural e político, e sua

relação com a construção da cidadania perpassa diferentes espaços de produção de saberes históricos." (SILVA; FONSECA, 2010, p.24). Desse modo, mesmo com o desinteresse mostrado pela maior parte dos alunos, nós enquanto mediadores de saber, que acreditamos no poder do ensino e que através dele os sujeitos adquirem uma postura crítica em relação à sociedade em que vivem, poderíamos colocar como aqueles que "atravessam os muros, deslocam os limites, transformam o ofício de educar em um sistema solar e planetário, vivo e móvel" (CORAZZA, 2008, p.3).

Assim, o Estágio Supervisionado se constituiu como um "divisor de águas" na nossa graduação, já que, através dele tivemos as primeiras noções de como é estar professor na prática. Além disso, nos mostrou os desafios, mas também as conquistas adquiridas no processo de ensino-aprendizagem. No estágio nos deparamos com a realidade escolar, da sala de aula, como também, a realidade de cada indivíduo, além de verificarmos o acerto de nossa escolha profissional. Foi a oportunidade que tivemos para desenvolver o conhecimento adquirido e problematizado no ambiente acadêmico, a partir da leitura e discussão de teóricos que servirão de base e influência para o desenvolvimento da prática docente.

A oficina realizada na turma do 1º Ano do Ensino Médio, na Escola Senador Guerra, deu possibilidade para nos familiarizarmos com as práticas desse nível de ensino. Mas, também foi relevante para que tivéssemos contato com alguns dos desafios de ensinar na modalidade EJA. Constatamos que há um grande desestímulo por parte dos alunos que podem estar associados a problemas de ordem pessoais que se refletem na vida escolar. Mas, também notamos que, naquela sala, tinham alunos/as ávidos pelo conhecimento, por compartilhar saberes. Experiência que não é exclusiva da EJA, mas que pode ser percebida em vários níveis do ensino, inclusive na própria academia, tendo em vista que variados são os motivos levam/e mantem as pessoas nos bancos escolares.

Diante disso, podemos concluir que a experiência que ganhamos durante o estágio é uma lição para nós futuros professores e enquanto alunos dentro do ambiente acadêmico, pois é dessa forma que vamos descobrindo nossa "vocação" para a profissão e descobrir também que é uma longa jornada que precisa de planejamento, estudo, prática e vontade de ensinar.

Por fim, percebemos que por mais que haja desestímulo, cansaço por parte de nós educadores/as, não podemos passar esses sentires para nossos/as alunos/as, pois isso faz com que o trabalho realizado em sala seja, na maioria das vezes, improdutivo, cansativo, triste. Ao entrarmos na sala de aula, tentamos fazer dela uma poesia, que encanta e torna os assuntos mais densos uma leve melodia. Entramos em sala com o desejo de não apenas "jogar" os

conteúdos para os alunos, mas fazer da aula um momento de discussão, de troca de experiência e aprendizado. Em nossa oficina tentamos, de alguma forma, entrar em sala com alegria, chamando os alunos a fazer uma viagem no tempo, mergulhar na história de sociedades e perceber as transformações e/ou permanências. Porque em nossa profissão queremos ser/estar:

> Professores do Desejo: este é seu nome, guerreiros, vitais, cósmicos, alegres, afirmadores do múltiplo, do devir, do acaso, que através das doenças do vivido, vivem a saúde da sua profissão. Com uma serenidade que serena a mortificação, tantas vezes reproduzida, eles amam o que há de mais vivo no que fazem, inclinam-se sobre a beleza de educar, abraçam a vida, fornecem exemplo de criação e da alegria de viver, pelas suas próprias vidas, mais do que pelos livros e palavras (CORAZZA, 2008, p. 3-4).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINI, Sandra. PAIM, Elison Antônio. **Estágio: contribuições para a formação do professor de história.** Londrina: História & História. v, 12, p. 187-202, ago. 2006. Texto disponibilizado na disciplina Estágio Supervisionado I, pela professora Jossefrania Vieira Martins.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **Por um ensino que deforme**: o docente na pós-modernidade. p.1-4. Disponível em: http://www.cnslpb.com.br/arquivosdoc/MATPROF.pdf. Acesso em: 18 de Agosto de 2013

BRAICK, Patrícia Ramos; MOTA, Myriam Becho. **História**: das cavernas ao terceiro Milênio. 2 ed. São Paulo: Moderna, 2010.

CORAZZA, Sandra Mara. **Por que somos tão tristes?** Brusque, 2008.p.1-4. Disponível em: https://www.unifebe.edu.br/04_proeng/formacao_continuada/2008_2/material_palestras/porque_somos_tao_tristes.pdf. Acesso em 30 de Novembro de 2013 às 14h:58min

FONSECA, Selva Guimarães. Como nos tornamos professores de História: a formação inicial e continuada. IN._____. **Didática e prática de ensino de história:** experiências, reflexões e aprendizados. Campinas, SP: Papirus, 2003.p.59-87.

GIORDANI, Mário Curtis. **História da Antiguidade Oriental**. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes Ltda, 1977. p. 226-255.

NEY, Antonio. **Educação Básica.** IN_____. Política educacional: organização e estrutura da educação brasileira. Rio de Janeiro: Wak Ed, 2008.p.99-106.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos; GARCIA, Tânia Maria F. Braga. **A formação da consciência histórica de alunos e professores e o cotidiano em aulas de História.** Cad. Cedes, Campinas, vol. 25, n. 67, 2005, p.297-308.

SILVA, Marcos. **Ensino de História e novas tecnologias**. p.1-20. Texto disponibilizado pelo Professor Diego Marinho de Goes á disciplina Estágio Supervisionado em História II.

SILVA, Marcos Antônio. FONSECA, Selva Guimarães. **Ensino de História hoje:** errâncias, conquistas e perdas. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 31, nº 60, 2010.p.13-33.

PEDROSO, Sandra Gramilich. **Dificuldades encontradas no processo de educação de jovens e adultos**. p. 1-9. Disponível em: http://www.catedraunescoeja.org/GT05/COM/COM019.pdf. Acesso em: 30 de Novembro de 2013.

PINSKY, Jaime. Os Hebreus. In_____ **As Primeiras Civilizações.** 23 ed. São Paulo: Contexto, 2006.p.105-20.

RECICLANDO HISTÓRIA, REMODELANDO METODOLOGIAS: O ENSINO DE HISTÓRIA NO ÂMBITO DA ESCOLA PÚBLICA DOM MOISÉS COELHO

Jefferson Fernandes de Aquino[1]

RESUMO
O estudo em questão apresenta uma análise do ensino de História a partir da troca de experiências e vivências em sala de aula, em especial no âmbito da Escola Estadual de Ensino Fundamental Dom Moisés Coelho, apresentando como resultado o Projeto "Reciclagem Histórica", aplicado em turmas de 6º a 8 º anos do Ensino Fundamental II. O projeto em questão trabalha os conteúdos pré-estabelecidos no currículo de História e nos livros didáticos de uma forma mais dinâmica, a fim de apurar o censo crítico do alunado e estimular a produção historiográfica. Isto acontece em dois momentos cruciais e que garantem o resultado esperado no planejamento das aulas: o primeiro momento é a exposição do conteúdo em sala de aula, a fim de que o aluno tenha a capacidade, no ato da produção, de discernir corretamente o assunto trabalhado naquela aula; o segundo momento é o da confecção de materiais pedagógicos ou produção textual, onde o discente é colocado na posição de expor a sua opinião e apresentar o que aprendeu e identificar o que ele apresenta ainda de dificuldade. Aqui, além de esclarecer as metodologias utilizadas no entorno do projeto, apresentaremos alguns resultados, a fim de provocar uma discussão no tocante ao ensino de História e as novas dificuldades apresentadas na sala de aula.
Palavras-chave: Ensino de História; Projeto; Metodologias de Ensino.

O ponto de partida para a elaboração de um projeto intitulado "RECICLAGEM HISTÓRICA" foi a necessidade de aproximar o alunado dos conteúdos de História, tendo em vista que, além de proporcionar um aprendizado mais dinâmico, conseguimos identificar, a medida em que o Projeto foi se desenvolvendo, algumas dificuldades e focar a atenção daqueles alunos "entediados" com a disciplina.

Por muitas vezes imaginamos uma sala de aula tipicamente tradicional, disposta em filas com diversos tipos de alunados. E ensinar para eles é o nosso maior desafio. Por muitas vezes entramos numa sala de aula já pensando em sair dela e ir para o doce recanto do nosso lar e esquecemos a interação magnífica que há entre aluno e professor.

E não estou vislumbrando nenhuma prática positiva demais e nem formando conceitos miraculosos de uma perfeição em sala de aula. Este é um espaço muito mais complexo do que possamos imaginar. Respiramos hierarquias, compartilhamos de experiências diversas e divergentes – da sala de aula para o ambiente de professores –, nos cansamos exaustivamente, sem falar na remuneração.

[1] Especialista em Geopolítica e História pelas Faculdades Integradas de Patos; Graduado em História pela Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Formação de Professores; Professor da EEEF. Dom Moisés Coelho, Cajazeiras-PB; e, Professor Supervisor do Programa de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) pelo CFP/UFCG na EEEF Dom Moisés Coelho.

No entanto, o que me motivou a realizar um projeto como o "RECICLAGEM HISTÓRICA" foi o desejo de me aproximar ainda mais da realidade do alunado da EEEF Dom Moisés Coelho, em Cajazeiras-PB, e aproveitar essas experiências particulares no convívio escolar.

Assim, baseado no princípio do cientista francês do século 18, Antoine-Laurent Lavoisier, *"na natureza [...] nada se perde, tudo se transforma",* e pautados nas correntes historiográficas que afirmam que os processos históricos são frutos das relações sociais e que tudo que está em nosso meio pode vir a ser História, foi pensado este projeto, do qual apresento, neste artigo, alguns dos resultados e metodologias trabalhadas e que pudesse elevar os alunos do Ensino Fundamental II da EEEF Dom Moisés Coelho, a um pensamento histórico, valorizando as fontes que dispõe em seu meio e delas conseguir contar uma história.

Entendemos que este princípio de Lavoisier remete-se à física e as ciências naturais, contudo, podemos exportá-lo para o conhecimento histórico ao remetê-lo ao conceito de aproveitamento das fontes, onde o historiador, em seu ofício, aproveita-se do "inútil" e transforma-o em uma peça desse grande quebra-cabeça da vida humana ao longo do tempo.

Neste sentido, reunimos conceitos de várias áreas do estudo para compor, desde o título do projeto, à sua essência.

Desse modo, o Projeto "RECICLAGEM HISTÓRICA", objetiva fazer com que o alunado da EEEF Dom Moisés Coelho possa "aproveitar" determinados objetos a eles aparentemente tido como "descartáveis", elencando a sua importância para uma dada época quer seja da sua vivência, ou até mesmo do convívio de sua família e, com ele, possa compreender que as transformações empreendidas pelo homem na sociedade evolui a cada instante, onde aquele determinado objeto marcou, de uma forma ou de outra, uma época específica. E com esse material, o aluno possa se aproximar da História e se entender como agente histórico.

O ensino de História, dentro do contexto das ciências sociais, contempla bem essa formação social do cidadão, a saber, o próprio currículo da disciplina, onde, o indivíduo inicia seus estudos no Ensino Infantil e Fundamental e estenda-se pelo 6º ano com conceitos básicos que a ciência fornece, tais como: o surgimento do homem e das civilizações, bem como a sua importância para o mundo contemporâneo (religião, cultura, linguagens, matemática, entre outros); nesta perspectiva, até chegar ao 9º ano, este jovem lapida o seu senso crítico, chegando ao Ensino Médio capacitado a desenvolver problemas com maior complexidade e apurar ainda mais o senso crítico.

No entanto, para chegarmos tal ponto, se faz necessário algumas reflexões, dentre elas e segundo Berutti e Marques (2009):

> Não se pode, portanto, exigir que os estudantes estejam prontos para pensar historicamente e desenvolver competências e habilidades desde os anos iniciais do Ensino Fundamental, uma vez que a seleção dos conteúdos, as estratégias de ensino e de avaliação vão se tornando mais completas aos longo do processo de ensino-aprendizagem e não se encerram nessa etapa dos estudos. [...] Ao longo do estudo da História, a construção da ideia de contexto histórico é essencial uma vez que vai permitir aos estudantes uma compreensão mais clara do conceito de tempo histórico, [...] (p.55) .

Para isto, todas as atividades foram pensadas a fim de contemplar os conteúdos previstos na grade curricular e no livro didático e seguir uma linha cronológica de forma a auxiliar nesta compreensão. Além disso, ao despertar o conhecimento prévio do aluno podemos nos utilizar de ferramentas imprescindíveis para a condução do conteúdo.

Levar em consideração que cada aluno traz uma realidade diferente e que, vários discentes, somados numa turma constroem uma particularidade que deve ser observada pelo professor e tomada como base para a elaboração de seu plano e de sua aula.

Neste sentido, se faz necessário com que o professor utilize de ferramentas metodológicas para descobrir tais particularidades e pontuar suas ações.

Deste modo, o Projeto "RECICLAGEM HISTÓRICA" nos permitiu identificar essas individualidades expressas e típicas de uma sala de aula e sugerir atividades que auxiliassem esse alunado na compreensão do conteúdo exposto na disciplina.

Identificar tais particularidades num universo de trinta a quarenta alunos não é nada fácil e talvez por isto, pelo alto volume de indivíduos, em uma sala de aula do ensino regular, acabe passando despercebidas aos olhos do professor – natural, mas não impossível de se identificar, até mesmo porque defendo que o professor deva ser próximo dos seus alunos, mas não um "membro da família".

O Projeto desenvolvido na EEEF Dom Moisés Coelho, nos permitiu se utilizar de metodologias que dinamizassem as aulas, tais como: debates (através de temas transversais e coligados aos conteúdos, como demonstrado na fotografia abaixo), apresentação de objetos que rememoram uma história pessoal ou coletiva que, segundo, Berutti e Marques (2009):

> Uma das diferenças entre memória e História é a memória é mais próxima das emoções, dos sentimentos, enquanto que a segunda pode até se valor do emocional, mas se fundamenta na razão. [...] [As] memórias coletivas se formam da relação que

> uma comunidade estabelece com seu passado. Esse tipo de memória ajuda a construir a identidade das pessoas que moram nessas localidades [...]. (p.66-67).

Além do uso da memória, quer seja coletiva ou individual, a produção de recursos didáticos a partir das explanações em sala, foram utilizadas e proporcionaram aulas mais interativas.

A utilização de temas transversais e coligados ao assunto é uma estratégia metodológica interessante, mas que merece os seus cuidados, haja vista que nela você, professor, lidará com olhares diferentes acerca de uma mesma perspectiva. É necessário que o profissional, antes de tudo, sonde a temática entre o alunado e estimule a pesquisa antes da aplicação de um debate.

FOTOGRAFIA 1 – Atividade realizada no 8ºD, uma das turmas assistidas no Projeto. A ação desta atividade consistia em discutir a política atual, fazendo com que os alunos compreendessem a importância na participação popular. Neste caso dois alunos debatiam sobre as manifestações populares ocorridas em 2013, aqui no Brasil. Assim associamos este debate ao conteúdo de Revolução Francesa. (Acervo Pessoal)

A fotografia retrata uma das aulas no 8º ano, turma "D". O tema trabalhado era Revolução Francesa. E o debate: as manifestações de julho do ano passado. A metodologia da atividade era bem simples: solicitamos que dois alunos estudassem o tema, mesmo tendo sido utilizado por várias vezes como exemplo na sala de aula; a partir disso, os dois alunos trouxeram visões opostas do ocorrido, onde a aluna (na foto, em pé e copiando no quadro) expunha a sua pauta de reivindicações, já tendo explanado suas razões, e o outro aluno (na foto, sentado) trazia uma visão conservadora e oposta ao movimento.

O objetivo da atividade era identificar pontos estratégicos que norteiam a insatisfação popular e podem gerar os acontecimentos históricos. Assim, além de ativarmos o conhecimento prévio do alunado, pudemos interligar os conteúdos facilitando a compreensão dos mesmos.

Este tipo de debate é interessante, pois além de aguçar o senso crítico dos alunos, os envolverem nas aulas fazendo-os apontar questões do cotidiano, suas impressões sobre a atualidade e a vida política do país e, a partir disso compreender melhor o conteúdo exposto em sala, desde que o professor interligue-o diretamente. Mas como afirmei anteriormente, esta metodologia necessita de alguns cuidados, sobretudo quando se traz temáticas que envolvam sexualidade, política ou religião. Antes de tudo, o professor deve pensar e levar em consideração que há, naquela sala, várias realidades, interesses e religiões.

Segundo Shimidt e Cainelli (2009):

> No tocante ao fazer histórico e ao fazer pedagógico, um dos desafios do historiador é realizar a função didática da História, adequando o conhecimento histórico aos diferentes ambientes de aprendizagem, tais como a sala de aula, o museu e o arquivo. Neste sentido, é importante diferenciar como esta adequação vem sendo pensada a partir do conceito de "transposição didática", bem como da perspectiva orientada pela função didática da História, baseada principalmente na cognição histórica situada (p.35).

O ensino de História ainda está vinculado a leituras e discussões nada agradáveis ao aluno. Escutar professores dizerem que "aquele assunto é chato" ou "desinteressado" é bem comum. E na realidade existem assuntos mais difíceis e complexos para se abordar em História, pois ou são filosóficos demais ou políticos demais, mas não sem importância para a construção do saber histórico. E sem abordar uma metodologia mais dinâmica e atrativa ao corpo discente, certamente não conseguirá prender a atenção deles por muito tempo. Isto também dependerá de como o professor se porta em sala de aula.

Entretanto, a forma em que se é trabalhado o conteúdo está dentro da própria metodologia do professor, sem dúvidas. É comum ver que, aqueles assuntos taxados como "chatos" ou "metódicos demais" estão relacionados com o próprio domínio do professor mediante o conteúdo, ou simplesmente que não oferecem recursos metodológicos que tornem a aula mais atrativa. Desde ponto digo, sem reservas, que o professor também terá que utilizar de sua criatividade ou de amizades para compartilhar metodologias.

Mas voltando à dinâmica do projeto, outras atividades se desenvolveram e, em muitas delas tivemos a participação fundamental dos bolsistas do PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência), Subprojeto de História que está vinculado à UFCG, Campus de Cajazeiras.

Em um dos primeiros momentos da atuação do Programa na escola, foi-se observado do ambiente ao interesse do aluno na disciplina. Deste modo, quando interrogados "*O que você gosta de estudar em História?*", o que percebemos foi que todos os conteúdos apresentados nas respostas estavam ligados às aulas que foram dinamizadas em sala. E isto me motivou ainda mais a prosseguir com o projeto.

FOTOGRAFIA 2 – Atividade realizada no 6ºE, uma das turmas assistidas pelo Projeto. O objetivo desta atividade era que se produzissem elementos que, auxiliassem na aula e que eles haviam compreendido do conteúdo apresentado em sala, neste caso, Egito Antigo.

Na fotografia, alunos do 6º ano, turma "E", produziram, a partir de conhecimentos transmitidos em sala de aula, o processo de mumificação. O mais interessante que esta atividade, que serviu como revisão do conteúdo, foi de fundamental importância na avaliação aplicada aulas seguintes.

O envolvimento dos alunos é incrível neste tipo de atividade e a compreensão, pelo que percebemos é muito maior do que apenas aquela simples aula expositiva que, mesmo com a utilização de recursos midiáticos tais como filmes e data show, não proporcionam uma total compreensão dos conteúdos.

A utilização de recursos midiáticos tais como filmes e data show, são deveras interessantes, mas também deve ser usado com certa cautela. O que percebo muito é que muitos colegas se deixam levar pelo manuseio de tais recursos que não procuram inovar em sua própria metodologia ou simplesmente acreditam que aquele utensílio dará a aula por ele. Por isso a importância da teoria, pois se o professor não se compreende diante uma escolha teórico-metodológica como ele irá perceber que não basta recorrer a outros recursos, mas sim, a sua própria postura e maneira de pensar, e estar na escola.

De contrapartida, outros colegas por não dominarem recursos tecnológicos atuais como, por exemplo, o data show, simplesmente criticam quem o usam e até, de certa forma, rejeitam alguns estagiários com medo de que ele se utilize desses meios e depois seus alunos o exijam o mesmo.

O fato é que respiramos, caminhamos, ingerimos, falamos, ouvimos e manuseamos tecnologias. Em suma, vivemos num mundo tecnológico e ela está cada vez mais presente nas escolas, do diretor ao aluno. E mais do que isto, vivemos em um mundo informatizado, tecnológico que se contrapõe ao sistema educacional brasileiro que, em sua grande maioria ainda apresenta características tradicionais.

E este dado não está descrito em pesquisas oficiais ou extraoficiais, mas muito bem exposto na realidade. Um exemplo claro disso é o próprio uso de celulares na escola, que é proibido por lei – e não estou a contestando.

Mas a escola atual possui recursos tecnológicos, proíbe em partes o uso de celulares – pelo menos no que tange à pesquisas acadêmicas, por lei, ele pode ser utilizado, mas proibido, por outro lado, por motivos bem óbvios, tais como o manuseio errôneo de mídias sociais –, e é, em muitas partes, tradicional – por mais que ela se defina como moderna, mas dispõe de mecanismos ainda típicos de uma educação dos anos 1930-1980, que requer um padrão de comportamento, ajustamento das salas de aula, entre outras características – e esta perspectiva nos revela uma juventude cada vez mais crítica no tocante à direitos e perspectivas.

Neste sentido, a juventude, em todos as épocas se utilizou de avanços tecnológicos disponíveis em seu meio e de conhecimentos adquiridos por influências externas (que inclui também a escola) para se mostrar como “rebeles de uma causa adolescente”. E mais antiga é essa relação conturbada entre jovens e adultos e que se reflete dentro de uma sala de aula, pois ascendem realidades culturais e comportamentais divergentes entre essas temporalidades.

A crescente ascensão e popularização de recursos tecnológicos é um excelente resultado para a indústria e mercado, mas uma grande preocupação nas escolas, pois o este pode ser utilizado em duas maneiras: para construir saberes ou destruir conhecimentos.

No Projeto "RECICLAGEM HISTÓRICA", oportunizamos alguns momentos em que o celular, com os seus vastos recursos foi utilizado, inclusive na produção de alguns debates e materiais didáticos.

Tenho de confessar que foi uma metodologia marcada por dois lados, um bom e outro desagradável, pois nos momentos em que disponibilizamos o uso de tal recurso, este foi utilizado na perspectiva da pesquisa, por alguns grupos – o que gerou prazer na aplicação – e outros grupos, que não se sentiram atingidos pela metodologia da aula, utilizaram para bate papo em redes sociais – o que gerou certa frustração na metodologia.

Sinceramente, nem sempre todas as suas metodologias terão o sucesso esperado e, como disse desde o início, não estou formulando conceitos miraculosos e nem vislumbrando uma sala de aula perfeita. O que objetivo demonstrar, neste artigo, é que existem metodologias que podem ser relevantes ao conhecimento e outras que simplesmente atinjam parcialmente a turma.

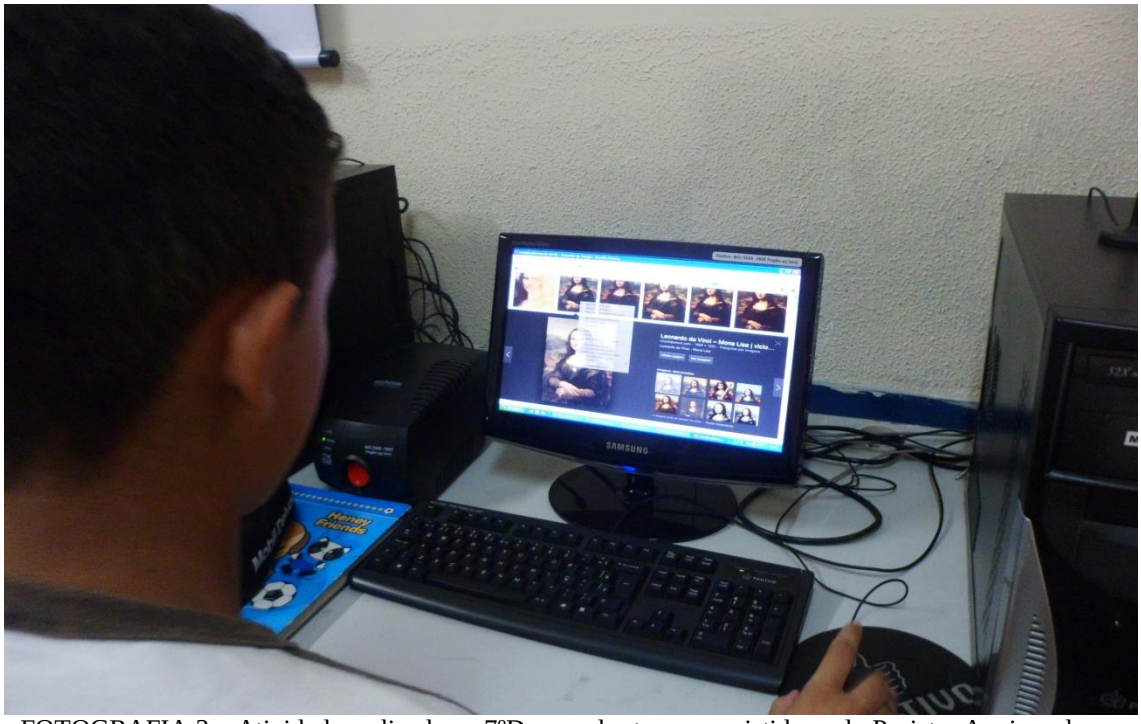
Assim, colocamos o nosso corpo discente não como expectadores da História, mas sim como agentes, tendo em vista que, visamos oportunizar uma prática do estudo da História. Sobre isso, Simone Selbach (2010) afirma:

> O bom ensino de História não é apenas situar acontecimentos históricos e localizá-los em uma multiplicidade de tempos, mas compreender que as histórias pessoais são partes integrantes de histórias coletivas e que conhecer modos de vida de diferentes grupos em diversos tempos e espaços, e reconhecer semelhanças e diferenças é a melhor maneira de respeitá-los. É importante que se ensine História para que os alunos possam questionar a realidade, identificamos seus problemas e descobrindo formas [...] que possam ajudar a resolvê-los (p.37-38).

A proposta do Projeto "RECICLAGEM HISTÓRICA" é, portanto, que o aluno se encaixe na História, distanciando-se daquela ideia que vislumbra o aluno como "ouvinte", o professor como "palestrante" e a disciplina como "complicada", "enjoativa", assim transformando esta relação aluno-professor-disciplina em algo mais dinâmico e interativo, de modo a atrair o corpo discente para o estudo da História.

As atividades pedagógicas são estimuladas e devidamente planejadas no início do ano letivo, com participação na elaboração e sugestão de ações para o PPP.

Além de compor uma ação no Projeto Político Pedagógico da EEEF Dom Moisés Coelho, o Projeto enquadra-se dentro das Orientações Curriculares Nacionais, pois estimula o aluno a produzir e pensar, assim objetivando a formação de um ser social (cidadão) crítico, onde através disso, dispomos em nossa metodologia artifícios que nos auxiliem a ampliar o uso das tecnologias disponíveis e de temáticas que careçam de opinião. Neste sentido, o Projeto está em consonância com o Projeto Político Pedagógico da EEEF Dom Moisés Coelho, uma vez que o mesmo executa atividades que auxiliam ao alunado a compreensão acerca da História.



FOTOGRAFIA 3 – Atividade realizada no 7ºD, uma das turmas assistidas pelo Projeto. Aqui os alunos pesquisaram, sob supervisão e orientação pedagógica, imagens de quadros relacionados ao Renascimento Cultural e Científico, a fim de produzir material necessário para uma exposição de arte. Atividade que foi realizada em parceria com a disciplina de Arte.

FOTOGRAFIA 4 – Exposição de arte nas turmas 7ºC e 7ºD. Assunto: Renascimento Cultural.
Esta atividade foi realizada em conjunto com a disciplina de Arte nas turmas supracitadas, onde o resultado foi uma exposição de arte feita pelo 7ºD, da qual foi analisada pelo 7ºC.

FOTOGRAFIA 5 – Exposição de arte nas turmas 7ºC e 7ºD. Assunto: Renascimento Cultural.
Aqui, alunos do 7ºD apresentam a biografia de artistas do Renascimento para alunos do 7ºC. Nesta atividades também contamos com a parceria dos alunos do PIBID – Subprojeto de História.

As atividades acima identificadas foram pensadas a demonstrar uma exposição de arte. Assim, como o conteúdo trabalhado “Renascimento” é visto mais pelo seu viés cultural e

artístico, foi pensada, juntamente com a disciplina de Artes uma exposição que foi previamente organizada por uma turma e visualizada pela outra, ambas do 7º ano do Ensino Fundamental.

Nela pude constatar que, além do efeito esperado, houve um maior envolvimento por parte da turma, principalmente quanto aos questionamentos acerca das pinturas e esculturas expostas.

Assim, o projeto, ainda em curso, objetiva, sobretudo, levar ao conhecimento – não somente dentro da sala, mas para toda a comunidade escolar –, gerar uma reflexão através de atividades didáticas e multiplicadoras na sociedade, atentando para o fato de que entender o passado é compreender o presente e essencial na formação de um cidadão crítico e responsável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERUTTI, Flávio; MARQUES, Adhemar. **Ensinar e aprender História**. Belo Horizonte: RHJ, 2009.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História:** fundamentos e métodos. Col. Docência em Formação. 3ªed. São Paulo: Cortez, 2009.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**: **LEI Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em 23mai2014.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989)**: A Revolução Francesa da historiografia. Editora UNESP: São Paulo, 1997.

FERREIRA, Marieta de Moraes; FRANCO, Renato. **Aprendendo História:** reflexão e ensino. São Paulo: Editora do Brasil, 2009.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. **História & Ensino de História**. Col. História &... Reflexões. 3ªed. Belo Horizonte: Autêntica: 2011.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Novos temas nas aulas de história**. Editora Contexto: São Paulo, 2010.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. Col. Pensamento e Ação na Sala de Aula. São Paulo: Scipcione, 2009.

EXPERIÊNCIAS COM O LOCAL E O COTIDIANO NAS AULAS DE HISTÓRIA NO ENSINO MÉDIO

Diego Firmino Chacon[1]

RESUMO
Este trabalho busca apresentar como os professores mobilizam os temas da História Local e do Cotidiano nas aulas de História, no Ensino Médio. O pressuposto teórico- metodológico que fundamentou essa investigação foi a pesquisa colaborativa cujo princípio norteador reside na produção de conhecimento científico vinculado à construção de espaços sistemáticos de reflexão e de formação docente. As estratégias para construção das fontes foram as entrevistas individuais e as sessões reflexivas. A pesquisa de campo teve duração de sete meses e foi realizada com três professores de História da rede estadual de ensino do Rio Grande do Norte. A partir da análise dos discursos, podemos compreender que existe um esforço por parte dos colaboradores em trazer experiências com o local e o cotidiano para sala de aula, no entanto, entendemos que essas tentativas estão bastante ligadas aos temas tradicionais da História Geral e do Brasil.
Palavras-chave: Ensino de História; História Local; Cotidiano; Ensino Médio; Pesquisa colaborativa.

1. PALAVRAS INICIAIS

As discussões construídas nesse trabalho surgiram a partir de uma pesquisa de mestrado realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação PPGED-UFRN, que gerou a dissertação, intitulada "Ensinar/aprender a gostar de história: Saberes docentes e construção do conhecimento histórico escolar com professores de Arez-RN". Neste artigo, propomos apresentar como os professores mobilizam os temas da História Local e do Cotidiano nas aulas de História, no Ensino Médio. Para materializar a investigação, tivemos a colaboração de três docentes de História, da rede estadual de ensino do Rio Grande do Norte, residentes no munícipio de Arez-RN.

As pesquisas de campo aconteceram na Escola Estadual Jacumaúma e nós as realizamos em um período de sete meses. As técnicas que nos apropriamos para construção das fontes foram as entrevistas individuais com cada professor-colaborador, auxiliadas pelo roteiro semiestruturado; e as seis sessões reflexivas desenvolvidas com todos os partícipes da investigação. Na compreensão de Ibiapina (2008) as sessões reflexivas são os contextos, os espaços favoráveis à reflexão, o lócus de construção da reflexividade. Sendo assim, elas se tornam ambientes colaborativos que motivam as reflexões intencionais e sistemáticas e proporcionam a mobilização de saberes docentes.

[1] Licenciado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRN (PPGED).

O fundamento teórico-metodológico que nos aproximamos na elaboração da investigação foi a Pesquisa Colaborativa. Essa abordagem nos chamou a atenção pelo fato de ela ter entre seus objetivos a preocupação de vincular a produção de conhecimento sistemático à formação de professores, unindo, cada vez mais, as problemáticas acadêmicas aos anseios do contexto escolar. Corroborando as afirmações acima nos fala Ibiapina (2008) esse tipo de pesquisa aproxima a universidade da escola, uma vez que, de um lado, abarca o campo da investigação, no momento que o pesquisador entrelaça suas problemáticas com as preocupações dos docentes e comtempla o campo da prática, quando o investigador reconhece a colaboração dos professores para pesquisar um determinado tema e, ao mesmo tempo, contribui para a formação contínua desses profissionais da educação.

Nas leituras posteriores deste artigo, teremos o contato com as falas dos docentes de História com relação à sua ação em sala de aula com temas da História local e do cotidiano; e na última parte, apresentamos uma síntese dos resultados construídos no processo de investigação.

2. VOZES DE PROFESSORES DE HISTÓRIA ACERCA DE EXPERIÊNCIAS COM O LOCAL E O COTIDIANO

No decorrer da investigação, durante as sessões reflexivas e entrevistas individuais, os professores-colaboradores apontaram aspectos relacionados ao trabalho com temas do cotidiano e da História Local na disciplina de História. Refletir sobre estes aspectos pode auxiliar a melhor compreender como os docentes interioranos de História lidam com eles em sala de aula.

O aparecimento, nesse tópico, da relação entre a História Local e do cotidiano acontece em decorrência das aproximações das nossas ideias com as de Bittencourt (2004). Esta autora afirma que esses dois eixos estão constantemente se entrelaçando e se ligando nos estudos da História Escolar. Isso ocorre, pois estas abordagens fazem os indivíduos participarem de uma História para muitos sem relevância, cruzando grupos sociais de trajetórias distintas, tanto no presente, quanto no passado.

Ademais, desde a década de 1990, com a publicação dos PCN e as reformulações curriculares estaduais, os professores vêm se apropriando desta temática de História no Ensino Básico. Por isso, julgamos importante compreender como os colaboradores lidam com esta temática em sala de aula.

1.1 Experiências de Emília

A colaboradora Emília exemplifica como os assuntos locais surgem nas suas aulas de História. Estes são pensados a partir de uma relação estreita com os temas de maior abrangência. O estudo do conteúdo de "Intentona Comunista" levou ao conhecimento e a reflexão das possibilidades de se inserir nas aulas representações dos acontecimentos da realidade do lugar:

> Esta semana, nós estamos na 3ª Série trabalhando sobre a "Era Vargas" de 1930 até 1945 e falamos sobre a "Intentona Comunista". E o livro do Claúdio Vicentino, ele traz um texto, uma espécie de depoimento (...) e entre os municípios do RN [Rio Grande do Norte] que aconteceu assim de ter um grupo pra uma espécie de controle, Goianinha está lá. Aqui em Arez, André[2] publicou recentemente (...) um livro que fala sobre uma figura de Arez (...) que teve participação na Intentona Comunista e eu não sabia disso. Quer dizer se eu tivesse esse conhecimento alguma coisa mais, eu tinha feito a ponte (...) entre a História local, a nacional e a mundial, porque nós não estamos isentos disso (Colaboradora Emília, 2ª Sessão Reflexiva, em 11/07/2012).

Para Emília, o conhecimento de fatos da História Local, relacionados à chamada "Intentona Comunista", possibilitaria um trabalho em que o professor poderia estabelecer relações entre os diversos níveis dos episódios históricos, desde o mais específico até o mais geral.

Nesse sentido, o local não é trazido para a sala de aula como uma maneira de construir um sentimento de exaltação dos episódios do lugar e nem com o fim de se prender em uma visão "bairrista". Pelo contrário, esta abordagem de glorificação do lugar, segundo Fonseca (2003, p. 155), dificulta uma formação problematizadora no ensino de História. Os princípios dessa concepção reducionista se caracterizam por ser "(...) uma entidade distinta e separada, fenômeno único, como um conjunto cultural com periodização própria."

Este não parece ser o caso da compreensão de Emília, da qual podemos inferir um intuito relacional, ou seja, os eventos da História Local são percebidos como ligados a outros

[2] André Valério Sales é um escritor dedicado aos estudos do folclore regional e a História de Arez. Reside em uma comunidade rural deste município (Nascença) e publicou diversos Livros. Entre eles, destacamos: SALES, André Valério. **Lugares e Personalidades históricas de Arez/RN.** João Pessoa: Ed. UFPB, 2012.; **Guerra de Canudos: Os sertões (de Euclides da Cunha) e a História de um Herói Potiguar.** João Pessoa: Ed. UFPB, 2010.; **Câmara Cascudo: o que é folclore, lenda, mito e a presença lendária dos holandeses no Brasil.** João Pessoa: Ed. UFPB, 2007; **Câmara Cascudo: sua teoria folclórica, o método de pesquisa e sua relação política com as classes populares.** João Pessoa: Ed. UFPB, 2007.

do Brasil e até do mundo. Cabe ao docente orientar seus alunos tendo essa preocupação de estabelecer pontes entre esses assuntos. Sobre este aspecto nos alertam Nogueira e Silva:

> Não se pode nem supervalorizar o regional nem apresentá-lo apenas como um complemento do nacional. A História Local ultrapassa os limites do município e se integra à história geral, não apenas como um dado disperso, mas como parte de um todo mais complexo (NOGUEIRA; SILVA, 2010, p. 4).

Podemos, também, observar na fala anterior da partícipe que o estudo da História Local, nesse momento, ficou entendido apenas como conhecimento de acontecimentos do passado. Era necessário conhecer sobre a participação de indivíduos dos municípios na "Intentona Comunista" para se concretizar o trabalho com a temática do lugar nas aulas de História.

Ao pensar dessa maneira, estabelece-se um distanciamento entre a História Local e o cotidiano dos alunos, uma vez que não se parte da realidade do presente, mas se limita apenas a dimensão do tempo passado, do passado local para o geral. Compreendemos que isso se dá em decorrência de que, mesmo com as discussões surgindo a partir do lugar em que acontecem as aulas de História, estas ainda são orientadas pelos temas mais gerais dominantes na historiografia escolar. Assim, o local, no conhecimento histórico escolar, permanece preservando os mesmos princípios norteadores da História nacional.

Mesmo havendo, uma ênfase limitada nos acontecimentos pretéritos, a compreensão de Emília acerca da mobilização dos fatos locais não pode ser reduzida à mera ilustração da aula de História. O estudo do lugar, para ela, serve para apresentar como em espaços diferentes, em um mesmo período, os homens tinham modos distintos de viver. A partícipe tenta expor sua ideia, com um exemplo do conteúdo sobre a Segunda Guerra Mundial (1939-1945),

> Porque estabelece assim essa relação que nós estamos aqui em Arez, mas a coisa aconteceu em torno de nós. [mostrar] A maneira das outras pessoas também viverem. Como eu caminho aqui, como foi que o Brasil participou? Por que aquele povo foi para a Guerra? Foi para a Guerra porque foi? (...) Foi o governo brasileiro que faz também essa opção, não vai ficar sozinho todo mundo está mudando, porque eu vou ficar. E em Guerra e política as pessoas tomam decisões (Colaboradora Emília, 6ª Sessão Reflexiva, em 07/11/2012).

A preocupação em demonstrar as diferenças dos acontecimentos e processos sociais nos espaços locais e nos mais gerais contribui para distanciamento de um conhecimento

histórico homogêneo que tem como referência única os acontecimentos, principalmente, aqueles ligados ao sul e ao sudeste do Brasil. Com isso, começamos a perceber uma abertura para visões mais heterogêneas sobre os processos históricos, concomitante a uma abertura para o conhecimento sobre como foram sendo constituídas as realidades mais próximas dos alunos.

Na concepção de Bittencourt (2004), esse contraste entre Histórias nacionais e gerais, nas quais reside uma compreensão mais homogênea e voltada para apontar as semelhanças dos fatos; e as Histórias regionais e locais, com suas potencialidades de discutir as heterogeneidades e as diferenças dos episódios, fazem com que esta última abordagem seja a cada dia mais apropriada pelos professores da disciplina nas suas salas de aula.

Um outro aspecto destacado por Emília expressa a sua atenção para com a preservação da memória do município. Esta não se resume ao tradicional recolhimento de narrativas de líderes políticos ou de pessoas consideradas ilustres. Seu foco se volta para os acontecimentos construídos por indivíduos comuns cujas memórias individuais podem oferecer contribuições para o confronto com as memórias sociais já instituídas,

> Na segunda Guerra Mundial o pai de Marechal[3] (...) contava a História de um rádio, que eles tinham uma sintonia com um piloto americano que veio para cá pra Arez que fugiu. Ele contava essa História, mas só que não havia nenhuma preocupação de registrar isso, do registro dessa memória, que é interessante a gente conhecer até para ajudar os alunos da gente a fazer uma relação (Colaboradora Emília, 2ª Sessão Reflexiva em 11/07/2012).

O trecho acima nos conduz a inferir que a docente pontua a distinção, nem sempre comum, entre o conhecimento histórico e a memória. As memórias são vistas por ela como fontes, capazes de trazer contribuições para o ensino de História por meio de sua utilização na construção de relações entre os conteúdos trabalhados e a História do lugar. Sobre essa relação entre História e memória, Bittencourt (2004, p. 170) escreve: "A memória (...) não pode ser confundida com a história, como advertem vários historiadores. As memórias precisam ser evocadas e recuperadas e merecem ser confrontadas. (...) Mas nenhuma memória, individual ou coletiva, constitui a história."

A abertura em reconhecer nos discursos orais dos homens simples da localidade, por meio do registro da memória, documentos capazes de colaborar no desenvolvimento da

[3] O senhor Sebastião (in memoriam) residia em Arez. Participou e motivou diversas manifestações folclóricas no município, como as apresentações carnavalescas de Lampião e os desfiles cívicos das escolas públicas.

História Escolar propiciam uma ação didática que preza pela diversificação das fontes de estudo. Isso faz com que não sejam levados em consideração, nas discussões sobre a História Local, apenas os documentos oficiais de cunho político-administrativo, os quais são responsáveis em muitos casos por perpetuar uma única visão, aquela dos grupos que se encontram no poder. No entendimento de Fonseca (2003) as vantagens de se ampliar os tipos de fontes nos estudos em História Local na Escola Básica e, principalmente, a da fonte oral reside no fato de ela ser "(...) capaz de ampliar a compreensão do contexto, de revelar os silêncios e as omissões da documentação escrita de produzir outras evidências, captar, registrar e preservar a memória viva." (FONSECA, 2003, p. 155)

A professora Emília também expõe outras maneiras de desenvolver os temas da História local na disciplina de História. Os projetos de ensino são destacados como meio para se estudar, em maior profundidade, temas da realidade local:

> (...) Desenvolver um projeto na área de Trabalho e Consumo ou Trabalho e Sociedade, que aí você vai ter como trabalhar essa questão do seu ambiente com relação às questões ambientais mesmo, degradação do ambiente, fazer uma ponte com a História da devastação da mata atlântica e relacionar isso, porque (...) nós estamos rodeados pela questão da cana-de-açúcar é necessário estabelecer essa ponte. (Colaboradora Emília, 5ª Sessão Reflexiva, em 24/10/2012)

Como observamos, o projeto busca propiciar aos alunos o entendimento de aspectos da dinâmica do lugar. No entanto, não parece pretender limitar as respostas das reflexões apenas a elementos inseridos no presente. O conhecimento histórico surge como elemento central, a partir das inquietações surgidas no estudo da temática. Assim os discentes podem procurar respostas em outras temporalidades do passado para compreender como aconteceu a constituição do seu entorno. Ou seja, os porquês de ser desse modo, e não de outros, as realidades com que eles convivem todos os dias.

Nesta perspectiva, em primeiro lugar, o conhecimento histórico escolar passa a se relacionar com o cotidiano por meio do movimento entre presente-passado-presente. Esta ligação ocorre pelo fato de que os temas propostos no projeto têm como princípio e finalidades temas da realidade atual, que são inseridos em uma dimensão de explicação temporal. O trabalho com a História do lugar se mostra, como afirma Schmidt (2007), como uma estratégia interessante para os educandos reconhecerem sua própria historicidade e a de outros indivíduos. Isso colabora para a construção de um sentimento de pertença consciente,

capaz de contribuir para a superação de visões e atitudes preconceituosas. Conforme arremata Schmidt (2007):

> (...) a inserção do aluno na comunidade da qual ele faz parte [objetiva] criar a sua própria historicidade e produzir a identificação de si mesmo e também do seu redor, dentro da História, levando-o a compreender como se constitui e se desenvolve a sua historicidade em relação aos demais, entendendo quanto há de história em sua vida que é construída por ele mesmo e quanto tem a ver com os elementos externos a ele – próximo/ distante; pessoais/estruturais; temporais/espaciais. (SCHMIDT, 2007, p. 190).

Podemos, agora, perceber porque as ações concretizadas, através da elaboração de projetos, mobilizam explicações históricas mais complexas as quais exigem, tantas vezes, conteúdos mais abrangentes para entender a constituição da realidade mais próxima. Para Barbosa (2006) este tipo de estratégia no estudo da História local, em que se compreendem os fatos do presente como possibilidade de resgatar representações sobre o passado, torna o conhecimento histórico escolar significativo. Isso ocorre por serem os alunos motivados a um exercício constante de sistematização do raciocínio histórico por meio da observação dos processos sociais da coletividade em que vivem ou do seu entorno.

A colaboradora Emília também destaca que para o estudo da História Local é necessário a utilização de outros espaços além da sala de aula.

> Há uma ausência disso, desse trabalho. Uma visita a Usina Estivas, é uma coisa de você tentar fazer, agora com um projeto realmente bem elaborado para você fazer aulas junto com outras pessoas para você aproveitar essa oportunidade discutir a nossa formação social. A questão da miscigenação, a questão da exploração mesmo, porque tem pessoas hoje dentro do sistema que a gente vive socialmente que elas são donas de tanta terra e a grande parcela da população não tem um chão para morar (Colaboradora Emília. 5ª Sessão Reflexiva, em 24/10/2012)

Emília expressa clareza de que uma visita aos lugares significativos do município, nesse caso a "Usina Estivas", não pode ser feita de qualquer modo. Trata-se de uma situação de ensino-aprendizagem que deve ser planejada e sistematizada com a finalidade de mobilizar discussões sobre os temas propostos para estudo.

Nesse sentido, podemos inferir que a docente compreende a História Local, não só como conteúdo, mas também em uma perspectiva metodológica. Esta se aproxima da concepção do estudo do meio, que de acordo com Schmidt (2007) é visto como um recurso pedagógico diferenciado que propicia aos educandos obter, progressivamente, o olhar questionador sobre o mundo de que fazem parte. Ao enfatizar sua preocupação no

planejamento das visitas de estudo, Emília mostra-se ciente das possibilidades pedagógicas desse procedimento e o compreende como uma oportunidade de aprendizagem mais significativa e dinâmica.

No entendimento de Proença (1990) o estudo do meio possibilita um ensino ativo e atraente da História Escolar, colaborando assim para concretização de um processo de ensino-aprendizagem no qual os alunos realizam práticas integradoras com a realidade que os circunda. Nas atividades da disciplina esta metodologia pode ter diferentes finalidades, como a motivação para a apropriação de novos conhecimentos históricos, a busca por consolidar saberes já estudados em sala de aula e como alternativa para sintetizar e avaliar a aprendizagem de temas desenvolvidos nos bimestres ou unidades de ensino. Para efetivar estes objetivos, a autora sugere que os professores tenham a preocupação com um planejamento e organização antecipada sobre os passos a serem dados nas visitas de estudo. Na concepção de Proença (1990, p. 142-143) a relação entre o estudo do meio e a História Local propicia:

> (...) a inserção do aluno na realidade do passado da comunidade contribuem para lhe possibilitar uma melhor compreensão da sociedade em que vive e na qual virá a intervir.
> O recurso às fontes locais permite familiarizar o aluno com o método de pesquisa histórico e contribui para o desenvolvimento de capacidades e competências específicas como o rigor de análise, o pensamento reflexivo, o senso crítico.

1.2 Experiências de Elza

Para a colaboradora Elza a intenção de mobilizar elementos do cotidiano, nas aulas de História, aparece em uma das sessões reflexivas, no momento da videoformação. A aula escolhida pela partícipe (observada em 18/09/2012) tinha como tema: "A Revolução Industrial". Durante o desenvolvimento das atividades, os alunos participaram apresentando suas produções de jornais e de letras de músicas norteados pela temática.

No decorrer da sessão, os demais colaboradores indagaram Elza sobre os objetivos desta aula. Segue a sua explicação:

> A relação com o dia-a-dia, com o sistema em si (capitalismo), a importância do estudo, incentivar a busca maior no estudo para que ele pudesse refletir. Puxei também para o nosso dia-a-dia com relação ao trabalho em si, a única indústria que nós temos em Arez é a Usina Estivas: O que ela está exigindo do trabalhador? Quem realmente está trabalhando lá? Quais os cursos que eles precisam? Os técnicos que

> precisam? Para que ele tivesse uma visão de que a importância da Revolução Industrial não foi só aquele momento em que teve a quebra de máquinas. (Colaboradora Elza, 5ª Sessão Reflexiva, em 24/10/2012)

Na fala acima, Elza afirma trabalhar com aspectos do cotidiano no intuito de construir nos alunos uma capacidade de reflexão capaz de elaborar ligações entre duas dimensões da realidade no presente. Uma, no espaço mais próximo, no entorno do discente; e outra, em uma esfera bem mais abrangente, o próprio sistema capitalista atual.

Há também uma busca de relacionar os acontecimentos do passado aos atuais, ao mostrar para os educandos que temas desenvolvidos na História Escolar fazem sentido para a vida deles. Esse vínculo entre fatos de temporalidades distintas é feito por meio das estratégias que levem os discentes a perceber influências de episódios do passado no presente. Ao trabalhar desse modo centraliza-se a ênfase do ensino de História nos aspectos relacionados à persistência dos eventos no tempo.

Além disso, observamos nesse caso que os temas já consolidados na historiografia escolar também podem fazer surgir a discussão sobre o cotidiano e o local. Podemos inferir que, na perspectiva da docente, os acontecimentos atuais do lugar, o específico, são explicados como consequências de relações mais gerais, ligadas aos episódios abrangentes do Brasil e do cenário mundial. Assim, continua-se priorizando uma explicação homogênea e uniforme sobre os processos históricos e não se enfatiza aquilo que, na compreensão de Nogueira e Silva (2010), seria o principal mérito do estudo da História Local: levar os alunos a se apropriarem das singularidades e diversidades. Como essas autoras mesmas dizem: "Na história local não há tempo único, mas tempos sociais." (NOGUEIRA; SILVA, 2010. p. 233).

Em outro momento, Elza aponta que o conhecimento histórico escolar a ser prioritariamente desenvolvido com os alunos é aquele orientado pelos manuais didáticos de História Geral e do Brasil. Os temas do cotidiano são concebidos como exemplificações que surgem no decorrer das aulas. E seu principal objetivo é o de familiarizar os alunos com os conteúdos:

> A questão da História Política, eu dei mais exemplo, mas eu gosto de trabalhar no plano os conteúdos, né?! E deles ir puxando para nosso dia-a-dia pode ser política, dependendo do assunto, depende dele, não fujo do conteúdo de forma alguma, se for trabalhar Grécia a gente trabalha Grécia, se for trabalhar Brasil a gente trabalha Brasil, mas dando exemplos, né?! De nosso dia-a-dia, puxando pra essas questões de hoje. Quando a gente trabalha a tal sociedade, sociedade tal, a gente vai associando, né?! Para que eles possam ter essa compreensão de que os assuntos são próximos de nossa realidade. (Entrevista da colaboradora Elza, em 05/05/2012)

Na concepção de Monteiro (2007) as exemplificações fazem parte das aulas de História no Ensino Médio e possuem, como característica marcante, o estabelecimento do diálogo entre o campo disciplinar e a realidade dos educandos. Esta realidade é marcada por "(...) saberes referentes ao tempo presente e oriundos do senso comum." (MONTEIRO, 2007, p. 170). Ao mobilizar os conhecimentos sobre a realidade local em uma perspectiva direcionada para o uso de exemplos, Elza aparenta não contemplar a preocupação de desenvolver nos discentes uma postura problematizadora sobre o entorno em que vivem, com o intuito assim de motivar a busca dos educandos por outros saberes. Seu interesse parece residir no fato de que os alunos tenham um aprendizado mais agradável por meio de elementos que os aproximem de suas experiências cotidianas.

1.3 Experiências de Sérgio

O colaborador Sérgio reconhece que seu trabalho com a História Local de modo sistematizado, mostra-se pouco expressivo. Na sua concepção, este é um ponto a ser reavaliado na sua prática:

> Sinceramente, o que eu trabalho pouco é a História Local é a História da região aqui, quase nada. Apenas quando estava dando História do RN [Rio Grande do Norte], dentro da História do RN [Rio Grande do Norte], eu puxava um pouco para o local, mas História do Brasil e Geral, eu relaciono pouco, eu acho que é até um defeito meu, considero isso, como um defeito meu. É uma coisa assim que está afastada das raízes locais é até uma coisa que eu tenho, tenho de melhorar. Eu acho que é uma falha minha isso. (Entrevista do colaborador Sérgio, em 27/04/2012)

O colaborador admite que a organização do conhecimento histórico escolar, nas suas aulas, fundamenta-se na tradição disciplinar e didática da área. Esta leva em consideração os chamados grandes períodos da História Geral, do Brasil e do Estado. Podemos inferir que no momento em que prioriza tal modelo, o professor sente dificuldades, tanto para se desvincular dos conteúdos que exigem esta macrocompreensão do processo histórico, quanto em se aproximar dos temas e assuntos da História Local e do Cotidiano. Como evidencia Barbosa (2006), o docente tem de ousar em romper com a representação já naturalizada de que esta organização é a única possível para o ensino de História na educação básica:

> A apreensão da própria dinâmica da sociedade suscitada pelo movimento da história acaba trazendo às claras práticas sociais que, para o seu estudo e entendimento,

> demonstram a necessidade da superação do enclausuramento a que o quadripartismo condenou a história, buscando livrar da sua compreensão e, portanto, do seu ensino, o peso da rígida estrutura eurocêntrica (BARBOSA, 2006, p. 59).

O próprio partícipe Sérgio afirma haver, nas aulas de História este distanciamento em relação à História do lugar, uma espécie de separação da realidade local. A inquietação deste colaborador não é uma constatação isolada e parece decorrer, dentre outros motivos, da compreensão ainda existe entre os docentes, de que o livro didático é o guardião de alguns conteúdos prontos a serem desenvolvidos nas aulas. Sobre esta primazia do livro didático na organização dos conteúdos de História nos relata Barbosa (2006, p.60. Colchetes nosso): "(...) constatamos a tendência [dos professores] em ministrar o conteúdo do livro didático como saber concreto, pronto (...) O que acontece, então, é que recorrem ao livro didático como salvador da pátria, na definição do seu trabalho em sala de aula".

Se o afastamento de trabalhos com assuntos do lugar e do cotidiano constrói esse sentimento de não pertencimento no docente Sérgio, Barbosa (2006, p. 62) aponta que as decorrências para os alunos mostram-se ainda mais preocupantes. Para ela, o ensino de História desvinculado das experiências cotidianas dos educandos gera a perda do sentido e da utilidade do conhecimento histórico escolar por parte dos próprios alunos. Por conseguinte, a postura destes alunos "(...) se apresenta na forma de aversão ou de apatia frente ao que é ensinado, quando afirmam que não sabem para que estudam isso ou que a história não tem função ou sentido (...)". Tudo isso não apenas para a História Escolar e frente ao conhecimento histórico, mas nas próprias atitudes do indivíduo como cidadão.

Na 5ª Sessão Reflexiva, os demais colaboradores notaram que Sérgio apresentou várias colocações sobre aspectos da realidade do município, na aula escolhida para a videoformação (observada em 26/07/2012). Fez referências aos prédios, às ruas e às atividades econômicas do lugar. No decorrer dessa aula foram trabalhados o resumo de alguns temas da História do Brasil e Geral por meio de apresentação de seminário pelos discentes. As apresentações eram intercaladas pelas sistematizações do professor.

Embora a aula não tenha sido sobre um tema específico do cotidiano ou da História Local, pudemos observar uma tendência significativa de Sérgio em fazer relações entre temas tradicionais da História do Brasil e Geral com aspectos vivenciados na realidade dos alunos. Indagado sobre qual era o intuito em fazer esse trabalho na disciplina de História, sua resposta foi:

> Para que o aluno possa perceber que nós não estamos em uma ilha isolados e que muitas coisas que existem aqui vieram lá da Europa. Até na Reforma Protestante mesmo, uma coisa que bati muito é que a gente tem de parar de pensar na Reforma Protestante como algo que aconteceu na Europa no século XV e XVI, mas que aqui em Arez tem uma influência muito forte do próprio acontecimento, não só aqui em Arez, mas no Brasil com as Igrejas de caráter Protestante e existem Igreja de Caráter Católico. Foi um fato que chegou até nós. Na questão da Colonização da cana-de-açúcar também, eu falei um pouco sobre aqui [Arez], porque aqui tem vários plantios de cana-de-açúcar. (Colaborador Sérgio, 5ª Sessão Reflexiva, em 24/10/2012)

O colaborador expressa um claro objetivo de levar os educandos, por meio da associação entre o geral e o local, à construção de um raciocínio temporal que os ajude a explicar aspectos da sua realidade imediata. Na concepção de Sérgio, a referência aos acontecimentos históricos mais abrangentes é capaz de romper com uma percepção isolacionista do cotidiano.

Estas associações baseiam-se em uma relação de dependência, que já foi discutida aqui, em que os acontecimentos locais são compreendidos como consequência das relações gerais. Assim não há, nesse tipo de atividade, uma preocupação voltada em apontar elementos da especificidade do lugar que mostre as descontinuidades e diferenças com relação aos fatos estudados nos temas da História do Brasil e Geral. A prioridade aqui reside em apontar as marcas de processos históricos mais gerais, no cenário local.

O professor Sérgio tenta realizar certa aproximação entre os alunos e a História Escolar, trazendo aspectos da realidade do município para sala de aula. Esse trabalho tem como uma de suas características o esforço em traçar associações em torno de elementos visuais significativos do município como igrejas, museus, cabarés, usinas, culturas agrícolas específicas e outros. Ao direcionar a atividade nesse sentido, o professor busca dar ciência aos alunos de que no presente de sua localidade existem traços dos processos históricos estudados nos conteúdos da disciplina de História.

Ressaltamos, também, que os monumentos materiais mobilizados pelo professor não estavam restritos apenas aqueles associados à memória e ao poder oficial, o que indica sua ampla compreensão sobre o que se pode trabalhar como lugar de memória nas aulas de História. Assim, aproxima-se da ideia de Bittencourt (2004) que concebe todo meio como histórico, pois os elementos que o constitui encontra suas referências em uma determinada temporalidade. "(...) Todo meio, rural ou urbano, está situado no tempo. Possui uma história e esta história deixou suas marcas." (LUC 1981, Apud BITTENCOURT, p. 279).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No trabalho dos professores interioranos de História, colaboradores nesta pesquisa, observamos esforços em inserir nas discussões das aulas aspectos ligados ao local e ao cotidiano. Porém, mesmo com o entendimento de uma das colaboradoras de que a formação de um projeto para se desenvolver o estudo destes temas se torna uma maneira mais eficaz de se aprofundar as discussões, o que verificamos de modo mais frequente foi à convivência entre as temáticas consagradas de História Geral e do Brasil e itens do local e do cotidiano. Essa convivência ocorreu de maneiras diversificadas. Em alguns momentos os eventos do lugar são compreendidos como relacionados aos do Brasil e do mundo e são compreendidos como acontecimentos restritos apenas ao passado. Logo, o objetivo do estudo do lugar, neste caso, reside em apresentar os diferentes modos de viver nos distintos espaços em uma mesma época.

Em outros, as temáticas do cotidiano são vistas como exemplificações cujo intuito se direciona em familiarizar os alunos com os conteúdos da disciplina. Além disso, existem ocasiões em que ocorre um trabalho associativo entre o geral e o local, tendo como finalidade construir um raciocínio temporal que ajude os alunos tanto a encontrar sentido nas situações imediatas de sua realidade, quanto em realizar rupturas com uma compreensão isolacionista do cotidiano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica:** teoria e método. Bauru, SP: Edusc, 2006.

BARBOSA, Vilma de Lurdes. Ensino de História: do Geral ao Local, Relevância e Significado. **SAECULUM** – Revista de História. João Pessoa, jul./dez. 2006.

BITTENCOURT, Circe. Capitalismo e cidadania nas atuais propostas curriculares de História. In:_____. **O saber histórico na sala de aula.** São Paulo: Contexto, 2010. p. 11-27.

_____. **Ensino de história:** fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros curriculares nacionais: Ciências humanas e suas tecnologias.** MEC/SEMT: Brasília, 2000. v. 4 (Ensino Médio).

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a História.** São Paulo: Perspectiva, 2011.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de história.** São Paulo: Papirus, 2003.

GONÇALVES, Márcia de Almeida. História local: o reconhecimento da identidade pelo caminho da insignificância. In: MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (Org.). **Ensino de História:** sujeitos, saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 175-185.

IBIAPINA, Ivana Maria. **Pesquisa colaborativa:** investigação, formação e produção de conhecimentos. Brasília: Liber Livro, 2008.

LE GOFF, Jacques. **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
MONTEIRO, Ana Maria. **Professores de história:** entre saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
NOGUEIRA, Natania Aparecida da Silva; SILVA, Lucilene Nunes. Os desafios para a construção de uma história local – o caso de Leopoldina , Zona da Mata de Minas Gerais. **Polyphonía**, v. 21/1, p. 229-242, jan./jun. 2010.
PROENÇA, Maria Cândida. **Ensinar/aprender história:** questões de didáctica aplicada. Lisboa: livros horizontes, 1990.
RÜSEN, Jörn**. Jörn Rüsen e o Ensino de história**. Curitiba: UFPR, 2011.
SALES, Valério Sales. **Lugares e Personalidades Históricas de Arez/RN.** João Pessoa: UFPB, 2012.
SCHMIDT, Maria Auxiliadora. O ensino de história local e os desafios da formação da consciência histórica. In: MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (Org.). **Ensino de História:** sujeitos, saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 187-198.
SOUTO, Paulo Heimar. **É como se tivesse a roça e faltasse a enxada: formação em serviço de professores de História no Interior sergipano.** Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal-RN, 2008b. 249p.

OS DESAFIOS DO ENSINO DE HISTÓRIA E DA FORMAÇÃO CIDADÃ EM UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: EEEP PROFESSOR MOREIRA DE SOUZA

Ana Julia Gomes de Oliveira [1]
Juliana do Nascimento Farias [1]
Iarê Lucas Andrade [2]

RESUMO
O presente artigo tem como proposta fazer um estudo sobre o ensino de história em uma escola de educação profissional, tendo como base a EEEP Professor Moreira de Souza, situada na cidade de Juazeiro do Norte no Ceará. Apoiando-se nas observações participativas realizadas pelos bolsistas do projeto PIBID URCA-história, no período entre 10 de abril e 25 de julho de 2014, assim como nos textos discutidos nos nossos encontro semanais, fazendo assim uma abordagem sobre como é visto o ensino da disciplina em relação às aulas, os planejamentos e a interação com os alunos. Colocaremos em foco o processo de inclusão e exclusão como duas faces do método educacional em uma escola profissionalizante, no sentido de mesmo incluso no mercado de trabalho o individuo pode estar excluso das relações voltadas à cidadania e à vivência social, refletindo sobre a escola formadora de profissionais e o seu papel de promover a cidadania, levando em conta que ambos os modelos são importantes, mas a cidadania possibilita que o sujeito tenha uma atuação adequada enquanto profissional, sujeito histórico e atores sociais. Traremos com referencial teórico autores como Carmen Sylvia v. Morais, Valdete Jane Cordeiro, Patrícia Nassif da Cruz, que nos auxiliaram através de seus trabalhos sobre a educação profissional, na obtenção de informações para elaboração do artigo.
Palavras-chave: Estudo de Caso; Educação Profissional; Cidadania; Ensino de História.

INTRODUÇÃO

Atualmente vemos emergir um amplo investimento no ensino técnico profissionalizante, como também presenciamos este adentrar o ensino médio, formando uma nova modalidade o ensino médio técnico, onde os alunos além de aulas comuns ao ensino regular como história, geografia, português, matemática e as demais obrigatórias na grade curricular da escola, podem acompanhar aulas de um curso profissionalizante especifico, no qual tem a oportunidade de ao concluir o ensino médio esteja habito a adentra o mercado de trabalho, como um profissional técnico.

A EEEP Professor Moreira de Souza, localizada na cidade de juazeiro do norte no Ceará, é um exemplo dessa nova modalidade educacional, portando os cursos de Massoterapia, informática, hospedagem e segurança do trabalho. Durante o ano de 2014 a

[1] Autora e coautora respectivamente, Bolsista do PIBID- Programa institucional de bolsas de iniciação a docência Historia URCA, alunas do quarto semestre do curso de licenciatura plena em história.
[2] Orientador, coordenador do PIBID URCA História, professor doutor do curso de Historia da URCA.

mesma instituição foi campo das atividades do PIBID URCA História, e foi a partir destas, principalmente as observações em sala de aula e as oficinas, que surgiu a ideia deste trabalho e possibilitou a sua realização.

A EEEP Professor Moreira de Souza é uma importante instituição de ensino no cenário da cariri cearense, não só por seu caráter atual de escola profissionalizante, mais por seu contexto histórico, já que a mesma foi a antiga escola normal rural de Juazeiro do norte e a primeira deste gênero no país. Fundada em 1934, no contexto do ruralismo pedagógico, que foi uma medida tomada no governo do presidente Getúlio Vargas, que visava dar possibilidade ao homem do campo para que permanecesse no campo, fosse alfabetizado e recebesse instruções para lidar com a realidade em que vivia.

A escola passou por três momentos desde sua fundação, em primeiro foi a escola normal rural de juazeiro do norte entre 1934 e 1972, a sua segunda fase abarcou os anos entre 1972 a 2008 com o ensino regular, era o CEMES-centro educacional professor Moreira de Souza, e a partir de 2008 encontra-se em sua fase atual a de escola técnica profissionalizante.

O seguinte trabalho traz a proposta de discutir a relação existente entre o ensino profissionalizante e a questão da formação cidadã e do lugar do ensino de história em uma escola que traz o contexto de formação profissional. No sentido de tentar perceber se é possível ou se ocorre, a formação cidadã dos alunos de uma escola deste modelo educacional, recorrendo ao foto de este trabalho é um estudo de caso e por tanto não deve ser generalizado para as demais escolas do mesmo gênero.

OS TRABALHOS REALIZADOS NA ESCOLA

Durante o período de nossa atuação nesta escola campo, realizamos várias atividades em momentos distintos na qual tínhamos sempre a oportunidade de ao estar em contato com os professores e alunos adquirirmos novas experiências, que contribuíram para o nosso processo de reflexão e de amadurecimento enquanto futuros professores de história.

Dentre alguns trabalhos desenvolvidos na escola tivemos as observações em sala de aula, realizadas no período de 10 de abril a 25 de julho de 2014, aonde me contato direto com o âmbito escolar, conhecemos um pouco dos conteúdos das aulas de história, as metodologias utilizadas pela professora na transmissão de conhecimentos, como era a relação professor-aluno, algumas dificuldades encontradas na aprendizagem e como era feito o processo de avaliações.

Queremos destacar que essas observações foram realizadas em uma turma de 1º ano do ensino médio do curso de hospedagem. Dando continuidade aos trabalhos na escola tivemos duas oficinas ministradas pelos bolsistas em parceria com a nossa supervisora e com alguns alunos participantes do projeto.

A primeira oficina foi sobre "Fontes Históricas", aonde por meio da participação dos alunos e das discussões levantadas pelos bolsistas foi possível refletir a creca da História enquanto ciência, a importância do seu ensino e tentar fazer com que os alunos se percebessem enquanto sujeitos históricos e cidadãos. A outra foi sobre História Oral, aonde seguindo essa mesma lógica foi possível esclarecer um pouco do uso da oralidade como uma fonte histórica, acrescentando uma dimensão viva de novas perspectivas ao campo historiográfico, a sua ação centra-se na memória humana evidenciando aí a nossa participação enquanto sujeitos históricos.

Para finalizarmos esta etapa como já foi cidadão ao longo do texto a escola possui uma sala de memória intitulada: "Amália Xavier de Oliveira", espaço que contêm alguns objetos doados pela comunidade e vários documentos escritos que contam um pouco da história da escola e da cidade outro que merece destaque é o jornal o lavrador, criado pela escola na época em que ainda era escola normal rural, as nossas ações consistiam em recolher todos os documentos da escola , catalogá-los, organizar a sala de memória apara que esta futuramente (pois o trabalho ainda está em andamento) sirva como um espaço não de visitas, mas de pesquisa para alunos e professores, enfim toda a comunidade no geral e visitantes e pesquisadores.

Como produto de nossas ações na escola realizamos no II encontro do PIBID- URCA, uma exposição demonstrando através de fotografias o nosso trabalho nos a diferentes ambientes da escola na sala da memória, no almoxarifado e também durante as oficinas como forma de socializar para a comunidade escolar e acadêmica um pouco do que foi feito ao longo do projeto.

A ESCOLA PROFISSIONALIZANTE E A FORMAÇÃO CIDADÃ

Quando falamos em escola profissionalizante nos vem a mente a seguinte indagação: se a escola forma futuros profissionais que lugar ocupa na sociedade os cidadãos? Esse questionamentos foram surgindo a partir do momento que começamos a discutir alguns textos relacionados ao ensino de história e a formação cidadã dos alunos durante algumas

reuniões e em momentos distintos do nosso projeto. Vejamos bem o que o autor Philippe Perrenoud afirma:

> Se ensinamos o que somos, segundo uma fórmula que convém tanto a educação, quanto a sociedade, o primeiro recurso da escola seria o grau da cidadania dos professores. Será que o profissional do ensino, é mais cívico, desinteressado e idealista e preocupado com o bem público do que a média dos adultos contemporâneos? (Perrenoud, 2005, p.29).

Seguindo esta forma de pensar do autor podemos perceber que a formação para a cidadania deve estar presente inicialmente no cotidiano do educador para que este a partir de uma instrução prévia possa repassar para os seus alunos alguns conceitos, práticas e pressupostos teóricos do que diz respeito a cidadania.

Quando relacionamos escola profissionalizante X formação cidadã o que muitas vezes fica implícito é que a formação para o profissional acaba sendo mais aprofundada do que para a cidadania, a partir daí é que vem a importância da educação dada pelos familiares, experiências adquiridas em suas relações sociais, juntamente com o ensino da história e de outras disciplinas que contribuem neste processo.

Não é porque a escola é de educação profissional que não deve formar cidadãos e sujeitos históricos capazes de engajar-se nas relações políticas da sociedade, pelo contrário seja ela regular ou profissionalizante têm que ter o compromisso de formar um cidadão capaz de não ser reduzido somente a condição de mero trabalhador mais de alguém com uma maior capacidade de reflexão e de atuação na sociedade em que está inserido. Observemos atentamente o que Selva Guimarães coloca:

Assim a escola fundamental e média tenta se constituir como espaço de saberes e práticas fundamentais, reconstruindo a passagem de libertação do homem: de súdito para cidadão. (Guimarães, p.96, 2003).

Desde assim é importante tentarmos ver a escola profissionalizante também como formadora de cidadãos, pois esta juntamente com um conjunto de fatores como o ensino da história e de outras disciplinas, a apropriação de conteúdos e seus significados pelos alunos, também são capazes de desenvolverem-se enquanto participantes ativos da sociedade, capazes de pensarem a sua condição na sociedade, elementos de suas cidades, enfim de criarem os seus próprios discursos e estarem verdadeiramente incluídos no meio social

AS DIFICULDADES DE ATUAÇÃO

Nossa primeira ação na escola foi às observações em sala de aula realizadas no período entre 10 de abril e 25 de junho de 2014, e foi a partir da analise das experiências desta e das demais atuações, como as oficinas com alunos que elaboramos o seguinte trabalho. No período de observações, acompanhamos a sala do 1º ano de hospedagem, uma turma estereotipada por todos como a pior sala do colégio, em nossas observações nos deparamos com uma turma com um comportamento agressivo e um tanto bagunceira, na qual nem um professor, em seus relatos, se dizia confortáveis, as aulas eram resumidas a um questionário, que deveriam responder a partir da leitura do conteúdo, devido o mau comportamento da sala impossibilitar aulas expositivas.

Durante as atividades realizadas pelos alunos bolsistas do PIBID URCA-História, na EEEPP Moreira de Souza, nos deparamos com algumas dificuldades de atuação, algumas comuns visto que os bolsista que atuam em outras escolas se depararam com situações semelhantes, relatadas ao decorrer de nossas reuniões semanais, e outras mais especificas voltadas apenas para a questão do ensino técnico da escola.

A mais visível, foi em relação à escola ser em tempo integral e por tal razão diferente de outras escolas não poderíamos trabalhar em um contra turno com os alunos, era necessário utilizar-se das aulas de história da professora supervisora e das horas reservadas para estudo, mais como atuávamos com alunos de quatro turmas distintas estas não eram simultâneas e foi necessário recorrermos a professores que cedessem ou liberassem os 20 alunos que participaram mais efetivamente do projeto.

E nos deparamos com mais um problema, este que foi um dos questionamentos que nos levou a elaboração deste trabalho, alguns alunos não aceitaram fazer parte dos nossos trabalhos por possivelmente terem que sair de aulas do que chamam grade técnica, que estão relacionadas ao ensino profissionalizante, percebemos a partir dai que estes, priorizavam as disciplinas desta grade, mostrando assim que estas se sobressaem das da grade regular na qual a disciplina de história se enquadra.

Deparamo-nos em uma realidade onde em determinados aspectos, o ensino profissionalizante se sobressai sobre disciplinas fundamentais para formação critica do educando, para se formar cidadãos não se precisa construir apenas um profissional, mais de construir uma ideia efetiva de cidadania, que não pode ser construída enquanto priorizamos a grade técnica em uma escola profissional, e ofertamos a ideia de é preciso se profissionalizar e conseguir um emprego e se tornar independente logo ao sair do ensino médio.

Sim, é necessário incentivar a independência e responsabilidade em nossos alunos, mais também, mostra-lo e forma-lo para as relações que o rodeiam, e como se portar diante destas, para não apenas serem operários que correspondem as expectativas do mercado, que traz desenvolvimento econômico e tecnológico, formado para uma realidade produtiva, precisamos ajudá-los a se tornar capazes de pensar, agir e entender o sistema que o rodeiam.

O PROCESSO DE INCLUSÃO EXCLUSÃO

Uma das principais características do ensino profissional, esta na ideia de inclusão do estudante no mercado de trabalho, propiciando a ele o que ousamos chamar de inclusão social, embora que em muitos aspectos este ensino não o propicie de forma ampla esta inclusão que citamos, ate mesmo porque, este não busca apenas o beneficio do jovem ou estudante, além da capacitação para o mercado, tenta-se alcançar esta, para um contingente maior, gerando além de emprego, renda e a partir disto desenvolvimento social e econômico, como citado por Patrícia Nassif da Cruz,

A formação técnica profissionalizante é uma questão que vem sendo motivo de debate no Brasil, objetivando buscar nessa capacitação profissional a absorção de um contingente maior e mais qualificado para o mercado de trabalho, gerando com isso emprego, renda e consequentemente desenvolvimento socioeconômico (Cruz, p.41, 1999).

Tentando de assim a partir do ensino profissionalizante gerar renda, lucro, mão de obra, sendo assim, formando apenas trabalhadores para um sistema econômico, voltado para arrecadação de capital, capaz de corresponder às expectativas deste mesmo mercado e das necessidades que por ele é imposta, e é deste ponto especifico que surge um dos nossos maiores questionamento, com relação ao ensino técnico profissionalizante, este é um sistema de inclusão ou excludente, no sentido de mesmo estando ou propiciando a entrada no mercado de trabalho, pode esta afastando o mesmo jovem das relações sociais, já que este não propiciaria o desenvolvimento de sua capacidade de pensar e agir de forma critica tornando-o incapaz de questionar e lutar pelos seus interesses particulares e de seus companheiros, assim apenas o capacitando ou formando para a vida produtiva e para as demandas do mercado, buscou-se ainda uma modernização deste mesmo ensino que a pouco foi disseminado junto ao ensino básico regular, saindo dentre as paredes do SENAI, SENAC e demais instituições e adentrando o ensino de jovens e adolescentes, assim citado por Carmen Sylvía V. Moraes,

Propõe-se a modernização do ensino profissional no país, de maneira a acompanhar o avanço tecnológico e atender às demandas do mercado de trabalho, que exige flexibilização, qualidade e produtividade. Na concepção da proposta, a educação profissional conduzirá ao permanente desenvolvimento das aptidões para a vida produtiva destinar-se-á a alunos e egressos do ensino fundamental, médio e superior, bem como ao trabalhador em geral, jovem e adulto, independente da escolaridade alcançada pelo mesmo (Morais, p.108, 1998).

Neste sentido de inclusão e exclusão, nos vemos em uma contradição, voltada para o fato de ao ser incluso no mercado de trabalho, podemos dizer que temos uma inclusão social efetiva? Esta não seria formada por questões mais complexas? E um cidadão seria aquele que tem um emprego? E é capaz apenas de apertar parafusos incessantemente em um ritmo que alguém impôs? Sem nunca questionar o porquê ou quem deu o direito de outros imporem este ritmo?

Estar incluso não é somente ser capacitado para um mercado, é ser capacitado para além de adentrar est seja capaz de questiona-lo, de se impor e entender como este funciona, de fazer seus direitos de cidadão serem cumpridos e de entender por qual razão devemos cumprir nossos deveres. Ao assumir o risco de impor uma educação profissionalizante nas escolas de ensino médio, assumiu também o risco de formar operários e não cidadãos, inclusos no mercado de trabalho mais exclusos das decisões sociais e das relações que o rodeiam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após algumas discussões em torno da cidadania, do ensino de história e das nossos experiências no ambiente escolar, a partir das atividades realizadas no PIBID URCA História, como das dificuldades encontradas na atuação do projeto na escola campo, chegamos a conclusão, durante a intervenção realizada na escola, mais efetivamente nas observações em sala de aula e nas oficinas e de discussões em torno do subprojeto história, que se intitula cidadania, memoria e ensino de história, com professores supervisores, alunos bolsistas e coordenadores, percebemos no próprio discurso dos alunos e na (NÃO)motivação na primeira apresentação do projeto, por parte de alguns alunos, devido alegarem a possibilidade de atrapalhar as disciplinas do curso profissional, quanto a supervalorização das disciplinas da grade técnica, que em determinados pontos a EEEP Moreira de Souza, não de forma generalizada, não esta conseguindo construir de forma efetiva a ideia de cidadania nos alunos da instituição.

Mesmo com essa conclusão, percebemos também que os resultados com os 20 alunos participantes do projeto foram muito satisfatórios, conseguimos com que estes pudessem entender-se como sujeitos históricos, não só participantes mais também construtores da mesma e, por conseguinte cidadãos. Esperamos que com a continuação do projeto, já que esta ainda esta em andamento, possamos ter resultados ainda mais efetivos podendo afetar não só uma pequena parcela dos discentes, mais de toda a escola.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PERRENOUD, Philippe. **Escola e cidadania**: o papel da escola na formação a democracia (trad. Fatima Murad). Porto Alegre: Armed, 2005.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e pratica de ensino de história**: experiências reflexões e aprendizados. Campinas, SP: Papirus, 2003.

CANIVEZ, Patrice (1991). **Educar o cidadão?** Campinas: Papirus.

MORAIS, Carmen Sylvia V. A reforma do ensino médio e a educação profissional. **Trabalho e educação**, Belo Horizonte, 1998.

CORDEIRO, Valdete Jane. **Prática pedagógica no processo ensino-aprendizagem**: um estudo de caso na escola profissionalizante SENAC/Concórdia, SC. Rio de Janeiro. 2010.

CRUZ, Patrícia Nassif Da. A importância do papel do ensino profissionalizante face ao processo de industrialização de Juiz de fora. **Caderno de pesquisa em administração**, São Paulo, 1999.

"VOCÊ VAI FAZER ENGENHARIA, MENINA?"- AS MULHERES E A PARTICIPAÇÃO NA ESCOLA POLITÉCNICA

Raquel Guedes[1]

RESUMO
A pesquisa em questão busca diminuir a lacuna da historiografia sobre a participação das mulheres na Escola Politécnica da Paraíba. Esta foi a primeira instituição de ensino superior de Campina Grande-PB a se consolidar. Criada em 1952 com o curso de Engenharia Civil teve sua primeira expansão com a criação dos cursos de Engenharia Elétrica (1963) e Engenharia Mecânica (1966). A criação e consolidação dessa instituição ocorre em uma época de crescimento da cidade de Campina Grande e também de fortalecimento de uma nova mentalidade e imaginário de cidade moderna. A Politécnica foi reconhecida ainda em fins dos anos cinquenta como uma das melhores instituições de ensino superior do Nordeste, atraindo assim, o público de estudantes masculino e também o público feminino. A importância deste trabalho está em descobrir como essas mulheres desbravaram os pudores da época em busca de um espaço profissional? Como influenciaram o público feminino da *posterióri?* Como as mulheres usavam de astúcias para se formarem nas engenharias da Escola Politécnica da Paraíba?
Palavras-Chave: Mulheres; Escola Politécnica; Conquista.

A Escola Politécnica foi a primeira instituição de ensino superior a ter seu projeto político pedagógico consolidado na cidade. Criada em 1952, com o curso de Engenharia Civil, só teve, devido a questões da burocracia da época, autorização para funcionar a partir de julho de 1954. Foi então neste período que se realizou o primeiro vestibular para a seleção de alunos, tendo sido aprovados apenas oito candidatos. Essa instituição conseguiu consolidar seu projeto político ainda na década de sessenta, sob a direção de Antônio da Silva Morais. A partir de 1963, sob a Direção de Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, ocorre a expansão de cursos e do corpo docente e técnico-administrativo, acompanhada também de expansão física do espaço.

Em 1974, com a reforma cêntrica colocada pelo Ministério da Educação, a Escola Politécnica deu origem ao Centro de Ciência e Tecnologia (CCT), e ao Centro de Ciências Humanas, do então campus II da Universidade Federal da Paraíba, hoje Universidade Federal de Campina Grande.

Entre a criação da Escola Politécnica e sua transformação em CCT (1952/1974) foram criados os cursos de Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Pós-Graduação em nível de Mestrado em Engenharia Civil, Engenharia Elétrica e Pós-Graduação em nível de doutorado em Engenharia Elétrica; foram criados os cursos de Engenharia Mecânica; Processamento de dados (atual Sistemas de Computação); e Meteorologia. De 1976 a 1980 foram criados os

[1] PPGH-UFCG

cursos de Matemática, Física, Engenharia Química, Engenharia Agrícola, Engenharia de Materiais e Desenho Industrial.

O objetivo da pesquisa é investigar como as mulheres conseguiram se inserir neste espaço dito culturalmente masculino para participar academicamente dos cursos de Engenharia Civil, Engenharia Elétrica e Engenharia Mecânica da escola Politécnica durante os anos de 1952 a 1975.

É possível uma história das mulheres? Levando em consideração que até os anos oitenta a mulher era pensada conjuntamente ao homem devido as relações de dependência da mesma? (PERROT, 2005).Foi estabelecido de maneira radical, desde a antiguidade, a superioridade masculina, tendo as mulheres de aprender no silêncio. Tal aspecto é diretamente responsável pela dificuldade de achar fontes que identifiquem o cotidiano feminino e suas lutas.

A mulher seguia os termos de uma família patriarcal, onde o pai, seu tutor definia sua criação, educação, padrões comportamentais e casamento. O feminino era criado para os dotes do lar, não saia às ruas se não fosse acompanhada e em datas específicas. Na maioria das vezes era proibida de estudar, ou somente lhe permitido o acesso às primeiras fases da alfabetização e letramento. Não estudava por proibição ou por desestímulo. Sendo motivada ao aprendizado das prendas domésticas, sendo estas, costurar, bordar, cozinhar (CAVALCANTI, 2000).

A modernização permitiu a aparição feminina nas ruas, mas sua aceitação não foi unânime. Gilberto Freyre, por exemplo, condenava as práticas de aburguesamento e as novas tendências que ocorriam na sociedade, defendendo com afinco os moldes da família patriarcal. Por outro lado, não se podia frear o crescimento econômico, industrial, da urbanização e a consolidação do trabalho assalariado. Novos lugares e imagens eram instituídos a homens e mulheres e a educação feminina mudara (CAVALCANTI, 2000).

Para resguardar a mulher havia em casa e na rua o discurso político moralizante, médico higienizador e a advertência sobre o respeito e manutenção da moral e dos bons costumes. Ocorre que em uma sociedade moderna não se sustentava mais uma mulher sem qualquer instrução. Assim, o letramento feminino, a possibilidade de frequentar escolas e ter acesso à educação passou a ser cogitada e realizada. Esse momento histórico abriu portas para grandes conquistas femininas, e ocorre, destamaneira, a conquista moral e política do direito à educação, a frequentar as escolas primárias, a Escola Normal e seguir a carreira de docente, de profissional, caminhando a passos lentos para a emancipação.

A educação feminina foi um desafio, os avanços das tendências burguesas adentraram na questão educacional. Assim, escolas foram montadas para receber as crianças e os incentivos à educação foram lançados. Mas, e as mulheres? Inicialmente, as escolas eram para homens, após reivindicações, foram criadas as escolas para as crianças do sexo feminino (DEL PRIORE, 2011). Contudo o ensino ainda era diferenciado, uma vez que os meninos costumavam estudar matemática enquanto as meninas tinham aula de canto (PERROT, 2008).

A escolarização das meninas no primário ocorreu em 1880, em 1900 elas passaram a estudar o ensino secundário, apenas em 1950 no período entre guerras houve uma entrada maciça de jovens na universidade. Hoje, em determinados cursos, a presença feminina supera a masculina (PERROT, 2008).

No Brasil, os discursos de modernização eram recorrentes no século XIX, a partir de então foi dada ênfase à educação (DEL PRIORE, 2011). Pouco antes desses discursos, foi reivindicação feminina a criação de escolas mistas, ou seja, com meninos e meninas estudando no mesmo local, isso porque "as mulheres não confiavam no ensino que se concedia a elas, temiam a desvalorização, reivindicavam a 'coeducação' dos sexos, os mesmos programas de espaços, que garantiriam certa igualdade" (PERROT, 2008:96). Esse foi um avanço muito promissor para as mulheres. as escolas passaram a ser mistas e o regime alcançou até o ensino superior, embora fosse pequeno o número de mulheres que chegavam a esse estágio.

Com a missão de modernizar o país por meio da educação, um incentivo foi dado com a implantação da Escola Normal, cuja pretensão era formar professores e professoras que pudessem atender a um esperado aumento na demanda escolar (LOURO 2011).

A conquista feminina estava limitada. Os discursos revelam práticas que tratavam de mantê-la à margem da sociedade, lembrando do seu papel de mãe e do lar. Seu profissionalismo era admitido sob circunstância de desvalorização, pois "quase sempre solteira, recebendo menos que os homens, ela é frequentemente nomeada para cargos em lugares distantes, às voltas com a desconfiança" (PERROT,2008:127).

Os registros científicos mostram que ocorreu ao longo da história uma exclusão do gênero feminino em ciências como a medicina, matemática, física e em áreas tecnológicas como as engenharias. Há séculos as mulheres são discriminadas nas universidades. Na França, berço do ideal da igualdade, fraternidade e liberdade, até o ano de 1950 os alunos das universidades francesas poderiam trabalhar na universidade como monitores e após a graduação como docentes, mas as mulheres não eram convidadas para assumir tais cargos

profissionais. (SCHIEBINGER,2001). E no Brasil, cuja história do ensino superior é recente, menos de dois séculos, a história das mulheres no ensino superior ainda está por ser conhecida.

Os movimentos feministas foram responsáveis por tentar mudar essa realidade. Na Europa e nos Estados Unidos, as mulheres empreenderam suas lutas a partir da compreensão de que a mulher precisava ocupar mais espaços no mundo masculino, conquistar a igualdade de educação e oportunidades o quanto antes. As mulheres deveriam ser olhadas de outro ângulo e vencer as barreiras que a sociedade estava a impor (SCHIEBINGER, 2001).

As mulheres conseguiram adentrar nas graduações em áreas das ciências e exatas, mas sua admissão era limitada, pois a pós-graduação limitou a presença feminina. Os números colocam que 54% dos concluintes de graduação eram mulheres, no término do doutorado apenas 35% eram mulheres e na formação docente no ano 1995 apenas 11% de mulheres foram admitidas para ensinar nas universidades dos Estados Unidos. (SCHIEBINGER, 2001)

Na América Latina as mulheres que concluíram a graduação em cursos de enfermagem e engenharia civil foi de 80 e 50%, respectivamente, e a admissão delas enquanto profissionais foi de 35 e 23% (TABAK,2002). Alega-se que muitas dessas mulheres, que chegavam a exercer a profissão de docente nas universidades estavam ajudando os maridos em pesquisas e terminaram sendo contratadas, mas seus salários eram 20% menores que os dos homens. (SCHIEBINGER, 2001).

Para além desses impasse, ainda foi necessário lidar com a discriminação. Esta enfrentada pelas mulheres nas ciências e tecnologia, além da diferença de salários e a difícil admissão como profissionais, há uma vigência cultural que alega que uma mulher para vencer na vida tem que ser superdotada, esse fator faz com que elas tenham vidas triplas de profissional, esposa e mãe sem deixar um desses elos sem seu auxílio. (TABAK,2002).

Em 1991, cerca de 40% das mulheres das universidades dos Estados Unidos alegaram ter sofrido discriminação, 39% disseram que eram levadas menos a sério que seus colegas homens. Em 1993 43% das mulheres sofreram discriminação sexual no trabalho e cerca de três quartos foram assediadas ao menos uma vez durante sua formação médica ou por pacientes homens. Das mulheres engenheiras entrevistadas em 1991, foi concluído que diariamente haviam observações sexistas por parte masculina.(SCHIEBINGER, 2001).

AS MULHERES DA ESCOLA POLITÉCNICA

No Arquivo Geral da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), de onde analisamos toda a documentação que restou da Escola Politécnica, podemos datar que a primeira turma de engenharia civil é do ano de 1954, a primeira aluna a que tivemos acesso nos documentos foi Arlete Figueiredo no ano de 1956, porém a mesma desistiu do curso em anos posteriores e foi cursar Serviço Social, como afirma Ana Maria Vilar Campos em entrevista para o Projeto Memória: "na década de cinquenta cursou Arlete Figueiredo, ela cursou dois anos e desistiu porque foi fazer serviço social", salientando que neste meio tempo a aquisição feminina era mínima ou inexistente e assim foi mantida até 1960 quando o fluxo feminino foi aumentando, de forma lenta, na Escola.

Na década de cinquenta, a presença feminina foi marcada na figura de Arlete Sales, após a sua rápida passagem, apenas Juliana prestou vestibular, mas não obteve aprovação e assim, apenas em 1962 houve o retorno feminino na Escola Politécnica, na presença de Ana Maria Vilar Campos e sua amiga, a quem chama carinhosamente de "Gracinha" (Maria das Graças Pedrosa) no curso de Engenharia Civil. Os registros são mais evidentes a partir de 1965 quando a Escola tem sua primeira expansão, três mulheres aparecem no quadro de alunas atuantes nos seminários e nos projetos de extensão, são elas Zélia Maria Agra de Oliveira, Tânia Quezado de Magalhães, essa sendo a única monitora até a década de setenta, e Ana Maria Vilar Campos, também com grande destaque, pois após o término do curso é estabelecida professora do laboratório de hidráulica até seu afastamento para cursar a pós-graduação no ano de 1971.

Começaremos, então, a situar essa estatística pelo processo seletivo do vestibular, em seguida número de alunos e por último, lista de formandos a presença da numeração de alunos e porcentagem de gênero:

Curso de Engenharia Civil

Vestibular	Inscritos	Homens	Mulheres	Aprovados	Homens	Mulheres
1966	80	74	06	26	25	01
1967	199	191	08	42	42	Nenhum
1968	90	83	07	_	_	_
1969	84	78	06	_	_	_

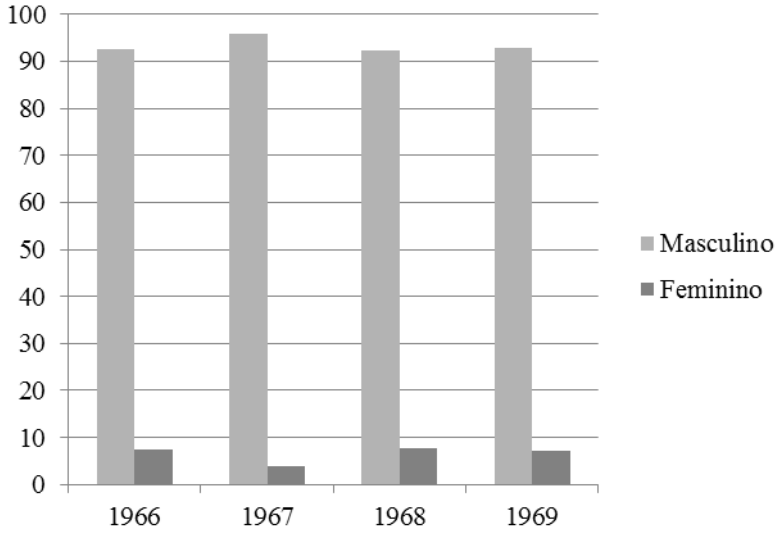


Figura 1. Divisão, por gênero, dos inscritos nos vestibulares para o curso de engenharia civil nos anos de 1966, 1967, 1968 e 1969 na Escola Politécnica, atual Universidade Federal de Campina Grande-UFCG.

No quadro de funcionários, os números de mulheres são também reduzidos, em 1966, dos trinta servidores efetivos apenas oito eram mulheres e geralmente exerciam os cargos de secretárias, auxiliar da biblioteca e laboratório, inspetoras e datilógrafa. Para além destas, havia apenas uma professora efetiva até o momento, esta era Maria de Lourdes marques de Almeida.

Consequentemente, vemos nessa análise que a presença feminina é quase inexistente, as turmas não tinham alunas e quando tinham se tratava de uma ou duas dentro de uma sala com quase sessenta alunos, apenas uma professora estava no quadro de professores e as funcionárias não passava de sete diante de todos os servidores, que eram cerca de trinta e cinco. Porém, na década de setenta esse número cresce, com a fama da Escola Politécnica, há uma duplicação de números, que continua crescendo com os anos subsequentes, fato possível devido a fama da Instituição, aos avanços dados pelas primeiras mulheres e até ao crescimento da cidade de Campina Grande e da mentalidade local com todo o advento do discurso de modernidade.

No quadro seguinte, estão as informações com a numeração do processo seletivo dos três primeiros anos da década de setenta e sem seguida o quadro com porcentagem dos alunos inscritos e aprovados no vestibular nas mesmas datas:

Curso de Engenharia Civil

Vestibular	Inscritos	Homens	Mulheres	Aprovados	Homens	Mulheres
1971	239	204	35	68	57	11
1972	321	262	59	114	97	17
1973	261	235	26	_	_	_

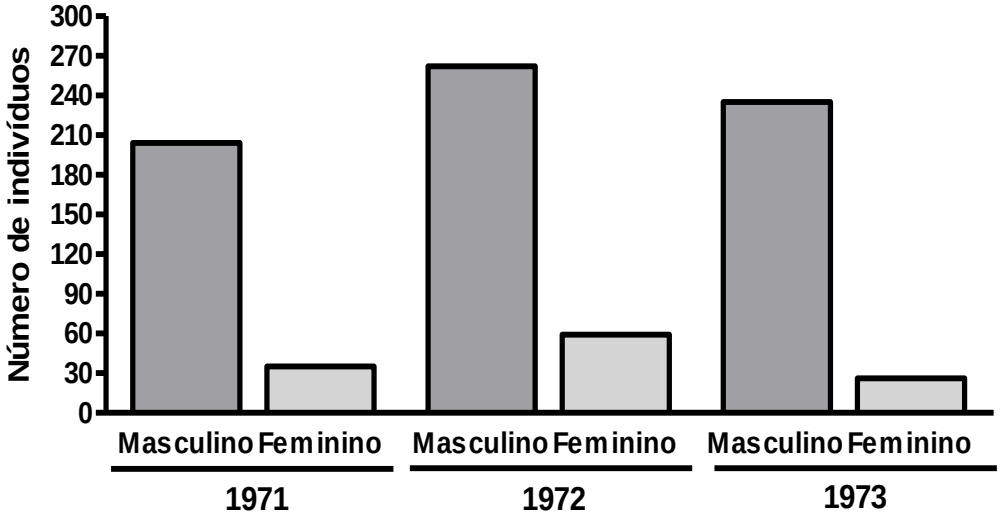


Figura 2. Número de indivíduos inscritos de acordo com o gênero nos anos de 1971, 1972 e 1973 na Escola Politécnica, atual Universidade Federal de Campina Grande-UFCG.

Esse crescimento feminino na Escola Politécnica foi aumentando a cada ano, comparado a presença masculina nas engenharias, elas representam ainda uma minoria, mas perto do avanço dado enquanto mulher que está conquistando seu espaço dentro de um ofício até então considerado masculino, a participação das mesmas, trata-se aqui de uma vitória e um exemplo. Após 1976, com a reforma cêntrica a Escola Politécnica abre portas para ser o Campus II da Universidade Federam da Paraíba com a anexação dos cursos de humanas."

Após essa breve recapitulação de dados, se faz necessário analisar algumas questões sociais, culturais, políticas e identitárias por trás desses dados no tocante a representação cultural e social que se deu com a presença feminina em um ambiente tido como masculino. Essa análise foi possível a partir dos depoimentos realizados em entrevistas pelo projeto e que oscilam em discursos que trazem como o ambiente no interior da Escola Politécnica se dava, como as famílias viam a escolha das filhas ao decidir cursar engenharia, a visão dos colegas e das próprias entrevistas. Assim, percebemos alguns episódios de glória, preconceito, aceitação e evolução.

Deste modo, os(as) entrevistados(as) durante as pesquisas do Projeto Memória deram depoimentos sobre a época em que trabalhavam ou estudavam na Escola Politécnica, enfatizando fatores como as relações com os(as) demais colegas de trabalho/estudo. Um fator comum na maioria das entrevistas destas pessoas é exatamente a aparente perfeição da época em que trabalhavam/estudavam naquela escola. Justamente uma época marcada no cenário brasileiro por manifestações de repressão por parte do governo (o golpe militar de 1964), e problematizada como local de desigualdades entre os gêneros.

Podemos perceber o espanto das pessoas com a presença de mulheres na Escola Politécnica, o mais enfático para nós esteve na fala de Ana Maria Vilar ao narrar como foi o dia em que prestou vestibular para Engenharia Civil em 1963. Ainda nesta fala pode-se perceber a mentalidade de boa parte da população em relação ao lugar no espaço que a mulher deveria ocupar a partir da fala da mãe da depoente e do desejo que esta tinha em ver sua filha fazer um curso de corte e costura:

> Quando eu fui fazer vestibular era tanta gente na porta olhando, parecia que era um ET, mas acostumei. Mas a minha mãe, uma mulher com o segundo ano primário, era uma pessoa sem muita instrução, sem muita visão, ela dizia "ou minha filha eu preferia que você tivesse passado em um curso de corte e costura que era mais útil a você". A gente queria estudar e ela era contra a gente estudar porque dizia que agente ia se casar e ter filhos, iam ser domésticas e precisavam aprender coisas que mulheres aprendem, a bordar, cozinhar, costurar, isso sim e não essas outras coisas, deixasse isso para os homens. (Catão, 2013:09).

Em outro relato, de modo singelo, a funcionária Maria Alencar Rolim, chamada de Cleise pelos mais íntimos, afirma que existia preconceito e dificuldade de aceitação feminina neste espaço ao relatar o porquê de a escola ter um numero de mulheres pequeno em comparação aos homens.

> Porque assim, durante muitos anos eram mais alunos que alunas na Politécnica. Primeira turma só homens. Segunda turma só tinham duas alunas. Duas alunas porque o resto mais era homem né? Ainda tinha preconceito naquele tempo, que Engenharia era só pra homem né? Era, pensava que antigamente, o pensamento do pessoal era que engenharia era pra homem né? Achava que era um curso de, assim muito pesado pra mulher. Aí depois não, depois foram chegando. (Rolim, 2013:03).

Durante a década de setenta com o aumento de vagas nas universidades, o número de mulheres cursando engenharia aumentou, porém ainda era de pequena quantidade como afirma José Sérgio:

> As mulheres na época no curso de engenharia era uma coisa rara, porque a minha turma, nós entramos eram 150 alunos, entrou 75 no primeiro período, 75 para o segundo. E na época eu acho que nós tínhamos 5 ou 6 mulheres no curso de engenharia elétrica. Hoje em dia o número é bem maior e esse número também se repetia para engenharia civil, que era o curso que tinha na época também, e era bem pouca gente. Na época nós tínhamos a Poli e tínhamos a FACE, então na FACE, no curso de economia tinha mais mulheres e essas coisas todas, mas em engenharia elétrica era coisa rara, realmente. (Neto,2013:03)

Ao relatar como era a convivência com as mulheres entre os alunos dos cursos de engenharia, o ainda depoente José Sérgio alega não existir preconceito para com estas, mas as limitações de relação social era uma maneira de respeito:

> Não tínhamos problemas não. É claro que existia uma diferença de formação, digamos assim. Há 40 anos atrás o relacionamento entre pessoas de sexo diferente não era tão aberto quanto hoje em dia. Tão aberto em termos de contar piadas, de chamar palavrão, essas coisas. Hoje em dia essas coisas ficaram normais, ou usuais, digamos assim. Existia um respeito, eu acho que era mais questão de educação, de formalidade, essas coisas todas. (Neto, 2013:04).

Por outro ponto de vista, conseguimos perceber a barreira de aceitação masculina para com o comportamento e com o convívio com as mulheres neste espaço a partir do relato de Ana Maria Vilar ao falar de como seu atual marido, na época namorado se sentia:

> Eita, ele pegava ar, porque a namorada de todo mundo fazia pedagógica e ia casar e eu fazia engenharia e ainda queria fazer a pós e não sei o que, não sei o que, eu ia lá pro meio do mundo e ele ficava lá desesperado. Eu fumava dentro da universidade e ele ainda era do segundo grau, aí os caras da universidade, meus colegas eram amigos dele e falavam que eu fumava e ele dizia que sabia que eu fumava e eu fumava por todo canto e eu dizia para eles não ligarem com os caras porque eles estavam fazendo inferno. Aí, depois de um tempo passou, começaram a entender. (Catão, 2013:15).

Para além dos barrismos, podemos perceber a admiração a competência e postura feminina na Escola Politécnica a partir da fala do ex funcionário Marco Aurélio ao falar da secretária Rita de Castro, sendo esta conhecida pelo seu vigor e competência nas atividades da secretária da Escola Politécnica, alega-se que esta detinha o domínio de todos os funcionários e efetuava sua função com muito empenho:

> Rita de Castro era basicamente a responsável por nós funcionários, principalmente os da secretaria. Ela tinha uma personalidade rígida, imponente, o que ela dizia estava dito, era muito correta com as coisas e a burocracia. Foi quem me ensinou o

> que eu sei hoje em relação ao meu trabalho. Sempre faço tudo correto, pois aprendi com ela o rigor do ofício. (LEITE, 2013:05).

A partir dessa pesquisa, podemos perceber que a presença feminina nas engenharias sempre foi pequena se comparada ao público masculino, mas, após analisar essa evolução desde a criação da Escola Politécnica até o fim da mesma, percebemos que a presença feminina tratou-se de uma "luta" com a sociedade, família e amigos, de um desejo alcançado por esses exemplos de mulheres que correram em busca do seu sonho profissional e romperam barreiras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAVALCANTI, Silêde Leila. Mulheres Modernas Tuteladas: o discurso jurídico e a moralização dos costumes- Campina Grande 1930/1950. Dissertação (Mestrado em História), Centro de Humanidades, universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE. 2000.
CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 1995.
DEL PRIORE, Mary. História das Mulheres no Brasil. 10 ed, São Paulo, Contexto, 2011.
DEL PRIORE, Mary. Ao Sul do corpo- Condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1995.
DO Ó, Edvaldo de Souza. Politécnica: Primeira Escola Superior de Campina Grande. Campina Grande: Editora Campina Grande Ltda.
LIMA, Rômulo de Araújo. A luz que não se apaga: a Escola Politécnica da Paraíba e a formação de um campo científico-tecnológico. Campina Grande: Eduepb, 2010.
PERROT, Michelle. Minha História das Mulheres. São Paulo: Contexto, 2008.
PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru: Edusc, 2005.
RAGO, Margareth. Do Cabaré ao Lar: A utopia da cidade disciplinar Brasil 1890-1930. 3ed, são Paulo: Paz e Terra, 1997.
SCHIEBINGER, Londa. O Feminismo Mudou a Ciência?. 2ed, São Paulo: Edusc, 2001.
SCOTT, Jonh. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Recife: SOS Corpo, 1990.
TABAK, Fanny. O Laboratório de Pandora: estudos sobre ciência no feminino. 1ed, Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2002.
THOMPSON, Paul. "A contribuição da história oral". In:__. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p.104-137.
TORRES, José Valmi Oliveira. Escola Politécnica e a construção identitária de Campina Grande como pólo tecnológico (1952-1973). Dissertação (Mestrado em História), Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande,Campina Grande, PB. 2010.

SC07. Espacialidades: cidade, região e nação
Kyara Maria de Almeida Vieira

(RE) TRATOS DO NORDESTE BRASILEIRO NA REVISTA VEJA

Samuel David de Lima[1]

RESUMO
O artigo apresenta uma análise discursiva da abordagem sobre os desdobramentos das secas no Nordeste do Brasil feita pela revista VEJA em reportagens publicadas nas edições 654, 780 e 1545, nos anos 1981, 1983 e 1998, respectivamente. Tomando como subsídio teórico-metodológico alguns preceitos de Durval Muniz de Albuquerque Júnior e Michel Foucault apresentamos alguns efeitos de sentido provocados pelas imagens e pela linguagem utilizada na elaboração das matérias com o objetivo de demonstrar como o veículo se torna também responsável pela naturalização de uma condição climática e pela continuidade de discursos que corroboram para a construção e/ou reprodução de estereótipos sobre a região e seus habitantes. Tendo em vista o alcance de público da Veja e, portanto, a influência capaz de exercer sobre o pensamento de seus leitores, chamamos atenção para o fato de que informação não é sinônimo de conhecimento e, sendo assim, nos propomos a problematizar o preconceito e os estereótipos relacionados ao povo e à região presentes no discurso das matérias, apontando como e por onde algumas brasas inflamadas em um determinado momento podem continuar incendiando.
Palavras-chave: Nordeste; discursos; estereótipos.

ABSTRACT
This paper presents an analysis of the discursive approach to the unfolding drought in northeastern Brazil made by SEE magazine articles published in issues 654, 780 and 1545, the years 1981, 1983 and 1998, respectively. Taking as theoretical and methodological grant some precepts of Durval Muniz de Albuquerque Junior and Michel Foucault are some meaning effects caused by the images and the language used in the preparation of materials for the purpose of demonstrating how the vehicle also becomes responsible for the naturalization of a condition climate and continuity of discourses that support for building and / or reproduction of stereotypes about the region and its inhabitants. Given the scope of the public see and therefore able to exert influence on the thinking of his readers, we call attention to the fact that information is not synonymous with knowledge and, therefore, we propose to discuss prejudice and stereotypes related to the people and the region present in the discourse of the subjects, indicating how and where some flaming embers in a given moment can continue firing.
Keywords: Northeast; speeches; stereotypes.

[1] Graduando do Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Regional do Cariri- URCA

INTRODUÇÃO

Entre os anos 1981 e 1998, parte dos habitantes do Nordeste brasileiro, principalmente aqueles que moravam em cidades interioranas, sofriam as consequências de grandes períodos de estiagem que assolaram a região, bem como, por causa da ausência de melhores políticas administrativas.

Os efeitos das secas eram arrasadores e chamavam atenção pelo cenário de miséria, fome e aparente abandono político de inúmeras famílias do sertão nordestino. A situação já era compreendida como uma calamidade pública diante de tantos problemas que se desencadeavam em parte por causa da seca e também pela falta de políticas públicas mais eficazes para combatê-los. A seca no Nordeste era notícia constante no país; os meios de comunicação traziam à cena pública o resultado de anos de descaso das autoridades públicas, em reportagens e matérias que denunciavam a desgraça vivenciada por parte da população nordestina.

Dentre tantos veículos de comunicação encontrava-se a revista VEJA da editora ABRIL, cujo início de sua publicação deu-se em 08 de setembro de 1968 e possui, atualmente dentro do mercado editorial de revistas, um dos maiores índices de circulação no Brasil, declarando realizar um jornalismo neutro, objetivo, investigativo e esclarecedor.

Diante do alcance de público da VEJA e, portanto, sua posição de destaque no mercado da comunicação, acreditamos que há muito esta vem exercendo influência no pensamento de seu público alvo. Ademais, cabe acrescentar a abrangência de aceitação entre seus leitores e o impacto da revista na formação de opinião.

Uma vez que reconhecemos o valor da diversidade política, étnica, religiosa e cultural e o abandono da ideia de naturalização como aspectos irrelevantes para a escrita da História acreditamos na legitimidade de trabalhos que ajudam o ser humano a refletir sobre seu lugar e seu papel na sociedade. Esta é, portanto, uma reflexão sobre a imagem que o discurso da VEJA emite sobre o Nordeste, amparada teórica e metodologicamente nas obras de Durval Muniz de Albuquerque Júnior e Michel Foucault. Assim, reconhecemos a relevância de um estudo que tome como objeto o seu conteúdo, mais especificamente os discursos por ela veiculados.

Desta forma o presente trabalho apresenta resultados parciais de uma pesquisa que intenciona analisar o conteúdo elaborado em reportagens[2] publicadas por esta revista nos anos 1981, 1983 e 1998 em que a mesma dedicou reportagens de capa sobre problemas decorrentes da seca.

BASES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS DA ARGUMENTAÇÃO

Sabendo que as especificidades regionais do Brasil são bastante acentuadas e em decorrência delas alguns elementos são por vezes estigmatizados dando margem à estereótipos que se materializam em forma de preconceitos, destacamos nesta análise dos discursos produzidos nas matérias da VEJA alguns exemplos de "uma postura negadora da história, da mudança" (DURVAL: 2010).

A edição nº 654 de 1981 estampava um número significativo de pessoas portando em suas mãos estendidas para o alto, sacolas vazias, com a seguinte chamada: *Flagelados em Mombaça, Ceará- A seca do século*; a edição nº 780 de 1983 apresentava a foto de uma família ao lado de uma jumenta, sentados em meio à vegetação de caatinga, com uma descrição da situação vivenciada pela família acompanhada dos seguintes dizeres: *A agonia do Nordeste* e a edição nº 1545 de 1998 trazia a foto de uma criança segurando um prato de comida com arroz e feijão, com a chamada: *A fome no Nordeste- Ainda bem que eu não tenho de comer calango*; na edição, um número significativo de pessoas portando, em suas mãos estendidas para o alto, sacolas vazias, com a seguinte chamada: *Flagelados em Mombaça, Ceará- A seca do século*[3];

Considerando que a linguagem não é apenas uma forma de enunciar os dados e, portanto, produz efeitos de sentido entre seus interlocutores, nosso objetivo é demonstrar como o discurso formulado por VEJA corrobora para a construção e/ou reprodução de uma representação do Nordeste brasileiro em que percebemos a naturalização de um fenômeno climático e também de uma dada condição econômica como se fosse uma marca registrada das pessoas e do lugar, ou seja, a seca e a miséria. De maneira que se ultrapassarmos a aparente transparência da linguagem percebemos um discurso implícito, no entanto suficientemente capaz de construir ou apoiar estereótipos.

[2] As reportagens completas estão no Acervo Digital VEJA disponível no endereço: http://veja.abril.com.br/acervodigital/

[3] Capa da edição 654, publicada em 1981.

De acordo com Durval Muniz é preciso renunciar a ideia de "tradição, identidade, cultura regional e nacional, desenvolvimento, subdesenvolvimento, evolução" quando estes representam uma continuidade histórica irrefletida. Esta concepção legitima o esquadrinhar desse assunto uma vez que visões etnocêntricas e, principalmente, notícias transmitidas em formato de conhecimento histórico podem implicar diretamente na apropriação de saberes que devem ser combatidos e evitados numa sociedade. Para o autor a mídia de modo geral olha para o Nordeste perseguindo os mesmos horizontes clichês, ou seja, é como se fosse uma fonte inesgotável e utilizável a qualquer momento em que o interesse seja falar de lugar e de povo vitimizado pelo atraso cultural e econômico, marcados pelo fanatismo religioso, pela violência, injustiça social, o espaço mais viável para falar da fome e da pobreza do país.

Os discursos têm o poder de provocar efeitos de sentido, de influenciar a formulação de um pensamento, de legitimar uma ideia quando em si mesmos já não trazem uma significação explícita. Como aponta Sandra Jatahy Pesavento o leitor pode criar sua própria história uma vez que é capaz de realizar "associações intertextuais insuspeitadas por quem produziu e enunciou" um determinado discurso.

Michel Foucault menciona o "agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência". O autor ensina que o texto principal ou primeiro texto e os comentários ou segundo texto mantém ainda que em proporções desiguais uma relação solidária, pela qual, independente da técnica utilizada, o texto segundo irá dizer aquilo que está dito implicitamente no texto primeiro, ou seja, ambos são articulados para alcançar o mesmo propósito.

> Deve, conforme um paradoxo que ele desloca sempre, mas ao qual não escapa nunca, dizer pela primeira vez aquilo que, entretanto, já havia sido dito e repetir incansavelmente aquilo que, no entanto, não havia jamais sido dito. A repetição indefinida dos comentários é trabalhada do interior pelo sonho de uma repetição disfarçada: em seu horizonte não há talvez nada além daquilo que já havia em seu ponto de partida, a simples recitação. O comentário conjura o acaso do discurso fazendo-lhe sua parte: permite-lhe dizer algo além do texto mesmo, mas com a condição de que o texto mesmo seja dito e de certo modo realizado (FOUCAULT, 1970:25-26).

De fato constatamos que os títulos e os comentários no decorrer das matérias compõem uma ideia. Mas percebemos também que as matérias seguem um padrão pelo qual se percebe uma reprodução exacerbada de representações construídas historicamente sobre o homem, a mulher, a criança, a fome, a miséria, a religiosidade e a sociedade do Nordeste.

NAS ENTRELINHAS DO DISCURSO

Nas três edições observadas aparece repetidamente a projeção de famílias, não qualquer modelo de família que possa existir nas regiões visitadas, mas especialmente aquelas constituídas por um número significativo de filhos, crianças vulneráveis aos efeitos da miserabilidade de suas condições de vida. Todos posicionados em frente, possivelmente, ao casebre onde moram ou encenando, tal como a imagem de uma senhora segurando um pedaço de carne ou a de um menino preparando uma armadilha para tentar capturar "preá" a fim de consumi-lo por falta de alternativas.

Não obstante à denúncia que a revista faz do descaso político com a situação dessas pessoas, ressaltamos o fato de que nas três edições as capas são estampadas por pessoas do Estado do Ceará, talvez, um horizonte que a revista possuía antes mesmo de construir sua matéria. Um leitor assíduo e atento às publicações da revista poderia diante disso adotar um conceito sobre o Estado, já que mesmo a seca prejudicando um enorme espaço territorial (por sinal definido pela revista como o espaço onde estão os famintos), que não se restringia apenas ao Ceará, foram pessoas deste que viraram capa, ambas destacando a ideia da fome, de lugar seco e subdesenvolvido.

Embora o tempo e os lugares sejam diferentes o discurso e as fotografias das matérias são semelhantes e sempre permeados por comentários estruturantes que reproduzem um único perfil de sociedade.

Tal constatação nos faz presumir que a revista formatou estas matérias amparando-se num projeto iconográfico semelhante às reconhecidas retratações de Cândido Portinari, ou como ela mesma assimila, na matéria da edição 780 do ano 1983, à obra *Vidas Secas* de Graciliano Ramos, nas quais o texto e as fotografias evidenciam situações de miséria enfrentada por uma numerosa família de aparência esquálida e sofrida, como sendo o perfil representativo da região.

Vale destacar que no discurso da revista estão presentes elementos que podem gerar uma compreensão distorcida sobre a história do Nordeste, uma vez que articula informações em forma de conhecimento histórico:

> (...) Os nordestinos têm rezado muito nesses três anos, desconfiados de que sem ajuda dos céus poderão sucumbir à 72ª seca que castiga o nordeste desde o descobrimento do Brasil. (VEJA, 18 DE MARÇO, ed.1981. p.44).

Uma informação como esta ignora a espacialidade e a temporalidade existentes no processo de formação do Brasil, denotando uma identidade histórica para a região, induzindo seus leitores a acreditar em um Nordeste e uma seca historicamente naturalizados. A leitura pode gerar a interpretação de que desde o descobrimento do Brasil existiu o nordeste seco. Podemos entender esta fala como "uma escrita da história monumentalizada, na qual perdura a ideia de um conteúdo de verdade sempre possível de ser identificado" (MENESES, 2010:78).

Segundo Albuquerque Júnior, abordagens que considerem a região como um recorte sempre existente e possível, desde o processo de colonização, bem como, as que apontam o regionalismo como invenções recentes devem ser questionadas:

> (...) Antes que a unidade significativa chamada Nordeste se constituísse perante nossos olhos, foi necessário que inúmeras práticas e discursos "nordestinizadores" aflorassem de forma dispersa e fossem agrupados posteriormente. (...) A origem do Nordeste, portanto, longe de ser um processo linear e ascendente, em que a "identidade está desde o início assegurado e preservado", é um começo histórico no qual se encontra a discórdia entre as práticas e os discursos; é um disparate. Essa figuração de uma origem linear e pacífica para Nordeste se faz preciso para negar que ele é algo que se inventa no presente. Visa negá-lo como objeto político-cultural, colocando-o como objeto "natural", "neutro" ou "histórico" desde sempre. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011:79-80).

Em outro ponto da reportagem desta mesma edição o discurso é perpassado de expressões veemente pejorativas ao falar dos habitantes do Nordeste:

> (...) até a semana passada, 39 cidades de quatro Estados haviam sido invadidas por flagelados famintos, algumas mais de uma vez (...) a senha para o ataque, num forte sotaque nordestino, foi ouvida em toda a praça da matriz de Mombaça (...) (VEJA 18 de Março, 1981:46).

Para Pesavento (2001:71) "a postura metafórica do texto, é a que melhor concentra a ideia de que uma escrita comporta mensagens e significados". A forma linguística empregada para fazer referência aos sujeitos da ação - "flagelados famintos"- enquadrou- os numa categoria, denotando uma condição de ser e não de estar. O discurso constituiu- se por meio de uma expressividade que ao mesmo tempo inferiorizou e desqualificou os mesmos.

Esta fala veiculada em massa, para outros grupos da sociedade brasileira que desconhecem as causas que provocaram essa situação poderia gerar, dentre tantas possibilidades, uma aversão aos nordestinos e ao Nordeste, ou seja, o efeito de sentido

produzido aponta diretamente para uma marginalização socioeconômica do povo a quem se refere.

Uma pergunta que não quis calar foi: Qual fora a relevância para esta reportagem frisar "o forte sotaque nordestino?". Forte em relação ao que? Supomos que aos outros sotaques. O que garantiu ao jornalista que "cobriu" a matéria afirmar que o grito era de fato de um nordestino se, comumente, as pessoas perdem ou adquirem novos sotaques? Qual é a região do país que não possui inúmeros sotaques dentro de suas próprias dimensões territoriais? O sotaque é uma janela aberta por onde é possível visualizar o etnocentrismo, uma vez que, até mesmo ele é utilizado como ferramenta discriminatória das relações interpessoais.

> Assumir a nordestinidade é assumir estas várias representações excludentes, sobre este espaço e este povo. É emitir um discurso preso à lógica da submissão; é ocupar o lugar que esperam para nossa voz e para nosso olhar: voz para pedir, suplicar, denunciar; olhar para, banhado de lágrimas, comover a quem se dirige. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011: 352)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar como e onde os estereótipos são construídos ou afirmados é um exercício que demanda bastante atenção uma vez que nós mesmos somos passíveis de disseminá-los cotidianamente em nossas falas ou ações e também pelo fato de que é preciso cautela para não emitir um discurso com o *status* de verdade absoluta que finda sendo tendencioso. O que não devemos é adotar uma postura pacífica diante de vozes que ressoam como se fossem nossas, reproduzindo velhos discursos que não representam a todos.

Percebemos que é possível problematizar o trabalho da revista, uma vez que ela se autodenomina representante de um jornalismo neutro e objetivo mas em linhas gerais não faz aquilo a que se propõe. A análise das falas, bem como das imagens que dão suporte ao discurso e, por vezes, também emitem um discurso é um objeto relevante para elucidar a influência dos meios de comunicação na formação do pensamento coletivo. Esperamos que este trabalho seja capaz de instigar o hábito de refletir criticamente sobre os acontecimentos, sobre o que falamos e como falamos e sobre aquilo que tomamos como conhecimento. Para que isto ocorra é preciso estar atento à linguagem e mais do que isto às mensagens nas entrelinhas.

FONTES

CAMPOS, Cíntia; PESSOA, Ana; EDWARD, José; DE MARI, Juliana; BALTHAZAR, Ricardo; GENTILE, Rogério; BRASIL, Sandra; NETTO, Vladimir. VEJA Nº1545. A fome do Nordeste. , ABRIL: 1998.
VEJA Nº 780. A agonia do Nordeste. ABRIL: 1983
CORREA, Marcos Sá. VEJA Nº 654. A seca do século. ABRIL: 1983

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, José D'Assunção. **O projeto de pesquisa em História**: da escolha do tema ao quadro teórico. 8. ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
BORELLI, Viviane. **Jornalismo como atividade produtora de sentidos.** Capturado da Internet em 09/11/2013 no endereço: http://www.bocc.ubi.pt/pag/borelli-viviane-jornalismo-actividade-sentidos.pdf
BRAGA, Sandro; PEREIRA, Tiago Costa. **Quando a história cala e o exótico fala**: Efeitos de sentido da cobertura da revista Veja na pré-candidatura de Obama à presidência dos EUA. Capturado da Internet em 24/ 07/ 2014 no endereço: http://www.scielo.br/pdf/ld/v11n1/a09v11n1
com o objetivo de demonstrar que na prática a revista não faz somente aquilo que autodeclara fazer
FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: Aula Inaugural no *Collége de France*, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 5. ed. São Paulo: EDIÇÕES LOYOLA, 1999.
MOURA, Ranielle Leal. **História das Revistas Brasileiras** – informação e entretenimento. Capturado da Internet em 07/02/2014 no endereço: http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/8o-encontro-2011-1/artigos/Historia%20das%20Revistas%20brasileiras%202013%20informacao%20e%20entretenimento.pdf/view
PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. Vol. 05 de História & reflexões. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Palavras para crer** - imaginários de sentido que falam do passado. Capturado da Internet em 07/02/2014 no endereço: http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/2SEAD/MESAS-REDONDAS/SandraJatahy.pdf
QUEIRÓZ BAPTISTA, Íria Catarina; KRAEMER ABREUY, Karen Cristina. **A história das revistas no Brasil:** um olhar sobre o segmentado mercado editorial. Capturado da internet em 09/02/2014 no endereço: http://www.bocc.ubi.pt/pag/baptista-iria-abreu-karen-a-historia-das-revistas-no-brasil.pdf
SILVA, Sônia Maria de Meneses. **A operação midiográfica**: A produção de acontecimentos e conhecimentos históricos através dos meios de comunicação- A Folha de São Paulo e o Golpe de 1964. Niterói: 2011.

"PLANEJAR PARA INDUSTRIALIZAR": REPRESENTAÇÕES JORNALÍSTICAS DE CAMPINA GRANDE EM SEU PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NO JORNAL "DIÁRIO DA BORBOREMA" (1950-1960)

Danilo Rodrigues Souza[1]

RESUMO
Neste trabalho, pretendemos apresentar as minúncias encontradas nas páginas do jornal Diário da Borborema nos anos de 1950 e 1960, sobre o processo de instalação e ampliação de serviços primordiais para as indústrias que ali se pretendiam aportar na cidade de Campina Grande, Paraíba, como água, luz e mão de obra qualificada. O município prometido a um futuro tão grande e nobre como seu passado algodoeiro, e vendida por sua elite como um centro econômico ideal para a industrialização que atingia todo o Nordeste, Campina Grande segundo os discursos jornalísticos da época, apresentava uma série de debilidades em seus recursos. Apontando as fragilidades de uma estrutura urbana que sofria com um inchaço populacional, o Diário da Borborema também sugere os passos que o poder público deveria seguir para sanar tais problemas. Assim, destacaremos tais reportagens, abordando e discutindo as representações construidas para Campina Grande, antes, centro de comércio e exportação de algodão, e agora, observada como polo de desenvolvimento e progresso industrial.
Palavras-chave: Campina Grande; Industrialização; Diário da Borborema.

INTRODUÇÃO

Em Campina Grande, um *"ar"* de grandeza é respirado por sua população, que não tem dúvidas da importância de sua cidade dentro do Nordeste. Economicamente, a história deste município se constrói apresentando como estrutura basilar o comércio e os serviços, atendendo a uma demanda regional. Em seu mito fundador, lugar de repouso para tropeiros; em seguida, uma feira de gado e mercadorias que já a despontava dentro do contexto nordestino; em seu mito *"edificador"*, apresenta um grande salto de desenvolvimento devido as atividades tropeiras e ao crescimento da cultura do algodão e seu comércio outorgando um dos primeiros *"títulos"* [2] de Campina Grande, chegando a ser a segunda maior produtora de algodão do mundo.

Ao longo dos anos, de *Rainha da Borborema* e *"capital do trabalho"*, se construiu também uma expectativa de progresso com a cidade. Campina era a promessa de avanço que

[1] Atualmente é aluno do Programa de Pós-graduação em História pela Universidade Federal de Campina Grande (PPGH/UFCG). (danilorodrigues.ufcg@gmail.com)
[2] Dentro deste contexto histórico, Campina Grande ganhou o nome de "Liverpool brasileira", em referência à cidade inglesa que detinha o título de maior produtora de algodão no mundo.

destacaria a Paraíba no contexto brasileiro. Observando o desejo de indústria no Nordeste, Campina não ficaria de fora. O domínio do comércio, onde sua *"galhardia"* já não podia ser apresentada como antes, demandava uma renovação na economia campinense.

> Os observadores da vida campinense vêm notando, não sem certo pessimismo, que já não poderemos manter com a mesma galhardia de antes o domínio do comércio nordestino. (...) Mas as estradas de rodagem vararam o sertão de dentro adentro, ligaram cidades mais distantes aos centros consumidores do Sul, e eis que os negócios, até bem pouco tempo quase obrigatórios em Campina Grande, ampliaram consideravelmente o seu círculo e começam a fazer-se fora da órbita de interesses de nossa cidade. (...) Não temos, no entanto, motivos para receios alarmistas, desde que poderemos arrumar a nossa economia em outro poderoso fator de desenvolvimento: a indústria. (...) O momento é mais que oportuno para a criação de uma mentalidade industrial. (...) Os homens que construíram a grandeza do empório comercial que foi e ainda é Campina Grande, esses mesmos homens poderão, com seu arrojo, com sua inteligência, com sua visão, lançar os fundamentos do parque industrial campinense.[3]

A reportagem, sugestivamente intitulada *"Pensemos em Indústria"* presente na página política do jornal, já tem início destacando algumas das mais curiosas personagens destacadas por esta pesquisa. Sob o nome de "observadores da vida campinense", pode-se deduzir que estes aspectos da economia municipal não foram elencados à toa, por indivíduos que se prestaram apenas a uma observação desinteressada. Assumindo o papel destas personagens anônimas da manchete, as elites campinenses se tornam suspeitas, caso nos detenhamos em sua delicada situação: prejudicadas aos poucos pelos desvios feitos pelo capital comercial do Nordeste que não tem mais movimentado seu comércio como antes, depreciadas pelas mudanças econômicas do país. Tais observações são apresentadas pela reportagem como de interesse de todos os campinenses, *"preocupados"* com o progresso e desenvolvimento de seu amado município. Fica subtendido que tal visão de futuro abraçará toda a população de Campina, caso os *"construtores"* do empório comercial que caracteriza a cidade se mobilize no mesmo esforço em direção à indústria.

Sob este aspecto, nas páginas veiculadas pelo Diário da Borborema, se evidencia esse constante forjar do imaginário que se constituiu em torno da cidade, constantes discursos de uma elite que acreditava piamente no potencial campinense e de sua população, tornando-a um verdadeiro *"centro propulsor do progresso da Paraíba"*. Nos serviços, no comércio e na produção, seu nome era motivo de inveja e admiração entre outros centros urbanos do interior nordestino. Na indústria, não poderia ser diferente. Assim como aponta a reportagem de capa

[3] Diário da Borborema, Campina Grande, 18 de Outubro de 1957, p. 3.

do 7º caderno da primeira edição do Diário da Borborema, *"Campina Grande, porta do sertão e centro de trabalho incansável"*, publicada no dia 2 de outubro de 1957:

> Em todo o Nordeste brasileiro, um nome de cidade ressoa, causando inveja e admiração a todos os centros interioranos que mais têm progredido na região. Esse nome é o de Campina Grande. Porta do sertão, centro de trabalho incansável e produtivo, a cidade de Campina Grande é a rainha incontestável do Nordeste interior. Seu florescimento, cada dia mais acentuado, é fruto do esforço de sua população ativa, valorizado por condições geoeconômicas verdadeiramente ímpares no Nordeste seco. (...) Os negócios que aqui se realizam, assumem proporções fantásticas, criando riquezas rápidas e deixando sua marca no crescimento de todas as atividades humanas na cidade. (...) Entretanto, Campina Grande acha-se apenas no início de uma fase de industrialização que poderá, em breves anos, superar as outras atividades produtivas: agricultura, comércio e serviços. Realmente, nenhuma cidade no Nordeste interior apresenta tantas e tais condições favoráveis ao crescimento industrial. Aqui se encontram em posição invejável todos os fatores para a existência de um parque industrial promissor: matérias primas e facilidade de seu acesso às fábricas pelas numerosas vias de comunicação existentes; energia elétrica abundante, certa e relativamente barata (podendo tornar-se ainda mais barato); mão de obra também abundante e de boa qualidade (sabendo-se da extraordinária capacidade dos nossos artífices e existindo estabelecimentos de preparação profissional, como o SENAI para a formação de operários e a Escola Politécnica para a preparação de técnicos de técnicos); mercado consumidor de extensão e capacidade ainda não avaliadas, mas que se presume de grandes proporções pela posição geográfica da cidade – portão do sertão, como comumente se diz, cidade-chave de uma imensa região nordestina que abrange os Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Piauí, parte de Pernambuco como do Maranhão, etc.; finalmente, espírito empreendedor de seus capitalistas, o qual precisa apenas ser estimulado no sentido das sociedades anônimas, ajudadas pelos financiamentos oficiais.[4]

O jornal Diário da Borborema ajudava a construir e fazia circular um conjunto de imagens e modelos que pretendia que fossem vivenciados por todos os campinenses. Campina Grande era apresentada como a cidade progresso, a cidade modelo do Nordeste, município interiorano de destaque econômico na região. Possuía graças ao seu passado enobrecedor, todos os aparatos e promovia todos os estímulos que um centro urbano necessitava para que ali fosse desenvolvido um forte e desenvolvido setor industrial. Já até apresentava focos de indústria, mas nada que se equiparasse a outros setores da economia de Campina.

Observando a data de publicação desta registro, 1957, percebe-se que já há um incentivo formal por parte da elite local para com a indústria. O desejo de progresso já se delineava antes mesmo que o discurso desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, a partir de 1959, estampasse todas as manchetes do país. Apesar de pequena, já havia uma indústria que andava a passos pequenos e se observada pelo exposto pelo Diário da Borborema, era promissora, faltando-lhe apenas estímulos financeiros e fiscais. Por outra perspectiva, a

[4] Diário da Borborema, Campina Grande, 2 de Outubro de 1957, caderno 7, p. 1 e 4.

mesma reportagem mostra a necessidade de uma constante exposição de Campina Grande como um pólo economicamente forte para se investir na indústria, ganhando visibilidade diante das empresas interessadas no mercado.

NEM TUDO É PROGRESSO

A imprensa e a elite campinense apontavam para o mesmo futuro, acreditando que apenas a industria poderia manter o posicionamento de destaque de Campina Grande perante outras cidades de mesmo porte. Como aponta a reportagem *"Zonas Industriais"* presente no editorial da edição de 22 de Novembro de 1957:

> Os homens empreendedores de Campina Grande acreditam, com justificadas razões, que temos aqui as melhores possibilidades para sustentar um ritmo muito mais intenso de industrialização. E de todos os lados estão surgindo idéias felizes no sentido de se criarem condições favoráveis ao surto de desenvolvimento fabril. [5]

Em sua administração política, Campina vinha andando a passos largos promovendo seu crescimento em diversos âmbitos, passando pela educação e pela cultura, atravessando também os serviços de energia e telefonia. As gestões dos prefeiros Elpídio de Almeida e Severino Cabral durante a década de 1950, colocaram a cidade nos trilhos do progresso, de acordo com o Concurso promovido pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal de 1957, apresentado pela reportagem *"Campina Grande, um dos Municípios de maior Progresso"* [6]. Nela, ocupando toda a terceira página deste caderno, fatores como os gastos em obras públicas e serviços, gastos com energia, estradas, etc. são expostos, apontando para o tamanho investimento público para o desenvolvimento urbano.

Nessas reportagens, a *Rainha da Borborema* é representada como uma verdadeira mina de ouro para o investimento empresarial, fazendo necessário apenas as ferramentas que possibilitassem sua *"mineração"*. Tais ferramentas garimpariam o verdadeiro potencial do setor industrial campinense, tirando-o de sua incipiente situação, alcançando os parâmetros desejados para uma verdadeira *capital do trabalho*.

Mesmo notando todo o esforço despendido pela prefeitura em oferecer a cidade como um pólo atraente para novos negócios, percebe-se também nas reportagens do Diário da Borborema uma negação de que a Campina Grande do futuro era só progresso e

[5] Diário da Borborema, Campina Grande, 22 de novembro de 1957, p.2.
[6] Diário da Borborema, Campina Grande, 2 de Outubro de 1957, caderno 4, p. 3.

desenvolvimento. A cidade tinha suas deficiências, suas carências e falhas, fossem estas observadas nas esferas de serviços como água e energia, na mão de obra não instruída ou na falta de interesse público em níveis municipais, estaduais e federais.

Observando a distribuição de água nesta época, o Diário da Borborema não apresenta uma imagem muito atraente aos objetivos industriais de sua elite. Apesar da construção do Açude do Boqueirão a recentes anos, o abastecimento de água sempre é apresentado como incipiente, promovendo o terror na vida das donas de casa campinenses[7].

Sobre a energia, não há melhores condições que as do abastecimento de água. O custo alto, as condições precárias de estrutura e distribuição que dificultavam a vida da população, também não desenvolviam condições sedutoras para a instalação de novas indústrias. O editorial do jornal em tom de denúncia clamava ao governo por soluções que viabilizassem a situação.

> Os homens da indústria de Campina Grande, por exemplo, pagam energia elétrica duas vezes mais cara do que no rio de Janeiro ou em São Paulo. E naquelas cidades, grandes, grandes centros industriais, o fornecimento de eletricidade é feito por empresas privadas. No Nordeste, a CHESF é a empresa mantida principalmente pelo Governo Federal, com a participação apreciável dos Estados interessados e ainda com a ajuda de capitais privados. (...) Um programa objetivo de investimentos da União no Nordeste não pode deixar de ser repisado, renovado, rediscutido no encontro dos industriais do Nordeste. (...) O Nordeste quer dinheiro, mas para ser aplicado em empreendimentos básicos para o desenvolvimento regional. O problema social das secas será melhor solucionado quando a região possuir uma indústria poderosa e sólida, oferecendo emprego aos excedentes de sua população rural.[8]

Desta forma, observando o suprimento de água e energia para Campina no ano de 1959, somados ao desinteresse político para com as necessidades básicas de seu povo, não resta dúvida também que as necessidades de uma indústria de grande porte que ali se instalasse não seriam solucionados em tempo hábil. Intitulada *"Desleixo inqualificável",* a reportagem presente no editorial da edição de 4 de Janeiro de 1959, nos fala:

> Ninguém mais ignora, nesta cidade, que toda a zona urbana servida d'água pela caixa do Monte Santo não esta sendo convenientemente suprida pelo novo sistema do Açude de Boqueirão. Nessa zona continua a fazer-se racionamento com a distribuição d'água com intervalo de alguns dias. (...) O Dr. Josemir de Castro, com a visão correta que tem dos problemas do abastecimento d'água na cidade, vem

[7] Para isto, se observa a reportagem *"Necessário um conjunto de medidas para melhorar o nosso abastecimento d'água"* do dia 2 de Fevereiro de 1958, onde é exposta a verdadeira situação do sistema de abastecimento de Campina. Nela, o senhor Josemir Castro, atuante no setor sanitário da cidade explica que são necessárias uma verdadeira mobilização do governo público para ampliação do abastecimento. A velha estrutura já não dá mais conta de uma população em vertiginoso crescimento.

[8] Diário da Borborema, Campina Grande, 4 de Fevereiro de 1959, p. 2.

> pleiteando, desde que foi inaugurada a Adutora nova, um transformador para o correto funcionamento de uma moto-bomba mais possante, adquirida pelo Saneamento no Recife, pois a corrente nas Boninas é insuficiente para fazer funcionar o aludido conjunto elétrico. (...) Ultimamente, quando aqui esteve o eng. José Cândido Pessoa, diretor geral do DNOCS, tomou conhecimento da necessidade existente e autorizou a vinda para nossa cidade de um transformador daquele Departamento existente em Curema. (...) Acontece que foi cumprida a promessa do diretor: veio para Campina Grande o transformador e foi também autorizada a compra de uma chave que se fazia também imprescindível. Sucede, entretanto, que a situação de falta d'água do Monte Santo permanece inalterada, pois o transformador não foi instalado, apesar de se encontrar aqui há vários dias. A reportagem deste jornal foi informada de que o problema é um pouco mais complexo. Não se trata somente de instalar o transformador. Falta trazer a rede elétrica da Rua Getúlio Vargas para o Reservatório das Boninas, isto é, uma linha especial se torna necessária para o perfeito funcionamento do conjunto moto-bomba. (...) Mesmo que seja um absurdo entrar o DNOCS com a despesa para o processamento da linha, talvez ele autorizasse a compra de postes e de cabos e isoladores e demais materiais precisos, desde que manifestou o enorme desejo de satisfazer aos desejos dos campinenses em matéria de abastecimento d'água. Se ignora o pormenor o diretor geral do DNOCS, não acontece o mesmo com o Governo do Estado. Tendo a sua disposição o transformador do DNOCS, nada mais justo, nada mais imperioso, do que o Governo arcar com a despesa da montagem do mesmo, trazendo – se o caso é a falta de linha – os fios da Avenida Getúlio Vargas. (...) Francamente, é esse um desleixo inqualificável para o qual, provavelmente, não atentou ainda o Governador Pedro Gondim, tão interessado como se tem revelado em atender às reivindicações desta cidade.[9]

A ausência do governo para solucionar problemas simples como este apontado pela reportagem, marca uma cobrança por parte do jornal. Responsabilidades assumidas por outras instituições são deixadas de lado, prejudicando o desenvolvimento de uma cidade prometida ao progresso. O destaque dado às fragilidades de Campina, revelando-as aos poderes públicos, colocam em cheque a avaliação destes governos, que perdem a confiança e o apelo destas populações. Em outra reportagem do Diário da Borborema, onde o abastecimento de água e o fornecimento de energia de Campina são dissecados, o abandono quase que *"criminoso"* da população campinense pelos poderes públicos se evidência ao assumir uma posição de destaque na última página do jornal[10].

> O freqüente desmoronamento de postes da rede elétrica que liga o sistema de Paulo Afonso à Estação de Recalque de Vereda Grande, de onde é bombeada a água que abastece Campina Grande, vem se constituindo uma permanente ameaça à tranqüilidade dos habitantes desta cidade. Culpe-se em geral por esses incidentes a pressa com que foi construído e inaugurado, há três anos, o sistema adutor de Boqueirão a fim de servir a interesses políticos.[11]

[9] Diário da Borborema, Campina Grande, 4 de Janeiro de 1959, p. 2.
[10] Neste momento, as principais reportagens do Diário da Borborema se faziam presentes nas primeiras e últimas páginas da edição.
[11] Diário da Borborema, Campina Grande,15 de Janeiro de 1961, p. 8.

O empenho da elite local em chamar a atenção e trazer para perto de seus interesses industrializantes o poder público, se repete progressivamente nas reportagens do DB, destacando o propósito de tal processo e investimento. Resta aos políticos, atenderem a necessidade de um seguimento local que clama por indústria através da imprensa campinense. No caso, o próprio editorial do Diário da Borborema se mobiliza novamente ao escrever que:

> Não é mais novidade para os responsáveis pelos destinos da comuna, como também para as suas classes conservadoras e o próprio povo, que o município campinense precisa se industrializar. Frequentemente, em círculos locais os mais variados, ouvimos essa afirmativa. Com efeito, parece não haver dúvida que já transpomos a fase comercial da cidade: mercados que se supriam comumente aqui (pelo aparecimento natural de condições próprias), estão se reabastecendo no Sul ou em outras cidades mais próximas, extinguindo-se, o que sempre foi muito importante, as conhecidas cargas de retorno, motivo da dinamização e pujança do comércio local. (...) Destarte, mais do que nunca, a afirmativa tem caráter verdadeiro e requer, urgentemente, providencias lúcidas dos dirigentes comunais, antes que a outra cidade tenhamos que passar o cetro de liderança nordestina.[12]

Perder o título, *"passar o cetro"* para outra cidade, marcaria a história e o orgulho de Campina de uma forma irreparável. A *Rainha da Borborema*, a *capital do trabalho*, perdendo sua importância e influência dentro do contexto regional seria inaceitável. O poder público era convocado a intervir em uma situação, que como aponta a reportagem, *"não é mais novidade"* para alguém que possui algum domínio dentro do município, seja esse político ou econômico.

Neste momento de empenho, interesse e incentivo, a prefeitura de Campina muda sua atitude diante das possibilidades de indústria. A partir de pesquisas e levantamentos feitos por ela em relação às indústrias já instaladas no município, o poder municipal pretende desenvolver plenamente as potencialidades da *Rainha da Borborema*, perpetuando sua situação como *"centro adiantado da indústria paraibana"*. Na coluna nomeada *"Encruzilhadas"*, do dia 14 de Março de 1958, o professor José Stênio Lopes, fundador do SENAI na Paraíba, esclarece na reportagem *"Inquérito industrial"* que:

> Vai distribuir a agência modelo de Estatísticas de Campina Grande, nos próximos dias, a todos os industriais do Município os questionários destinados à coleta dos dados referentes ao valor da nossa produção industrial em 1957. Essa pesquisa, que é anual, constitui-se uma das melhores fontes para o julgamento do processo de rendimentos de nossas indústrias, podendo-se por ela ajuizar de dois fatores de máxima importância: a) a rentabilidade dos empreendimentos; b) o aumento da produtividade. Importa, porém, que os quesitos formulados pela repartição de Estatística sejam perfeita e exatamente respondidos. Como sabem os industriais, os

[12] Diário da Borborema, Campina Grande, 3 de Março de 1959, p. 2.

> dados fornecidos à Estatística têm caráter restrito, não servem para efeitos fiscais. Os elementos que fornecer determinada empresa, passam a figurar nos dados globais da Estatística, desaparecendo inteiramente o informante para só ficar o dado fornecido. (...) Todas essas atitudes, que possam refletir-se na inexatidão das respostas que o censo da produção industrial requer, devem ser afastadas como prejudicais à nossa terra. (...) Da exata informação dos industriais campinenses vai depender melhor situação de Campina Grande como centro adiantado da indústria paraibana. Precisamos ter isto em mente.[13]

É preciso *"ter em mente"* que tais reportagens não medem esforços para criar um orgulho de ser campinense, de nascer e trabalhar em tal cidade representante de todo o progresso paraibano. As reportagens martelam veementemente tal idéia, objetivando os esforços de toda a população em prol do bem municipal. Assim, participar ativamente dos interesses locais se transformava numa forma de atender ao bem comum. A todos interessavam uma Campina "grande", formosa e promissora. Esta pesquisa anunciada pelo Diário da Borborema arrastava mais ainda os campinenses para o esforço de modificar as feições econômicas da cidade. Como aponta outra o editorial do jornal em outra reportagem de mesmo contexto e interesse:

> Não se trata apenas de cumprir um mandato da lei. Não se pensa em fugir às multas que ameaçam aqueles que não prestam as informações requeridas ou as prestam com inexatidões. O que importa realmente é que cada uma compareça nos totais dos dados coletados com a força e a verdadeira expressão de sua realidade econômica através dos elementos fornecidos nos inquéritos industriais. (...) Campina Grande e a Paraíba podem surgir como mercado para investimentos, mas isto só se tornará fácil, se os estudiosos dos assuntos econômicos encontrarem em nossa cidade, como no Estado, condições favoráveis de desenvolvimento industrial, em face da rentabilibilidade dos capitais aplicados.[14]

Ainda apelando aos números e estatísticas, a reportagem *"Cidade grande"*, traz consigo dados interessantes sobre a população campinense a partir de uma pesquisa feita pelo IBGE à época. Seu crescimento vertiginoso nos últimos anos é apontado pelo editorial do jornal como sinal de progresso.

> Campina Grande ultrapassou os cem mil habitantes. Foram aqui recenseados 116.803 habitantes, quando ao preenchimento dos questionários do IBGE. A população campinense deu um verdadeiro pulo. O aumento em dez anos foi de cerca de 60 por cento, o que é um despropósito. Mas explica-se esse aparente despropósito, pelas condições que a cidade passou a oferecer às populações abandonadas do interior. Com a água, abundando na verdade, de que a cidade se vem abastecendo através de um serviço ainda precário, porém incomparavelmente melhor do que tínhamos antes, parece que novamente cresceram as possibilidades de

[13] Diário da Borborema, Campina Grande, 14 de Março de 1958, p. 7.
[14] Diário da Borborema, Campina Grande, 15 de Março de 1958, p. 2.

> progresso de Campina Grande. (...) Nota-se, entretanto, que o crescimento de população não se vem fazendo acompanhar do aumento proporcional dos meios de produção. Não crescem as oportunidades de trabalho na mesma percentagem. (...) Ao mesmo tempo, redobram os compromissos da administração pública em relação a uma cidade que incha. Há maiores problemas de abastecimento, de transportes, de escolas, de assistência médica e sanitária, etc. Se o comércio e a indústria também crescessem, haveria compensação. Mas o aumento populacional é antes da classe pobre. Não nos consta que tenha havido melhoria nas condições econômico-financeiras. Assim, vai-se exigir mais das classes contribuintes, estas terão que arcar com mais pesados ônus, a fim de a administração atender as necessidades que se ampliam. (...) Essa gente traz força de trabalho. Mas essa força não deve ficar ociosa. Precisamos aproveitá-la e aqui intervém a ação do poder público, fomentando o desenvolvimento das empresas privadas. Numa palavra, precisamos de industrializar nossa terra.[15]

É *"preciso"* industrializar. É preciso dar trabalho a quem quer trabalhar. É preciso dar lucro a uma elite que perde seu espaço dentro de uma corrida regional onde a indústria dita os novos parâmetros. A reportagem deixa claro que Campina tem que crescer, para além de seus dados demográficos. É preciso produzir em maior proporção com que se consome. De tal modo, a indústria se mostra como a solução para os problemas de um município que em si concentra as necessidades do interior paraibano. Seu inchaço cada vez mais acentuado torna claras as fragilidades de sua economia limitada. Industrialização como o último recurso: empregos para uma população *"ociosa"*, forte impulso para a economia local, novas fontes de imposto auxiliando a prefeitura em suas responsabilidades para com a população.

Com os alertas, enfoques e outros aspectos destacados pelo Diário da Borborema, há uma mobilização por parte dos poderes públicos locais. Novas atitudes para suprir as demandas infra-estruturais para realizar um aporte industrial em Campina eram pouco efetivas. Novamente, utilizando o discurso de naturalidade e pré-destinação, as reportagens do DB apontam para o desenvolvimento. A chegada de representantes nacionais de indústrias e instituições como FIEP, SESI e SENAI paulatinamente permeiam as páginas do diário. Na edição de 30 de Abril de 1958, ocupa boa parte da 8ª página.

> Acompanhado de numerosa comitiva, chegará a Campina Grande hoje às onze horas, sendo alvo de significativas manifestações por parte das classes produtoras desta cidade, o presidente da Confederação Nacional da Indústria, Diretor do Departamento Nacional do SESI e Presidente do Conselho Nacional do SENAI, Sr. Lídio Lunardi figura das mais representativas dos meios econômicos, financeiros e sociais do país.[16]

[15] Diário da Borborema, Campina Grande, 10 de Janeiro de 1960, p. 2.
[16] Diário da Borborema, Campina Grande, 30 de Abril de 1958, p. 8 e 4.

A importância de uma visita deste vulto sinaliza um potencial tão antes exposto pelas páginas deste diário. E também para uma importante necessidade: mão de obra especializada. Para uma indústria, não se pode empregar qualquer trabalhador *"ocioso"* como aquele apresentado anteriormente. É necessário um trabalhador especializado, formado em áreas que atenda à demanda das indústrias que aqui funcionam ou pretendem se estabelecer. Desta forma, o SENAI aparece como principal formador de mão de obra atuante na indústria paraibana. Assim, o professor Stênio Lopes, em sua coluna *"Encruzilhadas"* nos fala:

> Como se poderia traduzir o rendimento do dinheiro que os industriais entregam ao SENAI? Evidentemente, pela apresentação às fábricas e oficinas de certo número de jovens operários bem treinados num ofício útil, preparados nas Escolas mantidas por eles (os patrões). (...) A direção do SENAI achou que o caminho certo era instalar cursos básicos, isto é, cursos para a formação de operários em mecânica geral. (...) Com efeito, em qualquer indústria necessita de mecânicos para a manutenção e reparação dos maquinismos e equipamentos. (...) estará a Escola SENAI realizando um programa objetivo e eficiente para a melhoria da indústria brasileira.[17]

Torna-se fundamental a atuação de tais Escolas formando operários para a indústria campinense, que aos poucos acelera seu passo rumo ao tão prometido desenvolvimento. Observa-se, contudo, que para o acesso a uma mão de obra bem qualificada em uma região onde a indústria ainda caminha a passos quase que artesanais, é necessário despender algum dinheiro, que será convertido na formação de trabalhadores jovens, dispostos a ingressarem e atuarem no mundo industrial, dando sua importante contribuição para o avanço campinense.

Por parte da FIEP, podemos observar o mesmo interesse em desenvolver uma economia que apesar de já se encaminhar, ainda engatinha se considerarmos outras regiões do país.

> A atual fase de expansão do movimento industrial de Campina grande, visando a consolidar a vida econômica da cidade e inauguram uma etapa nova com o aproveitamento maior e mais racional dos recursos naturais do Nordeste, continua a ser preocupação constante das classes produtoras locais. Estamos seguramente informados que a Federação das Indústrias lançará brevemente ampla campanha, de âmbito estadual, com o fim de congregar mais os industriais em torno de seus legítimos interesses, devendo diretores daquela entidade visitar várias zonas do Estado, promovendo reuniões nas cidades mais importantes.[18]

Entre tais cidades, claro que Campina Grande se apresenta como destaque de uma economia surgida para crescer, brilhar e ser pivô central da economia de uma região de

[17] Diário da Borborema, Campina Grande, 8 de Novembro de 1957, p. 7.
[18] Diário da Borborema, Campina Grande, 20 de Outubro de 1957, p. 8.

promessas que era o Nordeste. Não é a toa que reportagens deste tom ocupam grande parcela das páginas principais do diário. Era a mobilização de instituições públicas em prol da economia local, animando e estimulando a elite local a mover seus esforços por uma Campina Industrial.

Outro aspecto importante que sinaliza o apoio político e institucional para a industrialização da cidade é a prática de isenção de imposto que demarca um comportamento público em relação à boa parte das empresas e indústrias no Brasil até hoje. Algumas reportagens[19] apontam neste sentido para a influência do governo federal que, com o intuito de industrializar o Nordeste atrai ao mesmo tempo indústrias estrangeiras e instiga também a mobilização de empresas estaduais e municipais.

Com o tempo, as estratégias tomadas por várias esferas da economia e poder público local lograram resultados positivos, a partir dos primeiros sinais de interesse de indústrias estrangeiras.

> Viajando em avião especial estiveram nesta cidade ontem pela manhã os industriais japoneses Akira Yamamoto e Hildes Saito, em companhia do Sr. Pércio França, secretário da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul que realizam no momento uma excursão pelos Estados do Nordeste, com o fim de estudar as possibilidades de instalação de uma indústria de fiação nesta região do país. Referidos industriais logo que desembarcaram no Aeroporto João Suassuna, estiveram realizando uma visita ao Prefeito Severino Cabral, no seu gabinete de trabalho, no Palacete da Prefeitura, onde se demoraram em palestra com o Governador da cidade, certificando-se das condições oferecidas por Campina Grande para instalação de uma indústria daquele tipo.[20]

Japoneses, europeus, americanos ou industriais do Sul do próprio Brasil se animam com as possibilidades e oportunidades que se desabrocham na *Rainha da Borborema*. Aos poucos, suas estruturas fragilizadas pelo enfraquecimento do comércio do algodão e incipientes perante uma população de quase 120.000 pessoas, são reformadas, reestruturadas, ampliadas, satisfazendo também as necessidades de um processo de industrialização que ali se apetecia.

[19] Como é o caso da reportagem *"Isenção de impostos sobre às novas industrias"*, publicada no Diário da Borborema no dia 7 de Julho de 1961.
[20] Diário da Borborema, Campina Grande, 6 de Julho de 1961, p. 8.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aos poucos, outras esferas do cotidiano campinense vão a reboque deste pretenso desenvolvimento econômico, se apresentando também como aspectos de progresso e prosperidade da cidade. Culturalmente, percebemos o aparecimento de novas mídias para Campina, onde o próprio jornal Diário da Borborema junto à Rádio Borborema e, mais tarde, a Rede de Televisão Borborema, são apresentados nas reportagens do diário como *"fatores de desenvolvimento"* da cidade[21].

Campina crescia, ficava *"grande"*. Justificava seu nome perante uma região que segundo os discursos de sua imprensa e elite, orbitava em torno de sua forte economia, comércio, e agora, indústria. O *"cetro"* de outrora permanecia nas mãos da verdadeira *Rainha da Borborema*. A industrialização prometida como solução para todas as mazelas dos Nordeste, e em especial, para a *capital do trabalho*, aparentemente surtiria seu efeito.

FONTES

Jornal Diário da Borborema (1957-1964).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Maria José Lira. **Um projeto que (não) deu certo**: estado desenvolvimentista e industrialização – Estudo da indústria Wallig Nordeste S/A: *Campina Grande – PB.* Dissertação de Mestrado. UFPE, Recife, 1991.
CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Ideologia do Desenvolvimento - Brasil:** JK - JQ. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
CHAGAS, Waldeci Ferreira. **As singularidades da modernização na Cidade da Parahyba nas décadas de 1910 e 1930.** Tese de Doutorado. UFPE, Recife, 2004.
CHARTIER, Roger. **A História Cultural:** entre práticas e representações. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
FERNANDES, Silvana Torquato. **Uma outra representação da modernização em Campina Grande: a cidade nas páginas do Diário da Borborema (1960-1980).** Dissertação de Mestrado, UFCG/PPGH, Campina Grande, 2011.
GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais.** Morfologia e História. 5ª reimpressão. São Paulo: Schwarcz, 2012.

[21] Neste sentido, destacamos reportagens *como "A Rádio Borborema é um fator de desenvolvimento de Campina Grande"* do dia 2 de Outubro de 1957 *e "Televisão é fator de progresso e Campina está de parabéns"* do dia 4 de Janeiro de 1962, onde o progresso da cidade motiva ou torna como conseqüência, a aparelhagem de modernas instalações de mídia. As representações emolduradas pelo jornal são recebidas pela população campinense e seus homens de letras, que tomam partido diante da situação. Entende-se aqui, que é quase que *natural* tais acontecimentos, diante da economia de uma cidade em pleno progresso.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico: resultados preliminares.** Rio de Janeiro, 1960.
KARNAL, Leandro e TATSCH, Flávia Galli. **A memória evanescente**. In: PINSKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tania Regina de (organizadoras). O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2009.
KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado:** contribuição à semântica dos tempos históricos. 2ª reimpressão. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
LUCA, Tânia Regina. **A História dos, nos e por meio dos periódicos.** In PINSKY, Carla Bassanezi (org.) Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005, p. 111-153.
SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de. **Lazeres permitidos, prazeres proibidos: sociedade, cultura e lazer em Campina Grande (1945-1965).** Tese de Doutorado. UFPE, Recife, 2002.

A PARAÍBA E OS DESTINOS DA NAÇÃO NAS LINHAS DO *A UNIÃO*: REPRESENTAÇÃO E LEGITIMIDADE NA INTERVENTORIA RUY CARNEIRO (1940-1945)

Diogo Pimenta Pereira Leite[1]
Daviana Granjeiro da Silva[2]

RESUMO
Este artigo pretende analisar as representações que se deram a partir do Jornal A União e contribuíram para consolidar a legitimidade do governo interventorial Ruy Carneiro (1940-1945), em consonância com a política varguista no período do Estado Novo (1937-1945). Partindo das discussões historiográficas de Eric Hobsbawm (1999), Benedict Anderson (2008) Ângela de Castro Gomes (2007), Jorge Ferreira (2001) para pensar como se deu o processo de legitimação do governo Vargas, que pretendia dialogar com a população urbana, e nesse sentido, as manifestações cívicas serviram como elemento crucial de proximidade entre a classe trabalhadora e o governo federal. O político passou a ser pensado como o lugar onde se articulam o social e a sua representação. A matriz simbólica na qual a experiência coletiva tem suas raízes e reflete sobre si mesma. Temos como ponto de interseção ao diálogo em que se abre entre essas classes, o papel fundamental da imprensa no sentido de consolidar um discurso político em consonância com as novas demandas sociais que se apresentam e acabam por contribuir para a construção de um novo ideal nacional.
Palavras-chave: Estado Novo; Nacionalismo; Imprensa.

1 - CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No presente momento do ano de 2014, acabamos de passar por um processo de reorganização das forças políticas da Paraíba, com a reeleição do governador Ricardo Coutinho. Tendo sido uma das eleições mais acirradas da história do Estado, ficou refletido a posição de uma pequena maioria, pela mudança das tradicionais famílias que ocupavam os espaços políticos com primazia há décadas, por uma alternativa que se configurou chamar pela própria campanha do governador reeleito como sendo a vitória da "força do trabalho", em oposição ao "ócio" das oligarquias que representavam seus opositores, capitaneados pela figura de Cássio Cunha Lima.

Porém, essa opção de designar a tarefa de um político pela óptica do homem trabalhador e abnegado, não pode ser caracterizada como um fato novo na história política da Paraíba. Quando assume a interventoria do Estado em 1940, Ruy Carneiro é dotado de uma aura que representava o renascimento político do Estado, dessa vez mais próximo das massas,

[1] UFF. <diogopimenta17@gmail.com>.
[2] UFPB. <davianags@hotmail.com>.

que buscava através dos órgãos de imprensa legitimar um novo grupo político em ascensão: *"Ele não fará do poder um instrumento de ostentação nem de favoritismo, mas um posto de vigilância e defesa do bem publico.(...) Um regime de paz social, um clima de ordem e de trabalho marcarão as suas diretrizes"* (A UNIÃO, 17 ago. 1940. p.1).

Dito isso, o presente artigo destina-se a análise do período da Interventoria Ruy Carneiro (1940-1945) e a sua legitimação política através do jornal "A Imprensa", no período que tange o intitulado "Estado Novo". Partindo das discussões sobre o papel da imprensa na consolidação de um ideal de pertencimento a uma determinada comunidade imaginada, Benedict Anderson (2008) afirma:

> O que tornou possível imaginar as novas comunidades, num sentido positivo, foi uma interação mais ou menos casual, porém explosiva, entre um modo de produção e de relações de produção (o capitalismo), uma tecnologia de comunicação (a imprensa) e a fatalidade da diversidade linguística humana.

Utilizando a renovação dos estudos de história política, associada ao redimensionamento da histórica cultural pretendemos analisar as variadas praticas políticas que permearam o período em questão, pontuando a influencia da entrada do país na Segunda Guerra Mundial, assim como os reflexos das praticas políticas a nível nacional, debatendo a inserção dos conceitos de populismo e trabalhismo para o caso paraibano em questão.

2 - POPULISMO E CULTURA POLÍTICA

As discussões acerca do período estudado nos remetem invariavelmente à problematização do conceito de populismo e a sua real aplicabilidade teórica no período compreendido do governo de Getulio Vargas. Partindo da ideia da cooptação das massas, especialmente as urbanas, que são inseridas no jogo político sob a tutela arbitrária de um Estado mediador entre estas, e as classes dominantes através de um sindicalismo com ação limitada, poderíamos perceber a partir desse conceito o que Wanderley Guilherme dos Santos (1979) definiu como "cidadania regulada[3]".

Sob um viés associado à ideia de progresso inserida no discurso pautado no desenvolvimento industrial e na urbanização, a política populista abre novos espaços de atuação das classes populares, ao mesmo tempo em que cerceia a sua atuação, através da

[3] Para maior detalhamento, ver SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e justiça:* a política social na ordem brasileira (Rio de Janeiro: Campus, 1979).

imposição da presença da dominação estatal. Francisco Weffort (1980), um dos maiores defensores desse conceito, procurando eliminar o caráter pejorativo do termo, relativiza inclusive a própria ideia de "manipulação", utilizando em alguns momentos a ideia de "aliança", posto que poderíamos categorizar a influência populista pelo viés da manipulação estatal, tanto quanto pelo atendimento a reais demandas, como o reconhecimento de direitos legais, assim como outras causas das classes populares a muito tempo em embate.

Embora essa abordagem tenha sido muito comumente usada ao longo do século XX, a inserção dos estudos de Cultura Política acabou por resgatar um caráter mais abrangente do fenômeno político. Fugindo de uma abordagem marxista, deveras presa às estruturas de classe, e a iniquidade a que foram postas as operações simbólicas praticadas pelos diversos agentes históricos do período, categorizados apenas como "massas", a Cultura Política apresenta a tentativa de destrinchar o fenômeno a partir de múltiplos parâmetros, permitindo adaptar-se à heterogeneidade dos comportamentos humanos. Tomando a definição de Serge Bernstein (1998):

> Compreender as motivações dos actos dos homens num momento da sua história, por referencia ao sistema de valores, de normas, de crenças que partilham, em função da sua leitura do passado, das suas aspirações para o futuro, das suas representações da sociedade, do lugar que nele tem e da imagem que tem de felicidade. (p. 363)

A questão que se apresenta é que cada vez mais a interpretação sob o viés do populismo vem sendo combatida por vários pesquisadores, que em contrapartida vem destrinchando o fenômeno a partir de perspectivas associadas a partes especificas do fenômeno, como a aplicação do termo trabalhismo – ou peronismo-para o caso argentino. A dificuldade está principalmente na necessidade de se construir novos arcabouços conceituais capazes de analisar o período pós-30 na America Latina, de uma forma geral.

Ângela de Castro Gomes (1996) possivelmente apresenta alternativas palatáveis para explicar esse período no caso brasileiro. Rompendo com o conceito de populismo, e suas aplicações que levam a uma intragável ideia de manipulação política, anulando o papel dos trabalhadores nos jogos de poder, a autora nos apresenta a ideia de "pacto trabalhista" que : "procurava enfatizar a relação entre atores desiguais, mas onde não há um todo-poderoso Estado,nem uma classe passiva,porque fraca numérica e politicamente" (p.54).

Jorge Ferreira (2001) vai mais além ao caracterizar especialmente a partir do ano de 1942- onde o Estado Novo atinge um caráter mais ostensivo na invenção dessa suposta

tradição dita por Ângela de Castro Gomes- uma legítima identidade coletiva da classe trabalhadora:

> No trabalhismo, estavam presentes ideias, crenças valores e códigos comportamentais que circulavam entre os próprios trabalhadores muito antes de 1930. Compreendido como um conjunto de experiências políticas, econômicas, sociais, ideológicas e culturais, o trabalhismo expressou uma consciência de classe, legitima porque histórica (p. 103).

Muitos historiadores ultimamente têm se sentidos tentados, portanto, a abandonar o termo populismo, em prol de um "projeto trabalhista" do Estado responsável por construir uma identidade coletiva da classe trabalhadora, alicerçada na constituição de classe e na incorporação real desses atores na vida institucional do país.

No entanto, tentaremos mostrar ao longo do artigo, as dificuldades metodológicas de aplicar conceitos como populismo ou até mesmo trabalhismo para explicar o fenômeno político que representou o período da interventoria de Ruy Carneiro.

3 - A INTERVENTORIA RUY CARNEIRO E O CASO PARAIBANO

Devemos ter em mente, que o processo de reorganização do jogo político nacional a partir de 1930 e a inserção dos interventores escolhidos por Vargas tinham as suas variações de acordo com a região e a configuração econômica do estado. É perceptível, por exemplo, encontrarmos em estados vinculados diretamente ao setor agroexportador, com características fundiárias concentradoras, o alto grau de conservadorismo que acabava por permear a cultura política do lugar, não no sentido de uma mudança efetiva, e sim de uma continuidade oligárquica na gestão dos interesses públicos. Sobre isso Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva (2012) atenta para o fato de que "Vargas não intentou alijar totalmente as oligarquias do poder, mas atraí-las para a causa varguista, embora lhes reduzindo a autonomia" (p.172).

É sob esse contexto que podemos pensar a importância do interventor anterior a Ruy Carneiro, Argemiro de Figueiredo, na Paraíba. Eleito governador do estado pelo Partido Progressista, e mantido no poder por Getulio Vargas em 1937 no papel de interventor, Figueiredo detinha sua base de sustentação apoiada em fortes bases oligárquicas. Desde o início de seu governo podemos ver características simbólicas no discurso que remetem a essas

oligarquias, já que uma de suas principais bandeiras era "o compromisso de harmonizar a Paraíba, transformando-a em uma só e única família[4]".

O final de sua interventoria se dá a partir de dissensões oligárquicas capitaneadas por Epitácio Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, conhecido como Epitacinho, filho de João Pessoa e sobrinho do ex-presidente da Republica, Epitácio Pessoa. Tendo elaborado um documento intitulado "Desmascarando um mistificador", que tinha por objetivo expor uma oposição aberta à administração de Argemiro através de denuncias e ataques diretos a figura do então interventor federal. (MELO; 1998, p.65).

Getulio Vargas atendendo em parte às reivindicações das elites que estavam alijadas do poder até então, força politicamente a renuncia de Argemiro de Figueiredo, porém nomeia para o cargo de interventor, Ruy Carneiro. Estando mais próximo à cúpula do governo Vargas, tendo exercido diversos cargos públicos na antiga capital federal, o novo interventor, em contrapartida, se encontrava fora da política paraibana havia dez anos. A escolha de um nome fora das disputas internas do estado da Paraíba se fez sob a ideia de ao mesmo tempo não se tomar uma posição favorável a essa, ou aquela oligarquia; ao passo que dava ao novo interventor uma autonomia de ação do governo estatal, mais ligada aos laços do poder central (GURJÃO, 1994).

Com isso, embora referenciados historicamente dentro de um mesmo contexto histórico, no caso o período do governo de Getulio Vargas, Figueiredo e Carneiro significavam frações com culturas políticas distintas entre eles. Se por um lado, Argemiro representava as oligarquias agrárias, a influência política da Igreja e o mundo rural, Ruy era concebido como um burocrata, ligado ao urbanismo modernizante com fortes inspirações de apelo as massas urbanas.

Podemos perceber que essas diferenças são comumente utilizadas pelo jornal "A União"-órgão oficial do Estado- para dar forma à apresentação do novo interventor como um homem público de longa data, e que por isso possuiria uma personalidade moderada, apartado de possíveis disputas políticas, e que sempre teve como interesse principal o trabalho para o interesse comum:

> [...] funções essas que foram desempenhadas com inteligência e espírito público, traz o dr. Rui Carneiro para o governo da Paraíba uma larga soma de experiência no trato do interesse coletivo. [...] Paraibano ilustre, esclarecido e moderado, o dr. Rui

[4] Essa discussão se encontra presente em: MORAIS SANTANA, Martha Maria Falcão de Carvalho e. *Estrutura de poder e intervenção estatal- Paraíba (1930-1940).*Recife: UFPE,1996, p.167.

> Carneiro em todos os postos de sua vida pública, tanto em nossa terra como na capital federal, sempre esteve esteve à altura de suas funções culturais e administrativas, nas quais nunca deixou de dispensar à Paraíba e aos paraibanos os melhores e atenções. (A UNIÃO. 31 de jul. 1940. p. 1).

Importante reiterar que o jornal "A União", exercendo a sua função de imprensa oficial, tratou de construir a imagem de Ruy Carneiro, no sentido de legitimar seu governo como representante do Estado Novo. Para isso, o periódico passa a apresentar o caráter conciliatório e avesso as disputas oligárquicas até então em voga no Estado,e associar a gestão governamental anterior o caráter maléfico no que tange a administração publica,atribuindo a Ruy Carneiro uma representação de salvador político da Paraíba. Nesse sentido, os nomes de dois importantes ex-administradores do Estado (João Pessoa e Antenor Navarro) ligados a essa determinada cultura política herdada ao novo interventor:

> João Pessoa foi o gênio da ação que despertou, na alma paraibana, os movimentos de insurreição, idealismo e dignidade cívica. Antenor Navarro foi o milagre do rejuvenescimento [...] E Ruy Carneiro reviverá, nas suas iniciativas de governo, a emoção daqueles símbolos representativos das virtudes heroicas da Paraíba. (A UNIÃO, 17 de ago. 1940 p. 1).

No âmbito administrativo, o governo Ruy Carneiro passou a adotar medidas que tinham por objetivo enxugar os gastos públicos, pela necessidade financeira imediata que a Paraíba se encontrava no momento. A reforma burocrática previa, além da substituição de todos os prefeitos do Estado, por nomes de confiança do novo interventor, muitos vindos inclusive de outras regiões do país, assim como a publicação do decreto n°.140 de 30/12/1940 que tinha por objetivo criar um quadro único de servidores públicos.

Associada a essa imagem de moralizador das contas publicas, vinha o caráter personalista, característica bastante comum aos governantes à época do Estado Novo. Essa representação de Ruy Carneiro como político ativo e incansável não só poderia ser visto na ampliação das audiências públicas todas as quintas feiras em seu palácio, mas também no comparecimento do mesmo a eventos sociais, sempre registrados pelas diversas manchetes do *A União*. O natal de 1940, foi denominado como o "natal dos pobres", organizado pelo governo, tendo como principal realizadora do evento a sua esposa Alice Carneiro.

A institucionalização da assistência social, com a implementação do núcleo estadual da legião brasileira de assistência (LBA), ligada à maquina governamental, tendo como presidenta a senhora Alice Carneiro, teve papel fundamental para a imagem sentimentalista do governo, ajudando assim a aproximar o vinculo com as classes menos favorecidas. Mais uma

vez, o papel da imprensa se torna fundamental para construir uma espécie de dívida da população paraibana para com o generoso governante que tratava as pessoas "de igual para igual, devido a sua natural simplicidade" (A UNIÃO, 30 de dez. 1944. p. 3).

Todas essas representações que viam Ruy Carneiro associado à causa pública, às realizações governamentais e às práticas assistencialistas, tentavam suprimir o caráter antidemocrático que existia no próprio cargo de interventor. Atrelando a sua atuação política à causa das massas populares, através da realização de eventos cívicos, a narrativa oficial ia de encontro com os interesses nacionais e por consequência se utilizava de um discurso inspirado diretamente no trabalhismo varguista. Porém, não podemos deixar de lado o forte centralismo político exercido por Ruy Carneiro, o controle dos meios de comunicação, e a propaganda ostensiva de seu governo. A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial também se tornou um fator fundamental para a tentativa de se propagar um discurso unívoco em prol da defesa nacional, contribuindo ainda mais para a mitificação de sua figura que até hoje emana uma aura de conciliador na historiografia paraibana.

4 - A INTERVENTORIA RUY CARNEIRO E A NAÇÃO EM GUERRA

O governo ditatorial varguista, com viés nacionalista, foi sistematizado por uma cultura política predominante no Estado Novo e esse cenário irá ser intensificado pelo contexto da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), especialmente pela entrada do Brasil no confronto, em 1942.

Dentro dessa conjuntura, muitos serão os esforços do governo visando à construção de uma consciência nacional de patriotismo e civismo, que irão corroborar com a imagem de um país dentro da ordem e do progresso. O estado da Paraíba, por sua vez, contava com o interventor Ruy Carneiro (1940/1945), que enfatizava as pretensões do governo nacional por meio de ações públicas e patrióticas recorrentes. Nesse sentido, o Jornal *A União*, órgão oficial do governo, se constituiu como fonte essencial para a propagação dessa imagem: discursos patrióticos, apelo por apoio da nação e uso dos símbolos nacionais como sinônimo de identidade e unidade foram intensificados nesse período.

Como já abordado anteriormente, diversas foram as estratégias de legitimidade e fortalecimento do regime político do Estado Novo pelo presidente Getúlio Vargas. Dentro desse contexto, as mudanças se faziam na perspectiva de engrandecimento da nação como um país forte e de um governo carismático e justo, onde as massas são beneficiadas. Em virtude

da atmosfera da guerra, o patriotismo, entendido como sentimento de amor pela pátria, foi intensificado com medidas do governo cada vez mais fortes, buscando intensificar os sentimentos de pertencimento, de orgulho pela nação. E em diversas esferas da sociedade medidas foram tomadas nesse sentido. O cotidiano das pessoas mudou. O que era ouvido, sentido, permitido e dito iam ao encontro dessa política de controle. A atmosfera da guerra só veio a acentuar ainda mais as transformações ocorridas.

O Brasil, que até então permanecia neutro no confronto, vinha sendo pressionado pelos Estados Unidos para que externasse sua posição política e militar para a guerra, quando a 18 de agosto de 1942 tem seus navios torpedeados por tropas alemãs no litoral baiano, o que seria o estopim para sua entrada no conflito. Quatro dias após o atentado, o chefe de estado declara estado de beligerância e se segue um intenso período de preparação militar e psicológica. Afinal, não apenas os soldados seriam treinados para o combate. Mais do que isso, era preciso que toda a população brasileira demonstrasse seu amor pela pátria e incentivasse seus heróis em busca da "vitória da democracia[5]".

Por sua vez, o estado da Paraíba irá se inserir dentro dessa intencionalidade e o periódico apresenta o interventor paraibano como um governante preocupado e proativo com os destinos da nação e mesmo de longe (estava no Rio de Janeiro no momento em que ocorreu o torpedeamento dos navios brasileiros) acompanhava as manifestações populares e escrevia para o Jornal *A União* a fim de externar seu apoio às causas da nação, como em mensagem proferida no periódico em 18 de agosto de 1942, intitulada "Pode o povo paraibano estar certo de que o governo saberá conduzir os destinos da nacionalidade**":**

> Acompanho, cheio de entusiasmo, as manifestações patrióticas do povo paraibano, possuído da mais justa revolta ante os inomináveis atentados praticados pelas hordas de nazistas sanguinários, que levam o luto, a mizéria e a dor, a todos os lares, sem respeito aos mais comesinhos direito dos povos que apenas aspiram desfrutar um regimem de paz, sossego e conforto (A União, 19 de agosto de 1942, p.1).

É notória nas páginas de *A União* a imagem patriótica que se pretendia passar através das matérias e colunas com declaração de apoio e de solidariedade para com os destinos da nação. Em diversos momentos, fica evidenciada essa intencionalidade advinda do meio de comunicação oficial do governo, seja pelas doações de donativos em favor das famílias dos mortos marítimos, seja pelo discurso apelativo em torno do luto das vítimas.

[5] Em discursos proferidos pelo presidente Getúlio Vargas para o jornal durante o mês de agosto de 1942, aparece a menção de que o Brasil estaria lutando "ao lado da democracia e contra as forças do mal".

O uso dos símbolos nacionais para intensificar o patriotismo do país é ainda mais evidenciado em tempos de Guerra. Em agosto de 1942 foi assinado um decreto-lei que estabelecia o uso da bandeira e a execução do hino nacional:

> Haverá nos Estados Maiores das forças armadas federais, na Casa da Moeda, na Escola Nacional de música, nas embaixadas, legações e consulados do Brasil, nos museus históricos oficiais, nos quartéis-generais das Regiões Militares, nos comandos de unidades de terra, mar e ar, capitanias de portos e alfândegas, e nas prefeituras municipais uma coleção de exemplares padrões de símbolos nacionais a fim de servirem de modelo obrigatório para a respectiva feitura, constituindo um instrumento de confronto para a comprovação dos exemplares destinados à apresentação, procedam ou não da iniciativa particular (A União, 02 de agosto de 1942, p.4).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos analisar, neste breve artigo, as variadas representações da figura do interventor Ruy Carneiro da época que se deu sua Interventoria, associada as suas práticas políticas através do Jornal "A União". O tema em questão ganha relevância pelo fato de algumas questões ainda estarem abertas a serem destrinchadas pela historiografia.

José Octavio de Arruda Melo disserta que *"poucas vezes um grupo dirigente paraibano fez-se tão eficaz na construção de uma imagem, como essa de Ruy Carneiro"*(MELLO,2003,pg.114). Associada a um novo modo de atuação política, Carneiro buscava atrair a população para o campo político, ao mesmo tempo em que de forma autoritária reprimia seus opositores, tentando assim, impor a ideia de promover um pensamento único com relação à gestão política da Paraíba em consonância com o governo federal. Devemos atentar para o fato que a existência de apenas um jornal de circulação diária no Estado, no caso o *A União*, a partir de 1942, contribuíram para esse projeto bem sucedido.

Porém, devemos levar em conta o reconhecimento por parte da população do interventor, já que essa reorganização política possibilitou a inserção das massas urbanas no jogo político, bem como o atendimento negociado de suas demandas a muito relegadas por seus antecessores. A problematização dos conceitos de trabalhismo e populismo nesse estudo de caso só enriquecem o tema, já que a Paraíba, à época possuía uma forte cultura política arraigada no clientelismo assistencialista. Recorrendo as palavras de SILVA (2012) novamente poderíamos pensar essas práticas políticas a partir da óptica de: "um assistencialismo paternalista sem identificação alguma com os trabalhadores de classe, como seria o caso do trabalhismo" (p. 192).

Todavia, ainda há a necessidade de estudos mais aprofundados para construir uma análise mais abalizada sobre o tema devido à falta de estudos mais profundos sobre a classe trabalhadora da Paraíba, incluindo aí, seus sindicatos e representações trabalhistas, para podermos chegar a uma certeza maior sobre o quanto de fato foi a relevância desse assistencialismo paternalista transvestido de trabalhismo varguista para o enriquecimento ainda maior do presente tema.

FONTES

Jornal A UNIÃO.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo. Ed. Companhia das Letras,2008.

BERNSTEIN,Serge. A Cultura Politica. In **Para uma historia cultural**. Lisboa: Editorial Estampa,1998.

CAVALCANTE. Faustino Teatino Neto; SANTOS, Martinho Guedes dos; GUEDES, Paulo Henrique M. de Queiroz Guedes (orgs). CULTURA E PODER POLÍTICO: historiografia, imaginário social e representações na política na Paraíba republicana. IN: SILVA, Ana Beatriz Ribeiro de Barros. **O salvador, o realizador e o democrata**: a contrução do mito político do interventor Ruy Carneiro (1940-1945). João Pessoa: Editora Universitária-UFPB,2012.

CITTADINO. Monique; SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. Estado Novo na Paraíba: aspectos iniciais da Interventoria de Ruy Carneiro (1940-45). IN: CITTADINO, Monique; GONÇALVES. Regina Célia. **Historiografia em diversidade**: ensaios de História e ensino de História. Campina Grande- PB:Editora Universitaria / UFCG,2008.

FERREIRA, Jorge(Org.). **O populismo e sua história**: Debate e Crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,2001.

GOMES, Ângela de Castro. **A Invenção do trabalhismo**. 2° Ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

_____ **Regionalismo e Centralização Política: partidos e Constituinte nos anos 30**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

_____ **História, historiografia e cultura política no Brasil**: algumas reflexões. IN: SOHIET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVEA, Maria de Fátima(Orgs.). **Culturas políticas.** Ensaios de história cultural, história politica e ensino de história. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.PP.21-44.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. **Morte e Vida das Oligarquias**: Paraíba (1889-1930). João Pessoa: UFPB, 1994.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 1996.

MELLO, José Octavio de Arruda. **Nos tempos de Félix Araújo**: Estado Novo, Guerra Mundial e Redemocratização (1937 – 1947). João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura, 2003.

MORAIS, Martha Maria; SANTANA, Falcão de Carvalho. **Estrutura de poder e intervenção estatal- Paraíba (1930-1940).** Recife: UFPE,1996.

NÓBREGA, Armando. Ruy. **A política do coração.** João Pessoa: Edições Aquarius,s/d.

RÉMOND, Rene. (Org). **Por uma História Política**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SANTOS Wanderley Guilherme dos, Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira, Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SYLVESTRE, Josué. Da revolução de 30 a queda do Estado Novo - Fatos e personagens da história de Campina Grande e da Paraíba (1930-1945). Brasília: Senado Federal, 1993.

WEFFORT, Francisco**.** O populismo na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

POR UMA NOVA CIDADE: DISCURSOS DE MODERNIDADE E PROGRESSO NO JORNAL FOLHA DO NORTE EM FEIRA DE SANTANA/BA (1900-1930)

Magno de Oliveira Cruz[1]

RESUMO
Desde a virada do século XIX para o XX, o ordenamento da cidade se impôs como fruto da reivindicação pela provisão das necessidades básicas aos citadinos: higiene, iluminação, segurança, locomoção, demandando a criação de elementos vigilantes para estes serviços devido à concentração populacional que criava problemas aos administradores. Dessa forma, o presente artigo se esforça em analisar as experiências de urbanização na cidade de Feira de Santana, Bahia, aliada aos ideais modernizantes e progressistas através do jornal Folha do Norte durante as três primeiras décadas do século XX, na sua materialidade: traçado de ruas, abertura de novos bairros, zoneamento, adoção de técnicas construtivas atualizadas, estilos adequados para expressar visualmente a "chegada" do progresso. Percebe-se através do jornal a persistente preocupação dos órgãos públicos e das autoridades locais em realizar o deslocamento da representação da Feira de Santana enquanto uma cidade de bases rurais, para defini-la como uma urbe dotada de um poderoso comércio e de uma estrutura citadina. Assim, nesse sentido, cabe inquirir sobre as relações entre os ideais modernizantes presentes no ideário republicano e sua aliança como novas formas de percepção da cidade expressas naquele periódico.
Palavras-chaves: Feira de Santana; Jornal Folha do Norte: Urbanização; Modernização; Progresso.

ABSTRACT
Since the turn of the nineteenth to the twentieth century, city planning was imposed as a result of the claim by the provision of basic needs to the townspeople: hygiene, lighting, security, mobility, demanding the creation of the security elements for these services due to population concentration created problems for administrators. Therefore, this article tries to analyze the experiences of urbanization in the city of Feira de Santana, Bahia, coupled with modernizing and progressive ideals through the newspaper Folha do Norte during the first three decades of the twentieth century, in its materiality: tracing streets, opening new neighborhoods, zoning, adoption of updated building techniques suitable to express visually the "arrival" of progress styles. It is perceived through the newspaper to the continuing concern of public bodies and local authorities to perform the displacement representation of Feira de Santana city while rural bases, to define it as a large city endowed with a powerful commerce and a city structure. So in that sense, it is examined, the relationship between the modernizing ideals present in republican ideals and his alliance as new forms of perception of the city.
Keywords: Feira de Santana; urbanization; modernization; progress.

As cidades são antes de tudo uma experiência visual. Traçado de ruas, essas vias de circulação ladeadas de construções, os vazios das praças cercadas por igrejas e edifícios públicos, o movimento de pessoas e a agitação das atividades concentradas num mesmo espaço e mais, um lugar saturado de significações acumuladas através do tempo, uma

[1] Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Campina Grande.

produção social sempre referida a alguma de suas formas de inserção topográfica ou particularidades arquitetônicas.[2] Atrelada a essa caracterização, corroboro das idéias de Maria Stella Brescianni para analisar a cidade de Feira de Santana através do jornal Folha do Norte entre 1900 e 1930, na sua materialidade: traçado de ruas, abertura de novos bairros, zoneamento, adoção de técnicas construtivas atualizadas, estilos adequados para expressar visualmente à "chegada" do progresso.

A cidade de Feira de Santana, desde o início do século XX, experimenta um processo de urbanização que paulatinamente vai modificando sua paisagem física e sociocultural, esgarçando percepções e práticas sociais tradicionalmente arraigadas às suas relações cotidianas e instituindo novas semânticas de reconhecimento do lugar. A exemplo do que ocorria nos principais centros do país, a virada do século e o advento do novo sistema republicano levaram a sociedade feirense a se engajar na busca por tal ideal de civilidade.[3] Através da imprensa podemos perceber a difusão de ideias progressistas e suas características em Feira de Santana. Para SILVA, a imprensa toma para si o papel de difusora de novos princípios de modernidade, afirmando que através dela "pretendeu-se reformar hábitos, imprimir novos costumes, moldar outra imagem da cidade, extirpar todos os males que pudessem comprometer o seu desejo de progresso" [4].

Entre as vantagens da utilização da imprensa como fonte documental da História, Renée Barata Zicman[5] destaca três: a "periodicidade" porque, enquanto "arquivos do cotidiano" os jornais permitem "estabelecer a cronologia dos fatos históricos"; a "disposição espacial da informação", porque possibilita "a inserção do fato histórico dentro de um contexto mais amplo"; e o "tipo de censura", porque "a imprensa sofre apenas a censura instantânea e imediata", enquanto as outras fontes documentais, colecionadas em arquivos sofrem "quase sempre triagem antes de serem arquivadas". Entretanto, segundo Tânia Regina de Luca (2005), na análise dos jornais algumas questões merecem destaque: atentar para as características de ordem material (periodicidade, impressão; papel); formas de organização interna dos conteúdos; caracterizar o grupo responsável pela publicação; identificar os principais colaboradores e também o público a que se destinava.

[2] BRESCIANNI, Maria Stella M. História e historiografia das cidades, um percurso. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). Historiografia brasileira em perspectiva. 5.ed. São Paulo: Contexto, 2003.
[3] Folha do Norte de 11/01/1913, número 133, p.1, MSC/CENEF.
[4] SILVA, Aldo Jose Morais. Terra de Sã natureza: a construção do ideal de cidade saudável em Feira de Santana (1833-1920). Feira de Santana: UEFS, 1997. Monografia de especialização.
[5] ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa: algumas considerações teóricas. São Paulo: Projeto História, 1985,p.89.

No texto "Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói memória" [6] de Bethania Sampaio Corrêa Mariani a autora discorre que a análise do discurso jornalístico se faz importante e necessária já que este, enquanto prática social, funciona em várias dimensões temporais simultaneamente: capta, transforma e divulga acontecimentos, opiniões e idéias, ou seja, lê o presente, ao mesmo tempo em que organiza um futuro - as possíveis conseqüências desses fatos do presente – e, assim, legitima, enquanto passado memória, a leitura desses mesmos fatos do presente, no futuro. Segundo Marianni (2001, p.33):

> Analisar o discurso jornalístico é considerá-lo do ponto de vista do funcionamento imaginário de uma época: o discurso jornalístico tanto se comporta como uma prática social produtora de sentidos como também, direta ou indiretamente, veicula as várias vozes constitutivas daquele imaginário. Em suma, o discurso jornalístico (assim como qualquer outra prática discursiva) integra uma sociedade, sua história. Mas ele também é história, ou melhor, ele está entranhado de historicidade. [7]

Corroborando com as ideias e conceitos defendidos pelo historiador Roger Chartier, no que diz respeito à História Cultural que "tem por principal objetivo identificar o modo como em diferentes lugares e momentos, uma realidade social é construída, pensada, dada a ler" [8], percebemos que as notícias jornalísticas nos permitem entender quais ideais de progresso se pretendia difundir.

Dentro dos estudos de resgate da memória cultural, optamos pela representação escrita em periódicos, entendendo o fenômeno urbano como acúmulo de bens culturais, encarando o jornal não apenas como uma espécie de veículo de novas possibilidades de registros, mas também como um dos suportes da memória da cidade. A escolha do periódico *Folha do Norte* respalda-se na compreensão de ser ele um dos instrumentos de preservação, e por se querer privilegiá-lo como fonte espontânea de expansão da população urbana.

O jornal Folha do Norte acompanhou todas as mudanças que alteraram a aparência da cidade, bem como, todos os problemas sociais e infra-estruturais que o crescimento urbano causava. Para além disso, analiso tal periódico como difusor de ideais de progresso tão almejados por determinadas parcelas da sociedade feirense. Portanto, em relação ao jornal

[6] In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional. 2ªed. São Paulo: Fontes, 2001, p.33.
[7] Ibidem, ibidem, p.33.
[8] CHARTIER, Roger. A história cultural\; entre práticas e representações – Tradução: Maria Manuela Galhardo, RJ. Bertrand Brasil, Lisboa, Portugal, DIFEL, 1990, p. 16.

Folha do Norte, pretendo nesse capítulo apresentar seu histórico, suas características técnicas, bem como, analisar e discutir as repercussões sociais que teve na sociedade feirense.

O Jornal Folha do Norte é o mais antigo jornal em circulação na cidade de Feira de Santana. O primeiro número surgiu em 17 de setembro de 1909, fundado por Tito Ruy Bacelar[9], Arnold Ferreira da Silva[10], como redator, até 1910, João Carneiro Vital e, passou a contar com diversos colaboradores, começando a circular semanalmente.

A Folha do Norte era a princípio, editada na Rua Dr. Manoel Vitorino nº 112 (atual Rua Marechal Deodoro), e afirmava no editorial do seu primeiro número:

> Surgimos, hoje, no campo jornalístico, em prol do progresso intelectual e material desta grande zona sertaneja, estabelecendo nossa pequena tenda de trabalho nesta formosa cidade da Feira de Santana, talhada para um futuro feliz e digno, por todos os títulos, dos serviços abnegados de seus filhos, para torná-la ainda mais próspera aos olhos daqueles que nos visitam, admirando-lhes a vastidão encantadora dos seus horizontes e amenidade benéfica do seu clima. Possuído das melhores intenções para a terra que nos serviu de berço, julgamos prestar-lhe um serviço cívico, concorrendo com a nossa parcela de trabalho na imprensa local, a fim de batalharmos sem vacilação de vontade, nem tibieza de espírito pelo seu completo desenvolvimento[11].

O conceito de modernidade se efetuava pela estigmatização dos valores e das estruturas tradicionais, nos quais os elementos do novo emergem potencialmente da crise das antigas instituições, tendo como elemento distintivo o conflito que se instaura entre a realidade cotidiana de nossa sociedade e os sonhos de futuro elaborados. Sob esse olhar avaliativo é que a intervenção dos administradores de Feira de Santana nas primeiras décadas do século XX, sugeriu e programou modificações aos elementos tradicionais apontados como degradantes. A modernidade local se constituiu num processo caracterizado pela busca por reprodução dos ideais e modelos externos, que se compuseram no confronto da nossa realidade com os padrões sociais, políticos e culturais europeus, visto que, na Europa houve um fortalecimento do urbanismo, entendido como a possibilidade do estabelecimento do fator urbano enquanto fruto do planejamento da cidade pela escolha de valores que visam o

[9] Nasceu em Feira de Santana a 12 de fevereiro de 1850 e faleceu a 13 de janeiro de 1922. Comerciante nos seus primeiros anos de sua vida, político desde o império, quando militou nas fileiras da política Liberal, eleito membro do Conselho municipal em 1877. Eleito intendente de Feira de Santana, exerceu o cargo de 1º de janeiro de 1904 a abril de 1906.

[10] Nasceu em 3 de agosto de 1894. Cursou as primeiras letras na escola primária, mas não terminou os estudos regulares. Assumiu a direção do jornal de 14 de janeiro de 1922 a 17 de novembro de 1923. Foi intendente do município de 1º de janeiro de 1924 a 31 de dezembro de 1927. In: Anuário Estatístico de Feira de Santana, 1998, CEI, p.40.

[11] Folha do Norte de 17/09/1909. MCS/CENEF.

progresso e a produtividade, modificavam o ideário e a vivência do espaço citadino.[12] Seria necessário então adequar este discurso às reais necessidades do país que desejava construir um espaço urbano que apresentasse toda polidez e fineza do mundo moderno.

O urbanismo se restringiu na tentativa de reprodução dos avanços técnicos observados nas cidades ditas modernas e desenvolvidas, a partir do estabelecimento de modelos bastante estreitos de estruturação do espaço urbano e da composição de regras de conduta social, desprezando, a discussão sobre os direitos sociais que a vida urbana suscitava, instituindo o surgimento das nossas cidades a uma nova forma de composição do tecido urbano, bem como de um novo formato de convivialidade que tinha como principal parâmetro a imagem de Paris haussmanniana que figurou no ideário moderno como um modelo autêntico de cidade.[13]

A transformação da visão da cidade e do ambiente urbano durante o período republicano encontra-se também, ainda, vinculado aos processos históricos que culminaram na ressignificação da rua que deveria preparar-se em termos estéticos e higiênicos para receber o cidadão brasileiro que nascera com o novo regime, como diz Fonseca:

> A cidade deveria tornar-se um lugar prazeroso para o gozo dos cidadãos e, portanto, aparentar uma extensão da casa, ou seja, um lugar limpo, higiênico, agradável e moralmente saudável. No projeto de reforma urbana, as ruas, até então um espaço preferencialmente destinados aos negros, mulatos, vadios, mendigos, prostitutas e boêmios, precisavam ser ocupadas pelas famílias, pelos senhores de cartola, pelas senhoras e moças vestidas de acordo com a "última moda de Paris"[14].

A rua deveria estar então asseada, bem calçada e bonita para dar passagem à emergente elite urbana republicana que buscava se impor a partir do estabelecimento de uma nova ordem social, cultural, econômica e política. Nesta conjuntura, é adotado um projeto de urbanização da cidade do Rio de Janeiro[15], que muito em breve, disseminou para as demais cidades brasileiras. Conseqüentemente, se a modernização já era uma realidade para as capitais brasileiras ao longo da década de 20, não demorou muito para atingir as cidades do interior com certo desenvolvimento econômico e grande prestígio político, como era o caso da cidade de Feira de Santana que nesse período figurava no cenário baiano como a cidade mais

[12] Revista Projeto História, (18); maio, 1999.
[13] RIBEIRO, Luiz Cesar e PECHMAN, Robert (Org.). Cidade, povo e nação – gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
[14] FONSECA, Raimundo Nonato da Silva. "Fazendo Fita": cinematógrafos, cotidiano e imaginário em Salvador, 1897-1930. Salvador: EDUFBA: Universidade Federal da Bahia. Centro de Estudos Baianos, 2002. p.30.
[15] Sobre o processo de modernização da cidade do Rio de Janeiro, ver: CHALHOUB, Sidney. Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

importante do interior da Bahia.[16] Assim, a euforia urbanística também compôs parte significativa dos sonhos das lideranças feirenses durante a primeira metade do século XX, onde o olhar avaliativo estabeleceu a valorização dos ideais modernos através de uma análise comparativa entre as imagens da capital federal e estadual e a realidade local, no qual os elementos exteriores eram valorizados ao ganharem status de símbolos representativos da modernidade.

A noção de modernidade e progresso, desde suas origens, denota a crença num desenvolvimento evolutivo contínuo rumo a uma realidade futura que figura no imaginário social como um espaço para o cumprimento do sonho da realização plena dos seres vivos, culminando numa atmosfera atemporal da vivência da felicidade.[17] Segundo Carvalho, tal mentalidade serviu de instrumento de legitimação do regime republicano que daria ênfase aos ingredientes utópicos trazidos pelo positivismo através dos quais "a República era percebida em sua perspectiva ainda maior de uma procura de idade de ouro futura" [18], uma vez que esse novo regime adotou como seus, assim como tantos outros, os elementos componentes da noção de progresso – a crença no poder do saber científico e a disciplinarização do comportamento como único caminho na construção de uma sociedade próspera e feliz[19].

Ao condicionar a construção do futuro enquanto campo de realização da libertação do homem com a expansão e proliferação do conhecimento especializado voltado para o domínio da natureza, a ideologia do progresso adquiriu valores próprios no Brasil e um papel político central que engendraria o mito da modernidade sustentado por uma idéia de desenvolvimento econômico que seria alcançado pelo domínio da natureza pelo saber humano incrementado pela industrialização. Deste modo, o ideário progressista aliado aos ideais de modernidade incentivou a reprodução de modelos sociais inspirados nos padrões das sociedades européias, uma vez que estas eram as portadoras das imagens que traduziam e atestavam os resultados benefícios do processo de apropriação da natureza pelo homem.[20]

A euforia urbanística que arrebatava os líderes políticos durante a primeira metade do século XX determinou um olhar avaliativo sobre o espaço urbano feirense que valorizava os

[16] OLIVEIRA, Clóvis Frederico Ramaiana Moraes. De empório a princesa do sertão: utopias civilizadoras em Feira de Santana (1893-1937). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2000. Dissertação de Mestrado. p 17.
[17] Sobre o desenvolvimento da idéia de progresso nas sociedades ocidentais ver: NISBET, Robert A. A história da idéia de progresso. Brasília, DF: UNB, 1985.
[18] CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
[19] DELUMEAU, Jean. Mil anos de felicidade: uma história do paraíso. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 270.
[20] Id. Ibid. p. 272.

elementos simbólicos exteriores à sua cultura, procurando degradar os símbolos do passado e promover a construção de uma nova realidade na qual pudesse ser concretizado o sentimento de plenitude que as imagens das cidades européias traziam aos olhos de quem às contemplavam. Segundo Oliveira:

> A crítica ao mundo rural representava a tentativa de adequar o país a um ritmo histórico novo, mais afinado com as transformações ocorridas na Europa e parelho com os ideais de progresso. A partir dos anos finais do século XIX, o tempo histórico sofreu uma aceleração brutal com o encurtamento de distâncias e a possibilidade de comunicações mais rápidas, fazendo com que as novidades chegassem com maior rapidez[21].

Assim, a noção de progresso se efetuava pela negação dos valores e das estruturas tradicionais nas quais repousava durante anos a sociedade feirense, mas que a condenavam a ser símbolo máximo do "atraso brasileiro" e que mereceriam, por isso, serem trocados por outros modelos, novas formas.

Tendo como principais veículos de divulgação os jornais locais, no Folha do Norte, que comportava-se como os grandes jornais diários, que difundiam posições políticas e são vinculados a interesses econômicos específicos e, portanto, são condicionados pelos grupos econômicos que lhes dão sustentação financeira e submetidos às conveniências ideológicas às quais seus proprietários se identificam, analisaremos como esses grupos políticos feirenses utilizando-se da imprensa não pouparam esforços em ignorar símbolos do passado agrário da cidade e de sua condição de "sertão-pastoril" para ressaltar o papel da cidade como importante centro comercial dotada de uma estrutura física moderna, no qual sua população desenvolvia um estilo de vida citadino. Deste modo, observamos algumas das notícias do Jornal Folha do Norte entre 1900 e 1930, que se preocupava em construir um novo tipo de urbe (limpa, bonita e civilizada).

Os animais que andavam soltos pelo centro da cidade foi noticiado pelo jornal como preocupação de alguns urbanistas:

> ANIMAES SOLTOS
> Continúa a vagar pelas ruas da cidade, contra expressa determinação do Código de Posturas, uma porção considerável de animaes de toda espécie, cuja acção damnnhia e maléfica ainda em local de numero passado especificamos. Contra esse grande abuso, clamamos e clamaremos com todas as nossas forças e esperamos que, quando a administração municipal que se finda já não corrija o mal, a administração futura, em que recaem as esperanças de todos, sane por

[21] Cf. OLIVEIRA. Op. Cit. p. 25.

> completo essa falta de comprimento a lei fazendo desaparecer uma macula que emerge o alabastro do nosso crédito de povo civilizado.[22]

A presença de animais soltos na rua, a vagar livremente pela cidade, inquietava àqueles que estavam preocupados com a imagem de incivilidade que esta paisagem poderia proporcionar e contrastava com o ideal de cidade que se pretendia construir. Apesar do código municipal desde o ano de 1886[23] apresentar sanções e multa de "dois mil réis" aos proprietários dos animais que fossem encontrados soltos, podemos perceber a inoperância da lei pela freqüência com que tal assunto é retomado pelo jornal, podendo ser constatado por meio de outro texto do referido periódico intitulado "Os logradouros públicos não são pastos".

> (...) Na madrugada de quinta-feira última foram vistos pastando na mencionada praça [Praça da Matriz] nada menos de 18 animaes! Conforme o testemunho de moradores dali que nos enviaram carta, conjuntamente com os da Praça João Pedreira, onde também perambulam animaes, damnificando o jardim iniciado na avenida Maria Quitéria, solicitando providências efficazes, por nosso intermédio. Sob as vistas de quem competir deixamos essas justas queixas que patenteãm pelo bem público.[24]

Além desse "problema", o (JFN) de maio de 1914 apresentou a seguinte portaria:

> O Intendente Municipal recomenda ao sr. Fiscal, a fiel observância do art. 20 do Código de Posturas que veda terminantemente a creação de porcos em quintaes, dentro da cidade ou te-los soltos pelas ruas, sob pena de 6$000 de multa ou 2 dias de prisão. (...)[25]

A preocupação com a permanência de criatórios de porcos dentro do perímetro urbano é recorrente no JFN, quando em maio de 1926 foi noticiado na primeira página do jornal:

> VÃO SE DESFAZENDO DOS PORCOS E BACORINHOS – as fiscalizações sanitaria e municipal não tardarão em agir(...) convem ao interesse dos que os cevam ou criam em quintaes, mesmo enchiqueirados, que se vão desfazendo delles, pois não tardarão inspecções rigorosas por parte do Saneamento Rural (...) [26]

Notícia também de destaque, na primeira página do JFN foi apresentada em janeiro de 1914:

[22] Folha do Norte, 17/12/1912. Museu Casa do Sertão/CENEF.
[23] Código de Posturas da Cidade Commercial de Feira de Sant'Ana1886.
[24] Folha do Norte, 03/1927. MCS/CENEF.
[25] Folha do Norte, 31/5/1914. MCS/CENEF.
[26] Folha do Norte, 29 /5/1926. MCS/CENEF.

> Consoante noticiaramos, teve lugar ante-hontem, 1º de Janeiro, a inauguração da secção de açougue do Mercado Municipal [...]. Realisou-se o benzimento cuja cerimônia foi celebrada pelo revmo. padre Gomes Loureiro, digno capellão do Azylo que produsiu bella allocução salientando os esforços patrióticos do Sr. Cel. Intendente em bem do progresso do município.[27]

As construções e, posteriormente, a inauguração da Ponte Rio Branco também ganharam destaque no periódico:

> Inaugura-se amanha solennemente, com apresença do exmo Sr. Dr. Secretario da Agricultura Viação e obras públicas do Estado, a ponte Rio Branco, sobre o Jacuhype, a duas léguas desta cidade. [...] A verdade e que, pela construcção dessa grande obra, vinham trabalhando, de longos annos, quantos estimam o nosso progredir[28].

A construção da ponte do Rio Branco foi uma prestigiosa representatividade do progresso para Feira de Santana, visto que foi um "melhoramento de real importância para uma rica e vasta zona sertaneja, pois favoreceu particularmente este municipio nas suas relações commerciais com o centro do Estado, facilitando e garantindo também a passagem do gado que, procedente das passagens de Monte Alegre, Mundo Novo, Baixa Grande e terras circunvizinhas, abastece a capital bahiana".[29]

Duas grandes inovações vieram ainda na década de 1920. O progresso da sociedade feirense era saudado pelos jornais quando anunciavam a instalação do sistema de eletrificação da cidade e implantação da Escola Normal. Estes dois elementos figuraram como sinais da inserção de Feira de Santana no rol das cidades progressistas e modernas da Bahia. Isso pode ser verificado na reportagem "A Feira na Imprensa Carioca" posta em circulação pelo (JFN) em 12 de fevereiro de 1927, que transcreve a edição do dia 23 de janeiro do periódico "Gazetas de Notícias", da Capital Federal e que exalta os símbolos da modernidade apresentados pela municipalidade baiana. O texto a apresenta como uma grande cidade do interior da Bahia:

> No grupo escolar Dr. Seabra, edifício admirável, e em várias escolas espalhadas pelo importante município, cuja população attinge a trinta mil habitantes, recebem algumas centenas de crianças de um profesorado notável pela capacidade e pela dedicação com que se consagra ao sagrado magistério da instrução as luzes do ensino [...]. É Feira de Santana cabeça de comarca, seu comércio é bastante desenvolvido; sua indústria incipiente floresce [...] é illuminada a luz electrica.

[27] Folha do Norte, 3/01/1914. MCS/CENEF.
[28] Folha do Norte 17/03/1917. MCS/CENEF.
[29] Folha do Norte 17/03/1917. MCS/CENEF.

A constatação do jornal carioca evidencia que a eletricidade e o progresso andavam de mãos dadas na República baiana. O espanto delata sua perplexidade diante dos inequívocos elementos que compõem o cenário de progresso para uma cidade republicana numa localidade do interior baiano. Tal atitude reforçou a imagem de que a aquisição da luz elétrica constitui uma etapa significativa no processo de melhoramento social que culminaria numa sociedade idealizada. Portanto, não é de se estranhar que a sociedade comemore o aumento crescente dos pedidos de instalação de pontos de energia em residências e casas de comércio.

Além disso, o artigo em questão também oferece destaque ao esforço de um professorado notável pela capacidade e pela dedicação com que se consagra ao magistério da transmissão das luzes do ensino, tarefa indispensável para realizar o desenvolvimento da humanidade na direção da concretização do sonho de progresso pela sociedade feirense. Como vimos anteriormente, o avançar da humanidade depende da proliferação do saber e do domínio da natureza pelo homem, por este motivo, a comprovação de tão honrosa tarefa deve ser saudada com grande prestígio. Por esse motivo, a instalação da Escola Normal se constituiu como uma etapa importante da aquisição dos foros de cidade civilizada que Feira tanto almejava.

Nesta perspectiva, a Escola Normal assumiu um novo papel, como preparatória dos (as) agentes de progresso da nação.[30] O jornal Folha do Norte apresenta em uma de suas reportagens intitulada "Uma conquista desvanecedora" a solene sessão inaugural:

> O 1º de Junho de 1927 deve se constituir dor'a avante uma data memorável nos annaes da vida político-social da Feira de Sant'Anna, visto assignalar uma de suas mais dignificadoras conquistas.[31]

Qualquer postura que apresentasse uma posição contrária ao ensino deveria ser abolida. O (JFN) apresenta uma matéria intitulada "Mandai-vos vossos filhos à escola", onde adverte que "o não cumprimento desta prerrogativa, ou tentar fugir, pois, a esse dever, evitando o apparelhamento mental da prole para vencer na luta pela vida [...] é renunciar ao pátrio poder e commeter verdadeiro crime de lesopatriotismo"[32].

Outro importante marco do remodelamento urbano de Feira de Santana foi a construção do Paço Municipal, obra inaugurada em 1928, na gestão do Intendente Arnold

[30] SOUSA, Ione Celeste de. Garotas tricolores, deusas fardadas: as normalistas em Feira de Santana, 1925 a 1945. São Paulo: EDUC, 2001.
[31] Folha do Norte 4/6/1927 MCS/CENEF.
[32] Folha do Norte 20/2/1926 MCS/CENEF

Silva, e havia consumido divisas das duas gestões anteriores para sua conclusão. O prédio inaugurado atendia a padrões arquitetônicos arrojados para o período e serviu às autoridades e à sociedade feirense como símbolo da modernidade para a cidade. Tamanha é a força simbólica deste prédio para a construção de uma representação da Feira progressista, que virou referencia para aferir o grau de urbanidade que a cidade atingiu. As correspondências editadas no (JFN) emitindo congratulações recebidas pelo Intendente Municipal pelos melhoramentos que este realizou em Feira de Santana ilustram este fato.

> Fazendo votos pela continuação da prosperidade e progresso crescente dessa bela cidade, que honra o nosso Estado. Saudações cordiaes – Dep. Braz de Almeida. Congratulo-me com a população feirense na pessoa do seu honrado e laborioso intendente, pelo passo dado no caminho do progresso, conforme patriótica inauguração. Affectuosa saudação – Eudoro Tude.[33]

Estas operações marcam o início da intervenção progressista na cidade de Feira de Santana, não somente por representarem o ponto inicial para a reestruturação espacial da cidade, mas porque figuram como marcos fundamentais para a construção de uma nova imagem da urbe. Desse modo, tal imagem de cidade é tecida por elementos da modernidade, em detrimento da imagem associada ao mundo rural, ao campo, lugar do incivilizado e do atraso.

Assim, a partir das transformações urbanísticas compreendidas entre as décadas de 1900 a 1930, a "Princesa do Sertão" reconstruiu seu espaço urbano de modo que os novos símbolos do progresso conformassem a imagem de uma cidade moderna aos olhos de qualquer visitante, rompendo com seu passado ruralista e pastoril. Vale salientar que tais modificações espaciais se constituíram apenas a primeira etapa rumo à obtenção de cidade civilizada, moderna e progressista, o segundo passo obviamente seria a intervenção nos hábitos, costumes e modos de comportamento da população, no qual este processo civilizador/ "coercitivo" procurava combater as condutas e hábitos tidos como arcaicos e, portanto, não legítimos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRESCIANNI, Maria Stella M. História e historiografia das cidades, um percurso. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 5.ed. São Paulo: Contexto, 2003.

[33] Folha do Norte 9/4/1927. MCS/CENEF.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril**: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
DELUMEAU, Jean. **Mil anos de felicidade**: uma história do paraíso. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
FONSECA, Raimundo Nonato da Silva. "**Fazendo Fita**": cinematógrafos, cotidiano e imaginário em Salvador, 1897-1930. Salvador: EDUFBA: Universidade Federal da Bahia. Centro de Estudos Baianos, 2002.
LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. **E a Bahia civiliza-se**: ideais de civilidade e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana – Salvador, 1912-1916. Dissertação de mestrado. Salvador: Mestrado em História/UFBA, 1996.
NISBET, Robert A. **A história da idéia de progresso**. Brasília, DF: UNB, 1985.
OLIVEIRA, Clóvis Frederico Ramaiana Moraes. **De empório a princesa do sertão**: utopias civilizadoras em Feira de Santana (1893-1937). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2000. Dissertação de Mestrado.
PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. In: **Revista Brasileira de História**, (53) jan.jun., 2007.
Revista Projeto História, (18); maio, 1999.
RIBEIRO, Luiz Cesar e PECHMAN, Robert (Org.). **Cidade, povo e nação** – gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
SOUSA, Ione Celeste de. **Garotas tricolores, deusas fardadas**: as normalistas em Feira de Santana, 1925 a 1945. São Paulo: EDUC, 2001.

SC08. Representações na Imprensa
Edianne dos Santos Nobre

AO SOM DO IÊ, IÊ, IÊ: COTIDIANO E COMPORTAMENTO DOS JOVENS NA CIDADE DE CRATO NOS ANOS 1966- 1967

Maria Daíse Felipe de Oliveira[1]

RESUMO
Os anos de 1960 do século XX foram marcados por uma gama de diversos acontecimentos que vão desde transformações nos aspectos culturais à mudança política no País. Coetaneamente com esse acontecimento o movimento cultural artístico chamado de Jovem Guarda fazia sucesso e mudava padrões de moda e comportamento. Sua principal influência era o *rock and roll* britânico do final dos anos 50. Deter-me-ei a analisar a influência deste movimento no comportamento dos jovens como a moda, gírias, etc. A partir da Jovem Guarda, na cidade do Crato localizada no sul do Ceará. A principal fonte principal utilizada é o jornal Católico A Ação do ano de 1966-1967, por compreendê-lo como rico lugar de memória daquele período. Neste aspecto tentamos descortinar os aspectos do cotidiano da cidade de Crato as formas juvenis de comportamento e a produção de sentido produzido pelo jornal A Ação sobre esse grupo. As interações e formas de comportamento e relações sociais sob a influência da Jovem Guarda.
Palavras-chave: Jovem Guarda; Juventude; Comportamento.

INTRODUÇÃO

A década de 60 do século passado foi marcada por vários acontecimentos desde o campo político ao cultural. Foi durante o golpe militar que "surgiram" grupos musicais que aos poucos foram se constituindo movimento cultural influente, como: o Tropicalismo e a Jovem Guarda. Embora esses movimentos artísticos culturais iniciarem nos anos 60 seu estilo e proposta era divergente.

O Tropicalismo ficou conhecido por suas canções engajadas politicamente, militante, por seus artistas que utilizavam a música como um meio para reivindicar a situação vigente. O contrario desse movimento era a Jovem Guarda que foi inicialmente um programa da televisão brasileira apresentado por Roberto Carlos, Wanderléia e Erasmo Carlos no canal Record, durante os anos de 65 a 67, as apresentações eram ao vivo e recebiam outros artistas como convidados, suas músicas não retratavam as lutas políticas, os temas abordados eram sempre o do cotidiano como: amores, amizades e festas. A principal referência para a construção desse estilo era o *rock and roll* do final dos anos 50, do grupo inglês The Beatles.

[1] Graduada em História pela Universidade Regional Do Cariri – URCA e integrante do LABIMH, e-mail: maria-daise@hotmail.com.

Com todo o aparato midiático da época a forma de difusão do movimento Iê, iê, iê foi, divulgando assim entre os jovens um padrão de comportamento como: as roupas, cortes de cabelo e gírias.

Deter-me-ei analisar o movimento da Jovem Guarda na cidade de Crato, localizada no sul do Ceará, em especial os jovens e a sua aceitação ou não do movimento, padrões de comportamento e o discurso do jornal A Ação editado pela Arque Diocese de Crato, sobre as formas de comportamento da juventude cratense.

Escolho como fonte o jornal porque é também um lugar de memória. "Ser um lugar de memória implica ser também lugar de escolhas e de procedimentos porque a memória não é espontânea. Nos jornais, as matérias noticiadas foram sobre assuntos e eventos selecionados, escolhidos por critérios de edição" (GOMES, 2007: 179) ao analisar a construção do discurso sobre o comportamento da juventude percebemos a opinião de quem o fala.

Assim, analiso os novos padrões de comportamento dos jovens e a inclusão de hábitos "distantes" de sua cultura e o discurso jornalístico sobre as atitudes destes grupos. Ao analisar os novos padrões de comportamento da juventude cratense é possível perceber também o cotidiano da cidade, as formas de socialização e várias interpretações e fabricações de sentido para o mesmo acontecimento.

Para problematizar as apropriações e representações juvenis desse período é necessário olharmos para outras formas de produção cultural que esses jovens tinham acesso na época. Nesse período, destaca-se principalmente o consumo da cultura americana, em suas produções cinematográficas.

"TELAS DA CIDADE"

Pelas películas era possível conhecer uma nova cultura, emocionar-se, sair da ordem preestabelecida – o escuro do cinema era o lugar do lúdico, da transgressão e da imaginação.

A ação de ir ao cinema significa um comportamento moderno predominante no cotidiano das cidades, especialmente, das pequenas no interior do Brasil. Está numa sala de cinema não era somente um fato pronto e acabado de ver uma produção cinematográfica, era um comportamento social, uma manifestação juvenil e com o passar dos anos suas relações e os padrões de convivência vão sendo modificados e/ou reproduzidos. "Ir ao cinema é prática codificada e datada. Não apenas traduz um hábito, mas revelam as formas de frequentação e

distinção social, fruição estética, imaginações sobre a diversão e a cultura." (SCHAVARZMAM, 2005:154).

Na década de 60, a cidade de Crato contava com três cinemas *Cine Cassino*, *Cine Educadora e Cine Moderno*. Dessa forma o cinema já fazia parte do cotidiano da cidade e era uma maneira de se diferenciar das demais cidades circunvizinhas atraindo jovens e curiosos para as sessões. Demonstrando assim a importância política, econômica e cultural de Crato no início do século XX.

No jornal A Ação estavam contidos os anúncios dos cinemas e os filmes em cartaz, nas colunas: *Cinema* e/ou *Telas da Cidade* com a programação semanal, a classificação indicativa, por vezes os horários de exibição, comentários sobre o filme e algumas curiosidades a respeito dos artistas. Vejamos um anúncio: "REIS DO IÊ, IÊ, IÊ – Para todos, Cine Moderno, dias 13, 14 e 15." (Jornal *A Ação*, 12 e 13 de Novembro de 1966, p. 06).

Esse filme foi protagonizado pelos integrantes da banda de rock britânica The Beatles, neste período o programa brasileiro Jovem Guarda estava no seu segundo ano de exibição. As influências não ficavam apenas no tocante ao ritmo cabelos e roupas, Roberto Carlos, Erasmo Carlos e Wanderléia protagonizaram um filme, como veremos na coluna *Telas da Cidade*:

> Roberto Carlos, Wanderléia e Erasmo Carlos entraram para o cinema. Em abril êles começam a fazer seu primeiro filme, dirigido por Sérgio Person de "São Paulo S/A". Roberto Carlos revela: será um filme meio maluco, na base de "Reis do Iê, iê, iê", o filme estréia do "Beatles", contando uma série de aventuras e será rodado na Capital Paulista, em preto e branco.
> Serão ouvidas algumas músicas de seus últimos "long-plays" e as mais novas, que serão divulgadas por êstes dias. (Jornal *A Ação,*17 de Abril de 1966, p. 02)

Embora a produção do filme da trupe brasileira não tenha acontecido, por motivos ainda não esclarecido. A influência do grupo inglês sobre o brasileiro não era apenas comportamental, ia até a forma de produção artístico-mercadológica a fim de aumentar o seu público. O anúncio de novas músicas faz com que os fãs fiquem mais ansiosos e procurem os dois produtos lançados por eles, gerando uma densa rede de produção e consumo que impulsionou a criação da grife Calhambeque, que vendiam jeans, bolsas, sapatos. Os acessórios para a juventude "torna-se" parte da Jovem Guarda.

“POUCA VOZ E MUITO BARULHO”

No jornal *A Ação* havia várias colunas sociais: *Cariri Social*, *Micro- Notícias* e *Shou da Cidade* era comum a utilização destas para anunciar eventos sociais diversos desde o tipo religioso ao social: casamentos, batizados, viagens e aniversários. Esses anúncios geralmente faziam referência às pessoas de uma camada social privilegiada da cidade:

> “Em Recife no dia 25, o enlace matrimonial da senhorita Norma Bezerra de Brito e o jovem José Airton Martins. Ela é filha do casal José de brito. Êle, do casal Elias Martins, ambos cratenses. Em outubro o casal visitará a Europa” (Jornal ***A Ação***, 20 de novembro de 1966, p.07).

A nota a baixo é uma exceção, pois ela está na coluna “a cidade rindo e chorando”, essa coluna era geralmente um lugar de reivindicação e militância. Com notícias sobre o cenário político e clamores para a melhoria da cidade. Outro fato bastante interessante é o tamanho da nota, já que as outras eram apenas dois ou três parágrafos essa nota e composta por seis parágrafos. O que podemos entender que a sua indignação é proporcional e/ou maior que a sua escrita. Deixando clara a visão de quem o fala:

> O Iê, iê, iê em terras do sul, caiu um pouco em produção. Estão fazendo uma completa limpeza nos clandestinos da música que, sem saberem música, subiram (objetivaram sucesso) na mentalidade míope da grande maioria da juventude brasileira, apenas com pouca voz, muito barulho e muitos termos de gírias como “ é brasa, mora!, “papo firme”, barra limpa, bídu e uma carrada de outros já conhecidos de todos.
> Em nossa cidade, entretanto, parece que o movimento sulino não obteve repercussão.
> Os jovens “avançados” (como se dizem eles) continuam na iminência de desviar a espinha dorsal, dançando requebradisticamente, trejéticamente, suspeitamente ao som do iê, iê, iê que é cantiga de grilo em todas as nossas emissoras de rádio, rádiolas conjuntos que animam festas violões e guitarras elétricas dos filhos de papai, quase sempre cabeludos para não fugir aos preceitos da “onda”.
> Os nossos disc-jockeis, uma boa parte deles, Santa Maria Deus nos Acuda! Não possuindo nada na cabeça, além de uma massa cinzenta preguiçosa, também se entregam de corpo e alma à superficialidade da chama gírias da jovem guarda.
> Abra-se o receptor e se escuta: blá blá,blá, blá blá blá... que é muito bidu, bem da pontinha da orelha”
> Outros de instante a instante, durante o horário do seu programa, e até mesmo pelas ruas da cidade, não abusam de repetir o martelado “papo firme”, o já bastante gasto “barra limpa” etc, etc, etc. Um dias dêsses o cumprimento com que um discjockei saudou o seu amigo foi exatamente êsse: Você é um cara bidu, bem da pontinha da orelha” Vejam só! O costume de casa leva mesmo à praça. (Jornal **A Ação**,26 de agosto de 1967, p. 09).

Como o período em questão era governado pelos militares, o colunista utiliza o espaço do jornal para objetivar a sua visão sobre esse movimento que não era engajado politicamente, como era o caso dos artistas da MPB. Por isso "O jornalismo é cada vez mais fonte de memória social, e os jornalistas que produzem o noticiário (reportagens, artigos, anúncios, edições etc.) são eles próprios portadores desta memória." (GOMES, 2007: 178) O discurso jornalístico não está imune às convicções e paixão de quem as fala, pois quem o tece está inserido em um tempo e espaço marcado por interesses e visão de mundo. Porém muitas vezes ele é visto de forma neutra, como se não estivesse levando em consideração suas questões subjetivas e mercadológicas.

Ao dizer que esse grupo de artistas tem pouca voz e muito barulho, está se referindo aos novos instrumentos utilizados: a guitarra elétrica, que não foi muito aceita por alguns grupos e pessoas por ser um instrumento de origem estrangeira. E pouca voz por não ter um clamor, uma música que fosse ícone contra a ditadura, que não faça uma reflexão sobre o que é ser um cidadão e agir como tal, portador de direitos e liberdade.

As características marcantes do movimento eram: a dança; o corte de cabelo; e as gírias, uma forma mais descontraída e coloquial de conversar.

Para o colunista da matéria publicada no jornal, era um fato inadmissível essas novas normas de comunicação utilizadas, pois não tinham o mesma grau de sofisticação da norma culta, independente da condição social ou localidade geográfica, além de não dizer nada que na sua visão era relevante para o situação posta.

A Jovem Guarda proporciona uma revolução nos costumes, ao fazer com que homens e mulheres dancem ao mesmo ritmo, o movimento pélvico, de maneira solitária ou acompanhada. Essa nova forma de dançar gerava um desconforto em alguns por considerar os movimentos femininos.

O cigarro lhes propiciava uma atmosfera de perigo, mistério e até mesmo uma forma de conquistas amorosas. Todas essas normas de comportamento forjada no seio do consumo artístico-cultural e mercadológico lhes atribuíram o título de transviados, juventude que saiu dos trilhos as normas preestabelecidas de ser um jovem bom e ordeiro.

Ao se comunicarem dessa forma eles se uniam em um grupo que se diferencia dos demais pelo seu modo de agir em frente à cultura erudita e evidenciavam a diferença entre essas culturas ao falar.

> Este opera no campo de um sistema linguístico; coloca em jogo uma apropriação, ou uma reapropriação, da língua por locutores; instaura um presente relativo a um momento e um lugar; estabelece um contrato com o outro (o interlocutor) numa rede de lugares de relações. (CERTEAU, 1994:40)

O que faz com que com o passar do tempo novas gírias sejam proferidas, pois elas são ligadas ao tempo, espaço e sociedade. As novas formas de comportamento e acontecimentos fazem com que elas estejam em constante mutação.

Para alguns a "superficialidade" dos tão reproduzidos bordões não estava em consonância com os gritos pela liberdade que eram obrigados a calar-se. Denunciava uma juventude que era apática, que apenas estava interessada em estar na moda e reproduzir um padrão de vida muitas vezes almejado por eles. Sem se importar com as condições sociopolíticas da época.

Dessa forma a imprensa é difusora e disseminadora "na constituição da subjetividade e na produção das evidências dos sentidos", (MARIANI, 2007: 213) "Toda e qualquer construção de sentidos depende de outros sentidos já fixados na memória por efeito de regularizações anteriores." (FERREIRA, 2007: 60) O receptor também tem sua forma de ver e agir, pois ele está inserido na mesma sociedade, o que faz com que ele entenda a mensagem emitida.

> Os meios de comunicação não são os únicos, mas são os principais atores da realização do trabalho de enquadramento dos acontecimentos do presente e também do passado das coletividades. É através deles que se realiza a operação da memória sobre acontecimentos e as interpretações que se quer salvaguardar (RIBEIRO, 2007: 222).

Os jornais e a imprensa em geral também constroem uma versão do fato, o que para os jovens seria apenas um divertimento e algo comum, para outras pessoas da mesma sociedade é visto como um comportamento subversivo. E com isso algumas pessoas ao recordar dos anos 60 do século XX, lembra como os anos em que a juventude não tinha futuro e estava abandonada. Já que a época exigia uma norma de conduta homogenia.

Mas o trecho que chama bastante atenção é uma paragrafo que está no meio da nota com a seguinte expressão "Em nossa cidade, entretanto, parece que o movimento sulino não obteve repercussão." (*Jornal **A Ação**, 26 de agosto de 1967, p. 09).*

Ou seja, coloca os jovens da cidade de Crato como pessoas engajadas politicamente, que sabem o seu local de atuação e que estão à frente das causas e acontecimentos do País, que não seguem ou fazem parte de um movimento que é "cantiga de grilo".

É importante para entender a fala do colunista o contexto espacial que ele está inserido. Na segunda metade da década de 60, Crato foi eleita por duas vezes a *Cidade Modelo* do estado. Conotando assim a sua importância econômica, política, organização do espaço público e atendimento a população. E neste mesmo período a cidade de Crato ficou conhecida como a *cidade da cultura*, título que permanece, segundo Cortez era uma forma de se afirmar no cenário em detrimento de Juazeiro, que era a cidade do fanatismo.

Embora o colunista afirme que o movimento de "cantiga de grilo" não tenha conquistado espaço no cenário urbano juvenil cratense, em outras notas na coluna *Cariri Social* é possível identificar o contrário:

> Na residência do sr. Wilson de Souza, foi comemorado no último dia 18, o aniversário de sua filha Margaret Martins de Souza. Na ocasião foi servido aos presentes um animado coquetel, além de uma festinha dançante na base do Iê, iê, iê (Jornal ***A Ação***, 25 fevereiro de1967, p. 04).

Com isso é possível afirmar que o movimento da Jovem Guarda teve público e aceitação na cidade de Crato, visto que no ano de 1967 a cidade esteve na rota das bandas que formavam a Jovem Guarda:

> EM DEZEMBRO — Na quadra Bi-centenário José Roberto fez sua apresentação. Na quadra em construção da rádio educadora do cariri houve "show" com Renato e seus Blue Caps. No Crato Tênis Clube houve uma festa com "The Clivers" (Jornal A Ação, 6 de Janeiro de 1968, p. 02).

O espaço onde normalmente esses jovens se divertiam ao som do Iê, iê, iê eram as tertúlias, festas organizadas em clubes ou em casas de amigos. Esses encontros eram acontecimento social de relevância na vida dos jovens, pois era nessas tertúlias onde aconteciam os flertes, o primeiro amor, o primeiro beijo. Que por muitas vezes foram embalados pelas canções da Jovem Guarda.

A nota a seguir faz referência aos novos padrões estéticos da moda feminina:

> Na última tertúlia da AABB foi promovido um desfile de penteados, pelas alunas da quarta série do ginásio Ana Couto. Participaram do desfile as elegantes senhoritas: Lastênia Araújo, Eneida Saldanha (colunista), Tereza Lisieux, Ana Benvida e Tereza Mota (Jornal ***A Ação***, 24 de setembro de 1966, p. 07).

Neste espaço eram reproduzidos os novos costumes que estavam sendo difundidos por Roberto Carlos, Wanderléia e Erasmo Carlos no programa de televisão, nas capas de revistas e principalmente nas rádios como: gírias, roupas e cortes de cabelos. Mas não apenas

de forma ingênua em seu cotidiano "deslocando a atenção do consumo supostamente passivo dos produtos recebidos para a criação anônima, nascida da prática do desvio no uso desses produtos." (GIARD, 1994:13). Assim ao ter contato pelas revistas e cartazes eles utilizam aquela forma de padrão de comportamento de outra forma fazendo um evento com suas peculiaridades. Dessa forma, eles produzem um novo produto.

> A uma produção racionalizada, expansionista além de centralizada, barulhenta e espetacular, corresponde a *outra* produção, qualificada de "consumo": está é astuciosa, é dispersa, mas ao mesmo tempo ela se insinua ubiquamente, silenciosa e quase invisível, pois não se faz notar como produtos próprios mas nas sua maneiras de empregar os produtos impostos por uma ordem econômica dominante (CERTEAU, 1994:39).

Com o jornal é possível identificar e ter conhecimento dos usos dos produtos fabricados pela Jovem Guarda no comportamento e cotidiano dos jovens. Enquanto as atitudes e os usos dos cabelos das senhoritas eram visto com entusiasmo, o dos homens não agradava.

> Várzea Alegre: cabeludos não assistem aulas Estamos informados de que a direção do Ginásio são Raimundo de V. Alegre ameaçou de suspensão os alunos que frequentam aquela escola usando cabelo tipo Roberto Carlos. Não obstante os protestos da jovem guarda vazealegrense, a direção do referido educandário não está atendendo às justificativas da classe estudantil. (Jornal **A Ação**,06 de novembro de 1966, p. 06)

A cidade de Várzea Alegre está distante cerca de 110 km de Crato, o que fica claro a influência e importância dessa cidade na época, nas suas proximidades geográficas. Os jovens dessa cidade assim, como Crato tinham caído nas graças dos fios grandes e desgrenhado de Roberto Carlos. Já quem não via a cabeleira como bons olhos eram as instituições e populares, geralmente mais conservadores e maduros. Para eles este comportamento era impróprio para rapazes, pois quem usava cabelos cumpridos eram as moças.

> **Juventude Cratense sem Orientação**
> Estamos vivendo numa época em que a juventude mais do que nunca precisa de uma orientação segura para os seus problemas. O que se vê atualmente é uma mocidade inconformada com o sistema de vida que leva, Futebol, vida alheia, futilidades, cachaça e maconha são as diversões de parte da estudantada cratense. Não resta dúvida que existe uma bôa parcela dedicada ao estudo e ao trabalho. Os educadores cratenses, e mesmo os próprios pais devem fazer um trabalho mais positivo a fim de levar o jovem a tomar conhecimento de seu dever perante a nação e a sociedade que tem a mocidade sua própria subsintência (Jornal **A Ação**, 12 e13 de novembro de 1966, p.06).

Os cabelos cumpridos quase sempre eram uma comprovação de outras atitudes estigmatizadas dos jovens como: a utilização "de uma massa cinzenta preguiçosa". Assim os jovens não estavam correspondendo aos papeis sociais esperado e aceitos naquela sociedade. Estes estavam em um percurso divergente da Igreja, que tinha interesses em manter os jovens nos trilhos do caminho da salvação, os orientandos nos preceitos de Deus. Essa forma de comportamento não era bem vista pela Igreja que utilizava a o jornal como voz, um meio de alertar a população, pais e instituições de ensino para o controle as atitudes juvenis destoantes do ideal apregoado pelos mandamentos católicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O discurso jornalístico sobre os jovens que aderiam as gírias, roupas e cabelos desgrenhados da Jovem Guarda é controverso. Para uns ele simplesmente não tem público na cidade, não existiu; para outros é um comportamento que deve ser contornado por medidas cabíveis tomadas pela população e instituições; há ainda quem não veja esse movimento como cultural ou artístico.

Assim vão sendo construídos vários discursos divergentes nas páginas do jornal *A Ação* sobre o mesmo assunto: a juventude e a Jovem Guarda.

Apesar de o comportamento disseminado pelo *Iê,iê,iê* não ser aceito por todos, tinha caráter apenas de estética e não de um ideário revolucionário e militante que ia contra o cenário político brasileiro. Por isso tenha causado certo desconforto em alguns por posições políticas e em outros por não corresponder ao caráter ordeiro e civilizado.

A partir destes novos comportamentos introduzidos pela imprensa, vão sendo construídos o sentimento de identidade e de pertença dos jovens da cidade de Crato. Que cada vez mais, estavam a par do que a acontecia nos grandes polos produtores de moda e se tornava um cidadão global ao trazer para o seu cotidiano os costumes de outras sociedades separadas geograficamente da sua.

O inegável é que esse movimento teve repercussão entre os jovens de Crato, e estes estavam localizados em um limbo, por não ser politicamente ativos e por ter comportamentos que iam contra a ideia de ordem, civilidade e homogeneidade do padrão de comportamento esperado.

FONTES

Jornal *A Ação* dos anos de 1966 e 1967 que estão disponíveis no Centro de Documentação do Cariri - CEDOC, Universidade Regional da Cariri.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CERTEAU, Michel de. Introdução Geral. In: CERTEAU, Michel de. **Invenção do cotidiano:** artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. P. 33-53.

FERREIRA, Lucia M. A. Uma memória de normatização da conduta feminina na emprensa *in:* RIBEIRO, Ana Paula Goulart e FERREIRA, Lúcia Maria Alves. **Mídia e memória:** a produção de sentidos nos meios de comunicação, Rio de Janeiro: Mauad X, 2007

GIARD, Luce. História de uma pesquisa. In: CERTEAU, Michel de. **Invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. P.9- 32.

GOMES, Nilo Sérgio. Em busca da noticia: memórias do Jornal Do Brasil de 1901 In*:* RIBEIRO, Ana Paula Goulart e FERREIRA, Lúcia Maria Alves. **Mídia e memória**: a produção de sentidos nos meios de comunicação, Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

MARIANI, Bethania. Imprensa, produção de sentidos e ética in: RIBEIRO, Ana Paula Goulart e FERREIRA, Lúcia Maria Alves. **Mídia e memória**: a produção de sentidos nos meios de comunicação, Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart e Brasiliense, Danielle Ramos. Memória e narrativa joranalistica *in*: RIBEIRO, Ana Paula Goulart e FERREIRA, Lúcia Maria Alves. **Mídia e memória**: a produção de sentidos nos meios de comunicação, Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

SCHAVARZMAM, Sheila. Ir ao cinema em São Paulo nos anos 20. In: **Revista Brasileira de História**. vol. 25, n.49., 2005, p.153-174.

USO DO CORDEL ENQUANTO MEIO DE COMUNICAÇÃO

Thiago Acácio Raposo[1]
Maria do Socorro Cipriano[2]

RESUMO
Esta apresentação propõe analisar, brevemente, a publicação de cordéis, do gênero noticiário, pela folhetaria da Popular Editora, cujo funcionamento ocorreu entre 1913 e 1933, na cidade de Parahyba/João Pessoa, para entender como as notícias eram tratadas pelos cordelistas. Considerando que o cordel pode ser tomado como um jornal popular que circulava dentre os diversos grupos sociais no período, busca-se compreender como os textos poéticos recriavam as informações sobre os acontecimentos (guerras, conflitos, entre outros) e transmitiam notícias sobre o Brasil e o mundo, tornando-as acessíveis aos seus leitores. Serão analisados dois folhetos, são eles: ***A victoria dos alliados – A derrota da Allemanha e a influenza hespahola*** e ***A Revolução militar de São Paulo, Sergipe, Pará e Amazonas – Drama de sangue e de dor***. A presente proposta está articulada ao projeto de Iniciação Científica da UEPB. Utiliza como aporte teórico-metodológico: Michel de Certeau, Roger Chartier e a historiografia relativa ao tema.
Palavras-chave: Literatura de Cordel; Jornal popular; Popular Editora.

1 - O CORDEL E A POPULAR EDITORA

Esta proposta compreende a literatura de cordel como uma fonte possível para o campo da história, no sentido de analisar o contexto histórico-cultural de determinadas comunidades. Segundo Abreu (1999), a literatura de cordel nordestina surge no final do século XIX, no momento em que se começa a escrever em folhetos os combates orais travados pelos violeiros, conhecidas como pelejas. Essa literatura recebeu certa influência da literatura de cordel lusa, mas ela diferencia-se da produção europeia pela sua uniformidade e sistematização.

Vários temas são abordados pelos cordéis e os contos dos principais eventos políticos e sociais não ficam de fora. Esses possuem um caráter informativo[3], no sentido de levar a noticia aqueles que não tinham acesso aos meios oficiais de comunicação. Segundo Curran (1998), os cordéis de caráter informativo apresentam um discurso semelhante, se não idêntico àquele apresentado pelos meios de comunicação oficial. O autor utiliza os termos "Jornal do povo" para definir a relação entre jornal e cordel, no sentido que o cordel se tornava o principal veículo de comunicação da população simples, mas isso não implica dizer que os mais abastados não liam esses folhetos.

[1] Graduando em História pela UEPB, bolsista PIBIC.
[2] Orientadora: Doutora em História e Coordenadora do projeto PIBIC: As tipografias de cordéis e o comércio na Paraíba entre os anos de 1920 a 1965– UEPB.
[3] Que tem como função levar a notícia, através de versos, a população mais simples.

O cordelista lia as informações proferidas pelos jornais e as reescrevia em forma de rimas e resumida para que pessoas de quaisquer classes sociais conseguissem compreender a mensagem transmitida pelo folheto. Para De Melo (2010), a literatura de cordel se diferencia de qualquer outro texto pela forma como é lido, uma vez que o cordel é produzido em rimas a fim de ser cantado para um público, caracterizando uma leitura coletiva, muito diferente de qualquer outra que é efetuada na individualidade. A leitura coletiva popularizou a venda dos folhetos, entendendo que até as pessoas que não sabiam ler acompanhavam atentamente o canto dos versos[4].

Os cordéis que começaram a ser produzidos, impressos e vendidos em pequenas quantidades pelos seus próprios autores, entre o fim do século XIX e inicio do século XX, começaram a ganhar grandes proporções quando se institui uma rede de articulações entre vários autores de diversas regiões. Diante disso, os lucros daqueles folhetos de baixíssimo custo foram se revelando proveitosos e motivaram a fundação de tipografias especializadas na edição e impressão de folhetos.

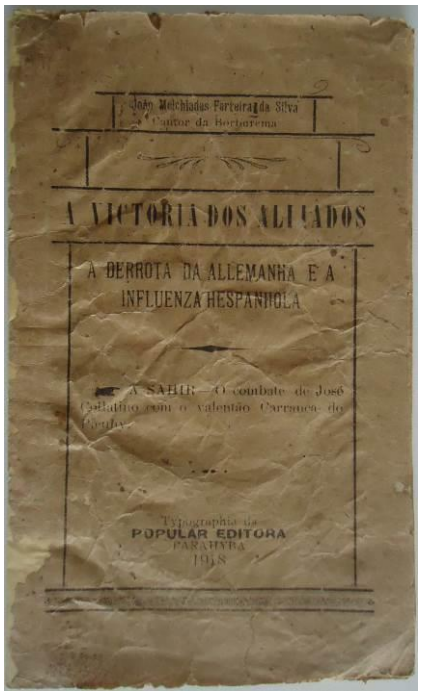
Dentre as várias tipografias fundadas no inicio do século XX, destaca-se a Popular Editora, que funcionou entre os anos de 1913 e 1933 na cidade de Parahyba/João Pessoa, pertencente ao poeta paraibano Francisco das Chagas Batista. Em seu auge, chegou a publicar cerca de 1.000 romances e 3.000 folhetos por dia, como aponta a historiadora De Melo (2010). Devido a essa enorme tiragem, podemos supor que seus folhetos eram vendidos para várias regiões, através das redes de articulações promovidas entre os vários poetas.

Tomando por base todas as informações anteriores, será promovida uma breve análise sobre dois cordéis de caráter informativo, publicados pela Popular Editora, são eles: (1) *A victoria dos alliados – A derrota da Allemanha e a influenza hespahola* e (2) *A Revolução militar de São Paulo, Sergipe, Pará e Amazonas – Drama de sangue e de* dor. Nossa proposta visa entender como os autores apresentam as notícias acerca da Primeira Guerra Mundial e da segunda revolução tenentista de 1924, buscando as articulações entre essas notícias e o cotidiano dos autores. Como narram? Posicionam-se em relação aos conflitos? É possível perceber, a partir do cordel, de onde os autores retiram as informações sobre tais acontecimentos? Tomando por base essas indagações e outras que venham a surgir, comecemos a análise.

[4] Entretanto, devemos estar atentos ao que diz respeito às práticas de leituras, pois, como apresenta Chartier (2003), essas podem ser historicizáveis e se diferenciam ao longo da história.

1.1- *A victoria dos alliados – A derrota da Allemanha e a influenza hespahola*

O cordel foi publicado em 1918, de autoria João Melchiades Ferreira da Silva[5]. O cordel possui 16 páginas e não apresenta desenhos na capa e não possuí contracapa. A capa é composta por: nome do autor, título, subtítulo, propaganda de outro título, nome da tipografia e o ano de publicação, contornados por molduras.



O autor inicia sua narrativa relatando sobre os participantes da Primeira Guerra Mundial. O conflito foi travado entre dois grupos de países, trata-se da Tríplice Entente (Aliados) e da Tríplice Aliança (Impérios Centrais). O primeiro era constituído por uma aliança entre França, Império Britânico, Império Russo, Reino de Itália, Estados Unidos da América, Reino da Servia, Japão, Brasil e outros. O segundo era constituído por uma aliança entre Alemanha, Áustria-Hungria, Bulgária, Império Otomano e outros.

Segundo Melchiades, os Impérios Centrais teriam vencido a guerra por quatro anos e que a perderam em quatro meses. Já na terceira estrofe, o autor expõe seu posicionamento perante o assunto:

[5] **João Melquíades Ferreira da Silva** foi cantador e poeta de bancada, segundo Francisco das Chagas Batista, seu amigo e principal editor. É considerado um dos grandes poetas da primeira geração da literatura de cordel.

O imperador da Allemanha,
O maior monstro da guerra,
Pretendia captivar
Todas potencias da terra,
Queria ser como um Deus,
O criminoso é quem erra. (p. 1, grifo meu)

Nessa passagem, João Melchiades explicita seu repúdio às atitudes do Imperador alemão, que com seus ideais expansionistas pretendia dominar o mundo e queria fazer-se como um Deus.

A narrativa segue apontando os vários acontecimentos da guerra (as vitórias e as derrotas de ambos os lados), dando destaque para a desonra da investida austríaca e alemã: "O exercito da Austria/ Começou a **desertar**" (p.3, grifo meu) "A Allemanha entrou sorrindo/ E vai **fugindo chorando**" (idem, grifo meu). Ambos os trechos apresentam os exércitos da Áustria e da Alemanha como covardes, o que reafirma o posicionamento do autor em relação à guerra.

Na visão do poeta, a investida alemã é tomada como uma ofensiva contra os próprios cristãos, um movimento anticristo.

Porque os allemães
Sexta feira da paixão
Na igreja de Pariz
Mataram muitos Christãos
Que estavam ouvindo a missa
Na hora da Communhão.

Na hora que o vigario
Levanta a hostia na mão,
Disse estar amaldiçoado
Todo exercito allemão,
Que miseraveis insultam
A Deus e a Religião. (p.11)

A partir do momento em que João Melchiades apresenta os alemães como hereges amaldiçoados pela "Santa Igreja" para uma população de maioria católica, ele os condena ao lugar de vilões da história. O cordelista também relata um possível desejo do Kaiser alemão de invadir o Brasil, caso vencesse a guerra na Europa:

O kaiser estava sonhando
Que vinha á America Latina,
Ganhava o Rio Grande do Sul
E a Santa Catharina,
Não poude realizar

Sua ambição assassina. (p.11)

E como resposta a esse sonho do Kaiser:

O Brasil já mandou gente,
Vai mandar cem mil soldados,
Todo Joven brasileiro
Voluntario e sorteiados
A Allemanha sem recurso
Não aguenta os Alliados. (p.12)

Segundo o poeta, o Brasil enviaria um contingente de cem mil soldados para lutar contra as tropas alemãs. E nesse momento, percebemos o exagero do cordelista em relação à quantidade de soldados e a importância que o Brasil desempenhou na Primeira Guerra Mundial[6].

A investida alemã é interpretada pelo poeta como um momento do apocalipse bíblico:

Os homens que ler a Biblia
E conhecem enterpretação,
No capitulo desesete
Do Apocalypse de S. João
Encontra a besta da guerra
Na maior revolução.

Para combater a besta
Nesta guerra encarniçada,
Se juntavam as nações da terra
A ferro, a fogo, á espada,
Até que ficava a besta
Vencida e encurralada. (p.13)

A partir das estrofes acima, podemos perceber que o autor articula os eventos da guerra e universo apocalíptico bíblico, com objetivo de aproximar, em narrativa, esses dois momentos e mostrar como é possível uma vitória contra os alemães - estes descritos como representantes da besta.

Para João Melchiades, como resposta a ambição humana, que em alguns momentos queria sobrepujar o lugar de Divino, Deus mandou a gripe espanhola, que era o general mais poderoso, pois vencia exércitos sem usar uma munição. A influenza espanhola é atribuída a

[6] O Brasil entrou na guerra em 1917, quando um navio comercial brasileiro foi, supostamente, afundado por um submarino alemão. Sabe-se que o Brasil desempenhava um papel considerável na venda de produtos para os países beligerantes, fato esse apresentado pelo documentário **1930 – Tempo de revolução**, que evidencia o crescimento da exportação brasileira no período do conflito.

Peste citada no livro bíblico do Apocalipse e tinha como função mostrar aos homens o seu real lugar no mundo.

O cordelista transmite informações sobre o evento de repercussão mundial de forma simples, de modo que qualquer um poderia entender o que estava acontecendo na Europa, sob a perspectiva do poeta. Mesmo não compreendendo em sua totalidade, o consumidor desse folheto atribuía aos países da Tríplice Aliança a imagem de vilão, pois, estes eram inimigos da cristandade, e identificavam os países da Tríplice Entente como heróis, defensores dos bons costumes. Nesse jornal popular, Melchiades escreve sobre o evento, atribuindo valores religiosos a fim de proporcionar uma identificação pelos leitores. A seguir, analisaremos um cordel que relata eventos de caráter nacional.

1.2- A Revolução militar de São Paulo, Sergipe, Pará e Amazonas – Drama de sangue e de dor

O Cordel de autoria de Francisco das Chagas Batista[7] não apresenta data de publicação. A capa e contracapa não possuem propagandas de outros títulos, elas são preenchidas por: nome do autor, título, subtítulo, fotografia de um dos lideres da revolução de São Paulo, preço, endereço e nome da tipografia e por uma fotografia de um dos lideres da revolução do Pará, sendo a capa contornada por uma moldura.

[7] **Francisco das Chagas Batista** foi um cordelista, editor e escritor da primeira geração da Literatura de cordel. Em 1913 fundou a Livraria **Popular Editora**, editando paródias, modinhas, novelas, contos, poesia, e se firmou como um dos intelectuais da época. Em 1929 publica o livro **Cantadores e poetas populares**, imprescindível para a pesquisa em literatura popular em verso por conter as mais antigas e confiáveis informações sobre esta forma poética. Ele foi dos primeiros editores de cordel e imprimiu produções de muitos poetas populares da época, exceto de João Martins de Ataíde.

F. CHAGAS BAPTISTA

A Revolução Militar de São Paulo, Sergipe, Pará e Amazonas

DRAMA DE SANGUE E DE DOR

Retrato de um dos chefes da Revolução de São Paulo.

PREÇO . . . . . 300 reis

EDIÇÃO DA POPULAR EDITORA
Rua da Republica, 584
Parahyba do Norte, 1924

Retrato de um official revolucionario do Pará

O poeta inicia sua narrativa fazendo uma descrição do estado de São Paulo, enfatizando a sua potencialidade econômica e o seu desenvolvimento intelectual, "Seu solo é mui povoado:/ Tem cinco milhões de habitantes/ E tem poucos ignorantes/ Pois tudo alli é illustrado" (p.4). O autor fala sobre as fazendas de café e a importância do Porto de Santos, o maior porto da América do Sul, segundo ele, que rendia oitenta contos de reis em sua alfandega anual.

Esse mesmo cordel foi analisado pelo pesquisador Mark Curran que sensivelmente percebeu que "O episódio é narrado com poucos comentários do autor e poucas imagens poéticas, mas com um fundo de indignação moral e condenação da rebeldia" (CURRAN, 1998). Essa indignação moral é evidenciada em quase todos os versos do folheto.

Segundo Chagas Batista, estado de São Paulo teria se rebelado contra a nação por conta das ambições de um rico proprietário de terra:

O coronel João Francisco
Um caudilho potentado
Que residia em São Paulo
Homem de instincto malvado;
Dizem que os seus possuídos
E'ram todos mal havidos
Porque tudo foi roubado.

Os generais Dias Lopes

E Odilio Bacellar,
Queriam com esse caudilho
Todo o Brasil Governar;
Em manifesto diziam
Que em nosso paiz queriam
Dictadura Militar. (p.6)

Ficando claro o posicionamento do poeta contrário ao movimento paulista, ao situar que eram frutos de ambições pessoais de um homem de instinto malvado e ladrão, que visava estabelecer um governo autoritário no Brasil. Segundo o poeta, os lideres revoltosos roubaram todo o dinheiro dos bancos de São Paulo e o empregaram de forma misteriosa e em benefício próprio.

A luta entre os revoltosos e as forças legais foi travada durante um período de 23 dias, chegando ao fim com a vitória das forças legais. Onde o exército legalista teria trazido a ordem em contraposição ao roubo, a morte e desonra do período de dominação revolucionária.

Chagas Batista afirma que o dinheiro dos bancos e das fabricas foi saqueado pelos revoltosos que armaram os imigrantes para que lutasse sob sua bandeira. Segundo o poeta:

Eram Ungaros e Allemães
Todos esses imigrantes
Que somente p'ra roubar
Se metteram nos levantes
Esses bandidos, alli,
Da matriz de Cambucy
Foram grandes depredantes.

Como feros canibaes
Sobre a egreja atiraram,
Destruiram o grande templo
E as imagens quebraram;
Profanaram até o sacrario;
Bens da igreja e do vigario
Tudo os bandidos roubaram!

Incendiaram alguns predios
Somente para roubar,
Atiraram nos bombeiros
Que ião o fogo apagar,
Só visavam os canibaes
As casas commerciaes
Para tudo saquear!... (p.8-9)

É evidente o julgamento de valores proposto pelo poeta, onde os imigrantes são acusados de se envolverem na "revolução" apenas para roubar e para profanar os elementos sagrados da Igreja Católica, eram homens assassinos e cruéis. A xenofobia encontrada nos

versos de Chagas Batista pode ser entendida se a considerarmos como fruto das tensões sociais do período da república velha[8].

Os tenentes envolvidos na revolta, após perceberem a derrota evidente, fugiram da cidade e, segundo o cordelista, um dos trens que carregavam esses fugitivos descarrilhou e muitos morreram. Essa tragédia é associada a um castigo divino sobre os revoltosos porque esses teriam descarrilhado um dos trens das forças legais durante a revolta.

Em seguida, o cordelista parte para o relato de outra revolução que acontecia ao mesmo tempo em que a de São Paulo, onde o batalhão 28 da capital sergipana, com o apoio da polícia local, depós e prendeu o presidente do estado, sendo esse cargo transferido para o chefe revolucionário.

Como resposta ao movimento, várias forças legais existentes em Sergipe, sob o apoio dos estados da Bahia e de Alagoas, lutaram contra os revoltados e segundo o autor:

> Quando os rebeldes se viram
> Por grandes forças cercados
> E souberam que o de São Paulo
> Já estavam destroçados,
> Resolveram não resistir
> E os que não poderam fugir
> Ficaram apresionados. (p.11)

Há uma preocupação evidente do autor de exaltar as forças legais e de inferiorizar as forças "revolucionárias".

Outra "revolução" é citada no cordel, trata-se do movimento paraense que também se revoltou contra as forças nacionais, onde alguns militares decidiram o presidente do estado depor. Como resposta, os revoltosos do grande batalhão do estado foram presos e outro comandante assumiu o cargo de chefia deste. Entretanto, segundo o autor, esse novo comandante foi muito "infeliz", pois simpatizou com o movimento paulista, "Nisto o tenente eremita/ Aos revoltosos incita/ A fazerem mil conquistas" (p.12).

Os revoltosos começam uma batalha contra as tropas legais, porém, seu comandante é ferido e esses se veem obrigados a retornar ao seu quartel general. Em seu retorno, os revoltosos se deparam com a polícia "entrincheirada", uma batalha acontece e aqueles que não morreram, acabaram presos.

Também é citada pelo poeta, uma "revolução" em Manaus, onde "soldados maus" tentaram depor o seu presidente de estado. Segundo Chagas Batista, as tropas legais enviaram

[8] Para melhores esclarecimentos, sugiro a leitura do capítulo 1 do livro História da vida privada no Brasil 3.

um contingente de três mil praças, cinco grandes couraçados e seis aviões armados. Os aviões bombardearam a cidade de Manaus e obrigaram os rebeldes a fugirem para o Peru.

O poeta propôs uma narrativa dos eventos políticos do Brasil, sem em nenhum momento citar a ligação destes com a sua realidade, entretanto, nas últimas cinco estrofes do folheto, o autor cita um ataque feito à cidade de Souza (Paraíba), pelo cangaceiro lampião e mais 70 capangas. Chagas Batista afirma que Lampião foi a Souza para saquear e destruir a cidade e que como resposta a tais ações, as tropas legais de vários estados iniciaram um cerco aos cangaceiros e como consequência:

> Mas de vinte desses monstros
> Já se acham na prisão
> E trinta e tantos ja dormem
> Debaixo do frio chão
> Porque as forças legais
> ja não admitem mais
> Cangaceiros no sertão. (p. 16)

O autor promove uma contextualização dos eventos nacionais com a sua realidade local, no momento em que relata o trabalho e a força das tropas legais no sertão em combate aos cangaceiros. Nesse sentido, o combate ao cangaço é citado como forma legitimar o trabalho das forças federais, condenando qualquer prática rebelde ao estado. As tropas federais são apresentadas pelo autor como defensora da moral e dos bons costumes e que qualquer um que não seguisse os princípios por ela instituídos, deveria sofrer as consequências de uma repressão federal. Os eventos distantes da realidade paraibana se aproximam desta a partir de uma leitura moral dos acontecimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ambos os folhetos polarizam os relatos propostos, onde os discursos dos autores são sempre explícitos, deixando visíveis seus posicionamentos sobre as notícias abordadas. Associando os "vilões"[9] sob o ponto de vista dos autores, a destruidores de igrejas e profanadores de rituais sagrados da Igreja Católica. Para uma sociedade de maioria católica e ligada a valores tradicionais, tais relatos podem desempenhar uma repugnância extremamente grande na maior parte dos leitores e/ou ouvintes.

[9] É bastante comum encontramos nos folhetos uma divisão dos personagens entre vilões e heróis.

Ambos os cordéis apresentam dados exagerados e minuciosos sobre os temas abordados, tendo em vista o conhecimento histórico até então. O Exagero é a arte utilizada pelos cordelistas para provocarem a atração[10] e a concordância de leitores sobre os relatos produzidos. A minuciosidade dos dados pode ser entendida, segundo hipótese, como fruto do contato direto dos cordelistas com as fontes oficiais de informação do período, nesse caso, o jornal. De que outra maneira os cordelistas elencariam dados tão precisos sobre eventos que aconteciam no outro lado do país ou do mundo em um curto espaço de tempo? Isso fica mais explicito no cordel do João Melchiades, onde ele pública em 1918 um cordel relatando sobre a Primeira Guerra Mundial, dou destaque para vários nomes de generais e de batalhas citadas pelo autor, assim como a percepção de que os países do Eixo Central estavam caminhando para a sua derrota. Devido às limitações dos meios de comunicação do começo do século XX, podemos supor que o jornal, o único meio oficial identificável como possível fonte para os poetas.

No inicio do século, os jornais se apresentavam como o principal veiculo de comunicação oficial, entretanto, ele não abrange a totalidade da população de determinada região, tendo em vista as limitações educacionais e de circulação. A literatura de cordel vem desempenhar um papel mais abrangente neste período, pois os cordelistas liam as informações perpassadas pelos jornais e a transmitiam, através de versos, que podiam ser cantados e assim, atingiam uma parte da população que estava à margem da cultura escrita[11].

Para melhor compreender a transmissão de conhecimento de um meio para outros, podemos citar Chartier (2002) quando analisa os "livros azuis"[12], publicados na França entre os séculos XVI e XVII. Segundo o autor, esses livros eram reedições de publicações direcionadas a um público "elitista", tendo em vista o seu alto custo. Alguns livros eram resumidos e outros tinham parágrafos inteiros apagados. Essas edições eram feitas com o intuito de baratear os custos dos livros e de tornar a leitura mais fácil para o novo público.

Podemos supor que muitos cordéis, assim como os "livros azuis", foram produzidos através de edições ou reedições de outros veículos de informação (jornais, revistas, livros, entre outros). Dessa forma, as informações produzidas para circular em determinado espaço[13],

[10] Através de curiosidade, repugnância, susto, entre outras emoções pertencentes à subjetividade humana.
[11] Analfabetos e pessoas de baixa renda.
[12] Esse termo refere-se a livros de baixo custo vendidos na França entre o século XVI e XVII e que geralmente possuíam as capas azuis.
[13] Produções direcionadas a um público com condições financeiras mais favoráveis a compra.

são desviadas para outros espaços. O cordelista, nesse sentido, tem o papel de recodificar as informações do espaço "elitista", para o espaço "popular".

As pessoas que liam os cordéis não o faziam de forma passiva, pois a partir do momento em que eles liam, colocavam em prática toda a sua subjetividade. Eles não aceitavam todas as informações sem antes as analisarem, filtrando-as, geralmente, a partir do conjunto de valores morais vigentes[14] na sociedade. "A fina película do escrito se torna um removedor de camadas, um jogo de espaços. Um mundo diferente (o do leitor) se introduz no lugar do autor" (DE CERTEAU, 1994). O leitor, através da prática da leitura, atribui outros sentidos ao texto.

A literatura de cordel jornalística, cuja função é a de informar o homem simples através de seus versos os acontecimentos, faz uma releitura das notícias proferidas pelos veículos informativos oficiais, mas não deixam de carregar consigo o discurso oficial.

Todos os polos direcionavam para a construção de uma memória pós-guerra, onde os países do eixo eram os vilões e os aliados, heróis. Assim como, todos os veículos de comunicação, incluindo o cordel, apresentavam os revoltosos de São Paulo, Sergipe, Pará e Amazonas como os vilões e as forças federais como heróis. Mas "quanto mais fracas as forças submetidas à uma direção estratégica, tanto mais estará sujeita à astúcia" (CAUSEWITZ apud DE CERTEAU, 1994, p. 101). Estratégias se revelam como as práticas dos fortes para manipular os fracos e a astúcia, que é utilizada como último recurso, para burlar as estratégias, configurando-se assim uma prática tática, ou seja, uma arte do fraco. Até que ponto o discurso oficial "traduzido" pela literatura de cordel predominava sobre seus consumidores? Essa questão fica em aberto, como instigação a um aprofundamento na pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Marcia. **Histórias de cordéis e folhetos**. – Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil, 1999 – (*Coleção Histórias de Leitura*).
DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer; tradução de Ephraim Ferreira Alves. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
CHARTIER, Roger. **Os desafios da escrita**. Tradução de Fúlvia M. L. Moretto. – São Paulo: Editora UNESP, 2002.
CURRAN, Mark J. **História do Brasil em Cordel**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

[14] Ideologias apresentadas pela Igreja, pelo governo, pelos jornais, pelas escola, entre outras instituições.

BATISTA, Francisco das Chagas. **A Revolução militar de São Paulo, Sergipe, Pará e Amazonas –** Drama de sangue e de dor. Parahyba: Tipografia Popular Editora, s.d.
DE MELO, Rosilene Alves. **Arcanos do verso**: trajetórias da literatura de cordel. Rio de Janeiro: 7Letras, 2010.
SILVA, João Melchiades Ferreira da. **A victoria dos alliados** – A derrota da Allemanha e a influenza hespahola. Parahyba: Tipografia Popular Editora, 1918.
WISSENBACH, M. C. C. *Da escravidão à liberdade: Dimensões de uma privacidade possível*. In: NOVAIS, F. A., coord., SAVCENKO, N., org. **História da vida privada no Brasil 3.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998. P.50-130.
SILVA, José Fernando Souza e. **Biografia de Francisco das Chagas Batista**. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/cordel/FranciscoChagas/franciscoChagas_biografia.html> Acessado em: 22 de novembro de 2014.
BENJAMIM, Roberto. **Biografia de João Melquíades Ferreira da Silva.** Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/cordel/JoaoMelquiades/joaoMelquiades_biografia.html> Acessado em: 22 de novembro de 2014.

SC09. Historiografia e identidades
Sônia Menezes

OS RECURSOS NATURAIS DA MATA ATLÂNTICA NA PERSPECTIVA DO NATURALISTA DOMINGOS ALVES BRANCO MUNIZ BARRETO, COMARCA DE ILHEUS, SÉCULO XVIII

Norryson Darlan da Costa Macedo[1]
Juciene Ricarte Apolinário[2]

RESUMO
A literatura de viagem durante o período colonial representou importante fonte de divulgação sobre a colônia brasileira, desde as suas diversidades de fauna e flora quanto as suas mais diversas variações culturais e étnicas. Pensando assim essa literatura serviu de veículo de informação para um reduzido público leitor que se debruçava em conhecer os relatos dos viajantes na perspectiva e contextos sociais aos quais estavam inseridos. Com base nessa documentação e escolha do objeto de trabalho, me deparei com um viajante interessado na temática ambiental e espacial. Muniz Barreto não foi um naturalista formado em Coimbra, mas um militar que enquanto naturalista e conhecedor da História Natural em sua tangente de proximidade, contribuiu para o conhecimento da diversidade ambiental brasileira e a sua divulgação nos gabinetes científicos portugueses. Nesse contexto a presente produção tem por finalidade problematizar as visões sobre a natureza e povos indígenas nos relatos de viagem do militar naturalista Domingos Alves Branco Muniz Barreto na Comarca de Ilheus, século XVIII.
Palavras-chave: História Natural; Representações; Meio Ambiente.

ABSTRACT
The travel literature during the colonial period represented an important source of disclosure on the Brazilian colony, from its diversity of flora and fauna as its most diverse cultural and ethnic variations. So thinking this literature served as a vehicle of information for a small readership that leaned in knowing the traveler reports in perspective and social contexts to which they were entered. Based on this documentation and select the work object, I came across a traveler interested in environmental and space theme. Muniz Barreto wasn't a naturalist formed in Coimbra, but a military that while naturalist and connoisseur of Natural History in its proximity tangent, contributed to the knowledge of Brazilian environmental diversity and its disclosure in Portuguese scientific offices. In this context this production aims to discuss the views of the nature and indigenous peoples in travel accounts of military naturalist Domingos Alves Branco Muniz Barreto in Ilheus County, eighteenth century.
Keywords: Natural History; Representations; Environment.

A literatura de viagem durante o período colonial representou importante fonte de divulgação sobre a colônia brasileira, desde as suas diversidades de fauna e flora quanto as suas mais diversas variações culturais e étnicas. Pensando assim essa literatura serviu de veículo de informação para um reduzido público leitor que se debruçava em conhecer os

[1] Mestrando/PPGH-UFCG;
[2] Professora/PPGH-UFCG;

relatos dos viajantes na perspectiva e contextos sociais aos quais os viajantes estavam inseridos.

Especificando os fatos e o recorte temporal, me detenho nesta pesquisa a problematizar o conjunto de documentos oficiais dentre requerimentos e atestados enviados a Portugal, sugere ao historiador desmistificar a ideia de história oficial. Com base nessa documentação e escolha do objeto de trabalho, me deparei com um viajante interessado na problemática ambiental. Não foi um naturalista formado em Coimbra, mas um militar que enquanto naturalista e conhecedor da História Natural em sua tangente de proximidade, contribuiu para o conhecimento da diversidade ambiental brasileira e a sua divulgação nos gabinetes científicos portugueses. Ao longo desta produção, algumas perguntas foram feitas as fontes, sobre como os recursos naturais da Mata Atlântica eram percebidos na perspectiva do militar-naturalista.

Como aponta Keith Thomas na sua obra o homem e o meio natural, o século XVIII assistiu à popularização da história natural por autores que escreviam no vernáculo e não em latim, e que visavam tanto divertir quanto instruir. Poderia esses inscritos sobre a história natural ser elaborados por homens de conhecimento razoável na área da botânica sobre os recursos naturais, ou ser construídos por militares ou aventureiros como o capitão da infantaria do regimento de Extremoz Domingos Alves Branco Muniz Barreto. Os naturalistas descobriram também que para a maioria das pessoas do início dos tempos modernos o mundo das plantas estava carregado de sentido simbólico[3].

Assim a descoberta do Novo Mundo colocou os colonizadores europeus em contato com uma natureza até então estranha e desconhecida nos gabinetes científicos portugueses, onde as populações indígenas desvelaram aos europeus como utilizá-la, especialmente enquanto panaceia medicinal[4]. Esses estímulos descritivos fortaleceram a produção de farta literatura que mesclava Medicina e o estudo da natureza[5].

Enquanto militar do regimento de Extremoz, Domingos Alves Branco fazia importantes levantamentos sobre História Natural, esses levantes mostrou a Portugal o mundo das florestas brasileiras e suas mais variadas fontes de naturezas medicinais. O grande verde era promovido em Portugal como possibilidade de exploração de novos expoentes de recursos

[3]THOMAS, Keith. O Homem e o meio natural: mudanças de atitudes em relação às plantas e a aos animais (1580-1800)- Tradução: João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
[4] Medicina, história em exame/ Heloísa Maria Murgel Starlong, Lígia Beatriz de Paula Germano, Rita de Cássia Marques, organizadoras- Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
[5] Idbem. P. 85

naturais que poderia suprir o Império Ultramarino Português em sua escassez de novos produtos que possibilitaria o reconhecimento das matas e dos recursos minerais brasileiros enquanto continuação da exploração da natureza e suas mais variadas manifestações sócio-espaciais.

A natureza enquanto fonte de pesquisa histórica é uma corrente historiográfica bastante conhecida nos tempos atuais em função das mais variadas modificações do espaço natural através das ações antrópicas. As dinâmicas das relações entre o homem e o espaço natural aponta a natureza enquanto fonte de imensa disponibilidade de materiais sem pensar no seu esgotamento de exploração dos recursos coletados ou descritos pelos preceptores. Essa fragilidade em não perceber a natureza enquanto a sua estabilidade dos recursos como algo persistente que necessitava de um controle, fora pensado em sua constância no século XVIII a necessidade de controlar e apreender essas riquezas para que elas durassem por longos tempos, e posteriormente se tornassem de uso exclusivo da metrópole.

Pensando na ideia de duração e na perpetuação dos estudos sobre História Natural, é observável a preocupação do militar naturalista Domingos Alves Branco Muniz Barreto em conhecer a natureza e os seus recursos de interações com aqueles que conheciam de fato as serventias medicinais da flora brasileira. Os naturalistas queriam encontrar respostas no meio ambiente que correspondessem às necessidades financeiras de Portugal, partilhando assim as matas brasileiras no bojo das atividades comerciais de exploração dos recursos naturais da flora e fauna local.

Os ditos naturalistas buscavam encontrar as mais variadas plantas exóticas que coubessem em seus catálogos espécies ainda não estudadas, e nem muito menos relatadas nos gabinetes científicos portugueses, logo essas medidas iriam promover a natureza brasileira nos campos de apreensão dos saberes da natureza partindo da necessidade em atribuir valores científicos as relações dos povos que nela sobreviviam e se relacionavam diretamente com o meio ambiente.

A natureza possibilitou aos povos indígenas conhecimentos importantes sobre ervas medicinais e os mais diversos conhecimentos sobre as matas nas suas zonas de vivência. Essas zonas de apropriações traziam familiaridades com o seu meio natural, assim conhecer os usos da natureza partindo do conhecimento dos indígenas seria a melhor maneira de conhecer os ecossistemas brasileiros.

Para o império ultramarino português a racionalização seria a melhor maneira de apropriação dos recursos naturais disponíveis na sua rica e imensa colônia americana, como

saída na formalidade e sentimento de posse dessas riquezas energéticas e verdes, os reconhecimentos dessas narrativas fizeram desses viajantes peças fundamentais na estratégia de controle do espaço colonial por meio do discurso de dominação dessas terras de legitimidade dos povos indígenas.

As terras ricas em fauna e flora imensas possibilitaria aos homens de ciência aproximação com o verde da colônia que mais uma vez seria a saída para retirar Portugal da crise de recursos financeiros, assim como no primeiro momento de ocupação, desmatando, capturando e racionalizando as mais diversas estratégias de efetivação de posse do patrimônio verde da colônia americana.

Segundo a historiadora Ângela Domingues, o reconhecimento do Brasil seria um elemento vital[6] para a sobrevivência do reino e na necessidade de defender a soberania portuguesa e a integridade do território colonial. Assim os relatos dos viajantes como os do militar-naturalista Domingos Alves Branco Muniz Barreto, iria catalogar as ervas medicinais brasileiras para que Portugal controlasse-as segundo estratégias dos seus recursos naturais para uso do Império Ultramarino.

Nessa captura do grande potencial verde das matas brasileiras durante o século XVIII, é importante ressaltar o período de racionalização do pensamento acadêmico e burocrático português. As mudanças drásticas nas estruturas de ensino e novos métodos de aperfeiçoamento da medicina na metrópole refletiram também na sua colônia. As reformas pombalinas foram decisivas nas viradas de pensamentos para os homens de ciências portugueses. Algumas espécies vegetais foram transportadas para os jardins e academias científicas portuguesas. No que tange aos conhecimentos dos espaços e suas apropriações, segundo Keith Thomas o uso das ervas medicinais no que corresponde a Inglaterra e as apropriações dos saberes sobre os vegetais das suas colônias apoiou-se na ideia de buscar e apreender nos seus espaços de dominação das ervas das mais variadas finalidades:

> O que levou às primeiras expedições de coleta de plantas foi um objetivo prático: registrar ervas de utilidade medicinal e trazê-las para serem cultivadas em jardins construídos com essa finalidade[7].

[6] DOMINGUES, Ângela. Quando os índios eram vassalos: COLONIZAÇÃO E RELAÇÕES DE PODER NO NORTE DO BRASIL NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII. LISBOA: COMISSÃO NACIONAL PARA AS COMEMORAÇÕES DOS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES, 2000.

[7] THOMAS, KEITH. O homem e o meio natural: mudanças de atitudes em relação às plantas e os animais (1500-1800)/ Keith Thomas: tradução João Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

Retornando ao recorte espacial ao qual me atenho a problematizar, no século XVIII, os jardins de aclimatação já era uma realidade ao Império Ultramarino Português no que concerne esse tipo de prática mencionada na citação acima. Representar a imponência em conhecer as matas das mais diversas partes do planeta e mecanismos de apropriação de saberes que viessem a elaborar usos e classificações dessas vastas coleções ambientais. Lorelay Kury, ao se dedicar aos estudos das plantas e circulação das mesmas no século XVIII apontou que:

> Os jardins estiveram associados a atividades de espionagem, contrabando, circulação de mudas, sementes, técnicos, plantadores, botânicos e suas técnicas. Com as plantas circulavam também manuscritos, além de panfletos, revistas e livros impressos que auxiliavam no processo de coleta, identificação, transplantação, aclimatação e cultivo de espécies[8].

Essas coleções de achados de recursos naturais asseguravam para Portugal o controle dessas terras que como coloca José Otávio Aguiar em sua tese de doutorado, todas as variedades de percepções e olhares foram construídas para atender a avidez de um público interessado sobre os segredos da oculta e resguardada América Portuguesa (AGUIAR,2012).

Na continuidade sobre os diálogos com as instituições de cunho científico, lideradas por homens de ciência como o naturalista paduano Domingos Vandelli, foram decisivas para reconhecimento do potencial de exploração das riquezas naturais brasileiras sobre a égide da racionalidade do reformismo ilustrado do século XVIII.

Todavia, não podemos desmerecer os primeiros contatos dos jesuítas com os povos indígenas no século XVI fizeram com que os vegetais utilizados fossem analisados e as suas práticas curativas fossem apreendidas e os conhecimentos das matas seriam estratégias na busca pela cura de doenças, tendo por base de manuseio deste espaço a necessidade de conhecimento as matas e as relações inter-étnicas com os biomas brasileiros em suas mais variadas dimensões sócio- espaciais.

Os ecossistemas brasileiros completavam os olhares pitorescos dos viajantes que por aqui andavam para suprir a emergência de maior quantidade de dados sobre História Natural das suas colônias, a Academia de Ciências de Lisboa foi uma instituição científica portuguesa que ganhou com a atribuição de valores racionais a natureza pelos viajantes.

[8] KURY, Lorelay. Usos e circulação de plantas no Brasil, séculos XVI-XIX. In. Plantas sem fronteiras: jardins, livros e viagens séculos XVIII- XIX. Rio de Janeiro. Andrea Jakobson, 2013.

Como correspondente da Academia de Ciências de Lisboa, mesmo sem possuir contato direto com as reformas da História Natural, Muniz Barreto conhecia os matérias coletados e acreditava que os mesmos seriam representações da existência de ervas da mata atlântica de utilização cotidiana pelos indígenas e luso-brasileiros. Para exemplificar os vegetais, o militar buscou se aproximar dos relatos orais para a imposição de suas categorias taxinômicas dos materiais coletados. O vegetal iria passar na Academia de Ciências de Lisboa pelo ofuscamento do conhecimento popular[9], o que acarretaria na imposição de descrédito do conhecimento tradicional indígena.

As dimensões das relações entre nativos e viajantes possibilitou na coleta e enriquecimento das relações sobre os dimensionamentos da natureza. Voltando na dialógica desta pesquisa, Domingos Alves Branco Muniz Barreto fazia ciência da sua maneira enquanto militar e desconhecedor das categorias que seriam impostas pelas academias científicas portuguesas aos usos e representações dos vegetais nos interiores das matas. Ao se dedicar a catalogar as ervas, Muniz Barreto representava a extensão dos saberes e práticas de apropriação de um povo que necessitava ser civilizados[10] na sua perspectiva de racionalização do espaço.

Ao percorrer as matas e sublevados da comarca de Ilheus, na capitania da Bahia, o naturalista autodidata facilitava o contato dos indígenas com as suas estratégias de apropriação do conhecimento dos tupinambás para formulação de descrições sobre as ervas manipuladas e de uso cotidiano para esses povos na busca pela cura das mais variadas doenças, desde as comuns aos nativos, sejam as trazidas pelo contato com o homem europeu.

Não era uma simples folha catalogada, nos herbários, as significações sobre os conhecimentos dos povos tupinambás da Comarca de Ilheus foram de importância incomensurável para concretização escrita e iconográfica das matas brasileiras. Inspecionando as matas da sua volta os militares transformavam o uso da sensibilidade cotidiana para a fabricação de ideias de uma colônia de fontes de enriquecimento para a metrópole que teve como finalidade obter na natureza do mito sagrado pelos indígenas, os seus ideais de exploração, conhecendo o diferente do seu mundo e confiscando nos discursos e percepções visuais as matas como desejo de racionalização.

No embate sobre a racionalização, a busca pela história natural da colônia do Novo Mundo abarcou para Portugal o aumento material de plantas e animais capturados enquanto

[9] Ibdem, p. 105.
[10] Plano de civilização dos índios de autoria de Domingos Alves Branco Muniz Barreto

objetos de estudos e formadores de memórias das instituições científicas portuguesas. As memórias da história natural do novo mundo não apenas apresentou uma técnica de apreensão ela fez parte do cotidiano de naturalistas que queriam constar nos seus relatos técnicos ciência e significados mais amplos em se tratando de relatar nos produtos coletados os exames dessas matas sobre os usos das ervas[11] da vegetação da Mata Atlântica.

Como conhecedores das matas e suas mais diversas circulações e afinidades os indígenas e a academia de Ciências de Lisboa para Domingos Alves Branco Muniz Barreto seriam os maiores beneficiados com a apropriação e a catalogação das ervas medicinais. Para o militar-viajante, os herbários colocaria facilmente a identificação pelos índios e seus usos para que também faria menção aos produtos remetidos pela coleta.

Este ambiente constituído por uma gama de ervas causou impressionismos para os colonizadores portugueses, na necessidade de obter da natureza as respostas para as curas das doenças as utilizações dos vegetais para os europeus era enquadrada na categoria de demonização, pois necessitava atribuir saberes científicos as plantas aqui existentes. Ao mencionar esse uso de apropriação das ervas segundo a historiadora Juciene Ricarte Apolinário:

> O tempo se encarregou de mostrar aos colonizadores a importância do conhecimento tradicional indígena em relação aos vegetais oriundos de biomas tão diversos como, o Cerrado, a Caatinga, Floresta Amazônica ou Mata Atlântica[12].

As mais variadas manifestações da natureza descrevia a importância das ervas nos cotidianos dos seus autóctones, para o uso e reconhecimento desses ecossistemas enquanto espaços de sociabilidades e interações culturais perceberam que o meio natural mostrou aos povos indígenas planos de uso dos vegetais enquanto fontes transformadoras de sociabilidades dos seus cotidianos. As práticas médicas partindo da utilização de ervas e vegetais da natureza de interação eram medidas tomadas não apenas pelos povos tupinambás, que já faziam uso das ervas na busca pela cura das mais variadas doenças.

Todavia, os colonos na ausência de profissionais da medicina formados nos espaços acadêmicos portugueses também recorriam às práticas culturais que os povos indígenas faziam das matas para finalidades de melhorias, tendo o grande cinturão verde das matas

[11] BARRETO, Domingos Alves Branco Muniz Barreto. O Feliz Clima do Brasil de Domingos Alves Branco Muniz Barreto/ edição e pesquisa Anna Paula Martins- Rio de Janeiro: Dantes, 2008.
[12] APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. Usos e Circulação de plantas no Brasil, séculos XVI-XIX. In. Plantas nativas: indígenas coloniais: usos e apropriações da flora da América portuguesa. Rio de Janeiro. Andrea Jakobsson, 2013.

como fornecedora e a crença na melhoria da saúde do beneficiado com as ervas, enxergando a cura como aliada dos espaços verdes da natureza.

A natureza controlada pela História Natural estrutura um conjunto de linguagens e signos das definições da natureza enquanto descrição por códigos que traziam os reconhecimentos das plantas e as suas estruturações discursivas de cada material catalogado. A linguagem utilizada por Domingos Alves Branco Muniz Barreto sobre a natureza das aldeias de Massuarandapió, São Fidélis, dentre outras da Comarca de Ilheus, descreve o conhecimento das plantas e suas respectivas identidades de uso e como o espaço das sociabilidades indígenas deveriam ser dirigidos pelas autoridades portuguesas.

As distinções tornam as plantas objetos de representações que analisam segundo o naturalista os conjuntos sociabilidades que possua no lugar relações de caráter representativo. Não de estabelecimento imediato de um sistema ordeiro, mas que constitua a ciência enquanto signos que não esqueçam as identidades dos povos relatados por meio da linguagem dos relatos sobre História Natural.

Enquanto esses relatos eram postos em cheque pela validação científica das academias científicas europeias, a natureza não traçou limites para o conhecimento daquilo que a constitui em sua essência. A natureza vista enquanto possibilidade de pensar a sua diversidade vegetal nas suas mais variadas denominações de sistemas.

Os sistemas atribuídos aos mecanismos da História Natural passava para os viajantes a ideia de homogeneidade das práticas médico-curativas. Não se deve esquecer que a diversidade étnica e ambiental de cada espaço correspondia a sua identificação com a natureza. Os procedimentos adotados pelos viajantes que aqui circulavam no século XVIII ousaram em construir narrativas sobre os povos nativos e as maneiras como esses se relacionavam com as plantas.

Na ideia de abominar os instrumentos de coleta as quais os povos indígenas utilizavam, ao me deparar com a documentação a qual me determino a operacionalizar, observo a tentativa de Domingos Alves Branco Muniz Barreto em solicitar ferramentas que apresentassem aos povos tupinambás novas técnicas de manuseio da terra, fazendo com que os nativos esquecessem as suas idas entidades culturais com a terra e passassem a enxergar o lugar do ponto de vista da racionalidade do espaço.

Essas tentativas imperialistas de designar e proteger a colônia brasileira de outros olhares europeus culminou na necessidade de desempenhar razão na dinâmica da natureza, controlando as ações da mesma e dos seus povos. A farmacopeia indígena estava situada nas

relações com o ecossistema natural, os recursos disponíveis nas mais variadas formas de usos sobre as plantas no século XVIII. Na mesma razão fez com que os domínios do meio natural completassem de encarregar ilustrações sobre as observações em matéria médica que se esforçava em analisar a utilização dos recursos naturais. Observando o posicionamento da historiadora Lorelay Kury:

> As plantas desempenhavam papel central nas preocupações dos governos e nas estratégias individuais de sobrevivência e posicionamento social de militares, técnicos aventureiros, homens de ciências e letras[13].

Enquanto matéria médica para base de futuros estudos científicos realizados pelos naturalistas e homens de ciência portugueses. Com o interesse voltado para as plantas exóticas, o recrutamento dos conhecimentos medicinais iria marcar o desenrolar das ciências naturais no Brasil, tendo como matriz de produção as matas e as mais variadas especificidades de cada recurso experimentado.

Os recursos catalogados por Domingos Alves Branco Muniz Barreto serviram de préstimo para a saúde pública na colônia, que com os acréscimos de crença em elementos sobrenaturais auxiliavam nas receitas usadas pelos tupinambás que incorporavam virtudes qualidades e serventia que constituíam nesses medicamentos uma querela de tradições ancestrais e que se resinificavam a cada geração.

Para tratamento das mais variadas enfermidades eram alçadas com valor de empiria dos conhecimentos de quem já constituía a panaceia médica na defesa da natureza enquanto um conjunto recursos que prestavam assistências de sensibilidades e determinantes de modificação cultural.

Afirmar as manipulações das ervas medicinais como atividades demoníacas no tocante aos anseios curativos mostrava o desconhecimento do conjunto de relações construídas pelos nativos na arte da Medicina tradicional indígena. Os recursos naturais para os tupinambás descritos por Muniz Barreto estava para eles como mentores de cotidianos e práticas curativas de sobrevivência e fortalecimento de suas respectivas formações de identidades.

Na gama dos recursos naturais encontrados pelo militar estavam vegetais que possuíam incalculáveis valores na esfera do simbólico para o nativo e para os homens de ciências. A ipecacuanha do mato, o jamborandi eram exemplos de vegetais que foram

[13] KURY, Lorelay. Usos e circulação de plantas no Brasil, séculos XVI-XIX. In. Plantas sem fronteiras: jardins, livros e viagens séculos XVIII- XIX. Rio de Janeiro. Andrea Jakobson, 2013.

inspecionados pelo olhar do militar-naturalista, ao coletar das matas essas plantas e estampá-los de forma que as observações pela Academia de Ciências de Lisboa realizassem estudos de observações sobre as suas andanças com a ideia em possibilitar novos experimentos sobre os recursos das plantas e suas identificações e observações.

Observando os povos indígenas e a natureza Domingos Alves Branco Muniz Barreto ao se deparar com o conjunto verde da Mata Atlântica, encontrou espécies vegetais que poderiam ser substituídas pelo uso de outras espécies semelhantes. Essas atribuições e a busca por recursos naturais diferentes que possuíssem atividades semelhantes aos produtos com preços elevados no mercado europeu seria para Portugal a descoberta de novas possibilidades extrativistas das riquezas coloniais. Com menção a documentação disponível sobre Domingos Alves Branco Muniz Barreto ao andar pelas florestas e matas dos outeiros dos Garapiras:

> Passando pelas matas mais vizinhas da povoação, com um hábil soldado-marceneiro para fazer um curioso exame sobre os paus de construção de marchetaria e tinturaria que ali se encontram, achei haver em mais abundância os primeiros, excedendo em qualidade e todas as outras partes da comarca dos Ilheus, nos de mocetaiba e sucupira[14].

As dimensões dos recursos naturais do sul da Bahia são observáveis nas narrativas de viagem de Domingos Alves Branco Muniz Barreto, os usos e fertilidades dos solos, as mais variadas espécies de árvores que poderiam ser utilizadas para fins econômicos como a substituição da escassez de outras espécies vegetais, são abundantes na sua obra. As qualidades do ecossistema As interações culturais com os povos tupinambás que por intermédio da oralidade contribuiu bastante da confecção desses discursos utilizados pelas instituições científicas portuguesas.

Este trabalho se responsabilizou a aprofundar os estudos sobre a natureza na perspectiva da História Ambiental, tendo em vista que o mesmo possibilitará revisões e novos debates sobre as viagens do militar-naturalista e suas problematizações concernentes aos recursos naturais e suas percepções sobre os povos tupinambás na Comarca de Ilheus durante o século XVIII.

[14] BARRETO, Domingos Alves Branco Muniz Barreto. O Feliz Clima do Brasil de Domingos Alves Branco Muniz Barreto/ edição e pesquisa Anna Paula Martins- Rio de Janeiro: Dantes, 2008. P.62

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, José Otávio, BURITI, Catarina de Oliveira. **Meio Ambiente e Cultura nas Capitanias do Nordeste Colonial**: Nacionalismo e Reformismo Ilustrado na Obra do Naturalista Viajante Manuel Arruda da Câmara (1793-1814). HISTÓRIA, São Paulo, 28 (1): 2009.

AGUIAR, José Otávio. A Botânica como missão pedagógica: Manuel Arruda da Câmara e a peculiaridade de suas interpretações sobre as espécies brasileiras (1752-1811) .Clio - **Revista de Pesquisa Histórica** (ISSN 0102-9487), n. 29.1 (2011).

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. Usos e Circulação de plantas no Brasil, séculos XVI-XIX. In. **Plantas nativas**: indígenas coloniais: usos e apropriações da flora da América portuguesa. Rio de Janeiro. Andrea Jakobson, 2013

BARRETO, Domingos Alves Branco Muniz Barreto. **O Feliz Clima do Brasil de Domingos Alves Branco Muniz Barreto**/ edição e pesquisa Anna Paula Martins- Rio de Janeiro: Dantes, 2008. P.62

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

DOMINGUES, Ângela. **Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais**: a constituição de redes de informação no Império português em finais dos Setecentos. Lisboa: Comissão nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, 2000.

DOMINGUES, Ângela. **Quando os índios eram vassalos**: colonização e relações de poder no norte do Brasil na segunda metade do século XVIII. Lisboa: Comissão nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, 2000.

FERNANDES, A. "História da botânica em Portugal até fins do século XIX." In: **História e Desenvolvimento da Ciência em Portugal**. Lisboa, academia de Ciências de Lisboa, 1987. v.2.

FOUCAULT, Michel, 1926-1984. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas: Tradução: Salma Tannus Muchail – 8 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

KURY, L.: **Homens de ciência no Brasil**: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810).História, Ciências, Saúde . Manguinhos, vol. 11 (suplemento 1):109-29, 2004.

KURY, Lorelay. Usos e circulação de plantas no Brasil, séculos XVI-XIX. In. **Plantas sem fronteiras:** jardins, livros e viagens séculos XVIII- XIX. Rio de Janeiro. Andrea Jakobsson, 2013.

Medicina, história em exame/ Heloísa Maria Murgel Starlong, Lígia Beatriz de Paula Germano, Rita de Cássia Marques, organizadoras- Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

THOMAS, KEITH. **O homem e o meio natural**: mudanças de atitudes em relação às plantas e os animais (1500-1800) / Keith Thomas: tradução João Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CARIRI CEARENSE: A INVENÇÃO DE UM LUGAR INCOMUM (SÉCULOS XIX E XX)

Denise de Menezes Dantas[1]
Ana Isabel Ribeiro Parente Cortez[2]

RESUMO
O Cariri Cearense, localizado no Sul do Ceará, na Bacia Sedimentar do Araripe, é descrito pelos intelectuais da região, como Irineu Pinheiro, José de Figueiredo Filho, dentre outros, como um lugar diferente, incomum. Tais denominações se dão devido ao clima, vegetação, solos, bem peculiares da região, ou seja, por conta da natureza predominante no Cariri cearense. Esses escritores usaram a natureza deste local para enaltecê-lo ainda mais. Na maioria dos discursos produzidos sobre a região, ela aparece como um ambiente abundante, fértil, prodigioso, e uma das mais comuns é a ideia do Cariri como um "oásis em meio ao sertão", isso tudo também graças a Chapada do Araripe. Apesar de ser uma região interiorana, o Cariri não poderia, diante das condições naturais que apresenta, ser considerado sertão. Os periódicos que circularam na região e as obras de intelectuais caririenses tentam pontuar a diferença flagrante entre o Cariri Cearense e o sertão circundante. Dessa forma, este trabalho objetiva analisar algumas das denominações que se construíram acerca da natureza da região e como suas características naturais foram usadas para destacá-la, utilizando como fontes a produção historiográfica local, que consiste nas obras de José de Figueiredo Filho, Irineu Pinheiro; bem como, Diários de Viajantes, a Revista "Itaytera" e o Jornal "O Araripe".
Palavras-chave: Cariri Cearense; Natureza; Sertão.

INTRODUÇÃO

A região do Cariri Cearense, também conhecida como um "Oásis no sertão" [3] é detentor de uma natureza bem peculiar, que foi por vezes o ponto chave de vários discursos produzidos na região. Situado na Bacia sedimentar do Araripe, no Sul do Ceará, a região do Cariri é beneficiada pelas inúmeras fontes de águas que brotam do Sopé da Chapada do Araripe, grande responsável pelas condições naturais que ela detém, sendo ela muito enaltecida nos veículos que comunicação diante da grandiosa contribuição dada a esta região.

O sopé da Chapada é formado por um solo esponjoso que, dessa forma, consegue absorver uma grande quantidade de água durante o período chuvoso. É do seu sopé que brotam inúmeras fontes de água, contribuindo para uma melhor conservação da fauna e flora da região.

[1] Graduanda em História pela Universidade Regional do Cariri – URCA; Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID).
[2] Professora Mestre do Departamento de História da Universidade Regional do Cariri – URCA.
[3] Expressão comumente usada para caracterizar o Cariri Cearense. Tal expressão surge por conta das inúmeras fontes de água que brotam do sopé da Chapada do Araripe, tornando assim o Cariri conhecido como um oásis em meio ao sertão que o circunda.

Intelectuais caririenses como, José de Figueiredo Filho, Irineu Pinheiro, Padre Antônio Gomes, dentre outros, descreveram a região em seus aspectos naturais de forma muito enfática e enaltecedora. Nos escritos produzidos por esses intelectuais, assim também como nos jornais e revistas que circularam pela região, é muito comum encontrar expressões como "jardim terreal, terra verdejante, paraíso terrestre", dentre outras denominações.

A natureza, dentre muitos outros aspectos a se destacar no Cariri, foi sem dúvida o principal deles. Um meio pelo qual se buscou apresentar uma região bela, prodigiosa, fértil, abundante e por isso uma região diferente, incomum. Conforme Raymond Willians, várias ideias são projetadas na natureza, que variam de acordo com objetivo de quem está falando. Era grande o interesse de se construir uma identidade própria para esta região e por isso a insistente tentativa de colocá-la como um lugar de destaque, que se diferenciava das regiões circunvizinhas.

Dessa forma, criou-se um espaço prodigioso, incomum e em contraste a ele caracterizou-se uma região árida, sem vida, de péssimas condições. Essa diferença é bastante pontuada nos discursos, colocando essa ideia de uma dicotomia total entre o Cariri e o sertão circundante, que, justamente por ser um lugar tão diferente, não poderia, dessa forma, ser considerado sertão.

O presente artigo é resultado de uma pesquisa de monografia, que está apenas no início. Propõe-se analisar as ideias que se construíram em torno da natureza da região do Cariri cearense e como esse Cariri foi narrado, descrito por pessoas tidas como importantes na região.

Como aporte teórico, me utilizo das leituras e autores da área de História Ambiental, como por exemplo, Paulo Henrique Martinez, Raymond Williams, Keith Thomas, dentre outros, que permitem fazer uma analise das relações que se estabeleceram entre o homem e a natureza ao longo dos tempos, relações estas que foram se modificando, porém, algumas ideias projetadas sobre essa natureza se perpetuaram por bastante tempo, algo perceptível se for feito um paralelo entre a documentação do século XIX e século XX.

A REGIÃO DO CARIRI E A CHAPADA DO ARARIPE.

Conhecida como um "Oásis no sertão", a região do Cariri é bastante descrita e trabalhada em muitos estudos, visto que ela é composta por múltiplos aspectos interessantes de serem estudados, seja pela sua diversidade cultural, por sua efervescência religiosa,

aspectos políticos, econômicos e por suas riquezas naturais. São justamente os aspectos naturais da região que interessam aqui, no qual, para a construção desse trabalho, me debruçarei sobre as ideias que se construíram e se perpetuaram por alguns anos sobre a natureza do Cariri Cearense, tendo como principal ponto a Chapada do Araripe.

A região que veio a ser chamada de Cariri situa-se na Bacia Sedimentar do Araripe, ao Sul do Estado do Ceará. "É um brejo de encosta e de vale que se estende em parte de depressão sertaneja" (MENEZES, 2007, p.341). Antes da colonização, essas terras foram ocupadas pelos índios da tribo Cariri, daí surge o nome para a referida região, que ficou conhecida em todo o Estado pela diversidade que apresenta e, principalmente, pela "natureza exuberante e prodigiosa", como foi caracterizada pelo discurso produzido, colocando este lugar como privilegiado por ter a Chapada do Araripe.

Devido sua delimitação geográfica e outros aspectos, sejam eles culturais, sociais ou econômicos, o Cariri cearense desde a colonização manteve um vínculo maior com os estados do Pernambuco e Paraíba do que com a própria capital, Fortaleza. (ALCANTARA, 2013). Essa ligação do Cariri com o Estado do Pernambuco é visível também na participação que a região teve em alguns acontecimentos históricos que emergiram no Pernambuco, mas que se estenderam aos estados vizinhos, como é o caso da Revolução Pernambucana de 1817 e a Confederações do Equador de 1824. Ambos os acontecimentos tiveram participação e apoio da região do Cariri.

Detentora de um clima bem peculiar, de uma vegetação diversificada e abundância de água, a Região do Cariri foi colonizada por volta do século XVIII. O historiador Carlos Rafael Dias, ao tratar sobre esse assunto, ressalta que o tema necessita de uma revisão historiográfica, utilizando-se de novas teorias, visto a contradição que o mesmo apresenta. Existem divergências sobre quem seriam os povos colonizadores do Cariri e as vias de acesso que os mesmos teriam utilizados.[4]

Além de afirmar que a colonização do Cariri se deu por baianos e pernambucanos, existe ainda uma versão que ela teria se dado com a presença dos missionários italianos advindos de Recife, versão que apresenta um caráter mais religioso sobre este acontecimento. Segundo o historiador Carlos Rafael, é possível apresentar duas maneiras de ocupação desse território,

[4] DIAS, Carlos Rafael. Histórias e Grafias da Colonização do Cariri Cearense. 2014

> A primeira delas, com certeza, em tempos imemoriais, conforme atesta antigos registros rupestres e outros achados arqueológicos, alguns relacionados à cultura dos povos cariris. [...] A segunda forma de ocupação de espaço caririense, ocorrida no bojo da colonização brasileira perpetrada, notadamente, pelos portugueses a partir da "descoberta" e conquista desse rincão do "novo mundo" deu-se com a expansão da pecuária e através dos chamados "caminhos de gado" ou "caminhos dos sertões". (DIAS, 2014, p. 03)

A ocupação do interior do Ceará se deu principalmente com a expansão da pecuária, notadamente em um período que se proíbe a criação de gado na faixa litorânea, sendo que esta ficaria reservada para o cultivo da cana de açúcar devido possuir condições mais propícias para seu cultivo. Segundo Irineu Pinheiro, o Cariri Cearense teria sido descoberto no final do século XVII e inicio do século XVIII. Ele afirma a presença significativa de baianos, que chegam na região nas primeiras décadas do século XVIII, afirmando também que muitos dos colonizadores da região do Cariri eram provenientes de Pernambuco e Sergipe. "O cariri foi alcançado pelos povoadores do chamado ciclo da civilização do couro. Vieram da Bahia, Sergipe e Pernambuco [...] Muitos alcançaram o riacho dos porcos, daí se bifurcando para o Jaguaribe, ou penetrando nos terrenos férteis ao sopé do Araripe." (FIGUEIREDO FILHO, 2010, p.18).

O Padre Antônio Gomes de Araújo, em seu livro *Povoamento do Cariri*, apresenta com exatidão a presença desses colonizadores na região, mostrando que os traços desses povos estão na formação social do Cariri, elencando assim a descendências dos mesmos na região. "O traço sergipano, pois, à igual do pernambucano e baiano, está, indelevelmente, impresso na fisionomia originária do coração do Cariri" (ARAUJO, 1973, p.95).

Por se tratar de uma região abundante em água, coloca-se que não haveria tantos problemas para sua ocupação, visto que o meio possibilitava condições favoráveis para o desenvolvimento de atividades voltadas para o sustento humano, como por exemplo, a pecuária e posteriormente a agricultura. Figueiredo Filho destaca tais aspectos, mostrando que "[...] foi a expansão da criação de gado e, logo depois, da agricultura, com tôdas as possibilidades que o solo fértil caririense oferecia ao alienígea, as causas primordiais da colonização sul – cearense". (FIGUEIREDO FILHO, 2010, p.20) A exploração dos recursos naturais da região sempre existiu, desde a época da colonização. Com isso podemos pensar as relações que o homem estabeleceu com a natureza ao longo dos tempos, visto que, como apresenta Keith Thomas em *O homem e o meio natural*, as relações estabelecidas do homem com a natureza ganham diferentes formas e significados com o passar dos tempos. A natureza deixa de ser algo ligado a barbárie e passa a ser objeto de admiração do ser humano.

Nos discursos formulados sobre a região, as palavras utilizadas assumem um caráter de valorização e exaltação da mesma, mostrando-a como um espaço detentor de condições jamais encontradas no seu entorno. É descrito como um paraíso terrestre, uma atmosfera revigorante, dentre outros aspectos que são usados para caracterizá-la.

> O cariri é uma região do sul do Ceará, situada ao sopé do Araripe. É irrigada em grande parte por dezenas e dezenas, de fontes perenes, brotadas daquela serra que o separa de Pernambuco e causa principal da situação privilegiada, que sua natureza desfruta, em contraste com a caatinga ressequida que o circunda. (FIGUEIREDO FILHO, 2010, p.5).

É dessa forma, que o Cariri Cearense é descrito. Uma região de muita abundancia e solos férteis. No entanto, vale aqui chamar atenção para um aspecto: nem toda a região do Cariri é dotada com essa abundância de água e esse clima ameno e aprazível como comumente é descrito. Existem cidades da região que não apresentam tais condições naturais, como destaca o historiador Darlan Reis Junior,

> Na verdade, a região não é toda banhada pelas águas, nem tem todos os solos férteis. A área com essa configuração é a da Chapada do Araripe, principalmente a da região do Crato, vila até a metade do século XIX, tornando-se cidade no ano de 1853. A Chapada proporcionava solos férteis e um manancial de águas que, se não ficaram totalmente imunes ao problema da seca, constituíram-se em reserva importante do *continuum agrário* cearense. (REIS JUNIOR, 2011, p. 2)

Elabora-se um discurso para a região, aplicado em toda sua extensão, não levando em consideração que toda a área que constitui o Cariri cearense não apresenta as mesmas condições geográficas. As áreas que mais se beneficiam e detém tais condições, como mostra a passagem acima, são as áreas mais próximas a Chapada do Araripe, grande responsável pelas condições climáticas e vegetais, ou seja, pela natureza predominante na Região do Cariri.

A Chapada do Araripe compreende os Estados do Ceará, Pernambuco e Piauí, no entanto, como já foi mencionado, o foco da pesquisa é centrado na porção cearense da Chapada, que apresenta aspectos bem peculiares, demonstrando uma acentuada diferença das partes que pertencem aos outros dois estados.

Formado por um solo bastante permeável, o sopé da Chapada é considerado um grande reservatório de água. Durante o período chuvoso, uma grande quantidade de água é acumulada no sopé, graças a presença de um solo esponjoso que ela dispõe. Esse acúmulo é

responsável pelas inúmeras fontes de água cristalinas que jorram da Chapada do Araripe, o que mantém a vegetação em boas condições por longa parte do ano e o que garante um clima bem ameno nas suas proximidades.

Na chegada a cidade de Crato, é impossível não se admirar, segundo os autores estudados[5], com esse extenso planalto que se estende de um lado a outro. Paisagem essa que foi descrita com muito encantamento e deleite por viajantes que aqui passaram e por pessoas da própria região. Na descrição feita por Irineu Pinheiro ele destaca que, "dos sertões do Ceará e Pernambuco, avista-se, distante de léguas, a serra do Araripe na sua imponente altitude, a separa-se do espaço por uma regular, extensa e nítida linha horizontal. Dá-se a impressão de uma paisagem em que, ao longe, se encontram céu e mar." (PINHEIRO, 2010, p. 9) Percebe-se assim, a forma como a paisagem é descrita, onde se expressam todos os sentimentos que sente-se ao se deparar com tamanha beleza.

É nessa perspectiva que se discute a ideia de paisagem natural, como ela é comumente vista. Entretanto, a definição de paisagem apresentada pelo geógrafo Milton Santos, nos mostra que uma paisagem natural é algo praticamente inexistente, se consideramos a mesma como algo sem intervenção humana. Segundo Milton Santos, "Tudo o que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. É formada não apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc." (SANTOS, 2012, p. 67-68.). É possível compreender que a paisagem não se trata apenas de um volume de cores, é tudo que conseguimos abarcar com a visão, mas também o que se percebe através dos outros sentidos, ou seja, ela é conjunto heterogêneo, e nos apresenta pedaços de vários tempos históricos, como é o caso das formações da Chapada do Araripe, na região do Cariri.

A Área de Proteção Ambiental (APA) na Chapada do Araripe foi criada pelo decreto federal de 04/08/1997. Ela abrange uma porção dos territórios do Ceará, Pernambuco e Piauí. A APA está localizada "entre 7º00 e 8º00 de latitude sul e 38º30 e 41º00 de longitude Oeste. Compreendo o topo, a encosta e parte do pediplano da Chapada. A APA abrange parte de 15 municípios cearenses, 12 pernambucanos e 11 piauienses." (CAMPOS, 2002, p.16)

Com relação a extensão territorial, a APA compreende uma área de 1.050.00 hectares, desta porção 47% são relativos ao Estado do Ceará, 36 à Pernambuco e 17% ao Estado do Piauí. A Bio região do Araripe tem uma significativa importância pela existência de inúmeros fósseis que remontam ao período Cretáceo (CAMPOS, 2002). Dessa época encontram-se

[5] José de Figueiredo Filho; Irineu Pinheiro; Padre Antônio Gomes, dentre outros.

inúmeros registros de fósseis nas rochas da Chapada, com restos vegetais e animais. Esses registros fossílicos remontam a época que a região era formada por lagos sob a influência marinha. Diante desse patrimônio geológico, é que se dá a criação do Geopark Araripe pela Universidade Regional do Cariri – URCA, em 2005, tendo sido reconhecido pela Unesco em Setembro de 2006.

Na Chapada do Araripe, temos ainda a FLONA (Floresta Nacional do Araripe), criada delo decreto lei 9.226 de 2-v-1946, abrangendo cerca de 38.262 hectares. Ela está localizada em uma região que predispõe a desertificação, sendo assim, sua tarefa é manter o "equilíbrio hidrológico, climático e edáfico do complexo sedimentar do Araripe" (CAMPOS, 2002, p.18). A FLONA protege as matas da Chapada, atuando na conservação da fauna. Protege ainda as fontes de água existente. A vegetação nessa área é bem diversificada, pode-se registrar quatro formações distintas, como mata úmida, cerrado, carrasco e transição mata úmida/cerrado - cerradão. Esses são os quatro tipos de vegetação que podem ser encontradas.

O CARIRI CEARENSE E O SERTÃO CIRCUNDANTE.

Os escritos que tratam sobre a região do Cariri Cearense além de descrevê-la, dedicaram-se a tentar de todas as formas, mostrar como ela se distingue das demais do Estado. Empenharam-se em retratar a região de tal forma, que fosse possível perceber uma disparidade gritante existente entre ela e as regiões circunvizinhas.

O principal elemento usado para conseguir tal objetivo, foi sem dúvida a natureza. O Cariri constitui um território múltiplo, envolvendo questões religiosas, culturais, políticas, ou seja, é um território marcado por vários aspectos e acontecimentos, que também são usados para enaltecê-la. No entanto, a natureza constitui um atrativo significante para a construção do Cariri como um lugar incomum, como um lugar que detém características bem peculiares e, por isso, é perceptível seu destaque frente às regiões que o circunda.

Os elementos naturais da região são frequentemente usados para caracterizá-la. Seja em relatos de viajantes, que se "encantaram" com a região, seja em discursos produzidos pelos intelectuais caririenses, ou até mesmo nos estudos recentes que tem a região como objeto de análise, sempre se faz referência a natureza e é recorrente as discussões sobre a construção imagética que se deu em torno da mesma. Descrever a região do Cariri, seja em qualquer âmbito, a natureza é um dos aspectos recorrentes para identificação desse lugar considerado incomum.

Conforme Maria Soares,

> A diversidade na composição paisagística da Chapada do Araripe em relação a paisagem "mais monótona" do entorno (depressão sertaneja) e o efeito visual da cobertura vegetal "vigorosa em verde", mais concentrada atualmente na Floresta Nacional do Araripe (FLONA) constitui fatores enaltecidos pelos que atravessam os caminhos do Cariri. As fontes de água em todas as estações do ano, a densidade demográfica elevada nos principais núcleos urbanos na Região do Cariri são também aspectos realçados e materiais publicitários, que informam sobre a diferenciação dessa área em relação as circunvizinhas (CUNHA, 2012, p. 16).

A diversidade paisagística, como Maria Soares chama atenção acima, é um objeto de análise nos trabalhos regionalistas e também não deixa de ser usado em anúncios publicitários que tratam da região, a fim de persuadir o leitor sobre a natureza "edênica e prodigiosa" que o Cariri Cearense detém. Sempre chamando atenção para a paisagem ao seu entorno, apontando diferenças contrastantes.

De um lado o Cariri fértil, abundante, prodigioso, de outro, um sertão ressequido, árido, sem vida. Foi assim que o discurso tratou de construir o Cariri Cearense e o seu entorno. Espaços interligados, mas com duas fisionomias totalmente diferentes. Diante das características apresentadas no sertão circundante, o Cariri não poderia assim ser considerado sertão segundo alguns autores.

Partindo das descrições feitas no tópico anterior, percebe um pouco das características que detém a região Caririense, no qual desde o processo de colonização, a paisagem e suas condições naturais constituíram um atrativo para a colonização e povoamento desse espaço. A partir dos aspectos apresentados, constata-se que o Cariri realmente apresenta condições geográficas bem favoráveis, é uma região com características bem próprias e que impressiona pelas feições que apresenta.

Um dos aspectos bem presentes nos discursos produzidos na região é o fato de o Cariri, diante das condições que dispõe, ser considero sertão. Nas análises feitas, é recorrente estabelecer uma comparação dessa região com as circunvizinhas, apontando, assim, características de cada uma demarcando suas diferenças. Há um grande esforço em construir uma região bela, prodigiosa, diferente e até mesmo incomum. Só em um lugar incomum pode-se imaginar tanta abundância em água numa região que geograficamente constitui os "sertões" do Ceará.

> Quem rompe os sertões distantes da Baía, Alagoas e Pernambuco, onde predominam as suas formações xerófilas, com sua vegetação de espinho, em galgando a chapada

> do Araripe, pela encosta setentrional, ao atingir o alto da serra sente logo a mudança da paizagem geográfica, e mais deslumbrado fica, ao avistar do lado cearense, a natureza ressurgida na exuberância da flora e no verde dos canaviais que pontilha a terra com o verde gaio da sua folhagem. A vista do viajante descansa, em contemplando a natureza vigente em todo o Vale do Cariri. É um oásis em meio as terras adustas dos sertões nordestinos (ALVES, *apud*, CORTEZ, 2008, p.31).

Demarca-se então, as disparidades existentes nos sertões nordestinos. Apontando também para a abundância em água existente nesse território. Há sempre o empenho de pontuar essas diferenças colocando o Cariri cearense em um lugar de destaque. Os intelectuais que escreveram sobre a região demarcam bem tais aspectos e afirmam que o caririense não gosta de ser considerado sertanejo, nem da ideia que reside no sertão, visto que os aspectos que a região detém não se assemelham em nada as características do sertão. Figueiredo Filho destaca que,

> A diferença entre a sua natureza e a da circunvizinhança é bem flagrante. Daí o filho do cariri, apesar de bem interiorano sentir que sua região é inteiramente fora do serão propriamente dito. Não fica satisfeito o caririense quando alguém o chama de sertanejo, e seu Cariri de ser. Não toma a palavra sertão no seu sentido mais amplo, na acepção de zona do interior, afastado da faixa litorânea (FIGUEIREDO FILHO, 2010, p. 05).

Leva-se em consideração o fato do termo "sertão" ser associado ou mesmo designar um lugar árido, seco, de terra rachada, que apresenta péssimas condições, e não pelo outro sentido do termo, que pode designar as áreas distantes do litoral, que geralmente recebem essa classificação.

A Chapada do Araripe em muitos discursos é caracterizada como a responsável por essa natureza deslumbrante da região, por isso vários discursos também se construíram em torno dela, de modo que muitas vezes ela aparece como a responsável pela paisagem e atrativos naturais da região, tendo assim grande importância para a mesma, no qual considera-se o Cariri um espaço privilegiado por ter a Chapada do Araripe. A Chapada aparece como a grande responsável pela existência do Cariri Cearense. Várias representações se criaram sobre a região do Cariri cearense e a Chapada do Araripe.

Como destaca a historiadora Ana Sara Cortez,

> [...] falar sobre esse Sertão é tratar um conceito que frequentemente escorrega das mãos; é apreender uma região de uma multiplicidade imensa, construída ao longo dos tempos como uma perfeição, mas que em alguns momentos mostra traços de contravenção. Continua sendo um sertão diferente, todavia, vagando entre o mito e a realidade (CORTEZ, 2008, p. 32).

O conceito denota assim, vários significados e a própria palavra vai contra o sentido, a imagem, o discurso que se produziu para a região. Apesar das ideias que se criaram não deixa de ser um espaço pertencendo ao sertão. E como destaca a historiadora Ana Sara Cortez, é um sertão diferente, que foi construído entre o mito e o real.

CONCLUSÃO

O Cariri Cearense constitui uma região de multiplicidades, sejam elas sociais, religiosas, culturais ou naturais. É uma região bastante rica e explorada em vários estudos e pesquisas. Os intelectuais como José de Figueiredo Filho, Irineu Pinheiro, Padre Antonio Gomes, e também os veículos de comunicação que aqui circularam, descreveram a região em busca de construir uma identidade própria para ela.

Era preciso ir muito além de meras descrições, os textos e narrativas demonstram a defesa intransigente da região. Dentre os vários aspectos abordados, a natureza favorável que ela detém caiu perfeitamente bem para a construção do Cariri como um lugar fértil, prodigioso, de muita abundância. A Chapada do Araripe aparece como a responsável por toda essa exuberância natural predominante na região, como eles afirmam. Devido o solo bastante esponjoso no seu sopé, muita água consegue ser retida, fazendo com que mesmo nos períodos mais secos, a natureza da região não fique totalmente ressequida. Por esses e outros motivos a Chapada do Araripe é muito idealizada na produção em geral da região.

As relações entre homem e natureza se modificam ao longo dos tempos, de forma que ambos influenciam um ao outro. Dessa maneira, o discurso produzido no século XIX, apresentando descontinuidades e permanências, é propagado até o século XX. No entanto, as relações estabelecidas entre o homem e esse meio natural muito se modificaram. Os usos e as formas de perceber essa riqueza natural da região se modificaram bastante. Nos dois períodos acima destacados, e diante do que foi apresentado ao longo deste artigo, é visível a tentativa de dar ao Cariri um lugar de destaque com relação as regiões circunvizinhas, de pontuar as diferenças entre ambas, apontando o Cariri Cearense, diante das condições que apresenta, como um lugar incomum.

Várias ideias são projetadas em torno da natureza, de modo que são elas e as relações que estabelecemos com o meio, que vão lhe conferindo diferentes atribuições. Conforme Raymond Williams, as ideias projetadas variam de acordo com os nossos objetivos, por isso

torna-se fundamental e importante analisar os interesses desses intelectuais ao "inventarem" uma região incomum, um "sertão diferente".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, Antonio Gomes de. **Povoamento do Cariri.** Crato: Faculdade de Filosofia do Crato. Coleção estudos e pesquisas, 1973.

BEZERRA, Cícera Patrícia Alcantara. **O renascer pujante: Escritas sobre o folclore carirense entre as décadas de cinqüenta e setenta do século XX**. In: XXVII Simpósio Nacional de História. Natal-RN, 2013.

CAMPOS, Nágila Maria Pereira. **Avaliação da Degradação Ambiental na Chapada do Araripe Provocada por Incêndios Florestais.** Dissertação (Especialização), Universidade Regional do Cariri – URCA, Crato, CE, 2002.

CORTEZ, Ana Sara Ribeiro Parente. **Cabras, caboclos, negros e mulatos**: a família escrava no cariri cearense. (1850-1884). 2008. 245 p. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal do Ceará – UFC.

CUNHA, Maria Soares da. **Pontos de (re) visão e explorações historiográficas de abordagem regional: exercício a partir do Cariri cearense (séculos XIX e XX).** 2012. 232 p. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal do Ceará – UFC.

DIAS, Carlos Rafael. **Histórias e Grafias da Colonização do Cariri Cearense**. Crato-CE, 2014.

FIGUEIREDO FILHO, José de. **História do cariri**. Vol. I (capítulos 1-5) Coedição secult/ Edições URCA. – Fortaleza: Edições UFC, 2010.

MENEZES, Edith Oliveira. **O Cariri Cearense**. In: BORZACCHIELLO, José; DANTAS, Eustógio W. Correia e CAVALCANTE, Tércia Correia (Org.) Ceará: um novo olhar geográfico. – 2. Ed. Atual – Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Silva. **Fenologia da Vegetação do Cerradão na Chapada do Araripe – Crato/CE.** Dissertação (Especialização), Universidade Regional do Cariri – URCA, Crato, CE, 2002.

PINHEIRO, Irineu. **O cariri**: seu descobrimento, povoamento, costume. Coedição secult/ Edições URCA. – Fortaleza: Edições UFC, 2010.

RAYMOND, Williams. **Ideias sobre a Natureza.** In: Cultura e Materialismo. São Paulo: UNESP, 2011, p. 89-114.

REIS JUNIOR, Darlan de Oliveira. **Natureza e Trabalho no Cariri cearense.** In: XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, 2011. p. 1-14.

SANTOS, Milton. Paisagem e Espaço. In: **Metamorfoses do Espaço Habitado** (Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia). São Paulo: Editora de Universidade de São Paulo, 2012, p. 67-81.

THOMAS, Keith. *Árvores e Flores.* In: **O Homem e o Mundo Natural**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 229-287.

UM CALDEIRÃO DE HISTÓRIAS: A COMUNIDADE DO BEATO JOSÉ LOURENÇO- CARIRI (1926-1937)

Lidiane Costa Santana. [1]
Ana Isabel Ribeiro Parente Cortez[2]

RESUMO
O caldeirão foi um movimento em que havia trabalhadores pobres vindos de diversas regiões do Nordeste do Brasil, que foi se desenvolvendo ao só pé da chapada do Araripe, na região do Cariri localizada ao Sul do Ceará. A comunidade se iniciou a partir do ano de 1926 sob a liderança do Beato José Lourenço, e teve fim em meados de 1937. Era uma comunidade denominada pela historiografia local como autossuficiente, que possuía um sistema de partilha entre os moradores com bases igualitárias. Essas pessoas eram trabalhadores do campo, vivendo praticamente do trabalho na agricultura. Dessa forma, o principal objetivo do presente artigo é buscar analisar como o Caldeirão, no auge do seu desenvolvimento enquanto, povoado, conseguia abrigar grande quantidade de pessoas com suas famílias. E conforme essa perspectiva, perceber a importância do Caldeirão como um espaço de refúgio, visto que, muitos procuravam o local como abrigo das secas do período. E, dessa maneira, poder observar seus espaços como locais utilizados para lutas e resistências, justamente referentes à questão da moradia, terra e de certa maneira lutas para a própria sobrevivência diante das dificuldades.
Palavras-chave: História; Terra; Trabalho.

INTRODUÇÃO

No ano de 1926 começou a se organizar na região sul do ceará, mais precisamente no Cariri, uma comunidade denominada Caldeirão, ela estava localizada nos arredores da Chapada do Araripe, na cidade do Crato. O Caldeirão era liderado pelo beato José Lourenço, paraibano que chegou á região do Cariri em 1890 e logo ganhou a simpatia do Padre Cícero que foi o padrinho desse povoado, mas também de outro denominado Sítio Baixa Dantas que se formou em 1891 e teve fim em 1926 porque o dono das terras vendeu-as. No mesmo ano, Padre Cícero conseguiu outras terras e o beato iniciou os trabalhos no Caldeirão, e ano após ano o povoado foi crescendo, pois recebia moradores de diversos lugares não só da região do Cariri, mas, também de outras áreas da região Nordeste do Brasil, de cidades como Alagoas e Rio Grande do Norte.

Ganhou esse nome, segundo é relatado na historiografia da região, porque o local tinha uma formação de um caldeirão onde se formava aos arredores alguns reservatórios de água, que eram frequentemente utilizados pelas pessoas que estavam chegando ao local.

[1] Graduanda pela Universidade Regional do Cariri, e-mail: lidy_loveyou@hotmail.com.
[2] Professora da Universidade Regional do Cariri, e-mail: belparente@gmail.com.

Era um lugar que possuía terras aparentemente propícias para o plantio e, então, o beato começou a fazer todo o processo de organização construindo casas, reservatórios de água, armazéns e outras estruturas para o trabalho. Assim, ele passou a instituir algumas regras entre seus moradores onde tudo que fosse produzido lá era de todos e que qualquer um que chegasse encontraria apoio. Essa nova forma de comunidade que era constituída em bases igualitárias passou a ser alvo de coronéis e grandes fazendeiros insatisfeitos, porque muitos trabalhadores passaram a viver nesse local deixando assim um pouco escassa a mão de obra barata da região. Também foi alvo da igreja, pois perseguia a forma de apoio do povoado que é de uma religiosidade popular, então em meio a todos os discursos que foram difundidos pela igreja, políticos e coronéis foi que, em 1936, o povoado foi atacado por forças policiais e destruído. A partir, então, da breve introdução pretende-se pensar um pouco da construção dessa comunidade.

OS CAMINHOS QUE NOS LEVAM AO CALDEIRÃO

Estudar uma região significa penetrar num mar de relações, formas, funções, organizações, estruturas etc., com seus mais distintos níveis de interação e contradição. (SANTOS, 2012:53). Então, é interessante perceber as configurações da região no caso o Nordeste, antes mesmo de trabalhar suas histórias.

Um ponto importante para se pensar essa região é a questão da estética, geralmente, quando se fala em Nordeste, as pessoas recordam ou mesmo as descrevem como paisagens degradadas, sem muitas características positivas. É descrito quase sempre como um local seco, de chão rachado e sem árvores verdosas, ou seja, uma paisagem que às vezes não é aos olhos de quem imagina um local possível de ser habitado. Fazendo-se por conta própria uma leitura do que se imagina ou idealiza ser.

Existem sim alguns lugares em que a paisagem não é verde, a exemplo, a Caatinga que é um sistema ambiental característico da região Nordeste do Brasil. O clima é semiárido e o solo possui diversos tipos de rochas, as secas são geralmente prolongadas, assim as plantas são adaptadas ao clima de pouca água. Mesmo com as dificuldades, naturais, a principal atividade econômica ainda é a agricultura. A questão é identificar que apesar da região ser considerada como um todo, não pode ser totalmente denominado como um espaço homogêneo, pois dentro da sua delimitação espacial existem as diferenças em suas formas não só físicas, mas culturais e naturais.

> "... as regiões aparecem como as diferentes versões da mundialização. Esta não garante a homogeneidade, mas ao contrário, instiga diferenças, reforça-as e até mesmo depende delas. Quanto mais os lugares se mundializam, mais se tornam singulares e específicos, isto é, únicos." (SANTOS, 2012, p.53).

Dessa maneira, a paisagem também muda de acordo com os olhos de quem a ver, ou de apenas aquele que só escreve ou lê sobre determinada região. Existe todo um contexto de um espaço total denominado de Nordeste, mas que em seus mais fragmentados lugares, que possuem suas próprias características e formas de organização.

A partir então do esboço de um contexto mais geral da região a ser trabalhada, pode-se perceber que desde o século XVIII começam as transformações principalmente no campo e que tais mudanças vão se estendendo até final do século XIX e inicio do século XX. Uma das mudanças ocorridas que vai contribuir para uma série de imigrações dessas pessoas para outros locais foi promulgação da Lei de terras[3]. Esta lei é de 1850, a partir dela é necessário que o trabalhador tenha a posse legal das terras para que possa exercer os trabalhos sobre elas, ou então, seja empregado do dono das mesmas. Ela acaba com a possibilidade de se tomar posse das terras, a partir desse momento, somente, se adquire terras através da compra. Sobre essa lei Guillermo Palacios nos afirma que:

> é óbvio que se tratava de um mecanismo que, pelo menos, concorria para dificultar e obstaculizar as formas livres de acesso a terra, institucionalizando modernamente os vínculos entre os cultivadores pobres livres, ocupantes, posseiros, invasores e os proprietários formais das terras (PALACIOS, 2009:171).

A partir da citação percebemos que a situação das pessoas que não possuíam legalmente terras não era tão simples e cômoda. Todas essas situações vão mexendo um pouco com a região, ela vai ganhando novos aspectos, que vão sendo introduzidos na vida desses indivíduos.

Esse também pode ser considerado como um fator muito importante para se analisar a partir de então, como diversas famílias vão saindo dos seus lugares de origem em busca de lugares mais seguros e favoráveis para morar e trabalhar. Mostra-se que nem sempre o fator principal da saída das pessoas, geralmente pobres, dessas regiões mais secas, não era somente

[3] A lei de terras é sancionada em Setembro de 1850 e regulamentada nessa mesma década" (PALACIOS, 2009, p.171). Ela surge para impossibilitar a posse das terras, que a partir desse momento somente será possível através da compra.

a seca, mas também fatores significativos, como a situação da própria terra para morar e trabalhar.

Como forma de reação a situação enfrentada, algumas pessoas começaram a migrar para outras localidades. Não se pode deixar esquecer que principalmente durante a grande seca de 1877 no Ceará, foi muito grande o número de pessoas que migraram para diversos lugares da região Nordeste, mas também para regiões como o Amazonas para trabalhar na extração da borracha. Assim, como devido ao grande número de flagelados da seca que já se prolongava, começaram a mandá-los para algumas obras do governo de forma que fosse possível amenizar um pouco a quantidade de pessoas que já estava chegando até a capital Fortaleza. Mas voltando à questão das terras, elas também são importantes para delinear esse contexto do Nordeste.

Ainda tratando da dimensão do Nordeste, como já se, mencionou, é uma região diversa com várias características. É dentro dessa dimensão mais geral que ainda se pode analisar um fragmento ainda pertencente a ele, que é o "sertão cearense", que seria mais precisamente a região interiorana. Ela está localizada, mais precisamente ao Sul do Ceará, a região do Cariri, é onde estava localizada a comunidade.

> No que se convencionou chamar de sertão cearense, um espaço peculiar se formou no decorrer da temporalidade: a região do Cariri. Descrita por viajantes, políticos, escritores e poetas, no século XIX era apresentada como um oásis em pleno sertão, cercada pela aridez de seu entorno (REIS JUNIOR, 2011:01).

A região é sempre descrita na historiografia local como um lugar privilegiado, quando colocado em posições com outros locais. É região que possui muitas características importantes relacionadas à questão da cultura, mas guarda também muito mais características das paisagens naturais presentes no seu entorno. Mostrando assim que as regiões possuem características e atrativos diversos, tanto em relação às formações naturais como no seu desenvolvimento histórico.

Na historiografia da região, o Cariri tem sempre muito destaque pela sua localização. Assim, como já foi dito, é a partir de algumas das interpretações desses discursos sobre a região, que as pessoas passam a imaginar e, dessa maneira, construir suas reflexões acerca do lugar proposto no caso o Cariri e seus arredores.

Segundo o historiador Darlan Reis Junior,

> Na verdade, a região não é toda banhada pelas águas, nem tem todos os solos férteis. A área com essa configuração é a da Chapada do Araripe, principalmente a da região do Crato, vila até a metade do século XIX, tornando-se cidade no ano de 1853. A Chapada proporcionava solos férteis e um manancial de águas que, se não ficaram totalmente imunes ao problema da seca, constituíram-se em reserva importante do *continuum agrário* cearense (REIS JUNIOR, 2011:02).

Como a própria citação mostra a região do Cariri, assim como outras regiões, também tem suas diferenças. Dessa maneira, tal discurso de um lugar com fontes totalmente banhada por águas não é aplicado para todas as localidades da região. A Chapada do Araripe que, compreende o território dos Estados do Ceará, Piauí e Pernambuco, é que possui tais características. O Crato é uma cidade do Ceará, mas precisamente situada na região do Cariri, e por estar próxima a Chapada, é então contemplada com alguns desses aspectos da região. São diversas as fontes de água que banham as regiões mais próximas da chapada, é um lugar que possui ainda como atividade presente a agricultura.

É nesse espaço que se formará a comunidade Caldeirão, em um sítio próximo a cidade do Crato, não era um lugar totalmente propício para o cultivo e nem mesmo pronto para a moradia, que apesar de estar próximo à chapada do Araripe que possui algumas nascentes nos seus arredores, tinha suas dificuldades em relação a sua formação natural. Mas, que com os trabalhos do Beato José Lourenço e dos trabalhadores a comunidade, foi ganhando mais destaque. Sobre as condições naturais do espaço Caldeirão,

> O Caldeirão é um lugar de topografia acidentada e muito pedregoso, cortado por vários grotões, mas todo de terrenos bons para a plantação de algodão. Estabelecido o beato com seus seguidores, construíram as primeiras e pequenas casas de taipa, como a terra era seca, iniciaram também a construção de pequenas barragens para nos grotões e socavões dos morros, garantindo água para as épocas de secas (ITAYTERA, nº 26, 1982).

A formação do espaço mostra que a terra não era muito propicia para plantios, mas a localização certamente próxima a uma região que naturalmente é irrigada com suas próprias fontes de água ajudou um pouco juntamente com o trabalho a tornar as terras mais férteis e cultiváveis.

É a partir dos trabalhos do beato juntamente com os trabalhadores, agricultores que vão chegando todos os anos, e esse espaço até agora totalmente natural vai ganhando formais mais artificiais. Um autor que trabalha com o conceito de espaço é Milton Santos, ajudando a entender que,

> O espaço seria um conjunto de objetos e de relações que se realizam sobre estes objetos; não entre eles especificamente, mas para as quais eles servem de intermediários. Os objetos ajudam a concretizar uma série de relações. O espaço é resultado dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos naturais e artificiais (SANTOS, 2012:78).

Assim, percebe-se que o espaço é passível de mudanças feitas através das relações sociais formadas e também através de diversos objetos presentes no local. E que esse processo de transformações pode ocorrer durante certo período a curto ou longo prazo através do homem em constante movimento. A paisagem também é um elemento a se considerar, está dentro do espaço e ela pode ser alterada mediante a ação do homem. Segundo Milton Santos, "A paisagem é um conjunto heterogêneo de formas naturais e artificiais" (SANTOS, 2012:71).

Trazendo todas essas discussões, são perceptíveis as transformações que vão ocorrendo no espaço e na paisagem quando o povo começa a se organizar dentro da comunidade. A revista Itaytera mostra no artigo de Rosemberg Cariry um pouco dessas mudanças:

> Estabelecido o beato com os seus seguidores, construíram as primeiras e pequenas casas de taipa e, como a terra era seca, iniciaram também a construção de pequenas barragens nos grotões e socavões dos morros, garantindo assim razoável abastecimento de água para as épocas das secas (ITAYTERA, nº 26, 1982).

Assim, a comunidade passa a crescer de todas as maneiras, foram chegando diversas pessoas que ajudavam na construção da comunidade, e ia delineando assim como era a vida na comunidade e as atividades que eram realizadas lá, como trabalhavam e o que produziam. Francisco Regis Lopes Ramos é um autor que escreve sobre o Caldeirão, e no seu estudo faz uma descrição de quem chega comunidade.

> Nos primeiros anos, o Caldeirão era, grosso modo, uma comunidade somente agrícola. Com o passar do tempo, os trabalhadores vão se diversificando. Em virtude da crescente chegada de sertanejos atraídos pelo modo de vida praticado ali, a comunidade vai ganhando novas atividades produtivas. Entre os sertanejos agricultores chegam pedreiros, carpinteiros, ferreiros, pessoas entendidas na fabricação de objetos de flandre (copos, panelas, baldes etc.) (RAMOS, 1991:63).

Levando em consideração que tudo que era utilizado provinha das terras onde plantavam e dos produtos que eles próprios passaram a confeccionar dentro da comunidade de acordo com as necessidades que vão surgindo tanto de moradia quanto de objetos para uso das pessoas no dia a dia, "O Caldeirão apresentava uma maneira de organização socioeconômica

bem diferente dos latifúndios. Na comunidade, a produção era dividida, todos recebiam o que fosse necessário" (RAMOS, 1991:65). Percebe-se como são tão importantes todas essas transformações nesse espaço de forma que proporciona uma maior aproximação na convivência dessas pessoas em grupo, mostrando que são suas ações junto com a natureza que possibilitam tais processos.

As modificações desse espaço são importantes para o melhoramento das condições de sobrevivência, quando são construídos principalmente reservatórios de água que serão utilizados bastante tendo em vista que na região não se tem tantos ciclos de chuvas durante o ano. Mas as poucas que tem e com o auxilio de tais reservatórios conseguem amenizar a necessidade do povoado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caldeirão é, portanto, um espaço que nasce dentro de um contexto mais interiorano, mas que também vai se delineando a partir de aspectos mais gerais. O artigo então tenta mostrar como o Caldeirão de alguma forma recebeu influências de todo o Nordeste, começando de uma estruturação das características da região mais naturais. Dessa forma, se analisa que tais características foram fatores que de alguma maneira deram estrutura para que trabalhadores migrassem para comunidade, assim como as questões relacionadas às terras.

Todos esses processos são necessários para se entender um contexto mais regional onde estará localizada a comunidade, o Cariri. Podendo assim, entender melhor sua construção, a partir dos trabalhadores que ali chegavam e como eles ajudavam para a formação do movimento. A partir das características do povoado pode-se perceber que essas pessoas buscavam então aquele lugar como um refúgio das situações adversas. Algumas dessas situações eram os problemas com a falta de terras próprias para morarem e trabalharem, assim como também as secas. Secas que não eram fatores determinantes para migrações, mas que acabavam favorecendo uma degradação maior na vida dessas pessoas.

FONTES

REVISTA ITAYTERA (1981, nº25 e 1982, nº26).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CORDEIRO, Domingos Sávio de Almeida. **Um beato líder**: narrativas memoráveis do caldeirão. Fortaleza: imprensa universitária/Universidade Federal do Ceará, 2004.

PALACIOS, Guillermo**. Campesinato e escravidão**: uma proposta de periodização para a história dos cultivadores pobres livres no Nordeste Oriental do Brasil: 1700-1875. In: WECH, Andrew Clifford; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (orgs**). Camponeses brasileiros**: leituras e interpretações clássicas. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de estudos agrários e desenvolvimento rural, 2009.

RAMOS, Francisco Régis Lopes**. Caldeirão**: um estudo histórico sobre o beato José Lourenço e suas comunidades. Fortaleza: EDUECE, 1991.

REIS JUNIOR, Darlan. **Natureza e trabalho no Cariri Cearense**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História- ANPUH. São Paulo, Julho 2011.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

AS DIMENSÕES DA FESTA DOS KARETAS DE JARDIM-CE

Suellen da Silva Ferreira[1]
Océlio Teixeira de Souza[2]

RESUMO
Uma festa é mais que uma simples comemoração, ela representa a expressão de um povo, de uma sociedade. É um momento em que as pessoas se reúnem por um único objetivo, elas deixam de lado diferenças, para se empenharem na realização de um festejo em que, muitas vezes, já era realizado por seus familiares e por sua comunidade, há muito tempo. Além de ser um momento de divertimento, de extravasar as emoções, de extrapolar as regras, é também um momento de afirmação e reafirmação de valores, de costumes, de tradições. Pretendo neste trabalho analisar alguns aspectos que envolvem a Festa dos Karetas de Jardim- CE. Ela teve origem no século XIX, e ocorria inicialmente na zona rural. Realizada pelos agricultores, que se caracterizavam de forma peculiar e usavam máscaras feitas de materiais simples, e, além disso, confeccionavam um boneco que era malhado ao final do festejo. Com um tempo ela começou a ser também realizada na zona urbana da cidade. Dessa forma, busco compreendê- la como sendo um espaço repleto de aspectos diversificados. Faço, então, uma exposição de como acontece a Festa dos Karetas, por meio da apresentação do histórico dela articulado com a história da cidade que a realiza, Jardim – CE.
Palavras-chave: Festa; Karetas; Características.

INTRODUÇÃO

A seguinte pesquisa começou a ser desenvolvida por meio de leituras que tratavam de temas como cultura popular, festas e tradições, que foram temáticas que marcaram intensamente o decorrer na minha graduação. Por isso, me instigaram a aprofundar ainda mais os estudos sobre elas, além de que é um campo que vem sendo problematizado recentemente. Tudo isso me possibilitou a querer compreender melhor todas as dimensões que abarcam uma determinada festividade.

Então, para melhor falar deste festejo é interessante apresentar um pouco da história da própria cidade. A cidade de Jardim está localizada na região do Cariri, sul do estado do Ceará, distante a 542 km da capital, Fortaleza.

Jardim é uma cidade marcada por diversos acontecimentos históricos e políticos. A própria origem da cidade é dotada de controvérsias, pois não se sabe ao certo como ocorreram as primeiras povoações. São várias hipóteses que tentam explicar este momento. Elas apresentam desde quando as terras eram habitadas primitivamente até a hipótese que é a mais

[1] Graduanda da Universidade Regional do Cariri- URCA. E-mail: suellensilvaferreira@outlook.com
[2] Professor Adjunto da Universidade Regional do Cariri- URCA. E-mail: otssouza@hotmail.com

aceita entre os estudiosos, que diz que o primeiro povoador de Jardim foi padre João Bandeira, assim afirma João Brígido:

> O primeiro imigrado, que veio acolher-se ao Jardim, perseguido da calamidade de 1792, foi o padre João Bandeira, homem inquieto e empreendedor, que fazia profissão de longas e perigosas viagens pelos sertões do Piauhy e outros, muito afeito às lutas contra a natureza e contra os homens quase bárbaros dessa parte do Brazil, e com reputação de valente, que o fazia respeitado por toda parte. (Brígido, 2007, p. 56-57)

Então, aquele que primeiro impulsionou o desenvolvimento da região teria sido o padre João Bandeira, que desde sua chegada começou a realizar o plantio de cereais e, logo em seguida, construiu uma primeira casa. Segundo João Brígido:

> A presença de um sacerdote attrahiu para alli muitas outras pessoas, que construíra uma capela em frente à casa do padre Bandeira, no mesmo sítio, em que se elevou depois o templo inacabado, que serve de matriz. Em torno edificaram mais algumas casinhas, para residirem junto ao capelão; e eis a origem da povoação, hoje villa Jardim.(Brígido, 2007, p. 57).

Outro fato interessante ocorrido, também relatado por João Brígido (2007, p 58), foi quanto à emancipação de Jardim, que pretendia se tornar uma vila, e para isso deveria romper com a subordinação política do Crato. Esta situação levou a uma intensa rivalidade entre José Pereira Filgueiras e o sargento- mor José Alexandre Corrêa Arnaud, os dois intentavam exercer o cargo de capitão-mor da localidade.

E em 30 de agosto de 1814, Jardim se torna uma vila, que foi instalada dois anos depois, em 1816, mediante o Alvará concedido pelo príncipe regente D. João VI. A vila então se desmembra do Crato e passa a se chamar Vila de Santo Antônio de Jardim.

Em 1817, a vila de Jardim participa da revolução pernambucana. Leonel de Alencar, irmão de Bárbara de Alencar, aclamou em Jardim a República, considerando que neste momento o resto do país ainda vivia em regime monárquico. No entanto foi um movimento de pouca expressividade se comparado ao que ocorreu no Crato: "Ali o movimento foi bastante restrito e não teve nem de longe os arroubos que se fizeram perceber no momento da revolução na vila de Crato." (Santana, 2001, p. 37).

Outro acontecimento trágico ocorre na cidade em 1824, mesma época da confederação do Equador, que foi a morte do padre Estevão José da Porciúncula, dentro da igreja durante a celebração da missa, além disso, seus restos mortais são esquartejados e expostos em via pública, pois acreditava que este padre fosse republicano e abolicionista.

Jardim também se envolveu numa outra rebelião liderada por Pinto Madeira. Pinto Madeira era um militar e monarquista convicto e que após a abdicação de D. Pedro I promove uma rebelião entre as vilas do Crato e de Jardim, que se estendeu entre os anos 1831 e 1932, ele tinha como aliado o padre Manuel de Sousa. A revolta ficou conhecida como a batalha dos cacetes bentos, pois o dito padre benzia os cacetes dos sertanejos que compunha o exercito deles, porque era a sua principal arma, mediante isso o padre ficou conhecido como "Padre benze cacetes".

A história de Jardim é, portanto, marcada intensamente por movimentos políticos relevantes para a estruturação social jardinense. Mas não é somente nestes aspectos que a cidade se destaca. Ela também é constituída de diversos movimentos culturais, que se expressam mediante várias formas, seja através da religiosidade ou mesmos das festas promovidas pelo município ao longo de toda a sua história, como a Festa do Bom Jesus, a Festa de Santo Antonio, padroeiro da cidade, e a Festa do Karetas.

A Festa dos Karetas de Jardim é uma comemoração bastante tradicional da cidade. Ela é bem antiga, data por volta do final do século XIX. Inicialmente eram realizadas nas zonas rurais do município sempre na época do fim da colheita. Luis Lemos, organizador da Festa dos Karetas de Jardim, fala sobre a festa:

> Como parte de um ritual, os agricultores confeccionavam um boneco de cabaça, madeira e melão, tal qual um espantalho a quem chamavam de "Pai Véi" ou "Vosso Pai" que montado na sela de um animal e cortejado por um grupo de mascarados, com chocalhos atados a cintura e chicote nas mãos, percorriam pelos sítios e vilarejos pedindo donativos para o já conhecido "pai véi", seguindo o ritual, penduravam o boneco numa árvore e ao seu redor formavam um improvisado sítio ornamentado de vários tipos de fruteiras e legumes representando a fartura daquele bom inverno.

Mediante a fala de Luís Lemos, podemos perceber que a Festa dos Karetas de Jardim, era inicialmente uma festa rural. Mary Dela Priori, fala sobre esta característica da festa:

> Uma origem rural europeia comum embalou as festas coloniais. A periodicidade da produção agrícola induziu o homem em determinada épocas de semeadura e colheita a congregar a comunidade para celebrar, agradecer ou pedir proteção. A repetição dos ciclos agrícolas, identificados com a reunião de grupos sociais, acabou por dar a festa uma função comemorativa. (Priori, 1924, p. 13)

Mas, por volta dos anos de 1980, a festa começou a ser realizada na zona urbana da cidade, no entanto, passando por diversas modificações tanto na estrutura quanto na organização. O interessante é que mesmo com a realização dela na zona urbana, muitas comunidades rurais continuaram com a tradição, como no sítio Laginhas, sítio Boa Vista, e

outros. Mas, até então, não havia ainda uma organização oficial dela. Isso só irá ocorrer somente nos anos 90, com o surgimento da Associação Cultural dos Karetas de Jardim.

Percebendo este momento da criação da Associação como significante para a realização da festa, a devida pesquisa aborda os anos de 1990 até 2010.

As festas são objetos de estudo que são analisados dentro do campo da História Cultural. A História Cultural é definida pelo historiador José D'Assunção Barros como sendo o "... estudo da dimensão cultural de uma determinada sociedade historicamente localizada." (Barros, 2008, p. 56). Ela é uma linha historiográfica nova, que vem sendo problematizada recentemente pelos historiadores, que data por volta do final do século XX. No entanto, ela possui uma vasta gama de possibilidades de estudo, como a cultura popular, que é a que mais se aproxima da conceituação de festa: ela é uma manifestação cultural-popular.

Portanto, como pretendo analisar as representações da Festa do Karetas de Jardim – CE busco interpretá-las tendo como base teórica os conceitos de práticas e representações elaborados pelo historiador francês Roger Chartier, importante estudioso desse novo campo historiográfico que é a História Cultural. Segundo ele:

> ...este horizonte teórico, a Cultura (ou as diversas formações culturais) poderia ser examinada no âmbito produzido pela relação interativa entre estes dois pólos. Tanto os objetos culturais seriam produzidos "entre práticas e representações", como os sujeitos produtores e receptores de cultura circulariam entre estes dois pólos, que de certo modo corresponderiam respectivamente aos 'modos de fazer' e aos 'modos de ver'. (Chartier *apud* Barros, 2008, p. 76).

Diante das ideias apresentadas por este historiador, compreendo a cultura como sendo a maneira pela qual os seres humanos expressam as suas diversas formas de manifestações dos seus sentimentos, suas atitudes, ações, comportamento, seus modos de viver, pensar, imaginar, sonhar, agir, ou seja, todas as dimensões que abarcam o cotidiano da vida das pessoas.

A festa é, portanto, uma manifestação cultural, momento em que as pessoas se reúnem e extravasam seus sentimentos de alegria e felicidade. As pessoas deixam um pouco suas vidas rotineiras de lado e vão se divertir, beber, dançar, comer, namorar. A festa é também um espaço de sociabilidade. Como bem afirma o historiador Océlio Teixeira de Souza: "As festas fazem parte dessas ocasiões extraordinárias da vida. Constituem-se em momentos especiais, nos quais o tempo, o espaço e as relações sociais são recriadas e resgatadas." (Souza, 2000, p. 7).

Para dar embasamento a pesquisa realizada utilizo um tipo de fonte que vem sendo muito empregada nos últimos anos, que são as fontes orais. Para reforçar esta conceituação da história oral cito a historiadora Verena Alberti:

> A história oral é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador de fita. Ela consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participam de, ou testemunharam, acontecimentos e conjunturas do passado e do presente. Tais entrevistas são produzidas no contexto de projetos de pesquisa, que determinam quantas e quais pessoas entrevistar, o que e como perguntar, bem como que destino será dado ao material produzido. (Alberti, 2001, p. 155).

As fontes orais são abordadas com maior complexidade na realização do trabalho, no entanto, faço o cruzamento com outros tipos de fontes, como as impressas e as fotográficas, considerando que, há uma vasta quantidade de fotografias e jornais no museu da cidade.

Dessa forma, compreendo a Festa dos Karetas de Jardim como sendo esse espaço repleto de aspectos diversificados, dispostos a serem interpretados por este viés da História Cultural. Proponho-me a apresentar o que é, no sentido estreito do termo, uma festa dos Karetas e como ela acontece. Faço toda uma contextualização de todo o histórico da festa articulando com a história da cidade que a realiza, Jardim - CE. Ainda neste momento, busco analisar as várias dimensões que ela abarca, fazendo uma descrição problematizada dessa festa.

1. HISTÓRIA DE JARDIM: O LUGAR DA FESTA DOS KARETAS

A história de Jardim é repleta de fatos e acontecimentos que marcaram intensamente todo o seu desenvolvimento econômico, político, natural, social e cultural, que se refletem até os dias atuais. A região do cariri, onde se localiza a cidade, se diferencia das outras localidades do estado, por conta da natureza exuberante, do clima ameno e da grande quantidade de fontes de água, este fator vai ser preponderante no desenvolvimento da região.

A respeito do inicio da colonização, a historiadora Cláudia Leitão afirma:

> Possivelmente o colonizador visitou pela primeira vez seu território ainda no final do século XVII; neste período a região era habitada pelos índios Xocós. Desde 1760 sabe-se da existência de registros de venda de terras na região: José Pinto Ramalho teria comprado terras da família dos Lobatos. Em 21 de agosto de 1782, chega a um de seus vales o sertanista padre João Bandeira, vindo de Pernambuco, que teria exclamado entusiasmado com a paisagem: "É um jardim!" (expressão legendária

> responsável pelo nome futuro do município). Após ter descido o belo vale de águas perenes, construiu uma pequena capela de taipa a Nosso Senhor dos Aflitos, assim como as primeiras casas do vilarejo, conhecido como Povoado da Barra do Jardim. (Leitão, 1997, p. 193-194).

A chegada do padre João Bandeira, na localidade como sendo o primeiro a colonizar a região é hipótese mais aceita entre os estudiosos. Quando ele chega à localidade, começa a desenvolver práticas agrícolas e constrói a primeira casa, segundo o que afirma a estudiosa Delídia Romão Pinto (2002, p. 18): "Atraído pele paisagem e pelo clima ameno, o sertanista resolveu descansar da longa viagem. Descansar seria uma forma de dizer. Na verdade, o padre sem mais delongas iniciou a construção de uma casa de taipa para moradia.".

Com a construção da capela, novas casas foram sendo construídas:

> A presença de um sacerdote attrahiu para alli muitas outras pessoas, que construíra uma capela em frente à casa do padre Bandeira, no mesmo sítio, em que se elevou depois o templo inacabado, que serve de matriz. Em torno edificaram mais algumas casinhas, para residirem junto ao capelão; e eis a origem da povoação, hoje villa Jardim.(Brígido, 2007, p. 57).

Portanto, a presença do padre na localidade foi fundamental para o desenvolvimento do povoado da futura vila do Jardim.

E então, a região foi se desenvolvendo gradativamente, e em 30 de agosto de 1814, que Jardim se torna uma vila, que foi instalada dois anos depois em 1816, mediante o Alvará concedido pelo príncipe regente D. João VI. A vila então se desmembra do Crato e passa a se chamar Vila de Santo Antônio de Jardim. Essa emancipação se deu através da intensa rivalidade entre João Pereira Figueiras, futuro capitão-mor do Crato e o sargento-mor José Alexandre Corrêa Arnaud, este último teria conseguido com o príncipe regente a criação do município com a sua nomeação de capitão-mor da dita vila, no entanto, ele falece em sua viagem de volta ao Rio de Janeiro, não chegando a tomar posse.

Esta forte rivalidade entre os dois é apresentada pela historiadora Nélcia Turbano de Santana: "as disputas entre as vilas de Crato e Jardim nasceram de uma rivalidade pessoal entre parentes, que se estendeu as suas famílias e posteriormente as populações das referidas vilas."(Brígido *apud* Santana, 2001, p. 27).

A vila de Jardim também participou de movimentos políticos de destaque. Um dos mais importantes foi a revolução pernambucana em 1817, que foi uma movimento expansionista, causado pela insatisfação dos pernambucanos com relação à nova configuração

do governo, que não os privilegiavam mais. A historiadora Cláudia Leitão fala sobre este momento:

> Em 1817 a vila de Jardim partilha do movimento republicano de origem pernambucana. Leonel de Alencar, irmão da heroína Bárbara de Alencar do Crato, aclama ali efemeramente a República, enquanto o país ainda vivia ainda sob o poder imperial, e será perseguido por crime político. (Leitão, 1997, p. 194).

Cláudia Leitão (1997, p.194) também relata outro fato ocorrido que causa grande repercussão na vila neste mesmo ano, um crime que choca toda a vila jardinense. Enquanto celebrava uma missa, o padre Estevão José da Porciúncula é morto e tem seus restos mortais expostos em via pública, pois se acreditava que ele era republicano e abolicionista.

> Outra revolta que foi também de forte repercussão na região foi a então conhecida como "Revolução do Pinto o Alferes Pinto Madeira sairá de Jardim com 3000 jagunços munidos de cacetes com o objetivo de proteger a Monarquia da República. Antes da partida, o padre Antonio Manuel de Sousa realizou missa e benzeu, um a um, cada cacete dos monarquistas, passando para a história do município como o "padre benze-cacetes"! (Leitão, 1997, p. 195).

Os relatos apresentados sobre como se desenvolveu a história de Jardim, serviram para mostrar a conjuntura da sociedade jardinense. Cláudia Leitão compreende a História de Jardim desta forma:

> A história de Jardim é a história de suas famílias, de seus líderes políticos, de seus "coronéis", de suas revoltas, de suas relações comunitárias "passionais". A vila de Santo Antônio do Jardim é cenário, desde suas origens, de movimentos políticos (particularmente os 1817 1843e 1932), onde a "lei dos bacamartes" sempre desafiou o Direito, onde a violência entre as correntes políticas que sempre dividiu a cidade (muitas vezes, as próprias famílias) também não deixou de reuni-la. Jardim é uma típica cidade sertaneja: de um lado, ela exprime o eterno combate político entre as oligarquias locais, ou seja, a velha rivalidade entre os líderes políticos que se alternam no comando do município, de outro, observamos a presença de um rido manancial imaginal, que se exprime no cotidiano de seus habitantes. (Leitão, 1997, p. 196-197).

Apesar da predominância dos acontecimentos políticos, visto pelo viés da elite, os populares também realizam seus movimentos, geralmente religiosos, ou seja, mas de caráter comemorativo. E a Festa dos Karetas de Jardim, pode ser entendida como uma dessas manifestações, criadas ou recriados pelos populares ou agricultores das zonas rurais do município.

1.2 A FESTA DOS KARETAS DE JARDIM: SUAS VÁRIAS FACETAS

As festas foram incorporadas como objetos de estudos há pouco tempo atrás, e isso só veio a acontecer mediante a renovação temática pela qual passou a disciplina histórica, promovida com a atuação da Escola dos Annales. Sobre este momento, afirma José Carlos Reis:

> Portanto, a grande renovação teórica propiciada pela reconstrução do tempo histórico pelos Annales foi a história-problema. Ela veio se opor ao caráter narrativo da história tradicional. Ela veio reconhecer a impossibilidade de se "narrar os fatos tal como se passaram". Reconhece-se que não há história sem teoria. A pesquisa histórica é a verificação de respostas-hipótese possíveis a problemas postos no início. Nela, o historiador sabe que escolhe seus objetos no passado e os interroga a partir do presente. (Reis, 2000, p. 25).

Além de uma renovação temática, houve também ampliação das fontes que poderiam ser analisadas pelos pesquisadores: "Os Annales foram engenhosos para inventar, reinventar ou reciclar fontes históricas. Eles usavam escritos de todos os tipos; psicológicos, orais, estatísticos, plásticos, musicais, literários, poéticos, religiosos." (Reis, 2000, p. 23). Com esse alargamento das fontes, os historiadores puderam também ampliar seus campos de estudo. Muitos foram os objetos estudados por eles, a pesquisadora Tânia Regina de Luca fala sobre este momento:

> A face mais evidente do processo de alargamento do campo de preocupação dos historiadores foi a renovação temática, imediatamente perceptível pelo título das pesquisas, que incluíam o inconsciente, o mito, as mentalidades, as práticas culinárias, o corpo, as festas, os filmes, os jovens e as crianças, as mulheres, aspectos do cotidiano, enfim uma miríade de questões antes ausentes do território da História. (Luca, 2011, p. 113).

Com a abrangência dos elementos analisados, percebe-se que essas abordagens se tornam mais humanas, mais voltadas para os aspectos mais comuns da vida dos sujeitos. Aspectos que antes não eram percebidos pelos estudiosos como significantes e que merecessem um estudo mais aprofundado.

Diante disso, seguindo os passos desses historiadores, também pretendo estudar um objeto que faz parte desse grande leque de novos componentes abordados pela historiografia renovada: uma festa.

Mas, o que é uma festa? Parece simples responder uma questão deste tipo, no entanto, 'festa' é um conceito dotado de significações complexas, que ultrapassam o limite do senso

comum. Para dar um embasamento mais aprofundado sobre a temática, faço jus às palavras da historiadora Marina de Mello e Souza, ela afirma, então, que:

> As festas são caracterizadas pela regularidade temporal com que acontecem, pelo sentido de renovação que trazem, pela exaltação que provocam, sendo ocasião de excessos e esbanjamentos, onde a dança, a música, a comida e a bebida são elementos sempre presentes (Souza,1992, p. 26).

Segundo ela, então, as festas são comemorações realizadas sempre nas mesmas datas, ou seja, possuem caráter cíclico, e que trazem às pessoas uma sensação maior de liberdade e felicidade. Elas comem, bebem e dançam além da conta, extravasam suas emoções. Mas, além disso, procuro compreender a Festa dos Karetas, sob o viés de que ela seja mais do que uma simples comemoração, mas sim como um momento em que as pessoas mostram suas verdadeiras identidades. Durante o dia a dia, as pessoas agem de uma maneira, no entanto, durante um festejo, elas se valem de atitudes diferenciadas daquelas ações cotidianas.

E com a Festa dos Karetas de Jardim, não é diferente, afinal, é uma festa cíclica. A festa urbana ocorre sempre na semana santa, momento de extrema religiosidade cristã, porém isso não prejudica o festejo de forma alguma, afinal, a festa possui características um tanto quanto 'religiosas'.

O inusitado é que a festa começa antes mesmo da data prevista. Os moradores da cidade já sabem que ao entrar o mês de abril já circulam pelas ruas diversos grupos de karetas. Muitos deles composto por crianças, que ficam andando pela cidade, balançando de seus chocalhos e deixando a cidade com um aspecto mais agitado e descontraído.

Percebe- se então, que a Festa dos Karetas de Jardim - CE está imbuída de diversas características peculiares que são adquiridas ao longo do tempo em que ela existe.

1.3 A FESTA É 'RELIGIOSA'?

Inicialmente as pessoas se mascaravam para cultuar os deuses, pedir que suas colheitas fossem boas: "Os cultos agrários foram a origem das festas populares. Com danças e cânticos em torno de fogueiras, logo incorporando máscaras e adereços, os festejos eram dedicados aos deuses para a proteção do planto e da colheita."(Murray, 2008, p. 95-96).

Nas sociedades antigas eram comuns esses cultos aos deuses da fertilidade, fecundidade ou protetores da terra. Era uma forma das pessoas entrarem em contado com seu mundo místico, pedir ou agradecer as boas realizações em suas vidas.

Sobre as origens da Festa dos Karetas a pesquisadora Delídia Romão Pinto afirma: "Inicialmente a festa era realizada na zona rural e constituía- se uma comemoração pelo término da colheita." (Pinto, 2002, p. 31).

Percebi, portanto, que há intensas semelhanças entre essas cerimônias sagrado-religiosas e a essência da festa rural dos karetas. Por que tanto uma quanto a outra ocorriam na época das colheitas.

No entanto, quando a festa começa a ser realizada na zona urbana da cidade ela perde essa finalidade de comemorar o fim da colheita, porém, novas características vão sendo adquiridas, sendo até algumas delas com essência fundamentada numa religiosidade.

Um fato interessante é que, ao vir para a cidade, aquele boneco, antigamente chamado de "Pai Véi", passa a ser o Judas, personagem bíblico. Ou seja, mais uma característica religiosa da festa.

Este personagem, o Judas pode ser entendido como uma imagem que vai ter uma conotação dotada de significações. Segundo Cláudia Leitão (1997, p. 234) as pessoas se utilizam das imagens religiosas para se reunir ou festejar, e que a própria Festa dos Karetas é um espetáculo de imagens. Ela continua falando do sentido que possui o Judas: "Judas na festa dos caretas é menos uma imagem que pertence à comunidade católica que um instrumento fundador de uma nova comunidade: a comunidade dos caretas.".

Ainda segundo Cláudia Leitão,

> ...o Judas resgatará o sentido primordial da palavra religião (*religare*. O que liga a algo ou a alguém), pois através dele pessoas se reunirão e formarão uma comunidade, desafiando o tempo e a morte, celebrando o interdito, vivendo festivamente novos papeis e exercendo novas teatralidades, em suma, "carnavalizando" o mundo... (Leitão, 1997, p. 234).

O Judas tem, portanto, uma finalidade de grande importância no contexto da festa, pois ele é o formador dessa nova comunidade, e mais, é o símbolo desta comunidade. E diante disso, ele se torna também um instrumento de comunicação e linguagem destas pessoas da comunidade. Cláudia Leitão (1997, p. 234 - 235) afirma também que através do compartilhamento dessas imagens ou objetos imagéticos e que se desenvolvem as novas sociabilidades. As festas do sertão possuem então, essa peculiaridade "do renascimento ideal comunitário através de imagens, elementos aglutinadores e capazes de resgatar nosso encantamento diante do mundo".

Ao se apropriarem da imagem do Judas, os habitantes de Jardim também se mascaram durante a festa e incorporam novos papeis novos personagens, novas pessoas, diferentes das que elas são cotidianamente, e quando a festa termina elas tiram as máscaras e voltam a ser o que eram antes do festejo:

> Durante o período da festa dos caretas, por exemplo, uma parte dos habitantes de Jardim se mascara, abandonando seus papeis sociais a que está vinculada antes e depois da festa. Durante a festa, estes indivíduos, assumem através de suas máscaras novos papeis em sua comunidade. (Leitão, 1997, p. 235).

Entretanto, essa religiosidade não significa dizer que a festa acontece em consonância com a igreja, pelo contrário, durante muito tempo os karetas não podiam passar nem em frente da Igreja, É uma religiosidade voltada para a profanidade.

Então, diante disso, compreendo que a festa dos karetas de Jardim possui características religiosas, não uma religiosidade que a defina como uma festa da Igreja, mas uma festa em que sagrado e profano se interligam para a concretização da mesma.

1.4 O CARNAVAL DOS KARETAS

Outro aspecto interessante da festa é que ela se muito assemelha a um carnaval. Fator que é evidenciado pela pesquisadora Cláudia Sousa Leitão: "A festa dos Karetas e sua respectiva queimação do Judas é, portanto uma espécie de carnaval, em que o espetáculo de imagens de origem religiosa há muito se libertou de qualquer moralidade católica, ganhando vida própria." (Leitão, 1997, p. 234).

Essa foi uma característica adquirida com a realização da festa na zona urbana. Gradativamente a festa foi se tornando um espetáculo, onde há um consumo intenso de bebidas alcoólicas, até mesmo entre os próprios karetas.

A festa vai aos poucos sendo carnavalizada, e, portanto se tornando um evento turístico, a fim de atrair turistas para a região. É notória a grande quantidade de pessoas de fora da cidade que vão prestigiar a festividade.

Com a criação da Associação Cultural do Karetas de Jardim, esse processo de carnavalização de intensifica:

> As festas populares no Nordeste do Cariri, a partir da década de 1980 passaram a receber investimento público, com isso a interferência dos grupos políticos aumentou, descaracterizando e carnavalizando essas festas. Isso se deu com a festa

> de Santo Antônio em Barbalha e até mesmo com as romarias de Juazeiro do Norte. As festas se tornaram

Essa participação ativa do poder público foi preponderante para essa carnavalização da festa, porque ela se torna um evento oficializado e que tinha então, como função promover a propagação da imagem da cidade para fora dela. Além da ajuda financeira dos órgãos públicos, ela também recebe patrocínios de estabelecimentos comerciais, com o intuito de durante a realização da festa, serem realizadas propagandas destes estabelecimentos.

É interessante também salientar sobre a importância da atuação da Associação Cultural da Festa dos Karetas de Jardim – CE. Ela foi criada em 08 de agosto de 1994. Suas principais finalidades eram de organizar os grupos de karetas. Cláudia Leitão fala sobre ela: "A existência de uma comissão organizadora da festa, constituída pelos membros Associação dos caretas, e exemplo no que se refere ao processo e espetacularização dos movimentos populares sertanejos." (Leitão, 1997, 250)

É a Associação que promove essa espetacularização da festa, para que ela se torne um evento turístico, a fim de que, se perpetue e propague a imagem de uma cidade que preserva suas tradições seus costumes, para que ela seja bem vista pelas outras cidades e regiões.

As festas são, portanto, repletas de características diversas, que vão sendo adquiridas ou renovadas com o passar dos tempos. Elas são permeadas por todas essas dimensões; religiosa, brincadeira ou carnaval, porque os seres humanos possuem todos esses aspectos, e a festa como sendo uma produção humana está sujeita a todos eles.

Portanto, vendo por esta perspectiva, compreendo que a Festa dos Karetas de Jardim é uma representação da cultura popular, visto que, ela acontece todos os anos de uma maneira diferente. A essência da festividade é a mesma, no entanto, há a participação de diferentes pessoas, há temas diferentes todos os anos. O foco, todo ano, se modifica, ou seja, toda realização anual da festa é uma reprodução das festas anteriores. Até porque, para se manter uma tradição é impossível que não haja modificações. Tradição e modernidade são dois conceitos interligados quanto se trata de das festas populares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alberti, Verena. **A história dentro da história, in Fontes Históricas.** São Paulo, Ed. Contexto. 2011.

ARANTES, Antonio Augusto**. O que é Cultura Popular.** 13 ª Ed. Brasiliense, 1988.

BARROS, José D'Assunção. **O Campo da História: especialidades e abordagens.** Editora Vozes, Petrópolis, RJ, 2010.
BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Prece e Folia, Festa e Romaria.** Aparecida, SP, Idéias e Letras, 2010.
BRÍGIDO, João. **Apontamentos para a História do Cariri.** Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora Ltda., 2007.
LEITÃO, Cláudia Sousa. **Por uma Ética da Estética: Uma reflexão acerca da "Ética Armorial" Nordestina.** Fortaleza, UECE/1997.
LUCA, Tânia Regina de. **Fontes Impressas – história dos, nos e por meio dos periódicos.** In. Fontes Históricas. São Paulo. 2011.
MURRAY, Charles. **As festas populares como objeto de memória.** In. SILVA, René Marc da Costa (Org.). Cultura Popular e Educação: Salto para o futuro. Brasília, 2008.
PINTO, Delídia Romão. **Entre a alegria e o pesar: A Festa dos Karetas de Jardim – CE.** Crato (CE): Universidade Regional do Cariri, 2002. Monografia (Especialização em História do Brasil).
PRIORI, Mary Del. **Festas e Utopias no Brasil Colonial**. São Paulo, Brasiliense. 1994.
REIS, José Carlos. **Escola dos Annales: A inovação em História.** São Paulo: Paz e Terra, 2000.
SOUZA, Marina de Mello e**. Passado Presente: Cotidiano e festas religiosas em Parati.** PUC – RJ. Dissertação.
SOUZA, Océlio Teixeira de**. A Festa do Pau da Bandeira de Santo Antonio de Barbalha (CE): Entre o controle e a autonomia (1928- 1998).** UFC/UFRJ, 2000. Dissertação (Mestrado em História Social.).

SÍTIO HISTÓRICO DE IGARASSU: CONSIDERAÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO BRASIL A PARTIR DE AÇÕES DESENVOLVIDAS EM UMA ÁREA TOMBADA

Fernanda Biondo [1]
Romero de Oliveira e Silva Filho [2]

RESUMO
Tomando como objeto preferencial o Sítio Histórico de Igarassu – PE a partir das experiências de Educação Patrimonial, ali desenvolvidas, o artigo aborda o desenvolvimento dessa área de conhecimento no Brasil, dialogando com alguns marcos legais e utilizando-se do atual conceito de Casa do Patrimônio e das atividades desenvolvidas no município nos últimos anos. Sendo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan a autarquia federal responsável pela preservação do patrimônio no Brasil, sua atuação é abordada, tomando-se como base a trajetória histórica, os contextos políticos e sociais, bem como as reflexões contemporâneas dos técnicos das Superintendências e da Coordenação de Educação da instituição.

ABSTRACT
Focusing on the Igarassu's Historical Site (Pernambuco, Brazil), considering the educational experiences on Cultural Heritage developed there, this paper discusses the history of this area of knowledge in Brazil, dealing with legal issues, using the current concept of the *Casas do Patrimônio* (Heritage House) and the educational activities recently developed in the city. As the *Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* – Iphan, the federal agency responsible for heritage preservation in Brazil, its actions is discussed using its historical trajectory, political and social contexts, as well as the reflections of the heritage specialists of the Superintendencies and Education Coordinating.

1 - EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS

A concepção de que a educação pode exercer importante papel na proteção preventiva do patrimônio cultural já está presente na Carta de Atenas (1931) – primeira referência internacional dedicada ao patrimônio. Esse documento apontou a educação como um meio capaz de evitar que a "infância e a juventude" danificassem os monumentos e as obras de arte, aumentando seu interesse pela proteção e conservação dos "testemunhos de toda a

[1] Bacharel e Licenciada em História pela Universidade Estadual de Campinas (2011), bolsista do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, desenvolve pesquisa relacionada à atuação das Casas do Patrimônio de Pernambuco com foco na área da Educação Patrimonial.

[2] Bacharel e Licenciado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2002), Mestre em Saúde Coletiva (Ciências Humanas e Saúde) pelo Instituto de Medicina Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (2004). Técnico do Iphan na área de História desde 2006, trabalhou em projetos diversos como o Estudo de Tombamento do Centro Histórico de Natal (2007), a Instrução do Registro da Festa de Sant'Ana de Caicó (2008), o projeto "O Sopro do Tempo" de Educação Patrimonial (2009) e a Salvaguarda do Frevo (2011 – 2014).

civilização".[3] No Brasil, alguns anos mais tarde, Mário de Andrade, incumbido de escrever o Anteprojeto que daria forma ao órgão federal de defesa do patrimônio histórico e artístico nacional, também salientou o papel da Educação como um meio capaz de estimular a participação popular no processo de preservação dos bens culturais [4].

Desde então, mesmo que timidamente, a educação sempre esteve presente nas práticas do campo do patrimônio, como uma possível ferramenta de estímulo à preservação do patrimônio cultural. No entanto, sua concepção nem sempre foi a mesma. As palavras do então diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Sphan[5], Rodrigo de Melo Franco de Andrade, ilustram bem a concepção de educação nos primeiros anos de atuação do órgão:

> Em verdade só há um meio eficaz de assegurar a defesa permanente do patrimônio de arte e de história do país: é a educação popular. Ter-se-á de organizar e manter uma campanha ingente visando a fazer o povo brasileiro compenetrar-se do valor inestimável dos monumentos que ficaram do passado (BRASIL, 2014, p. 6).

Tal ponto de vista institucional demonstra que o objetivo central das ações educativas era apresentar os bens culturais nacionais a determinada comunidade como herança cultural do povo brasileiro, no sentido de uma "catequização patrimonial", buscando "por meio da informação, convencer – ou melhor, conscientizar – esse público-alvo da importância de colaborar com as ações preservacionistas realizadas pelo Estado" (SIVIERO, 2014, p. 18). Esta prática institucional pode ser relacionada ao que o pedagogo Paulo Freire denomina de "educação bancária", ou seja, "o ato de depositar, ou de narrar, ou de transferir, ou de transmitir 'conhecimentos' e valores (FREIRE, 1987, p. 68)". De fato, em momento em que o campo da proteção do patrimônio estava em construção, era inevitável que os pioneiros

[3] As Cartas Patrimoniais foram selecionados e analisados por Isabelle Cury. Ver: CURY, Isabelle (Org.). *Cartas Patrimoniais*. 3. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004

[4] No Anteprojeto de 1936, Mário de Andrade sugeria a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional – SPAN, destacando a importância da arte, do caráter pedagógico dos museus e das imagens para as ações educativas. Ver: ANDRADE, Mario. Anteprojeto para criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico. In_____Revista do Patrimônio, nº 30, 2002, p. 271-288.

[5] Conforme historiado pela Coordenação de Educação do Iphan: "O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Sphan, criado pela Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, tornou- se Diretoria em 1946 (Dphan); em 1970, assume a denominação de Instituto (Iphan) e, em 1979, de Secretaria (novamente Sphan). Em 1981, passa a Subsecretaria, mantendo a sigla Sphan. Finalmente, em 1994, readquire a designação de Instituto e recebe a nomenclatura de Iphan" (Brasil, 2014, p. 5).

tivessem uma atitude mais professoral, atuando como uma vanguarda intelectual que viria a orientar as "massas" sobre o que e como preservar[6].

Algumas décadas depois, tanto a noção de patrimônio quanto a de educação, passaram por modificações, revisões e ampliações conceituais. O termo Educação Patrimonial foi oficialmente cunhado no Brasil em 1983, no âmbito do Iphan, em meio ao contexto de debates nacionais e internacionais sobre o papel educativo dos museus, no I Seminário sobre o Uso Educacional de Museus e Monumentos (realizado no Museu Imperial de Petrópolis – RJ)[7]. Definida como "um processo permanente e sistemático, centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo", a Educação Patrimonial aparece como uma metodologia de ensino inspirada no conceito de *Heritage Education*, desenvolvido na Inglaterra (HORTA; GRUMBERG & MONTEIRO, 1999). Esse conceito foi adaptado para o Brasil pelas mesmas autoras da obra pioneira da temática: o Guia Básico de Educação Patrimonial, publicado pelo Iphan em 1999.

Desenvolvendo a obra citada, Maria de Lourdes Parreira Horta, Evelina Grumberg e Adriana Monteiro contribuíram, assim, para a afirmação de um marco que institui o papel e o lugar da educação no campo do patrimônio. O Guia Básico apresenta uma proposta metodológica para estimular o desenvolvimento de ações educacionais voltadas para o uso e a apropriação das referências culturais que compõem o patrimônio cultural, envolvendo quatro etapas progressivas de conhecimento: observação, registro, exploração e apropriação. Cada etapa estabelece um tipo de relação entre o educando e o bem material determinado, resultando, ao final, na apropriação deste enquanto patrimônio cultural.

A promulgação da Constituição Federal de 1988 consagrou, no campo social, uma nova ordem, apresentando um conjunto de inovações que a fizeram um marco na transição para o regime democrático brasileiro. Segundo o historiador Ulpiano Bezerra Meneses, até então "era o poder público que instituía o patrimônio cultural, o qual só se comporia por bens tombados" (MENESES, 2012:33). Neste sentido, a Constituição Federal de 1988 representa considerável avanço instituindo uma noção ampla e plural de patrimônio. Em seu artigo 216 a Carta Magna introduz a dimensão de "imaterialidade" do patrimônio, definida como "formas

[6] Trata-se de um debate extremamente complexo a análise da chamada "fase heroica" do Iphan, que vai de 1937 a 1967 – período em que o bacharel em Direito e escritor Rodrigo Melo Franco de Andrade presidiu a instituição. Dado o curto espaço de exposição que se possui em um artigo, no sentido de tornar bem mais clara a questão, remetemos o leitor à obra de FONSECA, 2005.

[7] No ano de 2009, com a criação do Instituto Brasileiro de Museus – Ibram, os museus federais deixaram de ser responsabilidade de direta do Iphan. Contudo, considerando que, em muitos casos os imóveis e o acervo de bens móveis são tombados, a fiscalização do Iphan sobre muitos desses equipamentos culturais permanece na prática.

de expressão, modos de criar, fazer e viver," modificando-se a premissa do sujeito atribuidor do valor patrimonial. A sociedade civil passa a compartilhar dessa premissa, até então vinculada somente ao Estado:

> Parágrafo 1. O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro por meio de registros, vigilâncias, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação (BRASIL, 2014b).

Para Ulpiano Meneses, "entre os profissionais, costuma-se considerar que a grande novidade oferecida por esse artigo é a inclusão dos bens de natureza imaterial. Na verdade, o que é radicalmente novo não é uma extensão do horizonte do patrimônio, mas um deslocamento da matriz" (MENESES, 2012:33). O autor destaca essa mudança de paradigma como o grande salto da Constituição de 1988 no que tange ao tema. Além da mudança de perspectiva operada com o deslocamento dos sujeitos atribuidores de valor, ações voltadas para o patrimônio cultural empreendidas a partir de então recebem respaldo constitucional para a inclusão e a participação das comunidades na concepção e execução das políticas públicas, numa orientação de atuação compartilhada. Assim, além de mapear, identificar e proteger o patrimônio, agora se abre a possibilidade da sociedade, a comunidade diretamente afetada, participar de todo esse processo e construir, organicamente, não só a política, mas as ações de salvaguarda desses bens.

Com as mudanças estabelecidas pela constituição, o papel da educação é também repensado e revisado, partindo de pressupostos dialógicos e descentralizados. Somente em 2004, a preocupação em sistematizar e estabelecer diretrizes conceituais para as atividades educativas direcionadas ao campo do patrimônio, ganha lugar no Iphan, por meio da criação de uma Gerência de Educação e Projetos. Nesse mesmo contexto, em 2005 ocorre o I Encontro Nacional de Educação Patrimonial, fomentando um debate mais profundo e sistematizado sobre o tema. Finalmente, em 2011, quando da realização do II Encontro Nacional de Educação Patrimonial, são pactuadas diretrizes no campo da Educação Patrimonial, no intuito de fortalecer a rede de instituições e de profissionais atuantes nesta área.

Assim, a partir da experiência acumulada em ações e encontros, atualmente, no Iphan, entende-se que a Educação Patrimonial envolve:

> Processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação (BRASIL, 2014, p. 19).

Segundo Sônia Florêncio, atual Coordenadora de Educação do Iphan, para muito além da divulgação, promoção e difusão do patrimônio cultural (e dos conhecimentos institucionais acumulados no campo técnico da preservação), a Educação Patrimonial mostra-se como um campo de ações políticas e sociais. Essas ações podem exercer papel decisivo na aproximação da sociedade civil com os órgãos públicos responsáveis pela política cultural "por meio de mecanismos de escuta e observação que permitam acolher e integrar as singularidades, identidades e diversidades locais" (FLORÊNCIO, 2012:25).

2 - CASAS DO PATRIMÔNIO: NOVO PARADIGMA DE ATUAÇÃO INSTITUCIONAL

Partindo desses pressupostos acerca da Educação Patrimonial, o Iphan formulou um modelo de atuação intitulado *Casas do Patrimônio*. Esse modelo é oriundo de um intenso debate institucional, que contou com a participação de profissionais de áreas diversas (historiadores, arquitetos, antropólogos, educadores), em encontros periódicos, realizados a partir do ano de 2007 no sentido de estruturar e consolidar as ações educativas do Iphan voltadas para a proteção do Patrimônio Cultural brasileiro. O foco do modelo, em aplicação desde 2009, é o estabelecimento de uma nova forma de relacionamento institucional com a sociedade civil, por meio da articulação de agentes e espaços "que promovam práticas e atividades de natureza educativa para a valorização do Patrimônio Cultural, [...] de acordo com uma perspectiva transversal e dialógica, entre o órgão, a sociedade civil e os poderes públicos locais" (BRASIL, 2014:36).

A Carta de Nova Olinda é o documento oficial que estabelece diretrizes, conceitos, objetivos e premissas para a atuação das Casas do Patrimônio. Seu texto foi publicado em 2009, após o I Seminário de Avaliação e Planejamento das Casas do Patrimônio, realizado em Nova Olinda, Ceará[8]. De acordo com este documento referencial, pode-se entender que ao atuar com base no modelo de Casa do Patrimônio, as unidades do Iphan passam a ter por objetivo:

[8] Para o acesso ao documento, consultar: BRASIL, 2014, p. 45-51; ou: www.iphan.gov.br.

> [...] constituir-se como um espaço de interlocução com a comunidade local, de articulação institucional e de promoção de ações educativas, visando fomentar e favorecer a construção do conhecimento e a participação social para aperfeiçoamento da gestão, proteção, salvaguarda, valorização e usufruto do Patrimônio Cultural (BRASIL, 2014, p. 46).

De modo a otimizar sua atuação e contribuir para a promoção de maior envolvimento da sociedade civil, em uma de suas diretrizes, a Carta de Nova Olinda propõe o estímulo à "Formação da Rede das Casas do Patrimônio". Em suma, essa Rede tem por objetivo integrar as Casas do Patrimônio do Iphan e da sociedade civil, assim como seus instrumentos de operacionalização e manutenção (BRASIL, 2014, p. 49). As Casas do Patrimônio devem, também, envolver todos os segmentos sociais, na esfera pública e privada, que estejam comprometidos com a proteção e difusão do Patrimônio Cultural, com especial ênfase em: escolas e instituições de ensino; associações de moradores; coletivos não formalizados; grupos detentores de bens culturais protegidos; organizações da sociedade civil. O objetivo de estabelecer tais parcerias está centrado num desenho organizacional fundamentado no princípio de gestão em rede das ações educativas de valorização do Patrimônio Cultural (BRASIL, 2014, p. 36-39).

Nesse sentido, é possível perceber através do discurso institucional atual, que o papel das ações educativas e das Casas do Patrimônio é pensado sob a ótica da emancipação, comprometido com a valorização do saber local, partindo de uma concepção libertadora de educação e opondo-se àquela perspectiva de "educação bancária". Segundo Paulo Freire, a "educação libertadora" orienta-se no sentido da humanização, e afirma a importância da dialogicidade e da problematização, "estimulando a reflexão e a ação verdadeira dos homens sobre a realidade" (FREIRE, 1987, p. 72).

Percebe-se, também, uma proposta de Educação Patrimonial concebida enquanto "atividade transversal", ou seja, como componente essencial de todo processo de reconhecimento, valorização e preservação dos bens culturais. É dizer, pensar, criar e recriar junto, com sujeitos e grupos populares, um novo saber, por meio do diálogo permanente, reconhecendo a existência de um saber local e contribuindo para a construção coletiva do conhecimento sobre os bens culturais.

3 - CASAS DO PATRIMÔNIO DE PERNAMBUCO

Tendo participado ativamente dos processos institucionais que fomentaram a criação do Projeto Casas do Patrimônio e sob suas premissas de atuação, a Superintendência do Iphan em Pernambuco, nos últimos cinco anos, promoveu a implantação das Casas do Patrimônio localizadas nos municípios de Recife, Olinda e Igarassu. A Casa do Patrimônio localizada em Recife foi inaugurada em 17 de dezembro de 2009, logo após a publicação da Carta de Nova Olinda, tendo sido elemento propulsor de diversas ações educativas, como oficinas para formação de multiplicadores, roteiros de visitação, encontros técnicos, exposições entre outras atividades.

Dentre as atividades desenvolvidas a partir de 2009, destaca-se o projeto "O Sopro do Tempo" (2009-2010), que envolveu todas as áreas de atuação do Iphan, da Arquitetura à Arqueologia, passando pelos Bens Móveis e Integrados, o Patrimônio Imaterial e o então recente conceito de Paisagem Cultural. No projeto desenvolveu-se uma mostra interativa coordenada por técnicos da área de História do Iphan – PE, desenvolvendo-se um trabalho específico de educação patrimonial e mediação cultural, voltado para o público escolar, turistas e a sociedade em geral. Foram estabelecidas parcerias com a Universidade Católica de Pernambuco, Fundação Joaquim Nabuco, Prefeitura do Recife, diversas escolas públicas e privadas, entre outras instituições de ensino. As atividades foram desenvolvidas em diversos locais (inclusive o Sítio Histórico de Igarassu), mas tiveram como local preferencial a Casa do Patrimônio – Recife, localizada à Av. Oliveira Lima, 824, no bairro da Boa Vista[9].

No caso de Olinda, a transferência do Escritório Técnico do Iphan da Igreja do Carmo para o sobrado nº 59, na Rua do Amparo (Sítio Histórico de Olinda), ensejou o desenvolvimento de um projeto de atuação no modelo Casa do Patrimônio. Assim, a partir do primeiro semestre de 2011, junto com o trabalho de fiscalização para preservação da área tombada (cerca de 3.000 imóveis), passou-se a desenvolver atividades junto à comunidade, sendo a primeira delas uma mostra de fotografias em que diversos profissionais da área revelaram Olinda sob sua ótica. Os trabalhos seguem no sentido de estruturar-se um equipamento cultural nos mesmos moldes que o de Igarassu.

Sob a mesma perspectiva institucional, a Casa do Patrimônio de Igarassu surge juntamente com o Escritório Técnico do Iphan, pela oportunidade de fixação da instituição no Sítio Histórico da cidade, e levando-se em conta a proximidade com os municípios de Goiana

[9] Para compreender os detalhes do projeto, consultar SILVA FILHO & RIBEIRO, 2009.

e Itamaracá, também contempladas no território de atuação do Iphan-PE na região norte do Estado.

O restauro do Sobrado do Imperador, um imóvel situado no Sítio Histórico de Igarassu, foi finalizado em 2009, possibilitando o início das atividades do Escritório Técnico/Casa do Patrimônio a partir de 2010. No caso de Igarassu, há um projeto atualmente em execução que passaremos a abordar. Antes, esboçaremos alguns aspectos históricos e culturais da cidade, no sentido de tornar conhecida dos leitores o objeto da ação educativa.

4 - IGARASSU: BREVE HISTÓRICO[10]

Distante cerca de 28 km do centro do Recife, Igarassu caracteriza-se sobretudo pelo seu Sítio Histórico (área de 396,20 m2), contendo exemplares tanto da arquitetura religiosa barroca e maneirista do período colonial (que permanecem com o mesmo uso desde sua fundação) quanto edificações civis (atualmente equipamentos culturais, museus, residências), e seu patrimônio imaterial. Esse inclui o maracatu nação (sendo o Estrela Brilhante de Igarassu o mais antigo do Brasil remontando ao Século XVIII), o mamulengo (teatro de bonecos tradicional trazido pelos jesuítas para a catequese), a culinária tradicional (caldeirada de frutos do mar, receitas em torno da cana-de-açúcar), festas religiosas (como a de Cosme e Damião, comemorada há séculos), entre outros aspectos. Além disso, uma exuberante paisagem natural composta por manguezais, coqueirais, reservas naturais, etc, cercam a área central da cidade, tornando muito bela a vista que se tem a partir do outeiro em que o povoado (depois vila) colonial foi instalada. Uma breve análise da história de Igarassu pode nos fornecer algumas pistas acerca da sua constituição e a sua importância dentro da epopeia que constituiu a colonização de Pernambuco e do Brasil.

Durante o chamado período pré-colonial (1500-1530), as atividades econômicas no Brasil não envolviam a produção e reprodução de bens de consumo. Os interesses da Coroa portuguesa estavam concentrados na busca por metais preciosos e na extração de matérias primas, sendo a principal delas o pau-brasil, que viria a modificar o topônimo da então chamada Terra de Santa Cruz. O modelo escolhido foi o do escambo (economia de trocas do tipo pré-mercantilista).

No caso de Pernambuco, a aventura colonial tem início no ano de 1516, quando D. Manuel I (que reinou de 1495 a 1524) concedeu a Cristóvão Jacques o que ficou conhecido

[10] Este tópico cumpre função ilustrativa, e volta-se especificamente para nossos objetivos neste artigo. Uma análise consistente da história de Igarassu demandaria um minucioso estudo.

como a Feitoria de Pernambuco. Houve, assim, o escambo em uma região situada entre as atuais Igarassu, Itapissuma e Itamaracá, hoje conhecida como Sítio dos Marcos (por ter, sido, ali, instalado o marco divisório entre as capitanias de Pernambuco e Itamaracá). O comércio, sobretudo de pau-brasil, começou a ser realizado, e acirraram-se as disputas entre franceses e portugueses, que caracterizaram os primeiros trinta anos da colonização do Brasil e de Pernambuco. De maneira que, em terras de Igarassu começa a história do Pernambuco colonial (GUERRA, 1984, p. 16-18).

Em 1532 Portugal decide-se pela implementação do regime de Capitanias Hereditárias, após a expedição de Martim Afonso de Souza constatar a precária colonização do país (FAUSTO, 2008), O crescimento do poderio dos franceses e a carência de unidade, devido ao fato de os poucos colonos estarem vivenciando o chamado "cunhadismo", ou seja, casando-se conforme os costumes Tupis-Guaranis, e tornando-se verdadeiros chefes locais, tornava inviável um controle efetivo da tributação (RIBEIRO, 2013).

Em 9 de março de 1535, ocorre a chegada do capitão-donatário Duarte Coelho à Capitania de Pernambuco, precisamente no local onde Cristóvão Jacques havia instalado a sua feitoria já mencionada[11]. Veio o donatário acompanhado de sua esposa Brites de Albuquerque, do cunhado Jerônimo de Albuquerque e algumas famílias do norte de Portugal, iniciando o projeto do Pernambuco açucareiro, com uso do capital judeu (SILVA, 2008, p. 16).

Foram fundadas, então, a povoação de Igarassu (1535) e a Vila de Olinda (1537), construídas as primeiras igrejas para a atuação das ordens religiosas e autorizada a construção dos primeiros engenhos de cana de açúcar (GUERRA, 1984, p. 20-23). Ambas as localidades foram construídas no:

> [...] alto das colinas, seguindo o modelo lusitano de planejamento urbano, que tirou partido do relevo acidentado e da lógica da defesa militar. As primeiras edificações consistiam nos monumentos religiosos, que foram implantados nos planos mais elevados, privilegiando a visibilidade e o destaque da paisagem. A partir deles, eram definidos os arruamentos e edificado o casario singelo, que se derramava pelas colinas (BRASIL, 2009, p. 6).

[11] No primeiro século de colonização, apenas as capitanias de São Vicente (São Paulo) e Pernambuco prosperaram, conseguindo combinar o estabelecimento da atividade açucareira com a gradual integração com as sociedades indígenas. Até o Século XVIII as capitanias foram gradativamente sendo retomadas pela Coroa, subsistindo como unidade administrativa, mas passando a pertencer ao Estado. Este processo foi concluído pelo Marquês de Pombal entre 1752 e 1754 (FAUSTO, 2008, p. 45-46).

Já nesse primeiro momento viria a ser construído um imóvel e iniciada uma tradição vital para a cidade: trata-se da Igreja dos Santos Cosme e Damião e a devoção aos santos padroeiros, prestes a completar cinco séculos. Com construção iniciada em 1535, ela é considerada o mais antigo exemplar de arquitetura religiosa ainda edificada no Brasil. Obra do militar português Capitão Afonso Gonçalves. Este fato é atestado por Pereira da Costa, quando cita carta enviada pelo mesmo ao Rei de Portugal, no ano de 1548 (COSTA, 1952, v. 1, p. 248-9). Tratando-se de um pedido do Capitão-Donatário Duarte Coelho Pereira, ela foi erguida como uma capela singela em agradecimento a sucessos militares no confronto com os Caetés. Uma dessas batalhas, então frequentes, está claramente descrita na obra "Duas Viagens ao Brasil", escrita por Hans Staden em 1557. A capela só viria a adquirir sua volumetria atual no século XVIII, mantendo as características sóbrias do maneirismo, em contraposição à complexidade de muitas igrejas barrocas do Pernambuco colonial (BRASIL, 2009b).

Igarassu viria a tornar-se vila em 1560, sendo construída a sua Casa de Câmara e Cadeia e o pelourinho. As ordens franciscana e jesuíta se instalam desde o período colonial. Os franciscanos, instalados em Olinda a partir de 1585, chegariam a Igarassu em 1588, construindo um dos mais importantes monumentos da cidade: a Igreja e Convento de Santo Antônio. Este monumento figura como um exemplar da Escola Franciscana no Nordeste, possuindo características barrocas, e sendo ricamente adornado por azulejos em seu interior. Destacam-se os bens móveis e integrados e o rico acervo que o monumento abriga, atualmente, na impressionante pinacoteca composta de diversas obras do período colonial (BRASIL, 2009c).

Também no primeiro século de colonização muitos engenhos foram construídos, chegando-se ao final do Século XVI com cerca de 120 engenhos na capitania, muitos em Igarassu. Em 1700 já seriam 528 (MEDEIROS, 1993, p. 23). Entre esses, viria a destacar-se o Engenho Monjope. Estando em "fogo morto", atualmente representa um dos melhores conjuntos de arquitetura rural no município de Igarassu, com casa-grande, capela, senzala e boa parte do maquinário para a produção do açúcar e aguardente.

Com a ocupação holandesa (1630 - 1645), a cidade foi destruída e os muitos engenhos da zona rural do município ficaram com funcionamento precário (os senhores acabariam se envolvendo na Guerra de Restauração). Os holandeses preferiram a topografia plana e o porto do Recife para habitar, ganhando essa cidade o primeiro impulso urbano no segundo século de colonização de Pernambuco. É de notar-se que a Igreja de Nossa Senhora da Misericóridia -

um dos imóveis religiosos construídos no período colonial em Igarassu - permanece em ruínas no Sítio Histórico, exatamente da forma que os holandeses a deixaram, como um testemunho vivo das guerras do período.

Após um período de guerras e grandes transformações na Capitania, com a rendição dos holandeses e o crescimento das atividades em torno do açúcar, há um crescimento da cidade com a construção de uma nova Casa de Câmara e Cadeia (1675), da Igreja de São Sebastião (abaixo do outeiro) e do atual Sobrado do Imperador. Este último imóvel, financiado pelos impostos sobre a carne (visto que em fins do Século XVII Igarassu concentrava o comércio dos produtos do Agreste), teve vários usos: Casa de Correição e Aposentadorias, Casa de Câmara e Cadeia (provisória), uso residencial e, atualmente Escritório Técnico do Iphan. Seu nome deriva fato de haver o Imperador Pedro II ter visitado a cidade em 1859, tendo o mesmo visitado o imóvel.

Em meados do Século XVIII, considerando o grande número de escravos africanos no município e a existência de uma Igreja do Rosário dos Homens Pretos, houve a existência de uma irmandade do rosário em Igarassu. Não sabemos exatamente se vinculado a esta (conforme a tese de Guerra-Peixe), surge o primeiro maracatu nação de Pernambuco: o Maracatu Nação Estrela Brilhante de Igarassu. O grupo, ainda em atividade, é intrinsecamente ligado às religiões de matrizes afro-brasileiras e possui grande força dentro do imaginário e das referências culturais da cidade. Além disso, o Maracatu Nação (forma de expressão musical, poética, coreográfica e cênica) enquanto bem cultural está em vias de ser registrado como Patrimônio Cultural do Brasil.

Em 1810, o inglês Henry Koster visita uma série de vilas e cidades em Pernambuco, assim descrevendo Igarassu:

> O lugar demonstra claramente ter usufruído maior prosperidade que a presentemente possuída. Muitas casas têm dois pavimentos, mas estão deterioradas e algumas com aspecto de decadência e ruína. As ruas são calçadas, mas carecem de reparos e a erva cobre vários lugares. Conta muitas igrejas, um convento, o Recolhimento ou Retiro para mulheres, a Casa de Câmara e prisão. [...] É o local de reunião dos agricultores, na distância de muitas léguas, seja para embarcar suas safras de açúcar, seja para adquirir objetos de necessidade. Esta vila contará cerca de oitocentos habitantes, computando as choupanas esparsas pelas imediações (KOSTER, 1942, p. 66).

Esta é uma pequena síntese que caracteriza aspectos relevantes para a história de Igarassu. Todos os aspectos situados possuem relevância para o contexto atual, sobretudo no

que diz respeito ao patrimônio cultural. Consideremos agora alguns dados relativos à proteção legal do município a partir do início do Século XX.

5 - IGARASSU E A OFICIALIZAÇÃO DA PRESERVAÇÃO DE SEU SÍTIO HISTÓRICO

O Sítio Histórico de Igarassu constitui, atualmente, um dos mais importantes conjuntos urbanos e paisagísticos de Pernambuco e do Brasil. Já em 1935, o deputado e intelectual pernambucano Mário Melo elaborou projeto de lei garantindo a sua preservação enquanto Monumento Público Estadual. Seguindo-se a essa iniciativa, tendo sido criado o Iphan em 1937, foi tombado já em 1938 o importante Convento de Santo Antônio, incluindo seu adro e cruzeiro. Em 1951, outros exemplares da arquitetura religiosa foram tombados, a exemplo da Igreja dos Santos Cosme e Damião e da Igreja de Nossa Senhora do Livramento. Em 1972 viria a ocorrer o tombamento do sítio histórico, inscrito no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Além disso, a partir de 1979, a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – Fundarpe, reconheceu o Sítio Histórico de Igarassu como monumento tombado em nível estadual (BRASIL, 2009).

6 - O PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DA CASA DO PATRIMÔNIO DE IGARASSU: UMA EXPERIÊNCIA NA ÁREA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

No ano de 2006, iniciam-se as negociações entre a o Iphan e a Prefeitura de Igarassu para a cessão de uso do imóvel conhecido como Sobrado do Imperador [12]. O imóvel é de propriedade da Prefeitura e sua alienação por um período de 10 (dez) anos foi sancionada através da Lei 2.637/2007 e celebrada por contrato assinado em 2009 [13]. Em 2007 inicia-se o interesse do Iphan em desenvolver projetos específicos de educação patrimonial no território estratégico que incluía Igarassu.

Entre os anos de 2007 e 2009, uma parceria entre Iphan, Prefeitura Municipal de Igarassu, Fundação Gilberto Freyre e BNDES possibilitou a realização de obras de restauro no Sobrado do Imperador, edificação de grande importância histórica. O Sobrado, que se encontrava em estado precário, passou por uma série de intervenções que envolveram piso,

[12] Localizado na Rua Barbosa Lima, nº 122, Sítio Histórico de Igarassu.
[13] IPHAN - PE. Termo de cessão (permissão de uso) do Sobrado do Imperador, sito à Rua Barbosa Lima, S/N, Sítio Histórico da Cidade de Igarassu / PE para o Iphan. Processo Nº 01498.000543/2009-91, aberto em 14/04/2009.

telhado, reparos em paredes, pintura. As obras incluíram pesquisas históricas, iconográficas e arqueológicas, e revelaram vestígios – alguns dos quais, hoje à mostra no sobrado.

Sobrado do Imperador, Sítio Histórico de Igarassu. Foto acervo Iphan-PE

Após a conclusão das obras, o Iphan instalou um Escritório Técnico no imóvel, que passou a funcionar no sentido de fiscalizar os sítios de Igarassu, Goiana e Itamaracá, enquanto território estratégico. Houve também uma grande procura da população pelo uso do espaço, dada a carência de equipamentos culturais na cidade. Maestros, músicos, artistas plásticos, paisagistas, educadores, arquitetos, historiadores, secretários do poder público municipal, alunos da rede pública – todos esses atores contribuíram para que o Escritório de Igarassu já abrisse suas portas funcionando dentro do espírito de Casa do Patrimônio, enquadrando-se espontaneamente na primeira diretriz conceitual proposta pela CEDUC/DAF: "Comunidades: participantes efetivas das ações educativas." (BRASIL, 2014, p.20).

Seguindo-se a isso, muitas atividades foram desenvolvidas, seja por proposição do Iphan, seja por demanda espontânea da sociedade civil. Nos anos de 2011 a 2013, a exemplo, a Banda Musical Heitor Villa-Lobos, referência fundamental da cidade manifestou seu interesse em realizar os concertos de formatura no Sobrado do Imperador, com o apoio do Iphan-PE – o que efetivamente ocorreu. Muitas palestras foram proferidas sobre temas diversos, também no mesmo período. Outras ações que podem ser destacadas são oficinas em parceria com a Secretaria de Educação do município realizadas em 2012 e o projeto "Sobrado

dos Bonecos" de 2013, em torno do patrimônio imaterial e da tradição do mamulengo e do teatro de bonecos em geral.

Também já no ano de 2009, a Superintendência do Iphan em Pernambuco, em diálogo com o Departamento de Articulação e Fomento do Iphan, demonstra interesse em articular suas ações por meio do conceito de atuação do Projeto Casas do Patrimônio, resultando nas atividades relatadas no tópico 3 deste artigo.

Com o projeto atualmente em execução (Implantação da Casa do Patrimônio de Igarassu – Sobrado do Imperador), pretende-se trabalhar a educação patrimonial no município a partir dos três eixos de atuação preconizados pela Coordenação de Educação do DAF/Iphan: a) inserção do tema Patrimônio Cultural na educação formal; b) gestão compartilhada das ações educativas; c) instituição de marcos programáticos no campo da Educação Patrimonial.

Em termos teóricos, mesmo não se excluindo de forma alguma os eixos "a" e "c", houve uma concentração no eixo "b", devido ao fato deste concentrar-se na ideia de Casa do Patrimônio. Conforme o documento da Ceduc:

> A principal estratégia é o fomento à Rede Casas do Patrimônio, que busca reconhecer o protagonismo local das ações educativas de valorização do Patrimônio Cultural, articulando agentes e instituições que possua, envolvimento com o tema e com os bens culturais. Procura-se, ainda, ampliar a capilaridade e privilegiar ações descentralizadas de uma política pública de Educação Patrimonial, em uma perspectiva de construção coletiva que envolva as três instâncias de governo (BRASIL, 2014, p. 29).

Em termos executivos, o projeto atual consiste na montagem de um equipamento cultural no térreo do Sobrado do Imperador bem como no desenvolvimento de atividades educativas mediadas, tendo como público preferencial os estudantes e professores dos ensinos fundamental e médio. O formato aproxima-se da ideia de "centro cultural" ou "centro de memória", estruturando-se com base em cinco eixos: patrimônio natural; patrimônio arquitetônico; patrimônio imaterial; patrimônio arqueológico; bens móveis e integrados. São destacados, assim, os mais diversos aspectos do município, desde a sua importância na formação histórica do Brasil e de Pernambuco, até aspectos antropológicos e ecológicos. O projeto básico foi elaborado por uma equipe interdisciplinar de técnicos do Iphan, envolvendo as áreas de Arquitetura (Fábio Torres), História (Romero de Oliveira), Antropologia (Giorge Bessoni) e Design (Aurélio Velho).

Uma ampla pesquisa histórica, antropológica e iconográfica foi realizada para subsidiar a criação de peças gráficas (painéis), documentários (vídeo), aquisição de acervo de

bens móveis relacionados ao patrimônio imaterial (alfaias, mamulengos, indumentária, etc). O espaço térreo está sendo, então, estruturado no formato de uma mostra interativa, em que haverá espaço para a participação de grupos da cultura popular (como o Maracatu Estrela Brilhante de Igarassu), bem como uma interface com a educação formal, no sentido de trabalhar a história e a cultura do município como tema transversal.

O projeto poderá contribui ainda com programas oficiais em que o Ministério da Cultura / Iphan já figuram como parceiros através de convênios, como é caso do "Mais Educação" (que insere o tema Patrimônio na educação em tempo integral) e o "ProExt" (voltado para a extensão universitária). Ambos os programas foram criados pelo Ministério da Educação e desenvolvidos em parceria com outros ministérios.

CONCLUSÕES

A educação patrimonial enquanto campo específico de atuação é hoje uma realidade no Brasil. Como vimos, ela sempre esteve presente na atuação dos órgãos de patrimônio, porém de forma esporádica, assistemática e não continuada. Alguns marcos de regulamentação, como é o caso da Carta de Nova Olinda (2009) vieram a trazer diretrizes gerais e orientar ações nacionais nos últimos anos. Esses marcos, contudo, precederam uma legislação específica que estabeleça a sua obrigatoriedade enquanto política pública. Este é um primeiro ponto que levantamos aqui, enquanto necessidade premente: a elaboração e aprovação de um marco legal que institucionalize as ações de educação patrimonial, torando-as uma política de estado.

Em análise comparativa, o fato do Decreto 3.551/2000 ter instituído o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial foi determinante para o crescimento das políticas nesse campo, gerando dezenas de ações de inventário, registro e salvaguarda. Cresceu também o aporte de recursos, tanto via editais federais quanto estaduais, bem como pelo estímulo via iniciativa privada (editais, Pronac, entre outros). Talvez este deva ser o caminho a ser seguido pela educação patrimonial.

Um fator positivo a ser destacado é que a "dialogicidade" - conforme as análises conceituais de Paulo Freyre - proposta nos textos das diretrizes gerais estão sendo vivenciadas na prática. As demandas da população reveladas no texto acerca da Casa do Patrimônio de Igarassu, e as próprias premissas propostas pela Ceduc, Carta de Nova Olinda, etc, foram postuladas com base em experiências concretas, em que se percebe que o maior guardião do

patrimônio é a população. Ou seja, conforme a chamada "constituição cidadã" (1988) foi sendo regulamentada, a participação popular e a descentralização de decisões nas áreas de educação e cultura foi se tornando uma realidade.

Como coloca Aloísio Magalhães, os bens culturais são os únicos "valores permanentes de uma nação", são pontos de referência que não podem ser postos em dúvida, dado o seu reconhecimento pela coletividade, incluindo-se aí "costumes, hábitos e maneiras de ser" (MAGALHÃES, 1997). Isto não significa que a cultura seja algo dado e cristalizado, posto que é viva e dinâmica. De maneira que, no sentido de manter, mas também atualizar as "referências culturais brasileiras", fica para a nação a missão de permitir o acesso cada vez mais amplo e democrático às instâncias decisórias de construção do direito à memória e às práticas culturais, e sua inserção na educação formal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Mário de. "Anteprojeto para criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico". In: BRASIL, Governo Federal. **Revista do Patrimônio nº 30**. Brasília: Iphan, 2002.

BESSONI, Giorge P.; BARREIRO, Fábio Henrique Torres; SILVA FILHO, Romero de Oliveira e. Implementação da Casa do Patrimônio / Iphan em Igarassu – PE (Projeto Básico). Superintendência do Iphan em Pernambuco, 2013.

BRASIL, Governo Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 2014b, In: www.planalto.gov.br.

BRASIL, Governo Federal. **Igarassu:** Sítio Histórico. Coleção Rotas do Patrimônio. Brasília: Iphan / Monumenta / MinC, 2009a.

BRASIL, Governo Federal. **Igreja dos Santos Cosme e Damião**. Coleção Rotas do Patrimônio. Brasília: Iphan / Monumenta / MinC, 2009b.

BRASIL, Governo Federal. **Igreja e Convento de Santo Antônio**. Coleção Rotas do Patrimônio. Brasília: Iphan / Monumenta / MinC, 2009c.

BRASIL, Governo Federal. **Educação Patrimonial:** histórico, conceitos e processos. Brasília, DF: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014.

BRASIL, Governo Federal. "Carta de Nova Olinda". In: **Educação Patrimonial**: histórico, conceitos e processos. Brasília, DF: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014.

COSTA, Pereira da. Anais Pernambucanos. Vol. 1. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife.

CURY, Isabelle (org.). **Cartas Patrimoniais.** Rio de Janeiro: Iphan, 2004.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 13ª Ed., São Paulo, Editora Universidade de São Paulo, 2008.

FLORÊNCIO, Sônia R. R. Educação Patrimonial*:* um processo de mediação. In: TOLENTINO, Átila Bezerra (org.). **Educação Patrimonial:** reflexões e práticas. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo:** trajetória da política de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Minc/UFRJ, 2005.

FREYRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GUERRA, Flávio**. História de Pernambuco.** Recife: Ed. Raiz Ltda., 1984.
HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUMBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial.** Brasília: Iphan, Museu Imperial, 1999.
KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil.** Trad. Câmara Cascudo. São Paulo – Recife – Rio de Janeiro – Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1942.
MAGALHÃES, Aloísio. **E Triunfo?:** a questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira / Fundação Roberto Marinho, 1997
MEDEIROS, Maria do Céu. **Igreja e dominação no Brasil escravista**: o caso dos Oratorianos de Pernambuco – 1659 – 1830. João Pessoa: Idéia, 1993.
MENESES, Ulpiano T. B. O Campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas. In: **I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural:** desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Presto, 2009. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2012
RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
SILVA, Leonardo Dantas. **Pernambuco Preservado**: histórico dos bens tombados no Estado de Pernambuco. Recife: Editor, 2008.
SILVA FILHO, Romero de Oliveira e; RIBEIRO, Emanuela Souza. **"Casa do Patrimônio de Recife"** – (Projeto básico). Superintendência do Iphan em Pernambuco, 2008.

SC10. Teoria e historiografia
Antônio Clarindo de Sousa

CONGO E CONGADA: ANÁLISE DE UMA HISTORIOGRAFIA AFRO-BRASILEIRA

Thiago dos Santos Farias[1]
Profª. Drª. Rosilene Alves de Melo[2]

RESUMO
Este trabalho é um estudo sobre as Congadas que se configuram como manifestações de ordem cultural e religiosa dentro das irmandades negras em todo o Brasil e que tem suas origens ainda na chamada diáspora africana quando do trafico negreiro para nosso país e outros a exemplo de Portugal. Busca-se com base no diálogo com a historiografia afro-brasileira e africana conceituar a Congada partindo da ideia de nação bantu (banto) levantada por vários estudiosos da área. Dessa forma analisaremos os discursos de historiadores, antropólogos, sociólogos, etnólogos e outros estudiosos que possam contribuir para a elaboração deste escrito. Utilizaremos livros, artigos, tese, dissertações e outros materiais que possa nos dar suporte. Tudo isso na tentativa de conceituar a Congada dando a esta manifestação cultural uma unidade discursiva.
Palavras-Chave: História, cultura, congada e historiografia.

INTRODUÇÃO

Quibamba virou
Mandou me chamar (2x)
Eu mandei dizer
Que não ia lá
Qu`istava rufando
Com`eu maracá...
(canto de embaixada dos congos da Paraíba)[3]

No inicio do século XX as discussões sobre a identidade nacional vem à tona em face das influências do movimento modernista e de um grupo em particular chamado folcloristas. Esses intelectuais buscam consolidar uma identidade brasileira fundada nos três elementos que compõem o Brasil: o europeu; o índio e o negro.

Nesse contexto, Mário de Andrade um grande intelectual brasileiro e então diretor do departamento de cultura do estado de São Paulo é quem vai no período de 1935-38 dar inicio a uma missão de pesquisas folclóricas com o intuito de registrar e gravar em discos a maior

[1] Graduando da Universidade Federal de Campina Grande/Centro de Formação de Professores/Cajazeiras-PB/Campus II. E-mail: thiagodossantosfarias@gmail.com
[2] Docente da Universidade Federal de Campina Grande/Centro de Formação de Professores/Cajazeiras-PB/Campus II. E-mail: rosilenemelo@gmail.com
[3] (BEIJAMIM, 1977, p. 10).

quantidade possível das manifestações populares do Brasil que pudessem reafirmar nossa herança cultural.

E assim se fez por todo o território nacional através dessas missões que percorreram o Brasil, principalmente o interior do Norte; os sertões de Minas Gerais e os sertões do Nordeste.

As viagens de Andrade foram de significativa importância no que se refere à coleta e a elaboração de textos que sistematizam um minucioso detalhamento sobre boa parte das manifestações culturais do Brasil e, sobretudo do Nordeste do país.

Nesse contexto as Missões de Pesquisas Folclóricas como foram nomeadas por Mário de Andrade passaram pelo sertão nordestino, mais precisamente pelo Ceará no vale do Icó, no Pernambuco na região do Pageú, no Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte e Também aqui na Paraíba.

Na Paraíba essas Missões Folclóricas visitaram as Cidades de Santa Rita, Patos, Sousa e Pombal. Sendo que, na primeira e na última para registrar as danças dramáticas e apresentações dos Congos (Congadas) e nas outras duas, a segunda e a terceira para fazer o registro da tradicional Pega de Bois e do Bumba Meu Boi respectivamente.

Esse pequeno detalhamento será necessário para que o leitor encontre a origem da minha discussão sem muito esforço.

Todavia, o objeto deste estudo são as Congadas que Mário de Andrade empenhou-se para dar-lhe especial crédito. E com isso chamar a atenção do Brasil para sua importância do ponto de vista cultural, pois a Congada naquela época e ainda hoje esta mergulhada em um caldo de simbologia e sincretismo religioso por demais relevante.

Sobre a Congada Mário de Andrade diz que: é a mais pura manifestação da cultura popular brasileira pelo fato de ser um rito não só dramático religioso, mas por expressar a ancestralidade do negro e sua ligação com a identidade de ser humano produtor de cultura (ANDRADE, 1935, p.35).

No que se refere à abordagem feita sobre as Congadas até agora no Brasil, ela tem sido vista de forma particular, pontual e mesmo municipalizada. Portanto, é nesse ponto que percebemos a necessidade de aprofundar as análises de forma que possamos não abarcar o todo, mas traçar um olhar panorâmico sobre tal assunto de maneira que este possa ser vista e pensada em um conjunto histórico maior e mais prático do ponto de vista da sua conceituação.

A maioria dos escritos sobre as congadas a veem como uma manifestação "nacional", nascida no Brasil ainda no período colonial por volta de 1760 (XVIII) ligadas a

confrarias de irmandades negras em louvor a Nossa Senhora do Rosário e a São Benedito. Outros como José Gomes Tinhorão retrocede um pouco no tempo e relata a realização de uma Congada em Portugal para comemorar o casamento de D. Maria I que se realiza anterior as do Brasil. Porem, sem data definida (SILVA, p.1).

Todavia, o costume das Congadas não se vê por muitos historiadores como exclusividade do Brasil ou mesmo de Portugal, pois era uma prática comum entre as sociedades africanas a coroação de reis de fachada para governar pequenos territórios durante o domínio português sobre a África Centro-Ocidental (região conhecida como reino do congo ou mani soyo), e para isso se realizava uma festa por demais animada e dançante no momento da entronação de patronatos nativos que tiveram suas ações de mando reduzidas a poderes simbólicos.

Isso tudo serve para afirmar a forma como a Congada ainda é vista hoje. Ou seja, totalmente desenraizada de seu centro que na verdade é uma "Cultura Banto" que se formou no Brasil a partir de povos africanos que vieram nosso país no período do tráfico de escravos, e que foram capturados em uma região da África Centro-Ocidental. Estes eram falantes de línguas oriundas de um mesmo tronco linguístico e fonético formando na América Portuguesa o que os historiadores chamam de Nação Banto.

Conclui-se que há uma clara e gritante necessidade de falar das congadas partindo desse núcleo "parental" para tentemos dar a mesma um conceito e um lugar na historiografia a qual ela de fato merece.

Portanto, é preciso ver a Congada partindo de um "mapa" que diga o que ela é de fato e o que sua formatação enquanto manifestação da cultura religiosa representa para nós do ponto de vista da historiografia.

CONGOS E BANTOS: UM CONTEXTO DE ALEM-MAR

A cultura Banto (Bantu) é originária do centro da África, mais precisamente da região que a qual denominamos de África-Centro-Ocidental ou ainda pode ser chamada de África Negra. Deste lugar geográfico foram trazidos para o Brasil no período colonial e no Império também, milhares e milhares de africanos para serem escravizados aqui em nosso país. Estes geravam lucros para os traficantes, senhores de engenho e outros que tinham total proteção fiscal e legal tanto da metrópole quando o Brasil era colônia, quanto do Império brasileiro no pós-independência.

O fato interessante é que estes povos negros que aqui chegaram tinham algo muito em comum. Primeiro o fato de serem do mesmo continente, mas até ai, tudo bem. Porem, o que os ligava mais diretamente era o fato de todos falarem uma língua que tinha um tronco unitário e que convergiam para o entendimento de vários dialetos das chamadas "nações africanas".

No caso desses povos, para "além-mar" não se sabia de nada ou quase nada, ficando o indivíduo que era escravizado em situação de desterritorialização. Não sabia onde estava e que lugar era aquele – apesar de o Brasil parecer um pouco com a África em termos de clima - Porem, contudo, o que se deu nesse momento de diáspora foi uma busca por resistência pacifica, feita claro, por meio de unidade linguística que era próxima e comum do seu lugar: o banto ou língua bantu, que pode ser denominado de Nação Bantu no sentido mais real possível do ponto de vista da ideia de Nação.

Essa ideia de "nação" é algo que vigora em vários estudos sobre os Congos e as Congadas. É dai que vem oura ideia que se agrega a anterior sendo denominada de termo. O termo nada mais é do que uma nação mais reduzida e que tem uma participação também significativa na Congada. Porem, a mais forte, sem dúvida nenhuma é a nação. Este termo aparecerá em nosso trabalho – outros também – com grande frequência para que possamos dirimir o que é dito nos discursos que fundam a Congada em quanto manifestação de práticas culturais permeada de religiosidade e que procuramos discutir com base nas fontes que dispomos sobre está temática como sendo uma prática que pode ser classificada do ponto de vista da análise do discurso com uma manifestação que deixa mostrar-se em categorias em categorias de ação e vivência.

AS CATEGORIAS DA CONGADA: UM ACHADO NOS DISCURSOS HISTORIOGRÁFICOS

I- O mito e a narrativa fundante

Na História da humanidade vemos em geral que toda sociedade em todos os tempos possuíram ou possuem seus mitos. Os povos antigos tinham seus mitos para explicar as coisas, pois se tratava de um tipo de mito que chamamos de cosmológico, ou seja, aquele que explica as origens por se só e por mais nada. Porem, o tipo de mito que aqui trataremos um o chamado mito das narrativas fundantes. Sem querer de antemão parecer que busco

legitimidade ou unanimidade, o mito do cosmológico é tão importante quanto o da narrativa, porem este ultimo está ligado diretamente ao nosso objeto de pesquisa que são as Congadas.

O mito da Congada é elaborado por uma narrativa fundante que incorpora elementos da religiosidade católica romana como sendo o seu campo de transição. Ele tem uma base ancestral que se manifesta na figura "divida/monárquica" de um Rei (ou Rainha ou Capitão) dependendo do lugar de onde seja a congada). Este Rei é o elo que liga os povos de cultura negra com sua ancestralidade africana, com suas raízes que ficaram do outro lado do Atlântico.

Nesta linha de raciocínio se expressa Marina de Mello e Sousa:

> foi a força simbólica e a capacidade de arregimentação de um rei ou chefe que fizeram as associações étnicas organizadas ao seu redor serem adotadas pelos diferentes grupos, em lugares diversos (2006, p.173).

Desta forma o Rei de Congo ou da Congada representa toda a força espiritual que envolve a cultura religiosa afro-brasileira e os espaços de manifestação dos congadeiros. Esse espaço é não só mítico, simbólico, mas também social, pois é nele que os "brincantes" da Congada dão significado a aquilo que realizam enquanto manifestação da cultura negra.

Ser congadeiro nesses termos demonstra toda a capacidade de reelaboração de uma cultura ancestral que não se pode deixar morrer, não se pode deixar desaparecer. Toda a narrativa mítica da congada busca nesse sentido a legitimidade do ritual em suas práticas diárias no momento de realização da Congada. O mito neste sentido é o elemento fundante e irradiador de unidade simbólica que faz com que os congadeiros se identifiquem com um lugar de origem: a África.

II- Espaços da congada: irmandades negras e pardas

Neste ponto os discursos sobre as Congadas têm como objetivo principal realizar uma reflexão sobre o lugar das manifestações culturais de tradição festiva e simbólica que envolve a temática. Para tanto, de antemão iniciamos este ponto com a seguinte colocação:

> A Irmandade do Rosário compunha-se de homens e mulheres, o que a diferenciava, por exemplo, da Irmandade do Santíssimo Sacramento, que era composta só de homens. Em Jequitibá, houve as duas Irmandades: a do Rosário e a do SS. Sacramento. Como a participação dos homens pretos nas igrejas dos brancos era restrita, teremos as duas igrejas: a capela dedicada à Senhora do Rosário e a igreja matriz dedicada ao Santíssimo Sacramento. Com o passar do tempo, as Irmandades

> do Rosário ficaram constituídas exclusivamente por homens e mulheres de origem da raça negra. Exemplos dessas construções se encontram em Ouro Preto, Diamantina, Divinópolis, Jequitibá, e outras cidades mineiras (SANTOS, 2011, p.37).

O fragmento de texto acime é uma amostra desse lugar da Congada. O autor nos diz que em várias cidades de Minas Gerais havia Irmandades do Rosário, por vezes até duas, com cultos diferentes, mas que não deixava de serem irmandades. Espaço de fé e rememoração simbólica, espaço de elaboração do sarado.

Nosso entendimento sobre este contexto histórico é o de que as Irmandades sejam elas dedicadas ao santo que for, eram o lugar de vivência e convivência espiritual dos congadeiros. Lá se elaborava ou reelaborava – tenho frisado constantemente isso – o sagrado; o ancestral, que era para os participantes deste lugar de religiosidade o ponto de partida para um retorno das origens indentitárias do ser congadeiro.

Porem há na história do congado registro de tentativas que buscavam desfazer estes espaços simbólicos:

> ...os espaços festivos dos grupos de Congado são tidos, por uma série de grupos hegemônicos de sujeitos, como espaços que não possuem a densidade necessária para que sejam considerados como importantes... os espaços da negritude são repetidamente vistos como espaços perigosos à ordem estabelecida. Deslegitimar este espaço faz parte, pois, de uma deliberada medida de desqualificar a positividade das espacialidades negras, relegando-as a um status de "signo inabitável", que possuem suas existências exclusivamente para que um outro tipo de espaço, o espaço do branco, possa se instituir como espacialidade legítima (SANTOS, 2011, p. 199-200).

A Igreja do Rosário – tomada aqui como lugar genérico – não é por excelência o espaço do negro, mas sim o espaço de onde o branco buscava legitimar o seu poder sobre o negro. Este lugar era "aberto" ao negro como tentativa de controle social que tanto a religião exercia quanto o "Estado" autorizava e legitimava.

Portanto, o espaço da congada era um espaço em grande medida muito influenciado por esses agentes externo-internos que estavam ao redor dos congadeiros no intuito de sempre controlar estes espaços; de sempre controlar o lugar da congada. Porem nem sempre isso se dada de maneira efetiva devido a resistência dos negros.

III- O Ritual Congadeiro: processos mágicos de significação

O ritual do Congado é um processo de magia e evocação das antigas batalhas dos reinos africanos que se deram origem as embaixadas africanas no período de dominação portuguesa nos séculos XVI e XVII. Este ritual elabora-se conforme o sentido mágico dos objetos utilizados pelos congadeiros nas festividades da Congada. Ao invocar a Santa do Rosário, por exemplo, o "brincante" da Congada chama nossa atenção para a ideia de ritualização do festejo que vez ou outra é taxado de "puro folclore". Coisa que desqualifica seu lugar de manifestação elaborada e transformada no cotidiano das práticas culturais, pois a Congada possui em seu bojo histórico os elementos que a legitimam pra tal como o ritual que ora aqui discutimos; o mito (Rei), o espaço ou lugar da Congada que são as irmandades. Portanto, sempre é sabido perceber a Congada como um processo de significação ou ressignificação das práticas culturais de origem afro-brasileira.

Neste sentido:

> As tradições de acordo com as épocas ganham novos contornos, o que não deixa de provocar reações nostálgicas a respeito de um passado que não se faz mais presente da forma como antes fora vivido; fazendo com que surja no contexto do Congado, inserido numa cidade que se propõe a ser metrópole, um questionamento sobre as fronteiras que distanciam ou aproximam a fé do que para alguns pode se transformar em espetáculo... O embate entre o que se pressupõe fazer parte de uma modernidade e se distancia de alguns rituais tradicionais do passado suscita várias questões (BRASILEIRO, 2012, p.131).

Desta forma, percebemos que o ritual da Congada não é algo estático, ou seja, algo que não muda ao longo do tempo e ao longo das influências cotidianas que constantemente recebe de seus membros e possivelmente de agentes externos. As trocas de experiência dos membros do congado com outras pessoas podem de certa maneira leva-los a mudar de postura diante de vários momentos do congado. Essa postura pode acontecer em relação ao comportamento das danças; dos cânticos, dos elementos mágicos como: chocalhos, ganzás, bastões, cores e outros adereços que simbolizam práticas e significações do ritual congadeiro.

Contudo, a discussão sobre as Congadas tem em vista o estabelecimento de não só perceber esta "ritualidade" que está a todo tempo amostra na festa do Congo, mas no seu caráter de identidade do ser congadeiro, do seu envolvimento com as práticas cotidianas desta cultura negra que para além da festa tem profunda relação com as histórias de vida das pessoas que dela fazem parte e a ele se dedicam para fazer a congada. A congada é mito,

espaço e magia que da significação a vida de quem "brica" e louva no ritual da vida cotidiana de ser congadeiro.

(IN) CONCLUSÕES

Até aqui nos debruçamos sobre uma ideia central de Congada que se limita a possuir um tripé de elaboração. O mito, personificado na figura divina/monárquica (Rei, Rainha ou Capitão); nas Irmandades (espaços de significação da Congada e no Ritual, onde a Congada de fato acontece e é "brincada", dava a ver (perceber), sentida enquanto manifestação de fé e alegria pois também é festa. Festa negra de origem africana que lutou e ainda reluta para que as gerações futuras não esqueçam de que não podemos deixar o passado e as raízes de lado. É preciso rememora-las, reelabora-las e resignificá-las pra a vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Mário de. Os congos. **Lanterna Verde**: Rio de Janeiro, n.2, p 36-53, fev.1935.
BARBOSA, Márcia Fagundes. Nação, um discurso simbólico da modernidade. In: **Crítica cultural (critic)**, Palhoça, SC, v. 6, n. 1, jan/jun de 2011, p. 203-216.
BLOCH, Marc Leopold Benjamin. A história, os homens e o tempo: A escolha do historiador. In: **Apologia da história ou o ofício do historiador.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001, p. 51-68.
BRASILEIRO, Jeremias. **O RESSOAR DOS TAMBORES DO CONGADO -entre a tradição e a contemporaneidade: cotidiano, memórias, disputas.**(1955 - 2011). UFU/MG, Uberlândia – MG, 2012. Dissertação (Mestrado em História e Cultura).
CERMIAVSKIS, Elvira. **Congo: fé ou festa? Eis a questão.** CELACC/ECA-USP, 2010, (TCC).
CERTEAU, Michel de. **A escrita da história.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
COSTA, Patrícia Trindade Maranhão. **As raízes da congada: a renovação do presente pelos filhos do rosário.** UNB, Brasília, 2006. Tese (Doutorado em Antropologia).
FERREIRA, Rodrigo de Souza. Origens da congada: controvérsias e convergências. In: **Unimontes científica,** Montes Claros, v. 7, n.2-jul/dez de 2005, p. 101-111.
GONÇALVES, Antônio Custódio. As influências do cristianismo na organização do Reino do Congo. In: **Congresso Internacional Bartolomeu Dias e sua época.** Faculdade de Letras do Porto. Porto, 1989, p. 522-539.
PINTO, Márcia de Vasconcelos. Identidade Cultural. In: **Encontro Nacional dos Estudantes de Arquitetura.** 15 de julho de 2004, Brasília – DF, p. 01-19.
SANTOS, Carlos Roberto Moreira dos. **CONGADA E REINADO: história religiosa da irmandade negra em Jequitibá, MG.** PUC/MG, Belo Horizonte-MG, 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião).
SILVIA, Renata Nogueira. A festa do congado: a tradição ressignificada. In: **26ª reunião brasileira de antropologia,** Porto Seguro-BA, p. 01-13.

SOUSA, Patrício Pereira Alves de. **Corpos em Drama, Lugares em Trama: gênero, negritude e ficção política nos Congados de São Benedito (Minas Novas) e São José do Triunfo (Viçosa) – MG.** UFMG/MG, Belo Horizonte – MG, 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia).

SOUZA, Marina de Mello e. Catolicismo negro no Brasil: santos de minkisi, uma reflexão sobre miscigenação cultural. In: **Afro-Ásia,** 28 (2002), 125-146.

SOUZA, Marina de Mello e. Reis do congo no Brasil, séculos XVIII e XIX. In: **Revista de História,** 152 (1º-2005), p. 79-98.

SOUZA, Marina de Mello e. **Reis negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de Rei de Congo.** - Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

SOUZA, Talita Tavares Batista Amaral. Cultura afro-brasileira: um novo olhar. In: **Vértices,** v. 7, n.1/3, jan/dez de 2005, p. 53-62.

THORNTOM, Johm Kelly. **A África na formação do mundo atlântico: 1400 – 1800.** Rio de Janeiro: Else vier 2004. – 2ª reimpressão.

VALANDRO, Letícia. Cultura e identidade: o cerne da ação e reação imperialista. In: **Cadernos do IL**, Porto Alegre, nº. 37, dezembro de 2008. Disponível em: http://www.seer.ufrgs.br/cadernosdoil/, p. 01-08.

WANDERLEY, Alba Cleide Calado. Reflexos freirianos na construção da identidade afro-brasileira da irmandade do rosário de Pombal - PB. In: **V Colóquio Internacional Paulo Freire** – Recife, 19 a 22-setembro de 2005.

A LEI 10639/03 E O COMBATE AO PRECONCEITO: AS CONTRIBUIÇÕES DA HISTÓRIA SOCIAL[1]

Isaac Cardoso Santos [2]

RESUMO
O presente artigo ocupa-se por analisar as contribuições da história social, sobretudo a história social da família, para o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira e para a efetivação da Lei 10639/03. Para isso, buscaremos analisar o atual contexto no qual a referida Lei foi recebida pela sociedade brasileira (principalmente as escolas), uma aproximação aos estudos de Hebe Mattos e, por fim, aos estudos de Robert Slenes. Deste modo, destacaremos a importância do livro *Na Senzala uma flor: as Esperanças e Recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX*, deste último autor, para uma revisão historiográfica sobre a existência de famílias de escravizados, assim como da importância dessas para o cumprimento dos objetivos da referida Lei, sobretudo no que se refere à formação das identidades dos alunos.
Palavras-chave: História social; Lei 10639/03; famílias.

A partir de 2003, sobretudo, o debate sobre o preconceito racial[3] (étnico racial) ganhou centralidade em vários âmbitos da sociedade brasileira. Esta data evidenciou a necessidade urgente, que vigora até hoje, de se debater e combater o preconceito existe na sociedade como um todo e, especificamente, na escola, pois, a partir da publicação da Lei 10639/03, o estado brasileiro admitiu ser importante e necessário à revisão da história brasileira que, até então, negava a contribuição capital dos negros e afros descentes para construção deste país.

Esta ação do governo, encabeçada pelos Movimentos Negros, obrigou a sociedade brasileira a descortinar o preconceito velado e cruel que muitos brasileiros sofrem e germinou o debate em relação a políticas de reparação (políticas afirmativas) que, de certa forma, foi crucial para o debate, pois na medida em que as discussões iam ganhando corpo e as referidas políticas seguiam o mesmo rumo, os lugares antes naturalizados como lugares dos não negros e afros descentes começaram a ser relativizados e, assim, as políticas afirmativas começaram a incomodar muitos grupos da sociedade, sobretudo no que tange a Lei das Cotas nas

[1] As discussões que se iniciaram aqui são fruto do estudo das referências expressas ao fim texto e da experiência do autor como coordenador pedagógico da Secretaria Municipal de Educação de Vitória da Conquista (2009-2012). No exercício desta função, o autor do texto desenvolveu atividades pedagógicas com os professores de todas as modalidades de ensino (do 1° ao 9° ano do ensino fundamental), principalmente coordenando formações de docentes acerca da Lei 10639/03 e história e cultura africana e afro-brasileira.

[2] Mestrando em História pela Universidade Federal da Paraíba e graduado em Licenciatura em História pela Universidade estadual do Sudoeste da Bahia.

[3] Apesar de o conceito raça ser impossível de sustentar atualmente, biologicamente e socialmente, o racismo existe sim e com requintes tão cruéis e desumanos quanto na época em que o conceito raça era defendido e provado por muitos, sobretudo no século XIX. Se se negar a raça, nega-se o racismo. Na verdade, o termo *preconceito étnico racial* tenta substituir o de *raça*, mas o racismo é baseado na crença de superioridade de quem é preconceituoso (racista) e na inferioridade de quem é visto pelo preconceituoso como menor, inferior, incapaz, dentre outros atributos de mesmo caráter.

Universidades Públicas (ainda em curso) e a recente aprovação da reserva de cotas em concursos públicos federais.

Este quadro, por vezes, polarizou (ainda polariza) discursos carregados de ignorância que alimentou e alimenta preconceitos. Alguns afirmam que a reserva de vagas por meio de cotas nas universidades estaria fazendo um preconceito ao contrário, já que a meritocracia não estava sendo respeitada e, ainda, que os futuros profissionais oriundos das cotas seriam um problema porque a qualidade da formação não seria a mesma já que a supracitada meritocracia foi ignorada. A partir disso, acusações e agressões de cunho preconceituoso são lançadas a estas e outros políticas afirmativas, mas, de fato, a centralidade da questão continua sendo a existência de um racismo velado que só a pouco tempo a sociedade brasileira teve a coragem (impulsionada pela necessidade) de encarar este problema que afeta toda a sociedade de forma latente.

É neste novo contexto que se coloca a importância e urgência de se efetivar a Lei 10639/03 que obriga as escolas a conhecer, discutir e valorizar a contribuição da história da África, dos africanos e afro descentes na construção da história do Brasil, evidenciando personagens esquecidos (diminuídos apenas a condição cativa), as resistências ao sistema escravocrata para além de Palmares/Zumbi, e todas as ações que evidenciam ser outra a história brasileira. Assim, a referida Lei orienta as escolas a combater o preconceito étnico racial visando assim, contribuir para a constituição da identidade dos alunos que, até hoje, não têm muitas referências de beleza e protagonismo de negros de forma disseminada já que as mídias ainda reforçam um padrão de beleza e naturalizam a condição de muitos negros como subservientes e estereotipada.

Que a Lei é de extrema importância social é algo dado, mas as possibilidades de atendê-la é que têm de ser discutidas, pois as produções que atendam aos seus objetivos ainda são pequenas e, muitas vezes, mal utilizadas por profissionais que, por vezes, não têm formação que os habilitem a ministrar a temática dentro de uma disciplina ou mesmo como tema transversal. Sendo necessário, assim, o aumento da produção de materiais didáticos e de uma melhor formação (inicial e continuada) dos profissionais da educação para que o trabalho aconteça positivamente.

É neste contexto que a História Social, sobretudo no que tange a história da família e a história da escravidão, expõe possibilidades reais de contribuir neste cenário, sobretudo, no que se refere ao enfrentamento de visões deturpadas sobre a condição dos escravizados que, ainda tem sido sinônimo de negro e de passividade em relação ao sistema escravocrata e,

também, no que se refere a constituição e manutenção de famílias que, mesmo imersas neste sistema, conseguiram existir e resistir. Deste modo, seguiremos este texto destacando as contribuições da História Social a partir das análises de Hebe Mattos, no que tange a Histórica Social, e do livro: *Na senzala um flor*: *as Esperanças e Recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX* que são produzidos a partir desta concepção de história, mas faremos uma breve análise da Lei 10639/03 buscando explicitar alguns dos pontos centrais das discussões acerca desta.

No texto da lei temos: "Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. § 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente à História do Brasil". A lei deixa nítida a obrigatoriedade do ensino de conteúdos sobre a matriz negra africana na constituição da nossa sociedade no âmbito de todo o currículo escolar e sugere as áreas de História, Literatura e Educação Artística como áreas especiais para o tratamento desse conteúdo, tanto no Ensino Fundamental como no Ensino Médio. Em março de 2008 a lei 10639/03 foi substituída pela 11645/08 e insere a cultura indígena como tema obrigatório nas escolas. A nova lei trata o assunto como introdução da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nos currículos escolares.

Apesar de ser um grande avanço para educação, a Lei ainda possui algumas fraturas, sobretudo do que se refere à extensão dos profissionais que devem trabalhar os conteúdos, pois a centralidade é história e cultura africanas e brasileiras e seria um campo muito mais dos historiadores que de qualquer outra área, o que não elimina que as discussões sejam extensivas a todas as áreas que compõem o currículo das escolas, mas acaba por responsabilizar profissionais sem formação, mesmo que mínima, em história para ministrarem a temática.

Outro ponto a ser melhorado na Lei é o de a mesma não obrigar as secretárias de educação (federais, estaduais e municipais) a criarem uma disciplina específica para a temática deixando, assim, a cargo destas instituições a opção de se cumprir a Lei por meio de uma disciplina ou por meio de uma discussão transversal. O que pode ocorrer é que sendo a opção por tema transversal, o caráter da discussão perde centralidade e tende a diluir-se.

No que se refere á formação dos profissionais docentes, ainda observamos um caminhar lento e cheio de descompassos, pois, de forma geral, vem ocorrendo também a cargo das secretarias de educação e de forma pouco efetiva. No calor da criação da Lei foi observada uma maior preocupação com cursos de formação e capacitação, assim como a criação de disciplinas sobre história da África nos cursos de Histórias, mas, de forma geral, muitos professores acabam ministrando a disciplina para completar carga horária e isso é refletido na falta de uma dedicação maior e melhor.[4]

HISTÓRIA SOCIAL: A POSSIBILIDADE DE QUEBRAR PRECONCEITOS

Nas análises feitas por Mattos (1997) observamos diversas modalidades de história social, com vários tipos, variadas abordagens e pressupostos diferentes. A autora firma a influência do Annales sobre a história social, com Bloch e Febvre, entrando em crise nas décadas de 1970 e 1980, pois novas abordagens foram propostas. Logo após seu nascimento, a história social foi pratica por historiadores alemães, conservadores (século XIX), estando preocupada com a vida privada, a cultura, os costumes, deixando, assim, o âmbito político de fora de suas abordagens. Em oposição a este cenário, a história social, influenciada pelo socialismo, preocupou-se com as formações, desenvolvimento e estrutura de movimentos operários. Focava, assim, no coletivo e deixava de lado o indivíduo. A autora analisa este contexto afirmando que a história social do Annales se preocupava com os movimentos coletivos, as estruturas de longo prazo e a análise na história.

Mattos (1997) segue o texto expondo a desumanidade do método quantitativo, que a história social adquiriu no momento de afirmação desta como ciência, pois se preocupava apenas com séries, relatando somente números abstratos e genéricos. Destaca o surgimento de uma abordagem mais antropológica, a micro-história e história vista de baixo. A primeira ateve ao modo como os homens construíam suas identidade coletivas, a segunda direcionou sua atenção em ver como os indivíduos inseriam-se em relação aos marcos estruturais e, por sim, a terceira (de Thompson) se ateve as classes mais baixas, sendo seu foco o comportamento, a cultura e como os integrantes destas classes vivenciavam os acontecimentos.

[4] O fato de não ser obrigatória a criação de uma disciplina implica diretamente na falta de continuidade do trabalho e, ainda, de uma desestruturação da carga horária do professor. Isso seria resolvido com a criação da disciplina e com o professor específico para a mesma, dando maiores bases até mesmo para a identidade da temática e do professor com a mesma.

No que se referência especificamente ao Brasil, Mattos (1997) destaca que o rankianismo teve pouca influência no país, não conseguido adeptos nas universidades. Expõe a importância das ciências sociais para a história brasileira, pois a primeira foi pioneira nas universidade e, ainda, influenciou a segunda quando as primeiras abordagens tinham teor econômico e sociológico, sobretudo na década de 1960.

A história social brasileira não se afastou muito das influências internacionais e dos Annales, Florestan Fernandes (e a escola sociológica paulista) é um dos expoentes desta história e, juntamente com o grupo paulista, realizou trabalhos acadêmicos sobre a história social do negro e da escravidão. Os sociólogos também produziram trabalhos sobre a história social do trabalho, sobretudo a partir da década de 1960.

A autora observa que as décadas de 1970 e 1980 marcaram a expansão e consolidação de cursos de pós-graduação no Brasil, assim como a profissionalização do historiador, movimentos que caminharam juntamente com a crise de referenciais teóricos até então dominantes. É neste contexto complexo que o campo específico da história social brasileira, ainda aliada aos sociólogos, se forjará. Mattos (1997) destaca três grandes áreas que têm concentrado a maior parte da produção brasileira: história social da família, história social do trabalho e história social do Brasil colonial e da escravidão. Daremos maior atenção neste trabalho à primeira área.

No que se refere a história social da família, a autora afirma que esta história se firmou como campo específico a partir da década de 1980 e que as pesquisas em demografia e o interesse e exploração do tema por antropólogos e sociólogos, das duas décadas anteriores, foram indispensáveis para tal. A centralidade da análise metodológica demográfica, sobretudo no que se refere à nupcialidade, fecundidade, equilíbrio entre os sexos e a estrutura familiar, foi sendo substituída por carências de análises para novos e diversos temas, como aponta Mattos:

> A pluralidade social dos arranjos familiares, das concepções de família e das estratégias adotadas pelos grupos familiares passou a ser priorizada em relação às generalizações teóricas predominantes nos modelos anteriores. A expansão das temáticas e abordagens já constituíram subcampos, como a família escrava, ou novas áreas de especialização, com perfil autônomo, como a história da mulher ou da sexualidade (MATTOS, 1997, p. 92).

Mesmo as pesquisas baseadas apenas na demografia (do ponto de vista biológico ou legal) já foi revolucionária ao explicitar a existência de famílias escravas (escravizadas),

confrontando assim as visões congeladas, ainda em voga, sobre a falta de afeto e laços familiares entre os cativos e ainda sobre o grau de complexidade de cada grupo familiar se compor e se diferenciar, destacando, assim, as diferentes formas de se conceber e forjar a família. Nesta perspectiva, Mattos (1997) evidência algumas questões importantes dentro desta história social:

> Qual o significado da família para os cativos? Numa situação estrutural de desequilíbrio entre os sexos, que status específico as relações familiares emprestavam à mulher escrava, e quais as diferenciações sociais que poderiam produzir no interior da comunidade cativa? A que outras relações familiares, reais ou rituais, teriam acesso os escravos, além daquelas que podem ser percebidas pelo casamento legal ou pela declaração de parentesco, nos inventários? Qual o peso das tradições africanas nestas relações? Até que ponto estas relações foram estruturais à própria reprodução da sociedade escravista e em que medida informaram culturalmente a percepção que o escravo tinha de si mesmo e da escravidão, bem como suas opções em termos de estratégias sociais? (idem).

São estas questões que farão com que novas fontes sejam utilizadas para os novos trabalhos que tiveram como objetivo a pesquisa das famílias em questão. Neste sentido, juntaram-se as fontes demográficas com inventários, processos-crimes ou relatos de viajantes. Assim, podemos perceber o quão importante é a história social da família para retomarmos as questões expostas na Lei 10639/03 e necessárias para toda a sociedade brasileira. A partir desta breve abordagem sobre a história social e a história social da escravidão poderemos, então, buscar aproximação com o livro *Na senzala uma flor: As Esperanças e Recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX* de Robert Slenes que se dedica justamente a temática central no nosso texto.

NAS SENZALAS: SOFRIMENTO, ANGÚSTIAS, DESCANSOS, FLORES, FAMÍLIAS...

A descrição feita pelo viajante francês Charles Ribeyrolles, no qual ele notava que jamais havia visto nos cubículos dos escravos sinais de esperança ou de recordações, negando que a família pudesse fazer parte da vida entre os escravos é a mola propulsora do trabalho de Robert Slenes que, em seu livro *Na senzala uma flor: As Esperanças e Recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX*, de extrema importância para a ampliação das interpretações sobre o viver do escravo no século XIX, principalmente pelo tratamento dado às fontes documentais. Extrapolando as análises quantitativas das fontes demográficas e fazendo uma releitura criteriosa dos relatos de viagem, o autor impôs um salto

de qualidade na interpretação histórica sobre a família escrava no Brasil, como apontamos no tópico acima, necessidade das perguntas exportas por Hebe Matos. Slenes oferece-nos um excelente texto que pontencializa imensamente o ensino de história de forma geral e, especificamente, a história e cultura africana e afro-brasileira.

O primeiro capítulo destaca o autor que a década de 1970, os relatos dos viajantes haviam norteado a historiografia brasileira, sendo central nesta a partir do que a vida dos cativos era marcada pela promiscuidade, desregramento e violência. A instabilidade das uniões e a promiscuidade, consideradas características da vida escrava, foram associadas à deficiência política dos escravos, ou seja, desconsiderando a condição de sujeitos históricos destes e negando, assim a possibilidade da existência de famílias escravas. A partir dos anos 70, a vontade dos escravos em formar uma comunidade no cativeiro e como parte de suas estratégias de sobrevivência, ao mesmo tempo que atendia aos interesses senhoriais de controle social sobre o plantel. A possibilidade da análise das fontes primárias: a relação do tamanho do plantel com os laços familiares do escravo, suas idades, o estado civil, a prole, a estabilidade da família relacionada com as idades dos filhos, a atividade econômica do domicílio e a permanência das famílias contribuíram, de uma vez por todas, para derrubar as teses de que a constituição e a manutenção das famílias eram impossíveis e ainda sobre a alastrada promiscuidade entre os escravos. Para Slenes essa nova visão sobre a estrutura familiar existente na escravidão brasileira expõe a sua relação com a política de domínio do senhor já que este cenário passa a ser entendida, também, como resistência a política senhorial.

No segundo capítulo, expõe que a defesa da formação e manutenção da família pelos escravos inseria-se na luta por espaços de autonomia no cativeiro, enquanto que para o senhor isso poderia significar um meio de exercer maior controle sobre os cativos. Discorda da visão meramente funcionalista da família escrava, segundo a qual as uniões familiares apenas dariam ganhos políticos ao senhor em detrimento do escravo. A família escrava, na visão do autor, não deve ser considerada um elemento estrutural do domínio escravista, uma vez que as relações familiares não enfraqueceram a resistência dos escravos diante de seus senhores, mas pelo contrário, os fortaleciam através dos laços de solidariedade e das heranças africanas.

No terceiro capítulo, o autor se preocupa em entender como se dava o encontro da herança africana com a experiência do cativeiro – que os viajantes quase sempre ignoraram – fez o autor voltar-se também para os estudos contemporâneos sobre a cultura africana. Ao constatar que nas sociedades bantu a família estruturava-se segundo a linhagem, passa a

vasculhar as evidências dessa herança africana entre os escravos pesquisados. Destacando a aproximação da experiência do cativeiro com as lembranças da África, expondo assim a impossibilidade se se entender os laços familiares existentes sem se aproximar da cultura africana que, logicamente, forjou diferenças e especificidades dos seus descendentes aqui no Brasil, pois, ao contrário da tática de muitos comerciantes e traficantes de escravos de fazer os recém-capturados cativos darem voltas em enormes árvores para esquecerem tudo que viverem no continente africano antes de enfrentarem a viagem aterrorizante, traziam com eles lembranças e culturas que foram a base, muitas vezes, para suportarem e resistirem ao cativeiro.

O autor preocupa-se em observar a função ideológica da economia interna dos escravos, ou seja, o quanto os espaços de autonomia dos cativos serviram aos interesses dos senhores por maior controle social, bem como as estratégias dos escravos para obter ganhos – simbólicos ou efetivos - no cativeiro. Para visualizar esses ganhos, o autor atentou para as "coisas miúdas", para tudo aquilo que os viajantes ignoraram – entre elas a alimentação, moradia e a vida familiar. Destacando assim, a condição de sujeitos históricos dos cativos que, sem ela, não teriam conseguido resistir tanto e de diversificadas formas.

No último capítulo, Slenes empreende a busca de um entendimento para a posse do fogo sempre aceso no interior das cabanas e suas influências na família escrava. Na África Central, além de servir para cozinhar, o fogo doméstico protegia a cabana dos insetos e da umidade, guardando também um sentido ritualístico ao fazer a mediação com os ancestrais. No Brasil, o fogo no interior da cabana servia, entre outras coisas, para afastar insetos, preservar a cobertura de palha e de ligação com os antepassados. A constatação dessa permanência de práticas culturais africanas no cativeiro em muito contribuiu para o afastamento da tradicional visão de submissão e aculturação feita pelos relatos de viagens, justamente porque permitiu ver os projetos e estratégias dos escravos para formar e manter uma comunidade própria, mais uma vez, demonstra a necessidade de se estudar questões miúdas a partir de sua referencialidade a ancestralidade dos escravizados, principalmente no que diz respeito à ligação destes com o transcendente e o misterioso, não enxergados pelos viajantes.

Slenes conseguiu fazer um trabalho começando por perceber o que análises opacas e até míopes dos viajantes que a partir da constatação de que o preconceito e a ideologia do trabalho estavam presentes nos discursos dos mesmos, impediram a família escrava de existir

na sua complexidade. Para Slenes, nem os senhores e nem os viajantes perceberam que os escravos aliavam sua experiência africana anterior com as condições escravistas.

AS POSSIBILIDADES DIDÁTICAS TRAZIDAS PELO LIVRO DE SLENES: QUANTO MAIS FAMÍLIAS MELHOR.

O trabalho feito por Robert Slenes, descrito de forma sintética acima, contribui imensamente para a efetivação dos objetivos didáticos que a Lei 10639/03 já que rebate, principalmente, a lógica de se estudar o escravo/escravizado apenas como ator da história brasileira que foi desteritorializado do seu continente de forma brutal e que aqui chegando foi escravo para todo o sempre. Assim ainda é vista a escravidão e a menção à constituição de famílias de escravizados sequer é mencionada nas produções didáticas e, consequentemente, nas aulas sobre o tema que, até então, trabalha com as poucas produções sobre a temática e, por vezes, cristaliza visões congeladas sobre a história do Brasil, do negro e do sistema escravista aqui realizado.

Por isso, a inovação trazida pela obra deste autor pode e dever trazer luz a vida de muitos escravizados que compuseram sim famílias e que a usaram também como forma de resistência ao sistema escravista. Trabalhar nesta perspectiva desde os primeiros anos escolares contribuirá imensamente para o combate ao preconceito étnico racial que existe dentro das escolas brasileiras e que a supracitada Lei pretende combater. Evidentemente que não sugerimos que trabalhar a obra de Slenes na escola seja aconselhável, mas que a aproximação de professores e coordenadores pedagógicos é de salutar importância para que os conteúdos da obra cheguem às salas de aula e, ainda, possibilite a criação de materiais lúdicos e até jogos pedagógicos sobre famílias brasileiras.

Outra possibilidade, mais palpável por enquanto, é a formação dos professores, sobretudo os que trabalham com a temática (em uma disciplina ou não, no caso da abordagem ser por tema transversal) ser acrescida criteriosamente desta obra, assim como de outras que buscam evidenciar uma nova e diferente forma de ver o escravizado e a escravidão. Isso poderia ocorrer em cursos sistemáticos de curta duração ou, ainda, em forma de especializações ou até oficinas temáticas. Para qualquer uma das sugestões é capital a presença de historiadores que se interessem pela história social e perceba o quanto a mesma pode oferecer ao ensino de história, sobretudo no que se refere aos objetivos da supracitada Lei.

Tudo isso só será possível se, de fato, encararmos a escola como uma possibilidade de combater o racismo e as desigualdades sociais geradas por ele. Encarar tal possibilidade requer uma mudança até mesmo nas formas de se perceber a pós-graduação no Brasil, sobretudo no que se refere aos Programas de História que, de forma contundente, reserva pouca atenção às questões do ensino de história e obriga a imensa maioria dos interessados em ensino iriem se refugiar nos Programas de Educação.

A partir de 2003 muitas secretarias de educação[5] começaram a mudar suas ações a partir da Lei 10639/03, por motivos locais ou mesmo por recomendações extras locais, mas isso aponta para um maior e melhor suporte das academias e dos pesquisadores destas para que o trabalho com a história e cultura africana e afro-brasileira se fortaleça cada vez mais e que a temática não sirva apenas como figurante dentro dos currículos escolares e sim protagonize uma mudança estrutural na forma de ver e conceber o negro brasileiro em suas singularidades, necessidades e contribuições, passadas e presentes, na história brasileira. Observamos que o quadro lentamente vem sendo modificado com a criação de cursos de especialização sobre a temática e até cursos de relações étnico raciais em nível de mestrado, mas precisamos sim levar para a escola as produções como a de Robert Slenes que contribuirá não só para o combate ao racismo, a revisão de olhares preconceituosos sobre a história brasileira, como para a formação de identidades de brasileiros que terão motivos para se orgulharem de sua negritude.

Deste modo, cabe a nós, historiadores, acadêmicos ou não, o dever de potencializar materiais didáticos: livros paradidáticos, história em quadrinhos, documentários, músicas, jogos de RPG, dentre outros tantos (para todas as modalidades de ensino), a partir de obras como a de Robert Slenes e outros autores que contribuíram imensamente em seus estudos a partir do trabalho com a história social. Isso, como já foi dito, de certa forma, necessitará de uma preocupação das academias e programas de pós-graduação com a dimensão do ensino, sobretudo nas licenciaturas que desconhecem a sua função central: a de ensinar.

[5] A Secretaria Municipal de Educação de Vitória da Conquista – BA (SMED), desde 2005 que vem discutindo com os profissionais da educação sobre a forma como iriam atender a Lei 10639/03. Para isso, foi instituído o Núcleo da Diversidade (criado em 2006 e existente até hoje) que deveria promover formações diversas para instrumentalizar os professores para aturem na disciplina História e Cultura Africana e Afro-Brasileira, como foi nomeada a disciplina neste município. Sabemos que as escolas brasileiras não caminharam nem caminham juntas neste processo de efetivação da Lei e, muito menos, comungam dos mesmos referenciais pedagógicos para tal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei nº. 10.639 de 09** de janeiro de 2003. Inclui a obrigatoriedade da temática "História e Cultrura Afro-Brasileira" no currículo oficial da rede de ensino. Diário Oficial da União, Brasília, 2003.

MATTOS, Hebe M. História Social. In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (orgs). **Domínios da História**: ensaios sobre teoria e metodologia. Rido de Janeiro: Campus, 1997.

SLENES, Robert W. **Na Senzala, Uma Flor**: as Esperanças e Redordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX. Rio de |Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

PENSANDO O PENSAR HISTÓRICO: UMA REFLEXÃO SOBRE OS "MODOS DE FAZER" NO CAMPO HISTORIOGRÁFICO[1].

Alex Pereira da Silva[2]

RESUMO
Este breve artigo se detêm a analisar as possíveis epistemologias dentre seus usos sob a "operação historiográfica", sendo estes concebidos sob um arcabouço de relações, que entrecruzam o usuário em meio ao seu oficio, que notoriamente é atribuído sob a materialização do seu processo em um enunciado discursivo. Assim, guiado metodologicamente por uma revisão bibliográfica e pelo pensamento do alemão Martin Heidegger juntamente com o francês Michel de Certeau, assim como o pressuposto de funcionalidade teórica de Gilles Deleuze, este breve ensaio pretende refletir sobre as relações de uma epistemologia com o seu usuário, sob a justificativa de cogitar acerca de três entrepostos: da possível emergência de uma teoria acerca da leitura de um escrito, a relação ambivalente de um pensamento com seu tempo, assim como, uma breve reflexão sobre a teoria e seu usuário.
Palavras-chave: Teorias da História; Cristalização de Olhares; Usos do Saber.

INTRODUÇÃO

O que se pode denotar na construção e na veiculação de uma narrativa histórica, em meio ao âmbito formalizado do ofício de um historiador? Sem dúvida alguma, dentre os pares atuantes no campo de análises historiográficas, uma das principais problemáticas que circundam esta pergunta encontra-se em três pontos: Primeiramente, o uso de uma metodologia que assume a funcionalidade de articular o objeto de análise a uma prospecção de pesquisa, almejando avalia-lo, formulando assim um resultado dentro do enunciado; em um segundo ponto, uma seleção de fontes, que vem a promover um "diálogo" entre o historiador e seu objeto; entretanto, em um caráter formalizado de pesquisa se sobressai, de maneira mais pujante o terceiro ponto: o pensar o objeto, sob um pressuposto de análise, ou seja, uma epistemologia que vem a promover uma relação notoriamente problemática entre o pesquisador e seu objeto, sabendo que este aporte
reflexivo deve ser indagado perante alguns pressupostos referentes a sua emergência, sua relação com seu espaço e seus usos, constituídos através de articulações exercidas pelos usuários.

[1] Pesquisa referente ao grupo de estudo sobre textos teóricos: Clio as Terças, organizado pelo Programa de Bolsas de iniciação à Docência (PIBID), sob o financiamento da CAPES e orientado pela professora Auricélia Lopes Pereira.

[2] Graduando em história na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e bolsista do programa institucional de bolsas de iniciação à docência (PIBID), financiado pela CAPES. E-mail: aleks1928@hotmail.com

O pensar o objeto pode ser concebido como uma teoria, que determina o objeto anteriormente a sua pesquisa, assim, como a constituição de um fato[3] que já pré-existe, pois, na medida em que um olhar se sobressai e especula uma possível conjuntura analítica, o fato se idealiza em meio à lógica hermenêutica interpretativa de informações concebidas pelo pressuposto "valorativo" do observador. Assim, a proposta de reflexão deste ensaio deambula acerca da construção dessas formas de "pensar o fazer histórico", a partir de um embasamento na teoria filosófica do alemão Martin Heidegger, no que se refere a constituição de uma identidade sob uma relação "com"; assim, como a postura dos "usuários" de uma teoria em meio a uma adoção ou não de uma "práxis" usual desta, em uma pesquisa, ou a concebendo como uma forma de pensar e produzir os intercursos do sujeito em detrimento de problematizar uma possível dogmatização de pressupostos teóricos.

Deste modo, múltiplas discussões se entrecruzam em meio a esta problemática de usos ou adoções teóricas por parte do pesquisador, desde o espelho do "cotidiano" deste, sendo esse recorte constituído externamente ao espaço acadêmico e científico, como também às "maquinarias" performáticas que determinam ópticas de enxergar os indivíduos dentro de um processo contínuo de relações sociais, que não fogem a o seu modo-de- produção que impõe um "esfacelamento" de visões panorâmicas "caçando" novas maneiras de se reproduzir dentre às práticas dos "sujeitos" deste processo, contudo, para dar início a discussão, cabe-se uma indagação: como se formula uma epistemologia embasada em um processo de leitura?

A PRODUÇÃO DE UM PENSAR

Antes de projetar qualquer prospecção analítica, acerca de alguma corrente epistemológica, cabe-se analisar seu possível pressuposto de existência, assim como, deve-se intervir com a seguinte indagação: de onde se pode partir a possibilidade de pensar uma teoria[4] ou constituí-la? Ora, pode-se, conceber algumas proposituras díspares de análise, em meio a esta indagação que pode ser explicada dialogando com três vertentes: A produção de leitura a partir da convergência com o texto lido, a divergência com o escrito interpretado, assim como a profusão de um confronto entre a lógica inserida entre o intertexto, o intratexto e o contexto, do leitor. Deste modo, pode-se dizer que as leituras trazem consigo não só a inteligibilidade existente em meio aos caos perene no processo de sua finalidade, mas

[3] Quando me refiro a fato atento não para o acontecimento, mas, sim a escrita em forma de discurso que materializa o ofício do historiador em detrimento de sua pesquisa

[4] Referência a um pensamento materializado e imortalizado em um escrito.

também uma causalidade de usos em meio a lógica de espaço apropriada, pelo suposto consumidor de um escrito, que passa a se "apropriar deste escrito e o reinventar", pois, o enunciado "seja ele qual for, está suscetível a uma multiplicidade de usos" (CHARTIER, 2004, p. 173).

No processo de divergência com o texto interpretado a teoria pode ser concebida como um produto de um embate/confronto com o lido, ou seja, através de um processo dialético, a prática de pensar um objeto perante sua funcionalidade e sua explanação de representatividade, emerge e assume notoriedade dentre uma "orla de possibilidades" concatenadas a um espaço propenso a sua legitimação. Nesse processo dialético perpassa dentre uma lógica sintética e "duovalente", na qual, os dois produtos, sendo estes: pensamento existente, contudo não articulado em um enunciado discursivo, logo, não existente; e o pensamento existente nesta mesma categoria, que se confrontam e se materializam como diferentes, assim como nos explica Martin Heidegger através de sua interposição com a legitimidade do "ser", onde "cada identidade reside na relação "com", portanto, uma mediação, uma ligação, uma síntese" (HEIDEGGER, 2006, p.39). O que pode nos induzir também a indagar uma epistemologia, pois, esta só assume uma condição de emergência através de sua relação "com" e só passa a existir diante de sua materialização em um enunciado. Sob o emprego de um confronto, essa concepção emerge através de um embate e posteriormente a legitimação, ou seja, uma teoria identitária entre o "autor leitor" e sua leitura, onde a teoria em potencial é resignificada a partir da leitura e assume o lugar da "tese", já o embate entre elementos díspares do pensamento constituem a "antítese", que por fim possibilita a emergência de uma profusão legitimada entre duas identidades sobre o "ser no pensar", que assim possibilita a teoria a ser legitimada como a "síntese", frente a sua materialidade de existência, em meio a um enunciado.

Deste modo, pode-se perceber a ótica de formação/constituição de uma teoria, através da convergência com o escrito de maneira não menos complexa, pois, há uma suposta contribuição, por parte do leitor, ao escrito em decorrência do que foi assimilado. Assim, o autor se aproxima do olhar veiculado pelo seu predecessor e o "expande", de maneira paradoxal, porque acontece através dessa "suposta" expansão acontece um astigmatismo do que foi materializado no escrito de um texto pelo autor escritor. Deformação inevitável principalmente quando são abordados os mesmos conceitos, pois, estes não possuem lógicas simplistas, na medida em que

> Todo conceito tem componentes, e se define por eles. Tem portanto uma cifra. É uma multiplicidade, muito embora nem toda multiplicidade seja conceitual. Não Há conceito de um só componente: mesmo o primeiro conceito, aquele pelo qual uma filosofia "começa", possui vários componentes, já que não é evidente que a filosofia deva ter um começo e que ela determina um, deve acrescentar-lhe um ponto de vista uma razão (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p.23).

Assim, a epistemologia convertida na operação de seus utentes, sobre o uso dos conceitos, "emana por seus poros" novas "representações" acerca de suas neófitas considerações dentre a suposta ampliação de uma teoria em seu enunciado, pois, estes, trazem traços de "multiplicidades" e de particularidades, na medida em que, esses assumem sua historicidade como objetos que partem de um lugar sociopolítico, junto a um "agente produtor" de um discurso.

Com relação ao terceiro tópico, seu enredamento se materializa de maneira pujante, pois, uma concepção espitemológica emergente a partir de um diálogo entre as três pontes primárias que pode evocar a leitura de um texto, para um olhar um pouco mais panorâmico, constituído a partir do entrecruzamento entre o intratexto, concebido como a hermenêutica interna do texto que é uma leitura complexa; assim como o intertexto, que pode ser concebido também como a relação postura entre o autor do escrito com seus "pontos de partida referenciais", que necessariamente sob a égide de um regimento cientificista seus referenciais constituem parte de uma obra, inclusive a partir da citação, pois, segundo Michel de Certeau: "citando, o discurso transforma o citado em fonte de credibilidade e léxico de um saber", assim como, a citação promove "um contrato entre o remetente e o destinatário" (CERTEAU, 2011, p.103) e esta legitimidade tramita, na medida em que, um promove inteligibilidade da ideia do outro; e por fim a vinculação de um texto a um contexto que abre um "leque de problemáticas" desde a relação do autor com um "lugar", assim como deste a uma conjuntura sociopolítica, que obedece a um regimento de um temporalidade, que pode ser notoriamente questionado.

A relação do pensador com seu "lugar", explanado em meio à produção de um enunciado, se encontra em pujante complexidade junto a hermenêutica interna de um aporte teórico, na medida, que alguns fatores se sobressaem como a relação do intelectual com o seu "entreposto" sociopolítico, econômico, cultural, assim como institucional. Sendo este permeado por relações díspares e notoriamente influenciadoras que o convergem para uma linha de raciocínio em detrimento de uma conexão epistemológica que governa seu ofício e o materializa entre suas relações com as "orlas de poder" que circundam sua ideia, pois, na

medida em que, a profusão de saber acerca de uma teoria, se circunscreve como tal, necessita indubitavelmente de uma legitimação por meio de sua articulação com o poder, constituído e veiculado por meio de relações, uma vez que, seguindo a óptica de poder como Michel Foucault, nos circunscreve sendo esta "causal", pois "a verdade não existe fora do poder ou sem poder" (FOUCAULT, 1985, p.12), determinando assim que o pensamento torna-se inexistente, sob a circunstância em que este, não se articule a um dispositivo de poder que o legitime, principalmente se for levado em conta a instituição que tornará legitimará este saber perante os pares do intelectual.

A relação do autor com o tempo assume uma nefasta dualidade, com relação à compreensão de um pensar introduzido em um texto, pois, o tempo assume uma "multivalência de interposições interpretativas" principalmente se definimos que tempo queremos analisar, uma vez que o tempo confere ao autor uma multiplicidade de significâncias na óptica de tempo concebida pelo alemão Reinhart Koselleck[5], onde esta categoria de análise, segundo este autor, assume características constituídas e atribuídas por artífices sociopolíticos de seu contexto. O que nos leva a outra vertente de ambivalência, concebida sob uma análise de relacionamento entre a epistemologia da história e seu tempo.

UMA DUALIDADE INTEPRETATIVA: A TEORIA E SEU "TEMPO"

Em uma celebre frase o grande intelectual Marc Bloch explanou que a "história é a ciência dos homens, no tempo" (BLOCH, 2002, p.55). Nesta pequena e profunda passagem ele traz consigo múltiplas significâncias, assim, como problemáticas principalmente quando é articulado com a contração "dos" que pressupõe uma óptica de pertencimento aos "homens no tempo". Contudo, esta ideia é coerente, na medida em que "a história traz consigo a essência de sua temporalidade[6]" como nos transpõe Jorge Luiz Borges, pois, os discursos emergem de temporalidades contextuais e trazem consigo uma vinculação com os significados e simbologias de lugares e de contextos, entretanto, existe uma dualidade entre a história, como produto de uma temporalidade e também produtora de um tempo.

Sendo assim, a história assume uma prospecção de análise de mão dupla, pois, é inevitável perceber os discursos e enunciados, no campo da história, como sendo "filhos de uma temporalidade", pois, estes se constituem sob a égide de relações particulares com um

[5] Ver a obra: Passado e Futuro, sob a autoria de Reinhart Koselleck
[6] Ver o pensamento vivo de Borges.

"lugar", sendo este, entreposto por um conjunto maximizado de relações sociais, culturais, políticas, assim como o "lugar de produção" que o "produtor" ocupa entre seu modo-de-produção, porque, é coerente pensar que o lugar de produção inevitavelmente interfere na maneira de pensar do intelectual.

Impreterivelmente, o pensamento e o olhar sobre o pensar são "filhos de seu tempo", contudo, também produzem o seu tempo, pois, quando se assume um enunciado como algo que não foge de sua "suposta" época se predispõe a produzir um pensar em uma época, a partir de um conjunto de discursos e regimentos de regras que compõem um período. Quando Foucault buscou interpretar "as redes discursivas que permeavam seus contextos que emergem e são legítimos em uma conjuntura temporal" (FOUCAULT, 2008, p.153), inevitavelmente sistematizou, sob a óptica de seu leitor, um mapa de regimentos sobre o pensar dentre o contexto de análise, assim como, a pressuposição de uma ação, pois, pode-se refletir a partir de um regimento de composição sobre o pensar um direcionamento voltado para o "agir", pois, o discurso é uma prática.

Deste modo, pode-se perceber no enredamento que permeia as arranjos discursivos de contextos em meio aos enunciados uma exorbitante em propensa composição de problemáticas que podem e devem ser interrogadas, na medida em que, uma corrente histórica busca reconstruir o evento no fato, como no caso do italiano Carlo Ginzburg que denotava o campo de análises da história com a funcionalidade de constituir uma "ciência do vivido" (GINZBURG apud DOSSE, 2003, p. 273). Fazendo referência, principalmente a obra o queijo e os vermes[7], o autor buscou reconstituir o que foi vivido por um moleiro, que vivia em um vilarejo situado em Friuli (no sul da Itália), esta abordagem é dualista, pois, Menocchio, o moleiro personagem da obra em questão, não existiu, para seu contexto, mas sim, para os leitores da obra em meio a década de 1970. Menocchio não existiu em seu contexto do "vivido" em meio ao século XVI no sul da Itália, porque, na medida em que o autor se apropriou[8] e "reconstruiu" o moleiro, acabou construindo outro moleiro, sob os olhares do século XX, que inevitavelmente, também fez Menocchio existir em seu "tempo", pois, produziu este em meio a um "pano de fundo" sistematizado por um arcabouço de relações que fundamentaram seu pensamento.

Neste sentido, quando se analisa uma óptica de pensamento circunscrita em uma pesquisa e materializada em um enunciado escrito, inevitavelmente se pensa o "espaço" de

[7] Título original da obra: Il formaggio e i vermi: Il cosmo diunmugnaiodel' 500.
[8] Ver: Mennocchio e Rivière: criminosos da palavra, poetas do silêncio de Albuquerque Junior

onde esta visão de mundo está ligada. Esse indicador que é concebido como um aporte de análise sobre o pensar por vezes não planeia as "artes do pensar" em sua magnânima mutabilidade, pois, esse assume notória fixidez. Na verdade, a relação com um fato, por estar ligada a um pensar não pode ser capturada em uma leitura pelo leitor, pois, o pensamento que guia o pesquisador é regido por uma "entropia" de interpretações, na medida em que um pesquisador pressupõe um fato regido por uma epistemologia este o cria precocemente, assim, como o legitima perante sua pesquisa. Não é prudente pensar este indivíduo como sendo um agente, aos moldes do "cogito cartesiano", mas sim, governado por silêncios que o impõe e o regem a "agir sobre seu pensar".

Mas também, deve-se caracterizar que algumas vezes modelos de pensamento podem também não obedecer a conjuntos de regras que são assumidos e legitimados no campo da historiografia, como no exemplo clássico empregado por Foucault em sua aula inaugural no *Collège de France*, sobre o monge Gregor Mendel que, segundo o intelectual francês, "dizia a verdade, mas não estava no verdadeiro do discurso biológico de sua época" (FOUCAULT, 2009, p.35), o que nos pode pressupor que a caracterização da época que estava inserida a figura do monge, concebido nos dias atuais como "pai da genética", não explicaria suas predisposições analíticas sobre a formação de características constituídas nos indivíduos.

Essas "incongruências" nefastas que buscam formular uma óptica do pensar em um período se tornam demasiadamente excludentes, na medida em que descredenciam as especificidades concebidas a cada microespaços de relações humanas, pois, as análises sobre o pensar podem, até fugir o período cronologicamente estabelecido por uma visão mais globalizante de epistemologia histórica, muito embora, estas não fogem as especificidades do contexto que está inserido o objeto pensante, em meio as seus entrecruzamentos socioculturais e políticos. Essa problemática para com a epistemologia deve-se a especificidade do lugar que ocupa seu criador e assim suas limitações, o que aponta para o outro ponto da discussão, que é a reflexão que circunscreve a relação de um usuário e sua teoria.

A RELAÇÃO ENTRE O USUÁRIO E A EPISTEMOLOGIA

Uma das principais problemáticas, assumida com mais ênfase em uma discussão sobre as epistemologias, notoriamente se encontram inserida dentro de suas proposituras

"supostamente" globalizantes, assim, cabe-se instigar uma indagação que emerge em meio a este estigma empregado à algumas epistemologias: Será que a epistemologia do "criador" seria a mesma, do leitor? Ora, seria um equívoco, tanto por parte de um "usuário" de um aporte teórico concebê-lo como o mesmo, com relação entre a emergência de uma teoria e seu "novo uso", pelos significados instituídos entre o conceito e seu lugar "de partida", assim como pelo teor de significância envolvido pela subjetividade temporal a qual "acomete" o autor, que inclusive se "esvai" quando este exerce o oficio "duovalente" da escrita que torna o enunciado propenso à veiculação, assim, como torna póstumo[9] o texto dentre sua intenção, porque, uma lógica constituiu a escrita e outra, completamente diferente, permeia o uso do escrito, pois, a leitura é um processo incapturável do homem sobre o tempo, assim como nos interpõe Certeau (2008) sob a "óptica da estratégia do escrito e a tática da leitura".

Pode-se dizer que se restringir a um aporte teórico, torna-se uma "arriscada e suicida" atividade, que inclusive cada vez mais se evidencia muito se devendo a hiperespecialização dos profissionais, processo este que traz consigo algumas beneficies, como, por exemplo, o aprofundamento discussões esporádicas, contudo, por muito restringe a óptica do historiador, concebida mais enfatizadamente no caso da metáfora de Zaratrusta[10], que ao caminhar viu a priori uma

> enorme orelha, que observando melhor, acabou verificando que sob a orelha movia-se alguma coisa, muito mirrada, de modo que acabou entendendo que a monstruosa orelha achava-se rigorosamente apoiada sobre um caule que era na verdade um homem (BARROS, 2011, p. 12)

O que Nietzsche descreve em Zaratrusta, torna-se a problemática da ocorrência de um dogmatismo teórico, pois, esse pressupõe e definem os fatos em seu campo de uma forma demasiadamente simplista, de maneira, por exemplo, que algo é determinado como integrante de um aspecto exclusivamente cultural, contudo, este produto, em uma análise coerente é um entrecruzado por múltiplos outros aspectos das relações humanas, assim, pode-se dizer que a "adoção" de uma epistemologia deve ser vista com bastante prudência, de maneira que uma teoria deve ser vista como "uma caixa de ferramentas" (DELEUZE, 1985, p. 71), pois, encaixa em espaços específicos e outros não.

[9] Ver "o que é um autor?" sob a autoria de Michel Foucault.
[10] Ver "Assim fala Zaratrusta", sob a autoria de Friedrich Nietzsche

CONCLUSÃO

Tendo em vista o que foi apresentado até o presente momento no texto, torna-se notório a problemática em meio aos usos de uma teoria, apesar de sua essencialidade dentre os espaços de análises, contudo, estas possuem suas regras de significâncias e regimentos em meio a um escrito de um autor que possuem sua limitação pela sua temporalidade e por partirem de um "lugar". Mas, estes mesmos escritos se resignificam em meio às práticas de leituras que o interpretam e o reconstroem com outros atrativos de usos, assim, o texto através da leitura torna-se atemporal.

Com relação a operacionalização de análise sob o olhar histórico, dentre a formalização e a emergência de um pensamento através de discursos, pode-se perceber uma notória "ambivalência paradoxal", pois, a história como arcabouço de pensamento é produto, na mesma medida que também é produtora de um contexto.

Sendo assim, se levarmos em consideração a complexidade deste tema que é concebido notoriamente através de suas ligações com múltiplas, outras zonas de saber, além do campo da historiografia e que necessita ainda de muitas outras reflexões, este breve artigo teve a pretensão de empregar uma pequena contribuição aos estudos epistemológico do campo da história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, José D'Assunção. **O campo da história: *especialidades e abordagens***. 8. ed.– Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício de Historiador**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2002.

CERTEAU, Michel de. *Operação historiográfica*. IN:___ **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes; Revisão técnica de Arno Vogel. – 3. ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011, pp. 45 – 111.

_____. **A invenção do cotidiano**, *1 - Artes de fazer*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 15. ed. – Petrópolis RJ, editora vozes, 2008.

CHARTIER, Roger. **Leituras e Leitores na França do Antigo Regime**. Tradução de Álvaro Lorencini. – São Paulo: Editora UNESP, 2004.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é filosofia?**, Tradução de Bento Prado Jr. E Alberto Alonso Muñoz. 3. ed. – Rio de Janeiro: Editora 34, 2010.

DELEUZE, Gilles; FOUCAULT, Michel. **Os intelectuais e o poder: *conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze***. IN:___ Microfísica do poder. Tradução de Roberto Machado. 5. ed. – Rio de Janeiro: Graal, 1985, pp. 69 - 78.

DOSSE, François. **A história em migalhas, dos annales a nova história**. Tradução de Dulce Oliveira Amarante dos Santos. - São Paulo: EDUSC, 2003.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**; *aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 18. ed. - São Paulo: Edições Loyola, 2009.

_____. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. *Verdade e poder*. IN: **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. 5. ed. – Rio de Janeiro: Graal, 1985, pp. 1 - 15.

HEIDEGGER, Martin. **Que é isto, a filosofia?: Identidade e diferença**. Tradução de Ernildo Stein. – Petrópolis, RJ: Vozes; São Paulo: Livraria Duas Cidades, 2006.

SC11. Literatura e Gênero Regionalista
Isamarc Gonçalves Lôbo

UM CANGACEIRO IMPIEDOSO *VERSUS* UM RETIRANTE OPRIMIDO

Josefa Fernanda Rodrigues Correia [1]
Nelson Elieser Ferreira Júnior [2]

RESUMO
Este trabalho objetiva investigar a representação do gênero masculino em duas obras nordestinas sob a perspectiva de Albuquerque Junior (2013). Ao longo do trabalho será analisado a representação de Lampião na peça "Lampião" e Chico Bento no romance regionalista "O Quinze". Ambas pertencentes à escritora, Rachel de Queiroz. Temos por finalidade contrastar os dois personagens mostrando-lhes em condições adversas. Lampião rompendo os princípios estabelecidos pela sociedade, e Chico Bento numa condição inferior, sendo injustiçado pela sociedade. Analisamos duas representações nordestinas: um cangaceiro e um retirante. Ao longo da análise desconstruímos a imagem do homem ser macho e desfizemos a ideia de o Nordeste estar exclusivamente vinculado à seca. Para efetivação do trabalho, nos aprofundamos em outras áreas do conhecimento, como história, lendo os críticos Grunspan-Jasmin (2006) e Zuza (2008) que investigaram a participação dessa figura histórica que originou a personagem.
Palavras-chave: Gênero Masculino; Injustiça Social; Superioridade.

1. ABORDAGEM ACERCA DOS OBJETOS DE ESTUDO: CHICO BENTO & LAMPIÃO

Este trabalho tem por finalidade investigar duas representações do gênero masculino nas obras "O quinze" e a peça "Lampião". Ambas da escritora Rachel de Queiroz. As duas perspectivas contrapõem-se, visto que, naquela obra tem-se o nordestino como oprimido, injustiçado por um conjunto de leis que privilegiam os grandes fazendeiros, menosprezando uma maioria da qual Chico Bento, nosso objeto de estudo faz parte. Chico Bento constitui claramente a representação do nordestino que resiste à seca, tenta sobreviver no sertão áspero que tanto o castiga. Ele representa a maioria dos brasileiros que migram para outras regiões à procura de melhores condições de vida, constituindo assim, o retirante. Desbrava o sertão com um único objetivo, sobreviver.

[1] Graduanda do curso de Letras – Língua Portuguesa da Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras-PB.
[2] Professor Adjunto da UFCG/Cajazeiras, lotada na Unidade Acadêmica de Letras, área de Literatura Comparada.

Temos a representação de Lampião[3] na peça que contrapõe aos princípios e comportamento de Chico Bento. Aquele representa uma ameaça ao estado, pois não seguia nenhum tipo de lei estabelecida. Já Chico Bento é injustiçado pela sociedade da qual ele faz parte.

Na peça, Lampião era o interventor do sertão. Era o imperador e detinha o poder. Na peça desde cedo o meio determinou seu comportamento e foi responsável por formar esse cangaceiro orgulhoso e impiedoso, que carregou Maria Déa, a mulher do sapateiro. Matava sem nenhum receio, até seus próprios companheiros se o insultassem e ferissem seu orgulho, eram mortos. É a grande representação do "cabra macho" de o Nordeste, que é viril e não aceita imposições. Para Lampião a honra imperava. Preferia a morte a não ter honra, não aceitava ser desrespeitado e insultado, quem ousasse teria a morte como refúgio. Lampião matava por prazer, não tinha compaixão, sua maior vaidade era ver o sangue escorrendo, demonstrando a submissão, a fraqueza, diante dele. Desconfiava de todos, até da própria companheira. Impunha medo e respeito em todo seu bando. Nem a represália do governo o fazia se regenerar. Segundo Albuquerque Junior (2013) no Nordeste até a mulher seria macho[4] como parecia queixar-se cada vez mais os próprios discursos masculinos na região. Percebe claramente ao investigar Maria Bonita que insulta seu marido, Lauro, o sapateiro, evidenciando a virilidade da mulher. Além do mais, uma mulher fria que para ficar do lado de Lampião submeteu-se a abandonar seus filhos para viver uma vida repleta de aventuras e conflitos. Em contraposição desse lado malvado, sombrio e valente, o rei do cangaço cultuava o misticismo, tendo muito respeito e fé por seu padrinho Padre Cícero como demonstrará mais adiante ao analisar a peça. Vamos ver o misticismo fervoroso dele ao rezar em homenagem ao Padre Cícero pedindo-lhe proteção nos momentos mais impactantes e aterrorizantes de sua vida.

Este artigo analisa os dois objetos de estudo mediante a perspectiva de Albuquerque Junior (2013) sob o olhar de três tipos de homem nordestino: o eugênico, telúrico e rústico. O primeiro compactua a ideia de que a constituição biológica que determina o comportamento do homem, das virtudes e princípios. O segundo seria o meio que moldaria e constituiria os

[3] Figura histórica que desbravou todo o sertão cometendo crimes hediondos. É uma figura ilustre, símbolo de valentia e superioridade. Até o próprio Governo evitava contato com Virgulino Ferreira da Silva. Entrou no cangaço muito cedo, o conflito com um vizinho por conta de uma cabra foi significante para provocar grandes estripulias por onde passava. Muito cultuado e repudiado por muitos que não compartilhavam com suas atitudes tão radicais e hostis.

[4] Esta mulher seria um tipo que fugiria do convencional. Daquela mulher frágil, sensível, que teria uma única finalidade: gerar descendentes. Maria Déa é uma mulher macho no aspecto de enfrentar seu próprio marido, de ter coragem de abandonar seus filhos para se aventurar ao lado de lampião, de lutar pelo que almejava.

valores do homem nordestino. O terceiro seria constituído pela violência e o derramamento do sangue.

Ao longo da produção desconstruiremos o estereótipo de o nordeste estar vinculado à seca, e, mostraremos que a conotação de o nordestino ser macho deve ser repensada após analisar a obra. São estas imagens que ao logo do trabalho vamos desmistificar, mostrando outras perspectivas e outras formas de ver o nordestino, não simplesmente por estes lados.

2. A REPRESENTAÇÃO DO GÊNERO MASCULINO NA PEÇA "LAMPIÃO"

Esta peça é dividida em cinco quadros que narram copiosamente todas as proezas realizadas pelo personagem Lampião. De início, desconstruímos o estereótipo do homem nordestino "ser macho" ao analisar o comportamento de Lauro diante de uma cobra morta trazida por Maria Déa, sua esposa. Ela chega de um rio e começa a insultá-lo e dizer-lhe que ouviu dizer que o bando de Lampião andava afrontando as pessoas do vilarejo, o que deixa Lauro muito preocupado. Após Maria enviar-lhe um bilhete dizendo que viesse buscá-la, Lampião vem buscá-la trazendo um vestido de noiva para ela sair como chegou pura. Voltando para o acampamento todos já estavam o esperando para saberem o que iriam fazer com dois viajantes. Lampião de imediato decidiu escrever uma carta com a pretensão de estabelecer um acordo com Estado, selando a paz entre eles. Os viajantes levam a carta com a presença de alguns cangaceiros, inclusive seu irmão. Neste contratempo, ele percebe que Sabino, seu grande companheiro, começa a dominar seu espaço, o que faz com que Lampião o mate sem nenhum ressentimento. Os cangaceiros voltam da viajem e trazem a notícia que Antônio, irmão do chefe, havia falecido de uma fatalidade. Lampião, desconfiado, mata-os. Ponto-Fino era muito agressivo e começou a demonstrar interesse por Maria Bonita. Lampião ao perceber que estava sendo traído, mata-o também, evidenciando frieza e superioridade. Depois de o acampamento secar as folhas, faltar alimentos e água, os cangaceiros, que restavam, migram para debaixo de uma pedreira onde são executados pela polícia. Mata-os e degolam as cabeças dos cangaceiros para representar força e conquista depois de tantos anos tentando aniquilar definitivamente estes "mal-feitores".

Pensando que o sertão seria a principal influência, responsável por formar homens tão rudes, ásperos, ignorantes e fortes, capazes de resistir as mais impiedosas e catastróficas secas, que vamos investigar sua representação na peça "Lampião". Construindo e desconstruindo a imagem que o homem tinha que ser superior e jamais um homem podia se

curvar diante de outro, pois representava fraqueza. Esta fraqueza pode ser percebida no sapateiro ao se curvar diante de Lampião pedindo compaixão e implorando que não levassem sua esposa, pois ela tinha duas crianças pequenas que necessitavam do carinho e presença da mãe. Este episódio provocou nojo em Lampião por ver um homem naquela situação. "LAMPIÃO (*com nojo.)* – Não se ajoelhe nos pés de outro homem, criatura. Serei santo, por acaso? E não me peça nada, que a vontade é dela. Eu, se vim aqui, foi porque ela me chamou." (QUEIROZ, 2005, p. 24)

Pensando nisto que analisamos as duas obras supracitadas no início como forma de demonstrar as diversas representações do nordestino na literatura brasileira, e desconstruir a imagem de seca e pobreza. A peça que deu embasamento teórico para efetivação deste trabalho mostra Lampião numa representação extremamente convencional, a de ser bandido, um foragido, que sente prazer nos sofrimentos alheios e não aceita ser alfinetado.

Trazendo intrinsecamente a ideia de Albuquerque Junior (2013) "No nordeste, até as mulheres seriam masculinas, como pareciam queixar-se cada vez mais os próprios discursos masculinos na região". (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2013, p.153) Percebemos na peça, na citação abaixo, esta mulher viril. No seguinte momento: depois de Maria Déa mostrar uma cobra ao seu marido, o sapateiro manifestou medo. Dela tanto insistir que ele matasse outra cobra, ela acaba desabafando e mostrando seu lado viril e demonstrando que na literatura o estereótipo do homem ser macho, ser destemido, valente, não ter medo de nada é desconstruído na extração do trecho abaixo.

> MARIA DÉA – o pior de você é essa moleza, essa falta de ação. Podia ser de uma parte ou de outra, que eu não me importava. Ora, até na polícia tem homem. Mas você tem medo dos dois. (*Pausa.*) Tem hora em que me parece que não sou casada com um homem – que sou casada é com outra mulher que nem eu (QUEIROZ, 2005, p. 20).

Em outro trecho comprova-se o grande questionamento acerca do estabelecimento dos papéis para homem e mulher na sociedade. Neste caso, Maria Déa continua insultando seu marido por ele não trabalhar no pesado e não fazer atitudes próprias de homens machos, desconfiando da sua virilidade simplesmente por ele não agir como a maioria dos homens agem. Demonstrando sua masculinidade em algumas atitudes como vemos na citação abaixo.

> MARIA DÉA – Você não monta a cavalo, não enfia uma faca na cintura, não bota cachaça na boca, nunca deu um tiro na vida, não é capaz de fazer a menor estripulia, como qualquer outro homem. Vivi aí, nessa banca, remendando sapato velho,

> ganhando um vintém miserável, trabalhando sentado feito mulher... (QUEIROZ, 2005, p. 17)

O que nos levar a crer, que estes papéis estão bem construídos na sociedade e que descumprir ou não seguir estas leis, será automaticamente hostilizado diante das suas atitudes, assim como aconteceu com o sapateiro, que por não seguir as convenções estabelecidas pela sociedade, não realizando trabalhos que exigem força, principal característica do homem. Tem que ser forte e destemido, capaz de enfrentar o sertão tão hostil.

Feita estas considerações, analisamos a representação do nordestino ainda sob a perspectiva do crítico Albuquerque Junior (2013) que define três tipos de homens: o eugênico, o telúrico e o rústico, este é o que mais se adéqua a personalidade e comportamento do cangaceiro. O primeiro seria a constituição biológica que determinaria o comportamento do homem. Assim em uma parte da peça Ezequiel, irmão mais novo de Lampião começa a desafiá-lo, e este como não aceitava ser humilhado, empurrou-lhe a faca sem nenhum tipo de compaixão, e receio. E ainda disse-lhe que ele não merecia morrer como homem e sim como animal. A arma representava a masculinidade do nordestino. Maria Bonita inconformada com a cena que presencia e a frieza do companheiro ao matar seu próprio irmão, seu sangue, sem nenhum tipo de ressentimento lhe diz o seguinte, que comprova que era a raça que determinava o comportamento dos cangaceiros, já seria algo natural, desde cedo trariam na sua herança genética a maldade e a frieza, e incompaixão. "MARIA BONITA (*chorando, aos gritos*.) – Sangue de Caim, é o que vocês todos têm! Sangue amaldiçoado, pior que bicho bruto!" (QUEIROZ, 2005, p.94)

O homem telúrico seria o meio que determinaria seus valores. Neste tipo, a raça não é mais responsável por moldá-lo. A natureza que influenciaria e que formaria este homem forte, resistente à seca. O sertão, deste modo, teve a incumbência de construir Lampião, uma figura extremamente máscula e viril. Só um macho poderia se defrontar com uma natureza tão hostil. No trecho seguinte percebemos claramente que Lampião foi influenciado pelo meio ao qual pertencia. Entrou no cangaço a fim de vingar a morte do seu pai. O desejo de vingança foi a gota d'água para sua entrada definitiva neste meio que impera e participa só os destemidos, como percebemos na citação a seguir: "[...] Lampião viveu em paz até a idade de 16 anos, e só entrou no cangaço porque a polícia matou o pai dele. Que é que um homem pode fazer, senão se vingar? (*Escuta*.) Os tiros pararam..." (QUEIROZ, 2005, p.19)

No homem rústico, a violência, a luta, o derramamento de sangue seriam os aspectos norteadores e característicos. Segundo Albuquerque Junior (2013), "o nordeste fora, no

passado, uma terra para quem não tinha medo de morrer nem remorsos de matar." (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2013, p.175). Esta citação resume muito bem a personalidade de Lampião. Este tipo de homem é o mais condizente e semelhante às atitudes e o comportamento dele. Percebemos claramente na peça alguém extremamente malvado, que matava a queima roupa, impossibilitando no outro qualquer tipo de reação. Era cruel e perverso. Tinha o prazer de ver o sangue escorrendo, uma vez que, representaria para ele vitória, força e superioridade que tanto era manifestada e expressada por Lampião nos crimes hediondos. Trazia consigo o destemor e valentia. Nada o afrontava. Usufruía de sua superioridade, não recuava diante de nada. Não tremia vendo o sangue correr quando matava friamente alguém. Nós percebemos estes requintes de crueldade no momento que ele pede para seu irmão acompanhar uns viajantes, juntamente com outros cangaceiros. Vale salientar que seu irmão era despeitado com todos. Os cangaceiros ao voltarem, sozinhos, trouxeram a notícia que Antônio, irmão de Lampião, havia sido morto depois de a arma disparar sozinha, Lampião sem acreditar, dispara impiedosamente vários tiros nos companheiros, como percebemos no trecho a seguir.

> Lampião (*volta-se para Sabino e grito com voz aguda.*) – Fogo neles, companheiro Sabino! (*Ele próprio detona o parabellum e se volta para os demais*.) Fogo neles, meninos!
> *Fuzilaria. Os cabras caem, baleados mortalmente. Ezequiel, solto, avança como um demônio para os corpos caídos no chão, com a faca erguida.* (QUEIROZ, 2005, p. 61).

Em outro trecho da peça constatamos a presença do homem rústico, ao matar seu companheiro Sabino sem nenhum ressentimento por se sentir ameaçado, como observamos no trecho abaixo.

> [...] *Deflagra de repente a pistola, fuzila* SABINO *com três tiros à queima-roupa. Quando* VOLTA-SECA *salta de lado,* SABINO *tenta sacar a arma, mas não tem tempo; cai, antes que sua mão alcance.* LAMPIÃO *recua, sopra o cano do* parabellum. PONTO-FINO *se aproxima, empurra de leve o defunto com o pé, solta uma risadinha nervos* (QUEIROZ, 2005, P. 75).

Outro aspecto que merece se aprofundar é a honra pessoal. Segundo Albuquerque Junior (2013) "[...] A honra não podia ser atacada nem por outro homem, nem por sua mulher. Um homem sem honra não existia mais, era considerado um pária na sociedade. [...]" (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2013, p. 179). Ainda relacionado ao aspecto da honra, percebemos claramente que ela tinha que imperar. Por isso que Lampião não aguentava nem

um tipo de ofensa, pois era questão de honra. Ele tinha um nome a zelar. Assim como não aceitava ser posto para trás, e principalmente, tratando-se de irmão seu. Percebemos seu orgulho acima de tudo, no momento em que ele carrega Maria Déa para o seu acampamento. Ele lembra-lhe o motivo de não querê-la com os filhos. Causando nele uma rejeição só em pensar que outros poderiam usufruir do corpo dela, como vemos adiante. Seus filhos neste caso representariam uma traição, uma ameaça. "[...] Mas filho teu, não, Maria. Não quero menino contigo, dormindo na tua rede, te agarrando, te chupando. Nem com filho te reparto. (QUEIROZ, 2005, P. 55)"

Percebemos nesta obra também o papel da mulher submissa, de não ter liberdade de expressão. Como se o homem fosse inigualável, e por mais que qualquer mulher fosse forte, destemida nunca chegaria aos seus pés, como percebemos adiante. "Lampião – Cale a boca. Não se compare comigo. Você é mulher, e basta." (QUEIROZ, 2005, p. 55)

Em contrapartida a todas estas maldades efetuadas por Lampião, identificamos no personagem seu lado mais humano, ao perceber em alguns trechos o misticismo e sua devoção. Evidenciando que ele tinha fé e era cristão ao reproduzir símbolos do catolicismo. Em um momento na peça, solenemente, ele realiza um símbolo da igreja católica, além do próprio ato de respeito ao tirar o chapéu da cabeça, vejamos: "LAMPIÃO (*ajoelha, faz o pelo-sinal, põe as mãos, reza uma oração rápida. Apanha o chapéu, beija uma medalha que há nele, benze-se novamente, levanta-se. Fala com* MARIA BONITA.) – E você, não reza?" (QUEIROZ, 2005, p. 84)

Comprovamos a devoção e o misticismo de Lampião em outros dois casos. O momento que ele carrega Maria Bonita do sapateiro e a consagra sua legítima esposa, tirando aliança dela, e dando-lhe um anel de ouro. Simbolizando a união e também faz parte da crença. É o que percebemos no trecho seguinte:

> LAMPIÃO – Sai vestida de noiva, como veio! (Para MARIA DÉA.) Me dê a sua mão, Maria. (*Apanha-lhe a mão esquerda, arranca a aliança de casamento que nela está nela, atira-a longe. Do próprio anular retira um anel com pedra grande, enfia-o no dedo de* MARIA DÉA.) Agora, o seu anel é ente (QUEIROZ, 2005, p. 28).

O terceiro caso de misticismo comprava-se no momento que Ponto-Fino agoniava-se para morrer, após receber uma punhalada de Lampião, que Maria Bonita pede para trazer uma vela. Símbolo forte do catolicismo. Vejamos a seguir. "MARIA BONITA (agarra aos braços de Lampião.) – acende uma vela, Pai-Velho, acende uma vela! Não deixa que ele morra sem uma vela na mão!" (QUEIROZ, 2005, p. 94)

Realizada a análise da representação de Lampião na peça, partiremos agora, para investigar a representação de outro tipo de nordestino, o retirante. Tomando como objeto de estudo o personagem Chico Bento, para que possamos perceber as divergências e convergências de princípios, comportamento e valores entre os dois.

3. A REPRESENTAÇÃO DO GÊNERO MASCULINO NO LIVRO "O QUINZE"

Em "O quinze", o personagem Chico Bento retrata bem a visão do homem nordestino sofrido, por causa da seca. Sendo ele um vaqueiro que sempre lidou com gado para viver, e que se depara com uma seca que lhe obriga a soltar o gado que cuida do curral para não vê-lo morrer sem pasto e lhe condena a ir embora do sertão em busca do sonho de outro trabalho para sobreviver, com sua família, no norte do país, trabalhando com a borracha. Nesta tomada de rumo, a família sente a mudança, pois para viajarem não conseguem passagens e são obrigados a "ir por terra" o que contribui mais ainda para o sofrimento da família. Chico Bento tenta arranjar o máximo para a família mais tudo que levam na viagem é farinha, rapadura e um animal para levarem a bagagem e ajudar a carregar os meninos.

Na obra, destacamos pontos que caracterizam o homem nordestino assim como na peça analisada acima, mas numa perspectiva diferente, pois enquanto Lampião aparece numa visão de homem destemido, respeitado, viril e frio, Chico Bento aparece na obra com traços de homem sofrido, fraco, dependente dos outros e sobrevivente.

Um dos trechos que destacamos, e que mostra bem essa diferença da representação de Chico Bento em relação à representação de Lampião na peça, é quando Chico Bento ao se juntar com outros retirantes debaixo de um juazeiro reparte com eles o restante de sua carga alimentícia para os livrarem de comer carne doente: "-Por isso não! Aí nas cargas eu tenho um resto de criação salgada que dá para nós. Rebolem essa porqueira pros urubus, que já é deles! Eu vou lá deixar um cristão comer bicho podre de mal, tendo um bocado no meu surrão!" (QUIEROZ, 2011, P.40). Nesta citação, podemos identificar além da generosidade também a solidariedade de Chico Bento com próximo ao se preocupar com os alimentos que eles iriam comer, diferentemente de Lampião que em nenhum momento se solidariza com nenhuma pessoa.

Ao contrario do personagem Lampião, que na peça desfrutava de fartura em comida e ouro, no livro, Chico Bento experimentava o triste momento de se ver incapaz de conseguir algo para comer com a família e além de não terem a quem recorrer por ajuda, ele também

não tinha coragem de pedir como mendigo, pois ainda lhe restava algum orgulho que não permitiria tal gesto, como se vê na seguinte citação do livro:

> Chico Bento estendeu o olhar faminto para a lata onde o leite subia, branco e fofo como um capucho... E a mão servil, acostumada à sujeição do trabalho, estendeu-se maquinalmente num pedido... mas a língua ainda orgulhosa endureceu na boca e não articulou a palavra humilhante. A vergonha da atitude nova o cobriu todo; o gesto esboçado se retraiu, passadas nervosas o afastaram (QUEIROZ, 2011, P.49).

O personagem acha humilhante o fato de pedir algo que teve durante sua vida, ate antes da chegada da seca, se vendo nessa situação de homem dependente da ajuda dos outros para ter o que comer e dar o que comer a sua família.

Nesta obra, a personagem feminina nordestina representada por Cordulina mostra sua obediência ao marido aceitando ir embora de Quixadá, mesmo imaginando como seria difícil sair do seu cantinho e enfrentar o mundo lá fora.

> Cordulina ouvia, e abria o coração aquela esperança; mas correndo os olhos pelas paredes de taipa, pelo canto onde na redinha remendada o filho pequenino dormia, novamente sentiu um aperto de saudade, e lastimou-se: - Mas, Chico, eu tenho tanta pena da minha barraquinha! Onde é que agente vai viver, por esse mundão de meu Deus? (QUEIROZ, 2011, P.27).

Nota-se nesta citação o quanto a mulher tinha um papel de submissão ao marido, apoiando-o e acompanhando-o em qualquer situação ou crise vivida. As suas obrigações eram as de mulher tradicional que cuida da casa, filhos e afazeres domésticos como destacamos nos seguintes trechos: “Cordulina remendava uns panos, quando o vaqueiro chegou.” (QUEIROZ, 2011, P.31); “Cordulina levantou-se para balançar o menino que acordou chorando.”(QUEIROZ, 2011, P.28) e “ A mulher enfiou a saia e o casaco e foi cuidar do café.”(QUEIROZ, 2011, P.28). Nos trechos destacados analisamos uma mulher muito tradicional do nordeste que casou para servir ao marido e filhos ao contrario de Maria Déa da peça que vai embora com Lampião para fugir desses deveres que a deixam insatisfeita.

Refletindo sobre a ideia de Albuquerque Junior que diz no seu livro o seguinte: “o nordestino é descrito como um homem centrado na vida familiar, um homem apegado a terra, contra a qual luta insistentemente.” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2013, P.211), identificamos no personagem Chico Bento este apego a terra, ao gado, a sua família (mulher e filhos), e tendo tanto apego pela terra em que vive e trabalha é que Chico Bento sente dor em deixá-la e em ter que abandonar a criação que cuida como mostra a citação a seguir:

> E ao dar as costas, rumo a casa, de cabeça curvada como sob o peso do chapéu de couro, sentido nos olhos secos pela poeira e pelo sol uma frescura desacostumada e um penoso arquejar no peito largo, murmurou desoladamente: - Ô sorte, meu Deus! Comer cinza até cair morto de fome! (QUEIROZ, 2011, P.20).

Vemos nesta citação que depois de ter libertado o gado do curral, ele vai em direção a sua casa, pensativo com ar de tristeza, por não poder mais ficar ali cuidando do gado, chega a lagrimar seus olhos e palpitar seu coração, tamanha é seu sentimento pela terra. Notamos também que este sentimento de dor analisado aqui no personagem Chico Bento não é em nenhum momento detectado no personagem Lampião da peça, o que distancia ainda mais a representatividade dos personagens enquanto nordestinos.

Enquanto viaja por terra com sua família, Chico Bento enfrentou diversos desafios que por varias vezes deixaram-no mais perto da morte, como a fome, a sede, o fracasso, enfim inúmeras situações que dificultaram sua travessia com a família, no sertão seco e escasso. Dificuldades estas que Lampião, enquanto nordestino e viajante não passou com quanto ardor e sofrimento que a família de Chico Bento experimentou. Numa das passagens do livro destacamos a fome que Chico Bento passou durante sua travessia: "Levantou-se, bebeu um gole na cabaça. A água fria, batendo no estômago limpo, deu-lhe uma pancada dolorosa. E novamente estendido de ilharga, inutilmente procurou dormir" (QUEIROZ, 2011, P.48).

Durante sua viagem, Chico Bento sofreu também várias perdas, deixou sua cunhada por meio da viagem trabalhando para sobreviver, teve que se desfazer do animal que trazia com algumas bagagens, pois já estava muito magro e não aguentaria o resto da vigem. Mas a pior de suas perdas foi seu filho Josias que se envenenou comendo uma mandioca crua arrancada da terra, na tentativa de salvá-lo o pai traz para rezá-lo uma velha negra rezadeira, que não deu jeito ao envenenamento, como vemos no trecho a seguir: "A velha olhou o doente, abanou o pixaim enfarinhado: - Tem mais jeito não... Esse já é de Nosso Senhor..." (QUEIROZ, 2011, P.55). Fica comprovada neste trecho a existência do misticismo como componente cultural do homem nordestino. Assim como Lampião tinha suas crenças, Chico Bento possuía as suas e tentou por meio dessas salvar seu filho. Não conseguindo salvá-lo e não tendo como fazer um funeral para ele, teve de deixá-lo enterrado do lado da estrada apenas com uma cruz amarrada com dois paus encruzados.

Em meio a tanto sofrimento e perdas, Chico Bento tentava arranjar algum trabalho, por meio do caminho, que desse para pagar algo para ele comer com a família. Como se descreve na citação seguinte: "Chico Bento, a custo, sujeitando-se às ocupações mais penosas,

arranjava um cruzado, uma rapadura, algum litro de farinha." (QUEIROZ, 2011, p.62). Atitude esta que enfatiza bem a posição de submissão de Chico Bento por depender de algo ou alguém para ter ao menos o que comer. Esse tipo de atitude não se demonstra no personagem Lampião, já que este não era nem empregado nem submisso a ninguém e por isso não precisava se humilhar para adquirir o que comer nem o que quisesse possuir, que fosse de qualquer valor humano ou materialista.

Analisamos na obra que o personagem Chico Bento era oprimido, não só por causa da seca mais também por outros personagens que tinham mais condição financeira que ele. Esses personagens da sociedade da época tinham preconceitos com pessoas iguais ao Chico Bento, o que resultava em desconsiderá-lo da sociedade fazendo com que ele tivesse menos valor que um simples animal de criação, morto para tentar amenizar a fome da família. Como notamos no trecho a seguir que o dono da criação prefere deixar Chico Bento e sua família morrerem de fome, do que dar um pedaço de carne da criação morta, jogando para eles apenas as tripas sujas. "Não dou nada! Ladrão! Sem-vergonha! Cabra sem-vergonha! [...] – Tome! Só se for isto! A um diabo que faz uma desgraça como você fez, dar-se tripas é até demais!..."(QUEIROZ, 2011,P.67). Vê-se que a sociedade não respeitava o retirante, que na busca de melhoras, atravessava o sertão nordestino, com a necessidade de ajuda para sobreviverem a esta viagem dolorosa e que não tinha um resultado certo a não ser pela esperança dos retirantes que não os abandonava. Essa visão e tomada de atitude da sociedade que não ajudava o sertanejo que buscava atravessar o sertão, era contrária a visão da sociedade na peça, onde Lampião era respeitado e temido pela sociedade.

A sorte de Chico Bento só mudou quando um velho compadre seu, que ocupava o cargo de delegado, o reconheceu quando procurava encontrar seu filho Pedro que "tinha tomado sumiço". Só aí ele pôs algo de comida formidável no estômago desde que tinham partido. Embora não tenha conseguido achar o filho perdido, com a ajuda do compadre comeram, trocaram suas vestes e conseguiram embaraçar em um trem para a capital. Para Chico Bento só lhe restava sua mulher e mais três crianças. Por lá foram acolhidos por Conceição e colocados em um alojamento para retirantes. O personagem Chico Bento obteve ajuda para chegar a um lugar menos doloroso do que estava graças não à sociedade, mas a algumas pessoas que tinham compaixão pelo próximo e que conheciam a família. Sorte esta que Lampião nunca precisou na peça, pois nunca seus capangas tiveram que ajudar-lhe e sim lhe tiveram que obedecerem.

Ao final o retirante alcançou seu objetivo depois de tantas barreiras atravessadas no decorrer da travessia do sertão. Iam para o destino tão sonhado e desejado onde sempre havia inverno. Mas mesmo na sua ida, e depois de ter passado por longas situações de desprezo, ainda nota-se uma fala que representa a visão da sociedade com relação ao retirante, no trecho a seguir: "– Tem gente pra tudo, neste mundo! Uma moça branca, tão bem pronta, chorar mode retirante!..." (QUEIROZ, 2011, P, 114). Podemos perceber a visão crítica de alguns personagens da sociedade em relação ao retirante que viajava na tentativa de alcançar melhorias para si e sua família, como no caso do personagem Chico Bento. A sociedade não respeitava a classe submissa, que no tempo de seca era obrigada a ir embora à busca de tempos melhores para escapar desta.

Essa submissão e resistência à seca do personagem Chico Bento demonstra um nordestino telúrico, que mostra no seu conteúdo, uma adaptação à natureza e que luta contra o meio, a seca, a aridez do meio físico em que vive para sobreviver. O meio influenciava diretamente na sua constituição enquanto homem nordestino.

4. PONDERAÇÕES FINAIS

Destacamos, acerca das duas obras analisadas acima, os dois personagens Lampião da peça e Chico Bento do livro, como sendo personagens característicos do homem nordestino. Pois os dois personagens discorrem de características que ajudaram a formar alguns estereótipos dos tipos nordestinos das épocas passadas e que persiste atualmente.

Destacam-se nas obras semelhanças e diferenças muito interessantes a ponto de serem analisadas como estudo literário. Uma das características das obras, que podemos citar como semelhanças nas duas obras são as paisagens do nordeste, como a seca, os recursos de deslocamento, animais de carga como cavalos e burro. Outra característica semelhante é a religião dos personagens Lampião e Chico Bento, quanto a suas crenças nos santos, a mística exibida nas suas crenças particulares como rituais no caso de Lampião e rezadeiras no caso de Chico Bento.

Em termos de diferenças entre as obras, a nossa análise destaca a representatividade do homem nordestino nas obras, focando-se nos personagens Lampião e Chico Bento, pois embora sejam os dois, personagens nordestinos, ambos viveram situações diferentes determinadas por vários constituintes sociais.

No personagem Lampião, destacamos as características de um homem nordestino valente, que não temia a nenhum outro homem. Sua personalidade é cheia de desconfiança com todos que se relacionava, mesmo os que eram do seu sangue. Possuía muita virilidade, queria sempre mostrar que era ele o rei do cangaço, possuía orgulho, e defendia a sua honra a todo custo. Não permitia que ninguém tocasse ou usasse o que era seu ou em quem fosse dele, no caso Maria Bonita. Representava um homem destemido, respeitado por todos, pois a recusa dessas ações significava a sentença de morte. E não respeitava nem padre, nem freira, nem ninguém que tivesse sangue nas veias igual a ele. Não temia a morte em si, mas temia ser traído por seus companheiros ou parceira, desconfiando de todos.

No personagem Chico Bento por sua vez destacamos as características de um homem nordestino submisso, vivia do campo, trabalhava para sobreviver, temia a seca como fator que poderia lhe levar a morte. Dependia de outras pessoas para sobreviver com a família. Possuía afeto, compaixão pelo próximo. Não desconfiava da intenção dos outros. Nunca ameaçou nenhuma vida humana. Tinha um orgulho escasso, apenas de homem do campo. Não era rude. Possuía componentes típicos de homem que vive para a família e para seu trabalho, não tinha ambição na vida.

Como vimos, os personagens são montados com características particulares determinadas de acorde com a sua virilidade. Enquanto que o personagem Lampião era respeitado pela sociedade enquanto cangaceiro, o retirante Chico Bento era reprimido por ela. Seus desejos e ambições eram totalmente diferentes, enquanto Lampião tinha a ambição de conquistar uma parte do sertão só para si, sem interferência do poder do estado, Chico Bento sonhava em mudar a realidade de sua vida com a família e chegar a um lugar onde não faltasse inverno. Seus comportamentos psicológicos eram diferentes, pois, Chico Bento era inferiorizado pela sociedade ao contrario do personagem Lampião que era julgado com uma visão superior aos outros homens pela sua destreza.

Há nas obras muitos pontos de pesquisa, em cada um dos personagens analisados, Lampião sendo um personagem mais desbravado, possuindo a virilidade em suas ações e sendo reconhecido pela sociedade, e Chico Bento sendo fraco menosprezado pela sociedade de qual faz parte, representando apenas um sobrevivente da seca do sertão.

Identificamos representações do homem nordestino nas obras, mas há ainda muitas relações a serem destacadas nelas com um estudo mais aprofundado e detalhado sobre os personagens principais e sua ligação com a visão do nordeste masculino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Nordestino**: intervenção do "falo"- uma história do gênero masculino. 2 ed. São Paulo: Intermeios, 2013.
CAMELO FILHO, José Vieira. **Lampião, o senhor e sua gente.**2 ed. Ampl. e atual. São Paulo: do autor. 2008.
QUEIROZ, Rachel de. **Lampião**. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.
QUEIROZ, Rachel de. **O quinze.**93 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.
GRUSPAN-JASMIM, José. **Lampião:** senhor do sertão: vidas e mortes de cangaceiro. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

A REPRESENTAÇÃO DO NORDESTINO NA OBRA DE PATATIVA DO ASSARÉ

Mônica Raquel Fernandes Santos[1]

RESUMO
O presente trabalho tem por objetivo analisar a representação do nordestino eminente nas poesias de Patativa do Assaré. Para tanto se realizará uma analise da obra *Cante lá que eu canto cá*, publicada no final da década de 1970, onde estão reunidos cento e cinco poemas que manifestam amplamente a proposta discursiva desta pesquisa. O discurso regionalista presente na literatura popular da região Nordeste permite uma construção identitária e uma afirmação enquanto sujeito nordestino. Em meio a diversos poetas populares Patativa do Assaré se destacou pela maneira simples e realista que seus versos representam esse sujeito. Como aporte teórico se utilizará do conceito de representação proposto por Roger Chartier e da noção de discurso regionalista disposto por Durval Muniz de Albuquerque Júnior.
Palavras-chave: Patativa do Assaré; Representação; Nordestino.

ABSTRACT
This paper aims to examine the representation of the poetry of eminent northeastern Patativa do Assaré. For that we conduct a review of the work there Sing I sing here, published in the late 1970, which brought together one hundred and five poems amply manifest the intention of this paper is discursive. This in the Northeast popular literature regionalist discourse allows for identity construction and a statement as subject Northeast. Amid several popular poets Patativa do Assaré stood out for simple and realistic way their verses represent this subject. Will be used as the theoretical concept of representation proposed by Roger Chartier and the notion of willing regionalist discourse Durval Muniz de Albuquerque Junior.
Key-words: Patativa do Assaré; Representation; Northeast.

INTRODUÇÃO

O Nordestino é representado nas poesias de Patativa do Assaré, à medida que o poeta visa representar "o meio social em que vive num reflexo de uma geografia física e humana capaz de traduzir toda a tragédia do sertanejo durante a falta de chuvas, nas retiradas em busca da terra prometida que lhe ofereça uma vida melhor." (NASCIMENTO, 2008: p.14).

Nascido em 05 de maio de 1909 no sítio Serra de Santana município de Assaré - CE, Antônio Gonçalves da Silva, popularizou-se pelo pseudônimo de "Patativa do Assaré", por conta da maneira harmoniosa com que construiu seus versos de modo que se assemelhava ao canto da Patativa, pássaro do sertão nordestino. Patativa do Assaré frequentou a escola por pouco tempo, somente seis meses, porém este período foi suficiente para que o mesmo fosse alfabetizado. Desde então, tomou gosto pela leitura, tornando-se autodidata.

[1] Graduanda em História, pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Endereço eletrônico: monica.raquel.14@hotmail.com

A capacidade discursiva e a sensibilidade do poeta são demonstradas, no seu ato de retratar esse universo, praticando assim uma Literatura Regionalista[2]. Através do discurso poético de Patativa é possível problematizar a identidade do Nordeste e consequentemente do nordestino, neste caso deve se levar em consideração que "O Nordeste é uma produção imagético-discursiva formada a partir de uma sensibilidade cada vez mais específica, gestada historicamente, em relação a uma dada área do país". E é tal consistência desta formulação discursiva e imagética que dificulta, até hoje, a produção de uma nova configuração de "verdades' sobre este espaço." (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1999: p. 49).

Diversos aspectos de algumas partes da obra de Patativa do Assaré podem levar à conclusão de que o poeta tenta desconstruir a imagem do "Nordestino" somente como "sofrido" e triste. Ele retrata também aspectos referentes às tradições religiosas, as riquezas naturais do sertão, bem como questões políticas. A discussão da identidade do Nordeste e do nordestino é possível, pois é refletida no discurso poético do autor.

Ao se apropriar do Nordeste como objeto, disponibiliza-o como gerador de sentidos que se estabelecem em proposições com certas cadências que acabam por descrever a identidade da região, sendo que a mesma se mostra como uma construção discursiva, porém jamais homogênea. Neste sentido Nascimento define que: "A identidade se constrói de acordo com a posição-sujeito assumida pelo enunciador, o qual enuncia de diferentes lugares e a partir de condições de produção determinadas." (NASCIMENTO, 2008: p.15). O discurso do autor aqui estudado é formado diante de práticas discursivas que em diversos momentos substanciam os discursos imagéticos do Nordeste e de seu povo, e já em outros desconstrói tais discurso.

Portanto o desígnio deste trabalho é discutir as representações do ser nordestino expressas na literatura popular. Especificamente como Patativa do Assaré representa o nordestino em seus versos, embora levando em conta que representar é "descrever a sociedade tal como pensam que é, ou como gostaria que ela fosse" (CHARTIER, 1990: P.19). Tendo como objetivo analisar a maneira que a figura do "Nordestino" está representada na obra do poeta cearense, Antônio Gonçalves da Silva, conhecido como, "Patativa do Assaré".

Ao passo que se busca entender as motivações deste poeta ao descrever o sertanejo do Nordeste como um homem simples, para tanto se leva em consideração a história de vida do

[2] A respeito de a Literatura Regionalista ver ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e Outras Artes.** São Paulo: Cortez, 1999.

poeta e sua origem nordestina. Diante destas aspirações observa-se a necessidade de discutir dentro deste trabalho também a relação entre história e literatura.

1- RELAÇÃO ENTRE HISTÓRIA E LITERATURA

A literatura e seus personagens contam de certa forma a história em que foram concebidos. Um romance, por mais que seja de ficção, é composto de outros elementos determinantes para o estudo da História. O que o levou a ser escrito, qual o contexto da construção da obra, pois nenhum escrito pode se desvincular da sua realidade histórica. Na história, ao contrário da literatura trabalhamos com o real a prática histórica está atrelada a limites impostos pelas fontes, pelos métodos e pelo compromisso com a verdade.

Neste sentido compreendemos que o literário trabalha como um espelho do vivido, porém o mesmo é um artista, e como tal não precisa se preocupar com métodos, ou mesmo, com o real, o importante é criar. E cada vez mais frequentemente estas criações tornam-se fonte para nossa historiografia, o historiador se apropria de obras literárias em suas pesquisas não como um relato real, mas como fruto de uma realidade, já que as mesmas nascem da óptica do seu criador sobre o que por ele é vivenciado.

Em *História e literatura: uma velha-nova história*, Sandra Jatahy Pesavento elenca pontos importantíssimos que devemos considerar ao trabalhar com estes dois campos de conhecimento, primeiramente que ao se trabalhar a Literatura e a História é preciso inserir este processo dentro uma História Cultural, pois foi a partir dela que novos agentes foram inseridos na História, além da ampliação no que se refere ao estudo do homem, no caso, a investigação da mentalidade. O estudo do imaginário nos permite resgatar formas de ver o mundo, de se expressar, uma analise comportamental das pessoas dentro de um determinado tempo e local, conseguimos chegar ao não visto e não experimentado.

E para atingir este imaginário existem estratégias metodológicas que nós, historiadores, não podemos desconsiderar. E ter em mente que mesmo sendo "imaginário", faz parte de uma construção social, portanto é datada, e estes pontos devem ser motor do processo de construção do conhecimento tendo a literatura como aliada.

No caso da obra estudada neste trabalho, essa relação entre história e literatura se estreita veementemente, pelo fato da mesma ser realista se encaixando perfeitamente na descrição do cenário do sertão nordestino, ao apresentar ao leitor o dia-a-dia do homem do campo e do meio geográfico o qual pertence, a importância deste para ao que estão ao seu

redor, os personagens característicos da sociedade descrita nos poemas, as relações de poder e interesses imbuídos neste mundo.

2- "CANTE LÁ QUE EU CANTO CÁ": OS ECOS DA REPRESENTAÇÃO DO NORDESTINO

Efetuou-se uma pesquisa bibliográfica no sentido de contextualizar o fundamento desta problematização e discutir o caráter da análise representativa, que são de: memória, sujeito e representação, tomando por base os autores: Durval Muniz, que perpassa um conhecimento abrangente sobre literatura regionalista em sua obra *A Invenção do Nordeste e Outras Artes* e Maria Eliza Freitas do Nascimento, onde se utiliza as problemáticas apresentadas por ela em sua dissertação de mestrado *Sentido, Memória e Identidade no Discurso Poético de Patativa do Assaré*.

Ainda no ponto de vista teórico se apropria das perspectivas de Roger Chartier a respeito das representações culturais em sua obra *A história Cultural: entre práticas e representações.*

Desta forma, esta pesquisa utiliza como principal fonte alguns dos poemas de Patativa do Assaré, que estão publicados Cante lá que eu canto de cá[3]. O motivo pelo qual se escolheu esta obra foi pelo caráter de construção identitária presente nos versos, bem como pelo fato da obra já ter se tornada clássica na literatura popular nordestina e uma referência nos estudos da língua, dos traços culturais e da riqueza expressiva da alma do povo sertanejo.

Em vista dos argumentos apresentados, neste trabalho apropria-se da poesia de Patativa do Assaré como uma narrativa que se inclui na construção discursiva do narrador, formada pela vivência cotidiana do mesmo e assim construindo uma representação.

O fascínio pela temática da literatura popular surge no transcorrer da minha formação acadêmica ao passo em que se foram apresentando as discussões em torno da figura do Nordestino, bem como na convivência cotidiana com pessoas da minha região e de outras regiões. Observei que existia uma imagem sobre o nordestino formada no imaginário popular tanto no nordeste quanto em seu exterior, surge então à pergunta: De onde vem estas imagens do nordeste? Essa identidade nordestina?

Percebi que esta figura do nordestino era perpassada para o imaginário das pessoas por meio de várias formas. Os meios de comunicação e a oralidade contribuem muito para este

[3] ASSARÉ, Patativa do. **Cante de lá que eu canto** [de] **cá.** 14 ed. São Paulo: Vozes, 2004.

fato, porém no âmbito de um sujeito histórico eminente no imaginário popular, pode se dizer que tal figura foi mistificada por meio principalmente da literatura popular, sendo que esta também percorre uma trajetória histórica fazendo parte da cultura e da identidade do Nordeste.

Dentre os diversos tipos de representação que se tem dos nordestinos tomemos como exemplo – o povo sofrido fragilizado pelas secas; o nordestino valente; o povo alegre, enfim são várias a imagens que povoam o imaginário das pessoas. O que me chamou a atenção foi a junção de várias destas representações na construção de um sujeito (o nordestino) que se faz presente nos versos de cordel, nas músicas, nos romances e na oralidade.

O poeta Patativa do Assaré, nos leva a refletir sobre a figura do nordestino, não mais como algo que está somente no imaginário, porém como algo real. Ao retratar a vida cotidiana do nordestino em seus versos o poeta traz a tona também uma desmistificação de preconceitos no que diz respeito ao Nordeste. Há momentos peculiares em que ora nos transmite uma imagem do nordestino como povo sofrido, ora nos apresenta uma ideia de um povo alegre. Creio que este seja mais um impasse que venha a desmistificar o imaginário enraizado sobre o nordestino para aqueles que não têm conhecimento real da região.

Os poemas de Patativa do Assaré possibilitam uma série de interpretações e construções identitárias. No campo acadêmico a problematização da representação da figura do nordestino situada em diferentes formas de interpretações abre novos campos de pesquisa no que diz respeito à literatura popular e ao regionalismo, pois possibilitam novos víeis de estudos sobre os contrastes representativos do nordestino e consequentemente um conhecimento no plano social e identitário da região Nordeste.

Na esfera social a leitura deste artigo pode propiciar um conhecimento relevante, principalmente por parte das classes populares de sua própria história representada numa linguagem simples dos versos de Patativa do Assaré a partir de uma reflexão histórica e cultural. Além de propiciar um amplo conhecimento no sentido da construção de identidade, dos costumes, das peculiaridades enfim da cultura popular dos habitantes do Nordeste.

A escolha deste tema justifica-se especialmente pela sua relevância para a região Nordeste, notavelmente para o Ceará, posto que se refere a um cearense , conceituado como um dos maiores poetas populares de todos os tempos. Autêntico representante da cultura nordestina contagia com seus versos desde o simples sertanejo a renomados nomes da música popular brasileira, exemplo disso é a parceira feita com Luiz Gonzaga na canção *A Triste Partida*, em que retratam a convivência dos nordestinos com a seca, a religiosidade e o

cotidiano deste povo, isso de um modo tão simples e ao mesmo tempo tão complexo que ao ouvir a música ou ler os versos o publico tem a sensação de assistir um filme cheio de detalhes expressos pela sensibilidade dos artistas.

3- LITERATURA POPULAR: FONTE HISTÓRICA, CULTURA E CONHECIMENTO

Almeja-se com este trabalho colaborar a discussão enredada atualmente no campo da história no sentido das relações desta com a literatura popular, este trabalho abarca a prática do uso das manifestações populares como objeto e fonte histórica. Sendo assim esta pesquisa justifica-se pela intenção de estudar os poemas de patativa de Assaré e compreendê-los quanto à forma que representar o Nordestino.

O embasamento teórico dessa proposta de pesquisa é o seguinte: o discurso regionalista literário apontado por Albuquerque Júnior (1990) e a história no campo das representações proposta por Chartier (1990).

O discurso nacional-popular se constitui na aspiração de uma definição de uma nação ora vista de modo uniforme e que almejava urdir uma identidade, para o Brasil bem como para os brasileiros, que omitisse as divergências, que uniformizasse tais realidades. Entretanto, esta conceituação induz a manifestação da desintegração nacional, onde os regionalismos se rompem e acabam ficando mais notórios. Daí vem a inquietação de nós pesquisadores da área regionalista. E surgem então as perguntas que são combustíveis para minha pesquisa: Quem é o nordestino descrito por Patativa do Assaré? Seria ele mesmo? Porque está colocado desta maneira? É fruto de que? – Espero até a finalização da monografia responder essas perguntas, é a isso que me proponho.

No imo dessa discussão o discurso regionalista literário tem uma função diferenciadora para a construção identitária de cada região. Albuquerque Júnior define que "o discurso regionalista não é apenas um discurso ideológico, que desfigura uma pretensa essência do Nordeste ou de outra região. O discurso regionalista não mascara a verdade da região, ele a institui" (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1999: p. 49).

Imbuído neste contexto, esta pesquisa aspira uma problematização do discurso regionalista eminente na literatura popular produzida por Antônio Gonçalves da Silva (Patativa do Assaré). Sendo que o poeta manifesta em seus versos um apreço por sua região,

mesmo diante das dificuldades provenientes das secas, Patativa do Assaré demonstra o orgulho da identidade do "Ser Nordestino".

Este projeto se enquadra no campo cultural, especificamente nas transações entre práticas e representações. Dentro da história cultural observa-se a representação como algo que assume papel essencial, e esta "tem como objetivo identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma realidade social é construída, pensada, dada a ler." (CHARTIER, 1990: P. 17).

Apropriara-se neste trabalho do conceito de representação mediante as perspectivas de Roger Chartier, o qual em sua obra *A história Cultural: entre práticas e representações* (1990) define o conceito de representação:

> Tal como a do dicionário Furetiére manifesta a tensão entre duas famílias de sentido: por um lado a representação faz ver uma ausência, o que supõe a distinção clara entre o que representa e o que é representado; por outro lado é a representação como exibição de uma presença, como apresentação pública de algo ou de alguém. (CHARTIER, 1990: P.20).

Desde modo, a finalidade desta proposta de pesquisa é averiguar as representações literárias no campo discursivo regionalista da cultura popular na construção identitária do Nordestino. Singularmente a maneira que Patativa do Assaré constrói historicamente a representação do nordestino, neste contexto anteriormente descrito.

Em meados do século XIX, a história se constituiu como disciplina acadêmica, neste período a corrente histórica do Positivismo designou métodos condutores da disciplina. Somente eram admitidos como fontes históricas documentos oficiais que enfatizassem fatos políticos e a exaltação de grandes nomes que engrandecessem o orgulho de uma nação. Neste quadro a literatura não era reconhecida de forma alguma como fonte histórica.

Com o advento da *Escola dos Annales* em 1929, houve uma transformação no modo pelo qual se configurava a história. Opondo-se ao Positivismo que preconizava uma história político-factual, a Escola dos Annales passou reforçar uma história-problema, considerando as evoluções sociais e econômicas, e gradativamente as características mentais das sociedades. Viabilizou o surgimento de novas fontes, as quais não se estreitavam somente aos documentos oficiais, sendo que passaram a admitir vários tipos de fontes, como por exemplo, revistas, jornais, literatura e entre outros.

Ao trabalhar com literatura o pesquisador primeiramente busca fazer uma reflexão a cerca de que consiste a literatura. No campo da literatura popular a pesquisa estende-se

também a cultura popular, os costumes dos povos da região estudada e do reflexo da sociedade na trajetória do escritor que se analisa.

Assim sendo, essa pesquisa será realizada utilizando como fonte o livro de Patativa do Assaré *Cante lá que eu canto cá* que teve sua primeira edição em 1978 e reúne os principais poemas do escritor e apresentam as características que almejam os objetivos desta pesquisa.

Esta obra representa muito bem a forma que Patativa do Assaré se vê como nordestino ao passo que mesmo sem saber também o representa e através da pesquisa dar-se significado aos versos e constrói um modelo de representação balizado nas perspectivas de autores como Chartier e Certeau que serão explorados mais amplamente no decorrer da pesquisa, que culminará na produção do meu Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado no final da graduação.

4- CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS

Patativa do Assaré, a fim de representar o nordestino como reflexo de sua própria experiência de vida, utiliza do discurso regionalista que está envolvido em uma construção identitária do nordestino, como o sertanejo sofrido pela ação das secas e evidências sociais e econômicas da região em contraste com o caboclo alegre que faz festas, tem muita fé em Deus e enfim, é feliz. Esta é a peculiaridade do artista que estudo que tanto me instiga, eu dirá até que o mesmo com muita sensibilidade detalha as várias faces do nordeste e consequentemente do nordestino como produto da arte, da oralidade, da literatura, da história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e Outras Artes.** São Paulo: Cortez, 1999.

ASSARÉ, Patativa do. **Cante De Lá Que Eu Canto De Cá**: filosofia de um trovador nordestino. 16 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro – RJ: Bertrand Brasil, 1990.

NASCIMENTO, Maria Eliza Freitas do. **Sentido, Memória e Identidade no Discurso Poético de Patativa do Assaré.** Recife: O Autor, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & Literatura: uma velha nova história. In: **DEBATES**, Dossiê História cultural do Brasil, 2006.

O ROMANCE "O POÇO DA SOLIDÃO" E A POÉTICA DO SUJEITO: CAMINHADAS PELA CIDADE

Eva Sibéria Medeiros Arnaud[1]
Dra. Kyara Maria de Almeida Vieira[2]

RESUMO
O livro vanguardista "*O Poço da Solidão*", de Marguerite Radclyffe Hall, traz o drama de sua personagem principal, que nasceu em um corpo de mulher, mas não se enxergava como tal. Nascida numa propriedade rural da Inglaterra, mais precisamente em Morton, foi aí que Stephen Gordon viveu boa parte de sua vida, acreditando que este era o único espaço onde ela poderia ser ela mesma: Morton a descrevia. Na idade adulta, ao sair da casa/ propriedade q tanto amava, foi morar em Paris. Stephen Gordon vê na capital francesa a possibilidade de uma vida com inúmeras experiências e sensibilidades que não seriam possíveis na sua propriedade rural. Assim, esse trabalho pretende discutir a história das cidades, em particular a Paris de fins do século XIX e início do XX, tendo como inspiração a relação entre História e Literatura. O romance "*O Poço da Solidão*" nos estimulou a problematizar a cidade enquanto espaço praticado, espaço de oportunidades de vivência/ convivência para/entre sujeitos de vários setores sociais, espaço que inclui e exclui.
Palavras-chave: Cidade; História; Literatura; Sexualidade.

Esse artigo é um trabalho feito a quatro mãos. Tendo como inspiração o livro vanguardista **"O Poço da Solidão"**, de Marguerite Radclyffe Hall, tem como objetivos analisar as experiências e encontros com a diferença de Stephen Gordon na propriedade de Morton; discutir a cidade de Londres enquanto espaço de produção de si e da poética do sujeito; problematizar a cidade de Paris enquanto o lugar de encontro consigo mesma e com os "outros".

O referido romance traz o drama de sua personagem principal, que nasceu em um corpo de mulher, mas não se enxergava como tal. Nascida numa propriedade rural da Inglaterra, mais precisamente em Morton, foi aí que Stephen Gordon viveu boa parte de sua vida, acreditando que este era o único espaço onde ela poderia ser ela mesma Na idade adulta, ao sair da casa/ propriedade q tanto amava, foi morar em Londres e depois em Paris, duas das maiores cidades do ocidente entre fins do século XIX e início do século XX, recorte temporal que demarca a trama.

O romance **"O Poço da Solidão"** nos estimulou a problematizar a cidade enquanto espaço praticado, espaço de oportunidades de vivência/ convivência para/entre sujeitos de vários setores sociais, espaço que inclui e exclui. Para Certeau (1998, p. 201), o lugar é "[...] uma configuração instantânea de posições. Implica uma relação de estabilidade." Seria

[1] Graduanda em História-DHC-UFRN/CERES
[2] Pós-Doutoranda em História-UFCG/PPGH/PNPD; Grupo Flor e Flor Estudos de Gênero-CNPq

possível entender o lugar como uma rua, uma praça – quando planejada e construída –, como a malha viária de uma cidade, ausente de significado. Já o espaço, segundo Certeau, seria a prática do lugar: como os sujeitos o transformam a partir das suas ocupações, apropriações e vivências. Os sujeitos, em seus itinerários cotidianos, simbolizam o lugar a partir das interferências, tanto corporais quanto cognitivas, nessas configurações físicas. São os passos que moldam os lugares e os transformam em espaços (CERTEAU, 1998, p. 176).

Marguerite Radclyffe Hall, poetisa e romancista inglesa, nasceu no Condado de Hants, em Bournemouth, em 1886. Faleceu em Londres, aos 7 de outubro de 1943. Radclyffe Hall teve algumas companheiras, e assim como sua personagem, se vestia com trajes associados ao masculino. Entre as companheiras de Hall, uma das mais conhecidas é Lady Troubridge (nascida Margot Elena Gertrude Taylor - 08 de março de 1887, falecida em 24 de setembro de 1963)

Contam-se outras obras da autora Radclyffe Hall, porém sua obra-prima foi **O Poço da Solidão**. Obra discutida e causadora de grande escândalo na época de sua publicação **(1928)**, teve sua publicação proibida na Inglaterra e nos Estados Unidos, mas vozes de outros escritores levantaram-se em favor da autora e na defesa de seus direitos, conseguindo que um tribunal norte-americano liberasse a circulação do livro e desde então, tem sido amplamente divulgado devido seu valor enquanto estudo psicológico e sociológico. O romance ora abordado apresenta o tema do amor/desejo entre mulheres, mas possui uma trama bem mais complexa, ao detalhar as práticas cotidianas do interior da Inglaterra, de Londres e de Paris. Nessa perspectiva, no discurso literário, entendemos que a palavra é performativa, ela se duplica numa atuação da dubiedade do dizer, o que ela diz não é o que pode ser apanhado no primeiro momento, mas o que pode ser entrevisto ao longo de sua atuação, sempre numa performance do segredo, do esconder-se, da possibilidade de ser tudo e, no mesmo instante, ser o nada: “Tendo em vista que a literatura (...) implica em princípio o direito de tudo dizer e de tudo esconder, no que ela é inseparável de uma democracia por vir.” (DERRIDA, 1999, p. 206 apud PIMENTEL, 2012).

A trama de **O Poço da Solidão** inicia com os questionamentos de uma casa acerca do nascimento de seu rebento após vários anos de casamento. Decepcionados com o nascimento de uma filha, Stephen Gordon, os pais dão-lhe educação de um menino. Daí advém toda uma série de problemas que ela tem que enfrentar em sua infância e adolescência. E mais dolorosa é sua situação na mocidade quando, oprimida pela sociedade, sofre com inquietações que não tem condições para resolver.

Desde seu nascimento, na propriedade rural de Morton, Stephen Gordon se percebia como parte daquilo tudo. As montanhas, as estações do ano, mais precisamente a primavera em Morton. A importância da vida livre, tanto no contato com a natureza e os animais, o cisne, o cavalo (Raftery e Collins). Na tradição das caçadas, Stephen era a única mulher a participar e era sempre a que tinha o melhor desempenho. Ainda criança, sua imersão no enorme jardim da propriedade permitia a Stephen um encontro com suas emoções pouco definidas, próprias da sua idade, mas também vinham pensamentos conflitantes que não eram entendidos, apenas sentidos. Estar ali, com tantas flores e inúmeras árvores que lhe acolhiam, faziam-na pensar na sua forma diferente de sentir-se e estar no mundo, como também era nesse ninho bucólico, que Stephen tentava entender como ficava constrangida com as provocações sofridas pelos seus vizinhos, os irmãos Violet e Robin Antrim, sempre fazendo-a sentir-se como um ser estranho.

Morton, sempre Morton. Capaz de dar sentido as suas tristezas e pensamentos não revelados, como, por exemplo, quando da chegada de Collins, a nova arrumadeira da Família Gordon, e que deixou Stephen hipnotizada ao vê-la pela primeira vez. Por que sentia como se nada mais em Morton existisse, apenas a jovem Collins? Qual a origem desse sentimento tão bom e tão asfixiante? Desde a tenra idade, o desejo/amor por mulheres compunha as sensações de Stephen. Não apenas seu corpo tomara aspectos e atributos associados ao masculino, como seus desejos se orientavam para mulheres.

Sir Philip Gordon, sempre atento às atitudes e expressões da sua filha, que tanto amava e por quem enfrentaria qualquer inimigo, resolveu que deveria dá a sua filha a educação necessária para que a mesma conseguisse enfrentar um mundo tão cruel e mais precisamente, seu pai sentia que sua filha teria que vencer não apenas por ser filha de quem era, mas pela sua própria capacidade de lutar e argumentar em prol de si mesma. Não por acaso, Sir Philip Gordon tentou se informar o quanto pode sobre as diferenças que percebia em sua filha, entre os autores citados na trama está Krafft Ebing, numa referência ao psiquiatra alemão Richard von Krafft-Ebing (1840-1902), que introduziu em sua obra conceitos como sadismo, masoquismo e fetichismo no estudo sobre o comportamento sexual. Foi professor de Psiquiatria da Universidade de Estrasburgo, e sua obra "Psychopathia Sexualis (1886) configurou uma das mais lidas e procuradas entre fins do século XIX e começo do XX, por aquelas pessoas que tentavam entender e se informar sobre as práticas da sexualidade que eram consideradas destoantes da heterossexualidade. Como Afirma Vieira (2014):

> Os amores lesbianos rompiam (rompem) com a moral sexual que, a partir do século XIX, passou a atrair o interesse de diversas áreas, como a Psicanálise, a Sexologia, o Direito, provocando a efusão de discursos que estudou, denominou, reconheceu e recriminou as práticas de algumas mulheres que borravam a fronteira da função biológica da procriação, e de sua função social de salvaguardar a família, o lar, a educação dos filhos e o conforto do esposo. As mulheres que exercitaram os desejos e amor por outras mulheres seriam as "outras" mulheres, as quais foram enquadradas em sexualidades perigosas (VIEIRA, 2014, p. 109).

Como um dos investimentos de Sir Philip na educação de sua filha, chegou à propriedade de Morton, mademoiselle Pudle, literalmente uma lady, uma senhorita provida de excelente educação tanto nas leituras como na elegância e modos de portar-se. A empata entre Stephen e srta. Pudle foi imediata, com olhares estranhamente familiares, e essa relação de carinho, amor maternal perpetuaria por toda a existência de ambos.

Diferentemente das emoções e sentimentos emanados por sua mãe, Stephen desde cedo percebeu que a srta. Pudle era alguém que a aceitava como ela era, com sua estranheza, sua forma incomum de ser para os padrões esperados pelos Gordon. Mademoiselle Pudle percebeu também como sua patroa Ana Gordon sentia-se incomodada com a estranheza da sua filha e a falta de demonstrações de afeto e carinho por parte da mãe para a filha. Srta. Pudle não poderia deixar de se solidarizar com Stephen, pois assim como sua própria vida, sabia de pronto as carências e angústias com as quais Stephen tinha que conviver. A despeito dessa opinião, a srta. Pudle não enganara-se, pois a sra. Gordon jamais aceitou a estranheza da sua filha, nunca permitiu um mínimo de intimidade entre ela e sua filha. Como sua mãe via a semelhança da filha com o pai: "Como se a pobre, inocente Stephen, com apenas sete anos, lhe parecesse, de certo modo, uma espécie de caricatura de Sir. Philip Gordon, uma reprodução dele, mas (...) defeituosa, mutilada, realmente falsa (...)" (HALL, 1970, p.20).

Mas, o tempo segue e a vida vai igualmente seguindo seu curso. Stephen sentia sua estranheza, porém nada podia fazer exceto conviver da melhor forma com esse fato e tentar deixar que a alegria de viver em Morton calasse o que não podia ser silenciado. Esse silêncio foi rompido quando viu-se expulsa por sua mãe, da propriedade que significava tudo para Stephen, parte substancial de sua construção enquanto sujeito. Porém, nada mais poderia ser feito, uma vez que o envolvimento com uma estrangeira casada, Ângela Crossby, que fora morar temporariamente naquela região, expôs a vida de Stephen de uma forma violenta, e desde a morte do seu pai, há mais de dez anos, Stephen não tinha sentido tão sem chão como naquele momento. Deixando tudo para trás, levando consigo a força que algumas pessoas

teimam em possuir, apenas a sua cuidadora e amiga inseparável: srta. Pudle. O destino seria Londres, onde seguindo os conselhos da sua professora/ cuidadora Pudle, deveria lançar mão da própria vida e tentar deixar explodir o vulcão que sempre esteve prestes a entrar em erupção.

Diferentemente da primeira experiência em solo londrino, onde Stephen e sua mãe tinham ido a férias, e saindo sozinha à procura de uma joalheria Stephen pode não apenas perceber os olhares de estranheza direcionados a sua pessoa, como também ouvindo algumas conversas ao pé do ouvido em relação aos seus modos de vestir e até mesmo a dúvida quanto a sua identidade, se homem ou mulher. Essas atitudes tão vis e cruéis sempre perturbavam-na um pouco. Mas agora seria diferente, ela estava em Londres para morar, ser definitivamente alguém daquela cidade, ocuparia um espaço que um dia poderia chamar de seu também, assim como os demais londrinos. A escritora veio à tona e com ela algumas mudanças como o corte do cabelo, o modo de vestir-se, que agora Stephen fazia à sua maneira, sem preocupação alguma em justificar seus modos de se portar a quem quer que seja, e longe dos olhares de sua inquisidora mãe, foi tomando forma e deixando fluir suas vontades:

> A vida já ensinara a Stephen uma coisa, isto é, que não se deve deixar que as criaturas humanas desconfiem ou percebam que a gente as receia. O medo de um é o estimulo de muitos, pois o primitivo instinto de dar caça aos outros dificilmente morre, e é melhor fazer face ao mundo do que lhe virar o dorso um momento que seja" (HALL, 1974, p. 244).

Mais uma vez o isolamento, a partida, o atirar-se ao desconhecido apoderou-se de Stephen e ela não poderia dizer não. Sua vida em Londres não mais seria possível, pois mesmo estando distante de Morton, vivia sob vigilância disfarçada de sua mãe, morava e vivia de acordo com as orientações maternas impostas à época da expulsão de Morton. Para Stephen isso não poderia continuar, uma vez que era agora a sua vida profissional que estava em jogo. Se seu primeiro romance foi um sucesso, pois através dele Stephen conseguiu expulsar tantos demônios que a aterrorizavam, agora um deles, sua mãe, permanecera e era urgente e vital acabar de vez por todas com esse tormento. A ruptura total a tudo que lhe ligava a Morton ocorreu. Paris era seu próximo destino.

Paris. Novas nuances, novas paisagens, e a premissa de poder ser ela mesma, liberta não apenas da sua mãe, mas de todos os sentimentos que a ela estavam associados. As possibilidades de novas amizades e novas formas de viver começaram a tomar corpo na vida de Stephen. Por ser uma escritora de renome, fazia parte de um grupo seleto de artistas,

intelectuais e escritores que iam-se tornando mais e mais próximos em decorrência das profissão e como algo natural, vão se firmando novas relações.

Então veio a guerra e com ela mudanças até então sem chances de tornarem-se realidade para alguém autodenominada invertida. A guerra começou a possibilitar a Stephen a ideia fixa de seguir para frente de guerra, mesmo sendo negado às mulheres servir nas trincheiras de linha de frente. Então Stephen entregou-se de corpo e alma ao serviço que era dispensado às mulheres, acudindo dessa forma ao apelo do país, onde talvez jamais seriam esquecidas por esse ato de solidariedade. Essa oportunidade dada às mulheres servia de acalento para Stephen. "A guerra e a morte lhes deram um direito à vida, e a vida tinha um gosto bom, quase doce, jamais amargo (...) nunca mais se submeteriam, tais mulheres, a serem enxotadas para seus buracos e recantos (...)". (HALL, 1974, p. 311).

Fim de guerra, porém não final de linha para Stephen que retorna da guerra acompanhada por Mary, uma relação que para os padrões daquela Paris do pós-guerra soava estranheza, no entanto, ambas resolveram vive-la. Morando juntas, muito embora em quartos separados, Stephen e Mary existiam uma para outra.

> Havia muitíssimas nas suas mesmíssimas condições, mesmo ali em Paris, e em todas as cidades. E essas não viviam absolutamente sacrificadas, sacrificando seus corpos, embrutecendo seus cérebros, tornando-se vítimas de suas próprias frustações. Muito pelo contrário, levavam vida natural (...) (HALL, 1974, p. 343).

A vida noturna de Paris propôs muitas novidades a ambas, uma vez que essa cidade, mais precisamente suas noites, oferecia inúmeras possibilidades de divertimento e socialização, entre outras pessoas as quais Stephen percebia valores além da sua "inversão". Uma Paris com seus bares diversos, como o Le Narcise, que ao primeiro contato, Stephen surpreendeu-se por parecer mais uma prosaica reunião familiar. Mais tarde, no entanto, estava cheia de fregueses, gente acostumada com a vida noturna que somente houvesse badalado meia-noite nos relógios das igrejas de Paris, aventuravam-se pelas suas ruas.

Vale ressaltar que os ambientes que impressionavam pela singularidade dos frequentadores, mais pareciam esconderijos, onde se comercializavam drogas, com a morte, com o rebanho vencido dos homens, abominados pelo mundo, eram abominados por eles mesmos, sem qualquer salvação. Era essa a percepção que vai sendo narrada por Stephen, uma mudança de ótica, certa amplitude no olhar. Mas tudo isso era uma questão de escolhas, para todo aqueles que sentiam-se confortáveis nesses ambientes estigmatizados:

> (...) muitos se tornam insensíveis, muitos outros se tornam vis, mas tudo isso não passa de desespero (...). No entanto, aí fora existe gente feliz que dorme o sono dos chamados justos e direitos. E, quando acordarem, será para perseguir aqueles que, por causa de uma falta que não é absolutamente deles, foram postos à margem desde o dia em que nasceram, ficando privados de toda simpatia e compreensão (...). Esta gente que dorme essa hora é insensata, essa gente feliz (...) E quem há (...) capaz de obrigar essa gente refletir? (HALL, 1974, p. 442).

Podemos perceber através das experiências vividas por Stephen Gordon, adentrar nos embates que circundam a vida de um ser que sente-se, percebe-se e mais intensamente se denomina um ser "invertido", expressão muito corrente entre fins do século XIX e começo do XX para se referir à pessoas com práticas da sexualidade entre iguais (homossexuais e lésbicas). Porém nossa abordagem pretende ir além dessa constatação. Pretendemos ultrapassar paredes invisíveis, que nem sempre deixam entrever os meandros da experiência com a diferença, com quem é/ pensa/sente diferente, do incomum que insiste em permanecer visível, mesmo com todos os investimentos que são feitos para silencia-lo, inibi-lo, dizima-lo.

A análise obtida através da obra O Poço da Solidão nos permitiu observar como a construção dos sujeitos está atrelada aos espaços que estes podem/devem ocupar. Esses espaços são utilizados/apropriados/praticados de formas variadas por cada indivíduo. No caso particular deste trabalho, a personagem principal do romance **O Poço da Solidão,** Stephen Gordon, é narrada como uma mulher que desde sua mais tenra idade percebia-se 'diferente', e praticava os mais variados espaços por onde transitou, na tentativa de construir sua poética do sujeito.

Das angústias e inquietações vivenciadas em Morton, passando pelo isolamento e solidão na sua prática da escrita literária em Londres, chegando aos encontros com "os outros" que eram seus 'iguais' em Paris, a escritora Radclyffe Hall constrói sua teia narrativa ampliando os contornos definidos e esperados para sua personagem principal: Stephen Gordon é considerada uma "invertida", mas ela é MUITO MAIS que isso. E foi em suas caminhadas pela cidade, especialmente Paris, que a personagem pode sentir, criar, experimentar outros significados para o desejo/amor entre mulheres. Era sua poética do sujeito: caminhadas pela cidade...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLANCHOT, Maurice. **O espaço literário**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

BUTLER, Judith. Variações sobre sexo e gênero: Beauvoir, Wittig e Foucault". In: SeylaBenhabib e Drucilla Cornell (coord.). In. **Feminismo como crítica da modernidade**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987.

_____ "Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo". **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Guacira Lopes Louro (org.). 1ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 1999.

CAVALCANTE, Ilane Ferreira. MORAIS, M.Arisnete Camara de. **Uma História da Mulher na Obra de Lygia Fagundes Telles.** In. http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/065_ilane.pdf > Acesso em out. 2014.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano:* artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1998.

HALL, Marguerite Radclyffe. **O Poço da Solidão.** São Paulo: Abril S.A. Cultural e Industrial, 1974.

LESSA, Patrícia. O que a história não diz não existiu: a lesbiandade em suas interfaces com o feminismo e a história das mulheres. In. **Revista Em Tempo de Histórias**, n. 7, 2003.

LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre. (organizadoras). **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

PINTO, Cristina Ferreira. O desejo lesbiano no conto de escritoras brasileiras contemporâneas. In. **Revista Iberoamericana**. Vol. LXV, num. 187, abr-jun 1999; 405 – 421.

SANTOS, Giceli Ribeiro dos. A Relação Homoerótica Feminina na Literatura Brasileira. In. **Anais do** IX Encontro Latino Americano de Iniciação Cientifica e V Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba. 2005.

SWAIN, Tania Navarro. Lesbianismo: identidade ou opção eventual? In. **Fronteiras de Gênero.** Simpósio Nacional da Associação Nacional de História (20: 1999: Florianópolis) História: fronteiras. Associação Nacional de História. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/ USP: ANPUH, 1999.

_____ **O que é lesbianismo.** São Paulo: Brasiliense, 2000. (Coleção Primeiros Passos).

VIEIRA, Kyara Maria de Almeida. **"*Onde estão as respostas para as minhas perguntas*"?: Cassandra Rios – a construção do nome e a vida escrita enquanto tragédia de folhetim (1955-2001)**. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco. Recife-PE. 2014.

HISTÓRIA E MEMÓRIA NA POÉTICA DE ERNEST HEMINGWAY: ITÁLIA, FRANÇA, ESPANHA E CUBA

Ferdinando de Oliveira Figueirêdo
Daise Lilian Fonseca Dias

RESUMO
Este artigo tem como principal objetivo analisar a poética do escritor norte-americano Ernest Hemingway (1899-1961), tendo como eixo central elementos históricos presentes na diversidade de suas obras. Como próprio do estilo do autor, Hemingway escrevia seus romances tendo como cenários os países que fizeram parte de sua vida juntamente com fatos memoráveis de cada localidade, os quais estão inseridos na história mundial. Na obra *Adeus às Armas* (1929), por exemplo, o autor constrói a narrativa tendo como inspiração suas experiências quando esteve a serviço do exército italiano como motorista de ambulância na Cruz Vermelha na Primeira Guerra Mundial. Assim também acontece em *O Sol Também Se Levanta* (1926), romance este originado por meio do tempo em que o escritor viveu em Paris, mostrando o contexto de ingleses e norte-americanos na França no período pós-guerra. Hemingway também utilizou suas lembranças como jornalista durante a Guerra Civil Espanhola para desenvolver o enredo de *Por Quem os Sinos Dobram* (1940), considerado como uma de suas obras-primas. Ainda na obra *O Velho e o Mar* (1952), uma das mais famosas do autor, Hemingway utiliza o contexto da pós-revolução comunista em Cuba para compor o romance. Portanto, serão observadas as obras do autor como importantes registros históricos e culturais existentes em cada escrito, de forma que cada narrativa corresponde a uma visão do escritor acerca dos acontecimentos de cada nação evidenciada em seus livros.
Palavras-chave: Literatura; História; Registro; Memória; Poética.

1. INTRODUÇÃO

A literatura dos Estados Unidos é composta por escritores que obtiveram destaque por meio de grandes obras, especialmente àquelas que foram produzidas com um estilo próprio e específico do autor. É nesse conjunto de grandes artistas que Ernest Hemingway (1899-1961) está inserido. Isso significa que falar sobre ele é abordar algumas das obras mais importantes da literatura mundial produzidas no século XX.

Sendo assim, fazer uma análise do estilo de um determinado escritor compreende explorar a poética dele, o que compreende o estudo de suas obras literárias, considerando as características gerais que influenciam na composição de cada uma delas. De certa forma, é por meio do estudo dessas características que se observa o padrão que o artista utilizou para a produção das obras, seja na linguagem utilizada, seja nos temas abordados, nos aspectos abundantemente empregados e observados nos diversos textos do autor.

A partir de um amplo levantamento bibliográfico, será feita neste artigo uma análise de algumas obras do autor, atentando aspectos ligados à poética de Hemingway, considerando

os fatos históricos vivenciados pelo autor os quais, por meio da memória, são registrados nos enredos produzidos por ele. É através desse estudo que se adquire um conhecimento de umas das características fundamentais presentes nas obras do escritor, ou seja, a presença de elementos históricos e culturais nas diferentes narrativas.

Portanto, este artigo tem como principal objetivo observar a poética desenvolvida por Hemingway, tendo como fundamento a relação que existe entre o enredo e os registros históricos presentes nas obras. Assim sendo, as narrativas serão exploradas de forma que se destaque a importância do escritor no que se refere à escrita de fatos memoráveis que fazem parte da história mundial.

2. ERNEST HEMINGWAY: VIDA E OBRA

Hemingway é um dos mais importantes escritores e jornalistas norte-americanos. Nascido em Oak Park, Illinois, Estados Unidos, era filho de um médico da zona rural. Aos 17 anos, começou a escrever para um jornal em Kansas City. Durante a Primeira Guerra Mundial, ele se alistou como voluntário no exército italiano, mas por ter sido ferido no confronto, permaneceu hospitalizado por muito tempo. Além disso, ele trabalhou como correspondente de guerra em Madri no período da Guerra Civil Espanhola.

Hemingway é um dos nomes mais famosos do grupo de escritores da chamada "Geração Perdida" [The Lost Generation]:

> Este termo era de uso regular após a Primeira Guerra Mundial, em referência ao conjunto de jovens que foram mortos na mesma, e também para os jovens que sobreviveram e que, posteriormente, foram à deriva - moral e espiritualmente (e em muitas outras maneiras). Acredita-se que a frase tenha sido inventada por Gertrude Stein (1874-1946), uma apoiadora e publicadora de artistas e escritores que estavam ativos durante os movimentos de vanguarda de seu período (CUDDON, 1999, p.479, tradução nossa).[1]

Com os resultados catastróficos da primeira guerra, escritores americanos, por exemplo, se refugiavam em Paris e em outros lugares da Europa com o intuito de esquecer as consequências geradas pelo conflito, sobretudo a Grande Depressão, uma crise econômica que atingiu consideravelmente a população norte-americana nos anos de 1920. Além de

[1] This term was in regular use after the First World War in reference to the host of young men who were killed in it, and also to the young men who survived and who thereafter were adrift - morally and spiritually (and in many other ways). The phrase is believed to have been invented by Gertrude Stein (1874-1946), a supporter and publicizer of artist and writers who were active in the *avante-garde* movements of her period (CUDDON, 1999, p.479).

Hemingway, outros escritores fazem parte dessa geração, tais como T.S. Eliot, F. Scott Fitzgerald e John dos Passos.

Além desse cenário histórico e literário, Hemingway está inserido no período modernista, que "foi distinguido pela sua oposição às formas tradicionais e percepções estéticas associadas a essas formas" (OUSBY, 1992, p. 631, tradução nossa). O modernismo foi uma queda das técnicas tradicionais com o intuito de criar novos estilos, seja na arte ou na literatura. Nesse aspecto, os escritores reinventavam aspectos que se tornaram comuns nas obras, implementando características próprias de cada um.

Nesse ambiente, os cenários dos romances e contos de Hemingway são construídos através de lugares pelos quais ele viveu, tais como Itália, França, Espanha e Cuba. Muitos dos romances escritos exibem as experiências pessoais do autor. Dentre as principais composições podem ser destacadas os romances *O Sol Também se Levanta* (1926), *Adeus às Armas* (1929), *Ter e Não Ter* (1937), *Por Quem os Sinos Dobram* (1940) e a obra-prima do autor *O Velho e o Mar* (1952), entre outros; alguns serão analisados posteriormente nesse estudo. Sobre os contos do autor, os mais conhecidos são *Os Assassinos* (1927) e *As Neves do Kilimanjaro* (1932).

Com relação à vida pessoal. Hemingway se casou muitas vezes e também se envolveu em vários relacionamentos extraconjugais. Apesar das relações não serem muito duradouras, os romances do autor foram considerados objetos de inspiração para algumas de suas obras, servindo também como cenário de desenvolvimento dos enredos.

Na literatura, Hemingway atinge o topo do sucesso no ano de 1954, quando recebe o Prêmio Nobel de Literatura pelo romance *O Velho e o Mar*. Apesar desse reconhecimento adquirido, o autor é atingido por doenças depressivas que causaram o seu suicídio, ocorrido com um tiro de pistola em 2 de julho de 1961. Porém, as obras deixadas por ele formam um grande acervo literário, especialmente para a literatura dos Estados Unidos. É por meio do conhecimento da trajetória dele que Vanspanckeren (2014, p. 33-34) afirma que "Hemingway é considerado o mais popular romancista americano. Seus interesses são basicamente apolíticos e humanísticos, e nesse sentido ele é universal".

3. ASPECTOS DA POÉTICA DE ERNEST HEMINGWAY

Ao tratar da poética de Hemingway, é preciso levar em consideração todas as características inseridas nas obras do autor tendo em vista a influência que ele teve durante o

período de trabalho como jornalista. Consequentemente, os aspectos relacionados ao jornalismo foram transportados para os textos dos romances e contos produzidos pelo autor, ou seja, uma escrita composta de simplicidade e objetividade, além de haver o predomínio de uma linguagem direta. Nesse sentido, a forma textual apresentada na prosa do escritor é repleta de simplicidade, promovendo uma fácil compreensão ao leitor acerca do enredo construído. Prova disso é o que se observa em um dos trechos iniciais da obra-prima do autor *O Velho e o Mar*:

> Era um velho que pescava sozinho em seu barco, na *Gulf Stream*. Havia oitenta e quatro dias que não apanhava nenhum peixe. Nos primeiros quarenta, levara em sua companhia um garoto para auxiliá-lo. Depois disso, os pais do garoto, convencidos de que o velho se tornara *salao*, isto é, um azarento da pior espécie, puseram o filho para trabalhar noutro barco, que trouxera três bons peixes em apenas uma semana (HEMINGWAY, 2013, p. 13).

Percebe-se, então, que ao caracterizar o personagem protagonista do romance, Hemingway busca defini-lo com a ausência de detalhes, sendo que o detalhamento da obra consiste na narração das ações e dos acontecimentos que envolvem os personagens. Isso é bastante evidenciado quando o narrador justifica a causa do garoto ter deixado de trabalhar com o velho pescador, mostrado no trecho acima.

Ainda com relação à forma, Hemingway utiliza nos enredos o discurso indireto livre, resultante da mistura do discurso direto e indireto. O uso dessa tipologia de discurso é caracterizado pelo modo ao qual o narrador reproduz a fala dos personagens na forma direta e indireta, além de demonstrar os desejos, pensamentos e sonhos dos mesmos. Em um dos diálogos de *O Sol Também se Levanta*, um dos personagens reproduz a fala de uma terceira voz que está ausente na situação mostrada, caracterizada pelo uso das aspas:

> Bebemos. Harvey somou o meu pires à sua própria pilha.
> - Conhece Mencken, Harvey?
> - Conheço. Porquê?
> - Como é ele?
> - É fixe. Diz coisas bem engraçadas. Da última vez que jantei com ele falamos do Hoffenheimer. E disse: "Tudo está em que ele não pode ver uma burra de saias." Não é má piada.
> - Não é má. (HEMINGWAY, 2014, p. 33).

Com relação ao conteúdo presente nas obras do autor, os temas retratados estão relacionados à guerra, morte e às desilusões vivenciadas pela "Geração Perdida". Além disso, Vanspanckeren (2014, p. 34) argumenta que "seus personagens não são sonhadores, mas

toureiros, soldados e atletas durões. Se intelectuais, são profundamente marcados e desiludidos".

Como já dito anteriormente, Hemingway buscava utilizar o contexto histórico da época a qual ele vivenciou, utilizando fatos como a Primeira Guerra Mundial, a Guerra Civil Espanhola, etc., além de apresentar elementos culturais e ideológicos expressados durante cada acontecimento histórico. Em *O Velho e o Mar*, por exemplo, se encontram alguns componentes relacionados ao período pós-colonial em Cuba, nação esta que foi transformada em colônia dos Estados Unidos durante a fase comunista. Porém, essa parte pertencente à poética do autor é a que será tratada de forma mais abrangente no próximo tópico, o qual se dedica esse estudo.

4. HISTÓRIA E MEMÓRIA NAS OBRAS DE ERNEST HEMINGWAY

Tendo em vista que as obras de Hemingway foram produzidas utilizando elementos históricos e culturais que fizeram parte da vida do escritor, os romances compreendem um exemplo concreto disso, de forma que cada obra consiste em um registro pessoal do autor acerca de determinado momento histórico no qual esteve inserido. Além disso, a inspiração é recorrente da memória a qual ele tinha a respeito da temporada em que tais fatos ocorreram e que, de certa maneira, os presenciou. Logo, por meio do enredo de alguns romances é que será analisado esse aspecto da poética do autor.

Inicialmente, em *O Sol Também se Levanta* (1926), Hemingway apresenta como cenário o cotidiano de um grupo de expatriados ingleses e norte-americanos que viajam para Paris após a Primeira Guerra Mundial. Tendo como protagonista e narrador da história o repórter Jacob Barnes, ele conta a história da trajetória dele com alguns companheiros em Paris juntamente com romance vivido com Lady Brett Ashley.

De forma direta, o autor do romance constrói um enredo de forma direta, destacando os conflitos dos norte-americanos e ingleses em Paris após a Primeira Guerra Mundial, além de enfatizar aspectos culturais, como por exemplo, a presença das touradas, evento esse bastante típico na França e na Espanha. Na época da produção da obra, Hemingway utilizou como base de composição a viagem dele para Paris na época em que grandes artistas viajavam para cidades da Europa, principalmente as que eram pertencentes à França. Tinham como objetivo se afastarem das consequências geradas pela Grande Guerra, o que seriam àqueles pertencentes à "Geração Perdida."

Em determinados trechos do romance, são evidentes os resultados obtidos pela guerra, principalmente em relação à impressão que ela deixou para os americanos. É o que pode ser observado em um dos diálogos entre dois personagens da narrativa e no discurso do narrador:

> - Você não é mau tipo. É pena que esteja doente. A gente entende-se. E o que é que você tem, pode saber-se?
> - Fui ferido na guerra - respondi.
> - Oh, essa maldita guerra!
> Teríamos provavelmente continuado neste tom, discutindo a guerra e concordado em que fora de facto uma calamidade para a Civilização, que talvez fosse preferível tê-la evitado. Mas aborrecido já eu estava [...] (HEMINGWAY, 2014, p.17).

Percebe-se então que é refletida a visão pessimista que os escritores tinham sobre os acontecimentos e mudanças ocorridos na guerra. A respeito disso, Karnal (2008, p. 203) considera que as mudanças sociais e econômicas causaram protestos sociais e culturais, fazendo com que escritores desencantados como John dos Passos, Gertrude Stein e Ernest Hemingway criticassem a futilidade da sociedade de consumo, as ações do Estado e as limitações à liberdade individual e aos direitos sociais no país, crítica essa muito presente nas obras de cada autor.

No decorrer dos anos, Hemingway continua escrevendo as obras. Porém, ele volta ao tempo para compor um romance baseado nas experiências vivenciadas pelo autor como motorista de ambulância na Cruz Vermelha durante a Primeira Guerra Mundial. Daí surge o enredo de *Adeus às Armas* (1929), considerado um dos primeiros romances da literatura que retratou os dramas da primeira guerra.

A narrativa retrata a história de um tenente norte-americano, Frederic Henry, que serviu no exército italiano como condutor de ambulâncias. Narrado em primeira pessoa, ele descreve o contexto vivenciado na guerra e o romance vivido com a enfermeira inglesa Catherine Barkley, personagem esse inspirado em uma das inesquecíveis paixões de Hemingway durante a primeira guerra.

A Primeira Guerra Mundial, caracterizada por muitos como A Grande Guerra, foi um período que se estendeu entre os anos de 1914 e 1918, envolvendo vários países em lutas territoriais e conflitos econômicos. Arruda (1978, p. 263-264) destaca como deu início essa fase da história:

> O conflito começou quando a Sérvia entrou em guerra com a Áustria-Hungria, em 1914. O crescimento da Sérvia preocupava a Áustria, pois acentuava o nacionalismo dos povos balcânicos. Os russos, por sua vez, temiam que a expansão austríaca nos Balcãs chegasse até eles e os dominasse; por isso, logo apoiaram a Sérvia. Não podendo arriscar-se na sua preparação defensiva, nem furtar-se aos acordos feitos, França e Alemanha entraram também na luta – a França do lado da Sérvia e da Rússia, os alemães ao lado da Áustria-Hungria.

Nota-se então que o expansionismo era um dos motivos principais que faziam com que os países lutassem entre si, tornando-se uma espécie de catástrofe nas diferentes nações. Aos poucos, outros países se aliaram, oferecendo apoios aos que já faziam parte do conflito, como a Bulgária e os Estados Unidos.

O enredo de *Adeus às Armas* procura mostrar a pressão a qual os soldados vivenciaram durante o período da guerra. O protagonista, a serviço da Itália, descreve as ordens e regras pelas quais ele é submetido, mostrando suas impressões em relação ao que ele observava das condições que a guerra oferecia aos soldados:

> Sentei-me numa cadeira, com o quepe ao colo. Havíamos recebido ordens de usar capacetes de aço, mesmo em Gorízia, mas eram incômodos e horrivelmente teatrais, numa cidade em que os civis não haviam sido evacuados. Usei um capacete quando fui vistoriar os postos e também uma máscara de gás inglesa. Estávamos começando a recebê-las. Uma máscara de verdade. Também tínhamos de portar uma pistola automática, mesmo os médicos e oficiais do corpo de saúde. Senti a arma de encontro ao espaldar da cadeira. Quem não a trouxesse bem visível estava sujeito a ser preso (HEMINGWAY, 2013, p. 26).

O escritor americano utiliza ainda como referência suas experiências como voluntário na Guerra Civil Espanhola para produzir o romance *Por Quem os Sinos Dobram* (1940). Entre os anos 1936 e 1939, o conflito surgiu em meio a um golpe de estado de um setor do exército contra o governo da Segunda República Espanhola. Sobre esse período de guerra, os historiadores afirmam que foi uma época repleta de lutas e mortes. Burns (1977, p. 927), por exemplo, afirma que "a guerra civil na Espanha prolongou-se durante três anos sangrentos, custando a vida de quase um milhão de homens".

O enredo consiste na história de Robert Jordan, um professor norte-americano que recebe a missão de explodir uma ponte por conta de um ataque à cidade de Segóvia, Espanha. Assim sendo, o universo demonstrado por Hemingway no romance é uma crítica em torno dos aspectos negativos da guerra, destacando as ações violentas e os malefícios causados às nações envolvidas nas batalhas. Em um dos trechos do romance, é possível perceber que é na

fala de Robert Jordan que se expõe a subserviência que os voluntários eram submetidos na guerra ao atender as ordens daqueles que lideravam:

> [...] Pablo olhou para ele e então chutou uma das mochilas, repetindo:
> — Está aí toda a maldade.
> — Eu vim cumprir minhas ordens e só — defendeu-se Robert Jordan. — Estou subordinado àqueles que conduzem a guerra. Se lhe pedir para me ajudar, você pode se recusar. Então, irei procurar quem me atenda. Eu não lhe pedi nada ainda. Tenho que fazer o que me mandaram fazer e lhe garanto que é de suma importância. Não é minha culpa se eu sou estrangeiro. Na verdade, preferiria ter nascido aqui (HEMINGWAY, 2013, p. 22).

De fato, a narrativa é construída em torno das consequências da guerra, sobretudo na condição humana. No trecho acima, se nota que o pensamento do protagonista em achar que destruir a ponte será algo de "suma importância" significa uma ideia já implantada pelos líderes, e que cumprir as ordens consiste em assumir o papel ao qual foi designado a cumprir. Isso demonstra o quanto as ações humanas podem influenciar na tomada de decisões e no desenvolvimento da autonomia, sendo que Robert Jordan representa o voluntário homem de guerra cuja função é desempenhar as ações que lhe foram asseguradas.

Em relação ao romance *O Velho e o Mar* (1952), o enredo mostra a história de Santiago, um velho pescador experiente que passa 84 dias sem pescar um só peixe. Ao chegar no 85º dia, ele decide ir sozinho para o mar e, em sua canoa, consegue pescar um peixe de um tamanho fora do comum, do tipo Marlim. Em grande parte da obra, o narrador conta a luta travada entre Santiago e o grande peixe, sendo ela exaustiva e longa, que dura aproximadamente 3 dias.

Escrito durante os anos em que Ernest Hemingway viveu em Cuba, o romance é situado em um contexto constituído de revoluções contra o governo da época, tendo em vista que a nação cubana era governada por um sistema voltado para a ditadura, apoiada pelos Estados Unidos. Isso se justifica pelo fato da nação americana utilizar daquela região para fixar e expandir as indústrias e empresas com o intuito de garantir o desenvolvimento econômico.

Na década de 1950, Cuba foi ocupado por militares norte-americanos e nessa mesma década, o general Fulgêncio Batista implantou um regime ditatorial apoiado pelo governo americano. Diante disso, a nação apresentava diversos problemas sociais em que as necessidades da população não eram atendidas, sobretudo as de classes menos favorecidas. Foi por meio deste palco que se formou um grupo de homens que pretendiam tomar o governo por meio das armas.

Assim, inicia o processo revolucionário em Cuba, de modo que, como Ayerbe (2004, p. 45) aponta, tem como "marca característica o endurecimento da guerra fria, e promove a desestabilização de governos cuja trajetória indica um possível aumento da influência soviética". Liderada por Fidel Castro, Ernesto Guevara e outros membros do movimento, a vitória da revolução cubana sobre os Estados Unidos alarmou a nação, de modo que essa luta representou um exemplo do embate existente entre os ideais capitalistas e socialistas.

Em se tratando do enredo em si, *O Velho e o Mar* fornece algumas indicações do domínio dos Estados Unidos em Cuba no período revolucionário, principalmente no que diz respeito aos aspectos culturais. Ao observar a amizade do pescador Santiago com o garoto Manolin, é possível observar a presença da cultura americana na nação cubana, especialmente nos diálogos protagonizados por eles, como pode ser verificado no fragmento abaixo:

> - Fale do beisebol – pediu-lhe o garoto.
> - Na Liga Americana, os melhores são os Yankees, como eu já disse - respondeu o velho, muito satisfeito.
> - Mas eles perderam hoje – informou o garoto.
> - Isso não quer dizer nada. O grande DiMaggio está outra vez em forma. (HEMINGWAY, 2013, p. 25).

Como visto, a presença do beisebol no discurso de Santiago e Manolin demonstra a interferência cultural dos Estados Unidos em Cuba, já que esse esporte é bastante comum no país americano. Além disso, o velho pescador enfatiza a Liga Americana dos Yankees, que compreende um dos grupos mais famosos do beisebol daquele país. Sendo assim, isso significa um aspecto histórico-cultural pelo qual a nação cubana teve em sua história, de forma que foi um país que sofreu intervenções por se tornar uma espécie de (neo) "colônia" dominada culturalmente pelos Estados Unidos.

Em vista desse estudo, se percebe que as obras de Hemingway fornecem múltiplas interpretações possíveis para os eventos históricos que retratam. Sobre o ponto de vista do panorama histórico de cada romance, as obras do escritor compreendem uma amostra da influência que registros históricos exercem na inspiração do autor na construção de cada enredo.

5. CONCLUSÃO

O estudo desenvolvido neste artigo demonstra uma particularidade da prosa construída por Hemingway, ou seja, a produção de uma narrativa construída por meio de fatos

vivenciados os quais envolvem acontecimentos que influenciaram no desenvolvimento da história mundial. Pode-se dizer que o autor insere nos romances e contos uma espécie de "autobiografia", de forma que, os personagens dos enredos demonstrados compreendem uma expressão própria do autor do que ele viveu no decorrer da vida.

Assim sendo, é importante perceber que ao compor os romances e contos com uma linguagem simples e ao mesmo tempo jornalística, Hemingway promove ao leitor uma opção pela qual ele possa se adentrar ainda mais na historicidade presente na obra. Com isso, ler uma narrativa de Hemingway é uma alternativa para que se obtenha um conhecimento sobre um determinado fato histórico, principalmente sobre os citados nessa análise.

De certa forma, inúmeras são as contribuições de Hemingway para a literatura, em especial no que diz respeito ao novo modo de prosa retratado pelo autor nos romances e contos compostos por ele. Tais colaborações propuseram um diálogo possível entre literatura e história, fazendo com que traços ficcionais e históricos em narrativas possam caminhar simultaneamente no enredo.

Portanto, a leitura das obras apresentada nesse estudo realiza-se em concordância com os elementos presentes na história, tendo em vista que essa mesma visão pode ser verificada em outros romances e contos além daqueles apresentados no texto, já que essa característica compreende algo pertencente à poética do autor. Porém, esse aspecto deixa mais evidente que a obra de Hemingway é um importante acervo na literatura americana, sendo que o estilo do autor se tornou um dos mais consagrados da literatura mundial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, José Jobson A. **História Moderna e Contemporânea.** 9. ed. São Paulo: Ática, 1978.

AYERBE, Luis Fernando. **A Revolução Cubana**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Formação do Império Americano**: da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

BURNS, Edward Mcnall. **História da Civilização Ocidental**. Tradução de Lourival Gomes Machado & Lourdes Santos Machado. 20. ed. Porto Alegre: Editora Globo, 1977.

CUDDON, J.A. **The Penguin Dictionary of Literary Terms and Literary Theory**. 4. ed. New York: Penguin, 1999.

HEMINGWAY, Ernest. **Adeus às Armas**. Tradução de Monteiro Lobato. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

HEMINGWAY, Ernest. **O Sol Nasce Sempre**. Disponível em: <http:// http://minhateca.com.br/taigua57/Documentos/Livros/Autores+Internacionais/Ernest+Hemingway/Ernest+Hemingway+-+Fiesta+-+O+Sol+Nasce+Sempre,2218352.pdf>. Acesso em: 20 out. 2014.

HEMINGWAY, Ernest. **Por Quem os Sinos Dobram**. Tradução de Luís Peazê. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
HEMINGWAY, Ernest. **O Velho e o Mar**. Tradução de Castro Ferro. 80. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
KARNAL, Leandro. et. al. **História dos Estados Unidos**: das origens ao século XXI. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.
OUSBY, Ian. **The Wordsworth Companion to Literature in English**. Hertfordshire: Wordsworth References, 1992.
VANSPANCKEREN, Kathryn. **Panorama da Literatura dos EUA**. Disponível em: <http://www.embaixada-americana.org.br/HTML/literatureinbrief/literature-in-brief-port.pdf>Acesso em: 20 out. 2014.

A MULHER NOS *FABLIAUX* MEDIEVAIS: REPRESENTAÇÃO MISÓGINA?

Gerlândia Gouveia Garcia

RESUMO
O presente trabalho tem como objetivo realizar um estudo acerca das representações das mulheres no medievo através dos *fabliaux* medievais, textos anônimos que circularam entre os séculos XIII e XIV, a fim de observar se o texto literário também é um veiculador do discurso misógeno ou de aversão às mulheres, questão fortemente presente na Idade Média. Através de três destes textos, quais sejam: "Da mulher a quem arrancaram os colhões", "Os calções do franciscano" e "Da jovem que não podia ouvir falar de foder sem sentir náuseas", procuraremos traçar os perfis femininos apresentados através dos narradores e compará-los com os textos da época que mais disseminavam a mulher como ser inferior, ou seja, os religiosos e filosóficos. Estes textos revelam que a mulher é frequentemente vista como ser inferior ao homem, mas em alguns momentos apresenta-se com um perfil que pode ser contrário ao mostrado nos textos filosóficos e religiosos.
Palavras-chave: Representação; Misoginia; Mulher; *Fabliaux*;

1 – REPRESENTAÇÕES DA MULHER: O OLHAR MISÓGENO

O termo *misoginia* é definido por Renate Blumenfeld-Kosinski (2006) como "aversão às mulheres" e era bastante disseminado em diversos âmbitos da cultura medieval. A autora ressalta que a misoginia é apenas uma das muitas atitudes sociais e literárias em relação à mulher, uma vez que, assim como havia discursos de desprezo pela mulher, havia, também, discursos favoráveis a ela. No entanto, os aspectos negativos eram mais influentes no que concerne à subordinação das mulheres em relação aos homens nas mais diversas áreas da vida medieval. A mulher era apresentada como ser fraco, demoníaco, instável, pútrido e sórdido, capaz de seduzir os homens e levá-los à perdição.

O discurso misógeno pouco mudou ao longo dos séculos e pode ser visto de maneira bastante diversificada na produção literária européia medieval. Outras características das mulheres sob a ótica deste discurso destacavam a lascívia insaciável feminina, a tagarelice e a pouca confiabilidade que as mulheres possuíam e o amor pela maquiagem e ornamentos, além de uma turbulenta natureza. Há inúmeras variações de perfis femininos em produções da época, quase todos apresentando a mulher de maneira bastante pejorativa quando comparada ao homem e, quando transferimos essas questões para o contexto clerical, observamos que a mulher passa a ser ainda mais ameaçadora ao homem, uma vez que ela se apresentava como ser capaz de destruir a pureza e a castidade almejadas pelos celibatários.

Christiane Klapisch-Zuber (2006) apresenta três exemplos de discursos veiculadores de uma visão que inferioriza a mulher: o primeiro vem do monge Ruperto de Deutz, do século XII. O monge discorre sobre Eva, personagem bíblica que, enganada pela serpente teria persuadido seu companheiro Adão a também comer do fruto proibido e com isso gerado todas as catástrofes da humanidade através da disseminação do pecado. Pergunta o monge se Eva já não mostrava antes disso uma personalidade abusiva, arrogante e insistente. Boccaccio viria, dois séculos após, apresentar mulheres que falavam da volubilidade, contradição, desconfiança, covardia e medo femininos. Além disso, as mulheres alegavam a sua inferioridade em relação aos homens, atestando que só com a autoridade deles poderiam chegar a um fim louvável. O terceiro discurso vem contraditoriamente de uma mulher. Hildegarda de Bingen escreveu no século XII que as mulheres eram fracas e viam que os homens podiam lhes dar força como o sol dava luz à lua, daí o fato de considerarem-se submissas a eles e estarem sempre prontas a servi-los.

Para provar a submissão e inferioridade das mulheres os clérigos se apoiavam na versão do texto bíblico do Gênesis, o qual mostrava Eva como sendo criada da costela de Adão, sendo, portanto, de dominação dele. O que é negligenciado neste caso é o fato de que há outra versão da criação, no Gênenis 1:27, que atesta ter Deus criado homem e mulher à sua imagem e semelhança. Agostinho desempenhou uma atitude intensamente contrária à relação dos celibatários com as mulheres e para isso apoiou-se no argumento de que Eva era subordinada a Adão através do segundo ato de criação, ou seja, aquele que formou seus corpos reais, de carne e não os corpos espirituais, que eram à imagem e semelhança de Deus. Assim, na esfera social Eva é considerada inferior a Adão e assim são todas as que dela descendem.

Agostinho indaga: Por que o demônio não fala com Adão e sim com Eva? Satanás teria se dirigido ao elemento inferior dos dois humanos, teria visto que o homem não seria persuadido tão facilmente. O teólogo admite que não podemos acreditar que o homem seria levado para o mau caminho por que ele acreditava que a companheira falava a verdade, mas por que ele foi convencido por ela através de suas sugestões, dado que estavam unidos em parceria. Eva teria acreditado na serpente e aceitado o que ela disse como sendo verdadeiro. Já Adão teria se recusado a separar-se de sua companheira, pois a ela devia fidelidade, ainda que fosse para se ver embotado pelo pecado e dividi-lo com ela (RANKE-HEINEMANN, 1996, p.199).

Como podemos perceber, a relação de verticalização colocava o homem no topo, como ser superior, e a mulher na superfície, como ser inferior. Teria sido esta uma das razões, segundo os teólogos, para Jesus ter vindo sob a forma masculina, o que atestaria a superioridade dos homens ainda mais, uma vez que Deus não teria escolhido dar ao seu filho a imagem de um ser rebaixado como a mulher. Além disto, muitos eram os argumentos contra as mulheres, mesmo aquelas que desejavam se despojar de sua natureza "mundana" e se dedicar à vida sacerdotal: faltava-lhes eminência de status, eram naturalmente subjugadas aos homens, não podiam ensinar ou celebrar, tampouco podiam contrair matrimônio com a igreja através da ordenação (assim como faziam os padres), eram consideradas impuras devido à sua menstruação e não podiam realizar a tonsura[1].

Na visão de Uta Ranke-Heinemann, Alberto Magno foi o grande depreciador das mulheres. Ele teria alegado que a mulher é menos qualificada para o comportamento moral devido à quantidade de líquidos que possui a mais que o homem. Seria uma propriedade dos líquidos fazer com que as coisas se movessem com facilidade, o que tornaria as mulheres inconstantes e curiosas. Alberto Magno se baseia na visão aristotélica para chegar a muitas de suas conclusões sobre a mulher.

Conforme William F. MacLehose (2006), as visões aristotélicas acerca da mulher podiam ser divididas em duas categorias distintas: uma relacionada ao papel político da mulher e outra à sua fisiologia. Em ambas destaca-se a inferioridade das mulheres e sua subordinação aos homens. Sobre o papel feminino na *pólis* grega ou cidade-estado, Aristóteles relega a mulher ao *oikos*, ou seja, ao ambiente doméstico, à esfera privada e não à pública ao destacar que o homem é superior por natureza e a mulher inferior, merecendo ser por ele regrada. Estabelecem-se os papeis de regulado e regulador. Observa ainda que mesmo controlando a casa, os filhos e os escravos as mulheres não podem ser consideradas constitucionalmente iguais aos homens em poder em virtude da natureza inferior das mulheres. Aristóteles afirma que essa desigualdade é permanente devido às diferenças entre homens e mulheres serem de ordem biológica.

A mulher apresentada como um homem defeituoso não foi aceita prontamente pela igreja, pois o homem corria o risco de ser rotulado de mulher perfeita, o que poderia sugerir uma aproximação com a sodomia, considerada heresia por parte da igreja. Outra diferença que Aristóteles coloca como fundamental é o fato de que os homens são ativos e as mulheres

[1] Em vários ritos de iniciação existia a prática da tonsura, que consistia na representação simbólica do ato de despojamento do aspirante através da tosquia dos cabelos, fosse ela parcial ou total.

passivas. Essa atividade masculina foi sugerida através do ato da procriação: o homem é o gerador e a mulher é quem recebe, concebe o filho. Neste processo desconsiderava-se o fato da mulher também fazer parte da geração com o óvulo. Somente o sêmen era considerado a semente geradora e a mulher era apenas um recipiente que receberia e conceberia o filho. Portanto, a única função feminina seria a de procriar.

Fazendo uso da concepção agostiniana acerca da mulher os teólogos medievais enfatizam a falta de raciocínio feminino. Alegam ainda que as mulheres têm menos vigor físico do que os homens. E que, assim como crianças e doentes mentais, elas não podem servir como testemunhas em assuntos testamentários. As crianças deviam observar que o pai, como gerador, era superior à mãe e que somente ele, como líder intelectual, era capaz de instruí-los. Como criatura deficiente a mulher não tinha sequer autoridade para educar seus próprios filhos, pois o pai é que era dotado de *virtus* (força, vontade) mais vigorosa, capaz de instruir da melhor maneira a sua prole. Além disso, Tomás apontava que a mulher era subordinada ao homem no casamento, necessitando dele inteiramente não só para gerar e educar os filhos, mas como seu senhor pessoal, em virtude de uma razão mais perfeita e de uma virtude mais forte masculinas (RANKE-HEINEMANN, 1996).

Na Idade Média, muitos são os textos que veiculam concepções misóginas e misogâmicas. Essas questões aparecem em textos da literatura européia medieval, retomando textos das tradições satíricas antigas, como os de Ovídio e Juvenal, em que são apresentadas mulheres sedutoras que não deixam os maridos em paz por um único minuto. O *Romance da Rosa*, de Jean de Meun é considerado um dos mais importantes trabalhos da época e ocupa um lugar bastante considerado na lista da tradição misógina por repetir de maneira excessiva os estereótipos da mulher ambiciosa, adúltera e má. Devido à sua popularidade, tornou-se uma das principais fontes de disseminação dos ataques às mulheres e suas reputações. Cristina de Pisan detectou a repetição e impregnação do discurso anti-mulheres na Idade Média e revelou as conseqüências resultantes da misoginia na vida das mulheres através de seu livro *A cidade das mulheres*. (BLUMENFELD-KOSINSKI, 2006).

Outro tipo de narrativa que fundiu no medievo a misoginia foram os *fabliaux*. Essa literatura surgiu no século XIII no norte da França e permaneceram até meados do século XIV. Eram textos anônimos, de caráter mais popular, em sua maioria eram escritos de forma jocosa. Em seu corpo, traziam relatos de devotos e da vida de santos, dos padres e da igreja, alguns deles eram acentuadamente anticlericais.

Com relação às mulheres, havia entre os *fabliaux* diversos textos morais e sociais, nos quais os homens denunciavam as artimanhas femininas. Com a sua popularidade, os *fabliaux* poderiam ser vistos como uma das principais fontes de disseminação dos ataques às mulheres. No entanto, corroborando com as posições dos estudiosos citados, estes textos também permitiam, em nossa opinião, a construção de perfis femininos com atitudes contrárias à configuração da mulher da sociedade medieval conforme veremos a seguir. Lacy (1995) diz que poucos são os personagens femininos apresentados como inteligentes ou virtuosos, mesmo quando cometem adultério. De forma geral, a visão sobre a mulher é de condenação pela sua lascívia e enganação. Também há críticas aos homens, mas estas em quantidade bem menor, principalmente nos *fabliaux* em que aparecem personagens masculinos que confiam na mulher e permitem que elas os dominem, geralmente tratados como bobos ou, no caso do adultério, como cornudos.

A questão religiosa era muito influente na sociedade medieval, refletindo em várias esferas, entre elas a literatura (em nosso caso chamamos atenção para os *fabliaux*) com atitudes consideradas antifemininas. Entre estas atitudes destacamos a que mais se propagou nos textos da época, e que, mesmo na sociedade contemporânea ainda se apresenta fortemente: a misoginia. Sobre ela trataremos a seguir na análise dos *fabliaux* selecionados.

No primeiro dos *fabliaux*,"Os calções do franciscano"[2],a narrativa trata de um letrado que amava uma burguesa, a qual era cortês, prudente e sabia muito sobre esperteza e estratagemas. Casada com um burguês, a mulher desejava intensamente o letrado. O marido, negociante, sai para tratar de negócios e a mulher encontra uma brecha para colocar o letrado em casa. Para realizar o seu desejo de deitar-se com o amante, a burguesa usa de muitos artifícios, entre eles mentir para encobrir sua desonra, logo após o marido retornar à casa e desconfiar que algum homem havia se deitado em sua cama.

A esperteza da mulher era tanta que, para não ser descoberta pelo marido, o qual vestiu por engano os calções deixados pelo letrado em sua cama, foi à procura de um frade menor pedir-lhe em nome de Jesus Cristo que dissesse ao seu marido que os calções pertenciam ao frade e que ela os havia colocado sob o colchão para conceber um filho ou filha. Esta ação se deu por causa de um sonho que a burguesa teria tido e assim ela pede ao frade que minta para o marido, contando-lhe que tudo foi devido ao sonho, o que faz com que ela escape intacta do castigo que lhe seria aplicado e o marido saia como enganado e cornudo, segundo o *fabliau*(SCOTT, 1995, p. 51).

[2] Doravante OCDF.

No segundo texto, "Da jovem que não podia ouvir falar de foder sem sentir náuseas"[3], narra-se a história de uma moça extremamente orgulhosa, desdenhosa e que por motivo algum podia ouvir falar de foder sem que sentisse náuseas.A moça morava apenas com seu pai, o qual se dedicava exclusivamente ao trabalho, pois não podia ter servas nem serviçais mesmo sendo apresentado como um homem rico, pois sua jovem filha não queria saber deles devido ao fato de não suportar que falassem de copulação: "nem de pau, nem de colhões, nem de outra coisa" (SCOTT, 1995,p. 133). Sendo assim, o pai evitava contratar qualquer serviçal, principalmente se este fosse homem.

Certo dia, um jovem chamado David, muito bom em artimanhas e patifarias, ficou albergado na aldeia. Lá, soube da curiosa história da jovem e decidiu, então, pedir alojamento ao pai da jovem, suplicando pelo amor de Deus e de São Nicolau. O pai fica sem saber que resposta dar ao jovem, e explica o que acontecerá se ele aceitá-lo no trabalho, já que sua filha não pode ouvir falar em libidinagem. O rapaz, porém dá uma cuspida e diz que jamais falará de tais assuntos, pois isso eram coisas do diabo. A jovem ao ouvir o rapaz dizer isso, pede logo que o pai aceite os seus serviços. Depois de um longo dia de trabalho, o pai pergunta à filha onde ela desejaria que o rapaz dormisse, ao que ela responde que não vê problemas que ele durma em seu quarto.

No quarto, David começa a passar a mão no corpo jovem, descrito como branco e formoso. O rapaz começa, então, a acariciar algumas partes como as mamas e a genitália, à qual a jovem dava o nome de prado, revelando que ao lado dele existia um tocador de trompa que estava de guarda para tocar bem alto e assustar aquele que desejava água da fonte de seu prado. Em seguida, a jovem começa a apalpar os genitais do rapaz, perguntando-lhe o que era aquilo muito rígido e duro, ao qual o jovem responde que é seu proto que está sem comer desde o dia anterior. A jovem propõe que ele ponha o proto para pastar no prado. O que segue até o fim da história é um jogo de metáforas que insinua e confirma ao fim que a jovem não podia ouvir falar de foder, mas podia fazê-lo (SCOTT, 1995).

"Da mulher a quem arrancaram os colhões"[4] é o terceiro e último texto a ser analisado. A história começa com um narrador convocando os interlocutores, homens que tinham esposas e que as colocavam alto demais, alegando que a liberdade e a autoridade dadas a essas mulheres seria motivo de desonra para eles. O narrado incita os homens a castigarem as

[3] Doravante JNPOFF.
[4] Doravante MQAC.

mulheres tresloucadas. Cabe a elas estimarem, amarem, obedecerem e honrarem e se assim não o fizerem serão vistas como motivo de vergonha.

O *fabliau* conta a história de um homem rico que amava muito sua mulher e a colocava acima de tudo, entregando a ela o senhorio de suas terras, de sua casa. A mulher, no entanto, o desprezava e tinha por ele pouca estima, contradizendo e desfazendo tudo o que dizia e fazia. O casal possuía uma filha descrita como bela, de formosura tal que sua fama se espalhou por muito longe, chegando a encher de amor o coração de um conde que ouviu falara a respeito. O conde tinha por hábito caçar na companhia de três cavalheiros e de um valete que conduzia os cães. Em um dia de suas caçadas, devido a uma forte chuva o conde acabou por se afastar dos seus companheiros de caça e pediu hospitalidade na casa do pai da bela dama.

Porém, o senhor nega-lhe a hospedagem, justificando-lhe que sua esposa não concordará com a decisão, e diz que ela só fará o que não agradar. O conde, então, tem a ideia de falar em voz alta que não aceitará dar a hospedagem, o que prontamente sua mulher discordará, dando abrigo ao conde. O conde encanta-se com a filha do senhor, pede-a em casamento, o homem nega, o que prontamente a sua esposa desdiz e concede a mão da filha em casamento.

Já casados, a bela moça quer fazer com seu marido tudo aquilo que sua mãe tinha feito com seu pai, desfazendo e contradizendo tudo o que seu marido fazia ou dizia, pois a mãe tinha lhe aconselhado a fazer isso para não trair sua linhagem. O conde organiza uma bela festa para comemorar as núpcias e pede para que seu cozinheiro prepare uma porção diferenciada de molhos para acompanhar a comida. A condessa pede para o cozinheiro fazer apenas molho de alho, ao que ele obedece. Ao servir as iguarias o conde fica perplexo, o cozinheiro não fez o que havia sido ordenado, como castigo o conde fura-lhe os olhos, corta-lhe as orelhas e depois o exila de suas terras. A esposa é castigada com um bastão de espinhos que quase a matou. Ela ficou deitada por três meses sem sentar à mesa.

A orgulhosa mãe decide visitar sua filha. A contragosto o conde recebe sua sogra. O conde trata o sogro de maneira diferenciada, dando-lhe os melhores vinhos e iguarias. Condena as ações da mulher má, a sogra, por isso trata-a com desdém. O conde pede que o sogro vá caçar com seus valetes e cavalheiros. Em segredo, diz a um dos seus mouros que lhe traga os colhões de um touro, uma faca e uma lâmina bem afiada. Pega a dama pela manga senta-a a seu lado e fala que o orgulho dela se dá devido aos colhões que ela possui e que irá arrancá-los para que extermine dela a altivez.

Os homens cortam as nádegas da mulher fingindo tirar do seu corpo os colhões ensanguentados do enorme touro, colocando-os ligeiramente em uma bacia. A mulher desmaia perante esta visão e quando volta a si o conde lhe diz que arrancara o orgulho que lhe fazia ousar. A mulher suplica piedade e clemência e diz que nunca mais contestará seu senhor e o servirá como deve ser. O *fabliaux* termina com a súmula: *desgraçada seja a mulher que despreza o homem*. (SCOTT, 1995).

As fábulas medievais, como já destacamos, nasceram no medievo e perduraram do século XIII até meados do XIV. Segundo José Rivair Macedo (2004), os *fabliaux* foram utilizados por antigos eruditos franceses como testemunhos históricos diretos do cotidiano das camadas populares urbanas, por estas narrativas caracterizarem um quadro particularmente pitoresco. Não faltam menções a trapaças nas ruas e feiras, situações em que os camponeses são ridicularizados, atitudes reprováveis das mulheres, brigas e desavenças domésticas.

Nos três *fabliaux* são vários os elementos que nos levam a identificar a presença das questões religiosas e a estrutura social representada. Também é possível identificar para quê e para quem os *fabliaux* são escritos. Os textos, em sua maioria, apresentam uma moral, uma espécie de ensinamento através de uma história narrada, em tom jocoso, podendo ela ter de fato acontecido ou não. As histórias possivelmente (essa é uma questão controversa, como apontamos no capítulo II) retratam e se dirigem a um público da camada popular.

No que diz a respeito às questões religiosas, nos *fabliaux* os personagens buscam estar sempre perto de Deus, seja nos momentos de apuros ou nos momentos em que não há aflição. Como a sociedade era regida pelos preceitos da Igreja católica, era comum que a figura de Deus e de todos os santos permeasse o cotidiano e, por conseguinte, a literatura da época. Para além do poder de propriedade de terras, a Igreja exercia o poder também sobre a vida matrimonial da sociedade, mantinha um discurso no qual privilegiava o homem. A Igreja também tornou o casamento uma criação divina, não podendo ele ser realizado pelo desejo da luxúria e sim, pela procriação, deveria ser indissolúvel e a virgindade deveria ser resguardada até a noite de núpcias.

Todos esses valores elaborados pela Igreja para o casamento e postos como regimento para a sociedade medieval podem ser identificados nos *fabliaux* a serem analisados.

3- AS REPRESENTAÇÕES FEMININAS NOS *FABLIAUX*

O *fabliau* MQAC evidencia desde o seu título à figura feminina de forma jocosa. A mulher é um ser anômalo, pois possuía colhões, uma parte do corpo tipicamente masculina. Esta imagem nos remete ao discurso baseado em Aristóteles que apresentava a mulher como um ser inferior, um "homem mal gerado ou deficiente" (RANKE-HEINEMANN, 1996, p.199). A mulher aqui representada difere da mulher passiva que figura no discurso clerical comum à época medieval, é uma espécie de transgressora, mas ao mesmo tempo carrega as cargas negativas que eram impostas às mulheres da época, e é condenada pelas suas atitudes. Desde o começo do *fabliau* percebemos o discurso que invoca a não aceitação dessas mulheres naquela sociedade, invocando os maridos a castigá-las pela desobediência e orgulho. Os homens que são permissivos com suas mulheres são tratados como "desonrados".

> Senhores, **vós que tendes esposas** e que **as colocais alto demais**, de sorte que **lhes dais demasiada autoridade sobre vós, estais apenas deixando que vos desonrem**. Escutai um pequeno exemplo que aqui está escrito para vós. **Nele podeis encontrar modelo**. **Não deveis doar tudo a vossas mulheres, de medo que vos amem menos. Deveis castigar as tresloucadas.** Sim, **fazei-as aprender que não devem se encher de orgulho para com seu senhornem dominá-lo**, mas que **têm de o estimar, amar e obedecer e honrar. Se assim não fizerem, será para vergonha delas.**(...) Agora entrarei em minha narrativa do exemplo que quero contar, e **que deve ser bem ouvido por aqueles que transformam as mulheres em seus senhores, do que lhes advém desonra**. Sobre esse assunto direi que não há logro pior do que um verdadeiro, e aqui descobrireis isso. (SCOTT, 1995, p.156 – grifos nossos).

O perfil feminino aqui construído apresenta a mulher como orgulhosa, tresloucada, que sempre passa por cima das ordens do seu marido, orgulhosa a ponto de buscar sempre tomar o senhorio,tanto da casa como das terras.Tem autoridade sobre a casa e sobre todas as decisões e não se preocupa se o marido sofre com o seu comportamento.

> − Por causa, de minha mulher**[diz o marido]**, que por preço nenhum concorda com o que eu faça ou diga. Tem poder sobre mim, autoridade sobre minha casa e comando sobre tudo. Pouco lhe importa que eu sofra com isso. Para ela não sou mais que uma capa de chuva. Ela faz tudo a seu grado e nunca ao meu. Nada faria a meu pedido. (SCOTT, 1995, p.159)

Nesse trecho percebemos como se apresenta. Já a mulher é vista como cruel e indiferente ao sofrimento do seu esposo. Interessante notar que não há saída para a mulher

neste *fabliau*: se obedecer será vítima dos desmandos masculinos e se desobedecer será vista como motivo de desonra e castigada ao final. É o que ocorrerá com a filha e a sogra.

Podemos destacarem um primeiro momento neste *fabliau*, assim como nos demais, uma forte carga antifeminina ou misógina, mas no caso dos textos literários é permitido às personagens femininas uma liberdade que certamente não lhe seria dada às mulheres no contexto daquela sociedade, ainda que, na literatura, a ordem seja retomada no final e as mulheres sejam punidas.

A classe social representada neste texto é a burguesia. Aparecem claramente os termos: o burguês e a burguesa. Mas também aparece um nobre, um conde, acompanhando de seus cavaleiros e valete, e posteriormente aparece no texto, a condessa.

Cenas da vida cotidiana aparecem com frequência: sair para a caça (no caso do conde com seus cavaleiros e valetes), receber visitas com refeições extraordinariamente ricas, com vinhos de uvas e amora e frutas. A mulher é resignada ao ambiente doméstico, ao cuidado com os afazeres e o recebimento das visitas. O perfil feminino ideal, segundo o narrador, seria o da mulher que estimasse, amasse, obedecesse e honrasse o marido.

Com relação ao matrimônio percebemos que aparece como um negócio. Sabendo que o senhor que lhe hospedara possuía uma filha jovem e bela o conde por ela se interessa e pede-a em casamento, isto em apenas um dia hospedado na casa do burguês, o que é imediatamente aceito pela senhora considerando a nobreza do pretendente. A burguesa, então, entrega-lhe de pronto o dote que a filha possuía e o pai dá-lhe de presente um palafrém (cavalo) e três galgos (cães de caça).

Ao final do *fabliau* a sogra e a filha são castigadas pelo conde. A primeira por desobedecê-lo e a segunda, devido à sua desobediência e maldade com o seu sogro. A façanha do conde, portanto, é louvada como algo a ser seguido, uma espécie de regra moral.

> O conde foi muito bem sucedido em sua façanha. Bendito seja ele e todos os que castigam suas mulheres más. Mas os outros são amaldiçoados, e bem amaldiçoados, que se submetem a suas mulheres, como aquele. Se forem boas, deveis ter-lhes amor e apego e recompensá-las. E que males e desgraças recaiam sobre a mulher intratável de raça infame. Eis a súmula *deste fabliau: desgraçada seja a mulher que despreza o homem.*(SCOTT, 1995, p.169 – grifo da autora)

Em OCDF é clara a referência direta à religião presente através de uma peça íntima do vestuário de um membro do clero, o que pode desde o início dar uma pista do tom jocoso e até mesmo da ligação com a conotação sexual, visto que a peça será o motivo do

encobrimento da traição da esposa burguesa. Neste *fabliau* aparecem um burguês negociante, a sua esposa (a burguesa) e um letrado, além da figura do clero representada por um frade menor. A mulher é apresentada como traiçoeira, esperta, cheias de estratagemas, sabe mentir para encobrir sua desonra e é capaz de convencer até um religioso para enganar seu marido.

> Ela **sabia muito sobre esperteza e estratagemas**. A mulher **que leva essa vida e que deseja amar alhures tem de conhecer voltas e contra voltas e artifícios para escapar do perigo**. Precisa **saber mentir para encobrir sua desonra**. É assim mesmo. **A burguesa** de que vos falo **era bem instruída nesse mister**.(SCOTT, 1995, p.48 – grifos nossos)

O frade menor participa da mentira, aceita prontamente enganar o marido encobrindo a traição e ri ironicamente do burguês mesmo sabendo que ele havia sido ludibriado. Os padres geralmente eram ridicularizados nos *fabliaux*, motivo frequente de chacota.

> Nos *fabliaux*, os personagens que não têm afinidade com a nobreza costumam ser ridicularizados ou satirizados. Observando, por exemplo, o tratamento reservado às aventuras sexuais, raramente o que é dado aos personagens pertencentes à nobreza é ignominioso: como amantes, em geral obtêm sucesso em suas empreitadas e, como maridos, geralmente conseguem descobrir os amantes e reverter a situação em benefício próprio. Ao contrário, a hierarquia da Igreja não é poupada. Nos contos de adultério, quando bispos, padres e monges se envolvem com mulheres da nobreza acabam sendo malsucedidos, mas conseguem o intento quando os maridos enganados pertencem ao mundo do comércio, do artesanato urbano, ou desempenham trabalhos braçais no campo. (MACEDO, 2004, p. 10)

Podemos tomar como exemplo para ilustração a questão hierárquica no *fabliau* MQAC. O burguês sofre diretamente com a mulher que é julgada como má, já o conde não é atingido pela desobediência da esposa, pois ao primeiro sinal trata de eliminar qualquer ato considerado indisciplinar e assim o faz, também, com a sogra ao arrancar-lhe os colhões. O mesmo acontece em OCDF, no qual a burguesa adúltera consegue enganar o marido e acaba se safando sem que nada lhe aconteça, enquanto o marido é ridicularizado ao final como "cornudo" que, além de ser traído, ainda desfila pelas ruas com os calções do franciscano pendurados na cintura, acreditando que estes lhe trariam um filho ou uma filha, conforme o sonho contado pela esposa.

> Agora a mulher está bem à vontade para fazer o que quer com o letrado, que por seu amor se empenha e gasta com abundância. A burguesa soube recolocar a carga nos ombros do seu burguês. Agora o outro poderá ir e vir por todos os cantos e recantos e o **cornudo** nunca na vida ousará mencionar o fato. A burguesa saiu-se bem. (SCOTT, 1995, p.58 – grifo nosso).

Em todo o enredo a mulher sempre busca uma forma de enganar o marido e colocar dentro de sua casa o amante, e a este sempre é dado tudo aquilo que ela jamais deu a seu marido. O burguês (a personagem masculina) é o enganado, inocente, pouco amado pela esposa e fácil de ludibriar. Aparece também como aquele que coloca sua dama acima de tudo, o cornudo, o injustiçado.

No *fabliau* JNPOFF a donzela, filha de um vilão[5], é apresentada como tola e pudica e não podia ouvir falar de nada relacionado a sexo, pois isso poderia lhe fazer passar mal. A jovem não suportava falar em copulação, era orgulhosa, cheia de esquisitices e uma mulher fácil de ser enganada. O jovem rapaz, David, é apresentado como audacioso. Desde o primeiro encontro com o pai da jovem David percebe que evitar o uso da palavra "foder" será o artifício para conseguir a simpatia inicial da jovem e depois deitar-se com ela.

> Nunca em minha vida tive um serviçal que pudesse conservar por muito tempo, pois, tão logo minha filha ouve a palavra "foder", assalta-a um mal-estar, um enjôo, de tal forma que parece mesmo estar morrendo. E por isso, bom irmão, não ouso ter serviçais, que são indecentes e têm um linguajar demasiado baixo, pois teria medo de perder minha filha.
> David pôs-se a torcer a boca e depois raspa a garganta e cospe, exatamente como se tivesse engolido u'a mosca. E diz ao vilão:
> − Refreai-vos, bom senhor, se não quereis dizer um nome feio. Calai-vos, pelo amor do Deus celeste, pois é a palavra do diabo! Jamais faleis disso em minha presença! Nem por cem libras desejaria ver o homem que falasse disso nem que dissesse indecências, pois um grande mal-estar me invade o peito. Quando ouve o vassalo falar assim, a filha do vilão sai da casa e diz ao pai:
> − Senhor, Deus me ajude, ficareis com este jovem, pois será bom para nós. Tem as mesmas idéias que eu. Se me amais e me estimais, assim vos peço.
> − Meiga filha, será como desejais - responde o vilão, que era mui bobo. (SCOTT, 1995, p.134-5).

Para conseguir tocar as partes íntimas da jovem utiliza-se de um discurso dissimulado que aparentemente suaviza as referências às partes genitais substituindo-as por elementos do campo ou ligados à vida camponesa como prado/capim (pêlos pubianos), vala (vagina) ferradores/novelos (colhões, testículos), tocador de trompas (ânus), potro (pau/pênis) e fonte (urina), evitando, assim, "falar de foder" e fazer com a jovem não sinta náuseas.

> − Por minha palavra! - responde ela. - Aí onde estais tocando **é meu prado**, David. Mas inda não está florido.
> − Por minha palavra, senhora! - foi David quem disse isso. - Ainda **não há capim plantado**. E o que é, no meio do **prado, essa vala suave e cheia**?

[5] Os vilões eram pessoas não pertencentes à nobreza feudal, mas entre os servos eram as que mais estavam próximas ao senhor feudal. Receberam esse nome por que habitavam urbanamente em vilas. Na modernidade, o nome ganhou um sentido mais pejorativo.

> − É **minha fonte**, que no momento não está vertendo.
> − E o que é isso depois, neste refúgio? - pergunta David.
> − **É o tocador de trompa**, que toma conta dele – responde a donzela. − Na verdade, se um bicho entrasse em meu prado para **beber na fonte clara,** prontamente o tocador tocaria a trompa, para o assustar e cobrir de vergonha.
> − É um diabo esse tocador, e faz um trabalho sujo, querendo morder **assim os bichos para que o capim não fique estragado** −torna David. (SCOTT, 1995, p.135-6 – grifos nossos).

Está claro neste *fabliau* que a mulher não se comporta apenas como passiva na relação sexual, a jovem toma atitudes de tocar, percorrer, explorar o corpo masculino, é curiosa, interroga o amante, pede para que ele a toque e explore o seu corpo, o que pode denotar que ela sabia exatamente o que estava fazendo, levando o leitor a concluir que ela era dissimulada.

> **E por sua vez coloca sobre ele a mão**, que não era malfeita nem curta, **e diz que vai ficar sabendo o que ele traz consigo**. Então começou a interrogá-lo e **a apalpar suas cousas, até que o segurou pelo pau.**
> − **O que é isto**, David, **tão rijo e tão duro** que poderia furar uma parede?
> − Senhora, **é meu potro**, que é mui rijo e sadio. **Mas ele não come desde ontem cedo**.
> A jovem **volta a descer a mão** e então **encontra o saco peludo**. **Toca e mexe** nos dois colhões.
> − Ora, **o que é isto dentro deste saquinho**? São dois novelos? - pergunta.
> David teve réplica rápida:
> − Senhora, **são dois ferradores que vigiam meu cavaloquando ele pasta em outras pastagens.** Ficam sempre em sua companhia. **Estão aí para guardar meu potro.**
> − **David, coloca teu belo potro para pastar em meu prado**, Deus te guarde. David. se vira para ela. Coloca o pau. sobre seu púbis e diz à donzela, depois que a ajeitou sob seu corpo:
> − Senhora, **meu potro está morrendo de sede**. Está ofegando muito, sofrendo muito.
> − **Vai dessedentá-lo em minha fonte** - torna ela −Estarias errado de ter medo.
> − Senhora, **temo o tocador de trompa.Tenho medo que ele ralhe comigo se o potro entrar.**
> − **Se ele reprovar, os ferradores o derrotarão!**
> Responde David:
> − Está bem dito!
> Prontamente lhe **põe o pau na cona** e **faz o que quer, o que deseja**, de tal maneira que a **jovem não o considera lento, pois a revirou quatro vezes**. E **se o tocador de trompa reclamou, foi vencido por dois gêmeos**. (SCOTT, 1995, p. 136-7 – grifos nossos)

Sobre a mulher figurada na literatura medieval, em especial os *fabliaux*, podemos tomar o ponto de vista de alguns críticos sobre as características e os elementos até aqui apontados. Macedo (2002) defende que a forma como a mulher era idealizada na literatura da Idade Média era mais acentuada quando se tratava de seu retrato moral. O destaque se dá na literatura que tem como fim designar modelos de condutas e condenar aquilo que para os autores era considerado vício. Nos três *fabliaux* os narradores convocam os seus leitores a

refletirem sobre a moral da época através de histórias (os *fabliaux*) apontadas por eles como verídicas ou dignas de serem seguidas como modelo. Em MQAC aparece no final, sob a forma de súmula (espécie de resumo), a moral da história: "Eis a súmula *deste fabliau: desgraçada seja a mulher que despreza o homem.*" (MQAC, p. 169). Pelas características mostradas na tabela percebemos como a misoginia medieval perpassa, inclusive, os textos literários, ainda que neles as mulheres ajam de maneira mais ousada, com liberdade para o ato sexual, o qual era visto como um ato sujo pela igreja.

Macedo (2002) assinala que, por essas literaturas serem feitas quase completamente por homens e para homens ela constitui um testemunho fundamental dos estereótipos femininos elaborados por clérigos e artistas, relevando raramente o que as mulheres eram na realidade. O autor destaca ainda que, a descrição e a classificação dos comportamentos femininos seguiam critérios religiosos ou morais, as imagens da mulher que se propagava eram luxuosas e pecadora, essencialmente casta e virtuosa, que personificaria a salvação, de uma dama e de uma mulher ardilosa por natureza, sempre disposta a trapacear o homem. Todos esses elementos são importantes na compreensão dos sistemas de valores da época e dos códigos de comunicação presentes num discurso que deve ser lido como expressão do pensamento masculino.

Bloch (1995) enfatiza que a mulher como confusão é um dos topos da literatura medieval, em destaque as "mulheres faladeiras". Há desejo de silenciá-las, as esposas são retratadas como uma fala perpétua, em relação à qual nenhuma postura inocente é possível. O autor ainda pontua que o pressuposto é que a mulher é o equivalente da decepção, um preconceito tão arraigado no discurso medieval sobre o sexo que frequentemente passa despercebido. A moral acrescentada no final de alguns dos *fabliaux* atesta a aversão à mulher e o *fabliau* MQAC é um exemplo para esta afirmativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DUBY, Georges. **Eva e os padres: damas do século XII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 11-41.

LACY, Norris J. Fabliaux. In: KIBLER, William W. (editor) et al. **Medieval France: an encyclopedia**. New York: Garland Publishing, 1995, pp. 635-639.

MACEDO, José Rivair. **A mulher na Idade Média: A mulher e a família, realidades sociais e atividades profissionais exclusão, preconceito e marginalidade.** São Paulo: Contexto, 2002, 108p.

MACEDO, José Rivair. O real e o imaginário nos Fabliaux medievais. In: **Revista Tempo**. vol. 9, n. 17, Julho, 2004, pp. 1-19. Disponível em http://www.redalyc.org/home.oa.
RANKE-HEINEMANN, Uta. O século XIII: a idade áurea da teologia-e o apogeu da difamação misógina. In: _____. **Eunucos Pelo o Reino de Deus: mulheres, sexualidade e a Igreja Católica**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1996. p. 191-197.
_____. Tomás de Aquino: Lumen Ecclesiae ("A luz da Igreja"). In: _____. **Eunucos Pelo o Reino de Deus: mulheres, sexualidade e a Igreja Católica.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1996. p. 197-214.
SCOTT, Nora. **Pequenas Fábulas Medievais: fabliaux dos séculos XIII e XIV**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.